

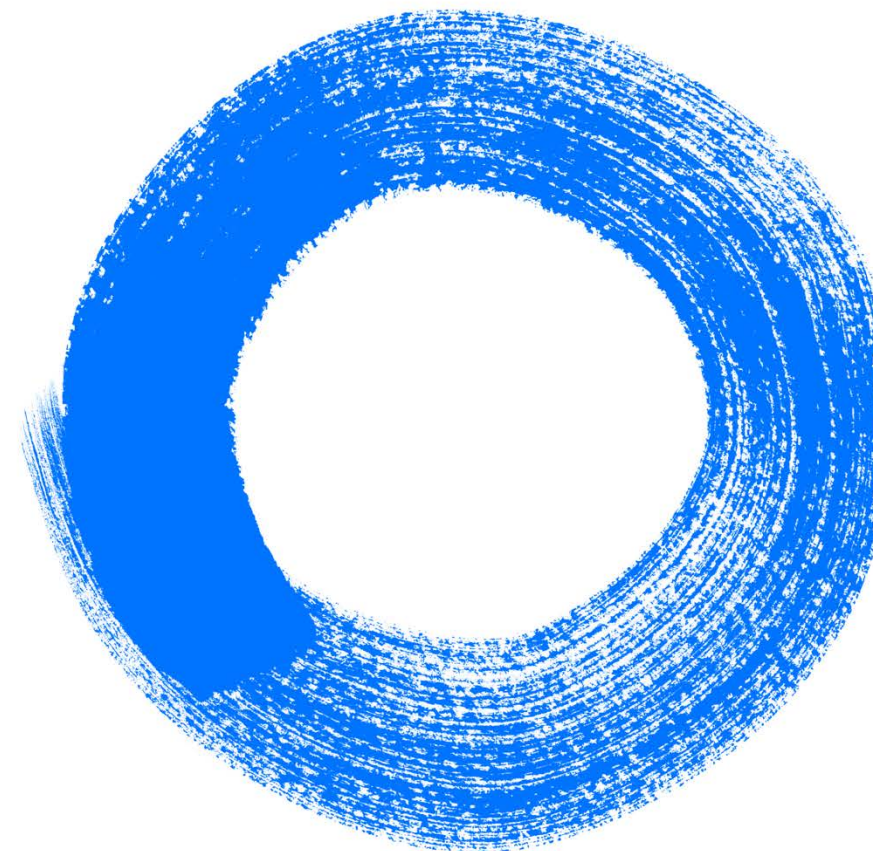
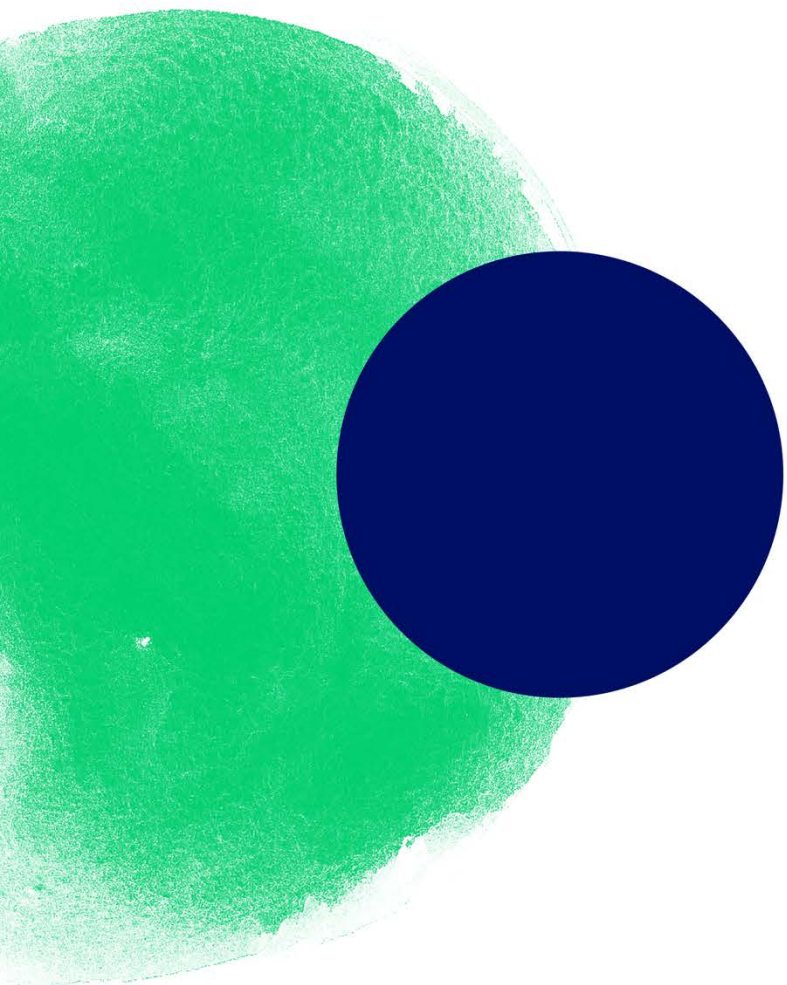
# Conduzimos o amanhã

2022

Relatório Anual Integrado



Sonae



O presente relatório constitui uma versão não oficial e não auditada do relatório integrado da Sonae em formato ESEF, divulgado no dia 4 de abril no site da CMVM e no site institucional da empresa. Não obstante, e embora noutra formato, esta versão é uma cópia fiel do respetivo relatório oficial. Em caso de discrepância entre as duas versões, prevalece a versão oficial em ESEF.

## Sobre este Relatório Integrado

Em 2022, a Sonae renovou a sua identidade, adotando uma aposta inflexível num futuro melhor. Um futuro que respeita as pessoas, as comunidades e o planeta, reforçando, assim, a nossa missão em criar valor económico e social a longo prazo. Como parte deste compromisso por um futuro melhor, acreditamos veementemente na responsabilidade e na transparência. Este ano, o Relatório Anual Integrado é motivado por um dos nossos valores - **Conduzimos o amanhã**. Este valor define a Sonae como um empreendedor, acima de tudo, e desafiamos o *status quo* e preparamos o futuro. Acreditamos que este seja um reflexo claro de todas as nossas atividades durante o último ano. Todavia, na Sonae estamos contínua e incessantemente empenhados num futuro melhor para celebrar e respeitar cada pessoa, as comunidades, e o planeta. Um futuro em que continuaremos Sonae, fiéis aos nossos valores. Um futuro que será nosso.

O Relatório Integrado da Sonae de 2022 reflete, uma vez mais, o progresso do nosso caminho de gestão integrada, em que se combina todo o conteúdo num documento alargado, que inclui uma visão geral da nossa estratégia e desempenho durante o ano. Este relatório demonstra claramente o nosso compromisso em comunicar com todos os *stakeholders* de forma totalmente transparente. Mais especificamente, este relatório tem como objetivo fornecer uma avaliação verdadeira, justa, equilibrada, abrangente e compreensível do nosso modelo de negócio, estratégia, desempenho, gestão de risco e perspetivas em relação a questões materiais financeiras, económicas, sociais, ambientais e de governo.

Para além disto, este Relatório Integrado demonstra como a nossa abordagem de criação de valor está alinhada com as dimensões do *Integrated Reporting (IR) framework* (Estrutura dos Relatórios Integrados), nomeadamente as dimensões financeira, humana, social, intelectual e natural, bem como destaca o nosso desempenho de acordo com os Princípios do Pacto Global das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

### Âmbito do Relatório

O Relatório Integrado da Sonae fornece informações detalhadas sobre o desempenho consolidado financeiro, económico, ambiental, social e de governo societário da *holding* e de todos os nossos negócios de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Quando necessário, notas e explicações adicionais são anexas ao texto e às tabelas dos nossos indicadores de desempenho.

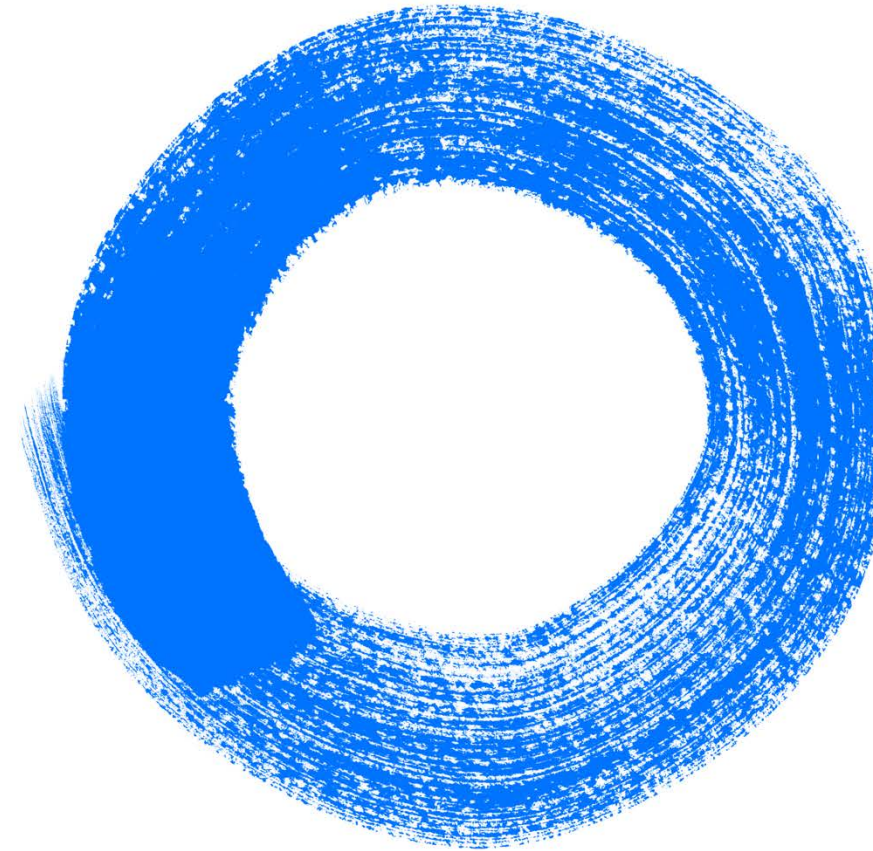
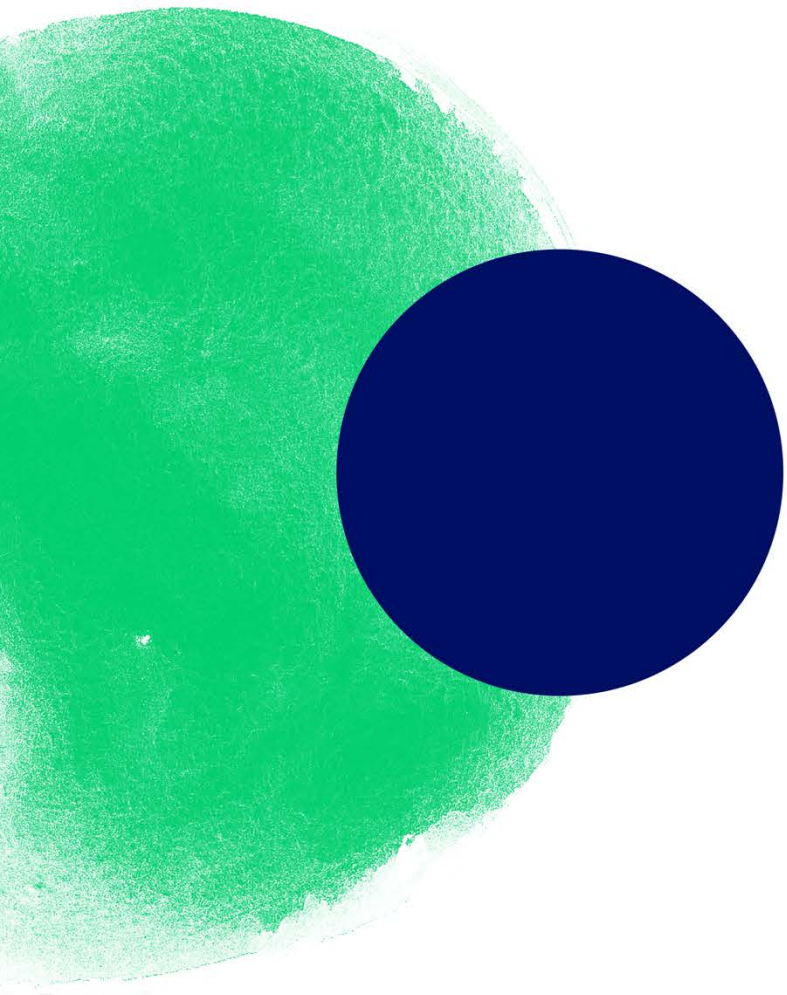
### Normas de Apresentação

Este relatório é uma harmonização entre vários quadros e normas. A informação apresentada neste relatório foi preparada de acordo com os requisitos vertidos no Código das Sociedades Comerciais, no Código dos Valores Mobiliários, no Decreto-Lei nº 89/2017, publicado a 28 de julho (Portugal) e na Lei 11/2018 de 28 de dezembro (Espanha). Adicionalmente, estamos também em conformidade com os requisitos do *Integrated Reporting Framework*, do *International Financial Reporting Standards* (IFRS, Normas Internacionais de Reporte de Informação), com as Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI (*GRI Standards*) – versão 2021, o Regulamento de Taxonomia da UE e o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). Destacamos, também, o nosso progresso em relação à *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), uma vez que, após uma avaliação inicial do risco climático, em 2022, um procedimento interno foi desenvolvido para monitorizar e definir anualmente planos de ação para a mitigação e oportunidades, bem como para a identificação dos potenciais impactos financeiros dos riscos climáticos.

### Relatórios e Garantias Externas

Por último, mas não menos importante, o nosso Relatório Anual Integrado inclui o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade (incluindo o Relatório de Remunerações), as Demonstrações Financeiras e os Anexos. Estes anexos incluem: (i) as Normas de Reporte de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), GRI 1 – Fundamentos 2021; (ii) a Demonstração de Informação Não Financeira, de acordo com os requisitos vertidos no Decreto-Lei nº 89/2017, publicado a 28 de julho (Portugal) e da Lei nº 11/2018, de 28 de dezembro (Espanha); (iii) o relatório sobre a avaliação de riscos relacionados ao clima de acordo com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) do Conselho de Estabilidade Financeira; (iv) em conformidade com o Regulamento de Taxonomia da UE, o relatório sobre os indicadores chave de desempenho específicos (KPIs) sobre a elegibilidade das atividades ambientais, e (v) o reporte de acordo com o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Todas as secções, excluindo os anexos, são objeto de auditoria pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. A informação sobre a sustentabilidade, que consta nos capítulos "A Nossa Estratégia", "O Nosso Impacto" e "O Nosso Desempenho" do Relatório Integrado de Gestão e do anexo GRI, é devidamente verificada por uma entidade externa (KPMG).



1. Relatório de  
Gestão Integrado 7


3. Demonstrações  
Financeiras 136

2. Relatório de Governo  
da Sociedade 61

4. Anexos 294

**Sonae**

**Conduzimos o amanhã**



1. Relatório de  
Gestão Integrado

**Desafiamos o  
amanhã**

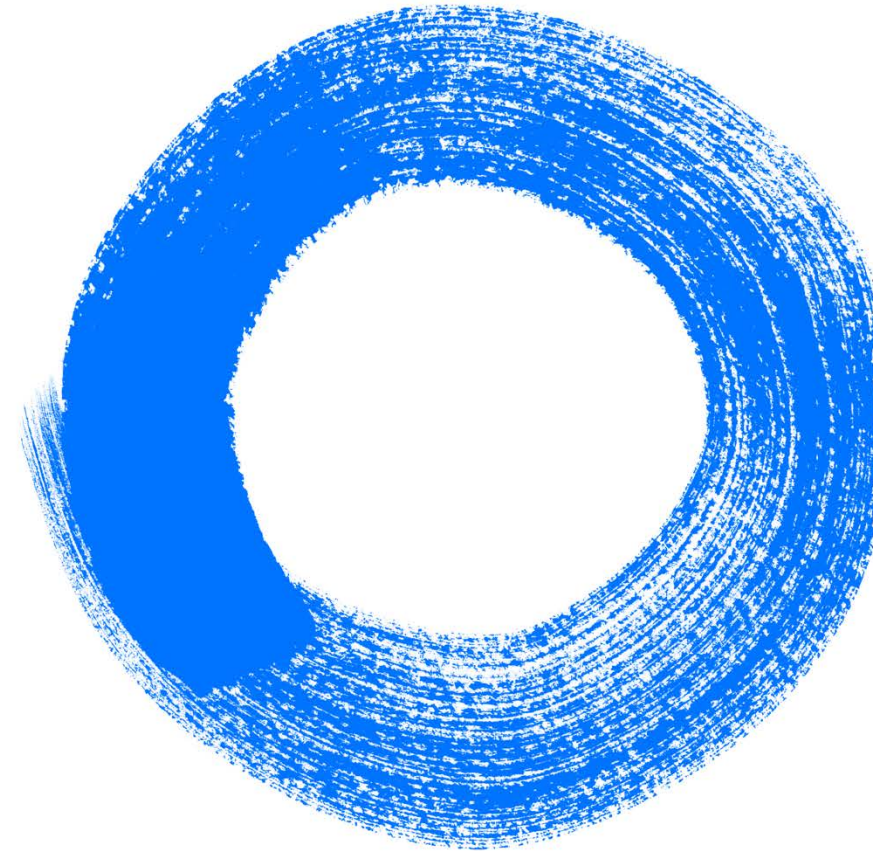
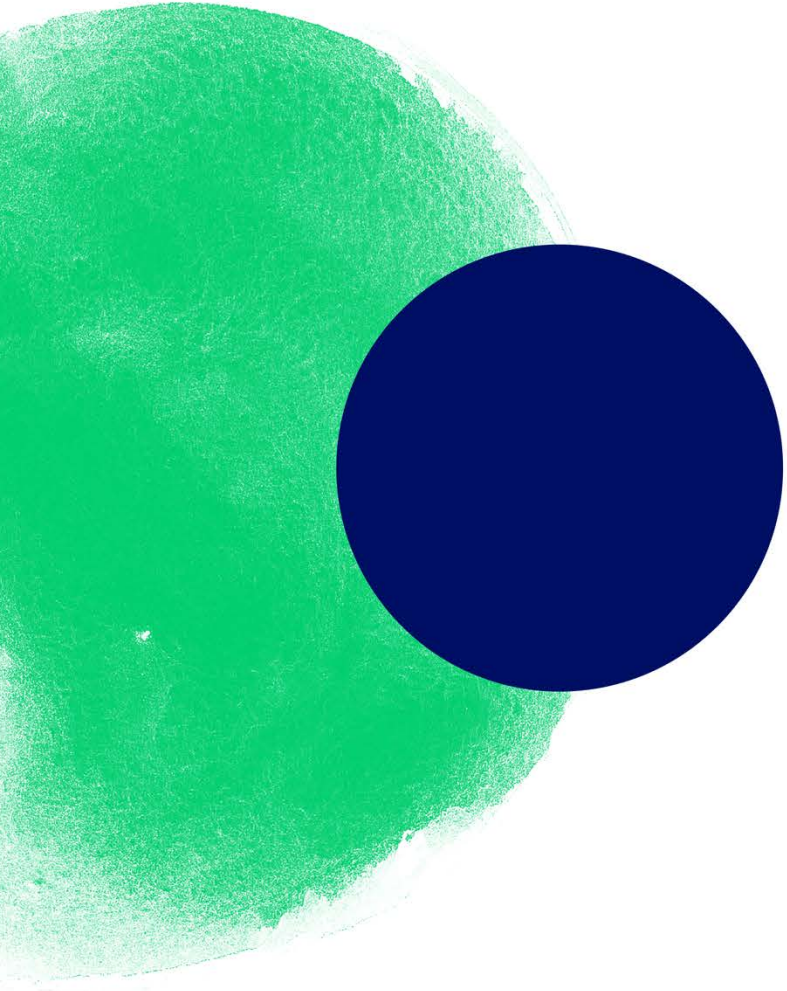




## Índice

Destaques do nosso ano.....	11
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	12
Mensagem da Presidente da Comissão Executiva.....	15
A nossa história.....	16
O nosso modelo de negócio.....	18
A nossa estratégia.....	19
A nossa gestão de risco.....	27
O nosso impacto.....	32
O relacionamento com os nossos <i>stakeholders</i> .....	41
O nosso portefólio.....	43
O nosso desempenho .....	44
Considerações finais e agradecimentos.....	59
Glossário.....	60





# Destques do nosso ano



## Valor Económico

€4,0mm

Valor líquido do portefólio  
-1,0% face a 2021

€98m

Dividendos pagos aos nossos acionistas  
+5% face a 2021

€7,7mm

Volume de negócios  
+11% face a 2021

€927m

EBITDA  
+27% face a 2021

5,9%

Holding Loan to Value  
Objetivo < 15%

12,7%

Retorno do Capital Investido  
Objetivo > 10%

## Valor Social e Natural

-24% tCO<sub>2eq</sub>

Emissões de GEE  
(âmbito 1+2) vs 2018

80%

Embalagens de plástico reutilizáveis, recicláveis  
ou Compostáveis +6pp face a 2021

37%

Consumo de eletricidade  
de fontes renováveis

88.545

Árvores doadas

48mil

Colaboradores

39%

Cargos de liderança ocupados por mulheres  
+2,6pp face a 2021

€31m

Apoio à comunidade  
+47% face a 2021

2.159

Horas de voluntariado

# Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O atual mandato do Conselho de Administração que está agora a terminar, testemunhou vários acontecimentos exógenos que afetaram significativamente a nossa sociedade. No início de 2020, o mundo parou na sequência de uma pandemia que provocou impactos económicos e sociais que irão prolongar-se no tempo. Após dois anos profundamente marcados por uma pandemia, e quando nos preparávamos para uma forte recuperação, 2022 foi subitamente impactado pela invasão da Rússia à Ucrânia, um país pacífico e democrático. A Rússia iniciou uma guerra na Europa a uma escala inimaginável e que não se via há quase 80 anos. Este conflito, que ainda decorre, originou uma tragédia humanitária e uma situação geopolítica nova e perigosa, colocando em causa as crenças há muito estabelecidas nos valores de paz e estabilidade europeus.

Todos estes acontecimentos fomentam um clima de incerteza, perturbando a vida dos nossos colaboradores, consumidores, parceiros e impactando as suas respetivas cadeias de abastecimento. Orgulhamo-nos das nossas equipas que demonstraram a agilidade e criatividade necessárias para continuar a trabalhar e servir os nossos clientes com elevados padrões de qualidade, pese embora a escassez de produtos e os obstáculos logísticos que enfrentaram. Foram, especialmente, capazes de antecipar a pressão que a crescente inflação acabaria por provocar no rendimento disponível das famílias e trabalharam para encontrar formas inovadoras de aumentar a eficiência na cadeia de abastecimento, a fim de mitigarem o impacto nos consumidores e na rentabilidade. No meio de toda esta turbulência, os nossos colaboradores foram o nosso maior ativo e a nossa prioridade máxima, tendo sido incansáveis na busca de alternativas e soluções inovadoras perante todos os desafios que nos foram sendo colocados.

Perante todos estes desafios, a incerteza e a urgência, eu acredito que as nossas equipas conseguiram igualmente manter-se concentradas no longo prazo e no compromisso com um futuro sustentável. O compromisso da Sonae para com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e do *Global Compact* nunca foi esquecido ou suspenso. No momento atual temos de ser mais inclusivos, criar pontos de diálogo que unam diferentes perspetivas e trabalhar em parceria com todos os *stakeholders* para a criação de valor a longo prazo. Estou profundamente convicto de que a Sonae, e todas as suas empresas, tiveram um impacto positivo nas comunidades em que estão presentes e progrediram significativamente na



**“Mais um ano, mais um desafio. Os últimos anos levaram realmente a nossa resiliência a novos limites. Os excelentes resultados alcançados, deixam-me cautelosamente otimista mesmo diante de um futuro incerto.”**

compreensão e redução do impacto na natureza. O nosso sentido de propósito e o empenho em criar hoje um amanhã melhor para todos são cada vez mais partilhados entre os nossos *stakeholders* e são fatores distintivos da Sonae.

## Valor Natural

Os nossos compromissos para a redução da emissão de gases com efeito de estufa (GEE) e da utilização de plásticos foram detalhados, assumidos publicamente e apenas foram alterados para aumentar a sua exigência em termos de âmbito, objetivos ou prazos. Estes compromissos continuam a ser convictamente perseguidos por várias operações de grande escala, notavelmente, através de investimentos na produção e utilização de energia proveniente de fontes renováveis, no uso de materiais recicláveis e mais sustentáveis em novos edifícios, na requalificações de ativos, na revisão de procedimentos operacionais para reduzir o consumo de energia, em medidas adicionais de eficiência para melhorar a gestão de resíduos e na redução do desperdício alimentar de produtos.

Estamos a progredir nestas duas frentes fundamentais, rumo aos nossos mais recentes e ambiciosos objetivos, e durante 2022:

- As emissões GEE, âmbitos 1+2, reduziram-se em 24% face ao valor de 2018, rumo aos nossos objetivos de redução em 54% até 2030 e de atingirmos a neutralidade carbónica em 2040;

- 100% das emissões GEE da nossa frota de veículos foram compensadas, e continuarão a ser no futuro até que a frota seja totalmente elétrica, através da plantação de floresta resiliente, produtiva e biodiversa;
- Atingimos 80% de embalagens de plástico reutilizável, reciclável ou compostáveis nos nossos produtos de marca própria e seguimos rumo ao nosso objetivo de atingir os 100% em 2025.

Como esperado, a complexidade crescente dos problemas que enfrentamos dificulta a tarefa de encontrar respostas adequadas para os mesmos. No entanto, continuamos confiantes que a qualidade da nossa capacidade de resolução e a criatividade terão resultados. No decorrer do ano, fomos particularmente desafiados pelo atraso da infraestrutura e pela indisponibilidade do processo de recolha e tratamento de plásticos compostáveis, o que inibiu a sua implementação generalizada, uma vez que, inevitavelmente, estes acabam misturados com plásticos recicláveis, afetando o seu processo de recuperação e reutilização.

Compreender o nosso impacto total na perda de Biodiversidade tem sido um grande desafio e manter-se-á nos próximos anos, face à complexidade crescente em lidar com o impacto nos ecossistemas. Nos últimos dois anos, aderimos à *act4nature* (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, Portugal) e subscrevemos os *UN Global Compact Sustainable Ocean Principles*. As nossas empresas desenvolveram estratégias de biodiversidade que permitiram resolver os primeiros desafios que, embora mais simples, eram importantes e assumimos publicamente um novo compromisso de extrema relevância, o de Zero Desflorestação até 2030.

É importante sublinhar que todos os nossos esforços contribuíram para uma maior consciencialização das nossas equipas para o impacto que temos sobre a natureza, que agrava os efeitos das alterações climáticas e que não se resume apenas às emissões de GEE. Adicionalmente, a liderança dos nossos investimentos na área das energias renováveis e eficiência energética, revelaram-se uma vantagem competitiva face ao aumento dos preços da energia no último ano.

## Valor Social

A Sonae tem um histórico de décadas na defesa da ideia fundamental de que a promoção de valor social não é somente um dever das empresas responsáveis, mas também um determinante crucial para a sustentabilidade e para o sucesso a longo prazo. Abraçar e investir na criação de valor social fomenta um ambiente de trabalho inclusivo, de apoio, de empenho e de motivação, que é essencial para a atração, desenvolvimento e retenção de talento. Complementarmente, os efeitos da criação de valor social extravasam os nossos horizontes e afetam positivamente as comunidades que nos rodeiam, que incluem, naturalmente, os nossos clientes. Na Sonae, acreditamos na ideia simples de que sociedades sustentáveis têm de ser essencialmente compostas por organizações sustentáveis.

Perante mais um ano de dificuldades acrescidas para muitas das comunidades que servimos, considerando o aumento recorde da inflação que pressionou significativamente o rendimento disponível das famílias, ainda fragilizadas e a recuperar da pandemia, a Sonae reforçou, uma vez mais, o seu apoio social. Estabelecemos parcerias com várias organizações locais e aumentámos o nível de apoio comunitário em 47%, para um total

de 31 milhões de euros, selecionando cuidadosamente as causas e iniciativas que apoiamos, de forma a maximizar o impacto das nossas contribuições. Este reforço quase que triplica os valores no início do presente mandato, refletindo as circunstâncias excecionais em que vivemos.

Todavia, a ajuda da Sonae vai muito além de donativos. No ano passado, as nossas equipas excederam as expectativas e, com o nosso apoio, ofereceram mais de 2.000 horas de voluntariado. De todas as iniciativas, eu gostaria de destacar a *Sonae for Ukraine*. Quando a guerra começou, a nossa equipa estava em alerta e pronta para ajudar e foi exatamente isso que fez. A *Sonae for Ukraine* desenvolveu um plano abrangente através do uso dos ativos e competências dos nossos diferentes negócios para receber, alojar e apoiar refugiados da melhor forma possível.

O ritmo acelerado de mudança em que vivemos juntamente com as atuais iniciativas Europeias de Digitalização e Sustentabilidade, colocarão em risco milhões de cidadãos europeus por não possuírem as competências que lhes permitiriam ter um trabalho gratificante, a menos que sejam sensibilizados para essa necessidade e lhes sejam disponibilizadas ofertas e oportunidades para tal. Esta situação consubstancia um risco com elevado impacto social e financeiro, pelo que a Sonae, em conjunto com as empresas do ERT (*European Roundtable for Industry*) e da ABRP (*Associação Business RoundTable Portugal*), rapidamente iniciaram, e apoiam ativamente, um conjunto de projetos, com o objetivo de requalificar um milhão de europeus com competências para as profissões de maior procura. Em Portugal, esta iniciativa, agora designada de PRO\_MOV, inaugurou sete laboratórios, envolvendo mais de cem participantes que estão neste momento em processo de requalificação.

Em 2022, um ano antes do previsto, a Sonae alcançou o seu objetivo para 2023 de ter 39% dos cargos de liderança desempenhados por mulheres. Estou extremamente orgulhoso desta conquista. Estou também entusiasmado com a nossa iniciativa “Pessoas com Diferença” com o objetivo de recrutar pessoas portadoras de deficiência reforçando o nosso incentivo para atingirmos uma maior diversidade nas nossas equipas. Acreditamos verdadeiramente no elevado valor de termos uma equipa diversificada e de como essa realidade pode contribuir para um ambiente de trabalho mais inovador, inclusivo e qualificado.

Estamos orgulhosos da forma como trabalhamos e do nosso sentido de propósito, mas também sabemos que apenas conseguimos cumprir a nossa missão se continuarmos a crescer e a criar empregos, sendo esta a nossa maior contribuição para a sociedade. Durante o ano, aumentamos o nosso número de trabalhadores para mais de 48 mil, criando 1.250 novos postos de trabalho. Os nossos colaboradores têm um mundo de oportunidades na Sonae, e nós continuamos atentos às suas opiniões e a agir rapidamente para os proteger e para os fazer sentir respeitados e valorizados.

## Valor Económico

Após um 2021 desafiante, o desenvolvimento ambiental e social da Sonae foi novamente acompanhado por uma melhoria do seu desempenho económico. Na realidade, perante um cenário de inflação significativa, cadeias de abastecimento pressionadas e contínua complexidade operacional motivada pela pandemia global, a Sonae conseguiu fortes resultados, nomeadamente com o EBITDA consolidado a atingir os 927 milhões de euros,

um aumento de 27% se comparado com 2021, e o ROE a cifrar-se nos 13,4%, em linha com 2021.

A nossa gestão de portefólio, em 2022, não resultou, ainda, em aquisições estratégicas significativas. No entanto, fomos capazes de executar transações importantes para melhorar a estrutura do portefólio, de que é exemplo o fim da parceria na Zopt, o aumento da participação na Sierra para 90% e a conclusão de outras operações, previamente anunciadas ao mercado, como a venda da MDS e da Maxive. Como resultado, mantivemos uma posição de alavancagem conservadora, que nos dá a capacidade de continuar a crescer através de novas aquisições nos próximos anos. Adicionalmente, o Universo, a nossa empresa de serviços financeiros, anunciou uma *joint venture* importante com o Bankinter que visa aumentar a sua oferta de serviços e a acelerar o seu crescimento.

O desempenho operacional foi relativamente bom em todo o portefólio, com a exceção da Zeitreel, ainda em recuperação dos efeitos resultantes das restrições impostas pelo Covid-19. Estou particularmente orgulhoso do trabalho realizado pelos nossos negócios de retalho alimentar, porque, para apoiarem os nossos consumidores num período de elevada inflação, as nossas equipas reduziram a sua margem bruta, tendo ainda de absorver os aumentos significativos dos custos energéticos, conseguindo conter o impacto negativo na nossa margem EBITDA. É particularmente frustrante testemunhar o desrespeito do atual governo por este trabalho, ao liderar uma campanha que falsamente atribui a inflação dos preços dos alimentos ao aumento das margens dos retalhistas, incluindo da nossa empresa.

Num cenário de desempenho negativo no mercado bolsista no decorrer deste ano, o *Total Shareholders Return* (TSR) da Sonae atingiu os -2%, enquanto o NAV (valor líquido do ativo) diminuiu ligeiramente em 1%. Embora este seja um desempenho superior ao do mercado, que, sem dúvida, reflete os resultados operacionais positivos do nosso negócio, ainda não conseguimos reduzir o desconto da *holding* e aumentar o valor a que as nossas ações são transacionadas. O Conselho de Administração irá, assim, propor aos acionistas a manutenção da nossa política de dividendos, com um aumento do dividendo anual de 5%.

## Nota Final

Gostaria de agradecer a todos os meus colegas do Conselho de Administração e aos membros dos diferentes órgãos estatutários, pela sua devoção a este ambicioso projeto, para o qual sempre contribuíram de todas as formas possíveis.

Gostaria de deixar um agradecimento especial à Cláudia e à nossa equipa de gestão, e a cada um dos CEO das nossas empresas do portefólio, bem como às suas equipas. Ninguém poderia antecipar os desafios que enfrentámos, especialmente nos últimos três anos, e, face à adversidade, eles atingiram um desempenho e uma liderança extraordinariamente notáveis.

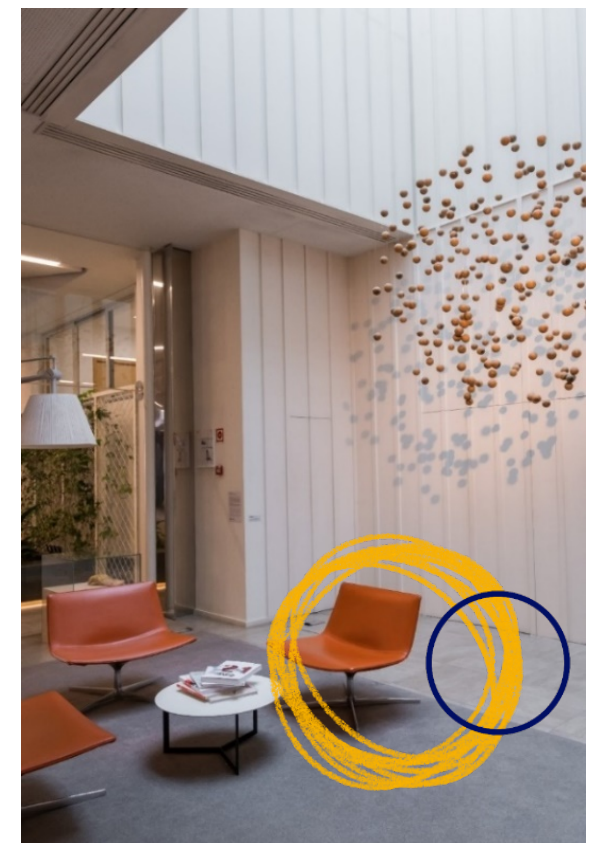
Aproveito também esta oportunidade para expressar o meu mais sincero apreço a todas as pessoas na Sonae. O vosso compromisso, resiliência e dedicação, neste período turbulento, foram a demonstração clara do motivo pelo qual a Sonae é uma organização líder e uma *long living company*. Ao longo dos últimos anos, os nossos parceiros e fornecedores também precisaram de ir além do esperado. Todos os nossos *stakeholders*

foram fundamentais – todos demonstraram confiança na Sonae e acompanharam-nos no nosso caminho. Obrigado.

Olhamos para o futuro com um otimismo cauteloso, pois os tempos continuarão a ser voláteis e desafiantes. Estamos, no entanto, revitalizados pelas muitas oportunidades que continuam a surgir para o Grupo. Apesar dos ventos adversos dos últimos anos, a Sonae continua forte. Continuaremos a trabalhar para aumentar a rentabilidade dos nossos negócios, para melhorar os nossos impactos sociais e ambientais, e continuaremos a procurar novas oportunidades de crescimento em diferentes geografias e mercados, respondendo aos desafios em parceria com todos os nossos *stakeholders*. Trabalhamos juntos para a criação de valor sustentável e responsável – *Shaping tomorrow. today.*

Paulo Azevedo,

Presidente do Conselho de Administração



# Mensagem da Presidente da Comissão Executiva

2022 foi o último ano do atual mandato do Conselho de Administração, o qual, enquanto CEO do Grupo, enfrentei com um enorme orgulho e sentido de responsabilidade. Os últimos quatro anos foram conturbados e desafiantes. Mas estou orgulhosa do que alcançámos em conjunto. O mundo à nossa volta mudou, nós também mudámos. Mas o nosso propósito manteve-se inalterado: criar valor económico e social, melhorando a vida das pessoas à nossa volta. Alcançámos fortes progressos em todos os domínios, apesar dos desafios externos incomensuráveis que enfrentámos.

Após dois anos de pandemia, a invasão à Ucrânia, em 2022, trouxe consequências com as quais ainda estamos a lidar e que irão persistir por um longo período de tempo. Durante o ano, a inflação aumentou para níveis que o mundo não havia presenciado neste século, sobretudo devido aos aumentos acentuados nos custos de energia e às perturbações nas cadeias de abastecimento que afetaram toda a economia. O elevado nível de inflação, juntamente com as crescentes taxas de juro colocaram sob pressão o rendimento disponível das famílias e, conseqüentemente, alteraram os seus padrões de consumo. Na Sonae, rapidamente percebemos os impactos potenciais nas nossas comunidades e agimos em conformidade para os mitigar. Para evitar uma maior sobrecarga nos orçamentos familiares, os nossos negócios de retalho suportaram parte da pressão inflacionista, à custa da sua própria rentabilidade. No entanto, com dedicação, inovação e o espírito empreendedor que caracteriza o Grupo, continuámos a melhorar as nossas propostas de valor para os consumidores. Adaptámos rapidamente as nossas ofertas para responder às necessidades de um mercado em mudança, e estes esforços foram claramente reconhecidos pelos clientes e refletidos no aumento das quotas de mercado de todos os nossos negócios, apesar dos ambientes competitivos mais intensos.

Neste contexto desafiante, a Sonae manteve um nível elevado de investimento. No total, o Grupo investiu €357m nas suas operações (um aumento de 28% face a 2021) e criou mais de 1.200 novos postos de trabalho, ultrapassando os 48 mil colaboradores. Reforçámos ainda o investimento e o compromisso com as empresas do Grupo, nomeadamente aumentando as participações na Sierra e na NOS. A nossa dívida líquida caiu para um valor historicamente baixo, dando-nos conforto que, apesar das elevadas taxas de juro e dos desafios que enfrentamos em cada setor, seremos capazes de continuar a investir para criar valor nas nossas comunidades durante os próximos anos.

A Sonae manteve-se firme na sua procura por um futuro melhor, permanecendo ao lado das suas pessoas e das suas comunidades, mantendo o compromisso com os seus



objetivos ambientais. Relativamente à sustentabilidade ambiental, não só nos mantivemos no caminho para cumprir o nosso compromisso ambicioso de atingir a neutralidade carbónica das nossas operações até 2040, como também estabelecemos um novo compromisso, “Zero Desflorestação” até 2030, um passo fundamental para garantir que todos os nossos negócios estarão na linha da frente no combate à desflorestação. Fizemos ainda progressos significativos para assegurar que 100% do plástico utilizado nas embalagens dos produtos de marca própria é reutilizável, reciclável ou compostável até 2025, com a reciclabilidade das embalagens a atingir 80% em 2022. Na frente social, em 2022, lançámos o programa “Sonae for Ukraine” para apoiar os refugiados da guerra na Ucrânia que se encontrem em Portugal. Contribuímos financeiramente, com a criação de oportunidades de emprego, com bens essenciais e alimentares e com o apoio dos nossos voluntários. Para além disto, cumprimos com o nosso compromisso de atingir 39% de cargos de liderança exercidos por mulheres um ano antes do previsto, e aumentámos o apoio às nossas comunidades em quase 50% para mais de €30m.

Ao rever os últimos quatro anos, estou verdadeiramente orgulhosa do que alcançámos. Hoje, temos um impacto positivo na vida de muito mais pessoas, e isto é precisamente o que nos move. Gostaria de agradecer às nossas equipas e a todos os nossos *stakeholders* que estabeleceram parcerias connosco e partilham os mesmos valores, permitindo-nos amplificar o nosso impacto na sociedade.

O ritmo de mudança não vai abrandar. E há sempre riscos inesperados a surgir no horizonte. No entanto, estou confiante de que estaremos preparados para os enfrentar. Este ano está já recheado de projetos e iniciativas dinâmicos, repletos de inovação e sustentabilidade. Continuaremos a potenciar o crescimento e a trabalhar em conjunto para criar um amanhã melhor para todos.

Cláudia Azevedo, CEO (Presidente da Comissão Executiva)

# A Nossa História

Sonae tem uma longa história e um passado diversificado, com um foco num sucesso sustentável

## O Início

1950s - 1960s

Fundação da Sonae (1959) com a produção de painéis derivados de madeira

Contratação de Belmiro de Azevedo (1965)



## Integração vertical

1970s

Expansão do negócio de painéis derivados de madeira para novos mercados e produtos

Aquisições de unidades de produção de aglomerados de partículas e de madeira

## Diversificação

1980s

Oferta Pública de Venda (OPV) da Sonae (1983)

Abertura do 1º hipermercado em Portugal (1985)



Primeira carta de cultura Sonae, descrevendo o seu ADN

Expansão para o setor imobiliário e abertura dos primeiros centros comerciais em Portugal (1989)



## Expansão

1990s

Lançamento do jornal Público Sonae adere ao WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*)

Desenvolvimento de diversos formatos inovadores de retalho

Expansão do negócio de retalho alimentar para o Brasil

Entrada em bolsa da Sierra e parceria com a Grosvenor



Lançamento da Optimus, operadora de telecomunicações em Portugal



## Crescimento Internacional

2000s

*Spin-offs* da Sonae Indústria e da Sonae Capital

Venda da operação de retalho alimentar no Brasil

Lançamento do canal de retalho alimentar *online* (Continente *online*)



Sonae adere à iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas

Expansão da Sierra para Espanha, Grécia, Alemanha, Itália e Roménia

Aquisição da Carrefour Portugal (retalho alimentar)

Lançamento da Sonae IM (Bright Pixel)

Expansão da Worten e SportZone para Espanha

## Reorganização do Portfólio

2010s



Criação de “À Nossa Maneira” (Cultura, valores e princípios únicos da Sonae)

Fusão entre a Zon e a Optimus para a criação da NOS

Compromisso com as metas voluntárias ERT (*European Round Table for Industry*) para mulheres em cargos de liderança

Aquisição da Salsa e da Losan (moda)

Criação da Iberian Sports Retail Group, *joint-venture* com a JD Sports e a Sprinter

Aquisição pela MC de 60% da Arenal Perfumarias

Subscrição do “*Paris Pledge for Action*”

Aumento da participação na Sierra

Lançamento do Cartão Universo

## Criação de valor de forma ativa e sustentável

2020s

Sonae integra o Pacto Português para os Plásticos

Sierra cria o fundo Sierra Prime

Compromisso de neutralidade carbónica até 2040

Sonae adere ao Programa Corporativo da *Science Based Targets for Nature* (SBTN)

Reorganização da operação da Worten em Espanha

Venda de uma participação de 25% da MC e venda da Maxmat, da MDS e da Maxive

Entrada no setor AgTech com a aquisição da Gosh UK

Nova estratégia da marca e atualização da identidade visual



As empresas Sonae criam compromisso para evitar desflorestação até 2030

Subscrição dos Princípios dos Oceanos da ONU

Reforço da posição na Sierra e na NOS, incluindo o fim da parceria na Zopt

Nova parceria 50/50 para o Universo

Criação de uma política anticorrupção alinhada com o Código de Ética da Sonae

## O nosso modelo de negócio



Nota: O valor dos impostos pagos e coletados é um valor não auditado.

# Sonae

## A nossa estratégia

Acreditamos que o crescimento contínuo e a obtenção de um desempenho de referência são os motores da Sonae, pois geram oportunidades para os seus *stakeholders* e asseguram uma superior criação de valor económico, social e natural.



A Sonae faz parte de um mundo globalizado, cada vez mais rápido e mais digital, o que aumenta ainda mais as suas ambições e eleva a fasquia para as suas operações. Este contexto exige compreensão contínua das tendências a longo prazo, foco na inovação e na procura e investimento em áreas com fortes perspetivas de crescimento, bem como uma exposição equilibrada a diferentes riscos, nomeadamente em termos geográficos e setoriais.

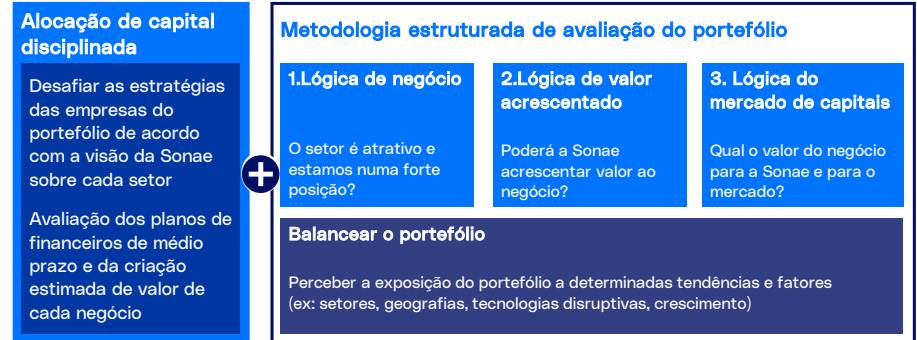
Na procura de um valor económico, social e natural superior, aplicamos a nossa estratégia em frentes distintas (i) Gestão ativa do portefólio, (ii) Empresa mãe com estilo de gestão eficaz e modelo de governo societário comprovado, (iii) Forte ligação entre as empresas do nosso portefólio com o intuito de fomentar sinergias, e (iv) sempre de acordo com critérios ESG.

### i. Gestão ativa do portefólio

Com uma carteira diversificada de negócios, a Sonae tem um historial de crescimento e de gestão ativa do portefólio sustentada por uma abordagem disciplinada de alocação de capital com a capacidade de criar, promover, investir e expandir novos negócios, mas também de reduzir a exposição ou sair quando estas opções potenciam a criação de valor. Esta abordagem contínua requer (1) uma atitude ativa de gestão do portefólio, através de um conhecimento profundo de cada negócio do portefólio, do seu mercado e setor, permitindo que as estratégias e planos financeiros dos nossos negócios sejam desafiados para um desempenho e crescimento acima do mercado, sustentabilidade a longo prazo e criação de valor acrescentado a nível económico, social e natural, e (2) uma procura contínua de novas oportunidades de investimento, através de uma estratégia de investimento definida que contribua para a nossa ambição, valores e objetivos.

#### 1 Gestão ativa do nosso portefólio atual

O atual portefólio da Sonae é sempre o nosso ponto de partida. Monitorizamos de forma contínua, avaliando cuidadosamente o desempenho das nossas empresas, contrastando o seu desempenho com os respetivos setores e calibrando as nossas expectativas a médio prazo. Adicionalmente, avaliamos potenciais oportunidades de colocação de qualquer ativo no mercado.



Esta abordagem é baseada em **três princípios**:

- **Lógica de Negócio:** O setor é atrativo e temos uma posição forte? A nossa decisão considera a atratividade estrutural de um negócio, nomeadamente o setor ou mercado em que compete, e a força da sua posição competitiva nesse mercado.

- **Lógica de Valor acrescentado:** Poderá a Sonae acrescentar valor ao negócio? A Sonae avalia continuamente se é a melhor empresa-mãe e/ou acionista para determinado negócio. Ou seja, avaliamos o valor que a Sonae acrescenta ao negócio, proveniente quer da relação entre a *holding* e o negócio, quer das ligações e sinergias estabelecidas entre empresas do portefólio.
- **Lógica do Mercado de Capitais:** Qual o valor do negócio para a Sonae e para o mercado? Compreender a posição no mercado de capitais, nomeadamente como o mercado valoriza os ativos da Sonae em comparação com o valor atualizado líquido dos *cash flows* futuros, estimado pela Sonae.

Paralelamente, a Sonae efetua também uma análise holística do equilíbrio do seu portefólio, de forma a compreender a sua exposição do seu capital a tendências e fatores específicos (por exemplo, setor, mercado, padrão de crescimento, geografia ou disrupção tecnológica).

Esta abordagem permite à Sonae estabelecer as melhores opções para os seus negócios que são, em última análise, a base para ajustar o portefólio ao longo do tempo na procura da criação contínua e sustentável de valor.

Esta abordagem tem sido fundamental para a nossa atividade de gestão ativa da portefólio e alocação de capital nos últimos anos.

## 2 Procura contínua de novos investimentos

Adicionalmente, a Sonae tem equipas dedicadas a analisar continuamente o mercado de investimento, explorando tendências emergentes, setores e modelos de negócio com potencial de crescimento, novas geografias e parcerias, procurando novas oportunidades de longo prazo.

Nesta tarefa, prosseguimos:



- **Setores com forte crescimento e tendências de longo prazo:** setores que são apoiados por sólidas tendências macroeconómicas e que permitem um posicionamento a longo prazo. Procuramos as melhores empresas com posições de liderança no mercado e propostas de valor distintas.

- **Exposição internacional:** a Sonae procura investir em empresas que tragam diversificação geográfica ao seu portefólio. Adicionalmente, consideramos empresas altamente internacionais com potencial de escalabilidade.
- **Abordagem de investimento flexível:** apesar de não estar vinculada a requisitos rigorosos, a Sonae procura, principalmente, investimentos de grande dimensão, em empresas cotadas ou não cotadas, visando posições de controlo ou participações que permitam uma influência significativa.
- **Modelo de governo societário robusto:** Investimentos em empresas lideradas por equipas de gestão de alta qualidade e empreendedoras que partilham a sua visão, paixão e elevados padrões éticos. O nosso objetivo é acrescentar valor e desafiar a sua estratégia através das estruturas de governação existentes com o objetivo de fomentar o seu crescimento e criação de valor.
- **Investimentos responsáveis e sustentáveis:** apoio às empresas no desenvolvimento de uma estratégia e planeamento ESG de acordo com seus *stakeholders*, objetivos e, contribuindo ativamente para a execução dos compromissos ESG da Sonae.

É através desta mentalidade de crescimento, uma visão global e um impulso sustentável que podemos estabelecer parcerias com as empresas e equipas de gestão certas para concretizar a nossa ambição, sempre de uma forma responsável.



## ii. Empresa mãe com estilo de gestão eficaz e modelo de governo societário comprovado

O modelo de governo societário da Sonae baseia-se num forte conjunto de valores corporativos que refletem a nossa identidade, a nossa história e estão em perfeito alinhamento com a nossa estratégia e missão. Como empresa-mãe, a Sonae assegura que estes valores fundamentais estão presentes em todas as empresas do portefólio através de um modelo de governo societário flexível que permite uma tomada de decisão rápida e uma supervisão eficaz.

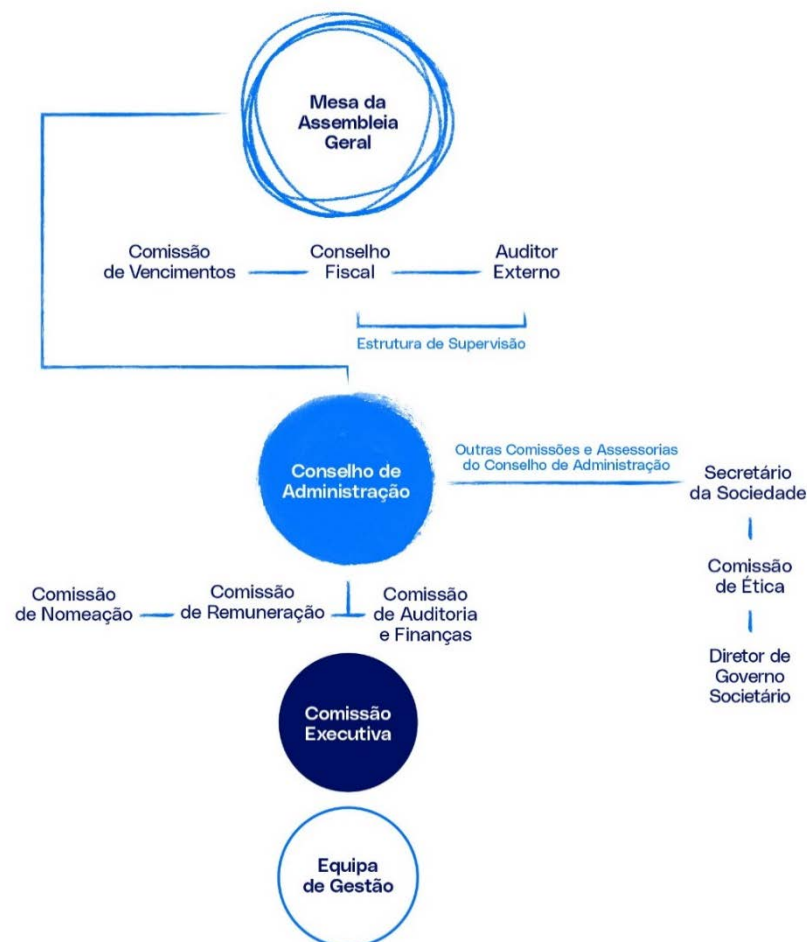
A Sonae adota um modelo de governação monista em torno do seu Conselho de Administração. O Conselho de Administração acolhe três comissões especializadas - a Comissão de Auditoria e Finanças, a Comissão de Remuneração e a Comissão de Nomeação - com o objetivo de apoiar a atividade dos administradores não executivos e assegurar a máxima eficácia na gestão do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração nomeia também a Comissão Executiva, com poderes delegados para conduzir a gestão diária da empresa. Adicionalmente, nas funções de aconselhamento ao Conselho de Administração, existem o Diretor de Governo Societário, o Secretário da Sociedade e a Comissão de Ética (presidida por um membro não executivo do Conselho de Administração).

O Conselho de Administração é responsável pelo desenvolvimento de políticas e planos, pela supervisão e pela atuação no melhor interesse da Sonae e dos seus *stakeholders*, tomando decisões informadas, objetivas e independentes, enquanto monitoriza a gestão executiva e assegura o sucesso da Sonae. Dos dez membros que compõem o atual Conselho de Administração, oito são Administradores Não-Executivos e quatro são independentes. A composição do Conselho assegura diversidade em termos de género, nacionalidade, experiência e *expertise*.

A Comissão Executiva é composta por dois Diretores Executivos do Conselho de Administração - o CEO e o CFO<sup>1</sup>. Todos os membros do Conselho de Administração são altamente respeitados tanto individualmente como em equipa, e o seu conhecimento especializado e coletivo são ativos importantes para a equipa de gestão da Sonae.

O atual Conselho de Administração foi eleito na Assembleia Geral de Acionistas de 2019 e o seu mandato terminou no final de 2022. Um novo Conselho de Administração será eleito para o mandato de 2023-2026 na Assembleia Geral de Acionistas de 2023.



<sup>1</sup> A remuneração dos Administradores Executivos está indexada à estratégia da Sonae e inclui uma componente fixa e uma componente variável dependente do desempenho. Para mais informações, por favor consulte o Relatório de Governo da Sociedade.

## Conselho de Administração



**Paulo Azevedo**

Presidente Não Executivo desde 2015  
Ano de Nomeação: 2000  
Nacionalidade: Portuguesa  
Idade: 57  
Áreas de *expertise*: ESG, Retailo, Telecomunicações e Estratégia



**Lorraine Trainer**

Não Executiva Independente Sênior  
Ano de Nomeação: 2015  
Nacionalidade: Britânica  
Idade: 70  
Áreas de *expertise*: Gestão da Mudança, Internacional e Governo Societário



**Ângelo Paupério**

Não Executivo  
Ano de Nomeação: 2000  
Nacionalidade: Portuguesa  
Idade: 63  
Áreas de *expertise*: Finanças, Retailo, Telecomunicações e Imobiliário



**Marcelo Faria de Lima**

Não Executivo Independente  
Ano de Nomeação: 2015  
Nacionalidade: Brasileira  
Idade: 61  
Áreas de *expertise*: Internacional, Finanças, Gestão de Portefólio e Digital



**Cláudia Azevedo**

CEO  
Ano de Nomeação: 2019  
Nacionalidade: Portuguesa  
Idade: 52  
Áreas de *expertise*: Estratégia, Gestão de Portefólio, Digital e ESG



**João Dolores**

CFO  
Ano de Nomeação: 2019  
Nacionalidade: Portuguesa  
Idade: 42  
Áreas de *expertise*: Finanças, Estratégia e Internacional



**José Neves de Adelino**

Não Executivo Lead Director  
Ano de Nomeação: 2007  
Nacionalidade: Portuguesa  
Idade: 68  
Áreas de *expertise*: Finanças, Internacional e Governo Societário



**Fuencisla Clemares**

Não Executiva Independente  
Ano de Nomeação: 2019  
Nacionalidade: Espanhola  
Idade: 48  
Áreas de *expertise*: Digital, Retailo e Estratégia



**Carlos Moreira da Silva**

Não Executivo  
Ano de Nomeação: 2019  
Nacionalidade: Portuguesa  
Idade: 70  
Áreas de *expertise*: Gestão de Portefólio, Indústria e Empreendedorismo

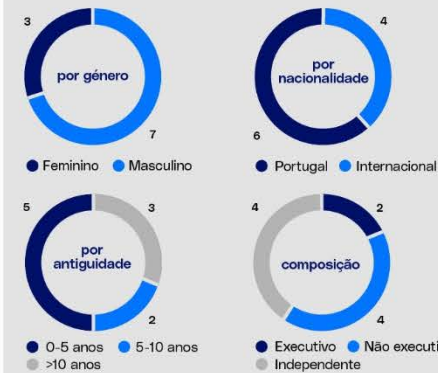


**Philippe Haspelagh**

Não Executivo Independente  
Ano de Nomeação: 2019  
Nacionalidade: Belga  
Idade: 72  
Áreas de *expertise*: Internacional, Gestão de Portefólio, ESG e Recursos Humanos



### Diversidade do Conselho de Administração



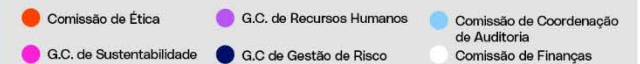
### Principais áreas de *expertise*:



### Comissões do Conselho de Administração



### Outras Comissões e Grupos Consultivos (GC)



## Equipa de Gestão



**João Dolores**  
CFO  
*Chief Financial Officer*

O João juntou-se à Sonae em 2014 com o desafio de liderar a área de Estratégia Corporativa. De 2015 a 2019, o João liderou a estratégia, planeamento e controlo de gestão do Grupo. Antes de se juntar à Sonae, o João assumiu as funções de Diretor da unidade de negócio Cloud da Portugal Telecom, foi Associate na McKinsey & Co., e gestor de marca na J.W. Burmester & C. Lda. O João também lecionou Estratégia no MBA Executivo da Porto Business School.

**João Günther Amaral**  
CDO  
*Chief Development Officer*

O João, entre 2014 e 2019, foi membro da Comissão Executiva da MC. O João exerceu ainda as funções de responsável pela Logística, Centros de Produção e Gestão da Cadeia de Abastecimento. Em 2017, tornou-se CIO (*Chief Information Officer*) da MC. Entre 2001 e 2014, o João foi Analista e Gestor de Sistemas de Informação, Gestor de Inovação e Gestor de Melhoria Contínua. Antes de ingressar na Sonae, trabalhou na Agência de Inovação, S.A. e na Leica Camera AG, liderando a área de tecnologias da informação em ambas as empresas.

**Cláudia Azevedo**  
CEO  
*Chief Executive Officer*

A Cláudia faz parte da equipa da Sonae desde 1994, ocupando diversos cargos em várias empresas do portefólio. Ao longo de quase duas décadas, a Cláudia liderou a Sonae Investment Management (atual Bright Pixel), empresa que se dedica à gestão de investimentos em tecnologia de informação aplicada ao retalho, telecomunicações e cibersegurança. Em 2013, a Cláudia foi nomeada CEO da Sonae Capital, e foi responsável pela gestão de um portefólio de investimentos amplamente diversificado.

A Equipa de Gestão da Sonae, liderada por Cláudia Azevedo (CEO), foi nomeada em abril de 2019. A Equipa de Gestão é impulsionada pela missão da Sonae, apoiada nos seus valores intrínsecos, e está totalmente focada na execução da estratégia definida pelo Conselho de Administração.

Para além disso, e enquanto *holding*, a Sonae evoluiu ao longo do tempo para um modelo que promove um maior grau de autonomia para cada empresa e um estilo enquanto empresa-mãe mais uniforme para todo o portefólio, focado em desafios e riscos estratégicos, financeiros e sustentáveis para cada uma das empresas, criando assim as condições para responder mais rapidamente aos crescentes desafios de ambientes e contextos competitivos em constante mudança.

Cada empresa do portefólio tem a sua própria estrutura de governo societário, que funciona sob as mesmas diretivas de responsabilidade e transparência, e que está totalmente alinhada com o modelo de governo societário da Sonae.

**Cada empresa do portefólio tem a sua própria estrutura de governo societário**

**A Equipa de Gestão da Sonae é próxima dos Conselhos de Administração das empresas do portefólio**

Enquanto *holding*, a Sonae está presente na estrutura de governo societário de cada empresa do portefólio, através do envolvimento dos membros da sua Equipa de Gestão nos respetivos Conselhos de Administração, e do aconselhamento em questões transversais e relevantes para assegurar a coerência dentro do Grupo. Estes mecanismos são fundamentais para assegurar que todos os canais de informação relevantes são utilizados para permitir a tomada de decisão rápida e informada.

Como tal, a Sonae adaptou os seus órgãos de governo societário e a sua estrutura central para se focarem mais na gestão de portefólio, capital e atividades de alocação de talento, enquanto mantém a coordenação central em algumas áreas-chave como o talento, a sustentabilidade, a gestão de risco e o digital, de modo a aumentar a resiliência futura das nossas empresas e reforçar a competitividade nos seus mercados.

Finalmente, as nossas **equipas da *holding*** estão focadas<sup>2</sup>:

- Compreender a dinâmica do mercado e desenvolver uma visão independente e abrangente a longo prazo sobre cada sector em que estamos presentes, bem como sobre potenciais novos sectores;
- Assegurar que as empresas desenvolvem estratégias e planos de negócio que traduzem retornos sustentáveis acima da média e modelos de negócios preparados para o futuro, e que incorporam requisitos financeiros e de ESG;
- Avaliar realocações de capital significativas, investimento em novas áreas de negócio e desinvestimento (parcial ou total) em negócios existentes;

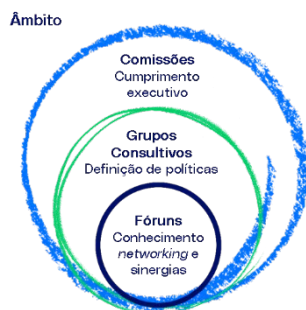
<sup>2</sup> Para obter mais informação, por favor consultar o Relatório de Governo da Sociedade.

- Assegurar o equilíbrio entre o capital empregue e dívida para os níveis de risco e retorno pretendidos;
- Garantir que os negócios atuam de acordo com os valores e elevados padrões éticos da Sonae;
- Assegurar que as empresas investem no desenvolvimento do capital humano e de gestores de excelência;
- Gerir o talento de topo do Grupo, promovendo a mobilidade interna e assegurando o conjunto de competências adequado e a diversidade em todas as equipas de liderança sénior;
- Assegurar que as equipas de gestão têm sistemas de incentivos adequados, promovendo comportamentos equilibrados e atitudes adequadas na tomada de risco, com foco a longo prazo e sem negligenciar os objetivos a curto prazo;
- Assegurar a comunicação transparente e a captação dos melhores investidores; e
- Apoiar as plataformas de coordenação do Grupo em áreas chave.

### iii. Ligações fortes entre os negócios

Como *holding*, a Sonae reconhece o potencial de criação de valor através do seu portefólio diversificado. A eficácia do seu modelo de governo é fundamental para uma boa gestão e, com este propósito em mente, a Sonae estabeleceu um conjunto de diferentes plataformas que promovem uma maior colaboração e participação entre os negócios e a holding, facilitando a partilha e a disseminação de conhecimento.

Estas plataformas promovem não só a criação de valor e de sinergias, como desempenham um papel importante no desenvolvimento de talento e de carreiras. Existem 3 tipos de plataformas, dependendo do seu âmbito (ver imagem)<sup>3</sup>.



A Sonae criou **comissões** para coordenar e executar decisões empresariais e implementar políticas corporativas, sobretudo, relacionadas com questões Financeiras e de Auditoria.

Comissões	Membros	Membros do Conselho de Administração e Equipa de gestão	Reuniões em 2022
Finanças	21	Ângelo Paupério, Membro não executivo do Conselho de Administração João Dolores, CFO	10
Auditoria	17	João Dolores, CFO	4

Adicionalmente, a Sonae também criou **Grupos Consultivos** como parte da sua abordagem de gestão eficaz e transparente, promovendo uma cultura de partilha de conhecimento. Os grupos consultivos estão alinhados com a nossa estratégia e com os nossos valores intrínsecos. Estes grupos produzem, recomendam e consolidam a implementação das políticas corporativas em diferentes empresas e coordenam projetos.

Grupos consultivos	Membros	Membros do Conselho de Administração e Equipa de gestão	Reuniões em 2022
Sustentabilidade	31	Paulo Azevedo, Presidente do Conselho de Adm. Cláudia Azevedo, CEO João Günther Amaral, CDO	27
Recursos Humanos	14	Cláudia Azevedo, CEO João Günther Amaral, CDO	11
Gestão de Risco	16	João Dolores, CFO	4
Improving our Work	30	Cláudia Azevedo, CEO João Günther Amaral, CDO	24

Complementarmente, a Sonae criou outros **Fóruns** para endereçar necessidades específicas transversais ao portefólio. Estes fóruns são desenhados para serem flexíveis e facilitarem a partilha de conhecimento, oportunidades de colaboração e sinergias em todo o portefólio.

Todas estas iniciativas são um fator crucial do nosso modelo de negócio, promovendo ligações e sinergias entre as unidades de negócio, abrindo canais de comunicação, facilitando a partilha de conhecimento e proporcionando à Sonae uma visão abrangente do cenário empresarial.

Fóruns
Administrativo e Fiscal
Digital
E-commerce
Finco (soluções IT)
Finov (Inovação)
Internacional
Legal
Planeamento estratégico e Controlo de gestão

<sup>3</sup> Para mais informações sobre estas plataformas, por favor, consultar o Relatório de Governo da Sociedade.



## iv. Gestão de acordo com os critérios ESG

A missão da Sonae inclui a criação de valor em todas as suas dimensões – Económica, Social e Natural. A Sonae compreende a importância primordial de defender os princípios de sustentabilidade mais elevados como parte da sua estratégia. A sustentabilidade está enraizada na nossa cultura, na nossa identidade, e dá sentido à nossa missão. **Existimos para moldar ativamente o futuro que todos queremos e precisamos, e lutamos para ter um impacto significativo hoje para garantir um futuro melhor para todos.**

Adicionalmente, como parte da nossa estratégia, a Sonae colabora ativamente com a sua rede de *stakeholders* para ampliar o impacto dos seus valores corporativos.

A Sonae definiu cinco eixos de ação estratégicos como resultado de uma análise rigorosa e abrangente, conduzida em 2018 em conjunto com os nossos *stakeholders*, com base na qual classificámos os temas de acordo com a sua importância para a Sonae e para os seus *stakeholders*, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Continuamos a investir e a guiarmos o nosso posicionamento e ação de acordo com estes eixos estratégicos, avaliando anualmente a sua adequabilidade.

Cada eixo tem o seu próprio mapa de desenvolvimento que foi cuidadosamente concebido para ser ambicioso e nos desafiar a alcançarmos os compromissos e objetivos correspondentes. Apesar das suas especificidades, todos incluem um conjunto claro de objetivos e métricas, bem como mecanismos de divulgação e responsabilidade que asseguram a total transparência, sendo os mesmos revistos anualmente para avaliar o grau de concretização, e para se implementarem as melhorias necessárias.

**Eixos estratégicos de Sustentabilidade alinhados com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas**



### CO<sub>2</sub> e Alterações Climáticas



A Sonae compreende a urgência de reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>, uma vez que constituem um dos principais motivos das alterações climáticas e do consequente aquecimento global do planeta, ameaçando os ecossistemas e os seres humanos. Nós todos devemos tomar medidas significativas e coordenadas para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C e atingir a descarbonização.

### Natureza e Biodiversidade



As alterações climáticas, a destruição de habitats, as espécies invasoras, o uso excessivo de recursos, a poluição e a perda de biodiversidade estão a colocar os nossos ecossistemas em risco de colapso e a colocar muitas espécies à beira da extinção. A dependência das empresas Sonae no capital natural, e a forma como, direta ou indiretamente, têm o potencial de alterar ou contribuir para a destruição dos habitats naturais levam-nos a considerar as questões relacionadas com a proteção da natureza e da biodiversidade como estratégicas.

### Plástico



O plástico e a geração de resíduos são problemas sociais que emergem de uma cultura de consumo facilitada por um acesso cada vez mais fácil aos bens de consumo e às rápidas alterações nas tendências dos consumidores. Isto conduz a um risco acrescido de poluição nos oceanos e no solo, que impacta negativamente o ambiente e a biodiversidade, apresentando consequentemente um risco para a saúde e bem-estar dos seres humanos.

### Desigualdades e Desenvolvimento inclusivo



A Sonae é um dos maiores empregadores em Portugal e está comprometida em combater as desigualdades e em construir uma sociedade mais humana, diversa e inclusiva. O problema das desigualdades não é novo, mas é particularmente grave, tendo em conta a evolução da tecnologia e a nova revolução industrial e, consequentemente, os riscos emergentes relativos à desigualdade e inclusão.

### Apoio à comunidade



Comunidades mais fortes são o único caminho para uma sociedade mais sustentável. A Sonae continua empenhada em aumentar a resiliência e a autossuficiência das comunidades em que opera, para eliminar a pobreza em todas as suas formas.

Para mais detalhes sobre os nossos compromissos e iniciativas em cada um destes eixos estratégicos, por favor, consulte os capítulos “O nosso impacto” e “O nosso desempenho” deste Relatório.

Adicionalmente a estas áreas de ação estratégica, o **Investimento Responsável e a Cadeia de Abastecimento Sustentável** são áreas transversais que estão integradas em todas as dimensões da nossa estratégia para a sustentabilidade. Estas duas áreas têm impacto sobre as nossas decisões de gestão que orientam a forma como investimos e como nós, juntamente com os fornecedores dos nossos negócios, concebemos e desenvolvemos processos, produtos e serviços seguindo os princípios da eficiência e da circularidade.

## Os nossos objetivos – O que queremos alcançar

### Objetivos Financeiros

#### Maximizar o Valor Líquido do Portefólio (NAV)

A evolução do nosso NAV é um objetivo que, combinado com o nosso pagamento regular de dividendos, capta a criação de valor tangível para os acionistas. Procuramos atingir este objetivo através de uma combinação de crescimento e melhoria da rentabilidade dos nossos negócios, um estilo ativo de gestão de portefólio e uma estratégia ágil de alocação/reciclagem de capital. Comunicamos trimestralmente o nosso NAV no anúncio de resultados.

#### Retorno sobre capital investido (RoIC)<sup>4</sup> > 10%

Este rácio de desempenho mede o retorno que a empresa gera sobre o seu capital investido, com o objetivo de obter retornos acima do mercado e maximizar a diferença para o custo do capital.

#### Loan to Value (LTV) da holding < 15%

Uma estrutura de capital sólida, suportada pela forte capacidade de geração de *cash flow* do nosso portefólio, é essencial para avançar e financiar as nossas ambições de crescimento. O equilíbrio adequado entre capital próprio (NAV) e dívida Sonae ao longo de um ciclo de investimento é um indicador que monitorizamos cuidadosamente.

### Objetivos ESG

#### Neutralidade Carbónica das nossas operações (âmbitos 1+2) até 2040, dez anos antes do objetivo da UE.

#### Redução das emissões de GEE (âmbito 1+2) em 54% até 2030 (vs 2018)

Alinhado com a ciência (*Science Based Target Initiative*), com base no cenário *well below* a 2°C.

#### Desflorestação Zero até 2030

Compromisso para garantir a manutenção florestal, em resultado das atividades e operações sob controlo direto das empresas do portefólio da Sonae e das suas cadeias de abastecimento.

#### Embalagens plásticas dos nossos produtos 100% reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis e incorporação, em média, de 30% de plástico reciclado em novas embalagens até 2025

Estes objetivos envolvem o mapeamento da utilização do plástico durante as etapas de conceção dos produtos e das embalagens e a repensar os processos inerentes no que respeita à circularidade.

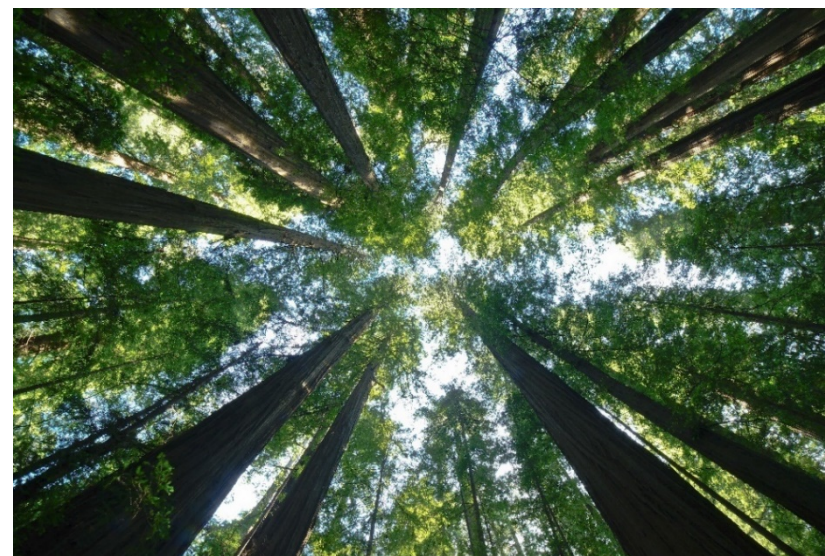
#### 39% dos cargos de liderança ocupados por mulheres – atingido em 2022!

Considerando Executivos e Gestores Sêniores e Intermédios.

Por último, mas não menos importante, durante 2022 a Sonae iniciou o processo de revisão e atualização da sua estratégia de sustentabilidade. Realizámos um estudo extensivo tendo em consideração o contexto e informação das empresas do portefólio, a comparação e tendências de mercado juntamente com a avaliação do quadro regulatório atual e expectável. Esta informação foi sistematizada e serviu de base a um processo participativo que permitiu ouvir, debater e integrar as diferentes visões dos principais *stakeholders*, tais como: colaboradores, entidades financeiras, investidores, organizações setoriais, especialistas externos, entre outros.

O resultado foi a criação de uma matriz de dupla materialidade, construída de acordo com a diretiva de relato corporativo sustentável (CSRD) recentemente aprovada pela Comissão Europeia, a qual exige que as empresas reportem a sua estratégia e progressos em termos de sustentabilidade de uma forma consistente e comparável, em linha com a taxonomia europeia e as recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e o normativo do *Global Reporting Initiative* (GRI).

Durante 2023, esta atualização da nossa estratégia de sustentabilidade será anunciada incluindo os eixos estratégicos e os compromissos que nos irão guiar, e às nossas empresas, no novo ciclo 2023-2026.



<sup>4</sup> O RoIC é calculado com valores proporcionais de gestão e com a Sierra e a Bright Pixel a custo histórico.

# Sonae

## A nossa gestão de risco

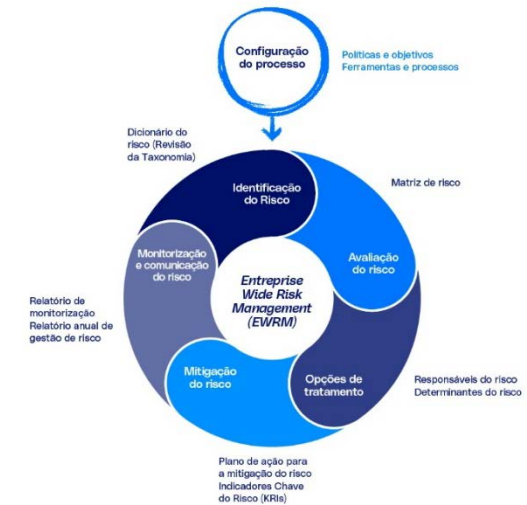
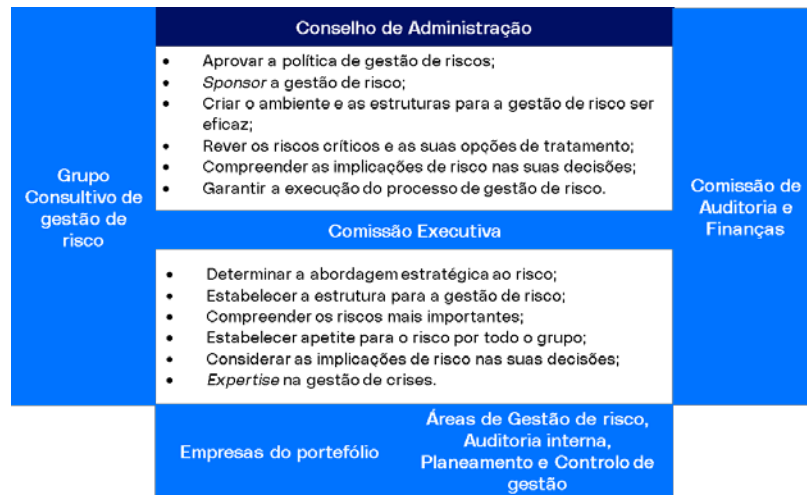
O sistema de gestão de risco da Sonae está concebido para identificar e avaliar os riscos e oportunidades que possam surgir no ecossistema empresarial global, permitindo atuar prontamente na mitigação dos riscos e no aproveitamento das oportunidades para assegurar a criação de valor a longo prazo. A tomada de riscos é inerente à criação de valor e a gestão eficaz do risco é uma forte vantagem competitiva. Na Sonae compreendemos que os riscos podem ameaçar o nosso modelo de negócio e impactar a nossa capacidade de atingir os nossos objetivos estratégicos, pelo que estamos focados em converter os riscos em oportunidades de sucesso.

A Gestão de Risco está profundamente enraizada na cultura da Sonae, assumindo-se como um dos principais pilares do modelo de Governo Societário, sendo parte da gestão de processos e responsabilidade de todos os colaboradores da Sonae, em todos os níveis da organização. O nosso modelo de gestão de risco é de natureza dinâmica, consistindo num processo contínuo que opera tanto a nível de negócio individual como de Grupo, assumindo-se como um recurso fundamental, dada a diversificação do nosso portefólio em termos de mercados, setores e geografias.

A Gestão de Risco é parte integrante do processo de planeamento estratégico da Sonae, com uma abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento. O objetivo é permitir a identificação, avaliação e gestão das ameaças e oportunidades que a Sonae e as suas unidades de negócio enfrentam na prossecução dos seus objetivos de negócio e criação de valor.

O sistema de Gestão de Risco é cuidadosamente monitorizado e frequentemente revisto para garantir a sua eficácia. Um acompanhamento próximo e uma revisão regular deste sistema permitem identificar e lidar com os riscos atempadamente, assegurando que estamos bem preparados para lidar com potenciais desafios inerentes. O sistema é diretamente supervisionado pelo Conselho de Administração, apoiado pelo Grupo Consultivo de Gestão de Risco. Este Grupo Consultivo coordena o processo e assegura uma visão integrada de todo o portefólio para garantir que a gestão de risco não só é aplicada no contexto da nossa estratégia, como é adaptável e eficaz a cada empresa do portefólio, com riscos próprios de um cenário empresarial cada vez mais complexo. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de avaliar continuamente a eficácia do sistema de gestão de risco e implementar procedimentos para identificar, avaliar e gerir os riscos que possam ter impacto na empresa e nos *stakeholders*.

### Estrutura de governo da Gestão de Risco



## Matriz | Riscos Críticos em 2022



Para identificar e gerir proativamente os riscos, de forma a alcançarmos os objetivos estratégicos, a Sonae implementou um modelo bem definido, *Enterprise-Wide Risk Management* (EWRM), que consiste em cinco passos principais: (i) identificação do risco, (ii) avaliação do risco, (iii) opções de tratamento, (iv) mitigação do risco e (v) monitorização e comunicação do risco.

O nosso processo de identificação de risco ajuda-nos a identificar potenciais riscos. Para esse efeito, utilizamos uma Matriz de Risco que considera o impacto e a probabilidade de ocorrência do risco, o que permite avaliar com precisão o nível de risco global e determinar a resposta adequada. Esta abordagem permite priorizar os riscos e alocar eficientemente os recursos para gerir e mitigar aqueles que representam uma maior ameaça para a Sonae.

O conhecimento e a perceção aprofundados das operações dos negócios da Sonae e da natureza exata dos riscos que enfrentamos são essenciais para mitigar potenciais impactos. Os riscos que forem identificados são agrupados em duas categorias principais: Riscos do Contexto Empresarial (cujas fontes são externas à Sonae) e Riscos do Processo Empresarial (cujas fontes são internas à Sonae). Adicionalmente, os riscos são classificados nos níveis baixo, médio, alto ou crítico, de acordo com a probabilidade de ocorrência e impacto.

Em relação a todos os riscos classificados como críticos (maior probabilidade e impacto), foi atribuído um responsável de risco e um adjunto para definir o plano de mitigação e os indicadores-chave de risco entendidos como pertinentes e críticos para o Grupo. Embora o Conselho de Administração reconheça que tem um controlo limitado sobre os riscos críticos externos, os seus potenciais impactos sobre as unidades de negócio são analisados e considerados no processo de tomada de decisão. Para os riscos críticos internos, o Conselho de Administração assegura que estão implementados controlos e processos adequados para a sua gestão e mitigação dos impactos. Esta abordagem permite-nos, de forma proativa, gerir e mitigar riscos críticos, garantindo que estes não constituem ameaças efetivas para o sucesso da Sonae e das empresas do seu portefólio. Os riscos críticos tendem a ser de longo prazo pela sua natureza e, em geral, não mudam materialmente no curto prazo. No entanto, estes riscos críticos são revistos e avaliados anualmente.

Ao longo de 2022, a área de gestão de risco empresarial da Sonae continuou a coordenar a implementação e operacionalização do modelo *Enterprise-Wide Risk Management*, assegurando o alinhamento das metodologias, práticas e calendário de gestão de risco.

Durante o ano, a equipa de gestão de risco desempenhou um papel ativo no acompanhamento do ciberataque de que a MC foi alvo no decorrer do primeiro trimestre e continuou a gerir os riscos que foram exacerbados pela pandemia, mantendo a segurança das nossas pessoas como uma prioridade e seguindo de perto as recomendações emitidas pelas autoridades internacionais e locais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde, o Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças e a Direção-Geral da Saúde.

No contexto da natureza dinâmica do processo de gestão de risco, durante o primeiro trimestre de 2022, foram identificados os riscos que atualmente enfrentamos e, tendo também em consideração o exercício de 2021, foram desenvolvidos um novo dicionário e uma nova taxonomia do risco. No decorrer do segundo trimestre 2022, a Equipa de Gestão da Sonae realizou uma avaliação de risco e, após a avaliação individual e calibração dos riscos, o Conselho de Administração aprovou a Matriz de Risco da Sonae para 2022, a identificação dos atuais riscos críticos (incluindo 2 novos: o Aumento dos Custos de Energia e os Choques Severos nas matérias-primas) e a nomeação dos respetivos responsáveis. Para além disso, durante o segundo semestre do ano, foi desenvolvido um trabalho conjunto com cada responsável de risco para definir os indicadores de risco a serem monitorizados e identificar as ações de mitigação a serem implementadas.

Finalmente, e também durante 2022, publicámos, no âmbito do Relatório Anual Integrado de 2021, o primeiro relatório que adota o modelo TCFD. Foi ainda avaliada a adequação dos procedimentos para assegurar o cumprimento da Lei proteção de denunciante de infrações (Lei 93/2021 de 20 de Dezembro e do regime geral de prevenção da corrupção (Decreto-Lei 109-E/2021 de 9 Dezembro). Adicionalmente, e durante o ano, foi desenvolvido e implementado um procedimento interno que consiste na revisão anual dos riscos do Grupo e no desenvolvimento de um processo de monitorização e definição de planos de ação que permitam mitigar os riscos e aproveitar as oportunidades. O propósito da adoção deste modelo consiste em apoiar o processo de gestão de riscos e oportunidades relacionadas com as alterações climáticas, através de um processo sistemático e periódico de identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades, com o fim último de garantir a melhoria contínua das nossas unidades de negócio e de mitigar o potencial impacto das alterações climáticas nos objetivos corporativos das nossas empresas.

## Riscos Externos

### 1. Condições Macroeconómicas desfavoráveis

**Responsável:** CFO

A deterioração das condições macroeconómicas em que operamos, devido às consequências geopolíticas e económicas da guerra na Ucrânia, pode levar a uma prolongada estagnação económica. Isto resulta numa combinação de crescimento económico lento/recessão e num aumento das taxas de inflação, que pode resultar, entre outras coisas, em crises de dívida pública ou na imposição de medidas de austeridade.

A perda do poder de compra e da confiança das famílias, associadas à deterioração das suas finanças resultante da política monetária restritiva, pode resultar numa contração económica com efeito direto adverso no desempenho financeiro da empresa. Mais do que

um risco macroeconómico, esta guerra representa um risco geopolítico significativo com efeitos que irão, sem dúvida, persistir a longo prazo.

#### Ações de mitigação

- Acompanhar os principais desenvolvimentos na economia e política e produzir informação prática que apoie a implementação da estratégia e decisões empresariais.
- Analisar tópicos económicos relevantes e produzir notas de investigação sobre os impactos esperados nas nossas unidades de negócio.
- Acompanhar a evolução dos indicadores económicos de alta frequência.
- Acompanhar a publicação das previsões económicas das principais instituições oficiais.
- Produzir e atualizar, de forma ativa e regular, previsões económicas e desenvolver cenários adversos para apoiar as unidades de negócio.

### 2. Custos de energia crescentes | Novo risco

**Responsáveis:** Empresas do portefólio

O aumento dos preços da energia (principalmente do gás, petróleo e eletricidade) tem impacto no poder de compra dos consumidores, assim como no aumento dos custos operacionais, de produtos e serviços para as empresas. Estes efeitos podem mesmo levar ao racionamento do consumo de energia, afetando diretamente a continuidade dos negócios e criando novos desafios para a cadeia de abastecimento.

#### Ações de mitigação

- Criação de um Fórum da Energia (para monitorização e divulgação de medidas estruturais e operacionais).
- Reforçar a eletrificação da frota automóvel (híbridos plugin ou 100% elétricos)
- Aumentar a contratação da aquisição de energia renovável (solar ou eólica) via *Power Purchase Agreements* (PPA).
- Aumentar a produção de energia através de centrais fotovoltaicas de autoconsumo.
- Rever anualmente o mapa de ação estabelecido, considerando as evoluções regulamentares e tecnológicas.

### 3. Fortes choques no custo das matérias-primas | Novo risco

**Responsáveis:** Empresas do portefólio

Choques abruptos na oferta e procura de matérias-primas sistemicamente importantes à escala global (escassez e custo de matérias-primas e serviços essenciais), devido às ruturas na cadeia de abastecimento de fornecedores que operam na zona de conflito (Ucrânia e Rússia), podem pressionar os orçamentos das empresas, públicos e/ou familiares (alimentação, energia, metais, minerais, químicos, emissões, etc.), com um impacto direto no desempenho das unidades de negócio.

## Ações de mitigação

- Identificar e pré-aprovar fornecedores e origens alternativas por cada matéria-prima principal.
- Dividir entre vários fornecedores, os volumes destas matérias-primas adquiridas.
- Identificar matérias-primas alternativas que resultem em produtos finais com qualidade/sabor semelhantes.
- Transferir a produção de produtos agrícolas para locais alternativos (por exemplo, devido à escassez de água).
- Incentivar o desenvolvimento da produção nacional de matérias-primas com maior dependência externa, e estabelecer contratos com produtores locais no médio e longo prazo (por exemplo, cereais).
- Aumentar o nível de *stocks* (comprando a fornecedores habituais), uma vez identificado o risco e até ser possível, nomeadamente recorrendo a capacidade de armazenamento externa.

## 4. Consequências negativas e crescentes das alterações Legais e Regulamentares

### Responsável: CFO

A existência de nova legislação ou alterações à legislação atual com impacto nas operações e produtos, particularmente nas áreas do ambiente e proteção de dados, saúde e segurança, marketing e concorrência, e corrupção podem levar a multas por não-conformidade, ameaçar a capacidade da empresa desenvolver o seu negócio, afetar a sua rentabilidade económica, incorrer em riscos de reputação e até mesmo afetar a continuidade do negócio, dada a incapacidade de operar devido a fatores legais.

### Ações de mitigação

- Equipas dedicadas são responsáveis por abordar áreas legais e regulamentares relativas ao modelo de governo e relações públicas.
- Participar em consultas públicas com o objetivo de alcançar o quadro legal e regulamentar mais adequado tanto a nível nacional como na Europa.
- Apoiar a opinião legal da empresa perante *stakeholders* nacionais e internacionais.
- Apoiar os interesses legais e regulatórios da empresa perante as Autoridades Públicas de Supervisão.
- Colaboração próxima com associações setoriais (nacionais e internacionais) para aceder a informação relevante e dar o nosso contributo em diferentes áreas de relevância para os interesses das nossas empresas.
- Identificação, análise, antecipação e acompanhamento próximo (em todas as fases) de iniciativas e ações políticas e legislativas nacionais e europeias com potencial impacto para o Grupo.

## Riscos Estratégicos

### 5. Incapacidade de cumprir a Transformação digital

#### Responsáveis: CFO e CDO

Alterações no perfil do consumidor (*from bricks to clicks*) e a incapacidade de garantir a transformação digital dos modelos de negócio tradicionais podem comprometer a sustentabilidade da empresa.

#### Ações de mitigação

- Continuar a desafiar o crescimento dos negócios digitais a médio e longo prazo.
- Manter os programas de transformação da arquitetura de tecnologias de informação.
- Prosseguir e desafiar programas de transformação cultural.
- Fóruns Digital, de e-commerce e Finco como meios para estimular a partilha e a aprendizagem.

### 6. Alocação de Capital inadequada

#### Responsável: CFO

A incapacidade de investir em oportunidades de negócio que geram retornos superiores e que proporcionam à Sonae os níveis desejados de crescimento e internacionalização, pode colocar em risco a sustentabilidade a longo prazo do Grupo.

#### Ações de mitigação

- Diversificação das categorias e formatos de retalho pelos diversos tipos de consumo.
- Esforços de internacionalização de diferentes negócios.
- Aumento dos níveis de capital alocado às vias de crescimento identificadas e acompanhamento próximo da execução da estratégia.
- Monitorização contínua das condições macroeconómicas, do ambiente competitivo e das tendências relevantes.

### 7. Concentração Geográfica

#### Responsável: CFO

A concentração da atividade do Grupo em Portugal pode criar uma exposição excessiva a riscos específicos de um mercado local (Políticos, Económicos ou Sociais).

#### Ações de mitigação

- Diversificação de categorias e formatos de retalho nos nossos negócios com potencial de internacionalização.
- Esforços de internacionalização de diferentes áreas de negócios do nosso portefólio.
- Monitorização contínua das condições macroeconómicas, do ambiente competitivo e das tendências relevantes.

## Riscos Reputacionais

### 8. Incapacidade de mitigar e adaptar Alterações climáticas

#### Responsáveis: CFO e CDO

A falha na imposição, adoção ou investimento em medidas efetivas para mitigar as alterações climáticas, proteger populações e ajudar, na sua adaptação, os negócios afetados pelas alterações climáticas, bem como o fracasso na transição para uma economia de neutralidade carbónica, podem afetar negativamente a imagem e o desempenho financeiro das empresas do nosso portefólio. Adicionalmente, fracassar na mitigação das alterações climáticas pode levar à escassez de alimentos e de recursos naturais, causando perturbações na produção.

#### Ações de mitigação

- Promover o desenvolvimento e a adoção de políticas de sustentabilidade, sob a coordenação do Grupo Consultivo de Sustentabilidade e o departamento de Sustentabilidade, fomentando uma abordagem transversal, bem como o alcance de objetivos e metas comuns.
- Definição de eixos de ação prioritários para uma economia de baixa emissão de GEE e agir proativamente no combate às alterações climáticas, tal como delineado na Carta de Princípios da Sonae para as emissões de CO<sub>2</sub> e as Alterações Climáticas.
- Cada negócio estabelece os seus objetivos de redução de CO<sub>2</sub> (cenário abaixo de 2°C), alinhados com a *Science Based Targets Initiative Network* (SBTi) e desenvolve um mapa de ação que esboça as principais iniciativas para atingir esses objetivos.
- Alargamento da avaliação das emissões de GEE - âmbito 3, incluindo mais empresas do portefólio e categorias adicionais.
- Desenvolvimento e implementação de um procedimento interno de revisão anual dos riscos do Grupo relacionados com as alterações climáticas e monitorização e definição de planos de mitigação de riscos e aproveitamento de oportunidades, tendo em conta o modelo *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD). Para mais informações, consulte o anexo TCFD a este relatório.
- Continuar o investimento na Floresta Sonae para compensar as emissões de GEE da nossa frota automóvel.
- Adaptação dos edifícios existentes e desenvolvimento ou aquisição de novos com melhor desempenho em cenários de alterações climáticas (como a LEED<sup>5</sup>).
- Reforçar a apresentação, discussão e disseminação de regulamentos emergentes que possam ter um impacto potencial de forma a assegurar o seu cumprimento.
- Estudos de reputação, monitorização de relações públicas e divulgação da ação climática permitem obter feedback dos *stakeholders*.

<sup>5</sup> LEED – Leadership in Energy and Environmental Design

## Riscos de Recursos Humanos

### 9. Dificuldade em Recrutar e Reter Talento

#### Responsável: CDO

Operar num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, em conjunto com a falta de planos de carreira atrativos, modelos de trabalho inadequados (remoto versus presencial), compensações, programas de formação e liderança inadequados podem comprometer a capacidade de recrutar e reter os recursos humanos, com impacto direto na execução dos objetivos e da estratégia da empresa, debilitando a competitividade, a capacidade de crescer e desenvolver o negócio

#### Ações de mitigação

- Revisões salariais anuais alinhadas com o mercado.
- Inquéritos salariais e benchmarks.
- Equipa de *People & Leadership* focada na gestão de talento, da carreira e da marca Sonae enquanto empregador.
- Programas específicos de Retenção de Talento - *Fast Trackers* - Aceleração salarial para talento de topo.
- Programas de desenvolvimento de talento (academia de gestão e liderança, programa de desenvolvimento acelerado, IOP GT).
- “*Flex It Up*” como uma forma de flexibilidade laboral e, conseqüentemente, de atração e retenção de talento.
- Inquéritos de *Employee Net Promoter Score* (eNPS) durante o ano (pelo menos 2 vezes).

### 10. Falta de Agilidade e Simplicidade Organizacional

#### Responsável: CDO

A existência de estruturas organizacionais altamente complexas e inflexíveis, devido à dimensão da empresa e à diversidade dos negócios pode inibir uma tomada de decisão ágil, com a conseqüente perda de oportunidades.

#### Ações de mitigação

- Programas da Academia de Formação Sonae focados em *empowerment*, tomada de decisão, agilidade e simplicidade organizacional.
- Induzir a transformação cultural, alavancando nos novos valores Sonae.
- Monitorização de formas de trabalho ágeis através de Grupos Consultivos e outros Fóruns.
- Liderar pelo exemplo, repensando os nossos processos e formas de trabalhar no centro corporativo.
- Monitorização do eNPS para avaliar a evolução da satisfação.

Riscos Tecnológicos

11. Ciberataques

Responsáveis: CFO e CDO

A ocorrência de uma falha da privacidade e/ou segurança dos dados dos colaboradores, fornecedores ou clientes, a par de outras informações comerciais, devido a um nível inadequado de proteção dos sistemas de informação e/ou comportamentos de risco dos colaboradores pode sujeitar a empresa a multas, afetar a sua reputação e a sua continuidade.

Ações de mitigação

- Modelo de governo de cibersegurança
- Equipas dedicadas de cibersegurança
- Programa de sensibilização de cibersegurança
- Procedimento de gestão de incidentes
- Informação sobre ameaças cibernéticas (com o centro Nacional de Cibersegurança)
- *Rating* de cibersegurança da Bitsight
- Perímetro de segurança da rede
- Testes de *hacking* éticos periódicos a sítios na Internet
- Testes de *phishing* éticos periódicos dirigidos aos colaboradores.
- Recuperação de desastre para sistemas críticos.
- Gestão de acesso e identidade.
- Adoção de duplo fator de autenticação como melhor prática
- Encriptação de informação crítica.
- EDR, antivírus, anti-spam e deteção de malware.

Adicionalmente, devido ao seu perfil diversificado, a Sonae está exposta a uma variedade de outros riscos financeiros, tais como riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de mercado e de capital, que são claramente identificados e adequadamente geridos. Para informação mais detalhada, por favor consulte as notas às demonstrações financeiras consolidadas.

# O nosso impacto

O sistema de gestão de risco da Sonae inclui um nível de análise focado na gestão ativa do nosso impacto social e ambiental, considerando o âmbito das nossas operações e a sua exposição aos riscos ESG, consciente das potenciais consequências, incluindo as financeiras que advêm de riscos reputacionais, legais e regulatórios. Este exercício está inserido nas nossas actividades e ao fazê-lo tomamos as medidas necessárias para garantir que contribuimos com um impacto positivo hoje e amanhã.



O nosso objetivo é duplo. Por um lado, queremos mitigar o impacto negativo das nossas atividades e, por outro lado, pretendemos encontrar e desbloquear oportunidades de criação de valor a partir de riscos sociais e ambientais emergentes. Ambas as dimensões estão estreitamente alinhadas com o nosso propósito de promover os princípios ESG, que estão integrados na nossa estratégia e modelo de negócio.

A história da Sonae é uma demonstração clara dos benefícios da defesa de um planeta e sociedade melhores. O portefólio da Sonae tem uma forte presença na indústria do retalho (tanto como retalhista, como agente imobiliário) e, portanto, as nossas operações têm um potencial impacto significativo nas alterações climáticas e na biodiversidade. Consequentemente, a Sonae dá prioridade à gestão de impacto e considera-a como um ponto fulcral. Para reforçar o nosso compromisso para com o desenvolvimento sustentável, identificámos e continuámos a orientar a nossa estratégia com base em cinco eixos de ação estratégicos: **CO<sub>2</sub> e Alterações Climáticas, Natureza e Biodiversidade, Plásticos, Desigualdade e Desenvolvimento Inclusivo e Apoio à comunidade.**

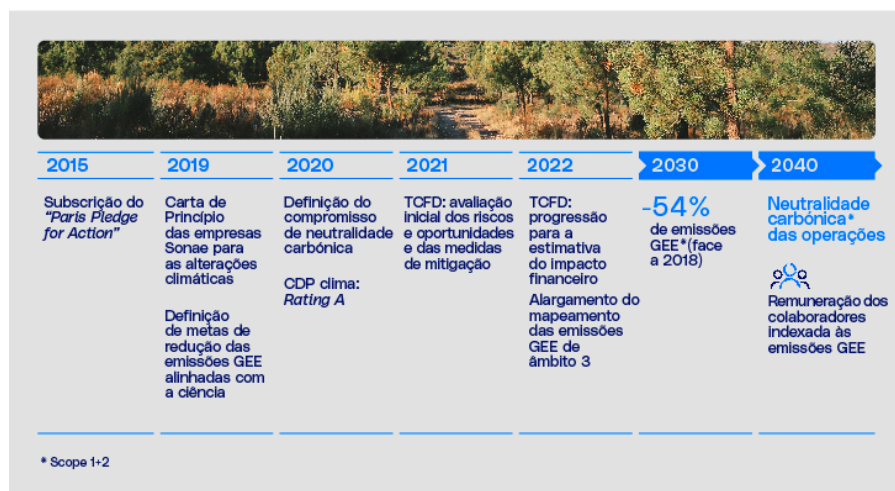
Através da Direção de Sustentabilidade, a Equipa de Gestão supervisiona a implementação e o progresso da estratégia de sustentabilidade da Sonae, baseada nestes cinco eixos. O Presidente do Conselho de Administração e a CEO presidem ao Grupo Consultivo de Sustentabilidade que tem como principal objetivo definir uma visão global sobre a gestão integrada de sustentabilidade nas empresas Sonae, e recomenda a implementação de políticas comuns de sustentabilidade.

	CO <sub>2</sub> e Alterações Climáticas
	Natureza e Biodiversidade
	Plástico
	Desigualdades e desenvolvimento inclusivo
	Apoio à comunidade



Adicionalmente, e como forma de ativamente promover a mudança ao trabalhar com todos os *stakeholders* relevantes e continuamente desenvolver projetos com impacto positivo, a Sonae empenha-se proativamente na defesa de causas que promovem a compreensão alargada, a nível social e institucional, da necessidade de mudança para a criação de um futuro melhor. A este propósito, a Sonae não só participa ativamente em várias instituições e fóruns em que a empresa defende assertivamente as suas convicções, como também estabelece ligações entre diferentes instituições e organizações, de forma a potenciar a mudança e o impacto destes cinco eixos de ação estratégicos.

## 1. CO<sub>2</sub> e Alterações Climáticas



O portefólio da Sonae, ancorado nos setores de retalho e imobiliário, reconhece o seu papel nas emissões de GEE e nas alterações climáticas, desde a produção até às operações (ex. edifícios próprios, iluminação, veículos pesados, ar condicionado, etc.), assim como ao longo das suas extensas cadeias de valor.

As alterações climáticas são um tema central na nossa agenda, atendendo a que representam uma ameaça real para as atuais e futuras gerações de viverem e crescerem num mundo pacífico e próspero e num planeta bio-diverso. Na realidade, o risco de fracasso de mitigação e adaptação às alterações climáticas está identificado no nosso processo anual *Enterprise-Wide Risk Management* (EWRM) como um risco crítico<sup>6</sup>. Em 2015, a Sonae foi um dos primeiros signatários do *Paris Pledge for Action* e tem vindo a trabalhar, desde então, com as suas empresas para definir e alcançar objetivos

ambiciosos, de forma a mitigar os seus impactos relacionados não só com o consumo de energia, mas também com as emissões GEE.

De acordo com as nossas diretrizes, a Sonae e as empresas do nosso portefólio integram no seu *roadmap* para a neutralidade carbónica projetos contínuos de monitorização e otimização do consumo de energia e aumento da quota de energia renovável, através de parcerias com diferentes entidades como fornecedores, institutos de investigação, especialistas e parceiros.

A nossa gestão de impacto baseia-se nos seguintes princípios:

- Avaliação da exposição de cada empresa aos riscos climáticos, definição de medidas de mitigação e desenvolvimento de *roadmaps* para aumento da sua resiliência
- Promoção de eficiência nos nossos edifícios e iniciativas de consumo de energia flexíveis em todo o portefólio;
- Descarbonização da matriz energética através da mudança para sistemas baseados em eletricidade, produção e aquisição de eletricidade produzida através de fontes de energias renováveis e implementação de ações de compensação das emissões de carbono;
- Desenvolvimento de produtos e serviços baixos em emissões de carbono e encorajamento dos consumidores para fazerem escolhas mais conscientes;
- Promoção de iniciativas de educação e consciencialização para as alterações climáticas;
- Fomento de parcerias com universidades e instituições de investigação para impulsionar o desenvolvimento de soluções inovadoras que conduzam à descarbonização das nossas atividades; e
- Controlo e divulgação do desempenho do Grupo.

Adicionalmente, em 2021, o Grupo Consultivo de Gestão de Riscos lançou uma iniciativa para implementar o projeto TCFD (*Task Force on Climate Related Financial Disclosures*), focado na identificação e avaliação de riscos e oportunidades climáticas materiais, e nos seus potenciais impactos em todas as empresas do nosso portefólio. Em 2022, alargámos o planeamento do nosso âmbito 3 das emissões GEE ao incluir mais empresas e categorias.

**Continuamos a desenvolver novas iniciativas e investimentos para melhorar continuamente os nossos esforços de descarbonização, partilhando segudamente vários exemplos.**

<sup>6</sup> Para mais informações, consulte a secção "A nossa Gestão de Risco" deste Relatório.

## Energia verde para um futuro mais verde



A Sonae celebrou um *Power Purchase Agreement* (PPA) com a Shell Energy Europe Ltd, com vista à compra anual de 100GWh de energia renovável. É esperado que este contrato, por si só, represente 20% do consumo de energia. Este PPA com a Shell desempenha um papel fundamental na aceleração da descarbonização da nossa matriz energética, mas é apenas um dos vários instrumentos disponíveis. Em 2022, na Sonae o consumo de energia proveniente de fontes renováveis representou 37%, sendo que, futuramente, este número deve aumentar.

Também a rede Plug&Charge da MC, para veículos elétricos, continua a crescer em todo o país, oferecendo aos nossos clientes uma melhor experiência de compras ao poderem carregar os seus carros, enquanto beneficiam de todas as ofertas que temos em loja. A Plug&Charge oferece as mesmas condições em todo o país e, em 2022, 47 lojas da MC já disponibilizavam este serviço. Desde o seu lançamento, em 2020, a rede impediu a emissão de 13.372 toneladas de CO<sub>2</sub>.



## Bright® 2.0: A reinventar o nosso sucesso



O programa Bright® da Sierra analisa o consumo de energia de um ativo imobiliário e com base numa simulação teórica otimizada identifica oportunidades de melhoria. Desde 2013 até 2021, este programa foi implementado nos ativos da Sierra como um serviço disponibilizado aos seus clientes.

O programa foi alargado a 50 edifícios em 9 países, totalizando 273 iniciativas ao longo das diferentes fases do programa, tendo gerado 703 oportunidades de melhoria que conduziram a potenciais poupanças anuais de 33.200MWh e €7,4m.

Os últimos dez anos do programa foram um período de aprendizagem e melhoria contínua, resultando, em 2022, no lançamento do Bright® 2.0. O programa foi alargado à maioria das propriedades do portefólio, incluindo auditorias especializadas e iniciativas de monitorização do desempenho, com atualizações técnicas baseadas em tecnologia de ponta. Atualmente, o potencial de eficiência energética é já de 31% apenas com metade das iniciativas implementadas: foram identificadas 106 oportunidades de melhoria num total de cerca de 41.400MWh e €6m em poupanças anuais potenciais (considerando os preços de energia de 2022).

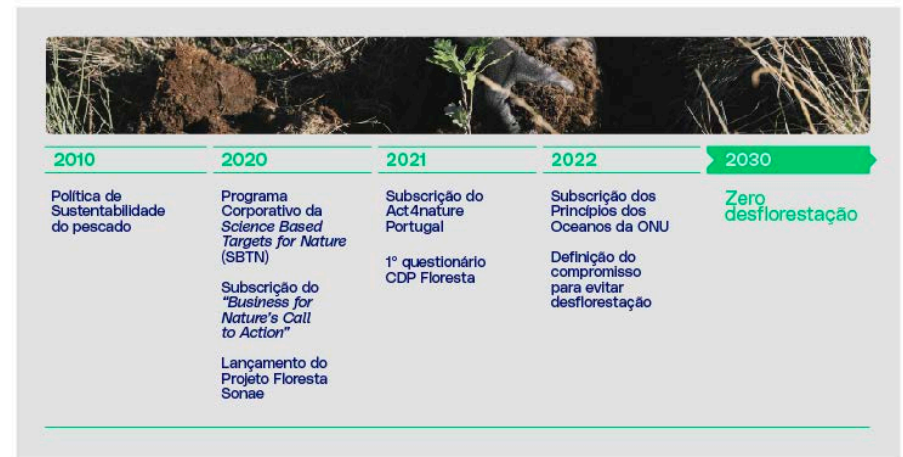
## 2. Natureza e Biodiversidade

As alterações climáticas, a perda de habitats, as espécies invasoras, a utilização excessiva de recursos, a poluição e a perda de biodiversidade estão a colocar os nossos ecossistemas em risco de colapso e estão a condenar muitas espécies à extinção.

A dependência das nossas empresas do capital natural e a forma como, direta ou indiretamente, têm o potencial de alterar ou contribuir para a destruição dos habitats naturais, leva-nos a considerar questões relacionadas com a proteção da natureza e da

biodiversidade como estratégicas para o Grupo. A Sonae compreende a necessidade primordial de proteger a natureza e a biodiversidade e tenciona contribuir para o compromisso global de criação de impacto positivo na natureza e biodiversidade.

De forma a endereçar o impacto das empresas do nosso portefólio, a Sonae está a avaliar junto das suas cadeias de valor os pontos críticos causadores do declínio da biodiversidade global, tais como a exploração direta da terra e do mar, alterações climáticas, poluição e espécies invasivas (*IPBES Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem services*, 2019). Assim, a Sonae integrou o *Science Based Targets Network (SBTN) Corporate Engagement Program*, pretendendo colaborar na definição de uma metodologia que permita às empresas definir objetivos específicos, alcançáveis e calendarizados em alinhamento com os limites da Terra em quatro áreas fundamentais: água doce, biodiversidade, terra e oceanos.



Como tal, estamos a estabelecer compromissos importantes e a desenvolver uma abordagem em conjunto com as empresas do portefólio, nomeadamente através dos seguintes princípios:

- Avaliação da dependência de cada unidade de negócio do capital natural;
- Medição do impacto das nossas empresas na natureza;
- Implementação das ações necessárias para travar a perda de biodiversidade;
- Colaboração na restauração de ecossistemas críticos;
- Prevenção da conversão de novos ecossistemas para fins de produção;
- Apoio à transição para uma agricultura regenerativa que aumente a biodiversidade, enriqueça os solos, melhore a gestão da água e os serviços dos ecossistemas;
- Promoção de oceanos mais saudáveis através de uma gestão sustentável dos recursos marinhos;

- Promoção de padrões de consumo equilibrados através de ações de sensibilização e da melhoria de oferta;
- Mitigação do desperdício; e
- Controlo e divulgação do desempenho do Grupo.

Adicionalmente, a Sonae tem uma Política de Sustentabilidade do Pescado ativa desde 2010. Em 2021, a Sonae aderiu ao *act4nature* Portugal e, em 2022, aderiu e subscreveu os Princípios dos Oceanos Sustentáveis da ONU e assinou o manifesto que apela aos Chefes de Estado para a necessidade de ter um setor empresarial que avalie e divulgue o seu desempenho no que concerne a natureza e a biodiversidade até 2030.

Também em 2022, a Sonae deu outro passo importante ao assumir o compromisso público de Desflorestação Zero até 2030.

## Desflorestação Zero até 2030:

Um [compromisso](#) subscrito pela Sonae e por todas as empresas do nosso portefólio, que será mundialmente implementado no Grupo e nas nossas cadeias de valor. O objetivo é eliminar das operações do nosso portefólio e respetivas cadeias de valor qualquer atividade que resulte na desflorestação, contribuindo para uma economia mais positiva para a natureza. A Sonae irá examinar minuciosamente e criticamente as suas atividades, em particular as relacionadas com a produção de gado, madeira, óleo de palma e soja, e já implementou um plano para assegurar "Desflorestação Zero".



A Sonae já se encontra a trabalhar com a sua cadeia de abastecimento, parceiros e fornecedores dos seus negócios para assegurar a rastreabilidade e a monitorização dos materiais utilizados, nomeadamente, através da adoção de mecanismos de controlo e outros procedimentos, incluindo, por exemplo, a certificação das matérias-primas. Além disso, o compromisso também incorpora o objetivo de assegurar "desflorestação zero" no desenvolvimento de novas infraestruturas, e de contribuir positivamente para a conservação e restauração das florestas.

Este compromisso atua não só neste eixo estratégico, mas também no eixo "CO<sub>2</sub> e Alterações Climáticas":

**Estamos continuamente a conceber novas iniciativas para agir sobre estes dois eixos:**

## Sierra – investir para um amanhã melhor



Em 2022, a Sierra aderiu aos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), uma rede líder mundial que promove a incorporação dos princípios ESG no processo da tomada de decisões de investimento. Este compromisso público destaca a vontade da Sierra em ser um agente responsável e ético no setor imobiliário e é um testemunho aos seus valores corporativos de longa data.

Adicionalmente, a Sierra, também em 2022, deu outro passo relevante ao formalizar a sua Política de Investimento Responsável, definindo assim o novo *benchmark* para o desempenho ESG no setor imobiliário. Esta política define os padrões rigorosos da Sierra no que concerne às considerações ESG em todos os seus investimentos e posiciona a Sierra como líder na promoção de imobiliário sustentável. A Política de Investimento Responsável da Sierra baseia-se nos seus atuais compromissos com a sustentabilidade e reforça a sua dedicação ao financiamento responsável. Esta política visa integrar os fatores ESG em todas as decisões de investimento e abordar os potenciais riscos de sustentabilidade e impactos negativos das operações da Sierra. Além disso, cumpre os últimos regulamentos da UE, nomeadamente o Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (SFDR) e o Regulamento de Requisitos de Capital (CRR). Por conseguinte, e em consonância com a nova Política de Investimento Responsável, a Sierra está a atualizar os seus procedimentos de *Due Diligence*, de forma a incluir uma abordagem de dupla materialidade e para cumprir os mais recentes requisitos regulamentares, como a Diretiva de Relato Corporativo de Sustentabilidade (CSRD) e a *Taskforce on nature-related Financial Disclosures* (TNFD).

## Cadernão (Ecospot para a reciclagem de cadernos)



Numa parceria com a marca de cadernos Oxford, a MC distribuiu caixas de recolha pela sua rede de lojas, permitindo aos seus clientes depositarem cadernos e papel usados para reciclagem. Por cada tonelada recolhida, serão plantadas 20 árvores na Floresta Sonae. Esta iniciativa destina-se a sensibilizar os consumidores para a reciclagem de material escolar, enquanto promove a plantação de árvores e o combate à desflorestação. A iniciativa Cadernão decorreu durante o período de regresso às aulas e, num período tão curto, permitiu a recolha de 12 toneladas de papel, que terão uma nova vida através da reciclagem. Simultaneamente, permitiu a plantação de 240 árvores, contribuindo para tornar o nosso planeta mais verde. Esta foi também uma oportunidade para promover a Economia Circular. As empresas da Sonae estão focadas na identificação de iniciativas que aumentem a circularidade, não só nas nossas operações, mas também na sociedade em geral.



## 3. Plástico

Estamos conscientes da crescente catástrofe ambiental que envolve o plástico, considerando a dependência deste por parte da sociedade, principalmente devido à rápida evolução das tendências de consumo, à utilização generalizada de plásticos de utilização única e à ineficácia das políticas de reciclagem. Juntos, devemos trabalhar no sentido de reduzir a utilização do plástico a montante, adaptando as nossas operações para minimizar a sua utilização, promovendo a utilização e eliminação responsável do plástico junto dos nossos clientes.

O plástico é uma questão particularmente premente para a Sonae, uma vez que o seu portefólio está centrado no retalho e o plástico é utilizado de forma intensiva em muitas das suas atividades, incluindo interações com produtores, operadores e consumidores. A Sonae está a acompanhar a utilização do plástico em embalagens e produtos de marcas próprias que chegam ao cliente, e nas suas operações (ex. armazéns, lojas, etc.), reavaliando e redesenhando os seus processos, produtos e serviços para promover a circularidade e sensibilizar para o impacto do plástico descartável, bem como para a correta utilização e eliminação do plástico.

A Sonae é também uma forte defensora de uma melhor regulação da circularidade do plástico, e está a trabalhar em conjunto com parceiros, fornecedores e investigadores para identificar soluções alternativas e contribuir positivamente para o uso responsável do plástico e para a redução da poluição por plástico.



A Sonae assumiu o compromisso público através da Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico e subscreveu o Pacto Português para o Plástico, em 2020.

Adicionalmente, a Sonae estabeleceu marcos e objetivos importantes, trabalhando ativamente com as empresas do seu portefólio, não só ao nível dos plásticos, mas também na promoção da circularidade em geral, nomeadamente através de:

- Avaliar a quantidade e tipo de plástico que cada unidade de negócio utiliza nas embalagens, produtos e operações e monitorizar o progresso em relação aos objetivos definidos;
- Reforço dos princípios de circularidade em todas as operações e cadeias de valor;
- Facilitar a reciclabilidade de todos os plásticos pelos quais as nossas empresas são responsáveis;
- Considerar apenas materiais de origem biológica que não promovam o desperdício de recursos naturais;
- Sensibilizar as nossas comunidades para a necessidade de alteração dos padrões de consumo e melhoria das práticas de reciclagem;
- Repensar e redesenhar processos em conjunto com os nossos parceiros, fornecedores e clientes dos nossos negócios, e outros *stakeholders*;
- Estabelecer parcerias com universidades e centros de investigação para promover o desenvolvimento e conceção de soluções inovadoras e sustentáveis; e
- Controlo e divulgação do desempenho do Grupo.

**Estamos continuamente a conceber novas iniciativas para promover a circularidade:**

### Um amanhã com alternativas mais sustentáveis para o plástico



A Worten está totalmente empenhada em melhorar a circularidade do Equipamento Elétrico e Eletrónico (EEE). Em 2021, a Worten e a Prodelix implementaram um teste piloto para conceber mobiliário de loja incorporando plástico reciclado de EEE recolhido ao abrigo do programa Worten Transforma. O projeto foi um sucesso e está agora a ser ampliado, tanto em percentagem (35% vs. 25% no piloto) como em quantidade (2.170kg vs. 125kg no piloto). Este projeto também contribui para promover a sensibilização dos consumidores.

Plástico Responsável é um [website](#) desenvolvido pela MC como showroom para divulgar informação e sensibilizar para as iniciativas da MC para mitigar a utilização do plástico. A MC tem uma vasta gama de iniciativas para promover a reutilização de recipientes de plástico e sacos de compras, mas aposta também na reengenharia das embalagens dos seus produtos como base em princípios de conceção ecológica, que visam não só a redução do material utilizado, como a promoção da utilização de materiais reciclados e recicláveis. Adicionalmente, a MC convida todos os interessados a participar com ideias inovadoras para melhorar as suas embalagens, disponibilizando um website de fácil utilização e oferecendo prémios para as melhores sugestões.

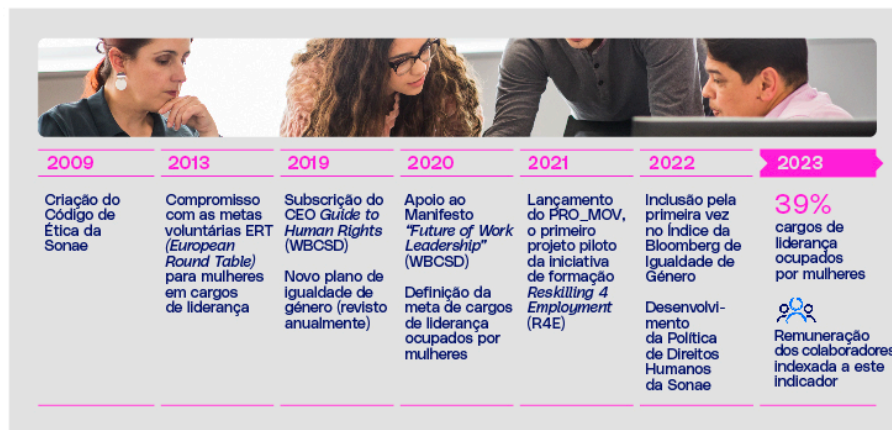
Durante 2022, a MC também reforçou o desenvolvimento da sua marca Continente ECO, que inclui um número crescente de produtos (por exemplo, produtos de higiene e de limpeza). Estes produtos são certificados pela EcoLabel (se a certificação estiver disponível para essas categorias de produtos) e são concebidos para serem mais ecológicos, incluindo a embalagem, que é cuidadosamente desenhada para utilizar menos plástico, maior percentagem de plástico reciclado e para ser reciclável. Com o objetivo de combater o uso de plástico, em particular o de utilização única, a MC desenvolveu o programa *Refill*, uma linha de produtos na qual o cliente pode voltar à loja e encher novamente a sua embalagem. Atualmente, está disponível em self-service e para detergentes, frutos secos e alimentos para animais de estimação. A MC está a trabalhar ativamente para expandir este serviço a um maior número de lojas e aumentar a gama de produtos.



O Universo está exposto ao consumo de plástico na produção de cartões de pagamento e de fidelização e tem várias iniciativas para, eliminar a pegada de carbono associada a esta atividade. Em 2022, aderiu à iniciativa Merece que promove a reciclagem de cartões plásticos, transformando-os em matérias-primas a serem utilizadas na construção de mobiliário. Para reforçar esta iniciativa, o Universo adotou o compromisso de contribuir para a "Floresta Sonae", plantando uma árvore por cada quilo de cartões recolhidos para reciclagem. O Universo criou também o cartão "Dá Nature" que substitui a utilização de plástico virgem nos seus cartões de pagamento ou cartões presente por uma solução baseada em papel produzido com matérias provenientes de florestas certificadas pelo *Forest Stewardship Council*. Em conjunto, estas iniciativas permitiram uma poupança de 33,8 toneladas de CO<sub>2</sub>.

#### 4. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo

Como grupo diversificado, na Sonae abraçamos e celebramos a heterogeneidade e estamos empenhados em ter esta diversidade representada na organização, aproveitando ao máximo a pluralidade dos diferentes negócios, funções e geografias em que nos encontramos. O nosso objetivo é criar uma comunidade em que todos se sintam valorizados pela sua singularidade. Diversidade, equidade e inclusão é fazer o que é certo para as nossas pessoas e comunidade.



Temos uma abordagem alicerçada em cinco dimensões - género, deficiências, gerações, culturas e LGBTQIA+. Estamos conscientes de que temos diferentes níveis de maturidade em cada uma delas e estamos empenhados em evoluir, incorporando a nossa ambição na nossa cultura. Este é um compromisso assumido por cada um de nós, uma vez que está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento, crescimento e diversificação de cada negócio Sonae e na comunidade que nos rodeia.

Entendemos a desigualdade como um dos problemas sociais mais complexos e urgentes do nosso tempo e temos um longo caminho de compromissos e iniciativas a percorrer neste eixo estratégico, numa base contínua, nomeadamente através dos princípios de:

- Promoção de uma organização diversificada e inclusiva;
- Adoção de práticas ativas para promover a inclusão;
- Adoção de diretrizes transparentes para carreiras e retenção de talento;
- Promoção de um ambiente de trabalho ágil e inovador;
- Desenvolvimento de programas de formação abrangentes e diversificados;
- Quebrar mitos, barreiras e o enviesamento
- Definição de planos de requalificação;
- Procurar desenvolver novas formas de trabalho;
- Encorajar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal;
- Controlo e divulgação do desempenho do Grupo.

Como empregador de referência com mais de 48 mil colaboradores, este é um desafio que queremos abraçar, contribuindo com várias iniciativas como parte da solução. A Sonae tem um Plano para a Igualdade de Género, que é revisto anualmente, uma política e um plano de prevenção anticorrupção e uma política de Direitos Humanos alinhada com os princípios orientadores das Nações Unidas para os Direitos Humanos nos Negócios. Em 2022, e um ano antes do previsto, a Sonae atingiu o seu ambicioso objetivo relacionado com as posições de liderança ocupadas por mulheres (39%).

**Estamos continuamente a investir nas nossas comunidades para promover o desenvolvimento inclusivo:**

#### Um futuro para todos



O mercado de trabalho é cada vez mais global e digital, características tornadas mais evidentes pelos dois anos da pandemia que aceleraram fortemente a digitalização da economia e normalizaram o trabalho à distância. A tecnologia está a impulsionar um novo paradigma industrial - Indústria 4.0 - que está a aumentar a diferença entre as atuais competências e as necessidades do mercado a uma velocidade dramática e, consequentemente a contribuir para a deterioração desta tendência. Estamos à beira de um enorme desafio económico e social. As desigualdades irão impedir o desenvolvimento inclusivo com repercussões sociais e económicas significativas.

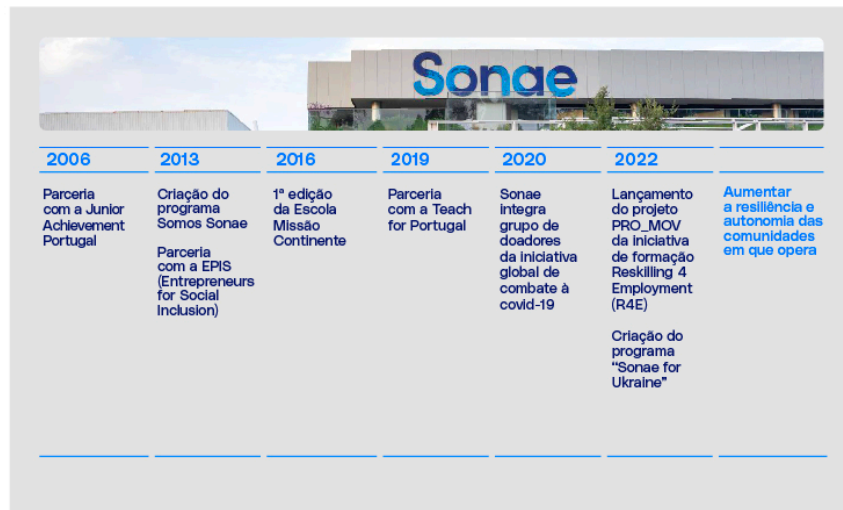
A Sonae, sendo fiel ao seu ADN, assumiu a liderança na promoção desta mudança. A Sonae pertence ao Committee on Jobs, Skills & Impact da European Round Table for Industry (ERT), que lidera um movimento para dar uma resposta abrangente e planeada aos desafios de requalificação dos

colaboradores. De forma transversal a todo o nosso portefólio e rede de *stakeholders*, a Sonae tem envidado esforços para promover o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo e fomentar um ambiente de trabalho ágil e inovador, com regras e critérios transparentes para o desenvolvimento de carreiras e retenção de talento, que ofereçam as mesmas oportunidades a todos e se concentrem em encorajar um equilíbrio saudável entre a vida profissional e familiar.

A Sonae é um dos três membros fundadores do PRO\_MOV, uma iniciativa que visa requalificar a força de trabalho portuguesa que se encontra atualmente desempregada ou em risco. O PRO\_MOV faz parte da iniciativa *Reskilling 4 Employment* (R4E) da ERT e está centrada nas seguintes áreas: Negócios (*Business Intelligence* e Excelência de Vendas), Saúde, Tecnologia e Digital, Economia Verde e Outros (Logística, Indústria e Agricultura). Cada área é coordenada por uma organização proeminente que irá conceber um plano de requalificação, ultrapassando a lacuna entre as competências disponíveis e as tendências e necessidades esperadas do mercado. O sucesso e relevância desta iniciativa foram destacados pela recente adesão e subscrição da Business Roundtable Portugal e de 17 dos seus 42 membros.

## 5. Apoio Comunitário

Comunidades mais fortes são importantes para a criação de uma sociedade mais sustentável. No quadro das empresas do nosso portefólio, pretendemos aumentar a resiliência e a autonomia das comunidades em que operamos, contribuindo para mitigar e ambicionando eliminar a pobreza em todas as suas diferentes formas.



2006	2013	2016	2019	2020	2022
Parceria com a Junior Achievement Portugal	Criação do programa Somos Sonae Parceria com a EPIS (Entrepreneurs for Social Inclusion)	1ª edição da Escola Missão Continente	Parceria com a Teach for Portugal	Sonae integra grupo de doadores da iniciativa global de combate à covid-19	Lançamento do projeto PRO_MOV da iniciativa de formação Reskilling 4 Employment (R4E)  Criação do programa "Sonae for Ukraine"

As empresas da Sonae estão permanentemente a monitorizar as necessidades das suas comunidades para encontrar oportunidades de causar impacto positivo, nomeadamente através de:

- Envolvimento com as autoridades locais, grupos locais e ONG para identificar oportunidades de colaboração;
- Desenvolvimento de processos internos para prestar ajuda às comunidades locais;
- Promoção do envolvimento direto das nossas equipas através de programas de voluntariado;
- Criação de metodologias para avaliar o nosso impacto;
- Controlo e divulgação do desempenho do Grupo.

Esta avaliação contínua para ter um impacto positivo resultou em parcerias e programas de longo prazo, tais como a parceria da Sonae com a *Junior Achievement* Portugal e o programa Escola Missão Continente, e em iniciativas para responder à evolução das necessidades das nossas comunidades, como por exemplo a doação à iniciativa *Coronavírus Global Response* e, mais recentemente, ao programa *Sonae for Ukraine*.

### Programa "Sonae for Ukraine"



A iniciativa *Sonae For Ukraine* é um exemplo da liderança da Sonae para causas sociais. O ano de 2022 foi marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia. A Sonae reuniu os pontos fortes do seu portefólio e, juntamente com o governo português e o setor social, implementou uma abordagem abrangente para acolher os cidadãos ucranianos em Portugal. O programa *Sonae For Ukraine* desenvolveu um pacote de bens essenciais e prestou apoio nos centros de acolhimento. Além disso, também promoveu a integração profissional dos refugiados, criando iniciativas de recrutamento em todo o país, tendo a nossa plataforma de emprego bilingue ultrapassado os 800 registos.

Desde o seu lançamento, este programa já beneficiou de 1.308 horas de trabalho voluntário dos nossos colegas, em iniciativas como atividades de acolhimento, apoio em abrigos e implementação de logística, que garantem o fluxo de operações, nomeadamente em termos de fornecimento de bens e recursos. Além disso, a campanha da Missão Continente angariou 1,6 milhões de euros, que reverteram para a Cruz Vermelha Portuguesa, para apoiar os ucranianos afetados por este conflito, incluindo os refugiados em Portugal.

### Sonae For Ukraine



Na verdade, o programa *Sonae for Ukraine* atua não só neste eixo mais estratégico, mas também no eixo "Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo". Investimos continuamente para atuar nestes dois eixos:

## Trabalhar com gerações futuras



A Sonae tem desenvolvido vários projetos e iniciativas que se centram nas crianças e jovens, oferecendo-lhes um leque de competências alargado que permitirá o acesso a mais oportunidades e, mais importante ainda, a serem agentes de mudança. Com estes projetos, a Sonae pretende criar um efeito positivo e duradouro nas suas comunidades, que se repercutirá em todas as nossas áreas estratégicas.

A parceria de longa data da Sonae com a Junior Achievement teve início em 2006, e já totaliza quase 16 mil horas de voluntariado (380 horas em 2022) de quase dois mil membros da equipa Sonae. A participação da Sonae nesta iniciativa para desenvolver novas gerações de líderes já envolveu mais de 30 mil alunos (1.085 em 2022). Esta é uma parceria que pretende desenvolver a próxima geração de líderes.

A Sonae, em parceria com Empresários pela Inclusão Social (EPIS), tem vindo a coordenar um programa para melhorar o sucesso académico no Agrupamento de Escolas do Cerco (um grupo de escolas localizadas numa região marcada por agregados familiares de baixos rendimentos), para promover oportunidades para um desenvolvimento social mais inclusivo. O programa identifica os alunos em risco de insucesso académico e promove uma abordagem específica baseada numa metodologia de diagnóstico abrangente em que cada estudante em risco beneficia de um plano de tutoria. Desde 2013, foram apoiados 337 estudantes (59 no ano letivo de 2021/2022) e o seu progresso é muito encorajador. A Sonae também colabora com a Teach for Portugal, uma iniciativa que já envolveu 1.005 estudantes (348 no ano letivo de 2021/2022) e partilha a visão da Sonae de que todas as crianças têm direito a uma educação que lhes permita atingir o seu pleno potencial. A Teach for Portugal abraça o desafio de apoiar escolas, professores e alunos localizados em áreas marcadas por níveis de baixos rendimentos. O projeto atribui mentores graduados a uma comunidade educativa. O mentor apoia um professor (Mentor-Professor) nas atividades de aula mas, mais importante, ajuda os alunos a desenvolverem áreas como a autoconfiança, a determinação e a perseverança.

De referir ainda que a MC continuou com o seu programa Escola Missão Continente, um programa dirigido à geração mais jovem e que visa a sensibilização para a importância de uma alimentação saudável, do consumo consciente e de um estilo de vida ativo. Este ano, a Escola Missão Continente já envolveu mais de 100 mil alunos em mais de 800 escolas portuguesas. Ao trabalhar com as gerações jovens de hoje, a Sonae está a acelerar uma mudança social crítica para um futuro melhor.

De facto, a Sonae tem vindo a implementar uma vasta gama de iniciativas para atuar simultaneamente em vários destes cinco eixos estratégicos (CO<sub>2</sub> e Alterações Climáticas, Natureza e Biodiversidade, Plástico, Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo, e Apoio Comunitário):

## Trabalhar em conjunto para um amanhã sustentável



O Clube de Produtores Continente (CPC) é uma iniciativa desenvolvida pela MC desde 1998 e que apresenta de forma consistente um desempenho de excelência em várias áreas estratégicas. O CPC assume a missão de apoiar os produtores nacionais na promoção das melhores práticas produtivas, contribuindo significativamente para os objetivos de sustentabilidade da Sonae. O foco nos produtores locais é uma dimensão estratégica que permite a oferta de produtos mais frescos nas lojas MC, reduzindo simultaneamente o impacto ambiental do transporte, e melhorando o bem-estar das comunidades locais através da oferta de novos negócios e oportunidades para o desenvolvimento económico. A MC está permanentemente envolvida com todos os membros do CPC, proporcionando formação e oportunidades para partilharem experiências e encontrarem novas parcerias. Este ambiente de partilha de um objetivo comum contribui para o desenvolvimento organizacional, para a qualificação de cada parceiro e, em última análise, para a sua maior resiliência. Com esta iniciativa, a MC promove, ainda, os benefícios de uma abordagem de economia circular dentro do clube, que visa minimizar a utilização e o desperdício de recursos. Por fim, o CPC promove uma oferta de produtos mais

sustentáveis e mais saudáveis com um impacto direto na promoção de um estilo de vida mais saudável para os nossos clientes.

Em 2022, foram desenvolvidos três novos programas de formação com o objetivo de melhorar as práticas agrícolas dos nossos produtores de frutas e legumes. O CPC tem 267 membros, que correspondem a mais de 220 mil hectares de produção que, em 2022, representaram compras de cerca de 240 mil toneladas de produtos no valor de €500 milhões. A MC submeteu à assinatura dos membros do CPC a sua Declaração de Sustentabilidade, já subscrita por cerca de 37% dos membros. Este é um compromisso baseado em onze princípios, incluindo temas como a conservação da natureza e da biodiversidade, promoção da agricultura regenerativa e da circularidade e uma vasta gama de iniciativas para promover técnicas de produção e hábitos de consumo sustentáveis. Estas iniciativas cobrem todas as áreas do setor agroalimentar e incluem melhores práticas de produção, melhores embalagens e melhores soluções nutricionais.

## Vamos jogar o jogo da reciclagem



A reciclagem de resíduos é um problema em todos os espectros sociais. As organizações devem promover níveis mais elevados de circularidade em todas as suas atividades e os consumidores devem mudar os seus hábitos, tanto em termos de consumo como de reciclagem. A Sonae tem sido muito ativa junto das suas cadeias de abastecimento e em todas as suas atividades, na procura de oportunidades para reduzir a produção de resíduos e melhorar a sua valorização, mas, igualmente importante, tem insistido na mensagem sobre a necessidade de mudar hábitos e adotar um estilo de vida mais saudável e mais amigo do ambiente. A Sonae tem uma pegada social significativa, principalmente devido à sua rede de lojas e serviços.

A Worten associou-se à *Trash4Goods* e ao *ERP Portugal* num projeto inovador que foi testado em quatro lojas Worten, em Lisboa e que resultou na recolha de 4.500 artigos de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) para reciclagem. O projeto envolveu uma plataforma de jogo desenvolvida pela Trash4Goods na qual os jogadores recolhem pontos com base no número e tipo de equipamento apresentado para reciclagem. Os utilizadores com mais pontos receberam prémios e vouchers que poderiam ser convertidos em bens pessoais ou domésticos na Worten. A app Trash4Goods foi a vencedora da edição de 2021 do e-Waste Open Innovation e oferece aos utilizadores a oportunidade de verem equipamentos eletrónicos antigos como um recurso valioso. Os resultados foram significativos, não só no número de artigos recolhidos mas, mais importante ainda, por ajudar uma geração mais jovem a adotar melhores práticas de reciclagem que farão a diferença no futuro. Dado o sucesso da iniciativa, está a ser estudado o seu alargamento a outras unidades do país e ainda a realização de um "campeonato regional".

## Luta contra a produção de resíduos



A Sonae adotou uma abordagem abrangente para combater o desperdício alimentar e promover a recuperação eficiente de resíduos, duas questões relacionadas e com um impacto significativo nas alterações climáticas e na proteção da biodiversidade.

A MC tem em curso várias iniciativas para combater o desperdício alimentar e a recuperação eficiente de resíduos. Estas iniciativas visam melhorar a circularidade com um impacto positivo, não só na mitigação dos riscos ambientais, mas também na criação de valor social através da promoção de oportunidades de apoio às suas comunidades. Para otimizar os seus esforços, a MC desenvolveu um modelo analítico para calcular a probabilidade de venda de cada produto próximo da data de validade em cada loja e a diferentes escalões de preços. Esta informação permite à MC ajustar a sua estratégia de venda e minimizar o desperdício alimentar. Na loja, a MC promove várias iniciativas tais como as caixas de resíduos Zero% e os rótulos cor-de-rosa, que se concentram na venda de artigos próximos da

sua data de validade, ambas as iniciativas evitaram que se desperdiçassem €23 milhões. Finalmente, em complemento, a MC doou €31 milhões de bens alimentares.

A **Sierra** promove ativamente a recuperação eficiente de resíduos em todo o seu portefólio. Todos os centros comerciais dispõem de instalações para a separação e reciclagem de resíduos. Cerca de 70% dos seus ativos dispõem de processos de separação de resíduos orgânicos para compostagem ou digestão anaeróbia. A Sierra está empenhada em melhorar a circularidade e criou um plano abrangente específico para cada ativo da sua carteira

### Todos focados na sustentabilidade



Um futuro novo e melhor depende de uma mudança social na forma como abordamos a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Precisamos de ser mais exigentes connosco, com as organizações e com o sistema político e regulatório. Na Sonae, somos muito claros quanto à nossa posição em relação a esta necessidade de mudança.

Para promover o alinhamento completo e a partilha de conhecimentos sobre este tema, em todo o portefólio, a Sonae implementou várias iniciativas que aumentam a sensibilização para causas sustentáveis e demonstram o seu empenho incansável para enfrentar os desafios da sustentabilidade.

O Programa de Formação em Sustentabilidade é um exemplo destas iniciativas e foi desenvolvido para divulgar e alargar o conhecimento das nossas pessoas sobre a urgência de temas relacionados com a sustentabilidade e os princípios, iniciativas e projetos da Sonae. Este programa aplica-se a toda a equipa Sonae e inclui uma componente de auto-aprendizagem aprofundada, explorando dados e informação específica sobre cada um dos eixos estratégicos da sustentabilidade e utilizando uma abordagem tecnológica inovadora para potenciar o envolvimento dos utilizadores e o processo de aprendizagem

Paralelamente, as unidades de negócio encontram-se a desenvolver programas para disseminação de informação sobre sustentabilidade específicos a cada setor. A título de exemplo, a Zeitreel desenvolveu a iniciativa Fashion Beat, um programa que está disponível para toda a equipa, em todo o mundo, e que se centra em tópicos relacionados com a circularidade do negócio de moda.

A impressionante pegada social da Sierra, principalmente através da gestão dos vários centros comerciais que atraem milhões de visitantes em todo o mundo, cria uma plataforma única para ser porta-voz e sensibilizar a comunidade para o risco significativo que enfrentamos como sociedade – as alterações climáticas. Todos os anos, o portefólio da Sierra promove campanhas de sensibilização, como "*I Care Too!*" e "*Positive Energy!*". Estas campanhas tiveram lugar no Parklake (Roménia), numa parceria com o *World Wide Fund for Nature* - Roménia. A "*Positive Energy!*" foi promovida em vários centros comerciais portugueses sob o lema "mal nos apercebemos, mas o planeta apercebe-se", centrando-se tanto na apresentação aos visitantes de informações sobre recomendações para mitigar este risco, como na implementação de medidas de eficiência energética, e convidando, também, todos os lojistas a juntarem-se a estes esforços.

### Roupas para a vida



Um futuro melhor depende de uma utilização mais eficiente de recursos que são limitados. O conceito de Economia Circular assume aqui um papel crucial, não só para alcançar um maior nível de eficiência nos recursos utilizados, mas também no que respeita às numerosas oportunidades de criação de valor que apresenta. A Sonae está particularmente interessada em promover projetos que fomentem uma

economia mais circular e todo o portefólio está a olhar para o futuro com novas iniciativas e projetos que contribuam para este objetivo.

A Salsa, uma das marcas da Zeitreel, testou a Salsa Infinity. Este projeto oferece uma proposta de valor única aos nossos clientes, baseado em calças de ganga que terão uma vida "infinita". Os jeans e outros produtos de tecido semelhante, podem ser reparados, reutilizados e adaptados a novas utilizações, prolongando a sua vida e, por definição, reduzindo os recursos utilizados. Durante o ano de 2022, foram reutilizados 873 produtos. Esta abordagem partilha o valor criado a partir da circularidade com os nossos clientes, alterando significativamente a decisão de preço no momento da compra.

A MC também está a inovar no setor do vestuário com o projeto [RE]Style em parceria com a Retry. Pela primeira vez, os nossos clientes podem encontrar artigos de vestuário em segunda mão nas lojas Continentes. Todos os artigos à venda são cuidadosamente inspecionados e cuidados para que cada um deles possa ter uma "segunda vida", promovendo a redução dos recursos utilizados e, simultaneamente, oferecendo uma oportunidade de valor aos nossos clientes que podem comprar artigos a uma fração do seu preço original.

### Sustentabilidade em casa



A nossa abordagem para a sustentabilidade começa em casa. Os edifícios e a sua envolvente têm um impacto ambiental relevante e, enquanto espaços de trabalho, desempenham um papel importante no bem-estar dos utilizadores e na retenção de talento. Em todo o portefólio, temos estado a fazer uma transição ativa para edifícios mais sustentáveis, quer adaptando edifícios existentes, quer optando por novas soluções que respondam às nossas preocupações relacionadas com o ambiente e com a nossa equipa.

A nova sede da Worten, localizada no World Trade Center de Lisboa, foi certificada pela sua sustentabilidade, nomeadamente, pela LEED Gold e Well Gold. O edifício inclui uma gama de soluções inovadoras que vão desde sensores de luz e de consumo de água, a fontes de energia renováveis. Como é importante para a sustentabilidade, o espaço de trabalho foi concebido a pensar nas pessoas, incluindo espaços de relaxamento, jardins, uma área comum, um telhado com zona de lazer, um consultório médico, uma sala de amamentação, o Restaurante Worten Wonder e postos de carregamento para veículos elétricos. A Worten compreende que a localização e os modelos de trabalho são cada vez mais importantes para atrair e reter talento, pelo que, utilizando as tecnologias mais avançadas, num ambiente saudável e sustentável, a nova casa da Worten oferece uma experiência inspiradora que contribui para manter a sua equipa motivada, uma equipa que, naturalmente, trabalha presencialmente nos escritórios com mais regularidade. Adicionalmente, a nível de operações, a Worten está comprometida com o aumento da eficiência, alcançando, em 2022, 51% da área operacional da Worten certificada pelo Sistema de Gestão Ambiental de acordo com a NP EN ISO14001: 2015.

Seguindo a mesma abordagem, a MC tem um mapa de ação para a melhoria contínua da gestão ambiental, visando uma utilização mais eficiente dos recursos nas lojas e armazéns, pelo que, no final de 2022, cerca de 58% da área operacional da MC tinha um sistema certificado pela NP EN ISO14001: 2015.

A Sierra aplica os mais elevados padrões nas suas atividades comerciais e é reconhecida pela sua abordagem sustentável aos edifícios. A Sierra está focada em melhorar a certificação ambiental de todos os projetos em desenvolvimento e ativos em funcionamento, através de esquemas de certificação como LEED, BREEAM, DGNB, ISO 14001 e 45001. Em 2022, 38% dos centros comerciais estavam certificados com ISO 14001 & 45001 (9 em 24 dos ativos detidos sob gestão) e 58% dos nossos ativos têm as certificações BREEAM in-use (14 em 24 ativos detidos sob gestão).



# O relacionamento com os nossos *stakeholders*

Em conjunto com os nossos *stakeholders*, damos propósito à nossa missão

A Sonae tem como compromisso promover um modelo de governo orientado para os *stakeholders* e que tenha como prioridade a nossa missão de criar valor económico e social de longo prazo. Relacionamo-nos e ouvimos os nossos diferentes *stakeholders* de forma contínua e ativa, através de um processo estruturado de identificação, análise, planeamento e implementação de ações que reflitam a nossa missão. Este diálogo é baseado em transparência e confiança mútua. Este relacionamento proativo e eficaz permite-nos seguir os nossos valores e a nossa estratégia com foco na procura de oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Adicionalmente, o relacionamento ativo, e o trabalho em conjunto e regular, permite-nos assegurar que os nossos negócios operam de uma forma responsável e equilibrada, tanto a curto como a longo prazo. Enquanto empresa global com um portefólio diversificado, a Sonae tem uma extensa rede de *stakeholders*. Acreditamos que é fundamental colaborar com todos os grupos de *stakeholders*, mas reconhecemos também que cada um dos grupos é único e exige uma abordagem de relacionamento única. A informação que apresentamos de seguida inclui os nossos grupos de *stakeholders* mais relevantes, considerando o seu impacto nos nossos modelos de negócio, o seu nível de envolvimento e a forma como são afetados pelo nosso portefólio.



Com mais de 48 mil colaboradores espalhados pelos diferentes negócios, o envolvimento e empenho das nossas **peçoas** é fundamental e está no centro do nosso sucesso.

Estamos empenhados em promover uma cultura de inclusão, diversidade, igualdade de oportunidades, equilíbrio entre a vida profissional e pessoal e estruturas de remuneração justas e transparentes que proporcionem a todos as condições adequadas de que necessitam para o nosso sucesso a longo prazo.

As nossas **comunidades** são um pilar da nossa sustentabilidade e do nosso sucesso. O envolvimento da comunidade e a criação de valor social são fundamentais para a nossa estratégia ESG. Reconhecemos o impacto da nossa presença na sociedade e estamos empenhados em fazer uma diferença positiva nas comunidades onde estamos e operamos.

Reconhecemos também a importância dos **clientes das empresas do nosso portefólio**. São vistos como parte das nossas pessoas e das nossas comunidades e, por isso, desempenham um papel importante no desenvolvimento da Sonae ao permitirem antecipar as tendências de mercado em todo o portefólio.

O **portefólio da Sonae** é composto por **oito negócios**. Apesar de partilharem uma cultura e valores comuns, cada empresa tem os seus próprios pontos fortes e conhecimento, permitindo ao Grupo diversificar as suas operações e mitigar riscos, de forma a enfrentar ciclos económicos e aproveitar oportunidades em vários mercados. O **sucesso de cada negócio** é independente dos restantes, embora alavancando no know-how e nos recursos de cada um para potenciar o crescimento e a eficiência. O **papel da Sonae** é desafiar constantemente as equipas de gestão a superarem os resultados e o desempenho e a aproveitarem as oportunidades de mercado.

A Sonae é uma parceria entre um acionista maioritário familiar e diversos **investidores** unidos em torno do objetivo de criação de valor económico e social a longo prazo.

A Sonae gere cuidadosamente a sua estrutura de capital de forma a alinhar os interesses de todos os seus **investidores**, incluindo acionistas minoritários e credores.

O apoio dos nossos **investidores**, dos nossos credores e o acesso contínuo ao capital são vitais para um sucesso a longo prazo.

Muitos dos nossos investimentos estão baseados em **parcerias** fortes e de longo prazo entre a Sonae e **players e/ou investidores de referência** no mercado.

Reconhecemos que as **parcerias** nos dão acesso a recursos, a novas oportunidades de investimento, a conhecimento e ao **know-how**, aumentando a nossa flexibilidade de investimento.

Numa visão mais ampla, também consideramos os **fornecedores dos nossos negócios** como parceiros vitais na nossa jornada e com quem compartilhamos uma visão comum baseada em princípios de responsabilidade corporativa.

A Sonae e as empresas do seu portefólio são membros de **organizações nacionais e internacionais** relevantes.

A Sonae trabalha de forma aberta e transparente com várias entidades públicas, com quem partilha os seus planos, procura compreender as suas prioridades e preocupações de forma a encontrar soluções mutuamente benéficas.

Esforçamo-nos igualmente para manter relações positivas e construtivas com os reguladores, operando de forma correta, ajudando a moldar a política nos nossos mercados e posicionado o nosso portefólio para aproveitar oportunidades futuras.

As nossas  
Pessoas


As nossas  
Comunidades

As nossas  
Empresas

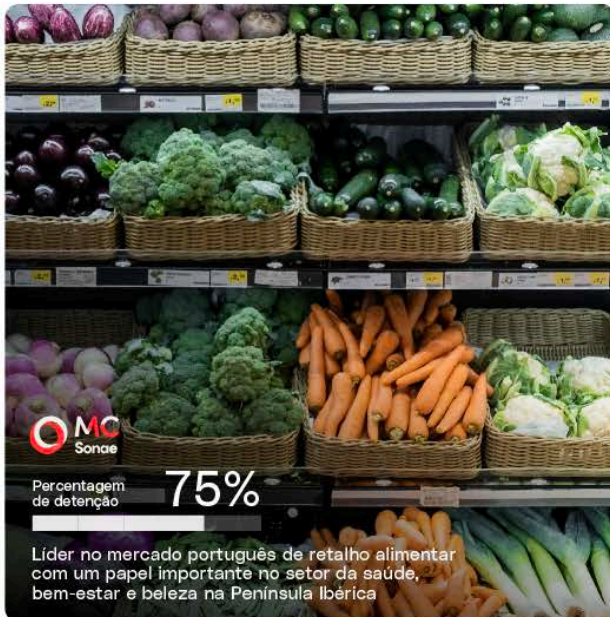
Os nossos  
Investidores

Os nossos  
Parceiros

Organizações e  
Entidades públicas

	As nossas Pessoas	As nossas Comunidades	As empresas do nosso portefólio	Os nossos investidores	Os nossos parceiros	As organizações e as entidades públicas
O que é que para eles é importante?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistemas de remuneração e reconhecimento justos e robustos</li> <li>Oportunidades de desenvolvimento pessoal e de carreira</li> <li>Equilíbrio entre vida pessoal e profissional, bem-estar, experiência e envolvimento</li> <li>Práticas de trabalho ágeis e flexíveis</li> <li>Ambiente que estimula a inovação</li> <li>Ambiente de trabalho diversificado e inclusivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sustentabilidade e o ambiente local</li> <li>Impacto na economia e na sociedade local</li> <li>Adoção de estilos de vida mais saudáveis</li> <li>Proteção da biodiversidade</li> <li>Melhoria das infraestruturas comunitárias</li> <li>Criação de empregos e oportunidades de requalificação</li> <li>Produtos e serviços com performance sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Forte desempenho económico e sustentável a curto e a longo prazo</li> <li>Suporte financeiro e operacional</li> <li>Gestão da estrutura de capitais</li> <li>Partilha de rede de contactos e conhecimento</li> <li>Tomada de decisão</li> <li>Garantia de independência e autonomia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender o propósito, valores e a cultura da Sonae</li> <li>Compreender os riscos e oportunidades que afetam a estratégia e o desempenho</li> <li>Crescimento sustentável e rentável a longo prazo</li> <li>Política de dividendos transparente</li> <li>Estrutura de capital ativa e equilibrada</li> <li>Reporte financeiro e não financeiro</li> <li>Governo societário com qualidade e transparência</li> <li>Investimento responsável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimento e oportunidades de crescimento</li> <li>Confiança, ética e transparência</li> <li>Valores corporativos comuns</li> <li>Apoio entre parceiros</li> <li>Envolvimento proativo</li> <li>Bons relacionamentos profissionais</li> </ul>	<p>Operações legais e seguras, de acordo com os regulamentos relevantes, nomeadamente sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Política de remunerações</li> <li>Práticas ambientalmente corretas, incluindo a gestão de resíduos</li> <li>Proteção do consumidor</li> <li>Segurança alimentar e dos produtos</li> <li>Digital e cibersegurança</li> <li><i>Due diligence</i> na cadeia de abastecimento</li> <li>Comércio, Concorrência e Fiscalidade</li> <li>Desigualdades e requalificação</li> <li>Questões socioeconómicas</li> </ul>
Como é que nos envolvemos em 2022?	<ul style="list-style-type: none"> <li>€771m em salários, incluindo fixo e variável (€77m)</li> <li>39% dos cargos de liderança ocupados por mulheres</li> <li>1 milhão de horas de formação, incluindo um novo módulo sobre diversidade e enviesamento inconsciente</li> <li>323 pessoas recrutadas no programa "Pessoas com diferença"</li> <li><i>Employee Net Promoter Score</i> com base em pesquisas de satisfação realizadas semestralmente</li> <li>11 reuniões do G.C. de recursos humanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>€31m de apoio à comunidade</li> <li>1.498 instituições apoiadas</li> <li>88.545 árvores doadas</li> <li>-24% de redução na emissão de GEE vs. 2018</li> <li>2.159 horas de voluntariado</li> <li><i>Sonae for Ukraine</i></li> <li>Pro-Mov e iniciativas de <i>reskilling</i></li> <li>Mais de 2 mil lojas</li> <li>Investimentos significativos para melhorar a rede de lojas, a presença digital e as estruturas logísticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande proximidade entre a equipa de gestão de os Conselhos de Administração das empresas do portefólio</li> <li>Ciclo de planeamento estratégico e financeiro</li> <li>Reuniões regulares com os <i>Group Senior Executives</i> (CEOs das empresas do portefólio)</li> <li>Fóruns especializados</li> <li>Serviços da estrutura corporativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>5% de crescimento anual no dividendo por ação</li> <li>+100 reuniões com investidores</li> <li>+200 contactos com analistas do <i>sell-side</i></li> <li>c.€1mm de refinanciamento de longo-prazo</li> <li>68% de financiamento de longo prazo indexado ao desempenho "<i>green</i>" ou ESG</li> <li>+30 comunicados, incluindo reportes de resultados</li> <li>Reporte recorrente ao Conselho de Administração sobre o mercado de capitais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões e comunicação regulares</li> <li>Partilha de experiências e <i>know-how</i></li> <li>Valorização das suas contribuições</li> <li>Código de conduta dos fornecedores nas empresas do nosso portefólio</li> <li>Avaliações de desempenho aos nossos fornecedores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um diálogo contínuo e construtivo, respondendo a perguntas diretas e reunindo periodicamente</li> <li>Relacionamentos cultivados com parceiros externos</li> <li>Relacionamento com mais de 45 organizações nacionais e internacionais, das quais a Sonae faz parte, entre elas:</li> </ul> 

## O nosso Portefólio



**MC**  
Sonae

Percentagem de detenção **75%**

Líder no mercado português de retalho alimentar com um papel importante no setor da saúde, bem-estar e beleza na Península Ibérica



**Worten**  
Sonae

Percentagem de detenção **100%**

Líder de retalho omnicanal de produtos e serviços, com foco em eletrodomésticos e eletrónica de consumo



**Sierra**  
Sonae

Percentagem de detenção **90%**

Operador integrado verticalmente de desenvolvimento, gestão e investimento imobiliário



**NOS**

Percentagem de detenção **37%**

Operador convergente líder no mercado português de telecomunicações



**IBERIAN SPORTS RETAIL GROUP**

Percentagem de detenção **30%**

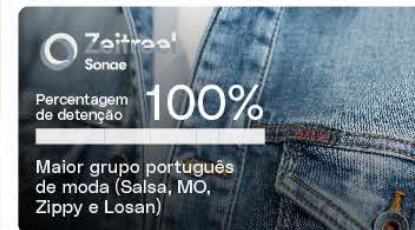
Um dos maiores retalhistas europeus de desporto de rápido crescimento



**BrightPixel**  
Sonae

Percentagem de detenção **90%**

Investidor ativo especializado em tecnologia



**Zeitree**  
Sonae

Percentagem de detenção **100%**

Maior grupo português de moda (Salsa, MO, Zippy e Losan)



**Univero**  
Sonae

Percentagem de detenção **100%**

Operador de serviços financeiros digitais em rápido crescimento em Portugal

# O nosso desempenho

## Contexto Económico, Ambiental, Social e de Governo

O ano de 2022 ficou inevitavelmente marcado pelo escalar da tensão geopolítica na sequência da invasão da Rússia à Ucrânia, criando uma onda de choque com consequências socioeconómicas catastróficas numa sociedade ainda em recuperação após dois anos de pandemia COVID-19. Os níveis de incerteza permaneceram notavelmente elevados ao longo do ano, embora de natureza diferente.

Os efeitos da pandemia, ainda muito visíveis no início do ano, começaram a esbater-se à medida que as taxas de vacinação melhoraram. Os governos têm lidado com as consequências de uma pandemia que deixou cicatrizes a nível social, que levarão gerações a sarar, e com uma pressão económica nos orçamentos nacionais. Os mercados e as organizações ainda se estão a adaptar a um novo paradigma, resultante de desigualdades geracionais relativamente à disrupção tecnológica no local de trabalho, que não só afetou os hábitos de trabalho e o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, como também colocou ênfase na disparidade de competências no mercado de trabalho.

A invasão da Ucrânia, a incerteza sobre o resultado da guerra e o risco da sua escalada a nível global, desencadearam uma onda de consequências económicas que continuam a alastrar pela economia global e que foram amplificadas por níveis de inflação dos quais não há memória nas economias desenvolvidas nas décadas mais recentes: +8,0% nos EUA e +8,4% na Zona Euro. Como esperado, os Bancos Centrais reagiram com aumentos das taxas de juro para reverter os níveis de inflação e implementaram novos instrumentos de intervenção nos mercados de dívida pública para impedir ataques especulativos em economias sobre endividadas. Apesar da tendência de desaceleração observada no final do ano, a inflação continua a ser um fator de risco significativo. A elevada inflação, relacionada com os preços da energia e dos alimentos, juntamente com o aumento das taxas de juro, conduziram a uma pressão significativa sobre o rendimento disponível das famílias e, conseqüentemente, sobre os padrões de consumo privado.

Globalmente, e apesar da melhoria da situação epidemiológica, o esgotamento do efeito de base favorável, juntamente com a deterioração do contexto geopolítico e das condições de financiamento, contribuíram para um acentuado abrandamento do crescimento global, com o PIB a crescer +3,4% em 2022 (+6,2% em 2021). De facto, na Zona Euro, o PIB abrandou em relação ao ano anterior, registando +3,5% em 2022, face a +5,3% em 2021. No entanto, na Península Ibérica sentiu-se uma tendência quase oposta, com o PIB em Espanha a manter o seu crescimento de +5,5% em 2022 (o mesmo que em 2021) e o PIB português a crescer +6,7% em 2022 (+5,5% em 2021). Adicionalmente, manteve-se a pressão no mercado de trabalho, mas a taxa de desemprego na zona Euro diminuiu para 6,8% (face a 7,6% em 2019), o que demonstra claramente uma recuperação total dos efeitos da pandemia. Esta evolução é assimétrica entre países, influenciada por fortes efeitos regionais induzidos tanto pela pandemia como pela guerra. Mais uma vez, Portugal registou uma tendência muito positiva, com a taxa de desemprego a reduzir para 6,0% em 2022 (face a 6,6% em 2021).

De facto, o desempenho português foi surpreendente e ultrapassou os níveis de atividade económica pré-pandemia, beneficiando da contribuição da procura interna,

particularmente do consumo privado, uma vez que as despesas das famílias aumentaram 5,9%, e da criação de emprego. Para além disto, a utilização de poupanças adicionais acumuladas durante a pandemia também contribuiu para esta dinâmica, ajudando a compensar o efeito negativo do aumento das taxas de juro e da taxa de inflação, que atingiu uma média de 8,1% no ano.

No entanto, do lado dos custos, o aumento dos preços da energia foi particularmente pronunciado (+24% em 2022) e os preços da categoria alimentar aumentaram a um ritmo acelerado, impulsionados por fortes pressões inflacionistas ao longo de toda a cadeia de valor. Mais concretamente, em 2022, os preços alimentares apresentaram um aumento médio de 29% ao nível do produtor e 26% nas indústrias alimentares, enquanto o preço ao consumidor registou uma variação de +13%. Com o aumento dos custos de financiamento, a redução dos níveis de confiança das famílias e o enfraquecimento do poder de compra, os níveis de crédito ao consumidor permaneceram abaixo dos níveis pré-pandemia.

Em Portugal, as vendas de retalho totais aumentaram 13% em 2022 em termos nominais, num contexto de aumento acentuado do nível global de preços. As vendas de produtos não alimentares aumentaram 16%, com as vendas do retalho de moda com a recuperação mais significativa, aumentando 32% em 2022, mas permanecendo 5% abaixo de 2019. As vendas do retalho de eletrónica apresentaram uma dinâmica semelhante à das vendas totais de produtos não alimentares, registando um crescimento de 15% em termos homólogos. Por sua vez, as vendas de produtos alimentares, bebidas e tabaco aceleraram em 2022 e registaram um aumento de 11%, suportadas por aumentos de preços. Em termos não financeiros, as alterações climáticas permaneceram no topo da agenda política e regulatória, embora a invasão da Ucrânia tenha criado uma pressão para o restabelecimento de parte da infraestrutura de combustíveis fósseis para mitigar os efeitos da escassez no lado da oferta, resultante da perda de capacidade e das sanções à Rússia. No entanto, os acontecimentos das duas últimas décadas, nomeadamente o colapso de grandes instituições devido a falhas de governo, a pandemia, o consenso científico sobre os efeitos associados às alterações climáticas e o combate às desigualdades sociais, aumentaram a visibilidade do público sobre a relevância de sólidos valores e práticas ESG, acentuando significativamente a pressão sobre as organizações, governos e reguladores para adotarem estratégias para combater ativamente as alterações climáticas, as desigualdades sociais e as questões de governo societário.

Não obstante, a agenda ESG continuou a ser influenciada por vários fatores. Por um lado, as organizações e empresas, líderes compreenderam claramente o potencial das oportunidades decorrentes da incorporação de uma abordagem sustentável nas suas estratégias. Os consumidores e o público em geral são também menos tolerantes com comportamentos empresariais que procuram lucro a curto prazo, pondo em risco o valor social e ambiental a longo prazo. O escrutínio do público continuará a aumentar e as empresas devem responder com uma noção mais exigente de transparência e responsabilidade. Por outro lado, os investidores estão também a desempenhar um papel

crítico neste processo, ao exigirem soluções sustentáveis para os seus investimentos, informação adicional detalhada e abordagens mais sólidas de gestão de riscos ESG por parte das empresas e ao canalizarem a sua liquidez para ativos mais sustentáveis. Em 2022, os ativos ESG sob gestão continuaram a aumentar e os fluxos ESG permaneceram mais resilientes face títulos mais genéricos, embora os fundos ESG tenham registado um desempenho abaixo do de 2020 e 2021, regressando para os níveis pré-pandemia. A transição energética e a energia de fontes não poluentes continuam a ser as principais forças impulsionadoras do impacto e desempenho ambiental e sustentável. Tanto a capacidade de atrair investimento como a sua resiliência são uma demonstração de que uma parte significativa dos investidores já considera sustentabilidade em detrimento de retornos a curto prazo.

Globalmente, 2022 foi um ano com efeitos diversos. Houve um regresso da atividade económica após dois anos de uma pandemia que forçou o mundo a uma paragem, mas os sinais positivos foram fortemente compensados pela invasão da Ucrânia e, posteriormente, pela inflação. Todos estes efeitos contribuíram para um contexto conturbado durante 2022, impulsionado por uma elevada incerteza que irá provavelmente continuar.

## O nosso desempenho financeiro

€m	31.12.21	31.03.22	30.06.22	30.09.22	31.12.22
Valor líquido do portefólio (NAV)	4.015	4.080	3.848	3.966	<b>3.974</b>
Capitalização bolsista	2.006	2.084	2.342	1.649	<b>1.870</b>
Dívida Líquida	563	931	1.103	1.022	<b>540</b>

€m	4T21 R	4T22	var.	2021 R	2022	var.
Volume de negócios	1.992	2.233	12,1%	6.965	<b>7.726</b>	10,9%
EBITDA subjacente	186	195	4,9%	601	<b>635</b>	5,7%
Margem EBITDA subjacente	9,3%	8,7%	-0,6 p.p.	8,6%	<b>8,2%</b>	-0,4 p.p.
Resultado líquido atribuível a acionistas	109	132	20,6%	267	<b>342</b>	27,7%
Res. liq. atribuível a acionistas excluindo itens não recorrentes	109	-10	-	215	<b>179</b>	-16,7%
Venda de ativos	14	229	-	663	<b>301</b>	-54,6%
Investimentos em M&A	-22	-46	-	-195	<b>-277</b>	-41,9%
Free Cash Flow antes de dividendos pagos	295	483	63,8%	681	<b>187</b>	-
Dividendos pagos	-	-	-	-96	<b>-169</b>	76,4%

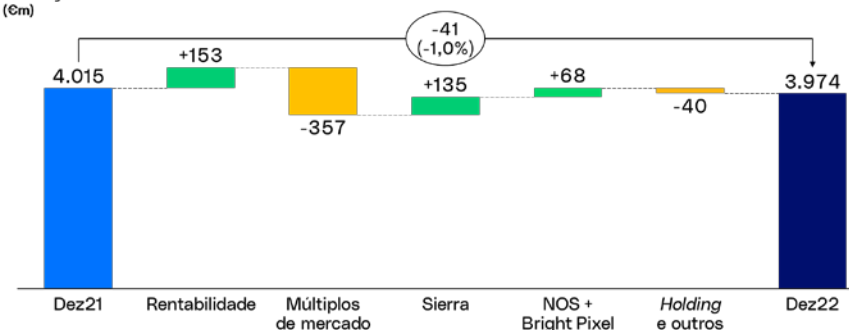
R - Reexpresso. Maxive na Bright Pixel foi classificada como detida para venda e todos os períodos de 2021 e o 1T22 foram reexpressos para a incluir como operação descontinuada.

	1 ano	3 anos	5 anos	10 anos
Retorno total acionista*	-2%	7%	2%	8%

\* Fonte: Bloomberg.

O NAV da Sonae ascendeu a €4 mil milhões no final do ano, ligeiramente abaixo do valor do final de 2021, devido ao desempenho operacional dos nossos negócios, juntamente com os nossos movimentos de portefólio, que praticamente compensaram a turbulência nos mercados de capitais que foi refletida na contração dos múltiplos de mercado.

Evolução do NAV (€m)



Empresa (€m)	Participação	31.12.21	31.12.22	Var.	Principais efeitos
<b>MC</b>	75%	1.870	<b>1.824</b>	-2,5%	Múltiplos mais baixos, apesar da melhoria do desempenho operacional
<b>Sierra</b>	90%	740	<b>875</b>	18,2%	Aumento da participação e do NAV
<b>NOS <sup>(1)</sup></b>	35%	538	<b>686</b>	27,6%	Aumento da participação e do preço das ações
<b>Bright Pixel</b>	90%	356	<b>276</b>	-22,5%	Redução do NAV devido aos movimentos de portefólio
<b>Worten</b>	100%	244	<b>203</b>	-16,8%	Múltiplos mais baixos
<b>ISRG</b>	30%	213	<b>183</b>	-14,1%	Múltiplos mais baixos, apesar da melhoria do desempenho operacional
<b>Universo</b>	100%	51	<b>45</b>	-10,6%	Múltiplos mais baixos
<b>Zeitree</b>	100%	124	<b>38</b>	-69,2%	Múltiplos mais baixos
<b>Outros Investimentos <sup>(2)</sup></b>		175	<b>75</b>	-56,8%	Conclusão da venda da MDS
<b>Holding   ativos Imobiliários</b>		176	<b>183</b>	4,2%	
<b>Holding   estrutura</b>		-131	<b>-143</b>	-9,2%	
<b>Holding   dívida líquida <sup>(3)</sup></b>		-318	<b>-248</b>	21,9%	
<b>Interesses sem controlo</b>		-23	<b>-23</b>	-2,9%	
<b>Total</b>		4.015	<b>3.974</b>	-1,0%	

*O NAV da Sonae é baseado em referenciais de mercado, como múltiplos de empresas comparáveis, avaliações externas, rondas de financiamento e capitalizações bolsistas. Os métodos de avaliação e os detalhes por unidade de negócio estão disponíveis no Kit do Investidor da Sonae em [www.sonae.pt](http://www.sonae.pt).*

Em 2022, os negócios da Sonae enfrentaram um contexto macroeconómico desafiante, com um aumento acentuado da inflação e das taxas de juro, custos de energia crescentes, disrupções nas cadeias de abastecimento globais, efeitos prolongados da pandemia e, principalmente, com a invasão da Rússia à Ucrânia. Apesar deste contexto, a Sonae e o seu portefólio de negócios demonstraram novamente uma forte resiliência, com o volume de negócios consolidado a atingir €7,7 mil milhões e o EBITDA subjacente a situar-se em €635m, com uma margem de 8,2% que representa uma redução de 41p.b. em termos homólogos, devido ao impacto da inflação e à pressão nas nossas estruturas de custos. Os negócios consolidados pelo método de equivalência patrimonial também continuaram a apresentar uma melhoria do desempenho operacional, o qual juntamente com mais-valias significativas da venda da MDS e da Maxive, conduziram a um EBITDA consolidado de €927m no final do ano.

O Resultado Indireto foi de -€43m em 2022, devido ao valor do 4T22 de -€92m, que foi impactado sobretudo (i) pelo efeito negativo no valor das propriedades de investimento da Sierra num contexto de expansão das yields (-€31m), apesar da melhoria do desempenho operacional dos seus ativos; (ii) pelo efeito negativo no valor do portefólio da Bright Pixel, sobretudo devido a variações cambiais (-€22,5m) e (iii) pelas imparidades no nosso negócio de retalho de moda (-€48m), na sequência do impacto negativo estimado do contexto macroeconómico no consumo no setor de moda. Assim, no final de 2022, o Resultado Líquido (atribuível a acionistas) situou-se em €342m. Excluindo os resultados não recorrentes, sobretudo relacionados com vendas de ativos, o Resultado Líquido foi de €179m, -17% em termos homólogos, devido aos resultados indiretos.

€m	2021	2022	var.
EBITDA (inc. rendas e impostos)	400	416	4,0%
Fundo de maneo e outros	32	42	28,3%
Capex operacional	-279	-357	-27,9%
<b>Cash flow operacional</b>	<b>154</b>	<b>101</b>	-34,5%
Atividade financeira liq.	-31	-21	33,0%
Investimentos em M&A	-195	-277	-41,9%
Venda de ativos	663	301	-54,6%
Dividendos recebidos	91	83	-8,9%
<b>FOF antes de div. pagos</b>	<b>681</b>	<b>187</b>	-

Relativamente ao cash flow operacional, o portefólio gerou €101m em 2022, o que representa uma redução quando comparado com o ano passado, sobretudo devido ao esforço de investimento, o qual retomou os níveis pré-pandemia.

Durante o último trimestre do ano: (i) o Universo, o nosso negócio de serviços financeiros, concluiu a venda da MDS por €104m e chegou a um acordo de princípio com o Bankinter Consumer Finance para a criação de um operador líder em crédito ao consumo em Portugal, através de uma parceria 50/50; (ii) a Bright Pixel concluiu a venda da Maxive, vendeu a sua participação na StyleSage e recebeu uma distribuição de capital dos fundos da Armilar Ventures Partners, com um encaixe total de €124m; (iii) a Sonaecom concluiu a resolução da parceria Zopt, anteriormente comunicada, passando a ser-lhe imputada uma participação de 26,07% na NOS e tendo recebido um encaixe financeiro (€38m); e (iv) aumentámos a nossa participação direta na NOS em 0,52%, para 11,3%, (totalizando 37,4%, incluindo a participação da Sonaecom).

Durante os primeiros nove meses do ano, os nossos principais movimentos de portefólio foram a aquisição de uma participação adicional de 10% na Sierra e de uma participação direta de 3,4% na NOS. A Bright Pixel manteve também a sua gestão ativa do portefólio, durante o resto do ano, concluindo a venda das suas participações na Cellwize e na CiValue, adquirindo várias participações minoritárias em empresas de base tecnológica e reforçando posição em empresas do seu portefólio.

Assim, o desempenho operacional dos nossos negócios, juntamente com a nossa atividade de gestão de portefólio e os dividendos recebidos, conduziram a um Free Cash Flow (FCF) antes de dividendos pagos de €187m no final do ano. Desta forma, após o pagamento de dividendos, a dívida líquida consolidada reduziu ligeiramente em termos homólogos, para €540m, o valor mais baixo em vários anos.

Em termos de estrutura de capitais, no final de 2022 a Sonae apresentava uma posição financeira muito sólida, com rácios de alavancagem e níveis de liquidez confortáveis (cerca de 1,3 mil milhões de euros de liquidez disponível - caixa e linhas de crédito não utilizadas) e um perfil de maturidade média acima dos 4 anos. Para além disto, 68% das nossas linhas de financiamento de longo prazo estão já indexadas ao desempenho dos nossos compromissos sustentáveis, “green” ou ESG.



## A performance do nosso portefólio

### MC – retalho alimentar<sup>7</sup>

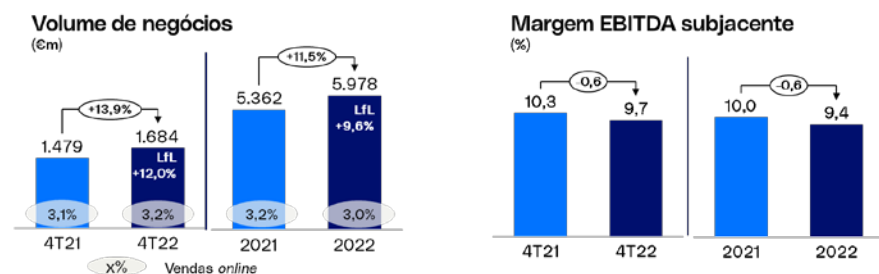
O ano foi desafiante para o mercado português de retalho alimentar, com um aumento do custo de vida das famílias devido à tendência de crescimento das taxas de inflação para níveis recorde e ao aumento dos custos com empréstimos à habitação. De facto, a inflação alimentar atingiu 19,5% no último trimestre e 13% no ano.

Neste contexto exigente e desafiador, a MC manteve-se focada em garantir o reconhecimento da sua proposta de valor e ir de encontro às necessidades dos seus clientes. O volume de negócios cresceu, face a uma base já sólida, para cerca de €6,0 mil milhões, um crescimento de 11,5% face ao período homólogo e de 9,6% em termos de LfL (no 4T22: +13,9% em termos homólogos e um LfL de +12,0%), sobretudo devido aos formatos alimentares que continuaram a registar um crescimento associado à inflação elevada, que mais do que compensou a ligeira descida nos volumes LfL e os efeitos de *mix*, nomeadamente de movimentos de *trading down* para produtos de marca própria. Todos os outros formatos da MC, continuaram a beneficiar da normalização dos comportamentos do consumo no período pós-pandemia.

A empresa continua a apostar na sua proposta *omnicanal*, com as vendas *online* a mais do que duplicarem face aos níveis pré-pandemia e a registarem um crescimento resiliente, com dois anos já notáveis, e a manterem um peso de 3% do volume de negócios total no ano.

Em termos de dinâmicas de mercado, a MC registou novamente ganhos de quota de mercado, ao longo de outro ano difícil, e reforçou a sua posição de liderança em Portugal.

O efeito de *mix* e os movimentos de *trading down*, juntamente com a pressão dos custos inflacionários a serem parcialmente suportados pela MC para proteger os seus clientes e dos custos da energia mais elevados, contribuíram para uma erosão da margem de rentabilidade de 59p.b., para 9,4% (9,7% no 4T) com o EBITDA subjacente a ascender a €563m em 2022 (€537m em 2021). Assim, o Resultado Líquido diminuiu €39m para €179m.



No que se refere à expansão, a MC acelerou o ritmo no 4T22 e abriu um total de 65 novas lojas próprias durante o ano (representando +25 mil metros quadrados de área de venda), incluindo 15 lojas Continente Bom Dia, e remodelou 33 lojas. Adicionalmente, a MC investiu no desenvolvimento das suas infraestruturas digital e logística. Globalmente, o investimento (*capex*) total em 2022 foi de €218m, incluindo €43m relativos a aberturas de lojas.

O desempenho operacional positivo, em conjunto com o investimento disciplinado conduziram a uma sólida geração de *cash-flow* de €214m no ano, em comparação com €243m gerados em 2021, os quais incluem um encaixe de €68m da venda da participação de 50% na Maxmat. Assim, e após o pagamento de dividendos de €243m, a dívida líquida da MC ascendeu a €408m no final de 2022, e o rácio dívida líquida total / EBITDA subjacente manteve-se estável, face ao período homólogo, em 2,7x, com um perfil de maturidade média de 4 anos.

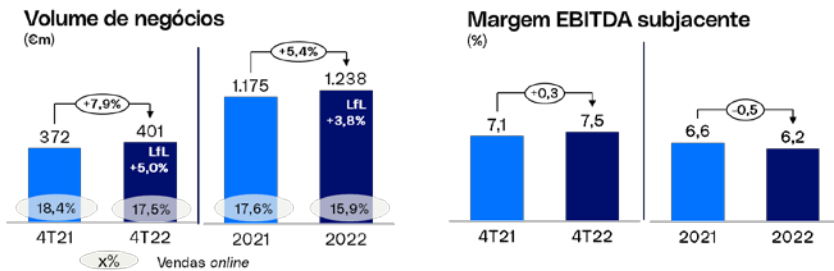
### Worten – retalho de eletrónica

Em 2022, a Worten demonstrou novamente a resiliência da sua proposta de valor omnicanal, tendo crescido tanto no segmento de eletrónica e eletrodomésticos, como em novas categorias, beneficiando do sucesso do seu *marketplace*, e da oferta de serviços, e reforçou a sua posição de liderança no mercado. O desempenho no quarto trimestre também foi positivo, com o volume de negócios a crescer 7,9% face ao período homólogo (LfL de +5,0%), conduzindo a um volume de negócios total de €1,2 mil milhões em 2022 (+5,4% em termos homólogos e LfL de +3,8%). O canal *online* cresceu no 4T22, mas não compensou totalmente a contração registada no 1T22, devido à pandemia e ao contexto de confinamento de 2021. Neste sentido, as vendas *online* totais contraíram e representam agora 16% do volume de negócios total. Apesar da desaceleração registada em 2022 face a 2021, as vendas *online* foram 2,7x superiores às do período pré-pandemia.

Em termos de rentabilidade, no último trimestre do ano, o EBITDA subjacente da Worten aumentou em €3,5m, face ao 4T21, com uma margem de 7,5% (+34p.b. em termos homólogos). No entanto, o investimento na transformação digital em curso e o aumento dos custos (sobretudo os custos de energia) durante o ano, conduziram a um EBITDA subjacente de €76,2m, o que representa uma ligeira redução face ao ano passado (€77,8m), com uma margem de 6,2%.

<sup>7</sup> Para mais informações consulte os resultados de 2022 da MC em [www.sonae.pt](http://www.sonae.pt)

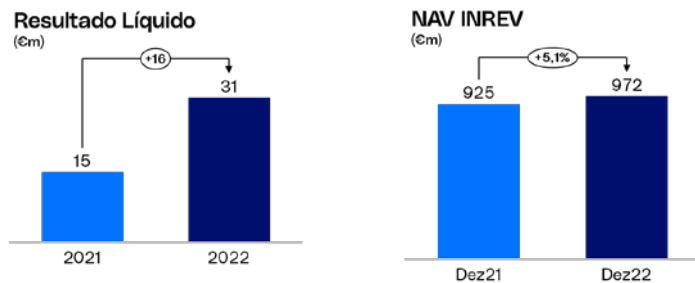




## Sierra – setor imobiliário

A Sierra teve um ano de 2022 muito positivo, tendo alcançado um desempenho operacional significativo, através da recuperação bem sucedida da atividade do seu portefólio de centros comerciais e da estratégia renovada de expansão para novos negócios, setores e geografias.

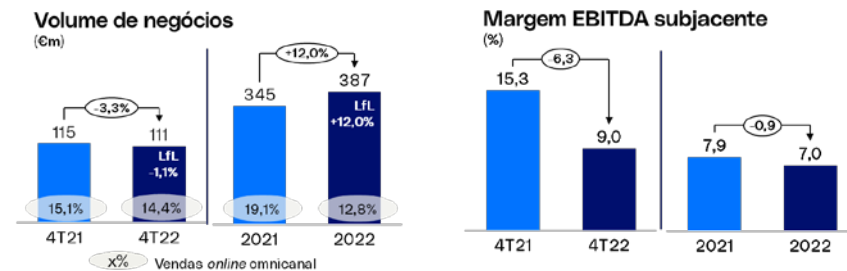
A recuperação do portefólio de centros comerciais na Europa é evidente, com um aumento significativo das vendas dos lojistas de 35% face ao período homólogo, ultrapassando os níveis pré-pandemia em 10%, e com taxas de ocupação a crescer para 98% na Europa e para um valor notável em Portugal de 99%. Para além disto, a área de serviços da Sierra registou um forte crescimento, com um aumento considerável do volume de negócios de 18%, face ao período homólogo, nas diferentes áreas de negócio. Em 2022, a Sierra deu passos importantes para o desenvolvimento da sua área de serviços, expandindo para novas geografias e aumentando os ativos sob gestão fora da atividade de centros comerciais, em €700m para €1,3 mil milhões no final do ano.



Apesar do contexto macroeconómico desafiante, o Resultado Líquido da Sierra aumentou €16m face ao período homólogo, atingindo €31m. Numa base contabilística proporcional, o Resultado Direto foi de cerca de €45m (face a €30m em 2021), e o Resultado Indireto foi de -€14m, em grande parte devido à valorização das propriedades de investimento, a qual foi afetada negativamente pelo contexto macroeconómico que levou a uma expansão das *yields*, parcialmente compensada pela melhoria no desempenho operacional. De acordo com a metodologia INREV, no final de 2022, o NAV da Sierra aumentou 5% face ao final de 2021, sobretudo devido ao resultado líquido positivo no ano e ao impacto cambial favorável. O *loan-to-value* (bruto) da Sierra reduziu para 43% em 2022, face a 46% no final de 2021.

## Zeitreel – retalho de moda

Após dois anos desafiantes para o setor de moda, num contexto de pandemia, 2022 trouxe novos desafios, nomeadamente com um ambiente macroeconómico negativo, que afetou a confiança dos consumidores e o rendimento disponível e agravou a estrutura de custos do setor. No entanto, apesar de ainda abaixo dos níveis de 2019 devido ao contexto, o volume de negócios registou um crescimento de dois dígitos em termos homólogos.



Assim, em 2022 as vendas cresceram 12,0% em termos homólogos, com um LfL de +12,0%, para €387m, com um contributo positivo de todas as marcas da Zeitreel. As vendas *online* continuaram a representar um canal importante mantendo uma forte evolução face aos períodos pré-pandemia (13% das vendas omnicanal totais em 2022, face a 10% em 2019), apesar de naturalmente abaixo dos níveis extraordinários registados nos períodos da pandemia.

O EBITDA subjacente ficou praticamente em linha com o valor do ano passado de €27m, alavancando na base de custos mais eficiente que permitiu que a Zeitreel minimizasse o impacto do aumento dos custos operacionais num contexto inflacionário.

## Universo – serviços financeiros

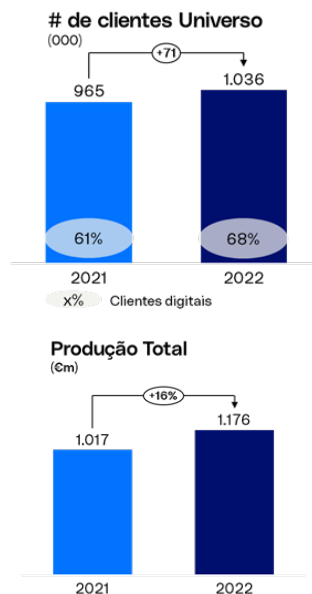
Em 2022, os clientes do Universo continuaram a reconhecer a sua proposta de valor, ultrapassando a barreira de 1 milhão de clientes. Durante o ano, a produção total registou uma forte evolução em todos os segmentos de negócio, aumentando 16% em termos homólogos, para €1,2 mil milhões. No 4T22, a produção total aumentou 15% em termos homólogos, sobretudo devido aos segmentos de crédito pessoal e “Cartão Dá”.

A base de clientes cresceu em 2022, com mais 71 mil titulares face ao final de 2021 e mais 15 mil face ao final de setembro de 2022. A empresa continuou também a expandir a sua presença digital, ultrapassando 700 mil clientes digitais (68% do total de clientes).

Por fim, o desempenho operacional do Universo beneficiou de uma maior maturidade do portefólio de crédito e de iniciativas de *cross-selling* mais fortes, em linha com a estratégia definida. Assim, em 2022, o volume de negócios e o EBITDA subjacente aumentaram €15m e €13m, respetivamente, em termos homólogos.

No final do ano, a Sonae deu outro passo importante para a implementação da sua estratégia no negócio de serviços financeiros. Após o sucesso da parceria com o Banco CTT, que continuará em vigor até ao final de 2023, a Sonae e o Bankinter Consumer Finance chegaram a um acordo de princípio para a criação de um operador líder em crédito ao consumo em Portugal, através de uma parceria 50/50, que resulta da combinação entre o Universo e o Bankinter Consumer Finance em Portugal.

O Universo concluiu ainda a venda da MDS, que tinha já sido comunicada ao mercado no final de 2021, mas que devido às necessárias aprovações regulatórias foi apenas concluída no 4T22. A venda da MDS resultou num encaixe de €104m e uma mais-valia de €81m.



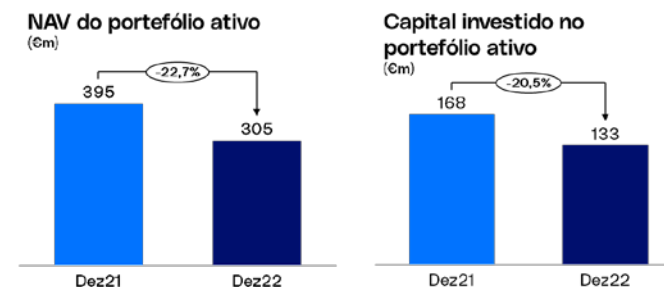
## Bright Pixel– investimento em tecnologia

Em 2022, a Bright Pixel continuou muito ativa na gestão do seu portefólio, com investimentos realizados em novas empresas, reforço de participações em empresas do seu portefólio, bem como desinvestimentos que resultaram em mais-valias e encaixes financeiros significativos.

Durante o último trimestre do ano foram anunciadas várias rondas de financiamento de empresas do seu portefólio, nas quais a Bright Pixel reforçou o seu investimento, nomeadamente uma ronda de €5,2m na Habit, uma ronda de série B de \$28,7m na Iriusrisk, uma ronda de série A de \$7,1m na Didimo e uma ronda de série A de €7,7m na Probe.ly. Globalmente, em 2022, a Bright Pixel investiu €48,7m nas empresas do seu portefólio e em novas empresas em diferentes segmentos.

Relativamente aos desinvestimentos, durante o 4T22, a Bright Pixel (i) gerou uma mais-valia de €64,7m na venda da Maxive e das suas subsidiárias S21Sec e Excellium, à Thales Europe; (ii) vendeu a sua participação na StyleSage, uma solução de inteligência artificial de análises de competitividade para retalho de moda e de produtos para o lar e no seu portefólio desde 2016, à Centric Software; e (iii) recebeu uma distribuição de capital dos fundos da Armilar Ventures Partners. Globalmente, a Bright Pixel atingiu um encaixe financeiro total de €124m no trimestre e €188m no ano.

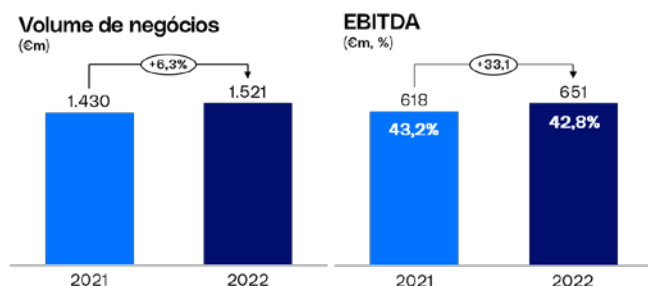
Apesar do nível significativo de investimento e da evolução positiva do valor total do seu portefólio, os desinvestimentos no 4T22, juntamente com outras vendas de ativos durante o ano (Cellwize, ciValue, Beamy e Safetypay), conduziram a uma redução do valor (NAV) e do capital investido do seu portefólio ativo para €305m e €133m, respetivamente. A Bright Pixel manteve o seu notável percurso de criação de valor, com um rácio *cash-on-cash* de 2,3x no seu portefólio ativo.



## NOS – telecomunicações<sup>8</sup>

O ano de 2022 foi marcado pelo sucesso da implementação do 5G e um desempenho notável, tanto do segmento de telecomunicações, como do segmento de media e entretenimento, com o último trimestre do ano a apresentar também um conjunto sólido de resultados.

O volume de negócios aumentou, em termos homólogos, 3,1% no 4T22 para €398m, e 6,3% durante o ano para €1,5 mil milhões. O volume de negócios do segmento de telecomunicações aumentou 2,1% no trimestre e 4,8% no ano, em termos homólogos. As vendas das salas de cinema recuperaram nos últimos trimestres, num ano sem restrições



relacionadas com a pandemia, com o volume de negócios do segmento de media e entretenimento a aumentar 33,7% no ano e 8,9% no trimestre, em termos homólogos, beneficiando também do êxito dos filmes exibidos e distribuídos. Relativamente à rentabilidade, o EBITDA do 4T22 cresceu 7,6% face ao 4T21, para €151m, devido a uma melhoria de 8,7% em termos homólogos no segmento de telecomunicações, atingindo €651m em 2022, +€33m face a 2021 com uma margem de 42,8%.

Globalmente, o resultado líquido excluindo as mais-valias referentes à alienação de torres atingiu €10m no 4T22 (-58% em termos homólogos) e €139m em 2022 (-4% face a 2021). Durante o ano, a NOS vendeu um conjunto de torres à Cellnex, com mais-valias totais de €101m (€26m no 4T22), conduzindo a um resultado líquido total de €225m (€33m no 4T22).

O investimento (*capex*) total foi de €496m em 2022, com o contributo do programa da NOS de implementação do 5G, já com 87% da população coberta no final do ano. O encaixe da venda das torres de €45m no 4T22 e €118m no 3T22, contribuiu para um desempenho positivo do *Free Cash Flow* (excluindo dividendos, investimentos financeiros e ações próprias) que atingiu €193m em 2022. O rácio dívida financeira líquida/EBITDA após o pagamento de *leasings* situou-se em 1,81x.

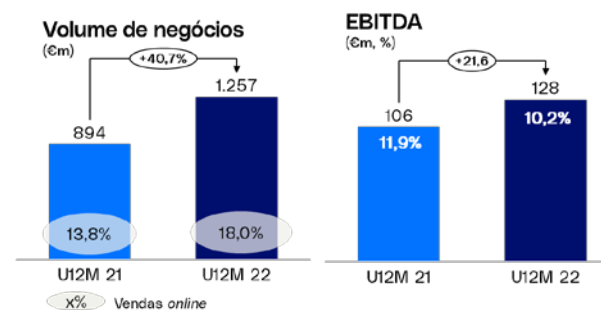
Relativamente à remuneração dos acionistas e mantendo a sólida estrutura de capitais, o Conselho de Administração da NOS aprovou uma proposta de pagamento de um dividendo ordinário de 27,8 cêntimos de euro por ação, em linha com os últimos 3 anos, e de um dividendo extraordinário de 15,2 cêntimos de euro por ação, relacionado com a conclusão da venda das torres à Cellnex durante o ano.

## ISRG – retalho de desporto<sup>9</sup>

Nos U3M 22 (agosto-outubro), a evolução das vendas da ISRG foi novamente notável (+8,6% em termos homólogos). O contexto macroeconómico continuou desafiante, mas neste último trimestre as disrupções na cadeia de abastecimento foram consideravelmente menos visíveis face ao resto do ano (fevereiro-julho). Globalmente, nos U12M 22 as vendas totais aumentaram 41% em termos homólogos, ultrapassando €1,2 mil milhões, com impacto positivo tanto das operações orgânicas, como dos novos negócios.

A Deporvillage, adquirida em 2021, continua a ser um impulsionador chave do desempenho do canal *online*, com as vendas deste canal a representarem 18% do volume de negócios da ISRG nos U12M 22 (face a 14% nos U12M 21). Este forte desempenho do volume de negócios contribuiu para o EBITDA, que aumentou €22m em termos homólogos, para €128m em 2022, apesar da margem ter sido afetada por um *mix* diferente de canais e pressão nos custos operacionais. Globalmente, o desempenho da ISRG conduziu a um contributo do método de equivalência patrimonial para os resultados da Sonae de €11m no 4T22 e de €22m em 2022 (+€5m em termos homólogos).

Apesar do elevado nível de incerteza macroeconómica, a empresa manteve um sólido desempenho operacional no último trimestre do seu ano fiscal (novembro-janeiro).



<sup>8</sup> Para mais informações consulte os resultados de 2022 da NOS em [www.nos.pt](http://www.nos.pt)

<sup>9</sup> Devido a diferenças no calendário de reporte da JD Sports (o maior acionista da JV), os valores da ISRG U12M 22 dizem respeito ao período que terminou a 29 de outubro.

## O nosso Desempenho Ambiental e Social

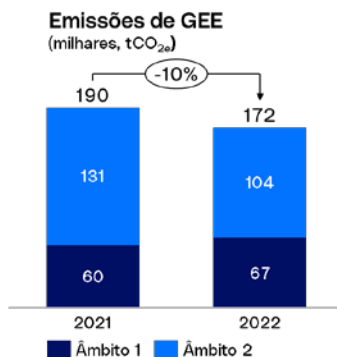
Após dois anos em que enfrentamos uma pandemia que paralisou o mundo, a paz mundial foi subitamente afetada pela invasão da Ucrânia. A Sonae procura encontrar proactivamente soluções eficazes, nunca se desviando dos seus objetivos ambiciosos de longo prazo, avaliando cuidadosamente os riscos potenciais relacionados com o ambiente, e abraçando simultaneamente oportunidades para gerar impactos positivos na natureza, na sociedade e na economia. Esta secção apresenta uma breve visão geral do desempenho ambiental e social da Sonae, relativamente aos compromissos assumidos para cada um dos cinco eixos estratégicos.

### CO<sub>2</sub> e Alterações Climáticas

Durante os últimos anos, o nosso portefólio tem estado muito ativo no cumprimento dos nossos objetivos ambiciosos - reduzir as nossas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) (âmbito 1+2) em 54% até 2030 face aos níveis de 2018 e atingir a neutralidade carbónica das operações até 2040 (âmbito 1+2). Neste sentido, desenvolvemos continuamente novas iniciativas e investimentos para melhorar os nossos esforços de descarbonização. Em 2022, as emissões de GEE (âmbito 1+2) diminuíram 10%, face a 2021, para 172 mil tCO<sub>2e</sub>.

Mais concretamente, as emissões de GEE de âmbito 1 aumentaram 12% em termos homólogos, para 67 mil tCO<sub>2e</sub>, sobretudo devido à normalização da atividade económica e à redução gradual do trabalho à distância, na sequência do fim da pandemia, e à melhoria da metodologia de cálculo das emissões (inclusão de emissões de gases destruidores da camada de ozono).

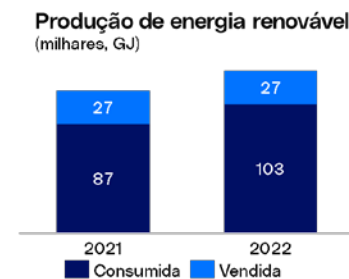
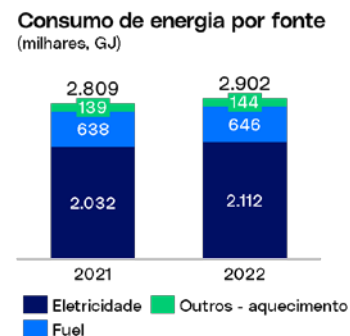
Apesar de todos os desafios, as emissões de GEE de âmbito 2 registaram uma diminuição notável de 20% em termos homólogos, para 104 mil tCO<sub>2e</sub>. Adicionalmente, reforçámos a eficiência nos processos dependentes de energia, acelerámos os nossos investimentos na produção de energia de fontes renováveis e priorizámos a aquisição de energia de fontes renováveis através de Contratos de Aquisição de Energia e Garantias de Origem, com um impacto significativo nas emissões de GEE. Em termos globais, estamos no caminho certo para atingir nosso objetivo de redução para 2030, com uma diminuição de 24% das emissões de âmbito 1+2 face a 2018.



Durante o ano de 2022, os negócios da Sonae procuraram alargar o mapeamento das suas emissões de GEE de âmbito 3 de forma a incluir mais categorias e mais empresas, nomeadamente a MC, a Zeitreel e a Sierra. Um processo exigente, considerando a diversidade e a complexidade das nossas operações e a natureza destas emissões que envolvem a nossa cadeia de valor. Assim, as empresas da Sonae estão atualmente a desenvolver os seus planos de ação e a definir os seus objetivos das emissões de GEE de âmbito 3. Após a conclusão deste passo, as nossas empresas pretendem submeter os seus objetivos (para as emissões de GEE de âmbito 1, 2 e 3) à *Science Based Target Initiative* (SBTi), tal como a Sierra que já submeteu as suas metas para aprovação em 2022. Para além disto, para garantir um melhor entendimento e uma maior comparabilidade, a Sonae reavaliou as emissões de GEE de âmbito 3 para 2021. Em 2022, as emissões de GEE de âmbito 3 foram de 5,2m tCO<sub>2e</sub>, um aumento de 11% em termos homólogos (4,3m tCO<sub>2e</sub>).

### Consumo de energia

Em termos consolidados, o consumo de energia atingiu 2,9 GJ, +3,3% em termos homólogos, com mais colaboradores a regressarem ao escritório, as lojas a voltarem aos horários normais de funcionamento e aos níveis normais de atividade após a pandemia, impactando todas as operações logísticas, e com a expansão da rede Plug&Charge. O consumo de eletricidade representa 73% do consumo total de energia, seguido dos combustíveis fósseis (22%) e da energia térmica (5%). Estrategicamente, os combustíveis fósseis foram o tipo de energia com o menor aumento em 2022 (+1,3% em termos homólogos).



Considerando os nossos planos de ação, as empresas da Sonae abraçaram todos os esforços para reduzir o consumo de energia nas nossas instalações e ativos, nomeadamente trabalhando na otimização das equipas e dos processos operacionais dos equipamentos, revendo planos de manutenção e prevenção, desenvolvendo auditorias energéticas e substituindo iluminação e equipamentos por soluções mais eficientes.

Adicionalmente, conseguimos também progredir na procura de fontes de energia mais sustentáveis. A eletrificação da matriz de energia da Sonae é um passo fundamental para a descarbonização das nossas atividades, uma vez que nos permite beneficiar dos investimentos na produção de energia renovável e selecionar a fonte de energia que adquirimos. Em 2022, atingimos uma capacidade instalada de 37 MWp, resultando num aumento da produção de energia renovável de 13,7% em termos homólogos (130 mil GJ em 2022 face a 114 mil GJ em 2021), tendo a maior parte sido consumida (79%). A eletricidade renovável produzida representa agora 4,5% (face a 4,1% em 2021) do total da energia consumida. Complementarmente, as empresas da Sonae adquiriram eletricidade renovável através de um Contrato de Aquisição de Energia com a Shell e Garantias de Origem com operadores de energia, atingindo 676 mil GJ de energia de fontes renováveis. Este montante, juntamente com a energia renovável produzida e consumida, representa 37% do total de eletricidade consumida.

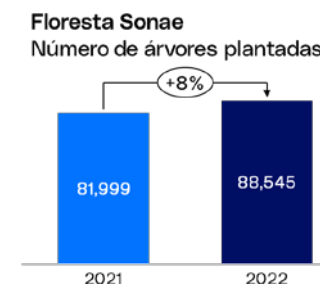
A invasão da Ucrânia evidenciou a dependência da União Europeia de energia proveniente da Rússia, particularmente do gás natural. Em termos de perspetivas futuras, é provável que os incentivos para a instalação de fontes de energia renováveis (como painéis fotovoltaicos) sejam reforçados, oportunidade que a Sonae aproveitará para continuar a melhorar a sua independência energética, contribuindo também para um planeta melhor.

## Natureza e Biodiversidade

A evidência científica é muito clara sobre o impacto das atividades humanas nos ecossistemas que nos suportam e sobre os perigos de não inverter a tendência atual. As alterações climáticas não podem ser dissociadas da natureza e da perda de biodiversidade, uma vez que ambas criam um efeito espiral de consequências graves. 2022 foi um ano marcante para a Sonae que assumiu o compromisso público de Zero Desflorestação até 2030 e subscreveu o Princípios dos Oceanos Sustentáveis das Nações Unidas.

Para além disto, todos os anos, continuamos a acompanhar a implementação da nossa Política de Sustentabilidade do pescado, adotada em 2010. Comunicamos aos nossos clientes a fonte e o risco associado a cada espécie de peixe através do nosso Traffic Light System. Esta ferramenta possibilita a avaliação das compras de acordo com o nível de sustentabilidade da pesca. Entre 2022 e 2021, verificamos um aumento de 3p.p. de espécies na categoria verde. As espécies da categoria vermelha (espécies ameaçadas) representam apenas 1%.

O compromisso da Sonae com o projeto Floresta Sonae mantém-se. Este é um projeto chave que abrange várias dimensões de proteção da natureza e promove a restauração da Biodiversidade, ajudando a reverter o impacto no nosso ecossistema, compensando também as emissões de GEE. Em 2022, a Sonae recuperou mais 60 hectares, com a plantação de 89 mil árvores, um aumento de 8% face a 2021 (82 mil árvores).



Como parte dos nossos esforços para proteger a Natureza e a Biodiversidade, também promovemos mudanças no combate ao desperdício alimentar, adotando técnicas mais eficientes de otimização do impacto positivo das nossas operações. A MC continuou a desenvolver uma ferramenta analítica que visa otimizar o destino dos produtos perto da data de expiração. A ferramenta analisa cada produto numa loja específica e avalia a probabilidade de venda com base em diferentes descontos, permitindo à gestão da loja atuar e decidir, atempadamente, sobre o destino do produto. Esta abordagem permitiu à MC reduzir o desperdício alimentar em cerca de €54m (face a €37m em 2021), quer através de mecanismos no fluxo do produto (cerca de €23m), quer através de doações a parceiros (€30m).

O Clube de Produtores Continente lançou o Programa de Desperdício Zero, em parceria com a Zerya. O programa tem como objetivo desenvolver sistemas de produção agrícola personalizados, com foco nas boas práticas agrícolas e produtos sem pesticidas. Os princípios de utilização eficiente dos recursos, menor consumo de energia, menores emissões e maior controlo sobre os aspetos microbiológicos são também alavaguardados. O programa tem 45 produtores em processo de certificação.

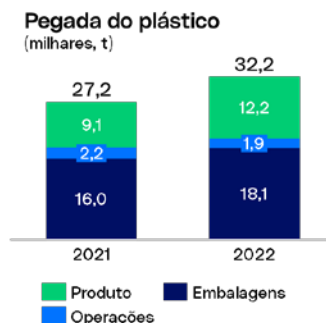
Adicionalmente, a Sonae, sempre com os olhos postos no futuro, participa ativamente em fóruns e iniciativas públicas dedicadas à Natureza e Biodiversidade, onde a sua voz é ouvida, ampliando o alcance das nossas ações, nomeadamente no Programa Corporativo da Science Based Target Network (SBTN), interagindo proactivamente sobre a metodologia em desenvolvimento, com o objetivo de definir as linhas orientadoras para a estabelecimento de objetivos para as nossas empresas relativamente à natureza..

## Plástico

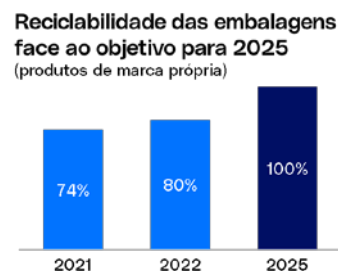
A atual cultura de consumo, juntamente com hábitos inadequados de reciclagem ou reutilização, agravam um problema que precisa de ser endereçado urgentemente, a poluição de origem plástica. A Sonae contribui ativamente para endereçar esta questão, com uma abordagem focada onde o nosso impacto é mais significativo, como o plástico das embalagens dos nossos produtos de própria marca.

Em 2022, continuámos a transformar significativamente as nossas embalagens, com base nos princípios de design ecológico e no objetivo de garantir que, até 2025, todo o plástico das nossas embalagens seja reciclável, reutilizável ou compostável. Para além disto, para fazer parte da solução, convidámos os nossos *stakeholders* ao longo da cadeia de abastecimento a trabalhar no sentido de reduzir o consumo de plástico a montante, adaptando as nossas operações para minimizar a utilização do plástico e promovendo a utilização e eliminação responsável do plástico junto dos nossos clientes.

Em 2022, a utilização de plástico na Sonae aumentou 18% em termos homólogos, para 32 mil toneladas. Uma análise mais detalhada demonstra que as embalagens representaram 56,1%, os produtos 37,8% e as operações 6,0% do plástico total utilizado. A utilização de plástico nas embalagens (marca própria) e nos produtos (têxteis, equipamento elétrico e eletrónico e não alimentares) aumentou 12,9% e 34,4% nas nossas empresas de retalho, respetivamente. Isto não pode ser dissociado do aumento do volume de vendas (em alguns casos de produtos com um maior peso de plástico nas suas embalagens), do impacto de um maior detalhe no número de produtos mapeados e da mudança de critérios metodológicos das vendas para as compras. No entanto, refletindo os esforços da Sonae na cadeia de abastecimento, como por exemplo a substituição de sacos de plástico descartáveis por bandas reutilizáveis na cadeia de abastecimento de denim da Salsa, a utilização de plástico nas operações reduziu em 10% para 1,9 mil toneladas em 2022 (face a 2,2 mil toneladas em 2021).



Apesar do aumento na utilização de plástico, os níveis de material reciclado e de reciclabilidade estão a aumentar significativamente, em linha com os nossos compromissos. Em termos de incorporação de plástico reciclado nas embalagens, este atingiu 14,4% em 2022 (face a 12,3% em 2021). Importa mencionar os progressos significativos do nosso portefólio em relação ao compromisso público do plástico das embalagens dos seus produtos de marca própria ser reutilizável, reciclável ou compostável até 2025, com a reciclabilidade das embalagens a aumentar de 74% para 80% em 2022, de acordo com os critérios da matriz da Sociedade Ponto Verde. Este aumento deve-se a melhorias nos critérios de reciclabilidade, e também, por exemplo, à estruturação de processos específicos para assegurar a recolha e reciclagem das embalagens de plástico geradas na venda de eletrodomésticos e equipamentos eletrónicos.



Adicionalmente, as empresas Sonae estão a trabalhar para reduzir o volume de plástico no mercado, promovendo soluções de reutilização, como as caixas de recolha de alimentos, os pontos de recarga do Continente e os serviços de reparação de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (EEE) e de vestuário.

Sempre com os olhos postos no futuro, por um lado, é importante alterar os hábitos dos consumidores, trabalhando do lado da oferta de soluções menos intensivas em plástico e sensibilizando para a necessidade de uma mudança. Por outro lado, é primordial investir na inovação para encontrar materiais alternativos que possam funcionar tão bem como o plástico sem o impacto ambiental. A Sonae está a trabalhar em ambas as frentes e irá reforçar os esforços para atingir o seu compromisso.

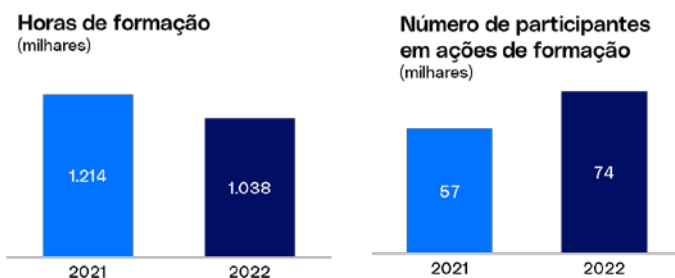
## Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo

A Sonae está verdadeiramente empenhada em trabalhar para uma sociedade mais inclusiva, reconhecendo o valor da diversidade e de como esta pode estender a riqueza do seu portefólio.

Em 2022, o número de trabalhadores da Sonae aumentou em 2,7% para mais de 48 mil pessoas, com um peso de 65,7% de mulheres, e com a maior parte da nossa equipa baseada em Portugal (95,1%) e com contrato permanente (74%). Durante o ano, atingimos também o nosso objetivo de ter 39% dos cargos de liderança ocupados por mulheres. Importa mencionar que atingimos o objetivo ambicioso um ano antes do nosso compromisso.

No âmbito do nosso projeto “Pessoas com Diferença”, lançado em 2021, a Sonae tem trabalho com parceiros e associações chave que nos têm apoiado no recrutamento e integração de pessoas portadoras de deficiência. No final de 2022, a Sonae tinha 323 colaboradores portadores de deficiência. O caminho já percorrido dá-nos confiança para acelerar e reforçar o compromisso da Sonae com uma organização mais diversificada e inclusiva. A Sonae oferece de forma continua oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional e reconhece o mérito.

Em 2022, a Sonae deu 1.038 mil horas de formação. Os programas de formação foram revistos para atingir um maior número de colegas, utilizando uma abordagem mais personalizada, aumentando em 30% para 74 mil os participantes a frequentarem as sessões de formação (face a 57 mil em 2021). Continuaremos a investir no desenvolvimento de competências dos nossos colaboradores, para melhorar continuamente o seu desempenho e encontrar novas oportunidades profissionais.



O sistema de valorização do mérito da Sonae reconheceu o potencial de 4,0 mil (8%) colaboradores com promoções de carreira. Adicionalmente, e como parte do compromisso da Sonae em oferecer oportunidades a cada membro da sua equipa e beneficiando das sinergias do portefólio, no decorrer de 2022, 10% (4,7 mil face a 4,4 mil em 2021) da nossa equipa esteve envolvida em programas de mobilidade interna ao longo das empresas do portefólio.

A dedicação da Sonae na criação de uma sociedade mais inclusiva é exemplificada pelos seus esforços para proporcionar igualdade de oportunidades a todos, promover a diversidade e a inclusão, investir no crescimento da equipa, acompanhar o progresso na igualdade de género e liderar projetos que aumentem o valor social.

## Apoio à Comunidade

A Sonae apoia as suas comunidades. Isto faz parte da nossa identidade, parte de quem somos e do que representamos.

Em 2022, a invasão da Ucrânia criou uma catástrofe socioeconómica. Em todo o mundo, as comunidades uniram-se para acolher e apoiar os refugiados ucranianos. A Sonae rapidamente entrou em ação com o programa “Sonae For Ukraine”. A nossa equipa e o nosso portefólio empenharam-se numa multiplicidade de iniciativas organizadas que vão desde bens essenciais, para apoiar em centros de acolhimento, ou à educação das gerações mais jovens. A nossa equipa dedicou 1.308 horas (233 voluntários) em ações de voluntariado, enquanto a Sonae beneficiava da sua presença institucional para promover iniciativas dedicadas à integração profissional dos refugiados através da criação de plataformas de candidatura de emprego bilingues, enquanto coordenava com outras organizações a alocação de cada candidato. Globalmente, a Sonae For Ukraine atingiu mais de 7,3 mil refugiados, apoiou 18 instituições com trabalho voluntário e investiu um montante de €250 mil.

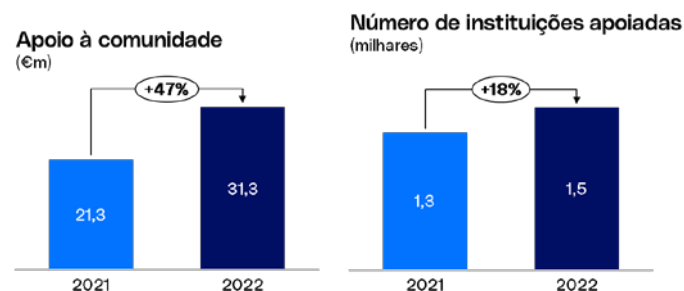
A guerra da Ucrânia não nos impediu de apoiar as nossas comunidades noutras frentes. Na verdade, isto veio acentuar a necessidade de ajudar, com a tendência inflacionista

mais forte das últimas décadas e o aumento da pressão sobre o rendimento das famílias. Em 2022, a Sonae reforçou o investimento nas suas comunidades com €31,3m, um aumento notável de 47% face aos €21,3m em 2021, com a oferta de apoios em género (€29,6m) e apoios financeiros (€1,6m). Os apoios em género refletem também a nossa abordagem de economia circular ao desperdício alimentar, particularmente a doação de excedentes alimentares com vista à redução do desperdício gerado na nossa atividade, apoiando também de forma relevante as famílias portuguesas em situações de vulnerabilidade, com um valor de €26m.

A Sonae seleciona cuidadosamente as instituições que nos ajudam a chegar a pessoas com necessidades, uma avenida crítica para maximizar o nosso impacto. Em 2022, a Sonae apoiou 1.498 instituições (face a 1.271 em 2021), um aumento de 17,9% que amplifica o impacto das nossas ações junto das pessoas mais necessitadas.

Finalmente, importa notar o empenho da nossa equipa. A Sonae promove um ambiente de comunidade ambiental e dá incentivos ao envolvimento das nossas pessoas em ações de voluntariado, que em 2022, contou com 387 voluntários (incluindo os 233 voluntários no programa “Sonae for Ukraine”).

A Sonae orgulha-se apoiar ativamente as suas comunidades e continuará a dedicar todos os esforços para promover a sustentabilidade das suas comunidades.



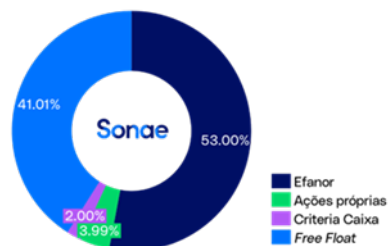
## A ação Sonae

A Sonae tem um capital social de € 2.000.000.000, integralmente subscrito e realizado, representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias nominativas, cada uma com o valor nominal de um euro. As ações da empresa estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon, com o código ISIN PTSONOAM0001, e incluída no índice PSI e de vários índices ESG.

## Estrutura acionista<sup>10</sup>

A Sonae apresenta uma estrutura acionista estável, com um acionista de controlo familiar, a Efanor Investimentos SGPS, SE, uma empresa holding familiar.

No final de 2022, a Sonae detinha 79.734.758 ações próprias, representativas de 3,99%, sendo que o *free float* representava 41% do capital social.<sup>11</sup>



## Um diálogo próximo com investidores e analistas

A Sonae manteve um relacionamento regular e transparente com o mercado de capitais, registrando ao longo do ano mais de trezentas interações com investidores e analistas. O formato das reuniões continuou a ser altamente impactado pela tendência pós-pandemia de mais interações em formato virtual.



No final de 2022, 8 analistas cobriam ativamente a Sonae, seis com recomendação de “Buy (Comprar)” e dois com uma recomendação de “Hold (Manter)”. O preço-alvo médio implícito era de €1,34, representando uma valorização potencial de 43% face ao preço de fecho da Sonae a 31 de dezembro de 2022 (€0,935).

<sup>10</sup> A informação da Estrutura Acionista refere-se às datas das últimas notificações de participações qualificadas recebidas dos respetivos acionistas.

Durante o ano, a equipa de Relações com Investidores participou em 6 conferências e roadshows, 2 presenciais e 4 virtuais.

A equipa de Relações com Investidores iniciou um estudo de perceção do mercado (*Sonae's Market Perception Survey*), que envolveu uma fase de questionário e entrevistas a alguns investidores e analistas. Este processo tem sido liderado por um consultor externo independente e a conclusão será importante para a Sonae adaptar a sua abordagem ao mercado de capitais.

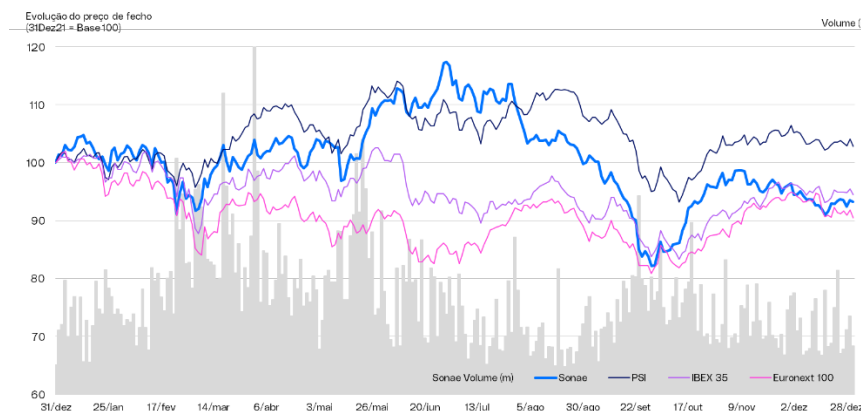
O programa de Relações com Investidores da Sonae foi reconhecido pela AERI (*Asociación Española de Relaciones con Inversores*) como o “*Most Improved IR Program – Portugal*” na categoria “*Mid cap*” nos “*2022 Iberian Equity Awards*”.

## Desempenho do preço das ações

Sonae	2021	2022
<b>Cotação da ação (€)</b>		
Fecho	1,003	0,935
Máximo	1,069	1,177
Mínimo	0,648	0,824
Média	0,834	1,008
<b>Volume médio diário</b>	<b>3,37m</b>	<b>3,31m</b>
<b>Capitalização bolsista</b>	<b>€2,006m</b>	<b>€1,870m</b>

Durante o ano de 2022, a cotação das ações da Sonae foi afetada pela volatilidade e incerteza nos mercados de capitais devido à evolução macroeconómica global.

No entanto, a cotação da ação atingiu um máximo de 4 anos de €1,177 em 29 de junho de 2022 e o volume médio diário manteve-se estável em 3,3 milhões de ações.

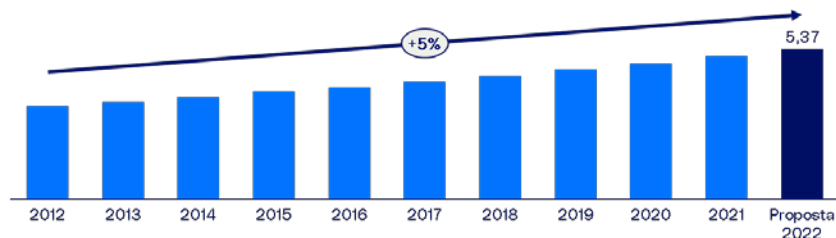


<sup>11</sup> Para mais informações sobre a estrutura acionista da Sonae, consultar o Capítulo A. do Relatório de Governo da Sociedade.



## Política de dividendos estável e crescente

A política de distribuição de dividendos da Sonae garante um crescimento anual de 5% sobre o dividendo por ação, exceto em anos excepcionais, como durante uma crise, quando a Sonae decide proteger a liquidez e o Conselho de Administração pode propor a manutenção do mesmo montante distribuído no ano anterior.



Com base nesta política de distribuição de dividendos, a posição financeira do Grupo e a existência de reservas distribuíveis que permitem a observância plena do artigo 32.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de 2023 que, nos termos legais e estatutários aplicáveis, o resultado líquido individual<sup>12</sup> da Sonae, SGPS, S.A. de 132.216.137,44 euros no exercício de 2022, seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas Legais: 6.610.806,87 euros
- Dividendos: 107.400.000,00 euros
- Reservas Livres: 18.205.330,57 euros

O Conselho de Administração propõe ainda que o dividendo ilíquido a distribuir seja de €0,0537 por ação excluindo-se do dividendo global de €107,4m o montante do dividendo que caberia às ações que, à data da distribuição do dividendo, sejam detidas pela própria sociedade ou por sociedades suas dependentes, que deverá ser afetado a Reservas Livres. O dividendo proposto corresponde a uma dividendo yield de 5,7% com base na cotação de fecho a 31 de dezembro de 2022 (que se situou em €0,935).

## Desempenho do Retorno Total Acionista

O Retorno Total Acionista da Sonae no final de 2022 foi de -2% penalizado pela volatilidade do desempenho do preço das ações e sua contração de 7%. A instabilidade dos mercados financeiros afetou também os índices de referência do mercado: PSI, IBEX 35, Euronext 100 e Nasdaq 100.

O índice PSI, que reflete o desempenho das ações mais negociadas na Euronext Lisbon, Portugal, incluindo a Sonae, registou um Retorno Total Acionista de +7% no final de 2022.

Não obstante, o Retorno total acionista do PSI atingiu valores negativos várias vezes durante o ano, refletindo a volatilidade acima mencionada.

Em 2022, os outros índices de referência, nomeadamente o IBEX35, Euronext 100 e Nasdaq100, registaram valores negativos para o Retorno total acionista durante a maior parte do ano, fechando o ano com valores de -3%, -8% e -32%, respetivamente.

## Índices e ratings ESG

### Índices ESG

As ações da Sonae fazem parte de vários índices ESG, em resultado de uma comunicação transparente e de um percurso positivo de criação de valor económico, social e natural.

### Índices ESG da MSCI

Código do índice MSCI	Nome do índice
703834	EUROPE SMALL ex CONTROV WEAPONS
707357	ACWI IMI LOW CARBON TARGET
712155	ACWI IMI LOW CARBON LEADERS
718759	ACWI ex USA IMI LOW CARBON LEADERS
718760	ACWI ex USA IMI LOW CARBON TARGET
720965	WORLD ex USA IMI LOW CARBON TARGET
723015	WORLD SMALL CAP ex COAL
724667	EUROPE ESG UNIVERSAL SMALL CAP
731290	ACWI IMI ex CONTROVERSIAL WEAPONS
734327	ACWI IMI CLIMATE CHANGE

A 10 de fevereiro de 2023.

Ações da Sonae incluídas em 10 índices ESG da MSCI

### Índice de Igualdade de Género da Bloomberg



A Sonae foi incluída pelo 2º ano consecutivo no Índice de Igualdade de Género da Bloomberg, índice que reconhece as empresas cotadas a nível mundial pelo seu compromisso com a promoção da igualdade de género.

A pontuação global da Sonae melhorou 7,7 p.p. para 85,6%, ficando acima da média das empresas selecionadas que compõem o índice. Este é o resultado do compromisso da Sonae com uma organização e sociedade mais equilibrada em termos de género.

<sup>12</sup> O rendimento líquido individual da Sonae para o ano já inclui a remuneração variável dos administradores executivos e colaboradores da empresa, paga como distribuição do resultado líquido, nos termos do parágrafo 2 do artigo 31 dos Estatutos Sociais.



### Ratings ESG

A estratégia e desempenho ESG das empresas estão a assumir uma relevância cada vez maior nos mercados financeiros e a influenciar as decisões de investimento.

As classificações das agências de rating ESG dão visibilidade do nosso desempenho ao mercado, permitindo a comparação da nossa evolução com as melhores práticas de mercado. A Sonae manteve uma boa abordagem de colaboração, de forma pró-ativa, com prestigiadas agências de rating ESG, nomeadamente:

#### Corporate Sustainability Assessment (CSA)

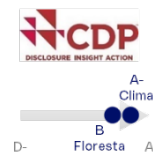
2022 - avaliação anual do S&P Global das práticas de sustentabilidade das empresas (data da classificação: março 2023)

- A Sonae obteve classificação de 59/100; aumento de 16 pontos face ao CSA de 2021 (julho 2022);
- Classificação acima da média do setor;
- No percentil 93 no grupo de empresas comparáveis.



**CDP Clima 2022:** mantivemos a classificação de Liderança A-, sendo reconhecida como um dos líderes mundiais no combate às alterações climáticas.

**CDP Floresta 2022:** As ações coordenadas da Sonae para a preservação das florestas foram reconhecidas pelo CDP, atingindo uma classificação de B (em todas as matérias), acima da média da indústria (C).



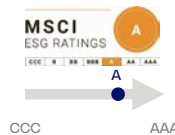
#### ISS Quality Score (em dezembro de 2022)

- Sonae reconhecida pelo segundo ano consecutivo com a classificação mais elevada (1) no pilar de Ambiente;
- Classificação de 2 nos pilares Social e de Governo.



#### MSCI ESG Ratings assessment (2022)

- A Sonae teve uma classificação de A (numa escala de AAA-CCC);
- A Sonae foi incluída em vários índices ESG da MSCI.



#### Refinitiv ESG Score (final de 2022, com base em dados de 2021)

- Sonae classificada como Líder ESG pela Refinitiv;
- Reconhecida pelo desempenho ESG e pela transparência no reporte de informação ESG material.



#### Sustainalytics Core Framework (maio de 2022)

- A Sonae teve uma classificação de risco ESG (ESG Risk Rating) de 20,6;
- com uma avaliação de risco médio de sofrer impactos financeiros materiais de fatores ESG;
- Posição 54 entre as 191 empresas do sector.



#### EthiFinance 2022 (com base nos dados do ano de 2021)

- A Sonae uma classificação de 62/100;
- Superou o setor de empresas comparáveis.

### Perspetivas futuras

Olhando para o futuro, a complexidade e a incerteza mantêm-se elevadas. As estimativas perspetivam um crescimento da economia global, mas a um ritmo mais lento.

A deterioração do contexto geopolítico, a inflação elevada e o aumento acentuado das taxas de juro vão continuar a gerar constrangimentos significativos na economia, nomeadamente no rendimento disponível das famílias com um impacto negativo no consumo privado.

Estima-se que a tecnologia e os setores relacionados cresçam devido aos desenvolvimentos significativos em inteligência artificial, 5G e a "Internet das coisas". As alterações climáticas e a invasão à Ucrânia estão a impulsionar o setor de energias renováveis, com os governos mundiais a estabelecerem compromissos de redução das emissões de carbono e a efetuarem a transição para fontes de energia mais sustentáveis e independentes. A incerteza relativamente aos custos de energia e à inflação alimentar vão marcar a evolução económica em 2023.

Enquanto holding, e face ao contexto atual de volatilidade, continuaremos focados em apoiar continuamente as empresas do nosso portefólio no conhecimento das implicações dos novos desafios e, em conjunto, no desenvolvimento das soluções adequadas para preparar os seus modelos de negócio para o futuro, melhorar o seu desempenho e continuar a criar valor económico e social.

# Considerações finais e agradecimentos

O Conselho de Administração agradece ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração prestada. O Conselho de Administração expressa também a sua gratidão para com fornecedores, bancos e outros parceiros de negócio da Sonae pelo seu contínuo envolvimento e pela confiança demonstrada.

O Conselho de Administração manifesta, igualmente, a sua gratidão a todos os colaboradores pelo esforço e dedicação demonstrados durante todo o ano.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 3 de abril de 2023.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Administrador Não-Executivo

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

Margaret Lorraine Trainer, Administradora Não-Executiva

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

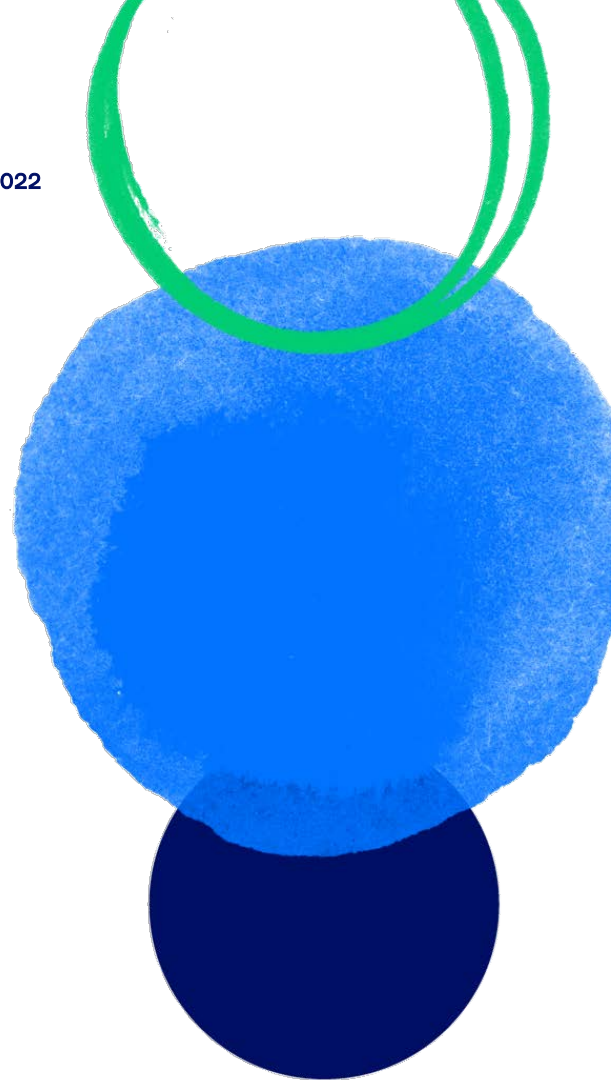
Carlos António Rocha Moreira da Silva, Administrador Não-Executivo

Fuencisla Clemares, Administradora Não-Executiva

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh, Administrador Não-Executivo

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, Administradora Executiva (CEO)

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores, Administrador Executivo (CFO)



**Capex:** Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições. No caso da NOS inclui direitos de uso.

**Capital investido líquido:** Dívida líquida + capital próprio.

**Direitos de uso:** Responsabilidades com locações no início do contrato ajustado pelos custos iniciais diretos, pagamentos de rendas avançadas e possíveis descontos.

**Dívida financeira líquida:** Dívida líquida excluindo suprimentos.

**Dívida líquida:** Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos - caixa - depósitos bancários - investimentos correntes - outras aplicações de longo prazo.

**Dívida líquida total:** Dívida líquida + locações.

**EBIT (direto):** EBT direto - resultado financeiro.

**EBITDA:** EBITDA subjacente + resultados pelo método de equivalência patrimonial + itens não recorrentes.

**EBITDA subjacente:** EBITDA recorrente dos negócios que consolidam pelo método de consolidação integral.

**LFL:** vendas no universo comparável de lojas Vendas realizadas em lojas omnicanal que funcionaram nas mesmas condições, nos dois períodos. Exclui lojas abertas, fechadas ou sujeitas a obras de remodelação consideráveis num dos períodos.

**Loan-to-value (LTV) - holding:** Dívida líquida da holding (média) / (NAV do portefólio de investimento (média) + Dívida líquida da holding (média)).

**Loan-to-value (LTV) - Sierra:** Dívida total / (propriedades de investimento + propriedades em desenvolvimento), numa base proporcional.

**Margem EBITDA:** EBITDA / volume de negócios.

**Margem EBITDA subjacente:** EBITDA subjacente/ volume de negócios.

**NAV (Valor de ativo líquido) INREV Sierra:** Valor de mercado atribuível à Sierra - dívida líquida - interesses sem controlo + impostos diferidos passivos.

**NAV do portefólio de investimento:** Valor de mercado de cada um dos negócios - dívida líquida média - minoritários (valor contabilístico).

**Propriedades de investimento:** Valor dos centros comerciais em operação detidos e co-detidos pela Sierra.

**Rácio cash on cash:** Valor de saída de um investimento a dividir pelo investimento inicial.

**Resultado Direto:** Resultado do período antes de interesses sem controlo, excluindo contributos para os resultados indiretos.

**Resultado Indireto:** Inclui resultados da Sierra, líquidos de impostos, relativos a i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint-ventures ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo goodwill) e (iv) provisões para ativos de risco. Adicionalmente e no que se refere ao restante portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros non-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia mark-to-market de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e de outros rendimentos subjacentes (incluindo dividendos); e (v) outros temas não relevantes.

**Retorno total acionista:** Resultado líquido da variação do preço das ações + dividendos recebidos, num dado período.

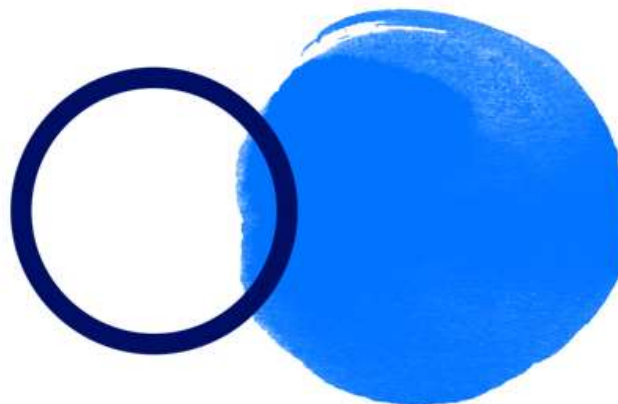
- 2. Relatório de Governo da Sociedade

**Atuamos  
com espírito  
de liderança**



## Índice

Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade .....	64	II. Acionistas e Assembleia Geral .....	115
A. Estrutura Acionista .....	64	III. Administração não executiva e fiscalização .....	116
I. Estrutura do Capital Social .....	64	IV. Administração Executiva .....	117
II. Participações sociais e valores mobiliários detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização .....	65	V. Avaliação do desempenho, remunerações e nomeações .....	118
B. Órgãos Sociais e Comissões .....	67	VI. Controlo Interno .....	121
I. Assembleia Geral .....	67	VII. Informação Financeira .....	122
II. Administração e supervisão .....	68	Anexos .....	124
III. Fiscalização .....	84	Anexo I .....	125
IV. Revisor Oficial de Contas .....	87	Conselho de Administração .....	126
V. Auditor Externo .....	88	Conselho Fiscal .....	133
C. Organização Interna .....	89		
I. Estatutos .....	89		
II. Comunicação de Irregularidades .....	89		
III. Controlo Interno e Gestão de Riscos .....	90		
IV. Apoio ao Investidor .....	98		
V. Sítio de <i>Internet</i> .....	99		
D. Remunerações .....	99		
I. Competência para a determinação .....	99		
II. Comissão de Remunerações .....	100		
III. Estrutura das Remunerações .....	100		
IV. Divulgação das Remunerações .....	106		
V. Acordos com Implicações Remuneratórias .....	109		
VI. Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (" <i>stock options</i> ") .....	109		
E. Transações com Partes Relacionadas .....	110		
I. Mecanismos e procedimentos de controlo .....	110		
II. Elementos relativos aos negócios .....	110		
Parte II: Avaliação do Governo Societário .....	111		
I. Parte Geral .....	111		



## Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

### A. Estrutura Acionista

#### I. Estrutura do Capital Social

##### 1. Estrutura do Capital Social

O capital social da Sonae – SGPS, S.A. (doravante “Sonae” ou “Sociedade”) é de 2.000.000.000 de euros, integralmente subscrito e realizado, dividido em 2.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, com o valor nominal unitário de um (1) euro. A distribuição do capital social e respetivos direitos de voto pelos(as) acionistas titulares de participações qualificadas encontra-se discriminada no ponto II.7. A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

##### 2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações

As ações da Sonae não têm qualquer restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade.

##### 3. Ações Próprias

A 31 de dezembro de 2022, a Sociedade detinha 79.734.758 ações próprias em carteira, representativas de 3,987% do capital social, e a que corresponderia igual percentagem de direitos de voto.

##### 4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonae em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sociedade que contenham cláusulas com o objetivo de constituírem medidas defensivas à alteração do seu controlo acionista, nem que cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição. A maioria do capital social da Sociedade é imputada a uma única sociedade acionista.

O acordo parassocial celebrado entre a Sonae e a Grosvenor Group Limited (“Grosvenor”), que se encontrava em vigor a 31 de dezembro de 2022, relativo à Sonae Sierra, SGPS, S.A. (doravante “Sierra”), conferia à Grosvenor um direito de saída em caso de mudança de controlo acionista na Sierra, mas apenas na situação particular e exclusiva de o controlo, direta ou indiretamente, passar a ser atribuído a outros que não ao atual acionista de referência ou a algum(a) dos(as) seus(suas) atuais acionistas ou respetivos familiares. A Sonae possuía igualmente mecanismos contratuais de proteção,



incluindo um direito de *call-option* sobre a participação acionista da Grosvenor em caso de alterações do atual controlo acionista desta última. Trata-se de uma cláusula *standard* neste tipo de acordos, divulgada há vários anos ao mercado neste Relatório, e que não se considera suscetível de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações da Sociedade.

Sem prejuízo, a 15 de março de 2023 a Sonae passou a deter 100% do capital social e direitos de voto da Sonae Sierra.

## 5. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas.

## 6. Acordos parassociais

O Conselho de Administração desconhece a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

## II. Participações sociais e valores mobiliários detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização

### 7. Participações qualificadas

Participações qualificadas no capital da Sociedade, refletidas a 31 de dezembro de 2022, por referência ao art.º 16.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, bem como a percentagem de capital e de votos imputáveis e a fonte e causas da imputação, calculados nos termos do artigo 20.º do CVM, em cumprimento do artigo 8.º n.º 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008 (Replicado pelo Regulamento da CMVM n.º 7/2018):

Acionista	N.º de ações	% Capital social e direitos de voto*	% Direitos de voto passíveis de exercício**
<b>Efanor Investimentos, SGPS, S.E. (I)</b>			
Diretamente	200.100.000	10,0050%	10,4204%
Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	849.533.095	42,4767%	44,2404%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	14.901	0,0007%	0,0008%
Através de Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (administradora da Sonae SGPS, S.A e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	1.017.900	0,0509%	0,0530%
Através de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (administrador da Sonae, SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	1.123.052	0,0562%	0,0585%
Através de Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (administrador da Sonae, SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	1.007.523	0,0504%	0,0525%
Através da Migracom, S.A. (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A. Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	4.221.599	0,2111%	0,2198%
Através da Linhacom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A. Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	189.314	0,0095%	0,0099%
Através da Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)	2.021.855	0,1011%	0,1053%
Através da Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)	662.987	0,0331%	0,0345%
Através de Carlos António Rocha Moreira da Silva (administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	50.000	0,0025%	0,0026%
<b>Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, S.E.</b>		<b>52,9971%</b>	<b>55,1977%</b>

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade por referência a 31 de dezembro de 2022

(I) A Efanor Investimentos, SGPS, S.E. deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários

\* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários

\*\*Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

A informação atualizada sobre participações qualificadas está acessível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/estrutura-acionista/>.

**8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentado nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)**

**Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:**

Divulgação do número de ações e de outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estas estreitamente relacionadas nos termos do artigo 29.º-R do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise.

Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2022	Número de ações	Saldo em 31.12.2022
	Número de ações	Preço médio (€)	Número de ações	Preço médio (€)			
<b>Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)</b>							
Efanor Investimentos, SGPS, SE (1)					Minoritário		
Migracom, SA (3)					Dominante		
Sonae - SGPS, SA							1.123.052
Compra	01/04/2022	345.768	1,042				
Compra	04/10/2022	747.284	0,864				
<b>Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**)</b>							
Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (6)					Dominante		
Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (7)					Dominante		
Sonae - SGPS, SA							1.007.523
Compra	01/04/2022	562.898	1,042				
<b>Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (**)</b>							
Efanor Investimentos, SGPS, SE (1)					Minoritário		
Sonae - SGPS, SA							14.901
<b>Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)</b>							
Efanor Investimentos, SGPS, SE (1)					Minoritário		
Sonae - SGPS, SA							1.017.900
Compra	01/04/2022	293.193	1,042				
Linhacom, SGPS, SA (5)					Dominante		
<b>Carlos António Rocha Moreira da Silva (*) (**)</b>							
Sonae - SGPS, SA							50.000
<b>Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh (*)</b>							
Sonae - SGPS, SA							112.300
<b>João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores (*)</b>							
Sonae - SGPS, SA							66.175
Compra	01/04/2022	55.869	1,042				

Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022
	Quantidade	Valor Md. (€)	Quantidade	Valor Md. (€)		
<b>(1) Efanor Investimentos, SGPS, SE</b>						
Sonae - SGPS, SA						200.100.000
Pareuro, BV (2)					Dominante	
<b>(2) Pareuro, BV</b>						
Sonae - SGPS, SA						849.533.095
<b>(3) Migracom, SA</b>						
Sonae - SGPS, SA						4.221.599
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)					Minoritária	
<b>(4) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA</b>						
Sonae - SGPS, SA						5.398.465
<b>(5) Linhacom, SGPS, SA</b>						
Sonae - SGPS, SA						189.314
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)					Minoritária	
<b>(6) Enxomil - Consultoria e Gestão, SA</b>						
Sonae - SGPS, SA						2.021.855
<b>(7) Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA</b>						
Sonae - SGPS, SA						662.987

\* administrador da Sociedade

\*\* administrador da Efanor Investimentos SGPS, SE (sociedade direta e indiretamente dominante) (1)

\*\*\* administrador da sociedade Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)

**9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital**

A disposição estatutária que permitia ao Conselho de Administração aumentar o capital da Sociedade cessou em abril de 2011, pelo que, a partir daquela data, tal competência pertence exclusivamente à Assembleia Geral de Acionistas.

**10. Relações significativas de natureza comercial entre os(as) titulares de participações qualificadas e a Sociedade**

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os (as) titulares de participações qualificadas e a Sociedade que lhe tivessem sido notificadas.

## B. Órgãos Sociais e Comissões

### I. Assembleia Geral

As Assembleias Gerais de Acionistas são conduzidas pela Mesa da Assembleia Geral cujos membros são eleitos(as) pelos(as) acionistas para um mandato de quatro anos coincidente com o mandato dos demais órgãos sociais.

#### a. Composição da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

##### 11. Identificação e Mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Na Assembleia Geral de 2019 foram eleitos membros da Mesa para o mandato 2019-2022:

Mesa da Assembleia Geral	
Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena	Presidente
Maria Daniela Farto Baptista Passos	Secretária

#### b. Exercício do direito de voto

##### 12. Restrições em matéria de direito de voto

###### 12.1 Limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações

O capital social da Sociedade é representado, na sua totalidade, por uma única categoria de ações, ordinárias, correspondendo a cada ação um voto. Não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto. O bloqueio das ações não é condição de participação na Assembleia Geral, sendo a “Data de Registo” o momento relevante para a comprovação da qualidade de acionista e para o exercício dos correspondentes direitos de participação e votação em Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 23.º-C do CVM. A “Data de Registo” é também o momento temporal relevante para a participação e votação dos(as) acionistas que a título profissional detenham ações em nome próprio, mas por conta de clientes.

###### 12.2. Representação

O direito de voto por representação e o seu modo de exercício encontram-se descritos nas respetivas convocatórias das Assembleias Gerais, em observância da lei e dos Estatutos.

Os(as) acionistas podem fazer-se representar na Assembleia Geral mediante documento de representação escrito, dirigido e enviado ou entregue ao(à) Presidente da Mesa da

Assembleia Geral até ao início dos trabalhos, que contenha o nome, o domicílio do(a) representante e a data da reunião da Assembleia Geral, podendo, para o efeito, ser utilizado o endereço de correio eletrónico disponibilizado pela Sociedade.

Um(a) acionista pode nomear diferentes representantes relativamente às ações detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto, nos termos do artigo 385.º do Código das Sociedades Comerciais, e da votação em sentido diverso permitida aos(às) acionistas que, a título profissional, detenham ações em nome próprio mas por conta dos(as) clientes.

Dentro dos prazos legais estabelecidos, a Sociedade disponibiliza informação adequada para que os(as) acionistas que pretendam ser representados, forneçam instruções de voto aos(às) seus(suas) representantes, através da divulgação das propostas a serem submetidas à Assembleia Geral e de um modelo de carta de representação, todos disponíveis no website da Sociedade (<https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>).

###### 12.3. Voto por correspondência

Os(as) acionistas podem votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral. Sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade acionista, serão considerados os votos por correspondência recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção dirigida ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou por via eletrónica, com pelo menos três dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia. A declaração de voto deverá, no caso de ser enviada através de carta registada, ser assinada pelo(a) titular das ações, ou pelo(a) seu(sua) representante legal, devendo o(a) acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia certificada do seu documento de identificação nacional ou de passaporte, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, com a redação introduzida pela Lei n.º 32/2017, de 1 de junho ou, alternativamente, conter a mesma declaração a assinatura reconhecida nos termos legais aplicáveis, e, se pessoa coletiva, ser a assinatura do representante legal, pessoa física, reconhecida com menção da qualidade e poderes para a prática do ato. No caso de a declaração de voto ser enviada por via eletrónica, deverá a mesma obedecer aos requisitos determinados pelo(a) Presidente da Mesa na convocatória da respetiva Assembleia Geral, tendo em vista assegurar equivalente segurança e fiabilidade.

Compete ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao(à) seu(sua) substituto(a), verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

###### 12.4. Voto eletrónico

O voto eletrónico encontra-se disponível na modalidade de voto por via eletrónica e a sua forma de exercício é definida na convocatória da Assembleia Geral, sendo disponibilizado, em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, um formulário destinado à solicitação dos elementos técnicos necessários para o seu exercício.

A Assembleia Geral Anual realizada a 28 de abril de 2022, teve lugar com recurso a meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 377.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 24.º Estatutos da Sociedade, atendendo, por um lado, ao contexto pandémico, que continuava a recomendar uma abordagem prudente na concentração de um elevado número de pessoas num mesmo local e, por outro, à

expressiva participação acionista em Assembleia Geral realizada por meios telemáticos verificada nos dois anos anteriores. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral incentivou os(as) senhores(as) acionistas à participação através da emissão de voto por correspondência eletrónica, tendo colocado à disposição dos(as) mesmos(as) todos os meios necessários para o efeito, assegurado a verificação de autenticidade e garantia de confidencialidade, bem como fornecido aos(as) acionistas toda a informação solicitada e atinente à sua participação.

### 13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um(a) único(a) acionista ou por acionistas que com aquele(a) se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art.º 20.º do CVM

Não existe qualquer limitação estatutária ao exercício do direito de voto.

### 14. Quórum Deliberativo

Nos termos estatutários, a Assembleia Geral só pode deliberar em primeira convocação se estiverem presentes ou representados(as) acionistas que detenham mais de cinquenta por cento (50%) do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes ou representados e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

## II. Administração e supervisão

### a. Composição

#### 15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração e a estrutura de fiscalização composta pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica da Sociedade e proceder à designação e supervisão da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por ele constituídas.

O Conselho de Administração considera que o modelo de governo adotado se demonstra adequado ao exercício das competências de cada um dos órgãos sociais, assegurando, de forma equilibrada, quer a sua independência, quer o funcionamento do respetivo interface. Adicionalmente, as comissões especializadas, adstritas a suportar o Conselho de Administração em matérias de especial relevância, maximizam a qualidade da

performance do órgão de administração, reforçando a excelência do seu processo decisório.

A Sociedade dispõe de uma Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (aprovada na Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021), ao abrigo da qual foram avaliados os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal eleitos para o mandato 2019-2022.

A Política em vigor está disponível no website da Sociedade [https://www.sonae.pt/fotos/ag/04\\_proposta\\_politica\\_interna\\_de\\_selecao\\_e\\_avaliacao\\_de\\_adequacao\\_aga\\_sonae\\_2021\\_13450209946064677c57fe2.pdf](https://www.sonae.pt/fotos/ag/04_proposta_politica_interna_de_selecao_e_avaliacao_de_adequacao_aga_sonae_2021_13450209946064677c57fe2.pdf), constituindo a proposta número quatro, apresentada e aprovada na referida Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2021. A referida política, é orientada pela afirmação de diversos princípios estruturantes, incluindo quanto à diversidade, que aqui se transcrevem:

#### 1. “Finalidade da Política”

Os candidatos a membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sonae – SGPS, S.A. (doravante a “Sonae” ou a “Sociedade”) devem ser selecionados através de processos de seleção transparentes que objetivamente avaliem a sua adequação, individual e coletiva, tendo em conta as competências legais e estatutárias do órgão que irão integrar e, se aplicável, a natureza executiva ou não executiva e âmbito do respetivo pelouro funcional. Nos processos de seleção devem ser, em particular, observados critérios de meritocracia e de diversidade de composição, incluindo de género, para maximização da capacidade de desempenho do órgão e equilíbrio da respetiva composição, de acordo com as melhores práticas de mercado e o enquadramento legal e recomendatório aplicável.

#### 2. Critérios de Mérito Individual

2.1. Experiência. O perfil do candidato deve evidenciar experiência no exercício de cargos com a senioridade necessária à avaliação e desafio dos gestores mais seniores do Grupo e cujas valências possam aduzir um contributo pertinente para a definição da estratégia corporativa do Grupo e das suas principais subsidiárias. Na avaliação da adequação do perfil do candidato deve ser considerada a sua prévia experiência na participação em processos de decisão complexos, sob condicionantes de tempo e de densidade de temáticas, que evidenciem a resiliência e perseverança da sua clareza de propósito, capacidade de análise, e capacidade de comunicação.

2.2. Competência. Os candidatos devem possuir conhecimentos especializados de setores de atividade, mercados e geografias de relevante atuação da Sonae ou competências técnicas especialmente importantes de forma a que o Conselho, no seu conjunto, tenha inequivocamente a capacidade de identificação e avaliação da envolvimento estratégica e dos fatores de risco da atividade do Grupo. Os candidatos devem assumir o compromisso de consistentemente manterem os seus conhecimentos atualizados e ajustados a um elevado nível de excelência, por forma a, a cada momento, estarem habilitados, conforme o perfil das suas funções, a implementar, supervisionar e desafiar a estratégia e políticas do Grupo.

2.3. Independência e Integridade. No processo de seleção do candidato deve ser considerado um perfil de atuação que assegure credibilidade, lealdade e transparência no cumprimento tempestivo dos deveres fiduciários em alinhamento material com as boas práticas de governo e com os valores e princípios éticos da Sonae. O perfil dos

candidatos deve evidenciar a capacidade de exercício de funções com isenção, sentido crítico, autonomia e independência.

2.4. Disponibilidade. Na avaliação da adequação deve ser valorizada a disponibilidade para a afetação do tempo adequada ao cabal exercício da função e das suas responsabilidades.

### 3. Requisitos de Composição Coletiva do Órgão

3.1. Complementaridade. A composição do órgão deve assegurar a complementaridade dos perfis dos candidatos para maximização do nível de desempenho do coletivo do órgão, no cumprimento das respetivas funções legais e estatutárias em todas as áreas relevantes de atuação.

3.2. Diversidade. No processo de seleção de candidatos aos órgãos de administração e de fiscalização deverá ser tendencialmente promovida, na medida do adequado e proporcional às competências particulares do órgão em questão, a diversidade da sua composição, considerando, entre outros fatores, o género, a nacionalidade, as habilitações académicas e o background profissional. A composição dos órgãos societários deverá sempre cumprir a diversidade de género imposta pela lei.

3.3. Conflitos de Interesses. O órgão de administração e o órgão de fiscalização definirão os procedimentos internos em matéria de prevenção e atuação em situação de conflitos de interesses ou de incompatibilidade de exercício de funções, em observância das boas práticas de governo e dos princípios legais aplicáveis.

3.4. Representatividade de membros independentes. O Conselho de Administração deverá incluir um número adequado de membros não-executivos independentes, considerando as recomendações do código de governo societário adotado pela Sonae.

3.5. Regras particulares do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal deverá na sua composição, quer em qualificações profissionais, quer em diversidade de género, quer na representatividade de membros independentes, respeitar os preceitos legais aplicáveis em cada momento em vigor.

### 4. Responsabilidade pela Avaliação.

A responsabilidade pela avaliação da adequação dos candidatos a membros para integrar o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal a eleger em Assembleia Geral caberá ao acionista ou acionistas proponentes, ou, a solicitação do acionista ou acionistas proponentes, à Comissão de Vencimentos com as competências constantes do art.º 399.º do Código das Sociedades Comerciais.

A responsabilidade pela avaliação da adequação dos membros a integrar o Conselho de Administração por via de cooptação, nos termos legais aplicáveis, compete ao Conselho de Administração, o qual pode, se o entender, suportar a sua deliberação em proposta da Comissão de Nomeação, nos termos do que se encontrar estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento da Comissão de Nomeação, disponíveis em [www.sonae.pt](http://www.sonae.pt), sem prejuízo da submissão da cooptação realizada a ratificação pela primeira Assembleia Geral de Acionistas seguinte, nos termos do n.º 4 do art.º 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

A responsabilidade pela avaliação da adequação e independência do Revisor Oficial de Contas, bem como a proposta do membro a eleger, é da exclusiva competência do Conselho Fiscal, nos termos da lei."

No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, cuja composição se descreve nos pontos 17 e seção III, a), infra, a proporção de membros de cada sexo respeita os limiares referidos no artigo 5.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Adicionalmente, a Sociedade tem vindo a aprovar, desde 2019 um Plano para a Igualdade de Género, aplicável aos colaboradores e membros dos órgãos sociais do Grupo, cujo teor pode ser consultado em <https://www.sonae.pt/pt/media/publicacoes/>.

A diversidade e a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal encontram-se descritas no Anexo II ao presente Relatório.

## 16. Regras estatutárias de designação e de substituição dos(as) administradores(as)

Nos termos da lei e dos Estatutos, os(as) Administradores(as) são eleitos(as) pela Assembleia Geral para integrar o Conselho de Administração.

Nos termos estatutários admite-se que um(a) Administrador(a) possa ser eleito(a) individualmente se existirem propostas subscritas por acionistas que possuam, isoladamente ou em conjunto com outros(as) acionistas, ações representativas de entre dez a vinte por cento do capital social. O(a) mesmo(a) acionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada proposta deverá conter a identificação de, pelo menos, duas pessoas elegíveis. Se existirem várias propostas subscritas por diferentes acionistas ou grupos de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto das listas.

Os Estatutos estabelecem, em conformidade com a lei, que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer Administrador(a), que não o(a) Administrador(a) eleito(a) ao abrigo da regra das minorias (caso em que se procederá a nova eleição), o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos(as) acionistas na Assembleia Geral seguinte.

No âmbito do exercício do poder de cooptação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação é responsável pela identificação de potenciais candidatos(as) ao cargo de Administrador(a) com o perfil adequado ao exercício das funções de administração e em conformidade com a política aprovada.

A falta definitiva, por qualquer motivo, de Administrador(a) eleito(a) ao abrigo das regras especiais acima descritas, determina a obrigação de uma nova eleição pela Assembleia Geral.

Compete ao Conselho de Administração designar o(a) seu(sua) Presidente.

## 17. Composição do Conselho de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração pode ser composto por um número par ou ímpar de membros, entre um mínimo de três (3) e um máximo de onze (11),

eleitos pelos(as) acionistas em Assembleia Geral, tendo o(a) Presidente do Conselho de Administração voto de qualidade.

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, foram eleitos(as) para integrar o Conselho de Administração no mandato 2019-2022 os seguintes membros:

Conselho de Administração	Primeira nomeação	Fim do presente mandato
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	2000	2022
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	2000	2022
José Manuel Neves Adelino	2007	2022
Margaret Lorraine Trainer	2015	2022
Marcelo Faria de Lima	2015	2022
Carlos António Rocha Moreira da Silva	2019	2022
Fuencisla Clemares	2019	2022
Philippe Cyriel Elodie Haspesslagh	2019	2022
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	2019	2022
João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores	2019	2022

## 18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

Conselho de Administração	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente Não Executivo
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Administrador Não Executivo
José Manuel Neves Adelino	Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”)
Margaret Lorraine Trainer	Administradora Não Executiva Independente Sénior (“SID Director”)
Marcelo Faria de Lima	Administrador Não Executivo Independente
Carlos António Rocha Moreira da Silva	Administrador Não Executivo
Fuencisla Clemares	Administradora Não Executiva Independente
Philippe Cyriel Elodie Haspesslagh	Administrador Não Executivo Independente
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	CEO – Presidente da Comissão Executiva
João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores	CFO – Administrador Executivo

A composição do Conselho de Administração obedece a um equilíbrio coletivo entre o número de Administradores(as) Executivos(as) e Não Executivos(as) e, entre estes, a um adequado número de membros independentes. Esta composição satisfaz a dimensão, a natureza e complexidade dos negócios desenvolvidos pela Sociedade e pelo Grupo, bem como os riscos aos mesmos inerentes, e é garante de uma competente supervisão, monitorização e avaliação da atividade dos membros executivos do Conselho de Administração.

O Administrador José Manuel Neves Adelino reúne as condições que permitem a sua qualificação como Administrador independente à luz das disposições legais e critérios estabelecidos pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários no ponto 18.1 ao Anexo II do Regulamento 4/2013, ao abrigo do qual é elaborado o presente Relatório de Governo. Todavia, não reúne todos os requisitos impostos pela Recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (“IPCG”) para ser classificado como independente, em virtude, exclusivamente, de exercer, há mais de doze (12) anos, funções inerentes ao cargo de membro do Conselho de Administração.

De acordo com as melhores práticas de governo societário e em cumprimento do estabelecido no nº3 do artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração, o Conselho de Administração, na sua reunião de 14 de maio de 2019, designou a Administradora Margaret Lorraine Trainer como Administradora Independente Sénior (“SID Director”) e o Administrador José Manuel Neves Adelino como Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”). Em continuidade com o modelo consistentemente praticado pela Sociedade, estes membros não executivos, no contexto das respetivas responsabilidades atribuídas pelo Conselho de Administração e enquanto, respetivamente “SID Director” e “Lead Director”, facilitam o desempenho das funções dos(as) demais Administradores(as) Não Executivos(as), ao promoverem:

- A coordenação, de acordo com as melhores práticas de governo societário, do exercício das funções dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as), quer no seio do Conselho de Administração, quer nas respetivas comissões especializadas deste órgão de que fazem parte, garantindo-se, assim, a existência de condições reforçadas para o exercício das suas competências de forma independente e informada;
- A existência de um adequado e tempestivo fluxo de informação a prestar pela Comissão Executiva, através do cumprimento dos procedimentos de reporte estabelecidos;
- A observância de um procedimento de divulgação atempada da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias dos restantes órgãos sociais e comissões, garantindo a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas;
- A concretização da missão da Comissão de Ética, da qual é Presidente o Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”).

**19. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração**

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração em exercício encontram-se no Anexo I a este Relatório.

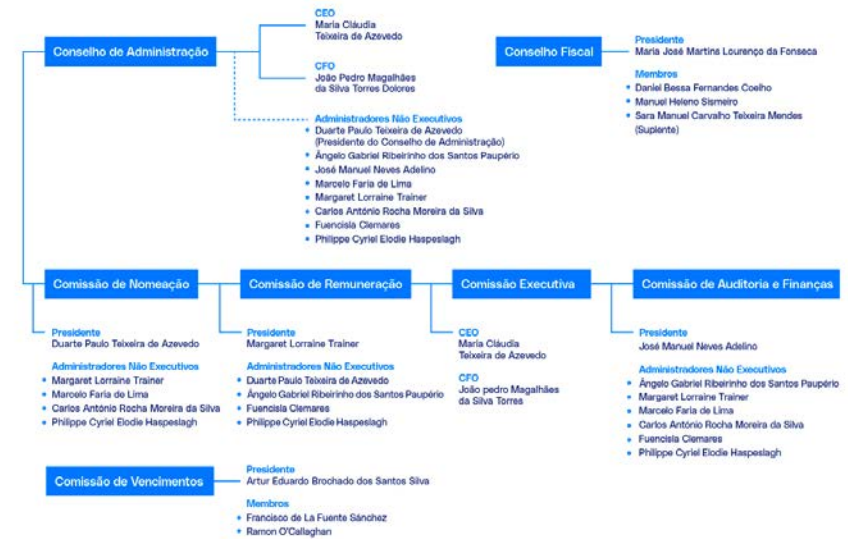
**20. Relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada**

O Presidente do Conselho de Administração, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, e a Presidente da Comissão Executiva, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, são irmãos, acionistas e membros do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.E., sociedade a quem é imputado o controlo da maioria do capital social e dos direitos de voto da Sonae. Os Administradores Não Executivos Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério e Carlos António Rocha Moreira da Silva são ambos Administradores da Efanor Investimentos, SGPS, S.E..

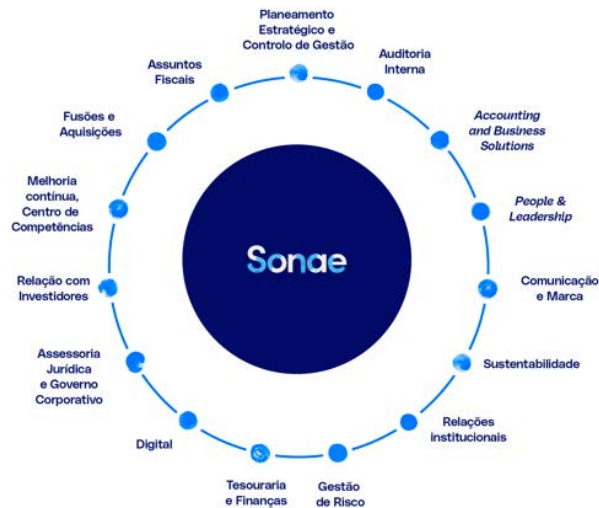
Para além das acima identificadas e de acordo com as declarações individualmente prestadas, não existem quaisquer outras relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, entre acionistas titulares de participações qualificadas superiores a 5% dos direitos de voto e os demais membros do Conselho de Administração.

**21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade**

As competências foram repartidas entre os vários órgãos sociais nos termos que se descrevem:



A estrutura corporativa é assessorada pelas seguintes direções corporativas:



## Assessoria Jurídica e Governo Corporativo

Principais responsabilidades:

- Apoio legal ao órgão de administração;
- Acompanhar a evolução do enquadramento legal e regulatório aplicável e dos respetivos riscos;
- Apoio legal ao Centro Corporativo e às suas principais áreas;
- Apoio legal à atividade da Sonae e gestão de portefólio;
- Relação com a Euronext Lisbon, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e com os(as) acionistas no âmbito de temas legais;
- Gestão legal da política do Governo das Sociedades, com vista ao cumprimento das melhores práticas;

- Coordenação da partilha de experiências e conhecimento em matéria de governo das sociedades e de outras questões legais dentro do Grupo;
- Participação ativa em fóruns de discussão promovidos por entidades supervisoras e/ou entidades emittentes;
- Apoio legal transversal nos projetos de M&A (*mergers and acquisitions*).

## Tax

Principais responsabilidades:

- Desenvolvimento, formação e partilha de competências fiscais;
- Colaboração na definição da estratégia e dos objetivos de natureza fiscal, nomeadamente no apoio à internacionalização;
- Consultoria nas atividades de Fusões e Aquisições bem como às operações de reestruturação;
- Relações Institucionais, nomeadamente na gestão proativa das matérias fiscais;
- Otimização da eficiência fiscal, nomeadamente:
  - Controlo e monitorização de todos os procedimentos fiscais;
  - Garantia do cumprimento das obrigações fiscais;
  - Controlo de todos os grupos fiscais existentes;
  - Gestão dos dossiers de preços de transferência e da declaração financeira e fiscal por país (CBCR: *country by country report*);
  - Monitorização de todos os processos de litigação contra a Administração Fiscal;
  - Consultoria Fiscal pelo estudo das diversas matérias de âmbito fiscal.

## Auditoria Interna

Principais responsabilidades:

- Execução de auditorias aos processos mais relevantes dos negócios, auditorias de segurança alimentar e auditorias aos sistemas de informação do Centro Corporativo e dos Negócios de Retalho, Imobiliário (Sierra), Gestão de Investimentos (Bright Pixel) e Financial Services (Universo);
- Apoio operacional à Comissão de Coordenação de Auditoria da Sonae.

## Comunicação e Marca

Principais responsabilidades:



- Proteger a imagem e reputação geral da Sonae, em linha com o seu posicionamento e identidade visual; Comunicar eficazmente a mensagem, cultura e valores da Sonae para todos os *stakeholders*, internas e externas;
- Criar uma imagem unificada e consistente nos canais digitais da Sonae, com vista a estabelecer confiança com os *stakeholders* e fortalecer a reconhecimento da marca;
- Atuar como promotor da cultura corporativa e vivenciar os valores da Sonae;
- Desenvolver e implementar uma estratégia de ativismo corporativo para maximizar a criação de valor social de longo prazo, através de parcerias de impacto social, patrocínios e programas de voluntariado interno.

## Tesouraria e Finanças

Principais responsabilidades:

- Otimização da função financeira da Sociedade e dos negócios de retalho, através da proposta, implementação e controlo de políticas de risco adequadas;
- Condução de todas as operações de financiamento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Negociação e contratação de produtos e serviços bancários para a Sociedade e para os negócios de retalho;
- Gestão de tesouraria e pagadoria e de meios de recebimento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Gestão dos diversos riscos financeiros da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Elaboração de políticas de risco de crédito adequadas às características dos diversos negócios da Sonae;
- Apoio às diferentes áreas funcionais na alocação de capitais e gestão de riscos financeiros;
- Apoio nas operações de fusões, aquisições e desinvestimento;
- Apoio aos negócios da Sonae na execução de transações em mercados monetários, de taxa de juro ou cambiais;
- Apoio à Comissão de Finanças da Sonae;
- Suporte à elaboração do reporte financeiro e de monitorização dos principais riscos financeiros.

## Fusões e Aquisições

Principais responsabilidades:

- Desenvolvimento e execução de Fusões e Aquisições a nível corporativo e de unidade de negócio no grupo Sonae, incluindo apoio à gestão do portefólio corporativo;

- Assegurar a identificação, avaliação, *due diligence*, negociação e execução de aquisições, alienações e joint-ventures no grupo Sonae;
- Reforçar o *business networking* com os principais *players* da indústria e de M&A.

## Gestão de Risco

Principais responsabilidades:

- Promoção de uma cultura de sensibilização para o risco em toda a organização;
- Desenvolvimento da política de gestão de risco e assegurar que esta se mantém atualizada;
- Desenvolvimento, implementação, revisão e manutenção de processos e metodologias de gestão de risco;
- Coordenação das atividades de gestão de risco e do seu reporte;
- Colaboração na identificação dos riscos críticos e acompanhamento do seu desenvolvimento e da implementação de indicadores de risco e de ações de mitigação;
- Apoio aos negócios no desenvolvimento de processos de resposta aos riscos, nomeadamente planos de contingência e de continuidade dos negócios;
- Apoio ao Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae.

## Melhoria Contínua, Centro de Competências (IOW – *Improving Our Work*)

Principais responsabilidades:

- Desenvolver o Sistema de Melhoria Contínua da Sonae (IOW);
- Desenvolver e disponibilizar formação IOW para todos os negócios da Sonae, em boas práticas de gestão IOW;
- Coordenar, desafiar, capacitar e suportar os responsáveis pela implementação e sustentação do IOW em todos os negócios e geografias da Sonae;
- Desafiar e aconselhar as lideranças dos negócios sobre a adoção de boas práticas de gestão IOW, tendo em vista a obtenção de resultados de classe mundial;
- Promover a partilha entre negócios de boas práticas de gestão, assim como celebrar casos com bons resultados;
- Coordenar a atividade do Grupo Consultivo IOW, propondo novas políticas e orientações sobre boas práticas para trabalhar melhor.

## Digital

Principais responsabilidades:

- Desafiar, aconselhar e acompanhar cada uma das empresas do universo Sonae no seu percurso de transformação digital:
  - Promovendo a reflexão sobre o futuro digital;
  - Fomentando a partilha de conhecimentos e melhores práticas internas e externas;
  - Estimulando o *networking* interno e externo;
  - Potenciando o contínuo desenvolvimento do talento digital, visando a preparação dos quadros das empresas Sonae para um presente e futuro cada vez mais digital;
  - Identificando oportunidades sobre negócios de base digital e potenciando o seu desenvolvimento.

## Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão

Principais responsabilidades:

- Apoio ao desenvolvimento da estratégia corporativa e dos negócios;
- Coordenação do processo anual de orçamento da Sonae e realização do controlo relativo à sua execução;
- Desafio aos negócios e áreas corporativas quanto aos objetivos a que se propõem de modo a constantemente melhorar e otimizar a eficiência dos negócios do grupo, a sua performance e resultados;
- Preparação da informação de gestão ao nível dos negócios, bem como ao nível consolidado, mensal, trimestral e anual;
- Suporte às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio (responsabilidade pela análise do capital investido e respetivo retorno);
- Partilha de tendências, informação e melhores práticas entre os vários negócios e áreas corporativas;
- Monitorização, implementação e partilha de informação macroeconómica relevante para os vários negócios.

## People and Leadership

Principais responsabilidades:

- Liderar a função de Recursos Humanos, moldando ativamente a cultura do Grupo, a atitude de liderança e a sua *"Employee Value Proposal"*;

- Maximizar o valor no longo prazo das empresas do portfólio, garantindo que os negócios da Sonae se mantêm competitivos e que têm as competências necessárias no futuro, através da ativação e entrega, em articulação com as diferentes empresas do Grupo, das estratégias de gestão de talento, gestão de desempenho, desenvolvimento de pessoas, gestão de compensação e recompensas, experiência de colaborador e de diversidade, equidade e inclusão;
- Conduzir o futuro do Grupo Sonae em matéria de cultura e gestão de Talento, desafiando o presente e agindo como agente de mudança, encorajando um pensamento transformativo e criando uma cultura de aprendizagem contínua;
- Definir os princípios orientadores da estratégia de gestão de pessoas, bem como os seus processos chave, de forma a garantir uma leitura comum entre as diferentes empresas do Grupo, respeitando simultaneamente o nosso modelo organizacional descentralizado;
- Tutelar o Grupo Consultivo de Recursos Humanos de forma a garantir alinhamento entre as empresas do Grupo e que as nossas práticas de Recursos Humanos se mantêm consistentes com a respetiva estratégia;
- Apoio ao Conselho de Administração no sentido de assegurar condutas e comportamentos consistentes com os valores e cultura da Sonae.

## Relações com Investidores

Principais responsabilidades:

- Gestão da relação entre a Sonae e a Comunidade financeira, nomeadamente com investidores e analistas, através de contactos e da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa;
- Apoio ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, providenciando-lhes informação relevante sobre o mercado de capitais assim como *feedback* da comunidade financeira relativo à Sonae;
- Apoio à Comunicação Externa, contribuindo para o alinhamento da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais e dos órgãos de comunicação social.

## Relações Institucionais

Principais responsabilidades:

- Gerir e coordenar as relações institucionais da Sonae com o Governo, instituições europeias, entidades públicas, organizações não-governamentais;
- Desenvolver relações efetivas e de qualidade com *stakeholders* internos e externos, de forma a pro-ativamente, antecipar situações que representem potenciais oportunidades ou riscos para a atividade da Sonae, e promover estratégias de ação correspondentes;

- Representar a Sonae em Associações, Fóruns e eventos (nacionais e internacionais) e promover os temas estratégicos para o grupo.

## Sustentabilidade

Principais responsabilidades:

- Apoiar a Comissão Executiva na definição, implementação e monitorização da estratégia de sustentabilidade da Sonae;
- Assegurar o cumprimento dos Princípios e Compromissos de Sustentabilidade assumidos externamente;
- Coordenar a atividade do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, tendo em vista a prossecução do propósito de sustentabilidade das empresas da esfera Efanor;
- Desafiar, aconselhar e acompanhar cada uma das empresas Sonae na construção do seu percurso de sustentabilidade, através de:
  - Acompanhamento e partilha de conhecimento, tendências, soluções e melhores práticas internas e externas;
  - Fomentação do *networking* interno e externo;
  - Captura de sinergias entre as diferentes empresas do Grupo.
- Coordenar a consolidação das informações de gestão de sustentabilidade das empresas Sonae para o reporte de informação;
- Contribuir para a consolidação das informações a reportar no âmbito de *ratings* de ESG do mercado financeiro;
- Promover a cultura e o conhecimento de sustentabilidade e das práticas das empresas Sonae, interna e externamente.

## Accounting & Business Solutions (ABS)

Principais responsabilidades:

- Gestão eficaz e eficiente dos processos administrativos dos negócios de retalho e da Sonae, incluindo as seguintes áreas: Contas a Pagar; Contas a Receber; Contabilidade; e Consolidação de Contas
- Controlo e supervisão dos vários processos contabilísticos, registos e transações, garantindo a sua fiabilidade e o reporte atempado da informação financeira, fiscal e de gestão;
- Elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das diversas empresas do Grupo.

A Sociedade também criou igualmente as seguintes estruturas permanentes de coordenação e partilha de conhecimento, todas elas presididas por membros do seu Conselho de Administração:

## Comissão de Finanças e Tesouraria

A Comissão de Finanças e Tesouraria é composta por cada um(a) dos(as) Administradores(as) detentores do pelouro da área financeira, pelos(as) diretores(as) responsáveis pela área de *corporate finance* em cada um dos negócios e pelos(as) diretores(as) funcionais do Centro Corporativo, considerados relevantes para os assuntos em agenda. A Comissão reúne mensalmente com as principais responsabilidades:

- Analisar e discutir as matérias financeiras com mais relevo para os negócios da Sonae;
- Monitorizar a evolução dos mercados de dívida e das relações com os bancos;
- Monitorizar a evolução dos mercados de capitais;
- Monitorizar o desenvolvimento dos mercados financeiros;
- Elaborar relatórios sobre a situação financeira do Grupo Sonae e a execução do orçamento;
- Partilhar experiências sobre as melhores práticas no domínio financeiro e coordenar a abordagem aos mercados financeiros;
- Monitorizar a evolução financeira do Grupo e as políticas de financiamento de cada negócio.

## Comissão de Coordenação de Auditoria

A Comissão de Coordenação de Auditoria é integrada pelos membros dos conselhos de administração dos negócios com o pelouro da função, bem como pelos(as) responsáveis pela auditoria interna da Sociedade e dos negócios da Sonae, o(a) Diretor(a) de Governo Societário e o(a) Diretor(a) de Gestão de Risco do Grupo. A Comissão reúne trimestralmente e tem as seguintes responsabilidades principais:

- Aconselhar o Conselho de Administração em matéria de políticas de auditoria interna e relação com os auditores externos;
- Informar sobre os planos de auditoria interna das empresas Sonae;
- Monitorizar as atividades de auditoria interna, nomeadamente através da análise de relatórios trimestrais e recomendações de melhoria;
- Monitorizar as auditorias externas através da análise dos seus relatórios;
- Decidir sobre a execução de auditorias internas não agendadas;
- Promover o desenvolvimento dos recursos humanos na área da auditoria interna;

- Propor a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de auditoria interna a serem aplicados no Grupo Sonae;
- Dar pareceres e cooperar na seleção do auditor externo da Sociedade;
- Promover a partilha de conhecimentos e experiências entre equipas de auditoria interna dos diferentes negócios.

### Grupo Consultivo de Gestão de Risco

O Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae é composto pelos membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro da função, pelos(as) diretores(as) de Gestão de Risco responsáveis pela função na Sociedade e, em cada um dos negócios, pelo(a) Diretor(a) de Governo Societário, pelo(a) Diretor(a) de Auditoria Interna. O Grupo Consultivo reúne trimestralmente e tem as seguintes responsabilidades principais:

- Rever as políticas existentes em matéria de gestão de risco e propor novas diretrizes na matéria;
- Rever os planos de gestão de risco para cada uma das sociedades do Grupo Sonae;
- Monitorizar as atividades de gestão de risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações;
- Propor atividades de gestão de risco não calendarizadas;
- Recomendar a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de gestão de risco para o Grupo;
- Promover o conhecimento especializado em matéria de gestão de risco.

### Grupo Consultivo de Recursos Humanos

O Grupo Consultivo de Recursos Humanos é composto por membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro de Recursos Humanos e pelos(as) diretores(as) responsáveis pela função na Sociedade e em cada um dos negócios. Este grupo reúne uma periodicidade bimestral e tem como principais objetivos:

- Fazer recomendações sobre políticas diretamente relacionadas com a implementação da estratégia dos negócios ao nível das pessoas;
- Contribuir para a disseminação da cultura da Sonae e acompanhar as políticas transversais ao grupo;
- Encorajar a disseminação e a partilha das melhores práticas em matéria de Colaboradores(as) e Gestão de Talentos entre as empresas do Grupo;
- Adquirir sinergias através da coordenação e negociação de investimentos na área de Recursos Humanos, quando aplicável;

- Garantir a articulação e coordenação de opiniões entre os vários órgãos de administração e supervisão da Sonae.

### Grupo Consultivo IOW

O Grupo Consultivo de IOW (*Improving Our Work*) conta com a participação dos(as) CEO's dos vários negócios do Grupo bem como dos(as) responsáveis pela implementação de práticas de melhoria contínua. Este grupo consultivo reúne trimestralmente e tem como principais objetivos:

- Partilhar as atividades de melhoria contínua levadas a cabo em todas as empresas;
- Partilhar as melhores práticas e os resultados de cada uma das empresas;
- Analisar e adaptar estudos casuísticos para uso interno;
- Identificar necessidades e ajustamentos necessários para a implementação dos programas de IOW a decorrer;
- Decidir quanto à alocação de recursos.

### Grupo Consultivo de Sustentabilidade

O Grupo Consultivo de Sustentabilidade é composto pelos(as) administradores(as) e diretores(as) da Sociedade e dos seus vários negócios com responsabilidade sobre temas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade corporativa. Este grupo consultivo reúne trimestralmente, tendo como principais objetivos:

- Construir uma visão comum no domínio da gestão da sustentabilidade integrada nos diversos negócios das empresas Sonae;
- Recomendar a implementação de diretrizes comuns ao nível da sustentabilidade relativo às dimensões Sonae para Planeta e Pessoas;
- Garantir a comunicação das recomendações aos diversos órgãos de administração da Sonae;
- Coordenar projetos e grupos de trabalho transversais às empresas Sonae;

Incentivar práticas de partilha e reporte entre as empresas Sonae com o objetivo de criar uma comunicação mais ampla e transversal no domínio da sustentabilidade.

Existem ainda um conjunto de fóruns que asseguram a comunicação e partilha das melhores práticas em funções consideradas críticas para o Grupo, nomeadamente:

**FINOV**, com a finalidade de estimular e apoiar uma cultura motivada para a inovação na Sonae, capaz de sustentar elevados níveis de criação de valor;

**Fórum de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão**, com a finalidade de promover e discutir a implementação das melhores metodologias de controlo de gestão e planeamento estratégico na Sociedade;

**Fórum Legal**, com a finalidade de partilhar experiência e conhecimento entre equipas legais, promovendo a discussão alargada de tópicos de destaque e uma abordagem comum a interpretações e procedimentos;

**FINCO**, com a finalidade de reforçar a importância das Tecnologias da Informação em cada uma das áreas de negócio através da partilha de conhecimentos e a promoção de novas soluções tecnológicas;

**Fórum de E-commerce**, com a finalidade de promover a excelência e o crescimento dos diversos canais de e-commerce ao nível do Grupo;

**Fórum Internacional**, com a finalidade de promover a partilha de conhecimento no domínio das iniciativas de internacionalização da Sonae;

**Fórum Digital**, com a finalidade de estimular a partilha interna e externa e desenvolver interesses comuns entre as equipas que lideram a Transformação Digital do Grupo.

**Fórum Administrativo e Fiscal**, com a finalidade de partilhar conhecimento e experiências, promovendo a existência de sinergias entre os departamentos administrativo e fiscal.

## b. Funcionamento

### 22. Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração e as suas Comissões internas disponibilizam os respetivos regulamentos internos no endereço eletrónico da Sociedade <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

### 23. Número de reuniões e grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, tal como definido nos Estatutos e no seu Regulamento, e sempre que o(a) seu (sua) Presidente ou dois dos seus membros o convoquem. O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se atingido desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

As deliberações do Conselho de Administração são aprovadas por maioria. Quando o Conselho de Administração é composto por um número par de membros, o(a) Presidente, em caso de empate na votação de qualquer deliberação, tem voto de qualidade.

As informações preparatórias e os documentos de apoio sobre os temas a discutir em cada reunião são disponibilizados ao Conselho de Administração com uma antecedência mínima de sete (7) dias em relação à data da respetiva reunião.

As atas são registadas em livro.

No exercício de 2022, realizaram-se 11 (onze) reuniões do Conselho de Administração, com uma taxa de comparência de 95% tendo as ausências sido baseadas em motivo legítimo aprovado por unanimidade.

### 24. Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

A Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas, de acordo com a Política de Remuneração aprovada por estes(as) na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração, designada pelo Conselho de Administração e constituída por Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho dos Administradores(as) Executivos(as) e de remunerações.

Para o exercício destas funções, estas comissões podem decidir livremente pela contratação de consultores externos de reputada competência e de âmbito de atuação e experiência internacionais.

A independência dos consultores é garantida quer pela sua autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e credibilidade reconhecida pelo mercado, sendo assegurado que os(as) especialistas selecionados(as) detêm o grau de independência necessário para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados(as) e, em particular, que a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

### 25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

A avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) assenta em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de desempenho objetivos fixados para cada período e alinhados com a estratégia global do crescimento e do desempenho positivo dos negócios numa perspetiva de médio e longo prazo.

Os referidos indicadores são constituídos pelos KPIs (*Key Performance Indicators*) de negócio, económicos e financeiros, subdivididos em KPIs coletivos, departamentais e individuais.

Os KPIs coletivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sonae.

Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, e aferem o contributo específico do(a) Administrador(a) no desempenho do negócio.

Os KPIs individuais incluem indicadores objetivos e subjetivos, e destinados a aferir o cumprimento dos deveres e compromissos individualmente assumidos pelo Administrador(a) Executivo(a).

Os critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) decorrem da aplicação da Política de Remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia Geral Anual de 28 de Abril de 2022 foi aprovada a revisão da Política de Remuneração, encontrando-se disponível a sua versão atualmente em vigor no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

## 26. Disponibilidade dos membros do Conselho de Administração

A informação relativa aos cargos exercidos noutras empresas, dentro e fora do grupo, pelos(as) Administradores(as) em funções, bem como outras atividades relevantes desempenhadas no decurso do exercício, encontra-se descrita no Anexo I ao presente Relatório.

### c. Comissões no seio do Conselho de Administração

#### 27. Identificação das Comissões criadas pelo Conselho de Administração

Encontram-se constituídas pelo Conselho de Administração as seguintes comissões: Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Finanças, Comissão de Nomeação e Comissão de Remuneração.

Os regulamentos de funcionamento destas Comissões podem ser consultados no endereço eletrónico da Sociedade: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

Por iniciativa do Conselho de Administração em mandato anterior foi constituída a Comissão de Ética, a qual tem competências específicas na promoção do Código de Ética e de Conduta da Sociedade, o qual pode ser consultado em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

##### 27.1 Delegação de competências na Comissão Executiva

A Comissão Executiva dispõe de todos os poderes de gestão corrente da Sociedade, nos termos da delegação efetuada pelo Conselho de Administração.

A deliberação de delegação na Comissão Executiva efetuada pelo Conselho de Administração exclui as seguintes matérias, que se mantêm na competência exclusiva deste órgão:

- Eleição do(a) Presidente do Conselho de Administração;
- Cooptação de administradores(as);
- Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- Aprovação, nos termos da lei, do Relatório de Gestão, e Demonstrações Financeiras;
- Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela Sociedade;
- Deliberações sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;

- Deliberações sobre projetos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade;
- Aprovação da estratégia de gestão do portefólio de negócios e respetivas políticas;
- Aprovação do orçamento anual da Sociedade e do plano financeiro de negócios do Grupo e de qualquer alteração significativa a este.

## 28. Composição da Comissão Executiva

A Comissão Executiva tem a seguinte composição:

Comissão Executiva	
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	CEO
João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores	CFO

### 28.1 Funcionamento da Comissão Executiva

A Comissão Executiva reúne, pelo menos, uma vez por mês e sempre que qualquer um dos seus membros a convoque por escrito, com a antecedência mínima de três dias relativamente à data prevista para a reunião. Para que a Comissão Executiva possa deliberar, é necessária a presença ou representação da totalidade dos seus membros. As informações sobre os temas a discutir na reunião são disponibilizadas à Comissão Executiva até sete (7) dias antes da realização da respetiva reunião e os documentos de apoio até dois (2) dias antes.

A Comissão Executiva reporta consistentemente ao Conselho de Administração o conteúdo das principais deliberações por si tomadas e submete a sua atividade ao escrutínio daquele órgão de gestão, bem como ao dos órgãos de fiscalização, facultando-lhes, de forma tempestiva, o acesso a toda a informação, documentação esclarecimentos que entendam necessários, contando, se adequado, com a participação de colaboradores(as) ou quadros do Grupo, para assegurar o pleno esclarecimento inerente ao cabal exercício das competências daqueles órgãos.

A Comissão Executiva pode constituir comissões internas, que funcionarão na sua dependência, para o acompanhamento de matérias específicas.

A Comissão Executiva pode, sempre que o entenda conveniente, submeter à apreciação do Conselho de Administração qualquer matéria incluída no âmbito da sua competência.

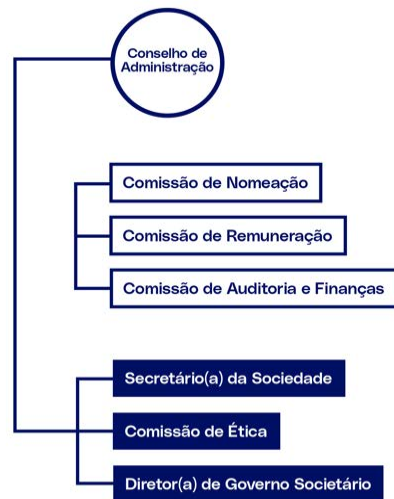
No cumprimento do seu dever geral de assegurar o acesso a informação completa e adequada, visando a correta avaliação do seu próprio desempenho, a Comissão Executiva está adstrita à apresentação de um reporte periódico da sua atividade aos demais membros dos órgãos sociais, devendo apresentar resposta às questões por aqueles colocadas, de forma tempestiva e completa, bem como adotar medidas aptas a facilitar o exercício das competências legais e estatutárias aos mesmos atribuídas.

Os membros da Comissão Executiva, tal como todos os membros do Conselho de Administração, deverão obter a prévia autorização do Conselho de Administração, mediante parecer da Comissão de Nomeação, previamente à aceitação do exercício de cargos sociais ou outras atividades significativas em entidades que não integrem o Grupo Sonae, com exceção daquelas para as quais exista autorização prestada pela Assembleia Geral de Acionistas, em conformidade com os princípios adotados pela Sociedade nos procedimentos destinados à prevenção de conflito de interesses.

As atas da Comissão Executiva são registadas no respetivo livro.

No exercício de 2022, realizaram-se 21 (vinte e uma) reuniões da Comissão Executiva, e a taxa de comparência nas reuniões da Comissão Executiva foi de 100%.

## 29. Comissões e Assessorias do Conselho de Administração



### Comissão de Auditoria e Finanças (“CAF”)

#### Função

A CAF é uma comissão designada pelo Conselho de Administração, composta maioritariamente por Administradores(as) Não Executivos(as) Independentes, cujo funcionamento se encontra estabelecido no Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração.

A CAF é responsável por apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento e avaliação da atividade da Comissão Executiva numa perspetiva de supervisão das

competências de gestão da Sociedade delegadas, não se sobrepondo às funções e responsabilidades do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização.

A CAF reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade.

As responsabilidades atribuídas à CAF, enquanto comissão do Conselho de Administração, são as seguintes:

- a) acompanhamento e análise das demonstrações financeiras anuais e intercalares e dos documentos de divulgação de resultados e relato as suas conclusões dirigidas ao Conselho de Administração, em suporte ao processo de aprovação de contas por este órgão;
- b) apoio ao Conselho de Administração na preparação dos seus relatórios dirigidos aos(as) acionistas e aos mercados financeiros, a serem divulgados nas Demonstrações Financeiras anuais e semestrais da Sociedade, bem como nas divulgações de resultados trimestrais;
- c) aconselhamento do Conselho de Administração, integrando a avaliação e recomendações formuladas pelo Conselho Fiscal, sobre a adequação e qualidade da informação fornecida pela Comissão Executiva, e os sistemas e normas de controlo interno e gestão de riscos aplicados pela Sociedade;
- d) acompanhamento da atividade da auditoria interna em sintonia com os planos validados pelo Conselho Fiscal, e formulação de conclusões a serem dirigidas ao Conselho de Administração;
- e) avaliação dos procedimentos operacionais dirigidos à monitorização do controlo interno, da gestão eficiente dos riscos, prevenção de irregularidades, tempestiva circulação de informação, fiabilidade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, e respetiva formulação de conclusões a serem dirigidas ao Conselho de Administração;
- f) assegurar o fluxo regular de informação entre os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e colaboradores(as) da Sociedade para avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da Sociedade, incluindo, designadamente as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões da Comissão Executiva, bem como quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos;
- g) assegurar a interação com o Conselho Fiscal, incluindo a tempestiva troca de informações e documentação entre os dois órgãos, designadamente no que se refere às linhas estratégicas e política de risco estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- h) zelar pela observância das políticas e recomendações de Governo Corporativo adotadas pela Sociedade;
- i) zelar pela observância das normas de relato financeiro adotadas pela Sociedade;
- j) acompanhamento da divulgação de rácios financeiros formais e informais relativos à Sociedade, incluindo relatórios publicados por agências de rating;

k) receber e comunicar ao Conselho de Administração comunicação emitida por qualquer administrador, através da qual participe uma situação de potencial conflito de interesses ou de limitação à independência, nos termos da e em cumprimento da política interna de conflito de interesses;

l) emitir parecer sobre transações de relevância significativa realizadas pela Sociedade com partes relacionadas, nos termos das regras estabelecidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração e em consonância com o Conselho Fiscal;

m) rever e aprovar o relatório semestral de transações com partes relacionadas de acordo com o exigido pela lei vigente e pela política interna em matéria de transações com partes relacionadas.

Os termos de referência da Comissão de Auditoria e Finanças regulamentam o exercício das suas funções e o respetivo calendário anual de atividades e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

### Composição

A CAF é constituída por sete membros designados pelo Conselho de Administração, sendo todos eles(as) Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes. A Comissão de Auditoria e Finanças tem a seguinte composição:

Comissão de Auditoria e Finanças	
José Manuel Neves Adelino	Presidente Não Executivo*
Ângelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério	Não Executivo
Margaret Lorraine Trainer	Não Executiva Independente
Marcelo Faria de Lima	Não Executivo Independente
Carlos António Rocha Moreira da Silva	Não Executivo
Fuencisla Clemares	Não Executiva Independente
Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh	Não Executivo Independente

\* para detalhes adicionais quanto à qualificação de independência deste membro, conferir supra ponto 18.

### Modo de Funcionamento

Esta Comissão reúne, pelo menos, seis (6) vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente, o Conselho de Administração, ou a Comissão Executiva considerem necessário.

São exaradas atas das reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos restantes membros do Conselho.

No exercício de 2022, realizaram-se 6 (seis) reuniões da Comissão de Auditoria e Finanças, e a taxa de comparência foi de 93%.

### Comissão de Nomeação ("CN")

#### Função

A CN funciona em conformidade com disposto no Regulamento do Conselho de Administração competindo-lhe:

a) a identificação e avaliação da adequação de potenciais candidatos(as) com perfil ajustado ao desempenho de funções de membro do Conselho de Administração e das suas Comissões, nos termos da política interna de seleção e avaliação, em particular quando o Conselho de Administração exerce a faculdade de cooptação de membros ou quando é responsável por propor candidatos(as) para o exercício de funções de CEOs nas principais subsidiárias do Grupo Sonae;

b) a preparação de informação geral relativa a planos de sucessão, planos de contingência e gestão de talento, dirigida quer a membros do Conselho de Administração, quer a outros(as) administradores(as) séniores do Grupo Sonae, e assegurar que o processo de nomeação e formação dos(as) candidatos(as) é devidamente conduzido;

c) o aconselhamento do Conselho de Administração na apreciação e aprovação prévia do exercício pelos membros do Conselho de Administração de cargos de administração ou exercício de outras funções ou atividades significativas em outras entidades externas ao Grupo não previamente autorizadas pela Assembleia Geral, na sequência de comunicação apresentada pelo(a) administrador(a) em cumprimento da política interna de conflito de interesses.

Os termos de referência da Comissão de Nomeação regulam o exercício das suas funções bem como determinam o respetivo calendário de execução e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico:

<https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.



## Composição

A CN é constituída por 5 Administradores(as) Não Executivos(as), na sua maioria independentes e tem a seguinte composição:

Comissão de Nomeação	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente do Conselho de Administração - Não Executivo
Margaret Lorraine Trainer	Não Executiva Independente
Marcelo Faria de Lima	Não Executivo Independente
Carlos António Rocha Moreira da Silva	Não Executivo
Philippe Cyriel Elodie Haspelslagh	Não Executivo Independente

## Modo de Funcionamento

A CN reúne, pelo menos, uma (1) vez por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Para além das sessões formais, os membros da CN mantêm contacto de modo informal, e numa base ad-hoc, quer presencialmente quer através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

No exercício de 2022, realizou-se uma (1) reunião da Comissão de Nomeação, e a taxa de comparência foi de 100%.

## Comissão de Remuneração (“CR”)

### Função

A CR funciona em conformidade com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração competindo-lhe:

- atuar com o objetivo de assegurar que as políticas e as práticas remuneratórias refletem os objetivos estratégicos de longo prazo e os Valores da Sonae e que são compatíveis com a política de risco, tomando igualmente em consideração as condições de trabalho e de remuneração existentes no Grupo Sonae e no mercado;
- emitir parecer fundamentado dirigido Conselho de Administração relativamente à proposta de Política de Remuneração dos membros do Conselho de Administração apresentada pela Comissão Executiva, cabendo ao Conselho de Administração apresentar proposta para aprovação da Comissão de Vencimentos e subsequente submissão da proposta final na agenda da Assembleia Geral Anual para aprovação pelos(as) acionistas;

c) receber, analisar e, em certos casos, apresentar, de acordo com o procedimento interno aprovado, as propostas de remuneração dos membros do Conselho de Administração e de outros órgãos da Sociedade em função da respetiva avaliação de performance, em conformidade com a Política de Remuneração, a serem aprovadas pela Comissão de Vencimentos;

d) supervisionar as decisões tomadas pela Comissão Executiva relativas à remuneração dos(as) executivos(as) sêniores que reportam diretamente à Comissão Executiva.

Os termos de referência da Comissão de Nomeação regulam o exercício das suas funções bem como determinam o respetivo calendário de execução e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico:

<https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

## Composição

A CR é constituída por 5 Administradores(as) Não Executivos(as), na sua maioria independentes e tem a seguinte composição:

Comissão de Remuneração	
Margaret Lorraine Trainer	Presidente Não Executivo
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Não Executivo
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Não Executivo
Fuencisla Clemares	Não Executiva Independente
Philippe Cyriel Elodie Haspelslagh	Não Executivo Independente

## Modo de Funcionamento

A CR reúne, pelo menos, duas (2) vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Para além das sessões formais, os membros da CR mantêm contacto de modo informal, e numa base ad-hoc, quer presencialmente quer através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

No exercício de 2022, realizaram-se duas (2) reuniões da Comissão de Remuneração, e a taxa de comparência foi de 100%.

### Comissão de Ética

O Código de Ética e de Conduta, estabelece normas de conduta de acordo com os princípios e valores do Grupo Sonae e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo, bem como por todos(as) os(as) colaboradores(as).

O Código de Ética e de Conduta aplica-se diretamente a todas as sociedades direta ou indiretamente controladas pela Sonae, definindo o quadro de valores e normas de conduta a observar pelas pessoas indicadas pela Sonae para integrar os órgãos sociais de sociedades ou entidades em que a Sonae participe, quer no âmbito do exercício dos respetivos deveres funcionais individuais, quer enquanto princípios éticos e normas de conduta a propor na elaboração ou atualização dos equivalentes normativos internos daquelas sociedades ou entidades.

O Código de Ética e de Conduta da Sonae é parâmetro de compromisso de conduta de entidades terceiras, contratadas por, ou atuando em nome da Sonae, nos casos em que esta possa ser responsabilizada pelas suas ações.

O Código de Ética e de Conduta encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e tem como objetivos fundamentais:

- Partilhar os princípios que orientam a atividade das empresas Sonae e as regras de natureza ética e deontológica que devem orientar o comportamento de todos(as) os(as) Colaboradores(as) e membros dos Órgãos Sociais e promover a adoção dos princípios e regras éticas e deontológicas pelos(as) respetivos Parceiros(as);
- Promover e incentivar a adoção dos princípios de atuação e das regras comportamentais definidas no Código de Ética e de Conduta, designadamente, os valores da empresa nas relações dos(as) Colaboradores(as) e Órgãos Sociais entre si, com a Sonae e com os restantes *Stakeholders*;
- Consolidar a imagem institucional da Sonae, que se caracteriza por Determinação, Dinamismo, Entusiasmo, Criatividade e Abertura.

Para além do Código de Ética e de Conduta, mantêm-se em vigor os regulamentos e políticas internas, já anteriormente em aplicação, relativos a procedimentos aplicáveis em matéria de independência e conflito de interesses e relativos a transações da Sociedade com partes relacionadas, nos termos da lei aplicável.

O Código de Ética e de Conduta é ativamente divulgado internamente aos(as) colaboradores(as). Em 2022, em continuidade com a prática anterior, foram disponibilizadas a trabalhadores(as) e membros dos órgãos sociais ações de formação interna sobre ética empresarial, a partir de uma plataforma de e-learning, abordando os processos de comunicação de desconformidades com o Código de Ética e de Conduta, esclarecendo as responsabilidades dos(as) colaboradores(as) e dos órgãos da empresa, e apresentando situações práticas relacionadas com os temas relevantes, tais como: conflitos de interesse, privacidade, confidencialidade e integridade da informação; relação com colaboradores(as); e relacionamento com fornecedores(as) e parceiros(as) de negócio.

A Comissão de Ética tem por missão:

- Fomentar a existência dos meios de divulgação do Código de Ética e de Conduta junto dos(as) seus(as) destinatários(as);
- Apreciar e responder a questões que lhe sejam submetidas pelos membros dos Órgãos Sociais das sociedades do Grupo, bem como as que, sendo da sua competência, lhe sejam remetidas por Colaboradores(as), clientes ou demais terceiros, endereçando as recomendações que entender adequadas à natureza do caso;
- Verificar a existência de mecanismos internos de comunicação de irregularidades, assegurando que os mesmos observam as normas legais, designadamente em matéria de confidencialidade, do processo de tratamento da informação e da inexistência de represálias sobre participantes;
- Propor ao Conselho de Administração, após consulta da Comissão Executiva da Sonae, a aprovação de alterações ao Código de Ética e de Conduta, sempre que entenda adequado;
- Emitir, de sua iniciativa ou após solicitação de membros dos Órgãos Sociais ou Colaboradores(as), esclarecimentos sobre a interpretação de alguma disposição do Código de Ética e de Conduta;
- Rececionar e avaliar e encaminhar para os respetivos Órgãos Sociais responsáveis, as irregularidades transmitidas fundamentadamente à Comissão de Ética, sempre que as mesmas, no seu entendimento, indiquem a existência de violação de regras deste Código de Ética e de Conduta;
- Rececionar e dar o tratamento adequado às denúncias rececionadas no Canal de Denúncia Interna cujo objeto incida sobre matéria da competência da Comissão de Ética, de acordo com o previsto no Regulamento de Comunicação de Infrações e na Política para a Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas - documentos aprovados pela Sociedade e disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> -, cujo objeto incida sobre matéria da competência da Comissão de Ética;
- Encaminhar para o Conselho Fiscal as participações rececionadas que indiquem a prática de irregularidades nos termos da al. j) do n.º 1 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Regular o seu funcionamento e reportar periodicamente a sua atividade ao Conselho de Administração e às entidades a quem o reporte seja devido, nos termos da lei ou do modelo de governo adotado.

A comunicação com a Comissão de Ética deverá ser para o endereço eletrónico da Comissão de Ética: [comissaoetica@sonae.pt](mailto:comissaoetica@sonae.pt)

A Provedoria tem a competência para receber e reencaminhar as participações que envolvam colaboradores(as), clientes ou fornecedores(as) e outros(as) prestadores(as) de serviços.

Para além das comunicações com empresas envolvidas, o(a) Provedor(a) efetua reporte semestral ao Conselho Fiscal do conjunto das participações recebidas.

As comunicações dirigidas ao(à) Provedor(a) poderão ser realizadas para o seu endereço eletrónico: [provedoria@sonae.pt](mailto:provedoria@sonae.pt).

## Composição

Comissão de Ética	
José Manuel Neves Adelino (Presidente)	Administrador Não Executivo ("Lead Director")
João Günther Amaral	Diretor de Recursos Humanos
Marta Cordeiro Cunha	Provedora
Luzia Gomes Ferreira*	Diretora de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo
David Graham Shenton Bain (Secretário)	Diretor de Governo Societário

\*Célia Sá Miranda assumiu funções na Comissão de Ética, a 24 de janeiro de 2023 na qualidade de Diretora de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo

## Modo de Funcionamento

A Comissão de Ética reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros da Comissão de Ética mantêm contacto de modo informal, e numa base ad-hoc, quer presencialmente quer através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2022, realizou-se uma (1) reunião da Comissão de Ética, e a taxa de comparência foi de 100%.

## Diretor(a) de Governo Societário ("DGS")

As principais responsabilidades do DGS são:

- Assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e respetivas Comissões;
- Participar em reuniões do Conselho de Administração e respetivas Comissões, intervindo como membro sempre que seja nomeado(a) como tal;
- Facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração e das respetivas Comissões;
- Apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais;

- Organizar as avaliações realizadas pelo Conselho de Administração;
- Manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades;
- Apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do Governo das Sociedades;
- Acompanhar os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração que visam assegurar que os "Stakeholders" (detentores de interesses na Sonae) e os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
- Acompanhar o procedimento de nomeação e eleição de Administradores(as), garantindo que este é realizado apropriadamente, e prestar apoio na cooptação de novos(as) Administradores(as);
- Atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, Administradores(as) Não Executivos(as) no que diz respeito à Sonae e às suas atividades;
- Facilitar e apoiar os Administradores(as) Não Executivos(as) independentes na afirmação da sua independência;
- Ajudar a assegurar o cumprimento das Recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- Participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- Participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- Participar, em nome da Sonae, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

## Secretário/a da Sociedade

O(a) Secretário(a) da Sociedade tem as seguintes competências:

- Zelar pelas atas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;
- Enviar as convocatórias e outros documentos legais necessários à realização da Assembleia Geral;
- Supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- Responder a pedidos de informação dos(as) acionistas nos termos da lei;
- Proceder ao registo legal de qualquer ato ou deliberação dos órgãos sociais da Sonae.

**29.1. Síntese da atividade desenvolvida pelas Comissões criadas pelo Conselho de Administração**

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019 foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o mandato 2019-2022.

Na sequência dessa eleição, em maio de 2019 o Conselho de Administração constituiu a Comissão Executiva e as comissões internas de suporte à sua atividade.

Os (as) Administradores (as) Não Executivos (as) têm vindo a exercer, de forma autónoma e permanente, a supervisão da atividade da Comissão Executiva, a intervenção no processo de tomada de decisões estratégicas e estruturantes, nomeadamente na definição da estratégia corporativa e das principais políticas, incluindo a política de gestão risco, acompanhando o respetivo cumprimento, bem como participam consistentemente na elaboração e na divulgação das demonstrações financeiras nos termos descritos no ponto 55.

Os (as) Administradores (as) Não Executivos (as) desenvolveram a sua atividade quer enquanto membros do Conselho de Administração, quer enquanto membros das comissões especializadas de suporte à atividade do Conselho de Administração, cuja composição integraram nos termos do descrito no ponto 29 supra.

No decurso de 2022, a Comissão Executiva foi responsável pela gestão quotidiana da Sociedade, acompanhando a atividade dos negócios no âmbito da delegação de poderes que lhe foram atribuídos pelo Conselho de Administração, e executou as decisões estratégicas e a implementação das políticas aprovadas. A Comissão Executiva reportou ao Conselho de Administração e aos demais órgãos e entidades fiscalizadoras a atividade desenvolvida ao longo do exercício social, disponibilizando informação sobre o teor das deliberações tomadas e as principais ações desenvolvidas para a concretização das suas competências e deveres e para cumprimento da estratégia e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Ética exerceu as suas competências, supervisionou as ações de divulgação do Código de Ética e de Conduta, analisou as questões que lhe foram submetidas pelos órgãos e funções competentes, emitindo pareceres e reportando a sua atividade ao Conselho de Administração.

**III. Fiscalização**

**a. Composição**

Conselho Fiscal	
Maria José Martins Lourenço da Fonseca	Presidente
Daniel Bessa Fernandes Coelho	Vogal
Manuel Heleno Sismeiro	Vogal
Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes	Suplente

**30. Identificação do órgão de fiscalização**

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

**31. Composição**

Nos termos estatutários, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco, eleitos para mandatos de quatro anos. O Conselho Fiscal inclui adicionalmente um ou dois membros suplentes, conforme o número de membros seja de três ou mais.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral de Acionistas.

Se a Assembleia Geral não eleger os membros do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração deve, e qualquer acionista pode, requerer a sua nomeação judicial.

Se a Assembleia Geral não designar o(a) Presidente, o(a) mesmo(a) será designado pelos membros do Conselho Fiscal.

Se o(a) Presidente cessar funções antes do termo do mandato para que foi eleito, o Conselho Fiscal escolhe um(a) substituto(a) para exercer essas funções até ao termo do mandato.

Os membros do Conselho Fiscal que estejam temporariamente impedidos(as), ou cujas funções tenham cessado, serão substituídos(as) pelo(a) suplente.

O(A) suplente que substitua o membro cujas funções tenham cessado, mantém-se em funções até à primeira Assembleia Geral Anual, na qual as vagas devem ser preenchidas.

No caso de não ter sido possível preencher uma vaga de um membro devido a falta de suplentes eleitos(as), as vagas existentes, tanto dos(as) efetivos(as) como dos(as) suplentes, devem ser preenchidas através de uma nova eleição.

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros, composição que a Sociedade tem por adequada para assegurar a execução eficiente das funções que lhe estão cometidas nos

termos da lei e do Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, considerando tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma, cuja verificação e acompanhamento compete ao Conselho Fiscal.

O vogal do Conselho Fiscal Daniel Bessa Fernandes Coelho foi eleito pela primeira vez para a função de Presidente do Conselho Fiscal em 3 de maio de 2007, tendo sido reeleito, para um segundo mandato, na Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2011 e para um terceiro mandato (quadriénio 2015-2018) na Assembleia Geral de Acionistas realizada a 30 de abril de 2015.

Os restantes membros do Conselho Fiscal foram eleitos por Assembleia Geral de Acionistas de 30 de abril de 2015, para um primeiro mandato compreendido no quadriénio 2015-2018.

Na Assembleia Geral de 30 de abril de 2019 todos os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos para o mandato 2019-2022.

## 32. Independência

A maioria dos membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma das incompatibilidades previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais. A Presidente do Conselho Fiscal é um membro independente, cumprindo-se, assim o disposto na al. c) do n.º 2 do art.º 3º da Lei 148/2015 de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

O Conselho Fiscal realizou uma avaliação de independência dos seus membros, por referência ao exercício de 2022, através de declarações escritas emitidas individualmente.

## 33. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são divulgados no Anexo II a este Relatório.

## b. Funcionamento

### 34. Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal pode ser consultado no website da Sociedade, em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

### 35. Reuniões do Conselho Fiscal

As deliberações do Conselho Fiscal são aprovadas por maioria simples, tendo o(a) Presidente voto de qualidade, caso este órgão seja composto por número par de membros.

O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, quatro vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros do Conselho Fiscal mantêm contacto através de comunicações à distância.

Em 2022, realizaram-se 24 (vinte e quatro) reuniões do Conselho Fiscal, com uma taxa de comparência de 100%, tendo sido exaradas atas de todas as reuniões realizadas no respetivo livro.

### 36. Disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal

A informação relativa aos cargos exercidos em simultâneo, no decurso do exercício, pelos membros do Conselho Fiscal, noutras empresas, dentro e fora do grupo, bem como outras atividades relevantes exercidas, encontram-se descritas no Anexo II ao presente Relatório.

## c. Competências e funções

### 37. Intervenção do Conselho Fiscal na contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a prestar pelo Auditor Externo.

Para o efeito, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui a supervisão da atividade do Auditor Externo no que respeita, desde logo:

- Plano anual de atividade do Auditor Externo;
- Acompanhamento do trabalho da auditoria e de revisão das demonstrações financeiras e discussão das respetivas conclusões;
- Fiscalização da independência do Auditor Externo;
- Decisão sobre a autorização da prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria, em cumprimento da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Avaliação da atividade anual desenvolvida pelo Auditor Externo, a sua independência e adequação para o exercício das funções, para efeitos de cumprimento da Recomendação VII 2.3., prevista no Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

Na apreciação dos critérios que suportaram a contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal verificou que:

- a contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;
- os outros serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, não constituem serviços proibidos pela legislação da União Europeia;
- os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- o sistema de qualidade aplicado pela Auditor Externo, de acordo com a informação prestada por este, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

### 38. Outras funções dos membros dos órgãos de fiscalização

#### 38.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Sociedade e tem por principais competências:

- i. Fiscalizar a administração da Sociedade;
- ii. Supervisionar pela observância da lei, do contrato de Sociedade e das políticas internamente adotadas;
- iii. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- iv. Verificar, de acordo com o seu juízo valorativo, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- v. Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, acompanhando o processo de preparação e divulgação de informação financeira, e apresentando recomendações que visam assegurar a integridade da mesma;
- vi. Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- vii. Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora, dirigido aos(as) acionistas, nele incluindo a descrição da atividade de fiscalização desenvolvida, eventuais constrangimentos detetados e dar parecer sobre o relatório e contas, bem como sobre as propostas apresentadas pela administração;
- viii. Convocar a Assembleia Geral, quando o(a) Presidente da Mesa não o faça e o devesse fazer;

ix. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;

x. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores(as) da Sonae ou outros;

xi. Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos que lhe são cometidos e a situação económica da Sociedade;

xii. Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pelo órgão de administração, designadamente incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios de forma devidamente documentada e comunicada;

xiii. Representar a Sociedade junto do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, aprovar os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas, propor à Assembleia Geral a nomeação e destituição do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como aprovar a sua remuneração, proceder à avaliação da atividade desempenhada, zelando para que lhe sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da empresa e o primordial destinatário dos seus relatórios, com salvaguarda dos deveres e competências que assistem, nesta matéria, ao órgão de administração;

xiv. Fiscalizar o processo de revisão de contas dos documentos de prestação de contas da Sociedade;

xv. Fiscalizar a existência e manutenção da independência do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo;

xvi. Aprovar previamente a prestação de serviços de auditoria, bem como os serviços distintos a prestar pelo Auditor Externo e aprovar a respetiva remuneração, assegurando que a respetiva prestação de serviços é permitida por lei, não ultrapassa limites razoáveis e não prejudica a independência do Auditor Externo;

xvii. Emitir parecer específico e fundamentado que sustente a decisão de não rotação do Auditor Externo, ponderando as condições de independência do Auditor Externo naquela circunstância e as vantagens e custos da sua substituição;

xviii. Supervisionar a atividade desenvolvida pela auditoria interna;

xix. Emitir parecer prévio sobre transações com partes relacionadas e analisar o reporte semestral e anual às mesmas referente, nos termos da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, em cumprimento dos artigos 29.º-S a 29.º-V do Código dos Valores Mobiliários;

xx. O órgão de fiscalização está adicionalmente adstrito ao cumprimento dos deveres e competências estabelecidos na Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, na sua redação atual, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, concretizando a transposição da Diretiva 2014/56/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa às contas anuais e consolidadas e assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão

legal de contas das entidades de interesse público, designadamente os decorrentes do artº 3º do decreto preambular e do artº 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria;

xxi. Cumprir as demais atribuições decorrentes para si, impostas por lei ou pelos Estatutos da Sociedade.

Para execução das suas competências, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui:

A – Acompanhamento da atividade da Sociedade e interfaces com a Comissão Executiva e o Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, nomeadamente nas seguintes perspetivas:

- Avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno, gestão de risco e *compliance*, pronunciando-se, caso entenda, sobre a política de risco e linhas estratégicas, cujo conhecimento lhe tenha sido transmitido pelo Conselho de Administração, incluindo em momento anterior à sua aprovação final;
- Avaliação dos documentos de prestação de contas e divulgação de informação financeira;
- Emissão de pareceres e recomendações.

B - Supervisão da atividade da Auditoria Interna e Gestão de Risco, incluindo *compliance*, com o seguinte âmbito:

- Plano anual de atividade;
- Receção de reporte periódico da atividade desenvolvida;
- Avaliação dos resultados e conclusões apuradas;
- Aferição da existência de eventuais irregularidades e análise de participações de irregularidades que lhe tenham sido encaminhadas;
- Emissão das diretrizes entendidas por convenientes.

C - Informação sobre irregularidades:

Acompanhamento semestral da atividade desenvolvida pelo(a) Provedor(a), com aprovação dos procedimentos de receção, tratamento de reclamações e apreciação crítica da sua gestão.

O Conselho Fiscal é, ainda, recetor das participações de irregularidades, em conformidade com a al. j) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, que lhe tenham sido dirigidas diretamente ou que tenham sido endereçadas à Comissão de Ética ou a outro órgão.

O Conselho Fiscal é igualmente recetor das denúncias enviadas para o Canal de Denúncia Interna, bem como dos relatórios finais elaborados pela comissão competente

para a análise das mesmas, os quais contêm o caso relatado, a avaliação das diligências levadas a cabo, os respetivos resultados e as medidas adotadas.

### 38.2. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como competências fundamentais:

- i. Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- ii. Sempre que achar conveniente e através de meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de ativos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito;
- iii. Verificar a exatidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na certificação legal de contas e no Relatório de Auditoria;
- iv. Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adotados pela Sociedade resultam na correta valorização dos ativos e dos resultados;
- v. Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e realizar todos os procedimentos estipulados pela lei;
- vi. Verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações e a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos termos, no âmbito e dentro dos limites das suas competências legais e procedimentais;
- vii. Assegurar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 29.º- H do Código dos Valores Mobiliários.

Desde 1 de janeiro de 2016, a atividade e os serviços do Revisor Oficial de Contas enquadram-se nas disposições do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, na sua redação em vigor.

## IV. Revisor Oficial de Contas

### 39. Identificação

O Revisor Oficial de Contas da Sonae é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada a 31 de dezembro de 2022, pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia.

### 40. Permanência de Funções

O Revisor Oficial de Contas foi eleito inicialmente na Assembleia Geral Anual de 3 de maio de 2018, até ao termo do mandato findo em 2018, sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal, para o efeito, organizou um processo de seleção alargado e instruído nos termos da al. f) do n.º 3 do art.º 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 e do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 que culminou na proposta apresentada à referida Assembleia Geral.

A proposta apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral Anual de 3 de maio de 2018 encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, o Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada pelo revisor oficial de contas Herminio António Paulos Afonso ou pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia, foi reeleito para o mandato 2019-2022 sob proposta do Conselho Fiscal.

#### 41. Outros serviços prestados à Sociedade

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA exerce as funções de Auditor Externo, não tendo o Revisor Oficial de Contas prestado outros serviços à Sociedade, para além de serviços de garantia de fiabilidade e outros serviços autorizados.

### V. Auditor Externo

#### 42. Identificação

O Auditor Externo da Sociedade, designado nos termos e para os efeitos do art.º 8.º do Código dos Valores Mobiliários é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada a 31 de dezembro de 2022 por António Joaquim Brochado Correia (ROC n.º 1076).

#### 43. Permanência de Funções

O Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., foi designado inicialmente na Assembleia Geral realizada em 3 de maio de 2018, sob proposta do Conselho Fiscal. O sócio revisor oficial de contas que o representa no exercício das suas funções foi designado, em 2018, na sequência da referida eleição e permanece em funções por via da reeleição do Revisor Oficial de Contas verificada na Assembleia Geral de 30 de abril de 2019.

#### 44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal adotou o princípio recomendado relativamente à rotação do Auditor Externo.

Desde 1 de janeiro de 2016 que a duração de mandatos passou a sujeitar-se às regras estabelecidas no n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas, na redação em vigor.

#### 45. Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do Auditor Externo e a execução dos seus trabalhos ao longo do exercício social, pondera e aprova antecipadamente o âmbito e a remuneração dos trabalhos adicionais a prestar por aquele e procede, anualmente, a uma avaliação global da performance e das condições de exercício da atividade do Auditor Externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

#### 46. Trabalhos adicionais, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo e respetivo procedimento de contratação

Os serviços distintos dos serviços de auditoria contratados ao Auditor Externo, para a Sociedade e para as sociedades do Grupo Sonae, contaram com autorização prévia do Conselho Fiscal, o qual avaliou e concluiu que o desempenho de tais serviços não afetava a independência do Auditor Externo, elemento esse primordial para a consideração da prestação desses serviços. Salvaguardado esse primeiro critério, o Conselho Fiscal entendeu autorizá-los em virtude de a sua prestação corresponder ao interesse da Sociedade, dada a experiência, especialização e qualidade do prestador nas matérias em apreço, a reconhecida qualidade dos serviços e o conhecimento das diversas áreas da Sociedade e do seu Grupo.

Adicionalmente foram observadas as seguintes salvaguardas:

- A contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, constituem serviços não proibidos pela legislação da União Europeia, nos termos da Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- Os honorários pagos pela Sonae ao Auditor Externo, em Portugal, representaram menos de 15% do total da sua faturação;
- O sistema de qualidade aplicado pelo Auditor Externo, de acordo com informação prestada por este, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

Em cumprimento da alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Sociedade Revisor Oficial de Contas confirmou, por escrito, ao Conselho Fiscal que a sociedade de revisores oficiais de contas e os seus sócios, revisor oficial de contas que a representa, bem como os diretores de topo e os diretores que executaram a revisão legal de contas, são independentes relativamente à entidade auditada.



## 47. Remuneração paga ao Auditor Externo

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., sob proposta do Conselho Fiscal, e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

Remuneração paga pela Sociedade (valores em euros)	2021		2022	
Auditoria e Revisão Legal de Contas	58.800	46,2%	86.249	99,4%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	500	0,4%	500	0,6%
Outros serviços	68.000	53,4%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>127.300</b>	<b>100,0%</b>	<b>86.749</b>	<b>100,0%</b>

Remuneração paga por entidades que integram o Grupo (valores em euros)*	2021		2022	
Auditoria e Revisão Legal de Contas	655.513	81,8%	591.505	80,0%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	67.810	8,5%	87.332	11,8%
Consultoria Fiscal	56.896	7,1%	15.625	2,1%
Outros serviços	20.891	2,6%	44.850	6,1%
<b>Total</b>	<b>801.110</b>	<b>100%</b>	<b>739.312</b>	<b>100,0%</b>

\* sociedades em relação de domínio ou de grupo

## C. Organização Interna

### I. Estatutos

#### 48. Regras aplicáveis às alterações estatutárias

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo-se a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocação, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado.

### II. Comunicação de Irregularidades

#### 49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades

Os valores e princípios da Sonae, difundidos e enraizados na cultura dos(as) seus(suas) colaboradores(as), assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros. Os valores e princípios da Sonae podem ser consultados na página da Sonae na Internet – <http://www.sonae.pt/pt/sonae/cultura>.

As participações de irregularidades poderão ser enviadas, por escrito, à atenção do Conselho Fiscal para o seguinte endereço: Lugar do Espido, Via Norte, 4470-157 Maia, conforme informação disponível na página de internet da Sociedade <https://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/>.

As comunicações ao abrigo do disposto na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações e, bem assim, aquelas que estejam abrangidas pelo regime do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro (que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção), devem ser apresentadas através do Canal de Denúncia Interna criado pela Sociedade para o efeito, nos termos previstos no Regulamento de Comunicação de Infrações ("Whistleblowing"), disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, através de um dos seguintes meios: carta remetida para o endereço postal Sonae - SGPS, SA, Apartado 6034, EC TECMAIA, 4471-908 Maia, com a indicação de "confidencial"; e/ou correio eletrónico para o endereço [canaldenuncias@sonae.pt](mailto:canaldenuncias@sonae.pt).

### III. Controlo Interno e Gestão de Riscos

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura Sonae e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objetivo a criação de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos de negócio e das empresas da Sonae, numa perspetiva de continuidade dos negócios. A par da Gestão Ambiental e da Sustentabilidade, a Gestão de Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios, através de um maior conhecimento e de uma gestão mais efetiva dos riscos que podem afetar as organizações.

A atividade de Gestão de Risco é da responsabilidade de todos os(as) gestores(as) e colaboradores(as) da Sonae, e é apoiada e suportada pelas funções de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, tanto ao nível da Sociedade como dos negócios, através de equipas especializadas que reportam hierarquicamente aos respetivos Conselhos de Administração.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal e hierarquicamente aos respetivos Conselhos de Administração.

A função de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas.

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

#### 51. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos da Sociedade

O Conselho Fiscal avalia o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, supervisionando o seu plano de atividade, recebendo informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

O Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças e do seu Grupo Consultivo de Gestão de Risco, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

#### 52. Outras áreas funcionais com competências no controlo de risco

Cada uma das áreas funcionais do Grupo assume responsabilidades no controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções, nomeadamente, para além do Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, os departamentos de Assessoria Jurídica e de Governo Corporativo, Tesouraria e Finanças, *Tax, People and Leadership*, Comunicação e Marca, Sustentabilidade, Relações Institucionais, Relações com Investidores, M&A, Digital, IOW e *Accountig & Business Solutions* (ABS).

#### 53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos

##### Macroeconómico:

A Sonae está fortemente exposta tanto à evolução da economia portuguesa como, em geral, ao contexto económico mundial. Num cenário macroeconómico em que se verifique uma recessão nos principais blocos económicos, um aumento acentuado do desemprego, e uma taxa de inflação persistentemente elevada, a Sonae seria significativamente afetada.

Em 2022, com a invasão da Ucrânia pela Rússia a criar disrupções nos mercados internacionais de alimentos e energia, a intensificar as pressões inflacionistas e a pressionar os Bancos Centrais a subir rapidamente as taxas de juro, este risco assumiu maior preponderância.

Não obstante, a Sonae tem em curso várias iniciativas com o objetivo de mitigar este risco, nomeadamente através da internacionalização dos seus negócios, de uma gestão ativa do seu portefólio, de um constante aumento da proposta de valor de modo transversal em todos os seus negócios, de uma abordagem conservadora da alavancagem financeira e de uma diversificação das fontes de financiamento. Os últimos anos evidenciaram como estas iniciativas permitem mitigar este risco dada a resiliência demonstrada pela Sonae durante este período.

##### Concorrência:

Risco relacionado com a entrada de novos(as) concorrentes, consolidação no mercado, reposicionamento dos(as) atuais concorrentes ou com as ações que eles(elas) possam levar a cabo para conquistar novos mercados ou aumentar a quota de mercado (atividade promocional, introdução de novos conceitos, inovações). A incapacidade para competir em áreas como o preço, gama de produtos e qualidade de serviço podem ter efeitos bastante adversos nos resultados financeiros do Grupo. De forma a minimizar este risco, a Sonae efetua constante benchmarking das ações da sua concorrência e investe em novos formatos, negócios e produtos/serviços, ou na melhoria dos existentes, de forma a oferecer aos(as) seus(suas) clientes uma proposta sempre inovadora.

### Clientes:

Um fator fundamental de risco é a propensão dos(as) consumidores(as) a variarem os seus padrões de consumo, o que depende, sobretudo, de fatores sociais e económicos. Os(as) consumidores(as) alteram frequentemente as suas preferências e expectativas, o que exige uma contínua adaptação e otimização da oferta e dos conceitos de negócio.

Para antecipar as tendências de mercado e do(a) consumidor(a), as Empresas do Grupo analisam regularmente informação sobre o comportamento do(a) consumidor(a), sendo ouvidos por ano mais de 400.000 clientes. A introdução de novos conceitos, novos produtos e novas tecnologias, é sempre testada em pilotos antes de ser implementada em todas as unidades. O Grupo também aloca parte significativa do seu investimento anual à modernização das lojas e dos centros comerciais, bem como ao lançamento de serviços baseados em sistemas de informação (incluindo sites transacionais) por forma a garantir a sua atratividade e a acompanhar os desafios do ritmo de inovação tecnológica. Também neste capítulo, a Sonae demonstrou uma grande agilidade no ano de 2022, ao adaptar lojas, gamas, horários, serviços e canais para ir de encontro às alterações de padrão de relacionamento com os(as) seus(suas) clientes provocadas pela pandemia e pelas medidas de distanciamento social adotadas.

### Marca:

A Sonae e as suas filiais são titulares de várias marcas de elevado valor, sendo este um dos seus principais ativos.

Os riscos associados às marcas advêm de impactos negativos na sua reputação e imagem resultantes de acontecimentos extraordinários. O Grupo monitoriza regularmente o valor das suas marcas, os seus atributos e a sua notoriedade, através da realização sistemática de estudos de clientes, barómetros de empresas especializadas, entre outros estudos de mercado. Efetua ainda o acompanhamento permanente da reputação das marcas, nomeadamente, através da análise de notícias e artigos de opinião, entre outros formatos publicados ou emitidos na comunicação social e nas redes sociais. As marcas da Sonae recebem regularmente prémios nacionais e internacionais, os quais reconhecem a excelência dos produtos/serviços, dos processos de negócio e das suas inovações.

### Riscos dos ativos físicos:

Em 2022 foram conduzidas auditorias de prevenção e segurança em diferentes locais. Nas principais unidades, efetuaram-se testes e simulacros aos planos e sistemas de prevenção e de emergência, normalmente com a presença das autoridades e serviços de segurança pública.

Tendo em consideração o contexto de pandemia e das restrições em vigor, as auditorias de segurança e prevenção, no âmbito da engenharia de risco (*Loss Prevention*), foram realizadas em formato híbrido – consulta de documentação e análise técnica foi efetuada de forma remota e a inspeção aos diferentes locais foi presencial.

Deu-se continuidade ao processo de monitorização e avaliação de risco, seguindo as melhores práticas de mercado.

### Riscos de Segurança das Pessoas:

A segurança e saúde dos(as) colaboradores(as) é um aspeto central da gestão da Sonae. São desenvolvidas, anualmente, várias iniciativas e ações, nomeadamente formativas, no âmbito da temática de Saúde e Segurança no Trabalho, ultrapassando as 92.000 horas de formação, as quais visam reforçar o compromisso e envolvimento de todos(as) os(as) colaboradores(as) com a prevenção e a redução dos riscos profissionais, bem como a promoção de hábitos saudáveis que contribuam para o bem-estar físico e psicológico do(a) colaborador(a).

A Sonae ainda numa cultura de zero acidentes, assegurando as condições necessárias para que as diversas unidades sejam ambientes seguros e saudáveis e cujo esforço se reflete nos resultados dos índices de sinistralidade laboral, quer em termos de frequência, quer em termos de severidade, os quais se encontram no nível da classificação mais exigente segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O ano de 2022 continuou a ser marcado pela Gestão de Crise da COVID-19 cujos objetivos foram os de garantir o alinhamento corporativo, estabelecer uma linguagem comum de risco e partilhar a aprendizagem de boas práticas através do Comité de Crise constituído pelos Grupos Consultivos de Recursos Humanos e de Gestão de Risco.

### Riscos de continuidade do negócio:

Continuaram a ser desenvolvidos projetos e programas com o objetivo de garantir a continuidade das operações, através da definição, revisão e implementação de procedimentos e processos de preparação para cenários de crise e de catástrofes, nomeadamente através do desenvolvimento de planos de resiliência, emergência, contingência e de recuperação dos negócios e dos sistemas de informação.

### Riscos Ambientais:

A Sonae reconhece a sua dependência e influência, direta e indiretamente, nos ecossistemas naturais, através das suas atividades, dos seus produtos e serviços, desde a origem até à utilização e descarte pelo cliente compreendendo que, nesse contexto, poderão surgir impactos ambientais associados à conduções e desenvolvimento dos seus negócios, dos quais se destaca: a depleção dos recursos naturais e da biodiversidade pela extração de matéria-prima para a produção de produtos; a utilização de recursos nas nossas operações; a potencial poluição gerada nos ecossistemas pelas emissões das nossas operações e associada ao destino final desadequado de resíduos gerados no pós-consumo dos produtos.

Consciente da sua capacidade de ação, a Sonae está determinada em conciliar o desenvolvimento económico e social com a proteção do ambiente, contribuindo para o desenvolvimento global sustentável, operando de forma ambientalmente responsável e em equilíbrio com o crescimento do seu negócio. Nesse sentido, procura gerir os riscos ambientais que daí advêm numa abordagem ativa que abrange as diversas variáveis ambientais, através de políticas, objetivos e metas, práticas de gestão e

acompanhamento de métricas de desempenho, alinhando com as melhores práticas de mercado, metodologias e contexto regulatório.

Assim sendo, investe, de forma significativa, na melhoria contínua da gestão ambiental das suas empresas, enquanto garante a qualidade dos locais de trabalho para os colaboradores, apostando na implementação de iniciativas que visam a promoção ambiental das atividades, produtos e serviços, reduzindo a pegada carbónica e hídrica, promovendo a circularidade dos materiais e produtos, e a gestão eficaz de resíduos críticos, e o restauro e proteção da biodiversidade.

Destas medidas constam ações de otimização dos consumos de água e energia pela instalação de equipamentos mais eficientes, de produção local e fornecimento de energia renovável, eletrificação da frota, redução de resíduos gerados e aumento da reciclagem, exclusão, sempre que possível, de plásticos de utilização única, eliminação do plástico nos produtos e embalagens de marca própria e nas operações, revisão do material de embalagem de produtos de marca própria, entre outras medidas. Complementarmente, nos ativos mais significativos, a Sonae prossegue o programa de certificação ambiental, segundo a norma internacional NP EN ISO 14001:2015, acompanhado por certificadora acreditada independente, que promove a melhoria contínua do desempenho ambiental das infraestruturas e operações e fortalece o cumprimento das obrigações legais.

#### Riscos de Projetos:

Os riscos dos processos críticos de negócio e dos principais projetos de mudança, nomeadamente a implementação de novos processos e os principais projetos de mudança dos sistemas de informação, foram avaliados e monitorizados, quer no âmbito da atividade específica de Gestão de Risco quer no âmbito da atividade de Auditoria Interna.

#### Riscos seguráveis:

No que respeita à transferência dos riscos seguráveis (técnicos e operacionais), em 2022, concluiu-se o projeto de consultoria aos programas globais de seguros que culminou na identificação de um conjunto de oportunidades de melhoria, das quais se destacam:

- atualização da política de transferência de risco;
- otimização da estrutura do atual seguro de patrimoniais por via da internalização do layer primário.

Em contexto de endurecimento do mercado segurador, muito em consequência das reduzidas capacidades e dos elevados custos com os eventos catastróficos, foi possível manter os níveis de cobertura e colocação de 100% do risco. O conflito na Europa forçou a revisão dos *wordings*, excluindo os territórios da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia.

A sinistralidade dos programas globais permanece estável e em níveis historicamente baixos mesmo considerando os impactos decorrentes das alterações climáticas.

Ainda em 2022, prosseguiu-se o objetivo de garantir as melhores coberturas para cada negócio, considerando as exigências legais e respondendo aos diferentes apetites e níveis de retenção.

#### Riscos de informação, proteção de dados pessoais e de cibersegurança:

Os sistemas de informação dos negócios da Sonae caracterizam-se por serem abrangentes, heterogéneos e distribuídos. Do ponto de vista da segurança da informação têm sido desenvolvidas várias ações de mitigação do risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados de negócio, nomeadamente a implementação de sistemas de alta-disponibilidade, redundância da infraestrutura de rede, controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações, gestão de acessos e perfis e reforço dos mecanismos de proteção do perímetro da rede, realização de testes de intrusão aos sites na Internet e proteção de dispositivos móveis e computadores.

O ano de 2022 ficou marcado por uma série de incidentes que abalaram o ciberespaço português. Em março de 2022 um incidente afetou os sistemas de informação da MC Retail, impactando diversos negócios da Sonae. As medidas existentes e as adotadas com as lições aprendidas de incidentes que atingiram outras empresas, permitiram mitigar os impactos e recuperar, de forma rápida e sólida, os serviços.

Assim, ao longo de 2022, a Sonae dedicou o seu foco de trabalho ao desenvolvimento de várias ações de reforço de maturidade nos controlos existentes para mitigar o risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados de negócio, através da adoção de soluções mais resilientes nos sistemas da cadeia crítica de valor para o negócio, da redundância da infraestrutura de rede, nomeadamente nas componentes de voz e dados, da revisão das identidades e acessos, da gestão de contas privilegiadas, de capacidades de *cyber intelligence*, de reforço dos testes de intrusão e de adoção de tecnologia de deteção e resposta para ameaças em dispositivos terminais e servidores.

Em 2022, a Sonae tornou-se ainda membro fundador da Aliança Nacional para a Cibersegurança, a qual tem por desiderato: contribuir para o cumprimento dos objetivos da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço, promovendo uma cultura nacional de cibersegurança e aumento da resiliência do ciberespaço nacional; promover a literacia e informação sobre ameaças e sobre os procedimentos de defesa; promover a formação de executivos e recursos técnicos na área da cibersegurança; identificar, agregar, definir e promover a partilha de informação e melhores práticas no ecossistema e ameaças comuns; bem como atuar como incubadora de projetos colaborativos.

A mitigação de riscos associados a comportamentos demonstra-se, cada vez mais, essencial, pelo que foram desenvolvidas diversas ações de sensibilização com recurso a campanhas de *phishing* ético, verificando-se uma melhoria material dos resultados obtidos.

Dando seguimento à postura de correção sistemática de vulnerabilidades, em 2022, os principais indicadores externos de cibersegurança da Sonae, em particular o rating da Bitsghit, melhoraram significativamente, em consequência do esforço na gestão de ativos, da revisão da estrutura e da resolução de *findings*.

### Riscos Financeiros:

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos financeiros (detalhados e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae) que podem impactar o seu valor patrimonial, os quais podem ser agrupados, de modo sintético, por natureza:

1. Risco de Taxa de Juro
2. Risco da Taxa de Câmbio
3. Risco de Liquidez
4. Risco de Crédito
5. Risco de Preço e de Mercado
6. Risco de Capital

Em abstrato, entende-se por risco financeiro a possibilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, com impacto material nos resultados do Grupo. A Sonae procura, quando possível, controlar esta volatilidade com o intuito de proteger o seu valor patrimonial.

Tendo em consideração a múltipla natureza dos diversos negócios do Grupo não há uma política única para a gestão desses riscos. Existem princípios genéricos que emergem das práticas de boa gestão, mas é privilegiada uma abordagem individualizada e adaptada às características intrínsecas de cada negócio.

A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora e prudente. A Sonae não assume posições economicamente especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por único propósito o controlo de riscos aos quais o Grupo já se encontra exposto.

Pela natureza do seu negócio, o Grupo é particularmente ativo na cobertura do risco de taxa de câmbio que emerge, essencialmente, da atividade de *sourcing* internacional, consubstanciada em compras na sua maioria denominadas em dólares americanos. Estas operações são feitas, por regra, através da contratação de instrumentos financeiros derivados, com bancos de relação da Sonae e o objetivo de proporcionar estabilidade na tomada de decisão e negociação no processo de *sourcing* estabelecendo taxas de câmbio fixas. Apesar de a atividade ser menor, na gestão do risco de taxa de juro, sempre que são efetuadas coberturas, os procedimentos são idênticos. Algumas empresas do Grupo têm a sua operação em países cujas moeda funcional não é o Euro, cujo risco é gerido de acordo com as políticas definidas por cada um dos negócios.

Parte substancial dos recursos do Grupo são captados junto de Bancos de relacionamento e pontualmente nos mercados de capitais, pelo que a Sonae está, inevitavelmente, exposta à sua volatilidade intrínseca. De modo a garantir que, a todo o momento, o Grupo tem capacidade financeira para assegurar os seus compromissos, prossegue políticas de financiamento que recomendam o refinanciamento antecipado das necessidades do Grupo num horizonte temporal de 18 meses, acrescidos de buffers prudenciais pré-determinados reduzindo, assim, o impacto de uma eventual disrupção abrupta nos mercados de financiamento na atividade corrente do Grupo. Em acréscimo, a Sonae procura diminuir o risco de liquidez, por meio de negociação de termos contratuais

que reduzem a possibilidade de as contrapartes serem capazes de exigir unilateralmente o término antecipado do financiamento e tendo uma diversidade de contrapartes que lhe permita reduzir os impactos que eventuais acontecimentos específicos, num banco ou num país, possam ter na capacidade do Grupo em aceder a fundos, nos montantes e condições desejáveis.

Uma área que, fruto do crescimento dos canais de vendas dos diversos negócios do Grupo, tem vindo a ganhar peso nos últimos anos é a cobertura do risco de créditos dos seus clientes. Apesar de, em termos consolidados, este risco ser ainda relativamente pequeno, o aumento dos canais de *wholesale* e *franchising* dos vários negócios tem obrigado a Sonae a dar particular atenção à sua gestão quer através do estabelecimento de políticas adaptadas às características e natureza dos diversos negócios, definindo limites claros de risco por crédito, quer, e já no âmbito das próprias políticas, à transferência de parte desses riscos para terceiros através de seguros de crédito, garantias bancárias ou créditos documentários, entre outros instrumentos similares. Em acréscimo, o Grupo iniciou Comitês de Crédito individualizados por negócio, com uma participação multidisciplinar de forma a que o risco de incumprimento por parte dos(as) clientes seja mitigado e acompanhado de forma sistemática e atempada.

Ainda relativamente à gestão de risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura) ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae com vista à mitigação da probabilidade de incumprimento das obrigações, que passam, entre outras, pela execução de operações apenas com contrapartes que apresentem elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de *rating*, tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

O Grupo está exposto ao risco do preço das ações decorrente do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras estratégicas cotadas. Podem existir instrumentos financeiros derivados associados ao valor das participações cotadas do Grupo, sendo que estes riscos são acompanhados de forma recorrente até à sua maturidade.

Os objetivos de gestão da estrutura de capital (definido pela proporção entre capital próprio e dívida líquida) são a salvaguarda da capacidade do Grupo para assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais e, ao mesmo tempo, maximizar o retorno dos(as) acionistas e otimizar o custo de financiamento.

A política de gestão de riscos financeiros é determinada por cada um dos Conselhos de Administração, sempre com o apoio da equipa de Tesouraria e Finanças, sendo os riscos identificados e monitorizados em cada um dos departamentos financeiro e de tesouraria dos negócios. Desta forma é garantida uma abordagem consistente e agregada aos diversos riscos que, no fim, impactam o Grupo.

A exposição aos riscos é igualmente monitorizada pela Comissão de Finanças e Tesouraria, na qual uma análise consolidada de risco é revista e reportada numa base mensal, e as orientações sobre políticas de gestão de risco são analisadas e revistas regularmente.

O sistema implementado assegura que, em cada momento, são adotadas as políticas apropriadas de gestão de riscos financeiros de forma a que estes não condicionem a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo Sonae.

O Grupo também está exposto, dada a natureza da sua atividade, ao risco de flutuação de preço de alguns *commodities*, como os da energia e de algumas matérias primas alimentares e não alimentares (incorporadas, entre outros, nos produtos que vende), pelo que a Sonae procura, assim, monitorizar de perto a evolução dos preços respetivos e perspetivas futuras recorrendo pontualmente para a gestão dos mesmos, nos casos em que existem, a contratos de derivados ou a compras a prazo, nos mesmos moldes dos que os referidos para os riscos cambiais e de taxas de juro.

### Riscos Legais, Fiscais e Regulatórios:

A Sonae e os seus negócios dispõem de assessorias legal e fiscal permanentes e dedicadas às especificidades da respetiva atividade, que funcionam na dependência da gestão e desenvolvem as suas competências em articulação com as demais funções e assessorias, por forma a assegurar, preventivamente, a proteção dos interesses da Sociedade e dos negócios no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como pela aplicação das melhores práticas.

As equipas que integram estas assessorias possuem formação especializada e participam em ações de formação e atualização, de iniciativa interna e externa.

A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, selecionados de entre firmas de reconhecida reputação, de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

Os processos em contencioso, em que a Sociedade é parte, encontram-se identificados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae.

As empresas Sonae estão sujeitas a leis e regulamentos nacionais, locais e setoriais de cada mercado onde operam e que visam assegurar: a segurança e proteção dos(as) consumidores(as), a proteção de dados pessoais, os direitos dos(as) trabalhadores(as), a proteção do meio ambiente e o ordenamento do território, o cumprimento da regulamentação dos setores de atividade em que está presente e a manutenção de um mercado aberto e competitivo. Desta forma, estão naturalmente expostas ao risco de ocorrência de alterações regulatórias que possam condicionar a condução dos negócios e, conseqüentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A postura do Grupo é de colaboração permanente com as autoridades, no respeito e observância das disposições legais. Essa colaboração assume, em alguns casos, a forma de comentários a consultas públicas emitidas por autoridades nacionais e internacionais. A crescente internacionalização dos negócios da Sonae é afetada por riscos específicos decorrentes da natureza diferenciada dos enquadramentos legais em cada país.

### Riscos de Recursos Humanos:

O ano de 2022 foi marcado pelo fim do confinamento devido à pandemia e o regresso a uma nova normalidade com a adoção de novos modelos de trabalho híbridos – no espaço físico e virtual – e assíncronos – no tempo. Estes novos modelos de trabalho trouxeram mais agilidade e colaboração entre equipas, com conseqüente digitalização de processos de recursos humanos e a consolidação de políticas de trabalho flexível.

Nesta transição para o novo normal, a prioridade da Sonae continuou a ser o bem-estar dos seus colaboradores, proporcionando um regresso suave e seguro para todos.

O ano foi ainda marcado pelo regresso a níveis de inflação que não víamos há mais de 20 anos, impulsionados pelas medidas de política monetária durante a pandemia COVID-19, e pelo tempestivo aumento de procura de bens e serviços após confinamento, sem que a cadeira de abastecimento desse resposta do lado da oferta. Tudo isto foi depois agravado pela crise energética despoletada pelo conflito armado em espaço europeu.

Neste cenário, a Sonae tomou decisões importantes, garantindo sempre como prioridade o bem-estar dos(as) seus(suas) colaboradores(as). As empresas do grupo atribuíram um apoio extraordinário para ajudar a mitigar os impactos sentidos no custo de vida, no final do ano. Já no verão haviam sido tomadas medidas para aliviar os efeitos sentidos pela inflação, com o aumento transversal de subsídio de alimentação e outros benefícios. Por último, o Grupo reforçou o orçamento direcionado para aumentos salariais quando comparado com exercícios anteriores.

Simultaneamente, a Sonae alocou recursos, em 2022, para suportar a comunidade de refugiados Ucrânianos em Portugal, lançando a iniciativa *Sonae for Ukraine*, com um eixo de trabalho especificamente dedicado a potenciar a empregabilidade destas pessoas.

Os desafios de atração, desenvolvimento e retenção de talento de elevado potencial permanecem e a escassez de competências críticas reforçou-se em 2022. Não são alheios a esta realidade três factos: 1) os censos 2021 revelam um decréscimo populacional em Portugal de 2,1% em relação a 2011; 2) a população está a envelhecer em Portugal, sendo o índice de rejuvenescimento da população ativa em 2021 de 76, segundo o INE, o que significa que, por cada 100 pessoas que saem do mercado de trabalho, apenas ingressam 76; e 3) são cerca de 60.000 as pessoas que emigram anualmente, sendo este indicador agravado pelo facto de hoje ser possível trabalhar para outras geografias sem tampouco sair do país.

Neste contexto, a Sonae continuou a apostar na implementação de programas orientados a captar uma fatia mais relevante do talento jovem (Contacto, Future Leaders@ Retail, Play your Future), na revisão das políticas de remuneração, na gestão e na melhoria da performance e potencial dos(as) colaboradores(as) (*Improving Our People*), e no desenho de iniciativas de requalificação de funções (Qualifica), assim como no desenvolvimento de aceleradores de carreiras para colaboradores(as) de elevado potencial (*Advanced Development Program*). Em 2022, a Sonae apostou ainda na formação na área de *Advanced Analytics*, e lançou um novo modelo de competências comportamentais associados aos novos Valores do Grupo, que norteiam o comportamento das suas pessoas.

Este ano ficou marcado pela continuada aposta na Diversidade, Equidade e Inclusão, de onde se destaca o lançamento da formação em *Enviesamento Inconsciente*, que é agora transversal a todo o Grupo. Por último a Sonae Academy (Academia Corporativa Sonae)

retomou totalmente a sua atividade presencial, com cursos como o *General Management Program* (PGG) ou *Strategic Management and Value Creation* (GECV), com resultados eNPS extraordinários (superior a 75), mostrando ser uma plataforma relevante no EVP do Grupo Sonae.

## 54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os negócios da Sonae enfrentam na prossecução dos seus objetivos de criação de valor.

A gestão e monitorização pela Sonae dos seus principais riscos é alcançada através de diferentes abordagens, entre as quais:

- No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portefólio de negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projetos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;
- No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objetivos de negócio e planeadas ações de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais;
- Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projetos de mudança da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;
- No que diz respeito aos riscos de segurança dos ativos físicos e das pessoas (riscos “técnico-operacionais”), são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas ações preventivas e corretivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis;
- A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Sociedade e dos negócios, cuja atividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças e Tesouraria da Sonae e da Comissão de Auditoria e Finanças;
- A gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efetuada e monitorizada no âmbito das assessorias legais e fiscais.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base um padrão internacional que compreende nomeadamente o seguinte:

- Definição do enfoque de gestão de risco (taxonomia de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum);

- Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização (fontes de risco);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objetivos dos negócios e da probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- Avaliação das estratégias de gestão de risco (p.ex., aceitar, evitar, mitigar, transferir);
- Desenvolvimento e implementação de planos de ação de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Sonae;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações e da evolução dos riscos.

### Formação e desenvolvimento em Auditoria Interna e Gestão de Risco

1. No que respeita ao desenvolvimento das funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco, a Sonae continua a incentivar os(as) colaboradores(as) na obtenção de certificações em várias áreas: auditoria interna, gestão de risco, proteção de dados, cibersegurança e segurança alimentar. No final de 2022, existiam 68 certificações de entre as quais se destacam:

CIA	CCSA	CRMA	CISA	CISM	CRISC	COBIT 5	Total
7	4	3	4	2	2	3	68
6	1	2	2	7	6	19	
ISO 27001	CEH	DPO	CDPSE	ISO 9001	ISO 22000	Outras	

Certificado	Instituto/Associação		
CIA	Certified Internal Auditor	IIA	Institute of Internal Auditors
CCSA	Certified in Control Self-Assessment	IIA	Institute of Internal Auditors
CRMA	Certified Risk Management Assurance	IIA	Institute of Internal Auditors
CISA	Certified Information Systems Audit	ISACA	Information System Audit and Control Association
CISM	Certified Information Security Management	ISACA	Information System Audit and Control Association
CRISC	Certified in Risk and Information System Control	ISACA	Information System Audit and Control Association
COBIT 5		ISACA	Information System Audit and Control Association
ISO 27001	Lead Auditor Certification		
CEH	Certified Ethical Hacker		
DPO	Certified DPO	EIPA	European Institute of Public Administration
CDPSE	Certified Data Privacy Solutions Engineer	ISACA	Information System Audit and Control Association
ISO 9001	Gestão da Qualidade	APCER	
ISO 22000	Segurança Alimentar	APCER	

2. Considerando a importância da formação contínua dos auditores internos, a Sonae continua o programa de formação da Academia de Auditoria Interna, que foi complementado com o programa de desenvolvimento das *skills* digitais (digital auditor) e programas de formação *self-learning*. Em 2022 foram realizadas, no total, 2.089 horas de formação.

A Sonae é uma das organizações com maior número de colaboradores(as) certificados(as) em auditoria interna e gestão de risco em Portugal. Em 2023, a Sonae continuará a patrocinar este importante programa de formação, desenvolvimento e certificação internacional dos(as) seus(suas) colaboradores(as) de auditoria interna e gestão de risco, de acordo com as melhores práticas internacionais.

### Ações implementadas em 2022

No primeiro trimestre do ano 2022, procedeu-se à identificação dos riscos da Sociedade, tendo por base o exercício EWRM de 2021 e à elaboração de um novo dicionário e de uma nova taxonomia de riscos. Ainda durante este período foi elaborado o questionário para suporte à avaliação dos riscos.

Durante o segundo trimestre, procedeu-se à avaliação de risco, atividade da responsabilidade da Comissão Executiva da Sonae. Após o preenchimento individual do questionário de avaliação, realizou-se uma sessão de calibração, que culminou na aprovação da matriz de risco da Sonae, a identificação dos riscos críticos e a nomeação dos respetivos responsáveis.

No terceiro e quarto trimestres, foi desenvolvido um trabalho conjunto com cada “responsável” do risco, onde foram identificadas e implementadas ações de mitigação e monitorizados os indicadores de risco.

Em relação a execução de projetos, salienta-se:

- A publicação do primeiro relatório alinhado com a *framework* TCFD (*Task Force on Climate-related Financial Disclosures*), para suporte à gestão dos riscos climáticos, nomeadamente os riscos de transição para uma economia de baixo carbono e os riscos físicos, bem como dotar os investidores da informação financeira necessária a uma tomada de decisão informada no que toca a investimentos futuros;
- A adequação dos processos e procedimentos para garantir o cumprimento da Lei de Proteção de Denunciantes de Infrações (Lei 93/2021 de 20 de Dezembro) e do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de Dezembro);
- A divulgação do Manual de Gestão de Crise da Legionella (Equipa de gestão de crise, funções e responsabilidades, cenários de crise, matriz de escalada, ações de contingência e contactos).

Ao longo do ano foram promovidos eventos de partilha e troca de experiências no domínio da Gestão de Risco, dos quais destacamos a participação num *Think Tank* Português de Gestão de Risco.

A Direção de Gestão de Risco continuou a dar suporte à gestão de risco nos principais projetos da organização, assim como na gestão de crises e na definição e implementação de planos continuidade de negócio, das quais se destacam:

Gestão de crise do ciberataque

A 30 de março de 2022, a MC Retail foi alvo de um ciberataque. Após deteção do incidente, foi ativada a equipa de gestão de crise que se focou na análise e caracterização do incidente, bem como na implementação de ações de contenção, mitigação e recuperação.

### Gestão de Crise COVID-19

Para além da crise do ataque *ransomware*, a Sonae SGPS deu continuidade à gestão da Covid-19, mantendo a prioridade de garantir a segurança das suas Pessoas, seguindo atentamente a posição das entidades competentes internacionais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde e a «European Centre for Disease Prevention and Control», bem como a Direção-Geral da Saúde.

## 55. Descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos relativamente ao processo de elaboração e divulgação de informação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores, quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno, no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira, inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras, constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável de que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou



específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrerem diferenças;

- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Contabilistas Certificados de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelos departamentos de consolidação de contas dos serviços administrativos dos Centros Corporativos das sub-holdings e da holding. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo;
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é preparado pelo departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo, também com a contribuição das várias áreas de negócio e de suporte;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae. Depois da aprovação, os documentos são enviados ao Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria;
- O processo de preparação da informação financeira separada e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e o Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira;
- Todos(as) aqueles(as) que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.
- Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:
  - Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
  - Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativas com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais recorrentes do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, em ambos os casos, efetuados a preços de mercado. Conforme determinado na Política Interna em matéria de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 2020 pelo Conselho de Administração com parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, a este último são reportadas semestralmente todas as transações realizadas com partes relacionadas.
- Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras.
- A Sonae adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:
  - Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações de anos anteriores, durante 2022, a Sonae continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação das causas dos riscos (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;
  - Análise de conformidade – O departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo, em cooperação com os departamentos ABS, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

## IV. Apoio ao Investidor

### 56. Serviço responsável pelo Apoio ao Investidor

A Direção de Relações com Investidores é responsável por gerir a relação entre a Sonae e a comunidade financeira - atuais e potenciais investidores(as), analistas e autoridades reguladoras do mercado - com o propósito de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação à empresa, através do fornecimento de informação relevante, atualizada e fidedigna.

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a Sonae tem como regra informar, de forma imediata, os(as) seus(suas) acionistas e o mercado em geral sobre os factos relevantes da sua atividade, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo confirmado a sua prática ao longo dos anos.

A Direção de Relações com Investidores prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a cotação das ações da Sonae. Adicionalmente e quando solicitado, fornece esclarecimentos sobre as atividades da empresa, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

Para além da existência da Direção de Relações com Investidores, toda a informação divulgada é disponibilizada no website da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (<http://www.cmvm.pt>) e no website da Sociedade (<http://www.sonae.pt/pt/investidores/comunicados/>). Em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/> poderá ser encontrada a informação exigida pelo art.º 3.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, bem como informação de carácter geral sobre a Sonae, para além de outra informação considerada relevante e recomendada pelo Código de Governo da Sociedade do IPCG de 2018 (revisto em 2020), designadamente:

- Apresentações institucionais e outras apresentações da Sonae à comunidade financeira;
- Resultados trimestrais, semestrais e anuais referentes aos últimos cinco anos;
- Relatórios de Gestão;
- Relatórios sobre o Governo da Sociedade;
- Regulamentos Internos do órgão e administração e respetivas comissões e do órgão de fiscalização
- A identificação dos(as) responsáveis da Direção de Relações com Investidores, bem como os seus contactos;
- Descrição do desempenho do título Sonae na Bolsa de Valores Portuguesa;
- Informação relativa às Assembleias Gerais da Sociedade;
- Os calendários financeiros anuais, abrangendo Assembleias Gerais e a divulgação dos resultados anuais, semestrais e trimestrais.

De modo a garantir uma comunicação eficaz com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação fornecida, a Direção de Relações com Investidores organiza *roadshows* nos centros financeiros mais importantes e participa em diversas conferências pessoalmente ou, nos anos mais recentes e devido à pandemia, de forma virtual. Um grande número de investidores(as) e analistas tem também a oportunidade de falar com os(as) gestores(as) de topo da empresa, na forma de sessões individuais ou audioconferências.

Nos últimos anos, a direção de Relações com Investidores também tem tido muito contacto com agências de *rating* de ESG, que publicam sob a sua responsabilidade e, em alguns casos, sem controlo de fidedignidade por parte da Sociedade, resultados de natureza ambiental, social e de governo, para que a informação disponibilizada por estas, seja o mais fidedigna possível.

Qualquer interessado(a) pode contactar a Direção de Relações com Investidores através dos seguintes meios:

Ricardo Figueiredo da Rocha

Diretor de Relação com Investidores

Tel: (+351) 22 010 47 24

E-mail: [investor.relations@sonae.pt](mailto:investor.relations@sonae.pt) / [rjfrocha@sonae.pt](mailto:rjfrocha@sonae.pt)

Morada: Lugar do Espido Via Norte 4471-909 Maia Portugal

Site: <http://www.sonae.pt>

A Sonae considera que, desta forma, assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos(as) acionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos(as) investidores(as).

### 57. Representante para as Relações com o Mercado

Durante o ano de 2022, Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira foi a Representante para as Relações com o Mercado.

No entanto, e tal como comunicado ao mercado, a partir de 24 de janeiro de 2023, Célia Sá Miranda passou a ser a nova Representante para as Relações com o Mercado, com os seguintes contactos:

Tel: +351 220104706

E-mail: [investor.relations@sonae.pt](mailto:investor.relations@sonae.pt)

Morada: Lugar do Espido, Via Norte, 4471-909 Maia Portugal

### 58. Pedidos de informação

No exercício de 2022, o Departamento de Relações com Investidores recebeu cerca de 312 pedidos de informação.

O prazo de resposta médio, sem prejuízo da complexidade da questão colocada poder excecionalmente determinar um prazo superior de resposta, foi de 1 dia útil.

## V. Sítio de *internet*

### 59. Endereço

Endereço eletrónico da Sociedade: [www.sonae.pt](http://www.sonae.pt).

### 60. Local onde se encontra a informação mencionada no art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

### 61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

### 62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e em <https://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/>.

### 63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário dos eventos societários

Documentos de prestação de contas - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> e <http://www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financieira/dados-financeiros/>.

Calendário de Eventos Societários - <http://www.sonae.pt/pt/investidores/calendario-financieiro/>.

### 64. Local onde são divulgadas a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Endereço eletrónico - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

### 65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Endereço eletrónico - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

## D. Remunerações

O Conselho de Administração apresenta neste capítulo o relato sobre remunerações a que alude o artigo 26.º-G do CVM, visando proporcionar uma visão abrangente das remunerações, incluindo todos os benefícios, independentemente da sua forma, atribuídos ou devidos durante o último exercício a cada um dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização da Sociedade.

O relatório sobre remunerações relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2021 foi submetido à apreciação da Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2022 e mereceu a aprovação dos acionistas da Sonae, conforme apresentado.

A Sociedade pautou a elaboração do relatório de remunerações, por referência ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022, pelos mesmos princípios de rigor e consistência, optando no ano em curso pela sua inserção neste capítulo do Relatório de Governo da Sociedade, nos termos do disposto no nr. 8 do artigo 26.º-G CVM.

## I. Competência para a determinação

### 66. Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos(as) dirigentes da Sociedade

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais e dirigentes em representação dos(as) acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos(as) acionistas na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração, composta por Administradores(as) Não Executivos(as), e já identificada supra no ponto 29, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências.

## II. Comissão de Remunerações

### 67. Composição da comissão de remunerações e identificação das pessoas singulares e coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores(as)

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, para integrar um mandato de quatro anos, com início em 2019 e termo em 2022. A Comissão de Vencimentos tem a seguinte composição:

Comissão de Vencimentos	
Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva	Presidente
Francisco de La Fuente Sánchez	Vogal
Ramon O'Callaghan	Vogal

Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente ao órgão de administração e a qualquer outro grupo de interesses.

A Comissão de Vencimentos recorre aos estudos de *benchmarking* em matéria de práticas e políticas retributivas anualmente divulgados pelos consultores de renome internacional Korn Ferry e Mercer, para assegurar que a Política de Remuneração dos órgãos sociais anualmente submetida à consideração da Assembleia Geral, é adequada e consonante com os comparáveis de mercado.

No decurso da atividade por si desenvolvida no exercício social de 2022 a Comissão de Vencimentos não foi assessorada por quaisquer entidades contratadas.

### 68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria da política de remunerações

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos estão espelhadas nos elementos curriculares disponíveis em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, encontrando-se capacitados para o exercício das suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo, cada um deles, as adequadas competências para o exercício das suas funções.

O valor de remuneração fixa anual dos membros da Comissão de Vencimentos, para o mandato de 2019-2022 é o seguinte:

Comissão de Vencimentos   membros (valores em euros)	
Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva	10.000
Francisco de La Fuente Sánchez	7.000
Ramon O'Callaghan	7.000
<b>Total</b>	<b>24.000</b>

No exercício de 2022, realizou-se 1 (uma) reunião da Comissão de Vencimentos, tendo a taxa de comparência sido de 100%.

## III. Estrutura das Remunerações

### 69. Descrição da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

Na Assembleia Geral de 30 de abril de 2021 em cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, foi aprovada a Política de Remuneração a aplicar nos anos 2021 e 2022, elaborada numa linha de continuidade com os princípios da Política de Remuneração anteriormente em vigor, tendo sido posteriormente aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas de 28 de abril de 2022 a sua revisão, e que se encontra disponível em <https://sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

A Política assenta no pressuposto de que a iniciativa, a competência, o empenho e a ética são fundamentos essenciais de um bom desempenho, devendo este estar alinhado com a estratégia de médio e longo prazo da Sociedade, visando a sua sustentabilidade, e assentando nos princípios a seguir descritos, os quais deverão ainda ser considerados para dar cumprimento à obrigação da Sociedade de divulgar, nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM, uma explicação sobre o modo como a remuneração total cumpre a Política de Remuneração adotada, incluindo a forma como a mesma contribui para o desempenho da Sociedade a longo prazo:

**i. Competitividade:** No desenho da Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais e dirigentes da Sociedade é objetivo primordial a captação e retenção dos(as) melhores profissionais, com talento de elevado potencial e experiência comprovada, que garanta estabilidade e represente um contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da Sociedade.

A Política e o seu posicionamento são definidos por comparação com o mercado nacional e internacional, segundos os principais estudos de referência realizados para Portugal e mercados europeus pelas consultoras Mercer e Korn Ferry, incluindo a comparação com

a prática das empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais e dirigentes são fixados e periodicamente revistos tendo em conta as condições de mercado, a atividade desenvolvida e as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados. Para o efeito, consideram-se, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a experiência, a natureza e o descritivo de funções, o quadro de competências do órgão em questão e do próprio membro, assim como o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para a determinação dos valores remuneratórios deste segmento consideram-se as orientações gerais de posicionamento e competitividade no mercado preconizadas pela organização, enquadradas na política remuneratória geral do Grupo.

**ii. Orientação para o desempenho:** A Política prevê, no que respeita aos(as) administradores(as) executivos(as), a atribuição de prémios variáveis de incentivo de curto e médio prazo, calculados em função dos resultados da Sociedade e do nível de desempenho, quer individual, quer coletivo, com a finalidade de fomentar o crescimento sustentável dos seus negócios e o comprometimento individual com os objetivos pré-definidos. Em caso de não concretização destes objetivos, medidos através de Key Performance Indicators (KPIs), o valor dos incentivos de curto e médio prazo é, adequadamente, reduzido de forma parcial ou total;

**iii. Alinhamentos dos interesses:** É assegurado um alinhamento entre os interesses do(a) administrador(a), os interesses dos(as) acionistas e o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade do negócio. Desta forma, parte do prémio variável dos(as) administradores(as) executivos(as) é diferida por um período de 3 anos, após a sua atribuição. A componente diferida é condicionada pelos seguintes fatores: (i) pela evolução da cotação das ações; (ii) pelo fator de correção por dividendos aplicados; e (iii) pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo.

A remuneração dos(as) administradores(as) não executivos(as), dos membros dos órgãos de fiscalização e da mesa da Assembleia Geral é constituída exclusivamente por uma remuneração fixa. Na circunstância de administradores(as) não independentes não executivos(as) da sociedade exercerem funções executivas em sociedades dominadas, a composição da sua remuneração nestas últimas será determinada pela respetiva Comissão de Vencimentos e divulgada nos termos legais e recomendatórios.

**IV. Transparência:** Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente interna e externamente, através da publicação de documentação no sítio da Sociedade na internet, estando em conformidade com a política remuneratória do Grupo;

**V. Razoabilidade:** A Política de Remuneração da Sociedade, pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses de longo prazo da Sonae, o posicionamento e as melhores

práticas no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais e dirigentes, bem como o objetivo de atração e retenção de talento.

**VI. Consistência e equidade:** Para determinação da remuneração de cada membro dos órgãos sociais e dirigentes são ponderadas as condições de emprego e remuneração dos(as) trabalhadores(as) do Grupo.

Para o efeito, são tidas em conta as condições de emprego e de remuneração dos(as) trabalhadores(as) em termos equivalentes a tempo inteiro na Sociedade, por forma a assegurar consistência e equidade a nível remuneratório, por referência ao peso das respetivas qualificações, responsabilidades, experiência, disponibilidade e especificidades do risco associado ao exercício da função. Por sua vez, o quadro da política global de remuneração adotada pela Sociedade tem por referência o *benchmark* das empresas comparáveis, ajustado pelas suas particulares condições de mercado, tendo em vista o equilíbrio entre objetivos de sustentabilidade e de retenção de talento.

Deste modo, e em cumprimento da alínea c) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM, a variação anual da remuneração de cada membro do órgão de administração e fiscalização, do desempenho da Sociedade e da remuneração média dos trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização durante os últimos cinco exercícios, é detalhada nas tabelas seguintes:

**Varição da remuneração dos membros que exercem, e exerceram, funções executivas no Conselho de Administração, durante os últimos 5 anos:**

Remuneração Total (valores em euros)	Função	2018 vs 2017	2019 vs 2018 (3)	2020 vs 2019	2021 vs 2020	2022 vs 2021	Variação no quinquênio (2018- 2022)
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo <sup>(1)</sup>	Presidente	1%	-	-	-	-	1%
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério <sup>(1)</sup>	Adm. Não Executivo	1%	-	-	-	-	1%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo <sup>(2)</sup>	CEO	-	-	9%	26%	0%	12%
João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores <sup>(2)</sup>	CFO	-	-	11%	34%	12%	19%
<b>Total</b>		<b>1%</b>	<b>(6)%</b>	<b>10%</b>	<b>29%</b>	<b>4%</b>	<b>7%</b>

(1) Deixou de exercer funções executivas na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019.

(2) Administrador(a) Executivo(a) eleito na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019.

(3) Em 2019 cessou o mandato do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, tendo sido nomeado, em Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, novo Conselho de Administração e, posteriormente, eleita nova Comissão Executiva para o mandato 2019-2022. Deste modo, não é possível representar a variação nominal da remuneração auferida em 2019, por referência ao ano anterior, estando unicamente refletida a variação da remuneração total dos membros da Comissão Executiva nomeados em 2019, por comparação com a remuneração total dos membros da Comissão Executiva em exercício no mandato anterior.

Para a análise da evolução retributiva dos membros da Comissão Executiva no mandato corrente, é relevante a comparação da remuneração auferida desde 2019, data da sua nomeação, com a remuneração auferida pelos membros executivos cessantes, e cujo total reduziu 6%. O plano retributivo dos(as) novos(as) Administradores(as) Executivos(as) foi sujeito a uma evolução gradual de posicionamento, entre 2019 e 2021, em coerência com as responsabilidades assumidas, o contributo individual para a Sociedade e as referências de mercado, a nível nacional e internacional. Deste modo, a média da variação da remuneração auferida pelos membros da Comissão Executiva da Sonae SGPS ao longo quinquênio, é de 7%, consistente com a variação do volume de negócios consolidado, para o mesmo período.

**Varição da remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração, durante os últimos 5 anos:**

(valores em euros)	Função	2018 vs 2017	2019 vs 2018	2020 vs 2019	2021 vs 2020	2022 vs 2021	Variação no quinquênio (2018-2022)
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo*	Adm. Não Executivo	-	-	0%	0%	0%	0%
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério*	Adm. Não Executivo	-	-	(1)%	0%	0%	0%
José Manuel Neves Adelino	Adm. Não Executivo	0%	4%	2%	0%	0%	1%
Margaret Lorraine Trainer	Adm. Não Executiva	0%	9%	4%	0%	0%	3%
Marcelo Faria de Lima	Adm. Não Executivo	0%	2%	1%	0%	0%	1%
Carlos António Rocha Moreira da Silva*	Adm. Não Executivo	-	-	0%	1%	(1)%	0%
Fuencisla Clemares*	Adm. Não Executiva	-	-	0%	0%	0%	0%
Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh*	Adm. Não Executivo	-	-	0%	0%	0%	0%

\* Montantes anualizados.

**Varição da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, durante os últimos 5 anos:**

Conselho Fiscal (valores em euros)	2018 vs 2017	2019 vs 2018	2020 vs 2019	2021 vs 2020	2022 vs 2021	Variação no quinquênio (2018-2022)
Maria José Martins Lourenço Fonseca *	0%	37%	13%	0%	0%	10%
Daniel Bessa Fernandes Coelho (vogal)	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Manuel Heleno Sismeiro (vogal)	0%	18%	8%	0%	0%	5%
<b>Total</b>	<b>0%</b>	<b>17%</b>	<b>7%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>5%</b>

\* Eleita como Presidente no Conselho Fiscal na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019.

**Variação da remuneração do Auditor Externo, durante os últimos 5 anos:**

Auditoria e Revisão Legal de Contas (valores em euros)	2018 vs 2017	2019 vs 2018	2020 vs 2019	2021 vs 2020	2022 vs 2021	Variação no quinqüênio (2018-2022)
<b>Auditor Externo *</b>	<b>(19)%</b>	<b>65%</b>	<b>28%</b>	<b>(12)%</b>	<b>47%</b>	<b>22%</b>

\* Até 2017 a Deloitte & Associados, SROC, SA e, desde 2018, a PricewaterhouseCoopers&Associados

**Variação da remuneração média dos colaboradores e do desempenho da Sociedade, por referência ao volume de negócios consolidado, durante os últimos 5 anos:**

(valores em euros)	2018 vs 2017	2019 vs 2018	2020 vs 2019	2021 vs 2020	2022 vs 2021
Volume de negócios consolidado *	7%	9%	4%	5%	10%
Remuneração média dos colaboradores	1%	6%	3%	4%	5%

\* Reexpresso

**VII. Enquadramento Normativo:** A Política de Remuneração aplicável aos órgãos sociais e dirigentes da Sociedade adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Na arquitetura da política retributiva dos órgãos sociais, dirigentes e restantes trabalhadores(as) da Sociedade, e para determinação da remuneração aplicável, são ponderadas as funções desempenhadas, de acordo com um sistema de avaliação de funções que inclui critérios de diferenciação quanto à complexidade, qualificação, experiência exigida, autonomia e responsabilidades atribuídas. Este sistema baseia-se na metodologia internacional da Korn Ferry, por forma a promover a equidade nas condições de remuneração e de emprego, à luz dos critérios de diferenciação anteriormente descritos, aplicáveis às diversas funções, bem como a permitir a comparabilidade/*benchmarking* com funções equivalentes no mercado.

Resulta assim, que de forma global, a referência adotada pela Sonae em matéria de posicionamento competitivo face ao mercado comparável, para cada função, é, normalmente, a mediana para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a componente variável da remuneração, sem prejuízo das necessárias adaptações de acordo com as condições de mercado e a situação particular da Sociedade.

**Outras condições**

A duração do mandato dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos membros da Mesa da Assembleia Geral é estabelecida de acordo com o Contrato de Sociedade e as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, e à cessação de funções aplicam-se as normas prescritas na lei, não contemplando a Política de Remuneração a atribuição de compensações aos(às) administradores(as) ou membros dos demais órgãos

sociais associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada relativamente ao termo do mandato. No exercício de 2022 não ocorreu qualquer cessação do exercício de funções.

Não existem contratos ou acordos celebrados entre a Sociedade e aqueles membros, designadamente tendo por objetivo estabelecer o período de duração de funções ou a atribuição de quaisquer compensações pela sua cessação.

A Sociedade determinou e informa, à luz do disposto na alínea f) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM, que no caso de, por decisão definitiva e irrecorrível, se constatar que a remuneração variável foi baseada, total ou parcialmente, em informações dolosamente fornecidas pelo(a) administrador(a) em causa, e com base nas quais foi determinada a remuneração variável, deverá o Conselho de Administração, a instâncias da Comissão de Vencimentos, levar a cabo as diligências adequadas com o propósito de obter a restituição da remuneração variável indevidamente atribuída.

**70. Estruturação da Remuneração dos(as) Administradores(as)**

**70.1. Administradores(as) Não Executivos(as)**

A remuneração dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as) da Sociedade está estabelecida em função de referenciais de mercado, segundo os seguintes princípios: (i) atribuição de uma remuneração fixa; (ii) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. Pelas funções exercidas na Sociedade pelos(as) Administradores(as) Não Executivos(as) não é atribuída qualquer remuneração a título de prémio variável ou que dependa do desempenho da Sociedade.

**70.2. Administradores(as) Executivos(as)**

A remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) inclui duas componentes: a remuneração fixa e a remuneração variável.

A componente variável da remuneração incorpora na sua estrutura mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, de modo a prevenir e dissuadir comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada *Key Performance Indicator* (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo.

É ainda atribuídos aos(às) Administradores(as) Executivos(as) um seguro de saúde e um seguro de vida e de acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo aplicada aos(às) demais colaboradores(as) e cujos termos e valores se enquadram nas práticas de mercado.

A tabela seguinte apresenta a arquitetura da Política de Remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as), bem como a forma como esta contribui para a estratégia empresarial da Sociedade, para os seus interesses de longo-prazo e para a sua sustentabilidade:

Tipo de remuneração	Remuneração Fixa	Remuneração variável		Benefícios
		Curto prazo	Médio prazo	
<b>Propósito</b>	Atração, retenção e motivação de executivos de excelência, necessários para entregar a estratégia e impulsionar o desempenho do negócio.	Impulsionar a estratégia e resultados anuais, bem como o desempenho individual, em linha com o plano de negócios.  Reconhecer e recompensar as contribuições individuais para o negócio.	Diferimento de pagamento, para garantir alinhamento com os interesses de longo prazo dos acionistas após a entrega bem-sucedida das metas de curto prazo.	Proporcionar benefícios adequados e competitivos de mercado que impulsionam o compromisso e a motivação.
<b>Características</b>	Constituído por remuneração base e um subsídio de responsabilidade, pago em 14 prestações mensais.	Equivalente no máximo a 50% do valor do prémio variável total.  Pago, em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo.	Corresponde, no mínimo, a 50% do prémio variável total, pago com um diferimento pelo período de 3 anos, após a sua atribuição.  A remuneração variável de médio prazo pode consistir na atribuição do direito de adquirir ações, sendo o número de ações, determinado por referência ao valor atribuído e ao preço da ação na data de concessão.	Seguro de saúde e de vida / acidentes pessoais.
<b>Definição</b>	Anual, em função do nível de responsabilidade da função e posicionamento definido face ao mercado comparável.	Pagamento sujeito ao cumprimento de metas pré-estabelecidas no início do ano, aprovadas pela Comissão de Remuneração.	Valor do prémio dependente da evolução da cotação das ações e corrigido ao longo do período de diferimento pelo grau de cumprimento do KPI de médio prazo.	Em função da política geral de benefícios da Sociedade.
<b>Objetivo</b>	Não aplicável	Valor objetivo do prémio variável entre 30% a 60% da Remuneração Total, determinada de acordo com a função desempenhada.		
<b>Condições de desempenho</b>	Não aplicável	. KPIs coletivos (70%) distribuídos da seguinte forma: KPIs económicos (80%): Volume de negócios, Resultado Direto, Gestão do Portfólio KPIs sociais (20%): por ex. Pessoas, Planeta.  . KPIs individuais (30%)	Criação de Valor	Não aplicável
<b>Máximo</b>	Embora não haja um máximo definido, quaisquer incrementos são normalmente realizados em linha com os incrementos gerais da empresa.	Máximo de 69% da Remuneração Total, consoante o nível de função exercida		Não existe um máximo definido, mas um valor estimado; quaisquer atualizações de benefícios são realizadas em linha com a política geral.

Os critérios para atribuição e manutenção da remuneração variável em ações encontra-se descrito no ponto 73.

No que se refere às duas componentes de remuneração:

A Remuneração Fixa engloba a remuneração base e um subsídio de responsabilidade, sendo estabelecidos anualmente e definidos em função das competências pessoais, do nível de responsabilidade da função desempenhada, bem como do posicionamento preconizado face ao mercado comparável.

A Remuneração Variável visa orientar e recompensar os(as) Administradores(as) Executivos(as) pelo cumprimento de objetivos pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho do Grupo e do seu próprio desempenho individual. É atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho, decompondo-se em:

a) Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP), equivalendo no máximo de 50% do valor do prémio variável total. Este prémio é pago em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo todavia, e a critério da Comissão de Vencimentos, ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo – vd. ponto 71 para maior detalhe;

b) Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP), destinado a reforçar o compromisso dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com a empresa, alinhando os seus interesses com os dos acionistas e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global e sustentável da Sociedade. O valor atribuído corresponde, no mínimo, a 50% do prémio variável total, pago com um diferimento de 3 anos, após a sua atribuição, ie. quatro anos após o ano de performance – vd. pontos 71, 72 e 73 para maior detalhe.

Na data do vencimento, a Sociedade tem a opção de entregar em substituição das ações, o seu correspondente valor em numerário. O pagamento em numerário do prémio variável pode ser efetuado por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstas na lei e nos estatutos.

## 71. Componente Variável da remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

O prémio variável de curto prazo resulta da concretização de KPIs coletivos e individuais. Os KPIs coletivos representam cerca de 70% do prémio variável e integram KPIs de negócio e estratégicos. Os restantes 30% derivam de KPIs individuais, que podem combinar indicadores subjetivos e objetivos.

O Prémio variável não é garantido dado que a sua atribuição está dependente da consecução de objetivos. Considerando as duas componentes variáveis, o valor do objetivo pré-definido varia entre 30% e 60% da remuneração total anual (composta pela soma da remuneração fixa com o valor objetivo da remuneração variável), consoante o nível de responsabilidade das funções assumidas por cada membro.

No que se refere ao apuramento do valor atribuído, este inclui um limite mínimo de 0% e máximo de 140% face ao valor objetivo previamente definido.



O peso da componente variável atribuída na remuneração total anual depende, assim, de dois fatores (i) peso do valor objetivo pré-definido da componente variável na remuneração total e (ii) grau de cumprimento dos objetivos associados.

Da combinação destes dois fatores resultará a atribuição de um prémio variável cujo peso sobre a remuneração total anual real pode variar entre 0% e 68%.

Grau de attingimento KPIs global	% da Remuneração Variável sobre a Remuneração Total		
	30%	50%	60%
0%	0%	0%	0%
50%	18%	33%	43%
70%	23%	41%	51%
100%	30%	50%	60%
140%	38%	58%	68%

Fórmula: Remuneração Variável objetivo \* Grau de attingimento KPIs global / Remuneração Total Anual (composta por Remuneração Fixa e Remuneração Variável Alcançada)

## 72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração

O pagamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da componente variável da remuneração referente ao exercício a que respeita está diferido por um período de três anos, sendo liquidado no quarto ano por referência ao ano de performance, nos termos descritos no ponto anterior 70.2 e na Política em vigor.

## 73. Critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em ações

### 1. Características do Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP)

O PVMP é uma das componentes da Remuneração Variável dos(as) Administradores(as) Executivos(as).

O PVMP atribuído é convertido em ações Sonae, sendo valorizado à data de atribuição a preços representativos da cotação do título, no mercado de ações em Portugal, considerando-se para o efeito, o preço médio da cotação das ações da Sociedade. Uma vez atribuído, o valor em euros será dividido pelo preço médio da cotação das ações da Sonae, para apuramento do número de ações a que corresponde.

De modo a garantir continuidade do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do negócio a médio prazo, o valor do prémio será corrigido, ao longo do período de diferimento, pelo grau de cumprimento do KPI de médio prazo (“Criação de Valor” com um *target* anual pré-definido) e pelas variações ocorridas no capital social ou dividendos (*Total Shareholder Return*) durante aquele período.

## 2. Enquadramento do PVMP

O PVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com os objetivos da organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonae, com expressão na capitalização bolsista do título.

Não são celebrados com os(as) Administradores(as) contratos relativos às ações atribuídas, designadamente contratos de cobertura ou de transferência de risco ou quaisquer outros que tenham por efeito subverter as finalidades subjacentes ao PVMP.

## 3. Duração do PVMP

O Prémio Variável de Médio Prazo contempla um período de quatro anos, incluindo o ano a que respeita a atribuição e o período de diferimento de três anos subsequente. A partir do início do terceiro plano consecutivo, ocorrerá, a cada momento, a sobreposição de três planos trienais.

## 4. Entrega pela Sociedade

No momento do exercício do direito de aquisição de ações atribuído no âmbito do PVMP, a Sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das ações, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respetivo exercício.

## 5. Condições de Exercício do Direito

A Sociedade não está obrigada ao cumprimento do Plano se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a Sociedade antes de decorrido o período de diferimento subsequente à sua atribuição, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

O direito manter-se-á em vigor no caso de incapacidade permanente ou morte do(a) Administrador(a), sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao(à) próprio(a) ou aos(às) seus(suas) herdeiros(as) na data do respetivo vencimento. Em caso de reforma do membro, o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

## 74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

A Sociedade não atribui remuneração variável baseada em opções.

## 75. Principais parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais encontram-se descritos supra no ponto 71.

São atribuídos aos(às) Administradores(as) Executivos(as) seguros de saúde, vida e acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo aplicada aos colaboradores e cujos termos se enquadram nas práticas de mercado.

## 76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os(as) administradores(as), aprovados em assembleia geral

Não integra a Política de Remuneração a aplicação de um sistema de benefícios de reforma ou pensão complementar, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes.

## IV. Divulgação das Remunerações

A Sociedade informa, em cumprimento da alínea g) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM que, no exercício de 2022, a Política de Remuneração em vigor foi aplicada sem qualquer afastamento ou derrogação.

Em cumprimento da alínea e) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM, a remuneração dos membros do órgão de administração encontra-se discriminada no ponto 77 e dos membros do Conselho Fiscal no ponto 81. A remuneração do(as) Revisor(a) Oficial de Contas encontra-se ficada de acordo com a tabela de honorários padrão e encontra-se descrita no ponto 47 deste Relatório.

## 77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade pagos pela Sociedade

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pela Sociedade, nos anos de 2021 e 2022, encontra-se descrita nas tabelas seguintes, incluindo a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM:

(valores em euros)	2021				2022				2022	
	Rem. Fixa	PVCP	PCMP	Total	Rem. Fixa	PVCP	PCMP	Total	Rem. Fixa Pro-Rata	Rem. Variável (PVCP e PCMP) Pro-Rata
<b>Administradores (as) Executivos (as)</b>										
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	505.600	551.000	551.000	<b>1.607.600</b>	514.800	544.200	544.200	<b>1.603.200</b>	32%	68%
João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores	280.294	283.700	283.700	<b>847.694</b>	360.600	292.400	292.400	<b>945.400</b>	38%	62%
<b>Sub-Total</b>	<b>785.894</b>	<b>834.700</b>	<b>834.700</b>	<b>2.455.294</b>	<b>875.400</b>	<b>836.600</b>	<b>836.600</b>	<b>2.548.600</b>		
<b>Administradores (as) Não Executivos (as)</b>										
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	321.100	-	-	<b>321.100</b>	320.500	-	-	<b>320.500</b>	-	-
Ângelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério	142.204	-	-	<b>142.204</b>	141.604	-	-	<b>141.604</b>	-	-
José Manuel Neves Adelino	71.200	-	-	<b>71.200</b>	71.200	-	-	<b>71.200</b>	-	-
Margaret Lorraine Trainer	61.600	-	-	<b>61.600</b>	61.600	-	-	<b>61.600</b>	-	-
Marcelo Faria de Lima	52.700	-	-	<b>52.700</b>	52.700	-	-	<b>52.700</b>	-	-
Carlos António Rocha Moreira da Silva	53.800	-	-	<b>53.800</b>	53.200	-	-	<b>53.200</b>	-	-
Fuencisla Clemares	53.200	-	-	<b>53.200</b>	53.200	-	-	<b>53.200</b>	-	-
Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh	55.500	-	-	<b>55.500</b>	55.500	-	-	<b>55.500</b>	-	-
<b>Sub-Total</b>	<b>811.304</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>811.304</b>	<b>809.504</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>809.504</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>1.597.198</b>	<b>834.700</b>	<b>834.700</b>	<b>3.266.598</b>	<b>1.684.904</b>	<b>836.600</b>	<b>836.600</b>	<b>3.358.104</b>		

Planos do PVMP em aberto atribuídos a Administradores(as) Executivos(as):

(valores em euros)	Plano	Data de atribuição	Data de vencimento	Valor vencido e liquidado em 2022	Planos em aberto	
					na data de atribuição*	em 31.12.2022*
	2018	mar-19	mar-22	305.507	-	-
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	2019	mar-20	mar-23	-	248.200	613.062
	2020	mar-21	mar-24	-	372.700	625.311
	2021	mar-22	mar-25	-	551.000	642.093
<b>Sub-Total</b>				<b>305.507</b>	<b>1.171.900</b>	<b>1.880.466</b>
	2018	mar-19	mar-22	55.305	-	-
João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores	2019	mar-20	mar-23	-	132.300	326.785
	2020	mar-21	mar-24	-	163.500	274.318
	2021	mar-22	mar-25	-	283.700	330.603
<b>Sub-Total</b>				<b>55.305</b>	<b>579.500</b>	<b>931.706</b>
<b>Total</b>				<b>360.812</b>	<b>1.751.400</b>	<b>2.812.172</b>

\* Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2022

Planos do PVMP atribuídos pela Sociedade, em aberto, correspondentes a direitos adquiridos de ex-Administradores(as) Executivos(as):

(valores em euros)	Plano	Data de atribuição	Data de vencimento	Valor vencido e liquidado em 2022	Planos em aberto	
					na data de atribuição*	em 31.12.2022*
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	2018	mar-19	mar-22	342.275	-	-
	2019	mar-20	mar-23	-	70.400	173.890
<b>Sub-Total</b>				<b>342.275</b>	<b>70.400</b>	<b>173.890</b>
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	2018	mar-19	mar-22	366.420	-	-
	2019	mar-20	mar-23	-	75.300	185.994
<b>Sub-Total</b>				<b>366.420</b>	<b>75.300</b>	<b>185.994</b>
<b>Total</b>				<b>708.695</b>	<b>145.700</b>	<b>359.884</b>

\* Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2022

## 78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pelas sociedades pertencentes ao mesmo grupo, na aceção da alínea g) do n.º1 d artigo 2.º do Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de julho, atribuída nos exercícios de 2021 e 2022, encontra-se descrita na tabela seguinte, em cumprimento da alínea d) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM:

(valores em euros)	2021				2022			
	Rem. Fixa	PVCP	PCMP	Total	Rem. Fixa	PVCP	PCMP	Total
<b>Administrador</b>								
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério <sup>(1)</sup>	183.900	113.700	113.700	<b>411.300</b>	183.900	96.900	96.900	<b>377.700</b>
<b>Total</b>	<b>183.900</b>	<b>113.700</b>	<b>113.700</b>	<b>411.300</b>	<b>183.900</b>	<b>96.900</b>	<b>96.900</b>	<b>377.700</b>

(1) Administrador não independente não executivo da Sonae SGPS, S.A. Remuneração paga em subsidiárias por desempenho de funções executivas e não executivas.

## 79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

A remuneração variável dos(as) Administradores(as) Executivos(as) foi aferida de acordo com a avaliação de desempenho e a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de 30 de abril de 2021, detalhada no antecedente ponto 71 e espelhada no quadro de remunerações constante do ponto 77 supra.

O prémio pago sob a forma de participação nos lucros está contido no Prémio Variável de Curto Prazo constante do quadro apresentado supra no ponto 77.

## 80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores(as) Executivos(as) por cessação de funções

A Política de Remuneração não contempla a atribuição de compensações aos(as) Administradores(as) Executivos(as) ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação do mandato, quer essa cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada relativamente ao termo do mandato, sem prejuízo, neste último caso, da obrigação de cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria. No exercício de 2022 não ocorreu qualquer cessação do exercício de funções.

Destarte, não foram pagas nem são devidas remunerações a ex-Administradores(as) Executivos(as) relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

## 81. Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão no exercício de 2022, incluindo a atribuída pelas sociedades pertencentes ao mesmo grupo, na aceção da alínea g) do n.º1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, encontra-se descrita na seguinte tabela, em cumprimento da alínea d) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM:

Conselho Fiscal   membros (valores em euros)	2021	2022	Remuneração atribuída por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo (2022)
Maria José Martins Lourenço da Fonseca	16.900	16.900	15.800
Daniel Bessa Fernandes Coelho	13.900	13.900	-
Manuel Heleno Sismeiro	13.900	13.900	-
Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes*	-	-	-
<b>Total</b>	<b>44.700</b>	<b>44.700</b>	<b>15.800</b>

\* membro suplente

## 82. Remuneração do(a) Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo:

Mesa da Assembleia Geral   membros (valores em euros)	2021	2022
Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena	8.250	8.250
Maria Daniela Farto Baptista Passos	2.750	2.750
<b>Total</b>	<b>11.000</b>	<b>11.000</b>

## V. Acordos com Implicações Remuneratórias

### 83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador(a) e sua relação com a componente variável da remuneração

A Política de Remuneração mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores ou aos membros dos demais órgãos sociais, associada à cessação funções, quer esta ocorra por antecipação ao termo ou no termo do respetivo mandato, sem prejuízo, neste último caso, da obrigação de cumprimento disposições legais aplicáveis.

No exercício de 2022 a Sociedade não procedeu ao pagamento de quaisquer compensações desta natureza.

### 84. Referência à existência e descrição de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação do vínculo jurídico em caso de mudança de controlo da Sociedade

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes, que estabeleçam direito a indemnização em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

## VI. Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“stock options”)

### 85. Identificação do plano e destinatários

O Prémio Variável de Médio Prazo, incluindo o número de ações atribuídas, encontra-se descrito no ponto 73, sendo seus(suas) destinatários(as) os(as) Administradores(as) Executivos(as), bem como ainda colaboradores(as) das empresas do Grupo, em termos a definir pelos respetivos Conselhos de Administração. Em cumprimento da alínea e) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM, e no que se refere aos(as) Administradores(as) Executivos(as) – os únicos destinatários dos planos entres os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade – o número de ações, o preço e a data de exercício encontram-se melhor detalhados no ponto 77 deste Relatório.

### 86. Caracterização do Plano

A caraterização do plano de atribuição de ações encontra-se feita nos pontos 71, 72 e 73.

A Política de Remuneração de órgãos sociais bem como o plano de atribuição de ações em vigor, foram aprovados na Assembleia Geral Anual realizada em 30 de abril de 2021,

sob proposta da Comissão de Vencimentos em cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários e das Recomendações V.2.1 a V.2.10 do Código de Governo da Sociedade IPCG 2018, alterado em 2020 e a sua revisão aprovada na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2022 podendo a versão integral ser consultada em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

Os planos do PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade (tanto atuais como ex-Administradores(as)), em curso em 2022, podem ser resumidos da seguinte forma:

	Número de planos agregado	Número de ações	Euros
Em aberto em 31.12.2021	10	3.361.174	3.371.258
Movimentos no ano:	(2)	31.400	(199.199)
Atribuídos	2	819.941	834.700
Vencidos	(4)	(1.026.399)	(1.069.508)
Cancelados/Extintos/Ajustados <sup>(1)</sup>	-	237.858	35.609
<b>Em aberto a 31.12.2022</b>	<b>8</b>	<b>3.392.574</b>	<b>3.172.067</b>

(1) Alterações no número de ações e de valor devido a distribuições de dividendos e aos efeitos dos KPIs de médio prazo e, no caso particular das alterações de valor, também por variações na cotação do título Sonae.

O presente quadro não inclui informação relativa aos planos de ações que possam ser atribuídos pela Sonaecom ou pela Sonae Sierra aos(as) seus(suas) administradores(as).

Resumo dos planos do PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade, com inclusão dos planos do PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) dos negócios, por referência ao exercício de 2022:

Planos de ações em curso em 2022	Período de vencimento			A 31.12.2022	
	Valor da ação na data de atribuição	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Plano 2018-2022	0,952	mar-19	mar-22	-	-
Plano 2019-2023	0,627	mar-20	mar-23	20	5.212.830
Plano 2020-2024	0,782	mar-21	mar-24	18	4.336.092
Plano 2021-2025	1,018	mar-22	mar-25	19	3.619.784

O presente quadro não inclui informação relativa aos planos de ações que possam ser atribuídos pela Sonaecom ou pela Sonae Sierra aos(as) seus(suas) Administradores(as).

Planos em curso incluem os de ex-Administradores(as) Executivos(as), atualmente em exercício de funções não executivas.

### 87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações (“stock options”) de que sejam beneficiários colaboradores(as) e trabalhadores(as) da empresa

Não existem direitos de opção para aquisição de ações (“stock options”) atribuídos.

### 88. Mecanismos de controlo da participação dos(as) trabalhadores(as) no capital

Não existe qualquer mecanismo de controlo da participação dos(as) trabalhadores(as) no capital social da Sociedade.

## E. Transações com Partes Relacionadas

### I. Mecanismos e procedimentos de controlo

#### 89. Mecanismos de controlo de transações com partes relacionadas

A realização de transações com partes relacionadas é submetida a princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras legais e de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições legais, em particular os artigos 29.º-S a 29.º-V do Código dos Valores Mobiliários, imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de *checks and balances*, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transação em questão.

Não obstante, a Sociedade manteve historicamente em vigor uma política de controlo de transações efetuadas entre a Sociedade e acionistas detentores(as) de participações qualificadas, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

No exercício de 2020, em conformidade com a entrada em vigor da Lei n.º50/2020 que transpôs para o direito nacional a Diretiva (UE) 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Conselho de Administração aprovou, com o parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, uma Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com as disposições dos novos artigos 29.º-S a 29.º-V Código dos Valores Mobiliários, a qual se mantém em vigor.

Esta política incorpora os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e está publicamente disponível, em anexo àqueles regulamentos, em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

#### 90. Indicação das transações sujeitas a controlo em 2022

As transações realizadas com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadram-se no exercício da atividade normal da Sociedade, foram realizadas em condições de mercado e na mesma linha de outras transações realizadas com diversas entidades contratantes nacionais e internacionais. Foram observados os mecanismos de controlo

constantes da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas referida no anterior ponto 89 e disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

As transações em referência foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, encontrando-se as transações com partes relacionadas, tal como definidas na IAS 24, identificadas no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sociedade, como referido infra no ponto 92.

**91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do CVM**

As transações com partes relacionadas estão, na justa medida do contexto legal, enquadradas no procedimento descrito no ponto 89, na sequência do disposto nos artigos 29.º-S a 29.º-V do CVM, intervindo o órgão de fiscalização nos termos da Política Interna aprovada pelo Conselho de Administração, com parecer prévio vinculativo daquele órgão, e que se encontra disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

**II. Elementos relativos aos negócios**

**92. Informação sobre negócios com partes relacionadas**

Os negócios com partes relacionadas, de acordo com o IAS 24, em cumprimento da legislação vigente nesta matéria, encontram-se descritos na nota 8 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2022.

## Parte II: Avaliação do Governo Societário

### 1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

O Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013, de 1 de agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisão de 2020).

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social de 2022.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelos artigos 447.º do Código das Sociedades Comerciais e 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e pelo Regulamento n.º 5/2008 da CMVM (repblicado pelo Regulamento da CMVM n.º 7/2018).

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em <http://www.cmvm.pt> e em <https://cgov.pt/>.

Salvo onde for expressamente indicado o contrário, todas as remissões contidas neste Relatório devem ser consideradas por referência ao próprio.

### 2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

#### I. Parte Geral

##### Princípio geral:

O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.

##### I.1. Relação da Sociedade com investidores e informação

##### Princípio:

As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.

##### Recomendações:

**I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos**

acionistas, aos investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.

#### Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade tem na sua estrutura organizativa departamentos com competências específicas de produção, tratamento e, em particular, divulgação atempada de informação aos seus órgãos sociais, acionistas, investidores(as) e demais *stakeholders*, bem como a analistas financeiros e ao mercado em geral: o Departamento de Relações com Investidores e a Direção de Comunicação e Marca mais detalhadamente descritos no ponto 21 deste Relatório. O Departamento de Relações com Investidores tem como principais competências: i) assegurar a simetria de informação no mercado e o correspondente tratamento equitativo dos(as) acionistas, investidores(as) e demais *stakeholders*, com a produção e divulgação imediata de informação de natureza privilegiada, ii) garantir o cumprimento das obrigações periódicas de reporte financeiro, e iii) analisar, ativa e tempestivamente, a informação divulgada publicamente pelos analistas financeiros que acompanham a Sociedade, intervindo sempre que necessário no esclarecimento de informação imprecisa ou desatualizada que tenha sido prestada por tais analistas. A Direção de Comunicação e Marca acompanha em permanência a informação divulgada nos órgãos de comunicação social sobre a Sociedade, promovendo uma linha de comunicação transparente, atualizada e consistente com a atividade desenvolvida pela Sociedade dirigida ao público em geral.

### 1.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

#### Princípios:

I.2.A As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.

I.2.B As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões.

I.2.C As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.

#### Recomendações:

**I.2.1 As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil dos novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

Na Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021 foi aprovada a Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização que sucede à anterior Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, esta última aprovada enquanto a Sociedade se encontrava obrigada nos termos dos artigos 30.º a 32.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), ao abrigo da qual foram avaliados os membros dos órgãos de administração e de fiscalização eleitos pela Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2019 para integrar os órgãos sociais para o quadriénio 2019-2022, e em exercício de funções a 31 de dezembro de 2022. A Política em vigor está disponível em <https://sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> e o seu teor encontra-se descrito no ponto 15 deste Relatório.

Adicionalmente, e tal como descrito no ponto 15 deste Relatório, no que concerne à particular atenção que, entre os requisitos de diversidade, nos termos da presente recomendação, deve ser dada ao do género, a Sociedade aprova anualmente e tem em vigor um Plano para a Igualdade de Género, aplicável aos(às) colaboradores(as) e membros dos órgãos sociais do Grupo, que pode ser consultada em <https://www.sonae.pt/pt/media/publicacoes/>.

**I.2.2 Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos – nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros – divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração e as suas comissões internas, bem como o Conselho Fiscal, dispõem de regulamentos internos que regem o exercício das suas competências, o quadro dos deveres dos seus membros e ainda o regime do seu funcionamento. De todas as respetivas reuniões são elaboradas atas. A composição desses órgãos e comissões, incluindo a respetiva presidência, encontra-se permanentemente disponível no website da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, estando descrita nos pontos 17, 18, 29, III a) e 31 deste Relatório.

O Regulamento do Conselho de Administração, onde se incluem os regulamentos das suas comissões internas, e o Regulamento do Conselho Fiscal encontram-se disponíveis, em versão portuguesa e inglesa, no website da Sociedade disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, sendo elaboradas as competentes atas das respetivas reuniões.

**I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio da Internet da sociedade.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

A composição e o número de reuniões anuais do Conselho de Administração, incluindo das comissões internas por ele criadas, e do Conselho Fiscal estão permanentemente disponíveis, quer na versão portuguesa, quer na versão inglesa, no website da Sociedade



em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, bem como nos relatórios de governo da Sociedade, aprovados pela Assembleia Geral, estando disponíveis para consulta no website da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

#### **I.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.**

##### **Recomendação Integralmente Adotada**

A Comissão de Ética, nomeada pelo Conselho de Administração e presidida pelo Administrador Sénior Não Executivo (*“Lead Director”*), tem como uma das suas principais missões verificar a existência de mecanismos internos de comunicação de irregularidades, assegurando que os mesmos observam as normas legais, designadamente em matéria de confidencialidade, do processo de tratamento da informação e da inexistência de represálias sobre os(as) participantes (ver descrição no ponto 29 deste Relatório e em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>).

O Conselho Fiscal, nos termos das suas competências e Regulamento disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, recebe as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores(as) da Sociedade ou outros(as). Regista as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, promovendo, conforme entender adequado, as necessárias diligências junto do Conselho de Administração, da auditoria interna e/ou externa ou junto de quaisquer outros interlocutores e sobre as mesmas elabora o seu relatório e adota as medidas que entender convenientes à luz dos seus deveres funcionais. Com o mesmo propósito, recebe e analisa o relatório trimestral do(a) Provedor(a) e solicita ao(à) mesmo(a) todas as informações necessárias ao seu esclarecimento, bem como recebe as participações efetuadas junto da Comissão de Ética da Sociedade que consubstanciem a natureza de irregularidades sujeitas, nos termos legais e recomendatórios, à sua competência.

Compete ao(à) Provedor(a), nos termos aprovados no Regulamento do Conselho de Administração, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, receber, analisar e dar resposta às participações que envolvam colaboradores(as), clientes ou fornecedores(as) e outros(as) prestadores(as) de serviços, bem como remetê-las para os órgãos competentes.

A Sociedade disponibiliza contactos permanentes para participações de irregularidades ao Conselho Fiscal (ver ponto 49 deste Relatório), à Comissão de Ética e ao(à) Provedor(a) (ver ponto 29 deste Relatório). Os contactos estão disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/>.

A Sociedade dispõe ainda de um Canal de Denúncia Interna, dedicado à apresentação de denúncias dos atos ou omissões, praticados de forma dolosa ou negligente, que se encontrem previstos e descritos no artigo 2.º, n.º 1 da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro (que aprova o Regime Geral de Proteção de Denunciante de Infrações) e no artigo 3.º do Decreto-Lei 109-E/2021, de 9 de dezembro (que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção).

A Sociedade aprovou ainda neste âmbito um Regulamento de Comunicação de Infrações (*Whistleblowing*) – disponível no website da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> -, o qual estabelece um conjunto de regras e procedimentos internos para a receção, registo e tratamento de comunicações de denúncias de infrações, em conformidade com as disposições legais e regulamentares em cada momento aplicáveis, bem como as regras, princípios e valores plasmados na Política para a Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Sociedade. A Sociedade assegura que as denúncias rececionadas através do Canal de Denúncia Interna são submetidas a um sistema eficaz, célere e idóneo à sua deteção, investigação e resolução, de acordo com os mais elevados princípios éticos reconhecidos pela Sociedade, salvaguardando os princípios da confidencialidade e não retaliação.

Por forma a assegurar de forma permanente e proativa a deteção e prevenção de irregularidades, a sociedade tem instituídos os adequados mecanismos de identificação e prevenção de riscos, monitorados pela auditoria interna e por cada uma das direções responsáveis pela sua prevenção, cuja configuração e acompanhamento é consistentemente efetuada pelos órgãos de gestão e de fiscalização da Sociedade.

#### **I.3 Relação entre os órgãos da sociedade**

##### **Princípio:**

Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.

##### **Recomendações:**

**I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.**

##### **Recomendação Integralmente Adotada**

O Presidente do Conselho de Administração, os(as) presidentes das comissões constituídas, e bem assim os(as) Administradores(as) Não Executivos(as) Séniores (Lead Director e SID Director), asseguraram atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, agilizando os necessários recursos para a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas, em conformidade com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

**I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.**

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

É disponibilizada a todos os membros do Conselho de Administração e à Presidente do Conselho Fiscal a informação referida nesta recomendação.

O Conselho de Administração designou dois Administradores Não Executivos Seniores (Lead Director e SID Director), os quais, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração e de acordo com as melhores práticas de governo societário asseguram, atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos órgãos sociais e comissões, conforme se descreve no ponto 18 deste Relatório.

#### **I.4 Conflitos de interesses**

##### **Princípio:**

Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.

##### **Recomendações:**

**I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.**

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

A política de prevenção de conflito de interesses aprovada pela Sociedade e o Regulamento do Conselho de Administração estabelecem mecanismos internos relativos a potenciais conflitos de interesses envolvendo membros do Conselho de Administração, incluindo comissões internas e colaboradores(as). A política estabelece uma obrigação de reporte imediato de qualquer situação real ou potencial de conflito de interesses ao respetivo órgão.

O Regulamento do Conselho de Administração, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, impõe a imediata comunicação ao órgão da existência de qualquer facto que possa constituir ou dar causa a um conflito de interesses, bem como de qualquer circunstância que afete a sua independência e isenção.

O Regulamento do Conselho Fiscal impõe, na sua al. a) do nº3 do artigo 5.º, um expreso mecanismo de reporte ao Presidente do Conselho Fiscal e à Sociedade sobre qualquer circunstância que afete a independência e isenção ou que determine uma

incompatibilidade legal para o exercício do cargo por parte de qualquer dos seus membros.

O Regulamento do Conselho Fiscal encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

**I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.**

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

A política de prevenção de conflitos de interesses e o Regulamento do Conselho de Administração, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, adotados pela Sociedade, determinam que o membro em conflito de interesses relativamente a qualquer ponto da agenda de uma reunião do órgão social ou comissão especializada não interferirá no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informação e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.

O mecanismo de prevenção de conflitos de interesses por parte de membros do Conselho Fiscal encontra-se descrito na resposta à recomendação I.4.1, em tudo o mais se aplicando relativamente a este órgão de fiscalização os comandos imperativos decorrentes da lei, designadamente, as regras sobre incompatibilidades e impedimentos.

#### **I.5. Transações com partes relacionadas**

##### **Princípio:**

Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.

##### **Recomendações:**

**I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.**

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

No exercício de 2020, o Conselho de Administração aprovou, com parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, uma Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas que se mantém em vigor e que constitui um anexo tanto ao Regulamento do Conselho de Administração como ao Regulamento do Conselho Fiscal, ambos disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e tal como descrito nos pontos 89 e 91 deste Relatório.

**I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.**

**Recomendação Não Aplicável\***

\*De acordo com a Nota sobre Interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisto em 2020), emitida pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização.

A Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, incorpora as regras contidas no artigo 29.º-S do CVM.

## II. Acionistas e Assembleia Geral

**Princípios:**

II.A O adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um fator positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social.

II.B A sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.

II.C A sociedade deve implementar meios adequados para a participação e o voto à distância dos acionistas na assembleia.

**Recomendações:**

**II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

A Sociedade incentiva os(as) seus(suas) acionistas à participação nas Assembleias Gerais, atribuindo a cada ação um voto, e não limitando o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por cada acionista.

**II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem quórum deliberativo superior ao legalmente previsto.

**II.3 A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.**

**Recomendação Adotada Com Justificação de Acolhimento (*Explain*)**

A Sociedade considerou, historicamente, que os meios de participação disponibilizados aos(as) seus(suas) acionistas para participação nas Assembleias Gerais se adequavam às suas preferências e hábitos em face da expressiva participação naqueles plenários.

As circunstâncias excecionais da pandemia e as consequentes restrições de natureza sanitária, por um lado e a expressiva participação acionista em Assembleia Geral realizada por meios telemáticos, por outro, conduziram à realização de Assembleias Gerais por meios telemáticos, tendo a Sociedade assegurado o seu efetivo funcionamento, salvaguardando a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, adotando um procedimento enquadrado nos termos legais e nas orientações da CMVM.

A implementação de meios adequados para a participação dos(as) acionistas à distância em Assembleia Geral será assegurada sempre que se mostre necessária e adequada para assegurar os meios viabilizadores de uma expressiva participação dos(as) acionistas.

**II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

A Sociedade coloca à disposição dos(as) acionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência postal e por via eletrónica.

Adicionalmente, a Sociedade disponibiliza no seu website, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos-tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a efetuar pelos(as) acionistas para assegurar a sua presença na Assembleia Geral, bem como facultar um endereço eletrónico dedicado à ágil comunicação entre os(as) acionistas e o(a) Presidente da Mesa, e afeta uma equipa de trabalho interna de apoio aos trabalhos da Mesa da Assembleia Geral e dos(as) acionistas.

**II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.**

**Recomendação Não Aplicável**

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um(a) único(a) acionista.

**II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

A Sociedade não adota unilateralmente políticas que tenham por efeito qualquer uma das restrições elencadas na recomendação. Os contratos celebrados pela Sociedade refletem a defesa do interesse social tendo em vista a sustentabilidade dos negócios a longo prazo no enquadramento das condições de mercado e não contém medidas suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos(as) administradores(as).

**III. Administração não executiva e fiscalização**

**Princípios:**

III.A Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.

III.B A composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.

III.C. O órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade.

**Recomendações:**

**III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

O Conselho de Administração, em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do seu Regulamento de funcionamento, designou dois Administradores Não Executivos Séniores para assegurar os objetivos descritos nesta Recomendação, como se descreve no ponto 18 deste Relatório.

Para o efeito, foi designada a Administradora Margaret Lorraine Trainer como Administradora Não Executiva Sénior Independente (“SID Director”), que entre as suas funções preside à Comissão de Remuneração (com responsabilidade na avaliação de desempenho em referência), e integra, ainda, as Comissões de Nomeação e de Auditoria e Finanças, tendo sido designado o Administrador José Manuel Neves Adelino como Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”), o qual, de entre as suas funções, preside à Comissão de Auditoria e Finanças e à Comissão de Ética.

Desta forma estão reunidos os meios destinados a assegurar a coordenação do exercício dos trabalhos dos membros não-executivos que integram o Conselho de Administração e as suas comissões internas, visando garantir a existência das condições necessárias a que estes possam exercer as suas funções de forma independente e informada, dispondo do necessário e tempestivo fluxo de informação e assegurando a qualidade e equidade da avaliação de desempenho.

**III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização cumpre com a presente recomendação, tal como adicionalmente detalhado no ponto 18 e seção III, a), respetivamente, deste Relatório.

**III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

O Conselho de Administração é composto por um total de 10 membros, dos quais 8 são não executivos, conforme descrito no ponto 18 deste Relatório.

**III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:**

- i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;**
- ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;**

iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;

vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração é composto por dez membros, oito dos quais são membros não executivos, existindo um número de membros não executivos independentes em cumprimento dos critérios de independência desta recomendação, conforme descrito no ponto 18 deste Relatório.

A manutenção das condições de independência é aferida periodicamente, estando os(as) Administradores(as) independentes adstritos(as) ao dever de comunicação imediata da ocorrência de qualquer facto que determine a perda daquela qualidade.

**III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (*cooling-off period*).**

#### Recomendação Não Aplicável

Por referência ao mandato terminado em 31/12/2018 não existe no Conselho de Administração nenhum membro cuja independência esteja qualificada ao abrigo do período de *cooling-off* estabelecido nesta recomendação (ver pontos 17 e 18 deste Relatório).

**III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração, enquanto órgão responsável por definir a estratégia e as principais políticas da Sociedade, assegura proativamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas, propondo as

medidas de otimização que entender necessárias, emitindo diretrizes e recomendações e pronunciando-se, caso entenda, sobre a política de risco e as linhas estratégicas de que lhe tenha sido dado conhecimento pela Conselho de Administração, incluindo, se o entender, em momento anterior à sua aprovação final, tal como consta do seu Regulamento de funcionamento disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

O Conselho de Administração assegurou a interação com o Conselho Fiscal nos termos estabelecidos nesta recomendação, cf. relatório e parecer anual do Conselho Fiscal, disponível juntamente com os demais documentos de prestação de contas, disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

**III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competências nas referidas matérias.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração instituiu três comissões internas especializadas que exerceram continuamente as suas atribuições ao longo de todo o mandato, com o propósito de assessorar e reforçar a qualidade da sua atividade. Encontram-se instituídas a Comissão de Auditoria e Finanças, a Comissão de Nomeação e a Comissão de Remuneração, que, ainda que separadamente, exercem todas as funções vertidas na presente Recomendação e cujas competências se encontram descritas no ponto 29 deste Relatório, sendo os seus termos de referência acessíveis através do endereço eletrónico <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

## IV. Administração Executiva

#### Princípios:

IV.A Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. A administração executiva compete gerir a sociedade, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

IV.B Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderadas, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.

#### Recomendações:

**IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.**

### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a administração quotidiana da Sociedade, cujas competências se encontram descritas neste Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade (ver pontos 27 e 28), bem como aprovou o respetivo regulamento de funcionamento.

O Regulamento do Conselho de Administração disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e a política de conflitos de interesses em vigor determinam que o exercício, por qualquer membro do Conselho de Administração, de cargo social ou atividade significativa fora do Grupo que não tenha sido autorizada em Assembleia Geral, deve ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração mediante parecer para o efeito emitido pela Comissão de Nomeação, cf. ponto 29 deste Relatório e Regulamento do Conselho de Administração disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

**IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.**

### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a administração quotidiana da Sociedade, cujas competências se encontram descritas neste Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade (ver pontos 27 e 28). As competências do Conselho de Administração não delegadas encontram-se, igualmente, descritas neste Relatório e observam as regras constantes desta recomendação (ver ponto 27.1).

**IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.**

### Recomendação Integralmente Adotada

No seu Relatório Anual, o Conselho de Administração dá cumprimento ao teor da presente recomendação.

## V. Avaliação do desempenho, remunerações e nomeações

### V.1. Avaliação anual de desempenho

#### Princípio:

A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.

#### Recomendação:

**V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.**

#### Recomendação Adotada Com Justificação De Acolhimento (*Explain*)

A avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração é realizada de acordo com os princípios, valorimetrias e regras estabelecidos na Política de Remuneração apresentada pela Comissão de Vencimentos e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas de acordo com a Política de Remuneração aprovada na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho e de proposta de remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) (ver pontos 24, 29, 66 e 67 deste Relatório).

O Conselho de Administração nos termos do seu Regulamento, realiza uma avaliação periódica ao seu desempenho e ao desempenho das Comissões internas por si constituídas. Esta avaliação é realizada a meio de cada mandato de quatro anos, por se entender dever ser esta a periodicidade e o momento mais ajustados a uma cabal avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração como órgão coletivo, bem como do desempenho e contribuição individual de cada um deles. Nos restantes anos que constituem o mandato, uma das reuniões do Conselho de Administração e das comissões por si constituídas inclui como ponto da agenda uma breve e informal auto-avaliação, sendo os regulamentos internos ajustados, se necessário, de modo a otimizar a performance.

### V.2. Remunerações

#### Princípios:

V.2.A. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas – tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado – e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade.

V.2.B. Os administradores devem receber uma remuneração:

- i) que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;
- ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e
- iii) que premeie o desempenho.

**Recomendações:**

**V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

A Comissão de Vencimentos da Sociedade foi eleita em Assembleia Geral de Acionistas de 30 de abril de 2019. Os três membros integrantes da Comissão de Vencimentos são independentes, atuando nessa qualidade, e estando, assim, reunidas as necessárias condições de independência na atuação dos membros e na tomada de deliberações pelo órgão. Todos os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e relevante experiência em matéria de política de remunerações.

**V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

As remunerações são fixadas pela Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral. A fixação dessas remunerações baseia-se na Política de Remuneração aprovada pela Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2021 e cuja revisão foi aprovada pela Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2022.

**V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

A Sociedade deliberou não atribuir compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais aplicáveis, tal como consta da Política de Remuneração em vigor.

No exercício de 2022 a Sociedade não procedeu ao pagamento de quaisquer compensações desta natureza.

**V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

A Comissão de Vencimentos está alinhada com a presente recomendação e designa entre si o membro que a representa na Assembleia Geral, podendo tratar-se do(a) Presidente ou de um(a) dos(as) vogais.

**V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

A Comissão de Remuneração apoia a Comissão de Vencimento no exercício das suas funções. Para o desempenho das suas funções, as comissões podem decidir livremente a contratação de consultores externos de reputada competência e de âmbito de atuação e experiência internacional (conferir ponto 24 deste Relatório).

**V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

Os princípios a que se subordina a contratação de serviços de consultoria encontram-se descritos no ponto 24 deste Relatório. A Comissão está obrigada a assegurar que os(as) especialistas selecionados(as) detêm o grau de independência necessário para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados(as) e, em particular, que a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

**V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.**

**Recomendação Integralmente Adotada**

As componentes da remuneração encontram-se descritas na Política de Remuneração apresentada à aprovação da Assembleia Geral Anual e que se encontra disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, e descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

A Política de Remuneração contempla uma relação expressa entre a componente fixa e a variável adequada ao perfil da Sociedade e do Grupo, tal como considerada pelos(as) acionistas, que a aprovaram em Assembleia Geral e que, no exercício de 2022, foi aplicada sem qualquer derrogação.

**V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

A Política de Remuneração aprovada em Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021 e revista em Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2022, tal como proposta pela Comissão de Vencimentos, respeita o período contido na presente recomendação e o seu valor depende do desempenho da Sociedade ao longo desse período, conforme descrito nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

A Política de Remuneração encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

**V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.**

#### Recomendação Não Aplicável

A Política de Remuneração aprovada não integra atribuição de opções.

**V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

A remuneração dos membros não-executivos do Conselho de Administração é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, sem qualquer conexão com o desempenho da Sociedade ou o seu valor.

A Política de Remuneração encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, e descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

### V.3. Nomeações

#### Princípio:

Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar.

#### Recomendações:

**V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

A eleição dos membros dos órgãos de administração e fiscalização para o mandato 2019-2022, todos em exercício de funções, foi efetuada em observância da Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada a 16 de dezembro de 2015 disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/assembleia-geral-extraordinaria-de-acionistas-16-dezembro-2015/>, tendo as propostas sido acompanhadas da respetiva fundamentação em matéria de perfil, conhecimentos e curriculum por referência à função a desempenhar por cada membro proposto. Na Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021 foi aprovada nova Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em continuidade da anterior, e que contempla os princípios vertidos nesta recomendação, estando disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

**V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração constituiu uma comissão interna especializada nesta matéria, a Comissão de Nomeação, com as competências em matéria de nomeações descritas no ponto 29 deste Relatório e com as missões estabelecidas no Regulamento do Conselho de Administração, as quais observam o teor desta Recomendação, alargando o âmbito nela prescrito, na medida em que o âmbito subjetivo da competência desta comissão se estende a todos(as) os(as) Administradores(as) séniores do Grupo, independentemente da sua classificação como dirigentes ao abrigo da legislação nacional e europeia.

**V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.**

#### Recomendação Integralmente Adotada

A Comissão de Nomeação é constituída por uma maioria de membros não-executivos independentes, tal como detalhado neste Relatório no ponto 29.

**V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem**



às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.

### Recomendação Integralmente Adotada

O regulamento de funcionamento da Comissão de Nomeação integra o Regulamento do Conselho de Administração e é detalhado nos seus aspetos essenciais e no calendário de procedimentos constante dos seus Termos de Referência, que se encontram disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

A Comissão de Nomeação tem à sua disposição a possibilidade de recurso a serviços de entidades externas especializadas, com experiência internacional e reconhecida credibilidade.

## VI. Controlo Interno

### Princípio:

Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

### Recomendações:

**VI.1. O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.**

### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração determina o plano estratégico e a política de risco da sociedade, definindo, majorando e monitorizando a presença de níveis de risco considerados aceitáveis. A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade (ver ponto 29 deste Relatório).

**VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.**

### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho Fiscal, nos termos do seu regulamento de funcionamento disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, avalia a eficácia dos sistemas de controlo de risco, supervisionando e propondo as medidas de otimização que

entender necessárias, atuando em interface com o Conselho de Administração, através, nomeadamente, da Comissão de Auditoria e Finanças, e pronunciando-se sobre a sua atuação no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> (ver pontos 31 e 38 deste Relatório).

**VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.**

### Recomendação Integralmente Adotada

Os sistemas de gestão de riscos, controlo interno, *compliance* e auditoria interna cumprem integralmente esta recomendação, conforme se encontra descrito nos pontos 21 e 50 a 55 deste Relatório.

O Conselho Fiscal, nos termos do seu regulamento de funcionamento disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, avalia a eficácia de todos estes sistemas, supervisionando e propondo as medidas de otimização que entender necessárias, atuando em interface com o Conselho de Administração, através, nomeadamente, da Comissão de Auditoria e Finanças, e pronunciando-se sobre a sua atuação no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> (ver pontos 31 e 38 deste Relatório).

**VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.**

### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho Fiscal estabelece juntamente com a auditoria interna o plano de ações a desenvolver, supervisiona a sua atividade, aferindo da sua adequação em termos de meios e objetivos, é destinatário de reporte periódico da atividade desenvolvida, nomeadamente no que se refere à informação financeira e de prestação de contas, prevenção de conflitos de interesse e aferição da existência de eventuais irregularidades, bem como avalia os resultados e conclusões apuradas e emite as diretrizes que entender por convenientes, conforme descrito no ponto 38 deste Relatório.

**VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a**

prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

### Recomendação Integralmente Adotada

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, contempla estas responsabilidades.

**VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.**

### Recomendação Integralmente Adotada

Encontram-se instituídos pelo Conselho de Administração sistemas internos de controlo de risco com as componentes adequadas (ver pontos 50 a 55 deste Relatório).

**VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização e avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.**

### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração tem instituído um sistema de avaliação permanente do desempenho do sistema de gestão de risco, adequado a agilizar a adaptação a novas circunstâncias ou contingências (ver pontos 38.1 A e B, 50 a 52 e 54 a 55 deste Relatório).

## VII. Informação Financeira

### VII.1. Informação Financeira

#### Princípios:

VII.A. O órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna.

VII.B. O órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.

#### Recomendação:

**VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo**

**órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.**

### Recomendação Integralmente Adotada

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, contempla estas responsabilidades.

### VII.2. Revisão Legal de Contas e Fiscalização

#### Princípio:

Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.

#### Recomendações:

**VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.**

### Recomendação Integralmente Adotada

O Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, define as competências e o plano de ações do Conselho Fiscal onde se inclui a fiscalização da existência e manutenção da independência do revisor oficial de contas, que são atestadas no relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal.

**VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.**

### Recomendação Integralmente Adotada

É da competência do Conselho Fiscal propor a designação e a destituição, aprovar a remuneração e supervisionar a atividade e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como rececionar primordialmente os seus relatórios, com ele interagindo diretamente, nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

**VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das**

funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

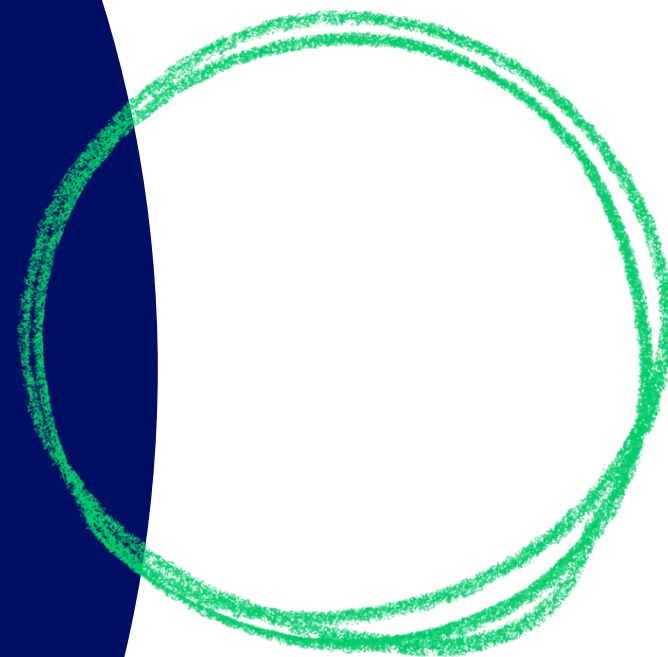
### Recomendação Integralmente Adotada

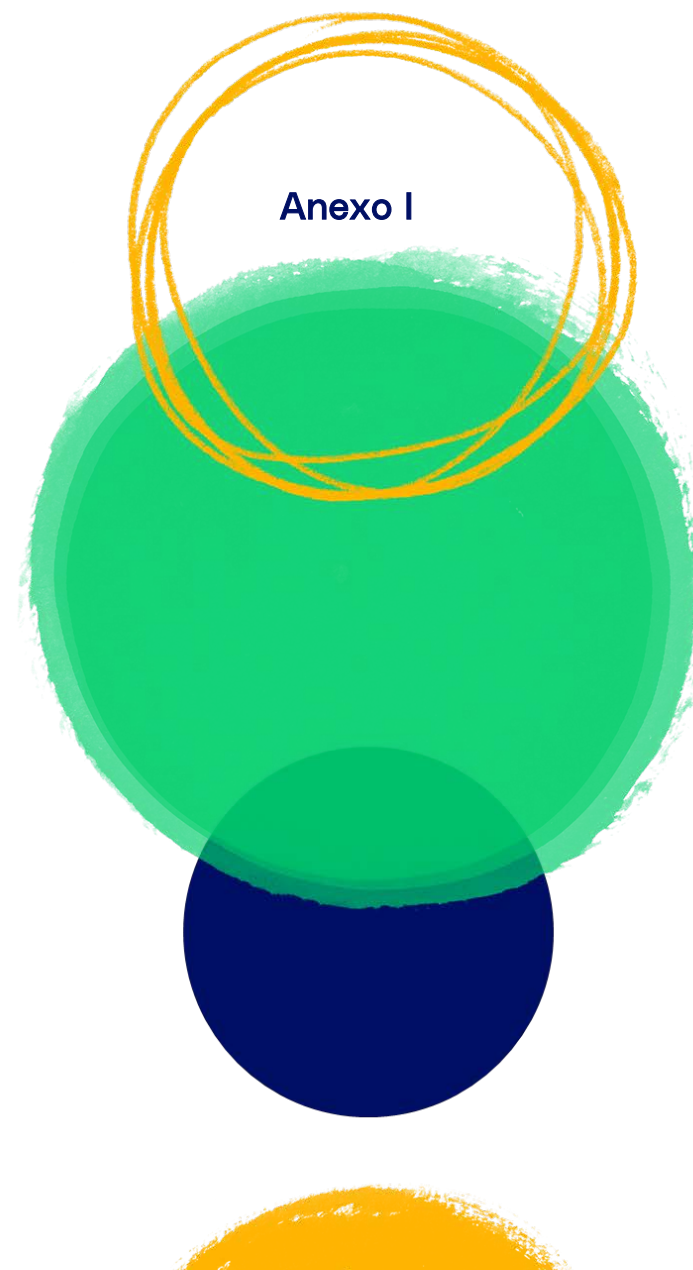
A avaliação da atividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas pode ser consultada na informação constante do Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal reúne as competências descritas nesta Recomendação, como resulta da lei e do seu Regulamento.



# Anexos





## Conselho de Administração

### Qualificações Profissionais e elementos curriculares

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	
<b>Data de Nascimento</b>	31 de dezembro de 1965
<b>Curriculum Académico</b>	
1986	Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Fédérale de Lausanne
1989	Mestrado em Gestão de Empresas - MBA - Porto Business School
<b>Formação Executiva</b>	
1994	Executive Retailing Program - Babson College
1996	Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School
2002	Breakthrough Program for Senior Executives - IMD Lausanne
2008	Proteus Programme - London Business School
2012	Corporate Level Strategy - Harvard Business School
<b>Experiência Profissional</b>	
<b>Grupo Efanor</b>	
1988-1990	Gestor de Projeto e Analista Novos Investimentos na Sonae Tecnologias de Informação
1990-1993	Gestor de Projeto de Desenvolvimento Organizativo e Diretor Comercial para Portugal de Novos Negócios na Sonae Indústria, SGPS, SA
1993-1996	Diretor de Planeamento Estratégico e de Controlo e Desenvolvimento Organizativo na Sonae Investimentos - SGPS, SA
1996-1998	Membro Executivo do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercados, SA (com os pelouros de Merchandising, IT e Marketing de Retalho)
1998-2000	Presidente da Comissão Executiva da Optimus - Telecomunicações, SA
2000-2018	Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos - SGPS, SE
2000-2007	Membro da Comissão Executiva da Sonae - SGPS, S.A.
2000-2007	Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA
2002-2007	Presidente do Conselho Geral do Público - Comunicação Social, SA
2003-2007	Presidente do Conselho Geral da Glunz, AG
2004-2007	Presidente do Conselho de Administração da Tableros de Fibras, SA
2007-2014	Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
2007-2015	Presidente da Comissão Executiva da Sonae - SGPS, SA
2007-2015	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
2007-2019	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
2007-2018	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA)
2008-2014	Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA
2009-2013	Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA
2010-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA
2010-2019	Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA
2015-2019	Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae - SGPS, SA
Desde 2015	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS SA
Desde 2015	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
Desde 2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco, SGPS, SA
Desde 2018	Presidente do Conselho de Administração da Efanor Investimentos SGPS, SE
Desde 2019	Presidente do Conselho de Administração da Sonae - SGPS, SA
Desde 2020	Presidente da Comissão Executiva da Fundação Belmiro de Azevedo
Desde 2021	Presidente do Conselho de Administração da Tafisa Canadá, Inc.
Desde 2021	Presidente do Conselho de Administração da BA - Capital, SGPS, SA

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	
<b>Noutras Sociedades</b>	
1989-1990	Membro da Comissão Executiva da APGEI - Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial
2001-2002	Presidente da April - Associação dos Operadores de Telecomunicações
Desde 2006	Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música
Desde 2007	Membro do Conselho de Fundadores de Serralves
2008-2009	Membro do Conselho Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal
2009-2014	Membro do Conselho de Curadores da AEP - Associação Empresarial de Portugal
2009-2015	Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto
2012-2015	Membro da Direção da COTEC PORTUGAL
2019-2021	Presidente do Installation Committee do Projeto BIOPOLIS
2008-2022	Membro do ERT - European Round Table of Industrialists. Adicionalmente é, desde 2019, Membro do Steering Committee e Presidente do Grupo de trabalho "Jobs Skills and Impact"
Desde 2012	Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE
Desde 2020	Presidente do Conselho de Administração da BA Glass I - Serviços de Gestão e Investimentos, SA
Desde 2020	Presidente do Conselho de Administração da BA Glass Portugal, SA
Desde 2020	Presidente da Direção da Associação Viridiana - Conservation in Action
Desde 2022	Membro do Conselho de Administração da Mégantic BV

**Ángelo Gabriel Ribelinho dos Santos Paupério**

<b>Data de Nascimento</b>	14 de setembro de 1959
<b>Curriculum Académico</b>	
1982	Licenciado em Engenharia Civil – FEUP
1988-1989	Mestrado em Gestão de Empresas – MBA – Porto Business School
<b>Experiência Profissional</b>	
1982-1984	Projetista de Estruturas na Tecnopor (Engenharia Civil)
1984-1989	Técnico Superior na EDP (Energia)
1989-1991	Diretor de Projeto de Televisão na Sonae Tecnologias de Informação, SA
1991-1994	Diretor de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos – SGPS, SA (atualmente Sonae – SGPS, SA)
1994-1996	Administrador de várias empresas da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC SGPS, SA) – Retailho
1994-2007	Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercado, SA
1996-2007	CFO da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) e administrador de várias das suas filiais (Retailho)
1996-2007	Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA
2000-2007	Vice-Presidente do Conselho de Administração, CFO e Presidente da Comissão de Finanças da Sonae – SGPS, SA
2004-2009	Membro do Conselho de Administração da MDS – Corretor de Seguros, SA
2005-2016	Membro do Conselho de Administração da Sonae Investments BV
2006-2016	Membro do Conselho de Administração da Sontel BV
2007-abril 2015	Vice-Presidente Executivo da Sonae – SGPS, SA
2007-março 2018	Membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde outubro de 2014)
2009-2019	Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde janeiro de 2019)
2010-2016	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA
2010-2016	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonaerp – Retail Properties, SA
2010-2016	Presidente do Conselho de Administração da MDS Auto, Mediação de Seguros, SA
2010-2016	Membro do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa
2010-2018	Membro do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SA (atualmente Sonae MC – Serviços Partilhados, SA)
2011-2015	Membro do Conselho Superior da Porto Business School
2012-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom – Serviços Partilhados, SA
2012-2022	Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA
2013-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonae RE, SA
2013-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA (atualmente denominada SFS – Gestão de Fundos, SGFI, SA)
2014-2019	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Financial Services, SA
2015-2019	Co-CEO da Sonae – SGPS, SA
2016-2019	Presidente do Conselho de Administração da SFS, Gestão e Consultoria, SA
2018-2019	Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA
2018-2020	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L.
Desde 2007	Membro do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
Desde 2007	Membro do Conselho de Administração da MCRETAIL, SGPS, SA (anteriormente Sonae MC, SGPS, SA)
Desde 2007	Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
Desde 2007	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SA
Desde 2007	Presidente do Conselho de Administração do Público – Comunicação Social, SA
Desde 2013	Presidente do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA (de 2013 a abril 2020 – Membro do Conselho de Administração)
Desde 2018	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA
Desde 2018	Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE
Desde abril 2019	Membro do Conselho de Administração da Sonae – SGPS, SA
Desde 2019	Presidente do Conselho de Administração da Universo Sonae, SA (anteriormente Sonae FS, SA)
Desde 2019	Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA
Desde 2019	Membro do Conselho de Administração da Fundação Manuel Cargaleiro
Desde junho 2021	Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA

**José Manuel Neves Adelino**

<b>Data de Nascimento</b>	19 de março de 1954
<b>Curriculum Académico</b>	
1976	Licenciatura em Finanças, Universidade Técnica de Lisboa
1981	DBA, Finance, Kent State University
<b>Experiência Profissional</b>	
1978-1981	Assistente convidado, Kent State University
1981-1986	Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1981-2012	Professor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1986-1989	Professor Convidado, Universidade Católica Portuguesa
1987-1989	Professor Convidado, Bentley College
1988	Professor Convidado, ISEE
1990-1996	Diretor, Programa MBA e Programa Executivo, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1992-1994	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração, BPA
1994-2002	Membro do Conselho de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos
1999-2002	Diretor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1999-2004	Membro do Conselho Consultivo Global da Sonae – SGPS, SA
2003-2006	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Presidente do Conselho de Auditoria da EDP
2003-2006	Membro do Conselho Consultivo Estratégico da PT
2003-2007	Membro da Comissão de Remunerações da Sonae – SGPS, SA
2003-2010	Membro do Comité de Investimento do Fundo Caravela
2008-2014	Membro do Conselho Fiscal do BPI
2010-2014	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Cimpor
2012-2014	Diretor de Finanças e Investimentos da Fundação Calouste Gulbenkian

Margaret Lorraine Trainer	
<b>Data de Nascimento</b>	13 de março de 1952
<b>Curriculum</b>	
1970-1971	Curso Superior, Sorbonne Paris
1971-1975	M.A. (2i) Francês, St Andrews University
<b>Experiência</b>	
1975-1990	Citibank NA
1975-1986	Funções de Recursos Humanos de natureza especialista e generalista Chefe de Gabinete do Diretor de Tesouraria do Reino Unido
1986-1988	Um cargo não associado à direção de recursos humanos, que incluiu tarefas de cobertura de capital, avaliação do risco, redação de discursos e gestão de moeda estrangeira e limites de financiamento
1988-1989	Diretora de Recursos Humano e N.Europe, Londres
1989-1990	Diretora de Recursos Humanos para a Europa, Médio Oriente e África, com sede em Frankfurt
1990-1994	London Stock Exchange  Diretora de Recursos Humanos e Membro da Comissão Executiva, responsável por determinar a estratégia e liderar a empresa na sua evolução de associação comercial para sociedade corporativa com observância das práticas comerciais correntes
1994-2000	Coutts Natwest Group  Diretora de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional responsável por todas as atividades de Recursos Humanos na área de Private Banking
2001-2006	De Beers LV Ltd  Membro da equipa inicial para o desenvolvimento da parceria criada em 2001 entre LVMH e de Beers, para o lançamento de um negócio global ao nível do retalho de diamantes, prestando consultoria na estratégia organizativa e dos recursos humanos
2005-2013	Aegis PLC  Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Remunerações (desde 2010)
2006-2008	Manchester Square Partners  Apoio aos sócios fundadores, colaborando para o desenvolvimento de práticas internas de seleção de membros da administração
2008-2015	Sonae - SGPS, SA  Consultora do Presidente do Conselho de Administração  Prestação de serviços de planeamento de sucessão ao nível do Conselho e de desenvolvimento dos administradores
2013-2015	Colt SA  Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e, desde 2014, Presidente da Comissão de Remunerações  Membro da Comissão de Nomeações. Após aquisição, pela Fidelity, de todas as participações da sociedade, todos os administradores independentes renunciaram aos respetivos cargos
2010-2018	Jupiter Fund Management PLC  Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria e da Comissão de Nomeações, Presidente da Comissão de Remunerações
2018 - março 2020	TP ICAP  Membro Não-Executivo do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações e Membro da Comissão de Auditoria
2013 - maio 2020	Essentra PLC  Membro Não Executivo do Conselho de Administração, e, desde 2014, Presidente da Comissão de Remunerações e Membro da Comissão de Auditoria
Desde julho 2021	Administradora da Caledonian Club Trust Limited - Londres - UK

Marcelo Farla de Lima	
<b>Data de Nascimento</b>	1 de dezembro de 1961
<b>Curriculum Académico</b>	
1981-1985	Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
<b>Experiência Profissional</b>	
1988-1989	Professor, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
1989-1996	Commercial Banker da ABN AMRO Bank, São Paulo, Brasil/Chicago, Estados Unidos
1996-1998	Vice-Presidente do Banco Garantia, São Paulo, Brasil  Banco de Investimentos
1998-2000	Diretor da Donaldson, Lufkin & Jenrette, São Paulo, Brasil  Banco de Investimentos
2000	Co-Fundador e Diretor Executivo da Areautil, São Paulo, Brasil  Portal de Internet para negócios imobiliários
2000-2003	Co-Fundador e Diretor Executivo da Eugênio WG, São Paulo, Brasil  Agência de Publicidade
2002-2005	Membro do Conselho de Administração da Neovia Telecomunicações, SA, São Paulo, Brasil  Operadora Wi-Fi/WiMax no Estado de São Paulo
2007-2016	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Produquímica Indústria e Comércio, SA, São Paulo, Brasil  Companhia líder na produção de soluções em micronutrientes para a agricultura e alimentação animal, que também produz ingredientes para o tratamento de água e para processos industriais
2009-2016	Membro do Conselho de Administração da C1 Financial Inc., Saint Petersburg, Florida, Estados Unidos  Companhia de capital aberto, registada no Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos, com as suas ações negociadas na NYSE sob o ticker BNK. Banco comercial com atuação na região da Florida, Estados Unidos, com ativos totais superiores a US\$ 1.500 milhões. Essa companhia foi incorporada por outro banco em 2016
janeiro 2004 -	Presidente do Conselho de Administração da Metafrio Solutions SA, São Paulo, Brasil  Companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBovespa sob o ticker FRIO3, multinacional de origem brasileira e uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos de refrigeração comercial do tipo Plug-In, com operações no Brasil, Estados Unidos da América, México, Dinamarca, Turquia, Rússia, Ucrânia, Indonésia e Índia
janeiro 2008 - atual	Membro do Conselho de Administração da Veste S.A. Estilo (nova denominação da Restoque Comércio e Confecções de Roupas SA), São Paulo, Brasil. Desde junho 2018 Presidente do Conselho de Administração)  Companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBovespa sob o ticker LLIS3, é uma das principais companhias varejistas do setor de vestuário e acessórios de moda de alto padrão, cosméticos e artigos de decoração, no Brasil, com faturamento anual de mais de BRL 1.000 milhões
março 2008 - atual	Presidente do Conselho de Administração da Klimasan Klima Sanayi ve Ticaret A.Ş. Izmir, Turquia  Companhia de capital aberto, devidamente registada no Capital Markets Board da Turquia e com as suas ações negociadas na Istanbul Stock Exchange sob o ticker KLMSN. Controlada pela Metafrio Solutions, SA, a Klimasan atua no segmento de refrigeração comercial do tipo Plug-In



**Carlos António Rocha Moreira da Silva**

<b>Data de Nascimento</b>	12 de setembro de 1952
<b>Curriculum Académico</b>	
1975	Licenciatura em Engenharia Mecânica, Universidade do Porto
1978	MSc em Management Sci. and Operation Research (University of Warwick - UK)
1982	Ph dem Management Sciences (University of Warwick - UK)
<b>Experiência Profissional</b>	
1975-1987	Professor Auxiliar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
1987-1988	Membro do Conselho de Administração da EDP, Eletricidade de Portugal, E.P.
1993-1996	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA e Administrador-Delegado da Tafisa - Tableros de Fibras, SA
1993-1998	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Tecnologias de Informação, SA
1997-1998	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Retail Especializado, SGPS, SA
1998-1998	Presidente do Conselho de Administração da TVI - Televisão Independente, SA
1998-2000	Presidente do Conselho Geral do Público - Comunicação Social, SA
1998-2003	Presidente do Conselho de Administração da BA Vidro
2003-2005	Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria, SGPS, SA
2005-2012	Membro do Conselho Consultivo da 3i Spain
2006-2014	Membro do Conselho de Administração do Banco BPI
2009-2012	Membro do Conselho de Supervisão da Jerónimo Martins Dystrybucja, SA
2010-2014	Presidente do Conselho de Administração da La Seda Barcelona
1998-2020	Presidente do Conselho de Administração da BA Glass I - Serviços de Gestão e Investimentos, SA
Desde maio 2021	Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SA

**Fuencilela Ciemare**

<b>Data de Nascimento</b>	7 de janeiro de 1974
<b>Curriculum Académico</b>	
1992-1996	Bacharelato em Administração de Empresas, European Business Program
1999	Programa de Intercâmbio no MBA da Kellogg Graduate School of Management, Chicago, USA
2000	MBA - IESE Business School, Universidade de Navarra, Barcelona
<b>Experiência Profissional</b>	
2000-2007	Associado Sénior da Mckinsey & Company
2007-2009	Diretora do Carrefour Spain
2009-2009	Diretora de Retail da Google Spain
2010-2011	Diretora de Retail e FMCG da Google Spain
2012-2015	Membro do Conselho de Administração da Adigital
2013-2016	Diretora de Vendas da Google Spain
2013-2016	Líder da "Iniciativa Móvel" na Google Spain
2013-2018	Membro do Conselho Consultivo da Mckinsey Alumni Advisory Council
2015-2016	Membro do Conselho de Administração da MMA (Associação de Marketing e Retail) em Espanha
2015-2017	Mentor no programa Impact: um programa acelerador de start-up móvel em Madrid
2016-2016	Membro do Conselho de Administração da Adolfo Dominguez
2016-2020	Membro do Conselho Consultivo Académico da Academia de Internet, a plataforma de treino da ISDI
2013-2020	Professora de Marketing Digital da ISDI (Instituto Superior para o Desenvolvimento da Internet) participando no MIB, Programas DIBEX e In-Company
2021-2022	Diretora interina em Itália da Google LLC
Desde 2015	Membro da Junta Territorial em Madrid (Alumni Council) da IESE
Desde 2015	Professora Convidada da IESE
Desde 2016	Diretora em Espanha e Portugal da Google LLC
Desde 2018	Consultora do Conselho de Administração da Consentino, SA

**Phillippe Cyril Elodie Haespeelagh**

<b>Data de Nascimento</b>	11 de maio de 1950
<b>Curriculum Académico</b>	
1968-1972	Engenharia Comercial, Gestão, Distinction - Universidade de Leuven
1972-1973	Mestrado, Gestão de Empresas, High Distinction - Vlerick Business School
1975-1977	Mestrado em Administração de Empresas (MBA), Baker Scholar, Highest Distinction - Harvard Business School
1977-1979	Doutor em Administração de Empresas (MBA) (1983), Highest Distinction - Harvard Business School
2008-2009	Consultoria e Coaching para a Mudança - INSEAD
<b>Experiência Profissional</b>	
1973-1975	Consultor de Gestão, PA Management Consulting, Bélgica
1979-2008	Paul Desmarais Professor de "Active Ownership" INSEAD, Fontainebleau e Singapura
1985-1986	Em licença como Professor convidado da Stanford Business School
1990	Em licença como Professor convidado da Harvard Business School
1997-1999	Em licença como Chefe de Gabinete do Ministro Federal da Agricultura e de PME na Bélgica
Desde 2008	Reitor (2008-2016), Professor e Diretor honorário (2016-present) da Vlerick Business School
1985-2014	Presidente do Conselho de Administração da Dujardin Foods, NV
1993-2021	Administrador Independente da Vandemoortele NV
1998-2000	Presidente do Conselho de Administração da Pieters Visbedrijf
1998-2015	Co-Fundador e Membro do Conselho de Administração da Quest for Growth NV
2010-2013	Administrador Independente da Kinopolis NV, Bélgica
2011-2014	Administrador Independente da Governance for Owners Ltd, Londres, UK
2015-2018	Administrador Independente da Sioen Industries
2016-2020	Membro do Conselho de Administração da MyMicroInvest
2015-2021	Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Ardo NV
Desde 2005	Co-Fundador e Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Capricorn Partners
Desde 2008	Membro do Conselho de Administração da Awacs3 Enterprises NV e da Deltronic NV
Desde 2019	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Strongroots Limited, Irlanda
<b>Outras atividades sem fins lucrativos</b>	
2008-2015	Membro do Conselho de Administração da EABIS - European Academy of Business in Society
2009-2015	Membro do Conselho de Administração da Koffi Anan Business School
2008-2015	Membro do Conselho de Administração da Vlerick Business School
2008-2020	Membro do Conselho de Administração da Guberna, Instituto de Administradores, Bélgica
Desde 2016	Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da FBN Belium - The Family Business Network

**Maria Cláudia Teixeira de Azevedo**

<b>Data de Nascimento</b>	13 de janeiro de 1970
<b>Curriculum Académico</b>	Licenciatura em Gestão, Universidade Católica do Porto MBA, INSEAD, Fontainebleau, França
<b>Experiência Profissional</b>	Desde 1990 Presidente do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA Desde 1992 Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE Desde 2000 Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SA Desde 2000 Membro do Conselho de Administração da Sonaecom – SGPS, SA Desde 2000 Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA Desde 2002 Presidente do Conselho de Administração da Praça Foz – Sociedade Imobiliária, SA Desde 2008 Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA Desde 2009 Membro do Conselho de Administração da Público – Comunicação Social, SA Desde 2011 Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA Desde 2011 Administradora única da Sekiwi, SGPS, SA Desde 2013 Membro Não Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA Desde 2018 Presidente do Conselho de Administração da MCRETAIL, SGPS, SA (anteriormente Sonae MC, SGPS, SA) Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA Desde 2018 Presidente Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Setimanale, SGPS, SA Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Casa Agrícola de Ambrães, SA Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Realejo – Sociedade Imobiliária, SA Desde abril 2019 CEO da Sonae – SGPS, SA Desde 2019 Membro do Conselho de Administração da Universo Sonae, SA (anteriormente Sonae FS, SA) Desde 2020 Gerente da Tangerine Wish, Lda. Desde junho de 2020 Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA Desde julho de 2021 Presidente do Conselho de Administração da Sparkfood, SA (anteriormente Sonae Food4Future, SA)

**João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores**

<b>Data de Nascimento</b>	21 de dezembro de 1980
<b>Curriculum Académico</b>	1998-2003 Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia, Universidade do Porto 2004-2004 Pós-Graduação em Gestão – New York University, Nova Iorque 2007-2009 MBA – London Business School, Londres
<b>Experiência Profissional</b>	2003-2004 Brand manager – JW Burmester, SA, Nova Iorque 2005-2007 Analista da McKinsey & Company 2009-2011 Associado da McKinsey & Company 2011-2013 Subdiretor de Gestão de Inovação da Portugal Telecom 2013-2014 Diretor da Business Unit Cloud da Portugal Telecom 2014-2015 Diretor de Corporate Strategy da Sonae – SGPS, SA 2015-2018 Diretor de Group Strategy, Planning and Control da Sonae – SGPS, SA 2016-2018 Docente de Estratégia – Executive MBA da Porto Business School 2018-2019 Administrador do Centro Corporativo da Sonae – SGPS, SA 2018-julho 2022 Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da MKTPlace - Comércio Eletrónico, SA 2021-2022 Membro do Conselho de Administração da Sonae RE, SA Desde 2016 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA Desde 2018 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da MCRETAIL, SA (anteriormente Sonae MC, SGPS, SA) Desde 2018 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA (de 2018-dezembro 2019 Membro do Conselho de Administração) Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA Desde 2018 Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investments, BV Desde 2018 Membro Executivo do Conselho de Administração da Sontel, BV Desde 2019 Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA Desde abril 2019 Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Sonae – SGPS, SA Desde 2019 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA Desde 2019 Membro do Conselho de Administração da Universo Sonae, SA (anteriormente Sonae FS, SA) Desde 2020 Membro do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L. Desde agosto 2020 Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management - Software and Technology, SA Desde julho 2021 Membro do Conselho de Administração da Sparkfood, SA (anteriormente Sonae Food4Future, SA)

## Cargos exercidos noutras sociedades

### Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

#### Cargos exercidos noutras sociedades

Nenhum

#### Cargos exercidos noutras entidades

Presidente do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE  
 Presidente da Comissão Executiva da Fundação Belmiro de Azevedo  
 Membro do Conselho de Administração da Efanor - Serviços de Apoio à Gestão, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Migracom, SA  
 Membro do Conselho de Administração da Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da BA - Capital, SGPS, SA  
 Membro do Conselho de Administração da Pareuro BV  
 Membro do Conselho de Administração da Mégantic BV  
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Tafisa Canadá, Inc  
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da BA Glass I - Serviços de Gestão e Investimentos, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da BA Glass Portugal, SA  
 Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE  
 Presidente da Direção da Associação Viridia - Conservation in Action

### Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

#### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investment Management - Software and Technology, SA  
 Presidente do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA  
 Membro do Conselho de Administração da MCRETAIL (anteriormente Sonae MC, SGPS, SA)  
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA  
 Membro do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Universo Sonae, SA (anteriormente Sonae FS, SA)

#### Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA  
 Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA  
 Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE  
 Membro do Conselho de Administração da Love Letters - Galeria de Arte, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Enxornil - Consultoria e Gestão, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Enxornil - Sociedade Imobiliária, SA  
 Membro do Conselho Diretor da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)  
 Membro do Conselho de Administração da Fundação Cargaleiro

### José Manuel Neves Adelino

#### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

#### Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian

### Margaret Lorraine Trainer

#### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

#### Cargos exercidos noutras entidades

Administradora da Caledonian Club Trust Limited - Londres - UK

### Marcelo Faria de Lima

#### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

#### Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho de Administração da Amber Internacional LLC  
 Diretor da Baixo Augusta Hotel Ltda  
 Diretor da Barroquinha Estacionamentos SA  
 Sócio Gerente da CBM Holding Qualified Family, LP (Canadá)  
 Sócio Gerente da CBM Holding Subsidiary, LP (Canadá)  
 Diretor Presidente da Colfax Participações, SA  
 Diretor da Dover Participações, SA  
 Diretor da GCR Administração e Participações Ltda  
 Diretor da Hotéis Design, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Klimasan Klima Sanayi ve Ticaret AŞ  
 Sócio-Gerente da Lima & Smith Ltda  
 Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Servicios SA de CV  
 Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions SA Sogutma Sanayi Ve Ticaret AS  
 Diretor da Nova Bahia Empreendimentos  
 Membro do Conselho de Administração da Peach Tree LLC  
 Presidente do Conselho de Administração da Veste S.A. Estilo  
 Diretor Presidente da Rio Verde Consultoria e Participações Ltda  
 Diretor da Tira-Chapéu Empreendimentos Ltda  
 Diretor Presidente da Winery Participações Ltda  
 Diretor Presidente da Zimbro Participações, SA

### Carlos António Rocha Moreira da Silva

#### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

#### Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE  
 Vice-Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA  
 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Arauco, SA  
 Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Fim do Dia, SGPS, SA  
 Membro do Conselho de Administração da Teak BV  
 Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA  
 Membro do Conselho de Administração da Fundação de Serralves  
 Membro do Conselho de Administração da Teak Floresta, SA  
 Membro do Conselho de Administração da Hakuturi, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Cerealis, SGPS, SA  
 Presidente da Comissão de Remunerações da Cerealis, SGPS, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Cerealis Produtos Alimentares, SA  
 Presidente do Conselho de Administração da Cerealis Moagens, SA

**Fuencilala Clemaree**
**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae**

Nenhum

**Cargos exercidos noutras entidades**

Professora de Marketing Digital da ISDI (Instituto Superior para el Desarrollo de Internet)

Professora convidada da IESE

Diretora em Espanha e Portugal da Google LLC

Consultora do Conselho de Administração da Cosentino, SA

Diretora interina em Itália da Google LLC

**Phillippe Cyrlel Elodie Heespealagh**
**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae**

Nenhum

**Cargos exercidos noutras entidades**

Co-Fundador e Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Capricorn Partners

Professor e Reitor Honorário da Vlerick Business School

Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Ardo NV

Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da FBN Belgium - The Family Business Network

Membro do Conselho de Administração da Guberna, Instituto de Administradores, Bélgica

Membro do Conselho de Administração da Strongroots Limited, Irlanda

Membro do Conselho de Administração da Awacs3 Enterprises NV

Membro do Conselho de Administração da Deltronic NV

**Maria Cláudia Teixeira de Azevedo**
**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae**

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom – SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Público – Comunicação Social, SA

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da MCRETAIL, SGPS, SA (anteriormente Sonae MC, SGPS, SA)

Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA

Membro do Conselho de Administração da Universo Sonae, SA (anteriormente Sonae FS, SA)

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sparkfood, SA (anteriormente Sonae Food4Future, SA)

**Cargos exercidos noutras entidades**

Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA

Membro do Conselho de Administração da Efanor – Investimentos, SGPS, SE

Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SA

Presidente do Conselho de Administração da Praça Foz – Sociedade Imobiliária, SA

Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA

Administradora única da Sekiwi, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Setimanale, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Casa Agrícola de Ambrães, SA

Membro do Conselho de Administração da Realejo – Sociedade Imobiliária, SA

Gerente da Tangerine Wish, Lda.

**João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores**
**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae**

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da MCRETAIL, SA (anteriormente Sonae MC, SGPS, SA)

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA

Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investment, BV

Membro Executivo do Conselho de Administração da Sontel, BV

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Universo Sonae, SA (anteriormente Sonae FS, SA)

Membro do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L.

Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SA

Membro do Conselho de Administração da Sparkfood, SA (anteriormente Sonae Food4Future, SA)

**Cargos exercidos noutras entidades**

Nenhum

## Conselho Fiscal

### Qualificações Profissionais e elementos curriculares

Maria José Martins Lourenço da Fonseca	
<b>Data de Nascimento</b>	4 de setembro de 1957
<b>Curriculum Académico</b>	
1984	Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto - Prémio Doutor António José Sarmento
1987	Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa
1992	Participação no Young Managers Programme no INSEAD - European Institute of Business Administration, Fontainebleau
2002	Mestre em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
2015	Doutorada em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
<b>Experiência Profissional</b>	
1984-1985	Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto - Microeconomia
1985-1990	Técnica de Assessoria de Estudos Económicos e Planeamento do BPI - Banco Português de Investimento, SA
1990-1992	Analista Sénior na área da Banca de Empresas do BPI - Banco Português de Investimento, SA
1991-1999	Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto - área da Contabilidade
1992-1996	Subdiretora no departamento de Banco de Empresas do BPI - Banco Português de Investimento, SA
1996-2006	Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) como formadora no Curso de Preparação para ROC
2002-2008	Colaboração com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) na área da formação profissional
2008-2009	Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) na área da formação profissional
2015	Membro do Júri das Provas Oraís do Exame para Revisor Oficial de Contas (ROC)
2015-2022	Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), como formadora do Curso de Preparação para ROC
Desde 1996	Docente na Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa), na área da Contabilidade Diretora do Mestrado em Auditoria e Fiscalidade
Desde 2008	Atividade de consultoria através do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa)
Desde 2016	Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA
Desde 2017	Presidente do Conselho Fiscal da AEGE - Associação para a Escola de Gestão Empresarial
Desde 2017	Membro do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA
Desde 2018	Membro do Conselho Fiscal da MCRETAIL, SA (anteriormente Sonae MC, SGPS, SA)
Desde 2018	Presidente do Conselho Fiscal da SDSR - Sports Division SR, SA

Daniel Bessa Fernandes Coelho	
<b>Data de Nascimento</b>	6 de maio de 1948
<b>Curriculum Académico</b>	
1970	Licenciatura em Economia - Universidade do Porto
1986	Doutoramento em Economia - Universidade Técnica de Lisboa
<b>Experiência Profissional</b>	
1970-2009	Docente na Universidade do Porto:
1970-1999	Faculdade de Economia
1988-2000	ISEE (Instituto Superior de Estudos Empresariais)
1989-2002	Faculdade de Engenharia
2000-2008	EGP - Escola de Gestão do Porto (atualmente Porto Business School)
2008-2009	EGP - University of Porto Business School (atualmente Porto Business School)
2009-2009	Faculdade de Economia
1978-1979	Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
1983-2022	Economista em regime de profissão liberal
1990-1995	Pró-Reitor para a Orientação da Gestão Financeira da Universidade do Porto
1995-1996	Ministro da Economia do Governo da República Portuguesa
1996-2000	Diretor Executivo da AURN - Associação das Universidades da Região Norte
1996-2006	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Celulose Beira Industrial (Celbi), SA
1997-1999	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da INPARSA - Indústrias e Participações, SGPS, SA
1997-2007	Presidente do Conselho Fiscal da SPGM - Sociedade de Investimentos
1997-2008	Membro do Conselho de Administração do Finbanco, SA
1999-2002	Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões
1999-2006	Membro dos Conselhos Consultivos da Sonae - SGPS, SA e Sonae Indústria, SA
2000-2012	Presidente do Conselho Consultivo do IGFCCS - Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social
2001-2003	Membro do Conselho Consultivo de Indústrias de Condutores Elétricos e Telefónicos F. Cunha Barros, SA
2001-2011	Membro do Conselho de Administração da Finbanco Holdings, SGPS, SA
2003-2014	Encarregado de Missão do PRASD - Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos do Ministério da Economia e Ministério da Segurança Social e do Trabalho do Governo Português
2003-2022	Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Fundação Bial
2006-2019	Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, SA
2007-abril 2019	Presidente do Conselho Fiscal da Sonae - SGPS, SA
2008-2022	Presidente do Conselho Fiscal da Bial - Portela e Companhia, S.A.
2008-2022	Membro do Comité de Investimento de PVCI - Portuguese Venture Capital Initiative, entidade criada pelo FEI - Fundo Europeu de Investimento
2010-2022	Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amkor Technology Portugal, S.A. (ex-Nanium, SA)
2011-2012	Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, SA
2016-2019	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Amorim Turismo, SGPS, SA
2016-2019	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sociedade Figueira Praia, SA
2017-2019	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da SFP OnLine, SA
2017-2022	Presidente do Conselho Fiscal da GGND - Galp Gás Natural Distribuição, SA
2017-2022	Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo. Anteriormente (janeiro 2014 a novembro de 2017) integrou este órgão como vogal
2019-2020	Vogal do Conselho Fiscal do Banco L. J. Carregosa, SA
2019-2022	Membro do Conselho Fiscal da Sonae - SGPS, SA
2019-2022	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação, Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação, SA
2020-2021	Presidente do Conselho Fiscal da RACE - Refrigeration & Air Conditioning Engineering, SA
2021-2022	Presidente do Conselho Fiscal da Cerealis - SGPS, SA

**Manuel Heleno Sismeiro**

<b>Data de Nascimento</b>	5 de janeiro de 1945
<b>Curriculum Académico</b>	
1964	Contabilista, ICL – Lisboa
1971	Licenciatura em Finanças, ISCEF – Lisboa
<b>Experiência Profissional</b>	
1965-1966	Professor de Contabilidade e Cálculo Comercial do curso geral de Comércio – Escola Industrial e Comercial de Leiria
1970-1971	Técnico no Serviço de Organização e Métodos – Banco da Agricultura
1971-1981	Assistente tendo lecionado aulas teórico-práticas de Matemática, Estatística, Econometria e Investigação – Instituto Superior de Economia de Lisboa
1974-1975	Revisor Oficial de Contas Assistente de Auditoria – Arthur Young & Co
1974-1976	Assistente (primeiro ano letivo) e encarregado da regência (no segundo ano letivo) da cadeira de Contabilidade Geral do Curso de Gestão – Universidade Católica Lisboa
1976-1977	Técnico colocado no Gabinete de Estudos Económicos e no Departamento de Controle das empresas associadas – Banco Borges & Irmão
1977-1980	Chefe de Divisão da Gestão e Controle de Armazéns. Responsável pela gestão de stocks dos armazéns centrais da empresa e de um projeto de implantação a nível nacional do informatizado do controle e gestão de stocks – CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal
1980-2008	Sócio da Coopers & Lybrand e da Bernardes, Sismeiro & Associados, desde 1998 PricewaterhouseCoopers – auditores e revisores oficiais de contas
	Responsável pela auditoria e revisão oficial de contas nos mais diversos sectores da atividade económica. Empresas mais importantes: Sonae (grupo); Amorim (grupo); Unicer (grupo); Sogrape (grupo); Barros (grupo); TMG (grupo); Lactogal (grupo); Aveleda (grupo); RAR (grupo); Cires; Ford; REN
	Responsável pela gestão do escritório do Porto das referidas sociedades 1982 a 2008
	Diretor da Divisão de Auditoria no período 1998 – 2002 e membro do Comité Executivo (órgão de gestão) da PricewaterhouseCoopers, no mesmo período
2009-2017	Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, SA
2010-2017	Presidente do Conselho Fiscal da Segafredo Zanetti (Portugal) – Comercialização e Distribuição de Café, SA
2014	Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Investimentos, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA)
2015	Presidente do Conselho Fiscal do Banif – Banco de Investimento, SA
Desde 2008	Consultor em especial nas áreas de auditoria interna e controle interno
Desde 2009	Presidente do Conselho Fiscal da OCP Portugal – Produtos Farmacêuticos, SA
Desde 2009	Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA
Desde 2018	Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Arauco Portugal, SA

**Cargos exercidos noutras sociedades**

**Maria José Martins Lourenço da Fonseca**

**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae**

Presidente do Conselho Fiscal da SDRS – Sports Division, SR, SA  
 Membro do Conselho Fiscal da MCRETAIL, SA (anteriormente Sonae MC, SGPS, SA)  
 Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA

**Cargos exercidos noutras entidades**

Membro do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA  
 Presidente do Conselho Fiscal da AEGE – Associação para a Escola de Gestão Empresarial  
 Docente na Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa)  
 Consultadoria no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica Portuguesa – CRP

**Daniel Bessa Fernandes Coelho**

**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae**

Nenhum

**Cargos exercidos noutras entidades**

Presidente do Conselho Fiscal da GGND – Galp Gás Natural Distribuição, SA  
 Presidente do Conselho Fiscal da Bial – Portela e Companhia, SA  
 Presidente do Conselho Fiscal da Cerealis – SGPS, SA  
 Membro do Conselho de Administração da SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, SA  
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amkor Technology Portugal, SA  
 Membro do Comité de Investimentos de PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative  
 Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo  
 Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Fundação Bial

**Manuel Heleno Sismeiro**

**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae**

Nenhum

**Cargos exercidos noutras entidades**

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA  
 Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Arauco Portugal, SA  
 Presidente do Conselho Fiscal da OCP Portugal – Produtos Farmacêuticos, SA



3.Demonstrações  
Financeiras

**Conduzimos a  
criação de  
valor**





Demonstrações  
Financeiras  
Consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso Nota 1.4
Vendas	2.2.1	7.387.762	6.680.234
Prestações de serviços	2.2.1	338.251	284.553
Variação de valor das propriedades de investimento	3.11	(3.534)	(2.468)
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	3.6	88.999	(966)
Ganhos ou perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	3.4	35.238	85.163
Outros rendimentos	2.6	197.090	144.748
Custo das vendas	4.1	(5.305.588)	(4.780.598)
Variação da produção	4.1	1.127	637
Fornecimentos e serviços externos	2.4	(864.674)	(784.513)
Gastos com o pessoal	2.3.2	(992.893)	(874.863)
Outros gastos	2.5	(140.940)	(88.152)
Amortizações e depreciações	3.8	(353.743)	(333.136)
Perdas por imparidade	3.12	(65.900)	(22.982)
Provisões	7	(3.148)	(5.191)
<b>Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos</b>		<b>318.047</b>	<b>302.466</b>
Dividendos recebidos	3.4	11.989	10.764
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos	3.2	120.758	100.572
Rendimentos e ganhos financeiros	6.7	112.412	40.340
Gastos e perdas financeiras	6.7	(207.465)	(145.125)
<b>Resultado líquido antes de impostos das operações</b>		<b>355.741</b>	<b>309.017</b>
Imposto sobre o rendimento	4.11	(10.408)	(26.998)
<b>Resultado líquido do exercício das operações</b>		<b>345.333</b>	<b>282.019</b>
Resultado depois de impostos das operações	1.3.2	61.322	48.411
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>406.655</b>	<b>330.430</b>
<b>Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:</b>			
Operações continuadas		285.537	233.268
Operações descontinuadas		56.017	34.209
		<b>341.554</b>	<b>267.477</b>
<b>Atribuível aos Interesses que não controlam:</b>			
Operações continuadas		59.796	48.750
Operações descontinuadas		5.305	14.203
	<b>6.2</b>	<b>65.101</b>	<b>62.953</b>
<b>Resultados por ação</b>			
<b>Das operações continuadas:</b>			
Básico	6.3	0,14883	0,12223
Diluído	6.3	0,14762	0,12154
<b>Das operações descontinuadas:</b>			
Básico	6.3	0,02920	0,01792
Diluído	6.3	0,02896	0,01782

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso Nota 1.4
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>406.655</b>	<b>330.430</b>
Itens de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Variação nas reservas de conversão cambial		(10.060)	1.286
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	3.2	18.796	4.417
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	5.2	9.920	21.801
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral		(2.756)	(5.496)
Outros		-	(12)
<b>Itens de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados</b>		<b>15.900</b>	<b>21.996</b>
Itens de outro rendimento integral que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Variação no valor dos ativos financeiros a justo valor	3.4	(2.856)	23.214
<b>Itens de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados</b>		<b>(2.856)</b>	<b>23.214</b>
<b>Total de outros rendimentos integrais consolidados do exercício</b>		<b>13.044</b>	<b>45.210</b>
<b>Total rendimento integral consolidado do exercício</b>		<b>419.699</b>	<b>375.640</b>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		349.745	305.934
Interesses que não controlam		69.954	69.706

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso Nota 1.4
<b>Ativo</b>			
<b>Ativos não correntes:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.8	1.705.681	1.681.657
Ativos intangíveis	3.9	491.845	479.751
Ativos sob direito de uso	3.10	1.027.820	1.019.953
Propriedades de investimento	3.11	342.621	319.873
Goodwill	3.1	663.531	703.524
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	3.2	1.757.479	1.514.650
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.4	216.889	164.269
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.4	41.263	137.579
Outros investimentos	3.5	16.578	14.984
Ativos por impostos diferidos	4.12	395.820	358.580
Outros ativos não correntes	4.5	49.395	33.695
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>6.708.922</b>	<b>6.428.515</b>
<b>Ativos correntes:</b>			
Inventários	4.1	727.232	633.567
Clientes	4.2	128.727	131.078
Outras dívidas de terceiros	4.3	129.788	112.240
Imposto sobre o rendimento	4.12	48.600	35.194
Estado e outros entes públicos	4.11	22.224	39.177
Outros ativos correntes	4.4	86.463	90.585
Outros investimentos	3.5	597	7.107
Caixa e equivalentes de caixa	6.6	793.812	825.063
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>1.937.443</b>	<b>1.874.011</b>
Ativos não correntes detidos para venda	3.7	726	22.814
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.647.091</b>	<b>8.325.340</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso Nota 1.4
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social	6.1	2.000.000	2.000.000
Ações próprias	6.1	(83.880)	(88.539)
Reservas legais		299.348	281.216
Reservas e resultados transitados		239.530	80.889
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		341.554	267.477
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe</b>		<b>2.796.552</b>	<b>2.541.043</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>6.2</b>	<b>523.848</b>	<b>605.549</b>
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>3.320.400</b>	<b>3.146.592</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Empréstimos bancários	6.4	776.384	780.727
Empréstimos obrigacionistas	6.4	331.372	315.416
Outros empréstimos	6.4	-	1.218
Passivo de locação	3.10	1.109.668	1.074.783
Outros passivos não correntes	4.6	90.936	96.921
Passivos por impostos diferidos	4.12	531.793	502.316
Provisões	7	21.621	21.475
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>2.861.774</b>	<b>2.792.856</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos bancários	6.4	226.744	226.101
Empréstimos obrigacionistas	6.4	28.846	90.255
Outros empréstimos	6.4	-	814
Passivo de locação	3.10	96.897	106.410
Fornecedores	4.7	1.434.829	1.346.555
Outras dívidas a terceiros	4.9	207.732	162.666
Imposto sobre o rendimento	4.12	20.832	20.904
Estado e outros entes públicos	4.11	114.276	100.847
Outros passivos correntes	4.9	330.253	327.170
Provisões	7	4.508	4.170
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>2.464.917</b>	<b>2.385.892</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>5.326.691</b>	<b>5.178.748</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>8.647.091</b>	<b>8.325.340</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	Reservas e Resultados Transitados										Total	Interesses que não controlam (Nota 6.2)	Total do Capital Próprio
	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Justo Valor	Reservas de Cobertura	Outras Reservas e Resultados Transitados *	Total de Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício				
Atribuível aos acionistas da empresa-mãe													
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(93.341)</b>	<b>277.452</b>	<b>873</b>	<b>(25.570)</b>	<b>644</b>	<b>(238.214)</b>	<b>(262.267)</b>	<b>70.945</b>	<b>1.992.789</b>	<b>447.063</b>	<b>2.439.852</b>	
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(1.057)	23.197	12.469	3.849	38.457	267.477	305.934	69.706	375.640	
<b>Aplicação do resultado líquido consolidado de 2020:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	3.763	-	-	-	67.181	67.181	(70.945)	-	-	-	
Dividendos distribuídos	6.1 e 6.2	-	-	-	-	-	(92.923)	(92.923)	-	(92.923)	(3.403)	(96.326)	
Distribuição de rendimentos de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120)	(120)	
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	-	-	-	-	-	-	1.454	1,454	-	1,454	229	1,684	
Cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap	-	4.801	-	-	-	-	(1,185)	(1,185)	-	3,616	-	3,616	
Variação de percentagem em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	330,111	330,111	-	330,111	117,495	447,606	
Aquisição de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	621	621	
Perda de controlo de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	221	221	-	221	(27,523)	(27,301)	
Reexpressão dos ativos ao justo valor da Gosh!	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,373	1,373	
Outros	-	-	-	-	-	-	(160)	(160)	-	(160)	107	(53)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 Reexpresso</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(88.539)</b>	<b>281.216</b>	<b>(184)</b>	<b>(2.373)</b>	<b>13.113</b>	<b>70.334</b>	<b>80.889</b>	<b>267.477</b>	<b>2.541.043</b>	<b>605.549</b>	<b>3.146.592</b>	
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(9.359)	(3.140)	5.154	15.537	8.191	341.554	349.745	69.954	419.699	
<b>Aplicação do resultado líquido consolidado de 2021:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	18.132	-	-	-	249.345	249.345	(267.477)	-	-	-	
Dividendos distribuídos	6.1 e 6.2	-	-	-	-	-	(98.124)	(98.124)	-	(98.124)	(71.468)	(169.592)	
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores	-	4.871	-	-	-	-	1.802	1,802	-	6,674	12	6,686	
Variação de percentagem em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	(3,229)	(3,229)	-	(3,229)	(74,298)	(77,527)	
Diminuição de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6,587)	(6,587)	
Outros	-	(212)	-	-	-	-	656	656	-	443	686	1,129	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(83.880)</b>	<b>299.348</b>	<b>(9.543)</b>	<b>(5.513)</b>	<b>18.266</b>	<b>236.321</b>	<b>239.530</b>	<b>341.554</b>	<b>2.796.552</b>	<b>523.848</b>	<b>3.320.400</b>	

\* Em "Outras reservas e resultados transitados" está incluída uma reserva indisponível relativa às ações próprias no valor de 71.402 milhares de euros (Nota 6.1).

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		7.820.479	7.173.013
Pagamentos a fornecedores		(6.151.690)	(5.615.725)
Pagamentos ao pessoal		(997.271)	(904.690)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>671.518</b>	<b>652.598</b>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(33.119)	(12.242)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(14.832)	(17.538)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>623.567</b>	<b>622.818</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros	3.3	299.837	637.367
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		3.103	22.870
Juros e rendimentos similares		5.922	2.329
Empréstimos concedidos		1.588	5.921
Dividendos	3	45.766	85.313
Outros	3.2.1	38.616	24.288
		<b>394.832</b>	<b>778.088</b>
<b>Atividades Operacionais</b>			
Investimentos financeiros	3.3	(307.830)	(215.532)
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(297.538)	(240.976)
Empréstimos concedidos		(9.039)	(2.977)
Outros		(456)	(3.776)
		<b>(614.863)</b>	<b>(463.261)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(220.031)</b>	<b>314.827</b>
Empréstimos obtidos	6.5	4.063.679	4.102.605
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		712	244
		<b>4.064.391</b>	<b>4.102.849</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Contratos de locação	6.5	(194.046)	(188.319)
Empréstimos obtidos	6.5	(4.102.187)	(4.577.410)
Juros e gastos similares		(24.054)	(31.989)
Reduções de capital e prestações suplementares		(6.587)	(427)
Dividendos		(169.592)	(96.098)
Aquisições de ações próprias	6.1	-	(76.249)
Outros		(3.237)	-
		<b>(4.499.703)</b>	<b>(4.970.492)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(435.312)</b>	<b>(867.643)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>(31.776)</b>	<b>70.002</b>
Efeito das diferenças de câmbio		76	(514)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	6.6	822.690	752.173
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6.6	790.838	822.690

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## SONAE, SGPS, S.A.

### Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Montantes expressos em milhares de euros)

## 1. Nota Introdutória

### 1.1 Apresentação do Grupo

A SONAE, SGPS, S.A. tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-909 Maia, Portugal, Apartado 1011, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado no Anexo I como Grupo Sonae ("Sonae"). Os negócios da Sonae e as áreas de atuação encontram-se indicados na Nota 2.2.

As ações representativas do capital da Sonae, SGPS, S.A. encontram-se cotadas na bolsa de valores Euronext – Lisboa. A 31 de dezembro de 2022 a Sonae, SGPS, S.A. é detida diretamente maioritariamente pela Pareuro BV e Efanor Investimentos SGPS, S.E. sendo esta última a empresa controladora final.

Todos os montantes explicitados neste anexo são apresentados em milhares de euros, arredondados à unidade mais próxima, salvo se expressamente referido em contrário.

A Sonae tem no seu portfólio 8 segmentos operacionais:

- MC é o líder indiscutível no mercado português de retalho alimentar (offline e online);
- Worten é líder de retalho omnicanal de produtos e serviços, com foco em eletrodomésticos e eletrónica de consumo;
- Sierra é o operador totalmente integrado no setor imobiliário;
- Zeitreel é o maior grupo português de moda (Salsa, Mo, Zippy e Losan);
- Universo é um operador de serviços financeiros digitais em rápido crescimento em Portugal;
- Bright Pixel é um investidor ativo e especializado com foco em tecnologia de retalho, infraestruturas digitais e cibersegurança.
- NOS é o operador convergente líder no mercado português de telecomunicações; e
- Iberian Sports Retail Group (ISRG) é um dos maiores retalhistas internacionais de desporto com rápido crescimento (Sprinter, SportZone, JD, Size?, Deporvillage e SUR);

A Sonae SGPS, S.A. desenvolve a sua atividade em Portugal, mas as áreas de negócio do grupo operam a nível internacional.

## 1.2 Factos relevantes ocorridos no exercício

### Guerra na Ucrânia

O ano de 2022 ficou marcado pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia e pela consequente deterioração do contexto geopolítico internacional.

Este conflito tem provocado uma escalada dos preços nos mercados internacionais sobretudo devido aos aumentos acentuados nos custos de energia e às perturbações nas cadeias de abastecimento que afetaram toda a economia. O elevado nível de inflação, juntamente com as crescentes taxas de juro colocaram sob pressão o rendimento disponível das famílias e, conseqüentemente, alteraram os seus padrões de consumo. Na Sonae, rapidamente percebemos os impactos potenciais nas nossas comunidades e agimos em conformidade para os mitigar. Para evitar uma maior sobrecarga nos orçamentos familiares, os nossos negócios de retalho suportaram parte da pressão inflacionista, à custa da sua própria rentabilidade.

### Resolução da parceria na ZOPT e participação na NOS (Nota 3.2)

No terceiro trimestre de 2022, a Sonaecom procedeu à resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited. Em reunião da Assembleia Geral da ZOPT realizada a 28 de setembro, deliberou-se proceder à amortização da participação da Sonaecom naquela sociedade, e à restituição das prestações acessórias por si efetuadas, por contrapartida da entrega da proporção detida nos ativos líquidos da sociedade, correspondente a ações representativas de 26,07% do capital social da NOS que não se encontram oneradas, e de outros meios monetários líquidos. Por força da referida deliberação, a Sonaecom deixou de ser acionista da ZOPT.

Decorridos os formalismos legais, associados à tutela dos credores da ZOPT e à apreciação da operação pela Autoridade da Concorrência – a ZOPT procedeu à entrega à Sonaecom (em dezembro de 2022) das ações representativas de 26,07% do capital social da NOS, as quais passaram a ser diretamente detidas pela Sonaecom. Conseqüentemente, a 31 de dezembro de 2022, a Sonae era imputada uma participação na NOS de 37,37% do capital social e do direitos de voto nessa sociedade, por efeito da participação direta no capital e direitos de voto na NOS de que a Sonae é titular e da imputação indireta dos votos relativos à referida percentagem de 26,07% que são diretamente detidos pela sua subsidiária Sonaecom.

Tendo em consideração a percentagem de detenção, direta e indiretamente imputável à Sonae, foi analisado à luz do descrito na IFRS 10, se a Sonae poderia exercer o controlo sobre a NOS. Desta análise, concluiu-se que a Sonae não controla a referida sociedade, na medida em que não detém a maioria do capital social e dos direitos de voto da NOS e, que não é claro que i) seja possível à Sonae tomar decisões por si só e ii) que seja improvável a existência de uma maioria contrária às suas intenções. Face ao exposto, e tendo a Sonae a possibilidade de participar nos processos de decisão da NOS, estamos perante uma situação de influência significativa, sendo o respetivo investimento classificado como "Investimentos em associadas", e registado nas contas consolidadas da Sonae pelo método de equivalência patrimonial."

## Alienação da Maxive – Cybersecurity, SGPS, S.A. (Nota 1.3.2)

A 11 de outubro de 2022, a subsidiária da Sonaecom, Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. (Bright Pixel Capital) e restantes acionistas, concretizaram a alienação da totalidade do capital social e direitos de voto da Maxive – Cybersecurity, SGPS, S.A., à Thales Europe, S.A.S na sequência do acordo celebrado com esta em 17 de maio de 2022.

## Alienação da participação de 50% na MDS SGPS, S.A.

A Sonae SGPS, S.A. concluiu, no último trimestre de 2022, a transação de alienação da participação de 50% na MDS SGPS, S.A. à Ardonagh Global Partners – Project Macau, Unipessoal, Lda., uma entidade detida integralmente por The Ardonagh Group Limited (“The Ardonagh Group”).

## Princípio de acordo para criação de joint-venture com o Bankinter

A Sonae SGPS, S.A. chegou a um acordo de princípio com o Bankinter Consumer Finance, E.F.C., S.A. (“Bankinter Consumer Finance”) para a criação de uma joint-venture que prevê a combinação dos negócios do Universo, IME, S.A. (“Universo”) e do Bankinter Consumer Finance. Este acordo estabelece os principais termos para a criação de um operador líder em crédito ao consumo em Portugal que terá como acionistas a Sonae e o Bankinter, ambos com 50% do capital. A 31 de março de 2023 foi concretizado o acordo com o Bankinter Consumer Finance (Nota 1.5).

## Oferta Pública de Aquisição de ações da Sonaecom – SGPS, S.A.

A 21 de dezembro de 2022, a Sonae SGPS, S.A. lançou uma oferta pública geral e voluntária de aquisição de ações representativas do capital social da Sonaecom – SGPS, S.A.. A contrapartida oferecida, a pagar em numerário, é de 2,50 euros por cada Ação, deduzida de qualquer montante (líquido) que venha a ser atribuído a cada Ação, a título de dividendos, de adiantamento sobre o lucro do exercício, de distribuição de reservas ou qualquer outro.

## 1.3 Perímetro de consolidação

As empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Sonae a 31 de dezembro de 2022 estão listadas no Anexo I do presente relatório.

### Princípio de consolidação

- a) Investimentos financeiros em empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas no Anexo I.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 3.1). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses que não controlam, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses que não controlam.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital Próprio, em Outros instrumentos de capital próprio.



Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

b) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros (a moeda de apresentação do Grupo) utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar Americano	0,93756	0,95148	0,88292	0,84602
Franco Suíço	1,01554	0,99612	0,96796	0,92506
Libra Inglesa	1,12748	1,17317	1,19008	1,16366
Real Brasileiro	0,17735	0,18458	0,15848	0,15694
Dólar Australiano	0,63723	0,65998	0,64041	0,63516
Peso Mexicano	0,04795	0,04735	0,04321	0,04171
Lira Turca	0,05009	0,05784	0,06564	0,09753
Metical Moçambicano	0,01465	0,01490	0,01377	0,01302
Kwanza Angolano	0,00184	0,00208	0,00159	0,00135
Zloty Polaco	0,21364	0,21349	0,21754	0,21906

**Saldos e transações expressos em moeda estrangeira**

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 5.2).

**Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes**

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem de ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas

Tendo em consideração a percentagem de detenção, direta e indiretamente imputável à Sonae, foi analisado à luz do descrito na IFRS 10, se a Sonae poderia exercer o controlo sobre a NOS. Desta análise, concluiu-se que a Sonae não controla a referida sociedade, na medida em que não detém a maioria do capital social e dos direitos de voto da NOS e, que não é claro que i) seja possível à Sonae tomar decisões por si só e ii) que seja improvável a existência de uma maioria contrária às suas intenções. Face ao exposto, e tendo a Sonae a possibilidade de participar nos processos de decisão da NOS, estamos perante uma situação de influência significativa, sendo o respetivo investimento classificado como “Investimentos em associadas”, e registado nas contas consolidadas da Sonae pelo método de equivalência patrimonial.

### 1.3.1 Aquisições de subsidiárias ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2022:

O detalhe das aquisições de subsidiárias pode ser analisado como se segue:

FIRMA	Sede social	Percentagem de capital detido	
		À data de aquisição	
		Direto	Total
<b>Worten</b>			
Marketplace - Comércio Electrónico, S.A.	Porto/Portugal	100,00%	100,00%
<b>Sierra</b>			
North Tower, B.V.	Amesterdão/Paises Baixos	100,00%	90,00%

#### Worten

Em janeiro de 2022, a Worten adquiriu 50% da Marketplace (os restantes 50% são detidos pela Sonae SGPS, S.A.). A entidade deixou de ser uma entidade conjuntamente controlada e passou a ser incorporada pelo método de consolidação integral.

#### Sierra

Em maio de 2022, a subsidiária Sierra Investments Holdings B.V. adquiriu o restante capital da entidade controlada conjuntamente North Tower B.V. (que detém 100% do capital da Torre Norte, S.A.) por 5.750 milhares de euros. Desde 1 de maio de 2022, estas empresas deixaram de ser consideradas entidades conjuntamente controladas e passaram a ser incorporadas pelo método de consolidação integral.

Os efeitos destas aquisições nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

	Worten		Sierra	
	À data de aquisição	Justo Valor	Total	Total
<b>Ativos líquidos adquiridos:</b>				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 3.8 e 3.9)	2.299	(2.025)	274	-
Outros investimentos financeiros	32	-	32	-
Propriedades de investimento (Nota 3.11)	-	-	-	12.497
Ativos por impostos diferidos (Nota 4.11)	2.183	(2.183)	-	-
Clientes e outros devedores	501	(281)	221	-
Outros ativos	390	-	390	453
Caixa e equivalentes de caixa	1.467	(7)	1.460	1.171
Outros passivos não correntes	-	-	-	(1.019)
Provisões	(126)	-	(126)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(415)	-	(415)	(1.592)
Outros passivos	(1.786)	(235)	(2.021)	-
<b>Total de ativos líquidos adquiridos</b>	<b>4.544</b>	<b>(4.731)</b>	<b>(186)</b>	<b>11.510</b>
Valor contabilístico do investimento anterior à data da compra	-	-	-	(5.755)
Goodwill (Nota 3.1)	-	-	186	(5)
<b>Custo de aquisição</b>	<b>4.544</b>	<b>(4.731)</b>	<b>-</b>	<b>5.750</b>
Pagamentos efetuados	-	-	-	(4.579)
Valores em dívida	-	-	-	-
			-	(4.579)
Pagamentos efetuados	-	-	-	(4.579)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	-	-	-	1.171
			-	(5.750)

Como preconizado na IFRS 3, na aquisição da Marketplace foi realizado o processo de remensuração dos ativos adquiridos tendo estes sido ajustados retrospectivamente à data de aquisição. No caso das aquisições do segmento Sierra os ativos adquiridos já estavam valorizados ao seu justo valor.

#### Sierra

Adicionalmente, em março de 2022, a Sonae adquiriu uma participação adicional de 10% do capital social da Sierra representado por ações detidas pela Grosvenor Investments (Portugal) S.Àr.L, pelo preço de 83,5 milhões de euros. Na sequência da execução da referida transação, a Sonae passa a deter 90% do capital social e dos direitos de voto na Sierra. O principal impacto desta operação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi a transferência de Reservas de “Interesses Sem Controlo” para “Capital Próprio do Grupo”, uma vez que a Sonae já detém uma participação de controlo de 80% na Sierra (impacto de 5,9 M€ no capital próprio global).

### 1.3.2 As principais alienações de subsidiárias ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2022

O detalhe das alienações de subsidiárias pode ser analisado como se segue:

FIRMA	Sede social	À data de alienação	
		Direto	Total
<b>Sierra</b>			
ARP Alverca Retail Park, S.A.	Portugal	100,00%	90,00%
Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Portugal	100,00%	90,00%
<b>Bright Pixel</b>			
Excellium Group, S.A. ('Excellium')	Luxemburgo	100,00%	61,27%
Excellium Services, S.A. ('Excellium Services')	Luxemburgo	100,00%	61,27%
Excellium Services Belgium, S.A. ('Excellium Services Belgium')	Bélgica	100,00%	61,27%
S21Sec Portugal Cybersecurity Services, S.A. ('S21 Sec Portugal')	Portugal	100,00%	61,27%
Grupo S21Sec Gestión, S.A.U. ('S21 Sec Gestion')	Espanha	100,00%	61,27%
S21Sec Information Security Labs, S.L.U. ('S21 Sec Labs')	Espanha	100,00%	61,27%
Maxive - Cybersecurity , SGPS, S.A. ('Maxive')	Portugal	68,10%	61,27%
Maxive CyberSecurity - Sucursal no Reino Unido ('Maxive Uk')	Reino Unido	100,00%	61,27%

#### Sierra

Em setembro de 2022 o Grupo, através das suas subsidiárias Sierra Developments Holding B.V., Sierra Investments Holdings B.V. e Sierra Investments, SGPS, S.A., alienou a totalidade do capital social (100%) da subsidiária ARP Alverca Retail Park, S.A. ("Alverca") pelo valor de 7.848 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho no valor de 5.154 milhares de euros (Nota 3.6).

Em novembro de 2022 o Grupo, através das suas subsidiárias Sierra Developments Holding B.V. e Sierra Developments, SGPS, S.A., alienou a totalidade do capital social (100%) da subsidiária Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Famalicão") pelo valor de 1.200 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho no valor de 846 milhares de euros (Nota 3.6).

#### Bright Pixel

A 11 de outubro, a subsidiária da Sonaecom, Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. (Bright Pixel Capital) e restantes acionistas, concretizaram a alienação da totalidade do capital social e direitos de voto da Maxive – Cybersecurity, SGPS, S.A., à Thales Europe, S.A.S na sequência do acordo celebrado com esta em 17 de maio de 2022. Esta transação originou uma mais-valia de 64.648 milhares de euros (líquida de despesas de transação).

Os efeitos destas alienações nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2022 podem ser analisados como segue:

	À data de alienação	
	Sierra	Bright Pixel
Ativos líquidos		
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso	-	10.129
Goodwill (Nota 3.1)	-	13.355
Ativos por impostos diferidos	-	3.304
Propriedades de investimento em curso	11.133	-
Outros ativos não correntes	-	73
Clientes	6	9.058
Outros ativos correntes	35	15.053
Caixa e equivalentes de caixa	30	5.897
Empréstimos	-	(5.059)
Passivos de locação	-	(3.340)
Provisões	-	(123)
Passivos por impostos diferidos	(322)	-
Outros passivos não correntes	(15)	-
Fornecedores	-	(9.287)
Outros passivos correntes	(44)	(17.276)
<b>Total de ativos líquidos alienados</b>	<b>10.824</b>	<b>21.783</b>
Total dos ativos líquidos desconhecidos interesses que não controlam	-	10.157
Reversão de imparidade	(7.776)	-
<b>Total dos ativos líquidos desconhecidos após interesses que não controlam</b>	<b>3.048</b>	<b>31.941</b>
Contrapartida recebida	9.048	96.633
<b>Ganho / (perda) resultante da alienação</b>	<b>6.000</b>	<b>64.693</b>

	31 dez 2022	
	BrightPixel	Total de Descontinuadas
Volume de negócios	47.655	47.655
Outros rendimentos	3.452	3.452
Custo das vendas	(10.979)	(10.979)
Fornecimentos e serviços externos	(13.798)	(13.798)
Gastos com o pessoal	(25.002)	(25.002)
Amortizações e depreciações	(3.180)	(3.180)
Provisões e perdas por imparidade	(60)	(60)
Outros gastos	(234)	(234)
Resultados financeiros	(1.323)	(1.323)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>(3.469)</b>	<b>(3.469)</b>
Imposto sobre o rendimento	98	98
<b>Resultados depois de impostos</b>	<b>(3.371)</b>	<b>(3.371)</b>
Rendimentos ou perdas relativas à perda de controlo	64.693	64.693
<b>Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas</b>	<b>61.322</b>	<b>61.322</b>

## 1.4 Reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas

### 1.4.1 Imputação do justo valor dos ativos e passivos da Claybell

A Sonae em 2021, concluiu a aquisição de 95,4% do capital social e dos direitos de voto da Claybell Limited, a qual detém 100% da Gosh Food Limited, que comercializa sob a marca "Gosh!".

Com sede no Reino Unido, a Gosh! é uma empresa de referência na produção e comercialização de produtos alimentares de origem vegetal, um setor atrativo e de elevado crescimento. A Empresa oferece uma gama de produtos "clean label" e sem alergénios - distribuídos quer sob a marca Gosh!, quer sob marca própria, através dos principais retalhistas e operadores de food-service do Reino Unido.

No seguimento desta aquisição foi feita uma avaliação, durante o exercício de 2022, do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. O justo valor foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram:

- carteira de clientes no valor de 18,1 milhões de euros (15,6 milhões de libras) valorizadas com base na metodologia dos cash-flows descontados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital de 10,1%. Esta carteira será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes (20 anos);

- marca Gosh! no valor de 18,2 milhões de euros (15,7 milhões de libras) valorizada com base na metodologia dos royalties libertados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital de 10,6% e uma taxa de royalties de 5,5%, e para a qual não foi identificada vida definida;

Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico. Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos Intangíveis.

As valorizações acima efetuadas correspondem ao Nível 3 de Justo Valor, de acordo com o IFRS 13.

Dado que esta aquisição ocorreu no final de 2021, só durante 2022 foi possível concluir o exercício de atribuição de justo valor e cálculo do Goodwill, que pode ser analisada como segue:

	À data de aquisição	Justo Valor	Total
<b>Ativos líquidos adquiridos:</b>			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	9.768	37.174	46.942
Direitos de uso	2.861	-	2.861
Ativos por impostos diferidos (Nota 4.11)	644	-	644
Inventários	754	-	754
Cientes e outros devedores	3.833	-	3.833
Outros ativos	278	-	278
Caixa e equivalentes de caixa	2.607	-	2.607
Empréstimos	(3.225)	-	(3.225)
Passivos por impostos diferidos (Nota 4.11)	(1.588)	(7.030)	(8.617)
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.764)	-	(1.764)
Outros passivos	(658)	-	(658)
<b>Total de ativos líquidos adquiridos</b>	<b>13.508</b>	<b>30.144</b>	<b>43.652</b>
Interesses que não controlam (Nota 6.2)	(621)	(1.373)	(1.994)
Goodwill (Nota 3.1)	61.694	(28.771)	32.923
<b>Custo de aquisição</b>	<b>74.582</b>	<b>-</b>	<b>74.582</b>

O impacto da reexpressão da posição financeira consolidada de 31 de dezembro de 2021 foi o seguinte:

31 dez 2021	Antes da Reexpressão	Gosh!	Após Reexpressão
<b>Ativo</b>			
<b>Ativos não correntes:</b>			
Ativos fixos tangíveis	1.681.657	-	1.681.657
Ativos intangíveis	442.753	36.998	479.751
Ativos sob direito de uso	1.019.953	-	1.019.953
Propriedades de investimento	319.873	-	319.873
Goodwill	732.295	(28.771)	703.524
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	1.514.650	-	1.514.650
Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados	164.269	-	164.269
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	137.579	-	137.579
Outros investimentos	14.984	-	14.984
Ativos por impostos diferidos	358.580	-	358.580
Outros ativos não correntes	33.695	-	33.695
<b>Total de ativos não correntes</b>	<b>6.420.288</b>	<b>8.227</b>	<b>6.428.515</b>
<b>Ativos correntes:</b>			
Inventários	633.567	-	633.567
Clientes	131.078	-	131.078
Outras dívidas de terceiros	112.240	-	112.240
Imposto sobre o rendimento	35.194	-	35.194
Estado e outros entes públicos	39.177	-	39.177
Outros ativos correntes	90.586	-	90.586
Outros investimentos	7.107	-	7.107
Caixa e equivalentes de caixa	825.063	-	825.063
<b>Total de ativos correntes</b>	<b>1.874.011</b>	<b>-</b>	<b>1.874.011</b>
Ativos não correntes detidos para venda	22.814	-	22.814
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.317.113</b>	<b>8.227</b>	<b>8.325.340</b>

31 dez 2021	Antes da Reexpressão	Gosh!	Após Reexpressão
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social	2.000.000	-	2.000.000
Ações próprias	(88.539)	-	(88.539)
Prêmios de emissão	-	-	-
Prestações acessórias	-	-	-
Reservas legais	281.216	-	281.216
Reservas e resultados transitados	80.890	-	80.890
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas da empresa-mãe	267.652	(176)	267.477
<b>Total capital próprio atribuído aos Acionistas da empresa-mãe</b>	<b>2.541.219</b>	<b>(176)</b>	<b>2.541.043</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>604.176</b>	<b>1.373</b>	<b>605.549</b>
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>3.145.395</b>	<b>1.197</b>	<b>3.146.592</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Empréstimos bancários	780.727	-	780.727
Empréstimos obrigacionistas	315.416	-	315.416
Outros empréstimos	1.218	-	1.218
Passivos de locação	1.074.783	-	1.074.783
Outros passivos não correntes	96.921	-	96.921
Passivos por impostos diferidos	495.287	7.030	502.316
Provisões	21.477	-	21.477
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>2.785.827</b>	<b>7.030</b>	<b>2.792.857</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos bancários	226.101	-	226.101
Empréstimos obrigacionistas	90.255	-	90.255
Outros empréstimos	814	-	814
Passivos de locação	106.410	-	106.410
Fornecedores	1.346.555	-	1.346.555
Outras dívidas a terceiros	162.666	-	162.666
Imposto sobre o rendimento	20.904	-	20.904
Estado e outros entes públicos	100.847	-	100.847
Outros passivos correntes	327.170	-	327.170
Provisões	4.170	-	4.170
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>2.385.892</b>	<b>-</b>	<b>2.385.892</b>
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>5.171.719</b>	<b>7.030</b>	<b>5.178.748</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>8.317.113</b>	<b>8.227</b>	<b>8.325.340</b>

O impacto na demonstração de resultados consolidados de 2021 da imputação de justo valor aos activos da Gosh! está identificada na Nota 1.4.2.

## 1.4.2 Impacto da reexpressão da demonstração consolidada dos resultados

Conforme previsto pelo IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para refletir numa única rubrica (Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após impostos das unidades operacionais descontinuadas da Maxive e suas subsidiárias. Adicionalmente, a imputação do justo valor aos ativos da Gosh! originaram alterações no valor das amortizações e respetivos impostos no exercício de 2021.

O impacto na demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2021 pode ser analisado como segue:

31 dez 2021	Antes da Reexpressão	Gosh!	Bright Pixel	Após Reexpressão
Vendas	6.697.614	-	17.380	6.680.234
Prestações de serviços	325.668	-	41.115	284.553
Variação de valor das propriedades de investimento	(2.468)	-	-	(2.468)
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	(925)	-	41	(966)
Ganhos ou perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	85.171	-	8	85.163
Outros rendimentos	146.208	-	1.460	144.748
Custo das vendas	(4.795.518)	-	(14.920)	(4.780.598)
Variação da produção	637	-	-	637
Fornecimentos e serviços externos	(796.938)	-	(12.425)	(784.513)
Gastos com o pessoal	(905.209)	-	(30.345)	(874.863)
Outros gastos	(88.754)	-	(602)	(88.151)
Amortizações e depreciações	(338.157)	227	(5.248)	(333.136)
Perdas por imparidade	(23.168)	-	(186)	(22.982)
Provisões	(5.285)	-	(94)	(5.191)
<b>Resultado líquido consolidado antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos das operações continuadas</b>	<b>298.877</b>	<b>227</b>	<b>(3.817)</b>	<b>302.466</b>
Dividendos recebidos	10.765	-	-	10.765
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	100.587	-	14	100.572
Rendimentos e ganhos financeiros	41.466	-	1.126	40.340
Gastos e perdas financeiros	(147.699)	-	(2.572)	(145.127)
<b>Resultado líquido antes de impostos das operações continuadas</b>	<b>303.995</b>	<b>227</b>	<b>(5.249)</b>	<b>309.017</b>
Imposto sobre o rendimento	(26.592)	(43)	449	(26.998)
<b>Resultado líquido do período das operações continuadas</b>	<b>277.403</b>	<b>184</b>	<b>(4.799)</b>	<b>282.018</b>
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	53.211	-	4.799	48.411
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	<b>330.614</b>	<b>184</b>	<b>-</b>	<b>330.430</b>

## 1.5 Eventos subsequentes

### Aquisição da BR Malls

A 6 de janeiro de 2023, foi concluída a operação de combinação de negócios entre a Aliance Sonae Shopping Centers, S.A. apresentada em Investimentos em Associadas e a Br Malls Participações, S.A. classificada como Ativos Financeiros ao Justo Valor por Outro Rendimento Integral.

### Sonaecom

A 14 de março de 2023, o Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) deliberou registar a oferta pública geral e voluntária de aquisição de 35.228.749 ações da Sonaecom SGPS, SA, anunciada ao mercado a 21 de dezembro de 2022, e aprovar o respetivo prospeto.

A CMVM informou ainda que:

- a. Sendo intenção da Sonae recorrer ao mecanismo de aquisição potestativa previsto no artigo 194.º do Código dos Valores Mobiliários ("Cód. VM") caso os requisitos para o efeito se verifiquem, aplica-se o seguinte entendimento:
  - i. caso a Sonae atinga 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Sonaecom, a Sonae poderá, após a oferta, recorrer ao mecanismo de aquisição potestativa ao preço da oferta (2,50 euros), desde que até à data dessa aquisição não adquira ações da Sonaecom a preço superior;
  - ii. o cálculo do limiar de 90% dos direitos de voto representativos do capital social supra referido deve atender à totalidade das ações da Sonaecom, incluindo as 5.571.014 ações próprias. O limiar será atingido caso a Sonae adquira, pelo menos, 4.094.746 ações correspondentes a 1,315% do capital social.

A Sonae renunciou à condição de eficácia da oferta, o que significa que adquirirá todas as ações relativamente às quais os seus titulares transmitam ordem de venda, mesmo que não atinja os 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social.

### Sierra

A 15 de março de 2023 a Sonae adquiriu 10% do capital social da Sierra à Grosvenor, pelo preço de 88,6 milhões de euros, o que representa um desconto implícito de cerca de 10% sobre o NAV da Sierra no final de 2022, na sequência do exercício pela Grosvenor do direito de put option. Na sequência da execução da referida transação, a Sonae passa a deter 100% do capital social e dos direitos de voto na Sierra. O principal impacto desta operação nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae será a transferência de Reservas de "Interesses Sem Controlo" para "Capital Próprio da empresa-mãe", uma vez que a Sonae já detém uma participação de controlo na Sierra.

**Joint-venture Universo e Bankinter**

A 31 de março de 2023, no seguimento do comunicado divulgado no passado dia 20 de Dezembro de 2022, a Sonae acordou com o Bankinter Consumer Finance (“Bankinter”) a sua entrada no capital do Universo, IME, SA (“Universo”) – entidade gestora do portfólio de produtos e serviços financeiros com marca Universo, resultando na criação de uma joint-venture na área de crédito ao consumo em Portugal.

Esta transação permitirá à Sonae estabelecer uma parceria 50/50 com um operador bancário de referência como o Bankinter, o qual aportará a sua vasta experiência no setor financeiro, para a criação de um operador líder em crédito ao consumo em Portugal.

Esta parceria enquadra-se na estratégia de gestão ativa de portefólio da Sonae, que procura otimizar as estruturas acionistas das empresas do seu portefólio e encontrar os melhores parceiros para complementar as suas competências e apoiar os planos de crescimento das suas participadas. A transação tem subjacente um valor de capitais próprios do Universo de cerca de 45 milhões de euros e envolve a venda de 50% do seu capital social por um valor estimado de 19 milhões de euros na data de conclusão da transação. Além deste montante, o acordo prevê ainda o pagamento de até 5 milhões de euros adicionais, contingente e diferido por 5 anos após a conclusão da transação. Os termos da transação visam a desconsolidação da atual participação de 100% da Sonae no Universo, passando a nova participação de 50% a ser registada pelo método de equivalência patrimonial.

**1.6 Bases de preparação**

**Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de abril de 2023. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

**Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2022. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e iii) propriedades de investimento mensuradas a justo valor.

**1.7 Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas**

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2022:

Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2022		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis.	01 jan 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso.	01 jan 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.	01 jan 2022
Ciclo de melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.	01 jan 2022

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2022. O Grupo efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação das referidas normas não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, já endossadas pela UE		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas".	01 jan 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas.	01 jan 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	01 jan 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	01 jan 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais.	01 jan 2023

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas, nomeadamente quanto à aplicação da IFRS17 na subsidiárias Highdome.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, ainda não endossadas pela UE		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 – Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	01 jan 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	01 jan 2024

## 1.8 Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.



**1.8.1 Os julgamentos mais significativos refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:**

- a) Prazos de locação dos ativos sob direito de uso (Nota 3.10)
- b) Registo de provisões e análise de passivos contingentes (Nota 7);
- c) Classificação dos investimentos do portfólio de venture capital (Nota 3.4);
- d) Entidades incluídas no perímetro de consolidação (Anexo I);
- e) Apresentação de financiamentos concedidos a entidades participadas como empréstimos concedidos ou parte do investimento (Nota 4.3 e 4.5);
- f) Avaliação da aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais;

**1.8.2 As estimativas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:**

- a) Análises de Imparidade de Goodwill, de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos tangíveis e intangíveis (Nota 3.1)  
  
A avaliação da imparidade do goodwill, investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos tangíveis e intangíveis envolve julgamentos e estimativas significativas por parte da Administração, nomeadamente na projeção dos fluxos de caixa dos ativos incluídos nos planos de negócios, taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto dos referidos fluxos de caixa.
- b) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (Notas 5.1 e 5.2);
- c) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 4.12.2);
- d) Imparidade de ativos financeiros (Nota 7.1);
- e) Imposto sobre os lucros das várias geografias do Grupo (Nota 4.11);
- f) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ou resultados (Nota 1.6 a) e 3.4);

- g) Justo valor das propriedades de investimento (Notas 3.11).

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 - "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

Os restantes julgamentos e estimativas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

## 2. Atividade Operacional

### 2.1 Apresentação da informação de gestão consolidada

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e EBITDA subjacente, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados indiretos incluem os resultados da Sierra, líquidos de impostos, relativos a:

- i) avaliação de propriedades de investimento;
- ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas;
- iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill);
- iv) ganhos (perdas) resultantes da obtenção/perda de controlo e correspondente reciclagem das reservas de conversão; e
- v) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portfólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) goodwill negativo (líquido de impostos) relativo a aquisições do período, (iv) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados);
- v) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e de outros rendimentos subjacentes (incluindo dividendos) e (vi) outros temas não relevantes.

O valor de EBITDA, EBITDA subjacente e EBIT são calculados apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31 dez 2022				31 dez 2021 Reexpresso			
	Consolidado	Resultado indireto (d)	Não recorrente	Resultado direto (e)	Consolidado	Resultado indireto (d)	Não recorrente	Resultado direto (e)
Volume de negócios	7.726.013	-	-	7.726.013	6.964.787	-	-	6.964.787
Variação de valor das propriedades de investimento	(3.534)	(3.534)	-	-	(2.468)	(2.468)	-	-
Ganhos ou perdas relativos a investimentos								
Dividendos e outros ajustamentos	11.989	11.988	-	-	10.729	10.564	-	165
Outros	88.999	-	88.999	-	(966)	(49.704)	-	48.738
Outros proveitos								
Outros	197.090	(3.194)	-	200.284	144.748	-	-	144.748
<b>Total de proveitos</b>	<b>8.020.557</b>	<b>5.260</b>	<b>88.999</b>	<b>7.926.297</b>	<b>7.116.830</b>	<b>(41.608)</b>	<b>-</b>	<b>7.158.438</b>
<b>Total de gastos</b>	<b>(7.300.623)</b>	<b>-</b>	<b>8.715</b>	<b>(7.309.338)</b>	<b>(6.520.021)</b>	<b>-</b>	<b>52.310</b>	<b>(6.572.330)</b>
Amortizações e depreciações	(353.743)	-	-	(353.743)	(333.122)	-	-	(333.122)
Ajustamentos para inventários	(2.345)	-	-	(2.345)	(4.753)	-	-	(4.753)
Ganhos e perdas em ativos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	(2.662)	-	-	(2.662)
Provisões para extensões de garantia	(1.258)	-	-	(1.258)	(1.108)	-	-	(1.108)
Imparidades de ativos	(71.687)	(57.214)	-	(14.473)	-	-	-	-
Reversão de perdas por imparidade	6.672	-	-	6.672	12.705	-	-	12.705
Reversão de provisões para extensões de garantia	1.271	-	-	1.271	536	-	-	536
Outras	(4.046)	-	-	(4.046)	(40.337)	(4.041)	-	(36.296)
<b>Resultados antes de resultados financeiros, resultados de empreendimentos conjuntos e associadas e resultados não recorrente</b>	<b>294.798</b>	<b>(51.954)</b>	<b>97.713</b>	<b>249.037</b>	<b>228.068</b>	<b>(45.649)</b>	<b>52.310</b>	<b>221.407</b>
Resultados não recorrente	-	-	(162.361)	162.361	-	-	(52.310)	52.310
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	35.238	17.192	-	18.046	85.163	69.631	-	15.532
Resultados financeiros	(95.052)	-	-	(95.052)	(104.787)	-	-	(104.787)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP								
Associadas e empreendimentos conjuntos da Sierra	32.891	(15.226)	-	48.117	24.220	(4.744)	-	28.965
Armilar Venture Funds	(8.704)	(8.704)	-	-	30.250	30.250	-	-
NOS / ZOPT	72.850	9.390	-	63.460	32.062	-	-	32.062
Outros	23.721	2.505	-	21.216	14.040	(2.877)	-	16.917
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>355.741</b>	<b>(46.797)</b>	<b>(64.648)</b>	<b>467.185</b>	<b>309.017</b>	<b>46.611</b>	<b>-</b>	<b>262.406</b>
Impostos sobre o rendimento	(10.408)	4.122	-	(14.529)	(26.998)	(21.079)	-	(5.920)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>345.333</b>	<b>(42.675)</b>	<b>(64.648)</b>	<b>452.656</b>	<b>282.018</b>	<b>25.532</b>	<b>-</b>	<b>256.487</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>61.322</b>	<b>-</b>	<b>64.648</b>	<b>(3.326)</b>	<b>48.411</b>	<b>47.546</b>	<b>-</b>	<b>865</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>406.655</b>	<b>(42.675)</b>	<b>-</b>	<b>449.329</b>	<b>330.430</b>	<b>73.078</b>	<b>-</b>	<b>257.351</b>
Atribuível aos acionistas	341.554	(44.043)	-	385.597	267.477	67.159	-	200.317
Interesses sem controlo	65.101	1.367	-	63.734	62.953	5.919	-	57.034
<b>EBITDA subjacente (b)</b>				<b>635.018</b>				<b>600.903</b>
<b>EBITDA (a)</b>				<b>926.846</b>				<b>732.021</b>
<b>EBIT (c)</b>				<b>558.912</b>				<b>367.892</b>

(a) EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos diretos - reversão de perdas por imparidade diretos + resultados pelo método de equivalência patrimonial (resultados diretos dos empreendimentos conjunto e associadas da Sierra, ZOPT e outras participadas) + provisões para extensões de garantia + resultados não usuais;

(b) EBITDA subjacente= EBITDA- efeito do método da equivalência patrimonial - resultados considerados não recorrentes;

(c) EBIT = Resultado direto antes de impostos - resultado financeiro - dividendos;

(d) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos e os resultados recorrentes;

(e) Resultados indiretos = Inclui resultados da Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill); e (iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portfólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, em imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia "mark-to-market" de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e de outros rendimentos subjacentes (incluindo dividendos); e (v) outros temas não relevantes.

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

Resultado indireto	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Resultado indireto da Sierra líquido de imposto	(24.096)	(12.290)
Dividendos recebidos NOS	11.988	10.564
Imparidades em ativos líquidos de impostos da Zeitree	(48.357)	-
Resultado indireto dos Fundos e dos ativos financeiros ao justo valor da Bright Pixel	8.812	77.682
Outros	8.977	(2.877)
<b>TOTAL</b>	<b>(42.675)</b>	<b>73.078</b>

O EBITDA subjacente Direto e os resultados não usuais podem ser analisados como segue:

EBITDA subjacente direto	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>EBITDA direto</b>	<b>926.846</b>	<b>732.021</b>
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP	(132.793)	(77.944)
Operações descontinuadas	3.326	(865)
<b>Resultados não recorrentes</b>		
Mais/menos valias na alienação de empresas (Nota 1.3.2 e Nota 3.6)	(153.647)	(62.398)
Outros gastos e ganhos considerados não recorrentes	(8.715)	10.088
	(162.361)	(52.310)
<b>TOTAL</b>	<b>635.018</b>	<b>600.903</b>

## 2.2 Informação por segmentos

### Políticas contabilísticas

### Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente do Grupo:

- que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
- cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

### Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Sonae avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo segmento Worten, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 4.6 e 4.8).

As prestações de serviços incluem os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, que são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento MC, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica “Outras dívidas a terceiros”.

A Sonae tem no seu portfólio 8 segmentos operacionais tal como definido na Nota 1.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pelos órgãos de gestão do Grupo e sobre os quais estes tomam decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o threshold quantitativo (conforme previsto na IFRS 8).

A Sonae em 2022 concluiu um projeto ambicioso iniciado em 2021 de preparar a marca Sonae para o futuro, tal como descrito no Relatório de Gestão. Tendo identificado 3 objetivos principais: diversificação e expansão, autonomia e conexão, e aposta na próxima geração de talento impulsionadora de sucesso da marca e do negócio. O desafio consistiu em definir a forma como a estratégia de marca pode contribuir para estes objetivos. Deste projeto resultou o rebranding dos vários negócios do grupo.

A lista das empresas do Grupo e respetivos negócios estão detalhados no Anexo I.

## 2.2.1 Informação financeira por segmentos operacionais

A principal informação relativa aos segmentos de operacionais existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

31 dez 2022	Volume de negócios	Amortizações e depreciações <sup>(3)</sup>	Provisões e perdas por imparidade <sup>(3)</sup>	EBIT <sup>(3)</sup>	Resultados financeiros <sup>(2)</sup>	Imposto sobre o rendimento <sup>(2)</sup>
MC	5.978.337	(267.572)	(8.562)	284.360	(75.523)	(25.914)
Worten	1.237.836	(39.221)	(2.216)	18.017	-	-
Sierra	117.390	(3.218)	(998)	69.765	(9.226)	(4.442)
Zeitreeel	386.824	(34.892)	2.166	(17.564)	-	-
Universo	35.820	(2.143)	-	72.540	-	-
Bright Pixel	2.025	(2.248)	117	72.361	3.923	(3.496)
NOS	-	-	-	63.460	-	-
ISRG	-	-	-	22.052	-	-
Outros, eliminações e ajustamentos <sup>(1)</sup>	(32.219)	(4.450)	(1.083)	(26.080)	(14.226)	19.322
<b>Total consolidado - Direto</b>	<b>7.726.013</b>	<b>(353.743)</b>	<b>(10.576)</b>	<b>558.912</b>	<b>(95.052)</b>	<b>(14.529)</b>

31 dez 2021 Reexpresso	Volume de negócios	Amortizações e depreciações <sup>(3)</sup>	Provisões e perdas por imparidade <sup>(3)</sup>	EBIT <sup>(3)</sup>	Resultados financeiros <sup>(2)</sup>	Imposto sobre o rendimento <sup>(2)</sup>
MC	5.361.632	(252.586)	(17.852)	306.635	(76.867)	(21.256)
Worten	1.174.933	(33.802)	(3.096)	26.021	-	-
Sierra	98.047	(3.042)	682	42.475	(7.502)	(922)
Zeitreeel	345.381	(34.147)	(1.903)	(24.228)	-	-
Universo	20.925	(1.565)	(1.217)	(21.442)	-	-
Bright Pixel	1.549	(1.021)	(22)	13.008	2.256	(3.861)
NOS	-	-	-	32.062	-	-
ISRG	-	-	-	17.107	-	-
Outros, eliminações e ajustamentos <sup>(1)</sup>	(37.679)	(6.958)	352	(23.744)	(22.673)	20.120
<b>Total consolidado - Direto</b>	<b>6.964.787</b>	<b>(333.122)</b>	<b>(23.055)</b>	<b>367.892</b>	<b>(104.787)</b>	<b>(5.920)</b>

	31 dez 2022			31 dez 2021 Reexpresso		
	Investimento (CAPEX)	Capital Investido	Dívida Líquida Total <sup>(2) (4)</sup>	Investimento (CAPEX)	Capital Investido	Dívida Líquida Total <sup>(2) (4)</sup>
MC	217.598	2.437.124	1.517.953	200.131	2.434.003	1.461.905
Worten	60.845	(56.614)	-	50.528	(74.638)	-
Sierra	106.296	1.035.106	99.810	5.018	921.496	21.315
Zeitreef	12.646	247.318	-	13.932	276.013	-
Univero	1.711	(5.045)	-	2.962	1.123	-
Bright Pixel	46.939	274.840	(51.988)	29.729	298.898	2.659
NOS	-	854.211	-	-	752.588	-
ISRG	-	114.971	-	-	101.012	-
Outros, eliminações e ajustamentos (1)	188.315	164.907	180.714	172.192	180.209	258.232
<b>Total consolidado</b>	<b>634.350</b>	<b>5.066.816</b>	<b>1.746.489</b>	<b>474.491</b>	<b>4.890.702</b>	<b>1.744.111</b>

- 1) Inclui as contas individuais da Sonae;
- 2) Estas rubricas são acompanhadas pela Gestão de uma forma mais agregada, não são alocadas a cada um dos segmentos identificados acima;
- 3) Informação reconciliada na Nota 2.1;
- 4) Inclui passivos de locação.

Os intra-grupos do volume de negócios podem ser analisados como segue:

Volume de negócios	31 dez 2022 Intragrupo	31 dez 2021 Intragrupo Reexpresso
MC	(39.073)	(38.468)
Worten	(3.742)	(3.731)
Zeitreef	(21.803)	(18.851)
Bright Pixel	(1.910)	(799)
Univero	(6.745)	(5.308)
Outros, eliminações e ajustamentos	(10.474)	(6.013)
<b>Total consolidado</b>	<b>(83.748)</b>	<b>(73.171)</b>

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada como segue:

	Volume de Negócios		EBIT	
	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos	(83.748)	(73.171)	(9.823)	(5.943)
Contributos das empresas não incluídas nos segmentos	51.529	35.491	(16.257)	(17.802)
<b>Outros, eliminações e ajustamentos</b>	<b>(32.219)</b>	<b>(37.679)</b>	<b>(26.080)</b>	<b>(23.744)</b>

	Investimento		Capital Investido	
	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos e Contributos das empresas não individualizados como segmentos	31.625	18.058	164.907	180.209
Aquisição de 10% adicional da Sierra	83.471	82.159	-	-
Aquisição de 95,40% da Claybell Ltd	-	71.975	-	-
Aquisição de ações da NOS	73.220	-	-	-
	<b>188.315</b>	<b>172.192</b>	<b>164.907</b>	<b>180.209</b>

Todas as medidas de performance (APM's) estão reconciliadas para as demonstrações financeiras na Nota 2.1.

Os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

Mercados de destino	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso	
	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino
Portugal	5.136.247	7.149.167	4.812.731	6.417.707
Países Baixos	552.699	2.741	607.949	3.019
Espanha	259.768	389.773	277.299	385.515
Roménia	272.061	24.054	270.637	19.990
Itália	91.020	26.990	89.477	23.027
Inglaterra	18.559	23.368	76.009	11.634
Brasil	7.657	-	9.707	72
Alemanha	383	15.075	336	14.284
México	47	4.329	145	3.947
França	-	21.224	-	27.718
Resto do Mundo	370.481	69.293	284.225	57.873
	<b>6.708.922</b>	<b>7.726.013</b>	<b>6.428.515</b>	<b>6.964.787</b>

Glossário:

Capital Investido Líquido = Dívida líquida + Capital próprio;

Dívida Líquida Total = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos - caixa - depósitos bancários - investimentos correntes - outras aplicações de longo prazo + passivo de locação.

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatável, ou seja, estão incluídos para além da Sonae SGPS as empresas identificadas como "Outras" no Anexo I;

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições.

## 2.2.2 Informação financeira da NOS

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser resumidas como se segue.

	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Ativos</b>		
Ativos fixos tangíveis	1.107.052	1.041.100
Ativos intangíveis	1.209.558	1.205.031
Ativos sob direito de uso	160.594	236.063
Ativos por impostos diferidos	89.554	81.390
Outros ativos não correntes	358.822	189.328
<b>Ativo não corrente</b>	<b>2.925.580</b>	<b>2.752.912</b>
Clientes	319.441	323.934
Caixa e equivalentes a caixa	15.215	10.902
Outros ativos correntes	203.088	171.647
<b>Ativo corrente</b>	<b>537.744</b>	<b>506.483</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.463.324</b>	<b>3.259.395</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos obtidos	1.210.181	1.275.541
Provisões	81.267	82.516
Outros passivos não correntes	95.077	90.555
<b>Passivos não correntes</b>	<b>1.386.525</b>	<b>1.448.612</b>
Empréstimos obtidos	427.453	301.068
Fornecedores	253.388	279.993
Outros passivos correntes	343.615	266.722
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>1.024.456</b>	<b>847.783</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.410.981</b>	<b>2.296.395</b>
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.046.092	956.621
Interesses que não controlam	6.251	6.379
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.052.343</b>	<b>963.000</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>3.463.324</b>	<b>3.259.395</b>

	31 dez 2022	31 dez 2021
Receitas totais	1.521.007	1.430.299
Gastos e perdas		
Gastos diretos e fornecimentos e serviços externos	(500.257)	(476.399)
Amortizações	(480.887)	(419.467)
Outros gastos	(269.655)	(345.776)
<b>Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empresas participadas e impostos</b>	<b>270.208</b>	<b>188.657</b>
Ganhos/ (perdas) em empresas participadas	22.123	3.601
Resultados financeiros	(35.224)	(36.622)
Imposto sobre o rendimento	(32.663)	(11.783)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>224.444</b>	<b>143.853</b>
<b>Resultado líquido consolidado do exercício de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Atribuível aos interesses que não controlam	224.574	144.159
Atribuível a acionistas da empresa mãe	(130)	(306)

### 2.2.3 Rendimentos de locação

#### Políticas contabilísticas

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nas locações em que a Sonae age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 ascenderam a 24.899 milhares de euros e 23.417 milhares de euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sonae tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Vencíveis em:</b>		
N+1 renovável automaticamente	1 949	880
N+1	31 260	33 553
N+2	23 900	26 566
N+3	19 365	20 238
N+4	15 404	16 010
N+5	11 036	12 661
Após N+5	37 783	36 173
	<b>140 697</b>	<b>146 080</b>



## 2.3 Pessoal

### 2.3.1 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

#### Políticas contabilísticas

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae SGPS e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de “Outras reservas”, no capital próprio, por contrapartida de “Gastos com o pessoal”.

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

A Sonae concedeu em 2022 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.

A 31 de dezembro de 2022, todos os planos de ações Sonae SGPS estão contabilizados, na demonstração da posição financeira, em “Outras reservas” por contrapartida de “Gastos com o pessoal” pelo justo valor das ações determinado na data de atribuição do plano de 2022, 2021 e 31 de dezembro de 2020 para os planos atribuídos até essa alteração. Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo dos exercícios que medeiam a atribuição e o exercício das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o número total das ações atribuídas, decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

Ano de atribuição	Sonae SGPS			Número de ações	
	Ano de vencimento	Número de participantes	Cotação na data de atribuição	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
2019	2022	-	0,952	-	4 069
2020	2023	67	0,662	9 128	6 453
2021	2024	62	1,003	6 562	5 472
2022	2025	72	0,935	5 925	-
				<b>21 615</b>	<b>15 994</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae	
	Número agregado de participantes	Nº de ações
Saldo a 31 de dezembro de 2021	201	15 994
Atribuídas	75	4 451
Vencidas	(56)	(3 724)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas (1)	(19)	4 893
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>201</b>	<b>21 615</b>

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações de capital social e outros ajustamentos.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o justo valor total das ações atribuídas decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Justo Valor*	
		31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
2019	2022	-	4 082
2020	2023	8 534	4 315
2021	2024	4 090	1 830
2022	2025	1 847	-
<b>Total</b>		<b>14 471</b>	<b>10 226</b>

\* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	4 910	3 809
Registado em exercícios anteriores	7 603	5 510
	<b>12 513</b>	<b>9 319</b>
Valor registado em Outras reservas	12 513	9 319
	<b>12 513</b>	<b>9 319</b>

## 2.3.2 Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Remunerações	786.072	693.303
Encargos sobre remunerações	155.448	141.543
Seguros	14.904	13.724
Gastos com ação social	5.629	5.855
Outros gastos com pessoal	30.840	20.438
	<b>992.893</b>	<b>874.863</b>

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae encontra-se divulgada na Nota 8.

## 2.4 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Trabalhos especializados	156.669	146.089
Electricidade e combustíveis	129.398	96.882
Publicidade e propaganda	109.947	101.593
Transportes de mercadorias	90.714	79.368
Rendas e alugueres	47.899	41.954
Limpeza, higiene e conforto	38.978	45.586
Conservação e reparação	38.205	34.005
Vigilância e segurança	24.919	25.798
Custos com terminais pagamento automático	21.419	20.069
Comissões	20.159	21.263
Materiais de consumo	18.022	17.292
Subcontratos	15.416	12.819
Entregas ao domicílio	15.370	14.799
Deslocações, estadas e transportes	12.760	6.280
Comunicação	11.653	11.443
Seguros	10.126	8.752
Outros	103.020	100.520
	<b>864.674</b>	<b>784.513</b>

O montante incluído em rendas e alugueres é relativo a rendas variáveis de contratos de locação.

## 2.5 Outros gastos

A repartição dos outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Diferenças câmbio desfavoráveis	55.020	17.858
Donativos	30.199	20.924
Impostos indiretos e taxas	19.134	17.714
Cartão Galp/Continente	12.754	12.076
Perdas na alienação e abatimentos de ativos	6.332	6.715
Imposto municipal sobre imóveis	4.416	4.388
Outros gastos	13.085	8.478
	<b>140.940</b>	<b>88.152</b>

## 2.6 Outros rendimentos

A repartição dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Diferenças câmbio favoráveis	54.108	18.460
Proveitos suplementares	52.525	49.384
Trabalhos para a própria empresa (Nota 3.9)	28.404	19.675
Descontos de pronto pagamento obtidos	27.860	26.745
Ganhos com instrumento financeiro derivado operacionais (Nota 5.2)	11.880	12.096
Subsídios	4.874	3.244
Ganhos na alienação de ativos (Nota 3.8 a 3.10)	4.452	4.875
Descontos de rendas relativos a impacto da pandemia	-	3.830
Outros	12.987	6.438
	<b>197.090</b>	<b>144.748</b>

O valor relativo a descontos de rendas relativos ao impacto da pandemia, está relacionado principalmente com um desconto nas rendas até 50% no primeiro semestre de 2021, calculado com base na diminuição das vendas dos lojistas quando comparadas com 2019, de acordo com a legislação portuguesa.

### 3. Investimentos

Este capítulo tem como objetivo a divulgação da informação relativa aos investimentos não correntes.

#### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

#### 3.1 Goodwill

##### Políticas contabilísticas

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empreendimentos conjuntos e associadas acrescido do valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas, são registadas na rubrica “Goodwill” caso se relacionem com aquisições de negócios de subsidiárias ou mantidas na rubrica “Investimentos em

empreendimentos conjuntos e associadas” (Nota 3.2). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reservas de conversão”.

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A análise das perdas por imparidade é efetuada em função da avaliação do valor contabilístico da unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o goodwill foi imputado, o qual é comparado com o seu valor recuperável, i.e., o maior valor entre o justo valor menos os custos estimados de venda e o valor de uso da UGC. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Perdas por imparidade”.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill reconhecido com a aquisição de negócios de subsidiárias não podem ser revertidas, ao contrário do Goodwill reconhecido com a aquisição de empreendimentos conjuntos e associadas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos operacionais dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- MC, Worten e Zeitreel - O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos operacionais, e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento repartido por país, e a cada um dos imóveis no caso do segmento MC;

- Sierra - O valor do Goodwill deste segmento é alocado essencialmente à operação de “property management”; e

- Bright Pixel - O valor de Goodwill deste segmento é relativo ao negócio de Retalho.

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados, na sua maioria, recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, efetuados numa base anual, situação em que a periodicidade é maior.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

## MC, Worten, Zeitreel e Gosh!

Para efeito dos segmentos MC, Worten e Zeitreel, em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital, taxa composta de crescimentos de vendas e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

	31 dez 2022			
	Base da quantia recuperável	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
MC	Valor de uso	8,1%	<=2%	0,9% a 3,7%
Worten	Valor de uso	11%	<=1%	2,8% a 5,9%
Zeitreel	Valor de uso	9,5%	<=1%	3,3% a 8,7%
Gosh!	Valor de uso	10,0%	<=2%	12,2% a 33,2%

	31 dez 2021 Reexpresso			
	Base da quantia recuperável	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
MC	Valor de uso	10%	<=2%	-0,6% a 2,2%
Worten	Valor de uso	11%	<=1%	3,3% a 11%
Zeitreel	Valor de uso	11%	<=2%	8,8% a 17%

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, fazendo variar a taxa composta de crescimento vendas em 1 p.p. na Worten, na Gosh! e na MC, não conduzia a variações significantes dos valores de recuperação.

Na análise de sensibilidade efetuada ao segmento da Zeitreel, fazendo variar a taxa de desconto ou a taxa de crescimento na perpetuidade em 0,5 p.p., conduziria a uma imparidade em resultado de 14 milhões de euros e 7 milhões de euros, respetivamente. Caso a margem do EBITDA varie 0,5 p.p. negativamente, conduziria a uma imparidade em resultado de 11 milhões de euros.

## Sierra

Para efeito do teste de imparidade efetuado ao “Goodwill” a Sierra utiliza o “Net Asset Value” (“NAV”) à data de relato, das participações detidas suportado nas avaliações das propriedades de investimento tal como descrito na Nota 3.1.

## Bright Pixel

Para este efeito o segmento Bright Pixel utiliza planos de negócios preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 2 a 5 anos (Retalho e Media).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os pressupostos utilizados têm por base os vários negócios deste segmento e os crescimentos das várias áreas geográficas onde ele opera:

	31 dez 2022			
	Base da quantia recuperável	Taxa de desconto	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa de crescimento média de vendas
Tecnologias				
Retalho	Valor de uso	7,25%	3%	27,10%
Media	Valor de uso	7,50%	0,01%	3,00%

	31 dez 2021 Reexpresso			
	Base da quantia recuperável	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
Tecnologias				
Retailho	Valor de uso	6,25%	3%	11,70%
Cybersecurity	Valor de uso	6% - 6,25%	3%	12,80%
Media	Valor de uso	7,25%	0,01%	4,20%

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, fazendo variar a taxa de desconto em 0,5 p.p. no setor de Media e, fazendo variar a taxa de desconto em 0,5 p.p. e 0,5 p.p. na taxa de crescimento na perpetuidade no setor de Tecnologias, não conduzia a variações significantes dos valores de recuperação.

## Detalhe do Goodwill

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição por segmento e país:

Insígnia	31 dez 2022				
	Portugal	Espanha	Reino Unido	Outros países	Total
MC	486.369	19.440	-	-	505.809
Worten	78.185	-	-	-	78.185
Sierra	18.160	-	-	-	18.160
Zeitreeel	28.226	-	-	-	28.226
Bright Pixel	1.318	-	-	-	1.318
Outros	-	-	31.833	-	31.833
	<b>612.258</b>	<b>19.440</b>	<b>31.833</b>	-	<b>663.531</b>

	31 dez 2021 Reexpresso				
	Portugal	Espanha	Reino Unido	Outros países	Total
MC	486.369	19.440	-	-	505.809
Worten	78.185	-	-	-	78.185
Sierra	18.160	-	-	-	18.160
Zeitreeel	53.097	-	-	-	53.097
Bright Pixel	2.060	1.642	-	10.971	14.673
Outros	-	-	33.599	-	33.599
	<b>637.872</b>	<b>21.082</b>	<b>33.599</b>	<b>10.971</b>	<b>703.524</b>

A Sonae em 2021, concluiu a aquisição de 95,4% do capital social e dos direitos de voto da Claybell Limited, a qual detém 100% da Gosh Food Limited, que comercializa sob a marca "Gosh!", tendo registado um goodwill provisório de 62.370 milhares de euros.

No seguimento desta aquisição foi feita uma avaliação, durante o exercício de 2022, do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. O justo valor foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram ao nível da carteira de clientes no valor de 18,1 milhões de euros (15,6 milhões de libras) e da marca Gosh no valor de 18,2 milhões de euros (15,7 milhões de libras).

Dado que esta aquisição ocorreu no final de 2021, só durante 2022 foi possível concluir o exercício de atribuição de justo valor e cálculo do Goodwill, foi reexpressa a Demonstração de Posição Financeira e reconhecido um valor de goodwill de 33.599 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Valor Bruto:</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>730.211</b>	<b>690.068</b>
Aquisição de subsidiárias (Nota 1.3.1)	186	68.238
Recálculo do goodwill por efeito da variação do justo valor dos ativos adquiridos	-	(28.771)
Alienação de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(13.355)	-
Varição cambial	(1.766)	676
<b>Saldo final</b>	<b>715.276</b>	<b>730.211</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas:</b>		
Saldo inicial	26.687	19.252
Aumentos	25.058	7.435
<b>Saldo final</b>	<b>51.745</b>	<b>26.687</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>663.531</b>	<b>703.524</b>

Apesar da tendência positiva, durante este último ano, provocado pelo contexto de pandemia este teve diferentes impactos na atividade de cada negócio do grupo, com níveis de intensidade distintos consoante o setor em que operam, e que naturalmente exigiram uma adaptação das respetivas operações. Contudo, a análise de indícios de imparidade, a revisão das projeções e os testes de imparidade conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de 25,1 milhões de euros (7,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021).

## 3.2 Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

### Políticas contabilísticas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm de ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjunta. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não detinha operações conjuntas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- transações materiais entre o investidor e a investida;
- intercâmbio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto nos casos em que os investimentos são detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, em que o Grupo tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9 (Nota 3.4).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos. As variações patrimoniais, excluindo o custo relativo a planos de ações próprias da NOS, são registadas na rubrica de Reservas e Resultados Transitados.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae nas referidas entidades, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Caso a participação financeira num empreendimento conjunto ou numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados no Anexo I.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Nas situações de investimentos em associadas que são organizações de capital de risco, a IAS 28 contém opção de manter esses investimentos por elas detidos mensurados pelo justo valor. O Grupo fez essa opção, na aplicação do método de equivalência patrimonial nos Fundos Armilar.

Relativamente às participações financeiras detidas nos Fundos de Capital de Risco Armilar II, Armilar III e Armilar I+I, estas referem-se a entidades de investimento que mensuram os seus portfólios ao justo valor. Os portfólios detidos por estas entidades estão classificados na correspondente hierarquia de justo valor definida no IFRS 13 – Justo Valor, conforme a tabela abaixo:

Hierarquia de justo valor	31 dez 2022			31 dez 2021 Reexpresso		
	Armilar II	Armilar III	Armilar I+I	Armilar II	Armilar III	Armilar I+I
Nível 3	185	38	43	265	80	62

### 3.2.1 Decomposição do valor contabilístico de Investimentos em empreendimentos conjunto e associadas

O valor das participações em empreendimentos conjuntos e associadas pode ser analisado como segue:

Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 3.2.2.1)	113.626	744.566
Investimentos em associadas (Nota 3.2.2.2)	1.643.852	770.084
<b>Total</b>	<b>1.757.479</b>	<b>1.514.650</b>

O detalhe dos Investimentos em Empreendimentos Conjuntos é como segue:

FIRMA	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>MC</b>		
Maremor Beauty & Fragances, S.L.	180	170
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	3.404	3.639
	<b>3.584</b>	<b>3.810</b>
<b>Sierra</b>		
Arrádashopping, SICAFI, S.A.	16.149	27.556
Gaiashopping, SICAFI, S.A.	28.530	28.855
LMSI - Engineering S.A.	3.611	2.098
Madeirashopping - Centro Comercial, S.A.	19.734	19.170
1) Quinta da Foz - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	8.093	-
Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A.	18.078	17.844
Proyecto Cúcuta S.A.S.	1.357	2.431
SC Aegean B.V.	2.643	3.433
Via Catarina - Centro Comercial, S.A.	10.721	9.704
Outros	606	6.165
	<b>109.521</b>	<b>117.255</b>
<b>Bright Pixel</b>		
Unipress - Centro Gráfico, Lda.	498	492
Outros	23	-
	<b>521</b>	<b>492</b>
<b>Outros</b>		
2) ZOPT, SGPS, S.A. (consolidado)	-	623.008
	-	<b>623.008</b>
<b>Investimentos em empreendimentos conjuntos</b>	<b>113.626</b>	<b>744.566</b>

- 1) Empresa adquirida em fevereiro de 2022 (a 2 de agosto de 2022, a empresa Nova Centralidade – Sociedade de Desenvolvimento Imobiliário, S.A. foi extinta através de fusão com a Quinta da Foz – Empreendimentos Imobiliários, S.A.);
- 2) A 28 de setembro de 2022, a Sonaecom efetuou uma amortização das ações detidas na ZOPT com o recebimento em espécie de uma participação na NOS. O referido investimento qualifica-se como associada.



O detalhe dos Investimentos em Associadas é como segue:

FIRMA	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>MC</b>		
1) INSCO - Inscos Insular de Hipermercados, S.A.	4.489	-
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	1.294	910
1) SPORTESENCE - Sportessence - Sport Retail, S.A.	301	-
	<b>6.084</b>	<b>910</b>
<b>Sierra</b>		
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	11.687	12.912
2) Aliance Sonae Shopping Centers, S.A.	128.062	82.144
Area Sur Shopping, S.L.	8.803	7.609
3) Atrium Bire, SIGI, S.A.	4.335	-
3) Douro Riverside Hotel, S.A.	1.830	-
Fundo Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center ("FIIPDPSH")	10.781	10.045
Fundo Investimento Imobiliário Shop. Parque Dom Pedro ("FIISHPDP")	102.526	96.257
Iberia Shop.C. Venture Coöperatief U.A. ("Iberia Coop")	15.159	14.409
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	6.830	6.444
Mercado Urbano - Gestão Imobiliária, S.A.	1.293	1.225
Olimpo Real Estate Portugal, SIGI, S.A.	7.476	2.748
Olimpo Real Estate SOCIMI, S.A.	2.860	7.808
Serra Shopping - Centro Comercial, S.A.	1.151	1.063
Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, B.V. ("Sierra BV")	234.029	229.957
Sierra Portugal Feeder 1	1.711	2.167
Sierra Portugal Real Estate ("SPF")	17.278	20.950
Signal Alpha Republica I, S.A.	339	325
Signal Alpha Republica II, Lda.	58	62
Trivium Real Estate Socimi, S.A.	26.119	25.936
Zenata Commercial Project	2.096	2.117
	<b>584.427</b>	<b>524.179</b>
<b>BrightPixel</b>		
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II (Armilar II)	57.991	76.854
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III (Armilar III)	12.800	51.584
Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização (AVP I+I)	10.562	15.363
Outros	-	182
	<b>81.353</b>	<b>143.983</b>
<b>Outros</b>		
Iberian Sports Retail Group (ISRG)	114.971	101.012
3) Mondarella GmbH	2.807	-
4) NOS SGPS, S.A.	854.211	-
	<b>971.989</b>	<b>101.012</b>
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>1.643.852</b>	<b>770.084</b>

- Investimentos transferidos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados
- Em 2022, o grupo aumentou a sua participação na associada Aliance Sonae Shopping Center, S.A. de 6,3% para 8,84%
- Empresa adquirida em 2022; e
- A 28 de setembro de 2022, a Sonaecom efetuou uma amortização das ações detidas na ZOPT com o recebimento em espécie de uma participação na NOS. O investimento qualifica-se como investimentos em associadas. Na sequência desta operação foram transferidos 637 milhões de euros do valor de investimento contabilizado em empreendimentos conjuntos e 186 milhões de euros do investimento na NOS que se encontrava contabilizado em investimento em ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral. No 4.º trimestre foram contabilizados os ganhos da NOS via aplicação do método de equivalência patrimonial.

## 3.2.2 Informação financeira resumida das participações financeiras

### 3.2.2.1 Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos do Grupo pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2022		
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	Sohimeat, SA	Outros
<b>Ativo</b>			
Propriedades de investimento	450.913	-	2
Ativos fixos tangíveis	-	15.641	269
Ativos intangíveis	-	-	40
Direitos de uso	-	6.136	84
Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	-	-	23
Ativos por impostos diferidos	-	-	3
Outros ativos não correntes	12.586	1.554	-
<b>Ativo não corrente</b>	<b>463.499</b>	<b>23.331</b>	<b>421</b>
Clientes	-	-	177
Caixa e equivalentes a caixa	38.957	361	632
Outros ativos correntes	44.688	50.551	738
<b>Ativo corrente</b>	<b>83.645</b>	<b>50.911</b>	<b>1.547</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>547.144</b>	<b>74.242</b>	<b>1.487</b>

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2022		
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	Sohimeat, SA	Outros
<b>Passivo</b>			
Empréstimos obtidos	74.136	-	-
Provisões	-	-	11
Outros passivos não correntes	92.588	6.747	67
<b>Passivos não correntes</b>	<b>166.724</b>	<b>6.747</b>	<b>78</b>
Empréstimos obtidos	110.574	-	-
Fornecedores	-	-	150
Outros passivos correntes	54.999	61.432	611
<b>Passivos correntes</b>	<b>165.573</b>	<b>61.432</b>	<b>761</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>332.297</b>	<b>68.179</b>	<b>838</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	214.847	6.063	1.130
<b>Total do capital próprio</b>	<b>214.847</b>	<b>6.063</b>	<b>1.130</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>547.144</b>	<b>74.242</b>	<b>1.487</b>

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2021 Rexpresso				
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
<b>Passivos</b>					
Empréstimos obtidos	167.980	1.275.541	29.475	-	-
Outros passivos não correntes	80.179	164.720	17.459	9.408	23
<b>Passivos não correntes</b>	<b>248.158</b>	<b>1.440.261</b>	<b>46.934</b>	<b>9.408</b>	<b>23</b>
Empréstimos obtidos	22.702	301.068	10.734	-	-
Outros passivos correntes	35.036	663.664	48.139	50.912	2.765
<b>Passivos correntes</b>	<b>57.738</b>	<b>964.732</b>	<b>58.873</b>	<b>50.912</b>	<b>2.765</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>305.896</b>	<b>2.404.993</b>	<b>105.807</b>	<b>60.319</b>	<b>2.788</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	230.316	1.103.571	28.115	6.533	6.823
Interesses que não controlam	-	1.022.201	2.201	-	-
<b>Total do capital próprio</b>	<b>230.316</b>	<b>2.125.772</b>	<b>30.316</b>	<b>6.533</b>	<b>6.823</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>536.212</b>	<b>4.530.765</b>	<b>136.123</b>	<b>66.853</b>	<b>9.611</b>

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2021 Rexpresso				
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
<b>Ativos</b>					
Propriedades de investimento	463.313	621	315	-	33
Ativos fixos tangíveis	-	1.070.660	3.557	15.272	255
Ativos intangíveis	-	2.332.010	16.979	5	2.270
Direitos de uso	-	236.063	3.921	7.379	-
Goodwill	-	-	49.955	-	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	-	51.367	1.232	-	22
Outros ativos não correntes	14.755	258.160	4.606	1.834	3.489
<b>Ativo não corrente</b>	<b>478.068</b>	<b>3.948.881</b>	<b>80.565</b>	<b>24.490</b>	<b>6.068</b>
Caixa e equivalentes a caixa	42.035	86.299	30.816	359	2.030
Outros ativos correntes	16.109	495.585	24.741	42.003	1.512
<b>Ativo corrente</b>	<b>58.144</b>	<b>581.884</b>	<b>55.558</b>	<b>42.362</b>	<b>3.542</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>536.212</b>	<b>4.530.765</b>	<b>136.123</b>	<b>66.853</b>	<b>9.611</b>

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2022		
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	Sohimeat, SA	Outros
Volume de negócios	71.356	359.535	3.555
Variação do JV das propriedades de investimento	(11.703)	-	-
Outros rendimentos operacionais	1.148	1.001	42
<b>Receitas totais</b>	<b>60.800</b>	<b>360.536</b>	<b>3.597</b>
Custo das vendas	-	(329.244)	(500)
Fornecimentos e serviços externos	(30.661)	(14.164)	(1.414)
Amortizações	(191)	(5.094)	(81)
Gastos com pessoal	-	-	(379)
Outros gastos operacionais	(16.520)	(9.898)	(1.200)
<b>Gastos e perdas</b>	<b>(47.372)</b>	<b>(358.401)</b>	<b>(3.575)</b>
Rendimentos e ganhos financeiros	28	-	-
Gastos e perdas financeiros	(6.664)	(962)	(3)
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(6.636)</b>	<b>(962)</b>	<b>(3)</b>
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos, empresas associadas e empresas participadas	(325)	-	-
Imposto sobre o rendimento	(1.596)	(66)	(9)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>4.873</b>	<b>1.108</b>	<b>11</b>
Resultado relativo empresas descontinuadas	-	-	-
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>4.873</b>	<b>1.108</b>	<b>11</b>
Atribuível a :			
Acionistas da empresa mãe	4.873	1.108	11
Interesses que não controlam	-	-	-
	<b>4.873</b>	<b>1.108</b>	<b>11</b>

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2021 Reexpresso				
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
Volume de negócios	58.495	1.404.434	77.767	299.889	3.916
Variação do JV das propriedades de investimento	13.302	-	-	-	-
Outros rendimentos operacionais	1.210	25.865	1.123	6.692	132
<b>Receitas totais</b>	<b>73.006</b>	<b>1.430.299</b>	<b>78.890</b>	<b>306.581</b>	<b>4.047</b>
Custo das vendas	-	-	-	(271.291)	(447)
Fornecimentos e serviços externos	(28.394)	(101.067)	(30.688)	(13.080)	(4.869)
Amortizações	(135)	(428.523)	(6.268)	(4.675)	(521)
Outros gastos operacionais	(11.304)	(721.238)	(29.563)	(14.868)	(3.667)
<b>Gastos e perdas</b>	<b>(39.833)</b>	<b>(1.250.828)</b>	<b>(66.520)</b>	<b>(303.915)</b>	<b>(9.504)</b>
Rendimentos e ganhos financeiros	38	-	1.310	-	-
Gastos e perdas financeiros	(5.882)	(36.623)	(2.180)	(899)	(2)
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(5.843)</b>	<b>(36.623)</b>	<b>(870)</b>	<b>(899)</b>	<b>(2)</b>
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos, empresas associadas e empresas participadas	(1.089)	(14.191)	(645)	-	-
Imposto sobre o rendimento	(5.227)	(8.522)	(3.298)	(106)	1.352
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>21.014</b>	<b>120.135</b>	<b>7.558</b>	<b>1.661</b>	<b>(4.107)</b>
Resultado relativo empresas descontinuadas	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>21.014</b>	<b>120.135</b>	<b>7.558</b>	<b>1.661</b>	<b>(4.107)</b>
Atribuível a :					
Acionistas da empresa mãe	21.014	62.747	6.883	1.661	(4.107)
Interesses que não controlam	-	57.388	675	-	-
	<b>21.014</b>	<b>120.135</b>	<b>7.558</b>	<b>1.661</b>	<b>(4.107)</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos da Sierra pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2022				
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)				
	Investimento				
	Empresas detidas pela Sierra BV	Outros	"Developments"	Serviços	Total
<b>Ativos</b>					
Propriedades de investimento	435.493	9.766	5.654	-	450.913
Outros ativos não correntes	146	3	11.715	722	12.586
<b>Ativo não corrente</b>	<b>435.639</b>	<b>9.769</b>	<b>17.369</b>	<b>722</b>	<b>463.499</b>
<b>Clientes</b>					
Caixa e equivalentes a caixa	35.561	1.262	227	1.907	38.957
Outros ativos correntes	8.320	30.958	686	4.724	44.688
<b>Ativo corrente</b>	<b>43.880</b>	<b>32.220</b>	<b>913</b>	<b>6.631</b>	<b>83.645</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>479.519</b>	<b>41.989</b>	<b>18.281</b>	<b>7.353</b>	<b>547.144</b>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos obtidos	73.557	-	579	-	74.136
Outros passivos não correntes	74.058	16.749	1.101	680	92.588
<b>Passivos não correntes</b>	<b>147.615</b>	<b>16.749</b>	<b>1.680</b>	<b>680</b>	<b>166.724</b>
Empréstimos obtidos	105.774	4.800	-	-	110.574
Outros passivos correntes	39.709	2.197	9.386	3.707	54.999
<b>Passivos correntes</b>	<b>145.483</b>	<b>6.997</b>	<b>9.386</b>	<b>3.707</b>	<b>165.573</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>293.098</b>	<b>23.746</b>	<b>11.066</b>	<b>4.386</b>	<b>332.297</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	186.422	18.243	7.217	2.966	214.847
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-
<b>Total do capital próprio</b>	<b>186.422</b>	<b>18.243</b>	<b>7.217</b>	<b>2.966</b>	<b>214.847</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>479.520</b>	<b>41.988</b>	<b>18.283</b>	<b>7.353</b>	<b>547.144</b>

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2021 Reexpresso				
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)				
	Investimento				
	Empresas detidas pela Sierra BV	Outros	"Developments"	Serviços	Total
<b>Ativos</b>					
Propriedades de investimento	443.724	12.439	7.150	-	463.313
Outros ativos não correntes	106	3	13.888	757	14.755
<b>Ativo não corrente</b>	<b>443.830</b>	<b>12.442</b>	<b>21.038</b>	<b>757</b>	<b>478.068</b>
<b>Clientes</b>					
Caixa e equivalentes a caixa	37.027	1.012	1.317	2.679	42.035
Outros ativos correntes	11.028	942	577	3.562	16.109
<b>Ativo corrente</b>	<b>48.055</b>	<b>1.954</b>	<b>1.895</b>	<b>6.241</b>	<b>58.144</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>491.885</b>	<b>14.395</b>	<b>22.933</b>	<b>6.998</b>	<b>536.212</b>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos obtidos	160.378	6.634	888	80	167.980
Outros passivos não correntes	78.224	165	1.095	694	80.179
<b>Passivos não correntes</b>	<b>238.602</b>	<b>6.799</b>	<b>1.983</b>	<b>774</b>	<b>248.158</b>
Empréstimos obtidos	22.330	389	-	(18)	22.702
Outros passivos correntes	19.375	1.516	10.007	4.138	35.036
<b>Passivos correntes</b>	<b>41.705</b>	<b>1.905</b>	<b>10.007</b>	<b>4.120</b>	<b>57.738</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>280.307</b>	<b>8.705</b>	<b>11.990</b>	<b>4.894</b>	<b>305.896</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	211.578	5.691	10.943	2.104	230.316
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-
<b>Total do capital próprio</b>	<b>211.578</b>	<b>5.691</b>	<b>10.943</b>	<b>2.104</b>	<b>230.316</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>491.885</b>	<b>14.395</b>	<b>22.933</b>	<b>6.998</b>	<b>536.212</b>



Empreend. conjuntos	31 dez 2021 Reexpresso						Participação financeira
	Capitais próprios	Porcentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação financeira	Transf. para detidos para venda	Outros efeitos	
Empreendimentos conjuntos da Sierra (Anexo I)	230.316	50%	115.158	3.813	-	(1.715)	117.255
ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	1.103.571	50%	551.786	86.414	-	(15.191)	623.008
MDS, SGPS, SA (consolidado)	28.115	50%	14.058	-	(21.108)	7.050	-
Sohimeat, SA	6.533	50%	3.267	-	-	372	3.639
Outros	6.823	50%	3.412	124	-	(2.872)	663
							<b>744.566</b>

### 3.2.2.2 Associadas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a informação financeira resumida das empresas associadas do Grupo pode ser analisada como segue:

Associadas	31 dez 2022			
	% de participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios
<b>MC</b>				
Sempre a Postos	25,00%	6.618	1.444	5.174
Insko	10,00%	115.057	71.122	43.935
Sportessence	10,00%	5.577	2.370	3.207
<b>Sonae SGPS</b>				
ISRG	30,00%	712.487	409.841	302.647
NOS	37,37%	3.463.324	2.410.981	1.052.343
Mondarella	40,00%	2.592	3.416	(824)
<b>Associadas da Sierra</b>		<b>6.740.147</b>	<b>2.997.801</b>	<b>3.742.347</b>
<b>Bright Pixel</b>				
Armilar II	47,78%	185.373	63	185.310
Armilar III	45,52%	38.490	3.332	35.158
Armilar I+I	38,25%	43.154	9	43.146
Outros		1	-	1

Associadas	31 dez 2022				
	% de participação	Receitas	JV do valor das propriedades de investimento	Resultados Operacionais	Resultado Líquido
<b>MC</b>					
Sempre a Postos	25,00%	5.441	-	3.870	2.921
Insko	10,00%	231.363	-	5.283	4.377
Sportessence	10,00%	9.152	-	1.202	1.012
<b>Sonae SGPS</b>					
ISRG	30,00%	900.218	-	417.650	57.838
NOS	37,37%	1.521.007	-	270.208	224.444
Mondarella	40,00%	336	-	(1.036)	(1.036)
<b>Associadas da Sierra</b>		<b>560.628</b>	<b>(157.572)</b>	<b>194.335</b>	<b>116.645</b>
<b>Bright Pixel</b>					
Armilar II	44,33%	2.469	-	2.283	2.283
Armilar III	42,80%	(13.124)	-	(13.173)	(13.182)
Armilar I+I	38,25%	-	-	(18.954)	(18.954)
Outros		1	-	-	-

Associadas	31 dez 2021 Reexpresso			
	% de participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios
<b>MC</b>				
Sempre a Postos	25,00%	7.629	3.990	3.638
<b>Sonae SGPS</b>				
ISRG	30,00%	610.282	379.268	231.014
<b>Associadas da Sierra</b>		<b>6.107.195</b>	<b>2.663.957</b>	<b>3.443.238</b>
<b>Bright Pixel</b>				
Armilar II	44,33%	265.030	36	264.993
Armilar III	42,80%	158.152	7.502	150.650
Armilar I+I	38,25%	62.770	10	62.760
Outros		739	178	561

31 dez 2021 Reexpresso					
Associadas	% de participação	Receitas	JV do valor das propriedades de investimento	Resultados Operacionais	Resultado Líquido
<b>MC</b>					
Sempre a Postos	25,00%	71.038	-	1.820	1.382
<b>Sonae SGPS</b>					
ISRG	30,00%	897.899	-	78.033	62.311
<b>Associadas da Sierra</b>		394.398	(46.290)	191.995	120.107
<b>Bright Pixel</b>					
Armilar II	44,33%	50.067	-	49.914	49.914
Armilar III	42,80%	84.614	-	77.636	77.511
Armilar I+I	38,25%	22.872	-	22.759	22.759
Outros		943	-	(10)	(34)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a informação financeira resumida das associadas da Sierra pode ser analisada como segue:

31 dez 2022				
Associadas da Sierra	% de participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios
3shoppings	20,00%	112.117	53.680	58.437
Aliansce	8,84%	2.314.139	866.125	1.448.014
Área Sur	15,00%	130.554	71.863	58.691
Atrium Bire, SIGI, S.A.	3,75%	218.573	102.971	115.601
Douro Riverside Hotel, S.A.	37,50%	6.551	1.671	4.880
Feeder	7,45%	24.335	1.382	22.953
FIIPDPS	7,97%	135.863	533	135.330
FIIPSDP	31,52%	340.199	14.879	325.320
Iberia Coop	10,00%	205.288	57.730	147.558
Le Terrazze	10,00%	134.862	72.000	62.862
Mercado Urbano	20,00%	15.347	8.880	6.467
ORES	3,75%	378.831	179.423	199.408
Serra Shopping	5,00%	33.789	10.772	23.017
Sierra fund	25,10%	1.903.692	1.124.891	778.802
SIGI	5,13%	97.496	41.730	55.765
Signal Alpha Republica I, S.A.	5,00%	29.892	23.119	6.773
Signal Alpha Republica II, S.A.	5,00%	5.390	4.228	1.162
SPF	22,50%	61.866	143	61.723
Trivium	12,41%	541.003	330.468	210.535
Zenata	11,00%	50.361	31.312	19.049

31 dez 2022					
Associadas da Sierra	% de participação	Receitas	JV do valor das propriedades de investimento	Resultados Operacionais	Resultado Líquido
3shoppings	20,00%	13.836	(3.461)	3.149	1.879
Aliansce	8,84%	248.177	(128.983)	23.791	7.230
Área Sur	15,00%	11.905	4.732	12.208	7.814
Atrium Bire, SIGI, S.A.	3,75%	4.964	6.106	8.292	7.061
Douro Riverside Hotel, S.A.	37,50%	114	-	96	95
Feeder	7,45%	-	-	934	519
FIIPDPS	7,97%	5.459	(5.369)	(1.400)	(1.114)
FIIPSDP	31,52%	27.104	(26.656)	(3.014)	(2.243)
Iberia Coop	10,00%	20.660	545	12.006	8.448
Le Terrazze	10,00%	11.040	916	7.236	3.860
Mercado Urbano	20,00%	2.078	-	549	341
ORES	3,75%	22.363	(511)	15.824	10.507
Serra Shopping	5,00%	4.844	(26)	2.423	1.757
Sierra fund	25,10%	142.325	(2.284)	89.140	53.651
SIGI	5,13%	3.540	1.766	4.167	3.048
Signal Alpha Republica I, S.A.	5,00%	2.593	-	651	(376)
Signal Alpha Republica II, S.A.	5,00%	410	-	(37)	(232)
SPF	22,50%	-	-	(275)	2.693
Trivium	12,41%	35.085	(4.348)	16.421	10.753
Zenata	11,00%	4.129	-	2.176	954

31 dez 2021 Reexpresso				
Associadas da Sierra	% de participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios
3shoppings	20,00%	118.021	53.463	64.558
Área Sur	15,00%	121.104	70.375	50.729
Le Terrazze	10,00%	130.120	71.117	59.002
Iberia Coop	10,00%	195.574	55.509	140.066
SPF	22,50%	76.800	270	76.530
Feeder	7,45%	30.080	995	29.084
SIGI	5,13%	79.120	25.548	53.572
ORES	3,75%	389.647	181.417	208.231
Serra Shopping	5,00%	36.139	14.878	21.260
Trivium	12,40%	540.073	330.942	209.131
Aliansce	6,30%	1.966.637	662.758	1.303.879
FIIPDPS	7,97%	126.506	425	126.080
FIIPSDP	31,52%	318.632	13.210	305.423
Sierra Ceval	49,00%	-	-	-
Zenata	11,00%	53.485	34.239	19.246
Sierra fund	25,10%	1.877.160	1.114.583	762.578
Mercado Urbano	20,00%	15.310	9.183	6.127
Signal Alpha Republica I, S.A.	5,00%	27.559	21.050	6.508
Signal Alpha Republica II, S.A.	5,00%	5.228	3.994	1.233

31 dez 2021 Reexpresso					
Associadas da Sierra	% de participação	Receitas	JV do valor das propriedades de investimento	Resultados Operacionais	Resultado Líquido
3shoppings	20,00%	10.724	3.325	7.849	5.724
Área Sur	15,00%	10.035	1.643	7.236	4.029
Le Terrazze	10,00%	9.642	(1.894)	3.319	920
Iberia Coop	10,00%	19.985	(298)	11.032	8.042
SPF	22,50%	-	-	(330)	5.366
Feeder	7,45%	-	-	1.968	1.542
SIGI	5,13%	2.807	2.945	4.768	4.287
ORES	3,75%	22.823	5.482	22.327	16.845
Serra Shopping	5,00%	3.920	443	2.342	1.628
Trivium	12,40%	31.828	3.549	21.819	17.391
Alliance	6,30%	151.036	(36.600)	55.111	34.445
FIIPDPS	7,97%	3.401	(3.787)	(4.608)	(4.561)
FIIPSDP	31,52%	16.884	(30.877)	(16.698)	(16.577)
Sierra Cevital	49,00%	-	-	-	-
Zenata	11,00%	3.687	-	1.050	190
Sierra fund	25,10%	103.664	9.779	73.374	40.813
Mercado Urbano	20,00%	1.457	-	216	71
Signal Alpha Republica I, S.A.	5,00%	2.055	-	1.024	(43)
Signal Alpha Republica II, S.A.	5,00%	448	-	195	(6)

A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

31 dez 2022						
Associadas	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação financeira	Outros efeitos	Participação financeira
<b>MC</b>						
Sempre a Postos	5.174	25,00%	1.294	-	1	1.294
InSCO	43.935	10,00%	4.393	-	95	4.489
Sportessence	3.207	10,00%	321	-	(20)	301
<b>Sonae</b>						
ISRIG	302.647	30,00%	90.794	36.017	(11.840)	114.971
NOS	1.052.343	37,37%	393.261	167.313	293.638	854.211
Mondarella	(824)	40,00%	(330)	2.988	149	2.807
<b>Associadas da Sierra</b>	<b>3.742.350</b>		<b>545.877</b>	<b>43.746</b>	<b>(5.196)</b>	<b>584.427</b>
<b>BrightPixel</b>						
Armilar II	185.310	47,78%	10.561	-	47.429	57.991
Armilar III	35.158	45,52%	77.679	-	(64.879)	12.800
Armilar I+I	43.146	38,25%	12.802	-	(2.240)	10.562
						<b>1.643.852</b>

31 dez 2021 Reexpresso						
Associadas	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação financeira	Outros efeitos	Participação financeira
<b>MC</b>						
Sempre a Postos	3.638	25,00%	910	-	1	910
<b>Sonae</b>						
ISRIG	231.014	30,00%	69.304	36.017	(4.309)	101.012
<b>Associadas da Sierra</b>	<b>3.443.238</b>		<b>485.629</b>	<b>43.746</b>	<b>(5.196)</b>	<b>524.179</b>
<b>BrightPixel</b>						
Armilar II	264.993	44,33%	76.854	-	-	76.854
Armilar III	150.650	42,80%	51.584	-	-	51.584
Armilar I+I	62.760	38,25%	15.363	-	-	15.363
Outros	561		(148)	297	33	182
						<b>770.084</b>

O fundo Armilar II inclui uma participação de Information Technology enquadrada no nível 3 com valor contabilístico de aproximadamente 184 milhões de euros. No final do exercício, a empresa foi valorizada com base no preço subjacente a uma ronda de financiamento muito significativa fechada durante a segunda metade do ano de 2022. No âmbito dessa ronda, que incluiu uma componente importante de transações em mercado secundário, o Armilar II vendeu parte dos seus ativos por um montante aproximado de 82,0 milhões de euros, os quais foram distribuídos pelos seus participantes, tendo gerado na Sonaecom um cash-in de cerca de 17,7 milhões de euros (líquido de imposto).

Os Fundos Armilar III e a Armilar I+I incluem uma participação enquadrada no nível 3 com valor contabilístico de aproximadamente 32 milhões de euros e 42 milhões de euros, respetivamente (46 milhões de euros e 61 milhões de euros em 2021). Neste caso a valorização foi feita com base em múltiplos de mercado de empresas cotadas comparáveis, tendo-se verificado uma redução de valor superior a 30% em relação ao exercício anterior. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Armilar III procedeu à alienação da totalidade de uma das suas participadas cujo valor contabilístico no final do exercício de 31 de dezembro de 2021 ascendia a cerca de 103 milhões de euros. A operação gerou um cash-in para a Sonaecom de cerca de 32 milhões de euros (líquido de imposto).



### 3.2.3 Movimento ocorrido durante o exercício

#### 3.2.3.1 Empreendimentos conjuntos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos, foi o seguinte:

Investimentos em empreendimentos conjuntos	31 dez 2022			31 dez 2021 Reexpresso		
	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
Saldo em 1 de Janeiro	654.216	90.350	744.566	711.852	91.225	803.077
Transferência para subsidiárias (Nota 1.3.1)	(5.755)	-	(5.755)	-	-	-
Transferência para detidos para venda	-	-	-	(21.108)	-	(21.108)
Amortização das ações detidas com recebimento em espécie (Nota 3.2.4)	(549.264)	(87.528)	(636.791)	-	-	-
Aumentos de capital no exercício	4.183	-	4.183	2.634	-	2.634
Aquisições no exercício	8.874	-	8.874	-	-	-
Alienações no exercício	-	-	-	(4.869)	(875)	(5.743)
Devolução do capital investido	(11.074)	-	(11.074)	(5.765)	-	(5.765)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas relativas a empreendimentos conjuntos	54.181	-	54.181	41.784	-	41.784
Dividendos distribuídos	(6.752)	-	(6.752)	(69.474)	-	(69.474)
Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo	(180)	-	(180)	2.038	-	2.038
Imparidade	-	-	-	(2.877)	-	(2.877)
Outros	(37.625)	-	(37.625)	-	-	-
	<b>110.804</b>	<b>2.822</b>	<b>113.626</b>	<b>654.216</b>	<b>90.350</b>	<b>744.566</b>

Na sequência da resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited, o grupo passou a exercer influência significativa sobre a NOS, e de acordo com a IAS 28, os investimentos sobre esta empresa foram transferidos para Investimentos em associadas.

A rubrica “Transferência para detidos para venda” em 2021 resulta do acordo para a alienação de 50% da MDS, SGPS, SA à Ardonagh Services Limited, uma entidade detida integralmente por The Ardonagh Group Limited.

A rubrica “Dividendos distribuídos” em 2021 inclui o montante de 68,9 milhões de euros referente à distribuição de lucros da ZOPT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica ‘Devolução do capital investido’, no valor de 5,7 milhões de euros são referentes à devolução de parte do prémio de emissão da Zopt.

O efeito em capitais próprios e interesses que não controlam resulta fundamentalmente do efeito de conversão cambial das associadas da Sierra com moeda funcional diferente do euro.

#### Sierra

Em janeiro de 2022, a subsidiária Sierra Developments Holding B.V. adquiriu 50% do capital da entidade controlada conjuntamente Visionarea, Promoção Imobiliária, S.A. por 869 milhares de euros.

Em fevereiro de 2022, a subsidiária Project Sierra 14 B.V. adquiriu 50% do capital da entidade controlada conjuntamente Nova Centralidade - Sociedade de Desenvolvimento Imobiliário, S.A. (“Nova Centralidade”) (que detém 100% do capital Quinta da Foz - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (“Quinta da Foz”)) por 8.006 milhares de euros.

Em maio de 2022, a subsidiária Sierra Investments Holdings B.V. adquiriu o restante capital da entidade controlada conjuntamente North Tower B.V. (que detém 100% do capital da Torre Norte, S.A.) por 5.750 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica ‘Outros’ inclui 37.625 milhares de euros referentes ao pagamento pela ZOPT na sequência da operação de amortizações de ações.

#### 3.2.3.2 Investimentos em associadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

Investimentos em associadas	31 dez 2022			31 dez 2021 Reexpresso		
	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
Saldo em 1 de Janeiro	689.793	80.292	770.084	660.608	84.698	745.307
Aumentos de capital no exercício	16.778	-	16.778	1.192	-	1.192
Aquisições durante o exercício	29.463	-	29.463	390	13	403
Amortização das ações detidas com recebimento em espécie (Nota 3.2.4)	549.264	87.528	636.792	-	-	-
Transferência de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	185.674	-	185.674	-	-	-
Transferência de ativos financeiros ao justo valor através Resultados	5.345	-	5.345	-	-	-
Diminuições de capital no	(4.236)	-	(4.236)	(3.701)	-	(3.701)
Alienações do exercício	(40)	-	(40)	2.308	(4.420)	(2.112)
Devolução do capital investido	(15.436)	-	(15.436)	(581)	-	(581)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas relativas a associadas	66.577	-	66.577	61.680	-	61.680
Dividendos distribuídos	(27.026)	-	(27.026)	(5.075)	-	(5.075)
Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo	19.316	(340)	18.976	2.379	-	2.379
Outros	(39.099)	-	(39.099)	(29.406)	-	(29.406)
	<b>1.476.373</b>	<b>167.479</b>	<b>1.643.852</b>	<b>689.793</b>	<b>80.292</b>	<b>770.084</b>

A rubrica “Dividendos distribuídos” em inclui o montante de 26,3 milhões de euros referente à distribuição de lucros nas associadas segmento operacional Sierra.

Tal como mencionado acima, na sequência da resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited, o grupo passou a exercer influência significativa sobre a NOS, e de acordo com a IAS 28, os investimentos sobre esta empresa, classificados até ao 3.º trimestre de 2022 como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, representativas de 10,78% das ações a 30 de setembro de 2022, foram transferidos para Investimentos em associadas (186 milhões de euros). A reclassificação do investimento por constituir uma aquisição por fase de uma associada gerou um Goodwill provisório no valor aproximado de 79 milhões de euros que será revisto no prazo de um ano aquando da conclusão do exercício de “purchase price allocation”, conforme os princípios da IFRS 3.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica ‘Devolução do capital investido’, inclui 15.234 milhares de euros referentes à devolução de capital investido pela Armilar III e 202 milhares de euros referentes à devolução de capital investido pela Armilar I+I.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica ‘Outros’ inclui 18.666 milhares de euros relativos à distribuição de capital efetuada na sequência da venda de uma participação detida pelo Fundo Armilar III, 19.643 milhares de euros relativos à distribuição de capital da Armilar II.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Regulamento dos Fundos Armilar, passou a incorporar o incentivo contratual (Incentive Scheme), a pagar à Sociedade Gestora. Nesse sentido, a empresa passou a reconhecer um ativo líquido do incentivo contratual na apropriação dos resultados da Armilar. O valor acumulado desse incentivo anteriormente registado em ‘Provisões’, no montante de 28.781 milhares de euros, foi reclassificado com efeito na rubrica ‘Outros’.

### 3.2.4 Investimento na NOS

No terceiro trimestre de 2022, a Sonaecom procedeu à resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited. Em reunião da Assembleia Geral da ZOPT realizada a 28 de setembro, deliberou-se proceder à amortização da participação da Sonaecom naquela sociedade, e à restituição das prestações acessórias por si efetuadas, por contrapartida da entrega da proporção detida nos ativos líquidos da sociedade, correspondente a ações representativas de 26,07% do capital social da NOS que não se encontram oneradas, e de outros meios monetários líquidos, no valor de 37,6 milhões de euros. Por força da referida deliberação, a Sonaecom deixou de ser acionista da ZOPT (Nota 2.2.2).

Decorridos os formalismos legais associados à tutela dos credores da ZOPT e à apreciação da operação pela Autoridade da Concorrência – a ZOPT procedeu à entrega – no início de dezembro de 2022 – das ações representativas de 26,07% do capital social da NOS, as quais passaram a ser diretamente detidas pela Sonaecom.

Desde a sua génese, o único objeto da ZOPT foi a detenção e gestão da participação na NOS e a execução do Acordo Parassocial suprarreferido, que estabelecia o controlo conjunto, não tendo a sociedade tido qualquer outra atividade operacional desde a sua constituição. Dado o carácter meramente instrumental da ZOPT na detenção, em substância, da participação na NOS, com a resolução do Acordo Parassocial e a deliberação acima referida, a Sonaecom deixou de deter controlo conjunto sobre a NOS e passou a exercer influência significativa sobre esta participada. Neste caso, e conforme preconizado na IAS 28, porque o método de mensuração e o perímetro de consolidação da Sonaecom não se altera, não houve lugar à remensuração do investimento para o justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

A 31 de dezembro de 2022, à Sonae era imputada uma participação na NOS de 37,37% do capital social e do direitos de voto nessa sociedade, por efeito da participação direta no capital e direitos de voto na NOS de que a Sonae é titular e da imputação indireta dos votos relativos à referida percentagem de 26,07% que são diretamente detidos pela sua subsidiária Sonaecom.

Tendo em consideração a percentagem de detenção, direta e indiretamente imputável à Sonae (37,37% a 31 de dezembro de 2022), foi analisado à luz do descrito na IFRS 10, se a Sonae poderia exercer o controlo sobre a NOS. Desta análise, concluiu-se que a Sonae não controla a referida sociedade, na medida em que não detém a maioria do capital social e dos direitos de voto da NOS e, que não é claro que i) seja possível à Sonae tomar decisões por si só e ii) que seja improvável a existência de uma maioria contrária às suas intenções. Face ao exposto, e tendo a Sonae a possibilidade de participar nos processos de decisão da NOS, estamos perante uma situação de influência significativa, sendo o

respetivo investimento classificado como “ Investimentos em associadas”, e registado nas contas consolidadas da Sonae pelo método de equivalência patrimonial.

A informação financeira consolidada da NOS, utilizada para aplicação do método da equivalência patrimonial, inclui ajustamentos decorrentes da alocação de preço aos ativos e passivos identificados na operação de fusão de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS apresentam exposição ao mercado africano, nomeadamente através de participações financeiras que o grupo detém em entidades que operam nos mercados angolano e moçambicano, e que se dedicam, essencialmente, à prestação de serviços de televisão por satélite e por fibra. O valor líquido contabilístico das participadas africanas nas demonstrações financeiras da empresa em 31 de dezembro de 2022, reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, ascende a, aproximadamente, 100 milhões de euros (44 milhões de euros em 2021).

Foram efetuados testes de imparidade para aqueles ativos, considerando os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração para um período de 5 anos, com taxas de crescimento médias de receitas de 3,24% em Angola e 4,83% em Moçambique (2,7% e 4,7% em 2021, respetivamente). Os planos de negócio consideram ainda uma taxa de crescimento na perpetuidade de 6% em Angola e 6% em Moçambique (7% e 6% em 2021, respetivamente) e uma taxa de desconto (“WACC”) na perpetuidade de 17,1% em Angola e de 19,2% em Moçambique (14,4% e 14,3% em 2021, respetivamente).

Os testes de imparidade efetuados, com base nos pressupostos acima identificados, conduziram a uma reversão de imparidade (nas demonstrações financeiras ajustadas da NOS) de 29,7 milhões de euros (cerca de 14,9 milhões de euros de reforço de imparidade em 2021).

Relativamente às participações financeiras da NOS na Finstar e ZAP Media (consolidado Finstar), é convicção do Conselho de Administração da NOS que o arresto de património à Sra. Eng<sup>a</sup> Isabel dos Santos, no caso concreto às participações por esta detidas na Finstar e ZAP Media (onde detém 70% do capital) não altera o perfil de controlo, neste caso controlo-conjunta tal como definido na IFRS 11.

Quanto à participação detida na NOS (ZOPT em 2021), o Conselho de Administração considera que a cotação de mercado das ações representativas do capital social da NOS, S.A., à data de 31 de dezembro de 2022, não reflete o justo valor das mesmas. O Conselho de Administração, considera que o valor de uso da empresa, representa à presenta data, a melhor estimativa do valor recuperável dessa sociedade. Desta forma, a aferição da existência, ou não, de imparidade para os valores de investimentos incluindo de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para o setor das telecomunicações, é determinada tendo em consideração diversas informações como os planos de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS para 5 anos, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 2,4% (2,8% em 2021).

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Pressupostos	NOS SGPS	
	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	6,5% - 9,4%	5,3% - 8,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	1,40%

A análise das projeções e testes de imparidade resultou no apuramento de um valor recuperável superior ao valor contabilístico em cerca de 0,2%. (9,8% em 2021). Não foram apuradas perdas de imparidade nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Na análise de sensibilidade efetuada, fazendo variar a taxa de desconto ou a taxa de crescimento na perpetuidade em 0,1 p.p., conduziria a uma imparidade de cerca de 2,7% e 2,2%, respetivamente.

### 3.3 Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser analisadas como segue:

#### - Atividades de Investimento

Recebimentos	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Recebimento relativo à alienação de ações da Alverca	7.848	-
Recebimento relativo à alienação de ações da Cellwise	23.674	-
Recebimento relativo à alienação de ações da Maxive	90.758	-
Recebimento relativo à alienação da MDS	104.111	-
Recebimento relativo à alienação de ações da Style Sage	6.542	-
Recebimento relativo à devolução capital Armilar	15.436	-
Recebimento relativo à ZOPT	37.625	-
Recebimento relativo à alienação de 249.900.000 ações da MC	-	528.000
Recebimento relativo à alienação da CB4	-	8.510
Recebimento relativo à alienação da Maxmat	-	39.744
Recebimento relativo à alienação de ações da Arctic Wolf	-	36.418
Recebimento relativo à devolução prémio de emissão ZOPT	-	5.765
Outros	13.843	18.931
	<b>299.837</b>	<b>637.367</b>

Pagamentos	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Aquisição de ações Alliansce Sonae	24.750	-
Aquisição de ações BR Malls	35.659	-
Aquisição de ações Chord	6.045	-
Aquisição de ações Hackuity	6.000	-
Aquisição de ações Nova Centralidade Soc. de Desenv. Imobiliário, SA	8.006	-
Aquisição de ações NOS SGPS	73.220	-
Aquisição de ações SONAE SIERRA SGPS	83.471	82.159
Incorporação e aumento de capital North Tower BV	7.787	-
Prestações Suplementares Qamine	8.000	-
Aquisição de ações Portimativo	-	20.215
Aquisição de ações Claybell	-	71.975
Aquisição de ações Safebreach	-	12.943
Outros	54.893	28.240
	<b>307.830</b>	<b>215.532</b>

## 3.4 Ativos financeiros ao justo valor

### Políticas contabilísticas

Para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Na ausência de cotação de mercado, o justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base na utilização de preços de transação recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na determinação do justo valor.

Na classificação dos investimentos o Grupo determina se o objetivo do investimento é a disponibilização de meios financeiros às investidas, com retorno via ganho de capital de médio a longo prazo e avalia se com base nos contratos e acordos tem ou não capacidade de influenciar as decisões e políticas das suas investidas.

A utilização de diferentes metodologias e de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar alterações nos valores dos ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Na classificação dos investimentos o Grupo determina se o objetivo do investimento é a disponibilização de meios financeiros às investidas, com retorno via ganho de capital de médio a longo prazo e avalia se com base nos contratos e acordos tem ou não capacidade de influenciar as decisões e políticas das suas investidas. Julgamentos diferentes em relação a estas matérias poderiam levar a que os investimentos fossem classificados e mensurados de forma diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 3.4.1 Ao justo valor através de resultados

O valor dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

Firma	Demonstração da posição financeira	
	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Bright Pixel</b>		
Afresh	4.688	-
Arctic Wolf Networks, Inc	78.758	74.168
1) CelliWise	-	8.642
Chord	5.625	-
Grupo Codacy	8.000	-
CyberSixgill	18.251	5.298
Hackuity	6.000	-
Jscrambler	3.829	3.829
Mayan	4.688	-
Ometria, Ltd.	20.858	22.016
Safebreach	14.139	13.315
Sales Layer	9.714	2.500
Weaveworks	4.990	4.415
Outros ativos financeiros	29.131	24.742
	<b>208.671</b>	<b>158.925</b>
<b>Outros</b>	8.218	5.345
	<b>8.218</b>	<b>5.345</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>216.889</b>	<b>164.269</b>

1) Participações alienadas em 2022;

São classificados como 'Investimentos ao justo valor através de resultados' de acordo com a IFRS 9, os investimentos em instrumentos de capital não designados de forma irrevogável no reconhecimento inicial como investimentos ao justo valor por outro rendimento integral. São ainda classificados nesta rubrica, os investimentos em

empresas associadas, detidos por organização de capital de risco ou equivalente, em que o grupo tenha optado, no reconhecimento inicial por, mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9. As alterações subsequentes no justo valor são apresentadas através de resultados. O justo valor dos investimentos é apurado em moeda do país do investimento e convertido para euros no final do exercício de reporte.

Os investimentos acima descritos encontram-se valorizados ao justo valor, e classificados no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor. Do valor total de ativos financeiros ao justo valor através de resultado, cerca de 79 milhões de euros correspondem a participadas valorizadas com base em dados sustentados em cotações de compra e venda e 31,7 milhões de euros correspondem a participadas valorizadas com base na última transação em mercado não ativo ocorridas durante o ano de 2022 (109,8 milhões de euros durante o ano de 2021). As aquisições no ano de novas participadas correspondem a cerca de 33,3 milhões de euros (22,5 milhões de euros em 2021). O montante de 8,6 milhões de euros correspondem a participações valorizadas através de múltiplos e o montante de 56 milhões de euros correspondem a participações valorizadas com base na última transação que, apesar de ter ocorrido há mais de um ano, ainda representa a melhor estimativa de justo valor da empresa (26,6 milhões de euros em 2021).

Os Investimentos da Bright Pixel mais significativos em termos de valor são:

- A Arctic Wolf é uma empresa americana, pioneira global no mercado de SOC-as-a-Service com tecnologia de ponta para gestão de deteção e resposta (MDR), numa combinação única de tecnologia e serviços que rapidamente detetam e contêm ameaças. A Bright Pixel, juntamente com os investidores tecnológicos americanos Lightspeed Venture Partners e Redpoint entrou no capital da empresa em 2017 durante uma ronda de financiamento Série B. Desde então, a empresa fechou uma ronda de financiamento Série C de 45 milhões de dólares em 2018, uma ronda Série D de 60 milhões de dólares no final de 2019, uma ronda Série E no montante de 200 milhões de dólares em outubro de 2020 com uma valorização de 1,3 bilhões de dólares e, em 2021, uma ronda de 150 milhões de dólares, detida por investidores existentes e novos, com uma avaliação subjacente de 4,3 mil milhões de dólares.
- A Ometria é uma empresa inglesa detentora de uma plataforma de marketing assente em Inteligência Artificial e com a ambição de centralizar todas as comunicações entre os retalhistas e os seus clientes. Este investimento foi feito pela Bright Pixel numa ronda de financiamento de Série A, juntamente com vários investidores estratégicos (incluindo Summit Action, o fundo VC da Summit Series) e foi posteriormente reforçado durante rondas de financiamento de Série B e C.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as aquisições de participações mais significativas realizadas pela Bright Pixel foram:

- A Afresh é uma empresa sediada nos EUA, líder no desenvolvimento de tecnologia baseada em inteligência artificial para alimentos frescos. As soluções da Afresh otimizam funções críticas na gestão de alimentos frescos, incluindo encomendas, inventários, merchandising, e operações. A Afresh reduz significativamente o desperdício de alimentos, melhora a rentabilidade dos seus parceiros e torna os alimentos mais frescos e saudáveis acessíveis a todos. A empresa anunciou uma ronda de financiamento Série B de 115 milhões de dólares liderada pela Spark Capital e com a participação da Insight Partners, VMG Partners, e Bright Pixel Capital.
- A Codacy, empresa com sede em Portugal, é uma plataforma automatizada de revisão de código e de análise de produtividade da equipa de engenharia. Fornece inteligência às equipas de desenvolvimento de software para atingirem o seu potencial máximo. A Codacy levantou uma ronda de financiamento Série B de 15 milhões de dólares liderada pela Bright Pixel Capital, com a participação dos investidores existentes Armilar Venture Partners, EQT Ventures, Join Capital, Caixa Capital, Faber Ventures e Iberis Capital.
- A Hackuity é uma solução de gestão de vulnerabilidades baseada em risco que capacita as equipas e líderes de cibersegurança a recolher, priorizar e corrigir de forma abrangente as fragilidades de segurança antes que possam ser exploradas pelos seus adversários. A Hackuity levantou uma ronda de financiamento de 12 milhões de euros, liderada pela Bright Pixel com a participação do investidor anterior Caisse des Dépôts.
- A Didimo é um dos principais criadores de avatares de alta fidelidade com tecnologia 3D. A Didimo permite que qualquer pessoa de forma fácil e rápida crie réplicas digitais realistas que empresas e indivíduos podem usar para interagir, oferecer ou desfrutar de serviços online. Em 2020, a Didimo anunciou uma ronda de financiamento de €1m liderada pela Armilar Venture Partners juntamente com a Bright Pixel e a PME Investimentos em cooperação com o 200M Co-Investment Fund. Em agosto de 2022, a Didimo levantou uma ronda de financiamento Série A de 7,1 milhões de dólares liderada pela Armilar Venture Partners, com a participação da Bright Pixel, Portugal Ventures e Techstars.

### 3.4.2 Através do outro rendimento integral

O valor dos ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral pode ser analisado como segue:

Firma	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Bright Pixel</b>		
Deepfence	2.344	2.207
IriusRisk	7.125	1.417
Nextail Labs, S.L.	1.629	1.629
StyleSage, Inc.	-	1.869
Outros ativos financeiros	607	877
	<b>11.704</b>	<b>7.999</b>
<b>Sierra</b>		
1) BR Malls	29.559	-
	<b>29.559</b>	-
<b>Sonae</b>		
2) NOS SGPS, S.A.	-	129.580
	-	<b>129.580</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>41.263</b>	<b>137.579</b>

- 1) Aquisição de 2022  
 2) Ativo financeiro transferido para Investimentos em Associadas na sequência da resolução da parceria na ZOPT e na participação na NOS (Nota 3.2)

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos detidos através da Bright Pixel correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa.

No âmbito da IFRS 9 estes investimentos são classificados como 'Investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral' uma vez que são mantidos como investimentos estratégicos de longo prazo que não são expectáveis que sejam vendidos no curto e médio prazo e, por isso, foram designados de forma irrevogável como investimentos ao justo valor por outro rendimento integral. As alterações subsequentes no justo valor são apresentadas através de outro rendimento integral. O justo valor dos investimentos é apurado em moeda do país do investimento e convertido para euros no final do exercício de reporte.

Tal como mencionado acima, na sequência da resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited, o grupo passou a exercer influência significativa sobre a NOS, e de acordo com a IAS 28, a percentagem de participação detida diretamente pela Sonae SGPS foi transferidos para Investimentos em associadas.

Os investimentos acima descritos do segmento Bright Pixel encontram-se valorizados ao justo valor classificados no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor. A grande maioria dos ativos financeiros ao justo valor através

de rendimento correspondem a participações valorizadas com base na última transação que, apesar de ter ocorrido há mais de um ano, ainda representa a melhor estimativa de justo valor da empresa.

Os investimentos relativos ao segmento da Sierra encontram-se valorizados ao justo valor classificados no nível 1 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

### 3.4.3 Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos financeiros ao justo valor, foi o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral e através de resultados</b>		
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro	301.848	213.573
Aumentos durante o exercício	150.547	28.922
Alienações	(13.873)	(29.795)
Aumento/(diminuição) do justo valor através de resultados	17.515	67.473
Aumento/(diminuição) do justo valor através de rendimento integral	(7.258)	21.675
Transferência para Associadas	(191.019)	-
Outros	392	-
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e através de resultados</b>	<b>258.153</b>	<b>301.848</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica 'Alienações' inclui a alienação da participação da Bright Pixel na CiValue pelo montante de 5,3 milhões de euros, a qual gerou uma mais valia de 3,3 milhões de euros e à alienação da participação da Bright Pixel na Cellwize pelo montante de 22,3 milhões de euros, a qual gerou uma mais valia de 13,8 milhões de euros. As mais-valias totais no valor de 17,7 milhões de euros foram registadas na rubrica "Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados" na demonstração consolidada dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica 'Alienações', é referente à alienação parcial da participação da Bright Pixel na Arctic Wolf pelo montante de 36,4 milhões de euros, a qual gerou uma mais-valia de 12,3 milhões de euros, à alienação da totalidade da participação da Bright Pixel na CB4 pelo montante de 8,5 milhões de euros que gerou uma mais-valia de 5,1 milhões de euros, e pela alienação da totalidade da participação da Bright Pixel na Case on It pelo montante de 2,6 milhões de euros que gerou uma mais-valia de 312 mil euros.

No exercício de 2022, o Grupo recebeu 12 milhões de euros relativos a investimentos em ativos ao justo valor.

### 3.5 Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de “Outros investimentos” no valor de 16.579 milhares de euros (14.984 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021) inclui 7.231 milhares de euros (7.239 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento MC no Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 7).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor dos outros investimentos correntes e não correntes, foi o seguinte:

	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<b>Outros investimentos</b>				
Outros investimentos em 1 de janeiro	14.984	-	14.266	-
Aumentos durante o exercício	3.940	-	2.347	-
Diminuições durante o exercício	(1.751)	-	(951)	-
Transferência para detidos para venda	-	-	(129)	-
Outros	(595)	-	(550)	-
<b>Outros investimentos em 31 de dezembro</b>	<b>16.579</b>	<b>-</b>	<b>14.984</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.2)</b>				
Justo valor em 1 de janeiro	-	7.107	-	3.303
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	(6.514)	-	3.803
<b>Justo valor em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>593</b>	<b>-</b>	<b>7.107</b>
<b>Instrumentos financeiros outros</b>				
Justo valor em 1 de janeiro	-	-	-	43
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	4	-	(42)
<b>Justo valor em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>16.579</b>	<b>596</b>	<b>14.984</b>	<b>7.107</b>

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de “Instrumentos financeiros derivados” é relativa a um derivado para cobertura de risco de taxa de câmbio para cobertura do risco cambial de um financiamento em USD. Este instrumento financeiro foi valorizado ao justo valor classificado no nível 2 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

### 3.6 Ganhos ou perdas relativos a investimentos

Os ganhos ou perdas relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Alienação de 50% da MDS	83.003	-
Mais valias geradas na alienação das participações financeiras no segmento Sierra (Nota 1.3.2)	6.000	-
Outros	11	(919)
<b>Ganhos e perdas na alienação de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas</b>	<b>89.014</b>	<b>(919)</b>
<b>Outros</b>	<b>(40)</b>	<b>(47)</b>
Reversão de Imparidade de investimentos financeiros	25	-
<b>Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos</b>	<b>25</b>	<b>-</b>
<b>Total de rendimentos ou (gastos) relativos a investimentos</b>	<b>88.999</b>	<b>(966)</b>

A Sonae SGPS, S.A. conclui no último trimestre de 2022 a transação de alienação da participação de 50% na MDS SGPS, S.A. à Ardonagh Global Partners – Project Macau, Unipessoal, Lda., uma entidade detida integralmente por The Ardonagh Group Limited (“The Ardonagh Group”), que gerou uma mais-valia de 83.003 milhares de euros.

Em setembro de 2022 o Grupo, através das suas subsidiárias Sierra Developments Holding B.V., Sierra Investments Holdings B.V. e Sierra Investments, SGPS, S.A., alienou a totalidade do capital social (100%) da subsidiária ARP Alverca Retail Park, S.A. (“Alverca”) pelo valor de 7.848 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho no valor de 5.154 milhares de euros.

Em novembro de 2022 o Grupo, através das suas subsidiárias Sierra Developments Holding B.V. e Sierra Developments, SGPS, S.A., alienou a totalidade do capital social (100%) da subsidiária Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (“Famalicão”) pelo valor de 1.200 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho no valor de 846 milhares de euros.

### 3.7 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

#### Políticas contabilísticas

Os ativos e passivos associados a ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados ou depreciados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda:

- i) no caso das subsidiárias estas continuam a ser consolidadas até à data da sua alienação, devendo, contudo, o conjunto dos seus ativos e passivos ser classificado como detidos para venda e contabilizado ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando o registo de depreciações/ amortizações. Adicionalmente e tal como previsto no IFRS 5, sempre que uma subsidiária é considerada como uma operação descontinuada, a as várias linhas da sua demonstração de resultados são transferidos para uma única rubrica (Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas),
- ii) no caso dos empreendimentos conjuntos e associadas mensurados pelo método da equivalência patrimonial, estes passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os ativos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes ativos e/ou Grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificadas de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

No caso das participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas mensurados ao método de equivalência patrimonial, a cessação da classificação como detida para venda implica a reposição do método de equivalência patrimonial retroativamente.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” respeita a um imóvel da Zeitreel localizado em Espanha.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” é detalhada da seguinte forma:

- 21.108 milhares de euros resultantes da reclassificação do investimento financeiro na MDS SGPS, SA, com base no acordo para a alienação de 50% à Ardonagh Services Limited, uma entidade detida integralmente por The Ardonagh Group Limited (Nota 13.1);
- 980 milhares de euros relativos a um imóvel da MC localizado em Portugal, cuja alienação ocorreu em janeiro de 2022; e
- 726 milhares de euros relativos a um imóvel da Zeitreel localizado em Espanha.



### 3.8 Ativos fixos tangíveis

#### Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

#### **Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes**

A maioria dos ativos imobiliários do segmento da MC em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,75% e 9,00% (6,75% e 9,00%, também em 2021), estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2022.

A 31 de dezembro de 2022 efetuaram-se análises de sensibilidade aos testes anuais de imparidade fazendo variar taxa de desconto e taxa de perpetuidade (ver Nota 3.1).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
<b>Ativo Bruto</b>							
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021</b>	1.369.508	1.732.911	31.230	179.193	56.525	42.256	3.411.624
Investimento	20.739	5.675	55	2.627	1.042	151.217	181.355
Aquisições de subsidiárias	29.362	7.157	224	195	14	-	36.952
Desinvestimento	(2.506)	(71.213)	(1.477)	(5.592)	(1.614)	(6.234)	(88.636)
Alienações de subsidiárias	(34.250)	(23.863)	(1.840)	(1.501)	(1.211)	(26)	(62.691)
Variações cambiais	504	499	-	20	-	-	1.023
Ativos detidos para venda	(1.952)	(3)	-	-	-	-	(1.955)
Transferências	6.530	126.629	2.972	13.094	1.859	(153.829)	(2.745)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022</b>	<b>1.387.935</b>	<b>1.777.792</b>	<b>31.166</b>	<b>188.036</b>	<b>56.615</b>	<b>33.384</b>	<b>3.474.927</b>
Investimento	23.272	8.653	52	4.375	1.196	189.486	227.034
Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1)	11	97	-	-	-	-	108
Desinvestimento	(8.076)	(69.913)	(1.770)	(29.819)	(1.940)	(883)	(112.401)
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(1.470)	(2.546)	(178)	(4.024)	(267)	(41)	(8.526)
Variações cambiais	(410)	(427)	-	3	-	-	(834)
Transferências	9.564	159.005	3.129	9.056	669	(183.412)	(1.989)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.410.825</b>	<b>1.872.661</b>	<b>32.399</b>	<b>167.626</b>	<b>56.274</b>	<b>38.535</b>	<b>3.578.319</b>
<b>Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas</b>							
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021</b>	456.389	1.063.891	22.247	129.115	44.695	209	1.716.546
Depreciações do exercício	22.985	119.122	2.126	16.277	4.251	-	164.761
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12)	5.841	6.551	-	66	407	22	12.887
Diminuições de perdas por imparidade (Nota 3.12)	(584)	(164)	-	-	(11)	-	(758)
Aquisições de subsidiárias	2.446	3.197	101	144	14	-	5.902
Desinvestimento	(1.343)	(62.776)	(1.345)	(5.420)	(2.270)	(1)	(73.155)
Alienações de subsidiárias	(9.967)	(16.280)	(1.313)	(1.164)	(979)	-	(29.702)
Variações cambiais	106	227	-	15	-	-	347
Depreciações de ativos detidos para venda	(974)	(1)	-	-	-	-	(975)
Transferências	(99)	(1.478)	114	(1.364)	251	(8)	(2.584)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022</b>	<b>474.800</b>	<b>1.112.289</b>	<b>21.931</b>	<b>137.670</b>	<b>46.358</b>	<b>222</b>	<b>1.793.269</b>
Depreciações do exercício	24.151	124.219	1.934	16.211	3.625	-	170.140
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12)	7.517	19.065	118	1.053	112	-	27.864
Diminuições de perdas por imparidade (Nota 3.12)	(5.482)	(243)	-	-	(408)	-	(6.133)
Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1)	1	77	-	-	-	-	78
Desinvestimento	(6.608)	(64.783)	(1.690)	(29.186)	(1.903)	-	(104.170)
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(1.087)	(1.931)	(178)	(3.857)	(201)	-	(7.254)
Variações cambiais	(125)	(219)	-	5	-	-	(338)
Transferências	902	2.345	75	(3.362)	(777)	-	(818)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>494.069</b>	<b>1.190.818</b>	<b>22.190</b>	<b>118.534</b>	<b>46.806</b>	<b>222</b>	<b>1.872.638</b>
<b>Valor Líquido</b>							
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>913.135</b>	<b>665.503</b>	<b>9.235</b>	<b>50.366</b>	<b>10.257</b>	<b>33.162</b>	<b>1.681.657</b>
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>916.756</b>	<b>681.843</b>	<b>10.209</b>	<b>49.093</b>	<b>9.468</b>	<b>38.313</b>	<b>1.705.681</b>

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 182 milhões de euros (151 milhões de euros em 2021), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas dos segmentos de retalho do Grupo.

A rubrica de “Depreciações do exercício” de ativos tangíveis inclui 450 milhares de euros (1,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) transferidos para operações descontinuadas.

O desinvestimento, líquido de amortizações, no exercício de 2022 totalizou cerca de 8,2 milhões de euros e inclui principalmente a alienação e abate de equipamento básico de aproximadamente 5,1 milhões de euros

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” incluem cerca de 24,4 milhões de euros (24,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) relativos a remodelação e expansão de lojas das unidades do retalho em Portugal.

A rubrica de “Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis” pode ser analisada como segue:

Perdas por imparidade	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Outros ativos fixos tangíveis	Total ativos fixos tangíveis
<b>Saldo inicial 1 de janeiro de 2021</b>	<b>100.028</b>	<b>21.494</b>	<b>1.134</b>	<b>122.656</b>
Perdas por imparidade do exercício	5.841	6.551	495	12.887
Diminuições no exercício	(1.212)	(12.866)	(267)	(14.344)
Alienações de subsidiárias	(562)	(3)	-	(566)
Outros	(115)	-	-	(115)
<b>Saldo inicial 1 de janeiro de 2022</b>	<b>103.979</b>	<b>15.175</b>	<b>1.363</b>	<b>120.517</b>
Perdas por imparidade do exercício	7.521	19.199	1.240	27.961
Diminuições no exercício	(5.561)	(2.005)	(520)	(8.086)
Alienações de subsidiárias	(4.187)	(587)	(52)	(4.826)
Transferências	-	154	-	154
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>101.752</b>	<b>31.937</b>	<b>2.031</b>	<b>135.719</b>

O reforço de imparidades no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, inclui 13,2 milhões de euros relativos a imparidades de equipamentos de loja do segmento Zeitreel. Em 31 de dezembro de 2021, incluía principalmente a imparidade de edifícios e outras construções de 5,3 milhões de euros e imparidades de equipamentos de loja no segmento MC.

As diminuições no exercício findo a 31 de dezembro de 2021 incluem cerca de 11,7 milhões de euros resultantes da operação de reorganização da Worten Espanha.

### 3.9 Ativos intangíveis

#### Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos

intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae, sejam controláveis pela Sonae e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de “Trabalhos para a Própria Empresa” (Nota 2.6).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
<b>Ativo Bruto</b>					
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021</b>	<b>233.725</b>	<b>492.244</b>	<b>101.176</b>	<b>42.403</b>	<b>869.547</b>
Investimento	967	988	453	75.277	77.685
Aquisições de subsidiárias	-	5	15	-	20
Desinvestimento	(5)	(32.979)	(7)	(520)	(33.510)
Alienações de subsidiárias	(1.518)	(2.159)	-	(4)	(3.682)
Reexpressão dos ativos da Gosh	18.384	-	18.318	-	36.701
Transferências	22.597	51.619	-	(73.379)	837
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022 Reexpresso</b>	<b>274.150</b>	<b>509.718</b>	<b>119.954</b>	<b>43.777</b>	<b>947.599</b>
Investimento	1.854	2.593	391	81.712	86.550
Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1)	-	56	2.855	-	2.911
Desinvestimento	(205)	(27.201)	(825)	(397)	(28.629)
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(24.771)	(6.775)	-	(209)	(31.755)
Variações cambiais	(716)	(3)	(713)	-	(1.433)
Transferências	18.518	73.487	(16.702)	(71.863)	3.441
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>268.831</b>	<b>551.874</b>	<b>104.960</b>	<b>53.020</b>	<b>978.685</b>
<b>Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas</b>					
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021</b>	<b>48.229</b>	<b>354.979</b>	<b>52.963</b>	<b>-</b>	<b>456.172</b>
Amortizações do exercício	3.724	38.673	4.653	-	47.051
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12)	-	436	1.323	-	1.759
Aquisições de subsidiárias	-	-	15	-	15
Desinvestimento	(5)	(32.705)	-	-	(32.710)
Alienações de subsidiárias	(1.517)	(2.047)	-	-	(3.564)
Reexpressão dos ativos da Gosh	-	-	176	-	176
Transferências	16.783	(17.832)	-	-	(1.049)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022</b>	<b>67.215</b>	<b>341.503</b>	<b>59.131</b>	<b>-</b>	<b>467.848</b>
Amortizações do exercício	1.882	45.349	6.277	-	53.507
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12)	14.348	1.408	2.164	-	17.920
Diminuições de perdas por imparidade (Nota 3.12)	(56)	(4.620)	-	-	(4.676)
Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1)	-	28	613	-	641
Desinvestimento	(202)	(23.593)	237	-	(23.558)
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(21.032)	(5.518)	-	-	(26.551)
Variações cambiais	-	(1)	(45)	-	(46)
Transferências	70	1.297	387	-	1.754
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>62.224</b>	<b>355.852</b>	<b>68.764</b>	<b>-</b>	<b>486.840</b>
<b>Valor Líquido</b>					
<b>A 31 de dezembro de 2021 Reexpresso</b>	<b>206.935</b>	<b>168.215</b>	<b>60.823</b>	<b>43.777</b>	<b>479.751</b>
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>206.607</b>	<b>196.022</b>	<b>36.196</b>	<b>53.020</b>	<b>491.845</b>

Em 31 de dezembro de 2022 o fluxo “Investimento” do exercício relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 71,7 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (52 milhões em 31 de dezembro de 2021). Em investimentos estão incluídos cerca de 28,4 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 19,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) (Nota 2.6).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica “Propriedade Industrial” o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros, a marca Salsa no valor de 36,7 milhões de euros, a marca Arenal no valor de 58,4 milhões de euros e a marca Gosh! 18,2 milhões de euros (15,7 milhões de libras) no valor destas últimas valorizadas no processo de aquisição.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, suportada em avaliações internas de acordo com a metodologia dos Royalty Relief com a exceção da Salsa. A 31 de dezembro de 2022 efetuaram-se análises de sensibilidade aos testes anuais de imparidade fazendo variar taxa de desconto e taxa de perpetuidade (ver Nota 3.1).

A 31 de dezembro de 2022, o registo de perdas por imparidade pode ser analisado como segue:

Perdas por imparidade	Ativos Intangíveis
<b>Saldo inicial 1 de janeiro de 2021</b>	<b>34.342</b>
Aumentos	1.759
Diminuições	(1.135)
<b>Saldo inicial 1 de janeiro de 2022</b>	<b>34.966</b>
Aumentos	17.920
Diminuições	(4.676)
Outros	70
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>48.280</b>

## 3.10 Ativos sob direito de uso

### Políticas contabilísticas

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se as empresas do grupo Sonae, enquanto locatárias, obtêm substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se têm o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento no balanço.

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – “right-of-use” ou “RoU”). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecido como um ajustamento no RoU.

### Ativos sob direito de uso

O Grupo reconhece os ativos sob direito de uso na data de entrada em vigor (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos sob direito de uso encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo dos ativos sob direito de uso incluem o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo ativo sob direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração dos ativos sob direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos sob direito de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o ativo sob direito de uso reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos ativos sob direito de uso é testada de acordo com a IAS 36 em substituição do reconhecimento de provisões para contratos de locação onerosos.

Nas locações de ativos de baixo valor, o Grupo não reconhece os ativos sob direito de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

### Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pelo Grupo e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

## Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito (Nota 2.2). De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o ativo sob direito de uso (RoU) como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com ativos sob direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do ativos sob direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação (Nota 4.7).

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

O Grupo determina o fim da locação como a parte não cancelável do prazo do contrato, juntamente com quaisquer períodos abrangidos por uma opção de extensão do contrato de locação se for razoavelmente certo que esta será exercida, ou quaisquer períodos abrangidos por uma opção para rescindir o contrato de locação, se for razoavelmente certo que esta não será exercida.

O Grupo tem a opção, sob alguns dos seus contratos de locação, de alugar ou arrendar os seus ativos para períodos adicionais. No início da locação a Sonae avalia a razoabilidade do exercício da opção de renovar o contrato após o período inicial. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o fim do contrato se existir um evento significativo ou alterações nas circunstâncias que estejam sob controlo e afetem a sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia do negócio).

Pelas características dos contratos de locação negociados, a gestão avalia na data da negociação do contrato se este qualifica como um contrato de locação ou um contrato de serviços.

Estes ativos sob direito de uso têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos, objeto de locação, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento básico e Viaturas Ligeiras	Outros ativos	Total dos ativos sob direitos de uso
<b>Ativo Bruto</b>				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	1.546.044	97.033	2.787	1.646.864
Aumentos	106.344	11.508	1.581	119.433
Aquisição de subsidiárias	2.547	-	314	2.861
Efeito da conversão cambial	204	24	2	230
Alienações de subsidiárias	(6.847)	(793)	-	(7.640)
Diminuições e abates	(98.077)	(6.568)	(1.193)	(105.839)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	1.550.214	101.204	3.491	1.654.910
Aumentos	141.186	10.809	6.806	158.800
Efeito da conversão cambial	(102)	(18)	-	(119)
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(3.027)	(3.728)	(1.629)	(8.384)
Diminuições e abates	(77.774)	(7.210)	(94)	(85.078)
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	1.610.497	101.058	8.574	1.720.129
<b>Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	543.548	47.081	1.406	592.035
Depreciações do período	102.792	24.016	648	127.456
Efeito da conversão cambial	26	1	1	28
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(4.241)	(472)	-	(4.713)
Transferências e abates	(47.862)	(2.791)	(517)	(51.169)
Perdas por imparidade do exercício	(28.680)	-	-	(28.680)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	565.583	67.835	1.540	634.957
Depreciações do período	108.377	24.084	682	133.143
Efeito da conversão cambial	18	(6)	-	12
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(1.485)	(1.910)	(1.336)	(4.731)
Diminuições e abates	(66.203)	(5.443)	(94)	(71.740)
Transferências	(1.318)	(132)	-	(1.450)
Perdas por imparidade do exercício	2.118	-	-	2.118
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	607.090	84.428	792	692.309
<b>Valor Líquido</b>				
A 31 de dezembro de 2021	984.632	33.370	1.951	1.019.953
A 31 de dezembro de 2022	1.003.407	16.630	7.782	1.027.820

Na demonstração de resultados consolidados foram reconhecidos 133 milhões de euros relativos a amortizações do período (127,5 milhões de euros em 2021) e 74,3 milhões de euros de juros relativos à atualização da dívida (73,9 milhões de euros em 2021).

As responsabilidades relativas aos ativos sob direito de uso estão registadas nas rúbricas de passivo de locação não corrente e corrente no valor de respetivamente 1.110 milhões de euros e 97 milhões de euros (1.075 milhões de euros e 106 milhões de euros a 31 de dezembro de 2021).

O plano de reembolso previsto para os passivos de locação, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, pode ser analisado como segue:

	31 dez 2022			31 dez 2021 Reexpresso		
	Capital	Juros	Passivo Atualizado	Capital	Juros	Passivo Atualizado
N+1	170.089	73.192	96.897	176.489	70.079	106.410
N+2	157.924	67.324	90.600	147.718	65.392	82.326
N+3	148.955	62.131	86.825	139.643	60.919	78.724
N+4	142.037	56.898	85.139	131.795	56.416	75.379
N+5	133.558	51.665	81.893	126.100	51.834	74.267
Após N+5	1.022.797	257.587	765.211	1.036.778	272.690	764.088
	<b>1.775.360</b>	<b>568.795</b>	<b>1.206.565</b>	<b>1.758.523</b>	<b>577.330</b>	<b>1.181.192</b>

## 3.11 Propriedades de investimento

### Políticas contabilísticas

As propriedades de investimento do Grupo são detidas maioritariamente pela Sierra e suas participadas,

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Os ativos que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, na rubrica de “Propriedades de investimento em desenvolvimento”, como se de um ativo fixo tangível se tratasse deduzido de eventuais perdas por imparidade. A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

Os contratos de “fit-out” são contratos pelos quais o Grupo suporta parte das despesas incorridas com o acabamento interior da loja desse lojista. Como contrapartida, o lojista obriga-se a reembolsar o Grupo pelo montante investido, ao longo do prazo do contrato respetivo, em termos e condições que variam de contrato para contrato. Os montantes desembolsados pelo Grupo em contratos de “fit-out” são inicialmente registados ao custo de aquisição, na rubrica de “Propriedade de Investimento”, sendo posteriormente ajustados para o correspondente justo valor à data de cada relato, determinado por uma entidade especializada independente e utilizando uma metodologia em tudo idêntica à utilizada na determinação do justo valor da propriedade de investimento à qual estes contratos correspondem. As variações de justo valor dos contratos de “fit-out” são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de “Variação de valor das propriedades de investimento”.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada essencialmente por entidades especializadas independentes (Cushman & Wakefield).

A avaliação destas propriedades de investimento foi efetuada de acordo com os “Practice Statements” do “RICS Appraisal and Valuation Manual” publicado pelo “The Royal Institution of Chartered Surveyors” (“Red Book”), sedado em Inglaterra.

A metodologia adotada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projeções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rendibilidade de mercado (“Exit yield” ou “cap rate”). Estas projeções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros de cada propriedade. A taxa de rendibilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado obtido de acordo com a metodologia acima, igualmente testado também em termos da taxa de rendibilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.



Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em consideração algumas premissas que, de acordo com a classificação do "Red Book", são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

Em termos de hierarquia as propriedades de investimento do Grupo que se encontram valorizadas a justo valor encontram-se todas dentro do nível 3.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a informação dos principais pressupostos utilizado na valorização de propriedades de investimento, exceto de exploração pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
	Resto da Europa	Resto da Europa
<b>Taxa de desconto a 10 anos</b>		
<i>Floor</i>	9,05%	8,90%
<i>Weighted average</i>	9,21%	9,04%
<i>Cap</i>	9,65%	9,40%
<b>"Cap rate" a 10 anos</b>		
<i>Floor</i>	7,00%	6,90%
<i>Weighted average</i>	7,16%	7,02%
<i>Cap</i>	7,60%	7,35%
<b>Renda mensal média por m2 (€)</b>		
<i>Floor</i>	18	15
<i>Weighted average</i>	20	17
<i>Cap</i>	21	19
<b>Justo valor (Nível 3)</b>	306.279	303.899

A relação existente entre elementos não observáveis e o justo valor das propriedades pode ser descrito como segue:

- uma diminuição das rendas anuais contribui para uma diminuição do justo valor;
- um aumento nas taxas de desconto e de capitalização contribui para uma diminuição do justo valor:
  - um aumento de 25 pontos base contribui para uma diminuição do justo valor no montante de 10 milhões de euros; e

- uma diminuição de 25 pontos base contribui para um aumento do justo valor no montante de 11 milhões de euros

Tal como mencionado nos relatórios de avaliação das propriedades de investimento elaborados por entidades especializadas independentes, a determinação do justo valor das mesmas teve em consideração a definição do justo valor da IFRS 13 a qual é concordante com a definição de valor de mercado definido nas normas internacionais de avaliação das propriedades de investimento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedades de investimento em desenvolvimento				Total
	Em exploração	"Fit Out"	ao custo	Adiantamentos	
<b>Saldo inicial a 1 janeiro de 2021</b>	<b>304.678</b>	-	<b>13.015</b>	<b>1.725</b>	<b>319.418</b>
Adições	1.689	-	84	-	1.773
Imparidades e abates	-	-	(2.300)	-	(2.300)
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos:					
- Ganhos	1.882	-	-	-	1.882
- Perdas	(4.350)	-	-	-	(4.350)
Aquisições de subsidiárias	-	-	3.451	-	3.451
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022</b>	<b>303.899</b>	-	<b>14.249</b>	<b>1.725</b>	<b>319.873</b>
Adições	5.929	-	9.444	4.983	20.356
Reversão de imparidades	-	-	7.776	-	7.776
Imparidades e abates	-	-	(2.614)	-	(2.614)
Alienações	-	-	(11.133)	-	(11.133)
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos:					
- Perdas	(3.544)	-	-	-	(3.544)
Mudança de método (Nota 1.3.1)	-	-	12.497	-	12.497
Diferenças de conversão cambial	-	-	(22)	(567)	(589)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>306.284</b>	-	<b>30.196</b>	<b>6.141</b>	<b>342.621</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o rédito (remunerações fixas, líquidas de eventuais descontos sobre as rendas fixas, remunerações variáveis, remunerações dos espaços comuns, direitos de ingresso e taxas de cessão) e os gastos operacionais diretos (imposto municipal sobre imóveis, seguros, conservação e reparação, gastos de comercialização e outros gastos associados à atividade do centro comercial) associados às propriedades de investimento do Grupo, tinham a seguinte composição:

	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso	
	Rendas	Gastos operacionais diretos	Rendas	Gastos operacionais diretos
Resto da europa	21.128	1.985	17.699	2.255
	<b>21.128</b>	<b>1.985</b>	<b>17.699</b>	<b>2.255</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as propriedades de investimento do Gli Orsi e Parklake tinham sido apresentadas como garantia real de empréstimos bancários contraídos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem, para além das acima indicadas, obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento ou para a sua reparação ou manutenção exceto quanto às obrigações descritas nas Notas 7.2 e 7.4.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o montante das propriedades de investimento em desenvolvimento era detalhado como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Propriedades de investimento ao custo:</b>		
Península Ibérica	21.003	12.858
Resto da europa	79.896	72.840
	<b>100.900</b>	<b>85.698</b>
Imparidades para ativos em risco	(64.562)	(69.724)
	<b>36.337</b>	<b>15.974</b>

Os montantes de 64,6 milhões de euros e 69,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente, registados na rubrica “Imparidade para ativos em risco” correspondem à estimativa efetuada pelo Conselho de Administração para perdas que poderão ocorrer em resultado de atrasos no desenvolvimento dos seus projetos, dadas as incertezas de mercado em relação aos mesmos.

### 3.12 Detalhe de perdas por imparidade

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe das perdas por imparidade reconhecido na Demonstração de Resultados pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Perdas de imparidade - clientes	730	(203)
Perdas de imparidade - propriedades de investimento	(2.614)	(2.300)
Perdas de imparidade - ativos fixos tangíveis	(21.908)	(12.107)
Perdas de imparidade - ativos intangíveis	(15.244)	(1.702)
Perdas de imparidade - goodwill	(25.058)	(7.435)
Outros	(1.806)	564
	<b>(65.900)</b>	<b>(23.183)</b>

## 4. Fundo de manei

### 4.1 Inventários

#### Políticas contabilísticas

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor das receitas comerciais e dos descontos de quantidade concedidos por fornecedores, ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

Os produtos acabados e intermédios e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos nesta natureza de inventários durante o exercício é reconhecido como variação da produção, na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em "Custo das vendas", bem como as reversões de imparidade. O inventário é desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo, sendo o seu valor contabilístico desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, têm como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc...) ou a participação de campanhas promocionais de produtos de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos à rubrica de "Custo vendas", na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas.

O detalhe dos "Inventários" em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.718	5.636
Mercadorias	727.426	640.846
Produtos acabados e intermédios	13.454	9.614
Produtos e trabalhos em curso	865	840
	<b>749.463</b>	<b>656.936</b>
Ajustamentos acumuladas em inventários	(22.231)	(23.369)
<b>Inventários</b>	<b>727.232</b>	<b>633.567</b>

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 ascendem a 5.306 milhões de euros e 4.781 milhões de euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Inventários iniciais	646.482	667.510
Aquisições de filiais	-	926
Efeito da conversão cambial	(37)	15
Variações de perímetro	-	(38.379)
Compras	5.427.060	4.842.420
Regularizações de inventários	(32.525)	(25.981)
Inventários finais	735.144	646.482
	<b>5.305.836</b>	<b>4.800.028</b>
Ajustamentos em inventários	(248)	(19.430)
<b>Custo das vendas</b>	<b>5.305.588</b>	<b>4.780.598</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social realizadas pelas unidades de retalho.

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 ascendem a 1.127 milhares de euros e 637 milhares de euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Inventários iniciais	10.454	10.146
Regularizações de inventários	1.673	(479)
Inventários finais	14.319	10.454
	<b>2.193</b>	<b>788</b>
Ajustamentos em inventários	(1.065)	(151)
<b>Variação da produção</b>	<b>1.127</b>	<b>637</b>

## 4.2 Clientes

### Políticas contabilísticas

A política contabilística relativa a clientes está descrita na Nota 5.c).

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas por imparidade são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada, cujo cálculo resulta da aplicação de perdas esperadas baseadas nos recebimentos no âmbito das vendas e prestações de serviços e das perdas de crédito históricas. Consideramos ainda que existem montantes para os quais não existe risco de crédito e como tal a perda de crédito esperada é nula, nomeadamente saldos com cartas de crédito, cações, seguros de crédito e saldos com entidades relacionadas. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

O detalhe dos “Clientes” em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é o seguinte:

	31 dez 2022			31 dez 2021 Reexpresso		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 7)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 7)	Valor líquido
MC	55.409	(2.531)	52.878	51.690	(3.141)	48.550
Worten	11.023	(516)	10.507	14.811	(490)	14.321
Sierra	21.208	(6.592)	14.616	20.909	(8.736)	12.172
Zeitreeel	29.428	(2.736)	26.692	28.220	(3.558)	24.663
Bright Pixel	218	(29)	189	12.197	(236)	11.960
Universo	20.701	(1.731)	18.970	14.339	(89)	14.250
Outros	6.132	(1.256)	4.875	6.702	(1.540)	5.162
<b>Total</b>	<b>144.118</b>	<b>(15.391)</b>	<b>128.727</b>	<b>148.867</b>	<b>(17.790)</b>	<b>131.078</b>

31 dez 2022	Clientes						Total
	Não vencido	0 - 30 dias	30 - 90 dias	90 - 180 dias	180 - 360 dias	+ 360 dias	
	0% - 0,39%	0% - 0,59%	0% - 1,76%	0% - 6,32%	0% - 16,63%	0% - 100,00%	
MC	19.149	24.029	8.802	1.445	302	1.681	55.409
Worten	5.710	2.780	1.345	461	428	299	11.023
Sierra	-	12.121	-	3.037	532	5.518	21.208
Zeitreeel	18.015	2.523	3.987	654	1.616	2.634	29.428
Bright Pixel	48	61	74	3	-	31	217
Universo	57	94	7.520	3.052	2.184	7.794	20.701
Outros	2.315	1.228	861	754	90	884	6.132
<b>Total</b>	<b>45.294</b>	<b>42.837</b>	<b>22.589</b>	<b>9.405</b>	<b>5.152</b>	<b>18.841</b>	<b>144.118</b>
<b>Perdas por imparidade</b>							
MC	-	(2.383)	(2)	(11)	(5)	(131)	(2.531)
Worten	-	(204)	(14)	-	(1)	(297)	(516)
Sierra	-	-	(248)	(294)	(532)	(5.518)	(6.592)
Zeitreeel	-	(2.181)	-	-	-	(554)	(2.736)
Bright Pixel	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Universo	-	(935)	(565)	-	(142)	(89)	(1.731)
Outros	-	-	-	-	-	(1.256)	(1.256)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(5.702)</b>	<b>(830)</b>	<b>(305)</b>	<b>(679)</b>	<b>(7.875)</b>	<b>(15.391)</b>
	<b>45.294</b>	<b>37.134</b>	<b>21.759</b>	<b>9.100</b>	<b>4.473</b>	<b>10.966</b>	<b>128.727</b>

31 dez 2021 Reexpresso	Clientes						Total
	Não vencido	0 - 30 dias	30 - 90 dias	90 - 180 dias	180 - 360 dias	+ 360 dias	
	0% - 1,02%	0% - 1,46%	0% - 12,62%	0% - 18,12%	0% - 83,43%	0% - 100%	
MC	15.375	27.575	4.596	1.518	202	2.425	51.690
Worten	6.249	2.682	960	4.657	10	253	14.811
Sierra	-	9.965	-	3.075	928	6.940	20.909
Zeitreal	16.345	5.042	2.660	1.084	418	2.671	28.220
Bright Pixel	9.467	351	1.702	235	200	242	12.197
Universo	166	13.565	352	-	1	255	14.339
Outros	3.704	1.358	121	238	29	1.252	6.702
<b>Total</b>	<b>51.306</b>	<b>60.537</b>	<b>10.392</b>	<b>10.807</b>	<b>1.789</b>	<b>14.037</b>	<b>148.867</b>
<b>Perdas por imparidade</b>							
MC	-	(2.767)	(5)	-	(2)	(367)	(3.141)
Worten	-	(37)	-	(5)	(1)	(448)	(490)
Sierra	-	(310)	(194)	(364)	(928)	(6.940)	(8.736)
Zeitreal	-	(1.236)	-	(164)	(81)	(2.077)	(3.558)
Bright Pixel	-	(7)	(6)	-	(29)	(194)	(236)
Universo	-	(89)	-	-	-	-	(89)
Outros	-	(1)	-	-	-	(1.538)	(1.540)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(4.447)</b>	<b>(204)</b>	<b>(533)</b>	<b>(1.042)</b>	<b>(11.564)</b>	<b>(17.790)</b>
	<b>51.306</b>	<b>56.090</b>	<b>10.187</b>	<b>10.274</b>	<b>747</b>	<b>2.474</b>	<b>131.078</b>

Em 1 de abril de 2021 a Universo, IME, S.A. - entidade gestora do portefólio de produtos e serviços financeiros com marca Universo - e o Banco CTT, S.A. ("Banco CTT") assinaram um Acordo de Parceria, na área dos serviços financeiros.

O Banco CTT ficou responsável pelo financiamento do crédito associado ao Cartão Universo e pelo respetivo risco de crédito inerente (inicialmente através de um programa de titularização de que o Banco CTT será a única entidade subscritora), prosseguindo o Universo com a sua missão de disponibilizar um conjunto de soluções financeiras inovadoras e competitivas, mantendo-se como o interlocutor único na gestão e acompanhamento de todos os seus clientes ao longo do seu ciclo de vida e da cadeia de valor da operação.

Na sequência do acordo celebrado com o Bankinter Consumer Finance (Nota 1.5), o Acordo de Parceria com o Banco CTT vigorará apenas até 31 de dezembro de 2023.

### 4.3 Outras dívidas de terceiros

#### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas por imparidade relativas a outras dívidas de terceiros são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada tendo por base a não existência de risco de crédito para saldos com entidades públicas, cauções, subsídios e entidades relacionadas e como tal a perda esperada é considerada nula. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Empréstimos concedidos a empresas relacionadas (Nota 8)</b>	<b>19.350</b>	<b>8.764</b>
<b>Outros devedores</b>		
Fornecedores c/c - saldos devedores	32.240	32.389
Contratos de derivados associados a atividade comercial (Nota 5.2)	19.396	24.706
Adiantamentos a fornecedores	16.601	13.780
Contas a receber resultantes de campanhas promocionais desenvolvidas com parcerias	7.423	6.681
IVA de imóveis e de descontos de talões	698	1.606
Adiantamentos a fornecedores de ativos tangíveis	1.850	1.870
Conta caucionada	2.224	2.224
Alienação de investimentos financeiros	-	400
Vales e cheques oferta	1.588	1.745
Subsídios	-	1.759
Outras dívidas de terceiros	38.044	26.508
<b>Total de outros devedores</b>	<b>120.065</b>	<b>113.669</b>
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 7.1)	(9.626)	(10.193)
<b>Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber</b>	<b>110.438</b>	<b>103.476</b>
<b>Total de outras dívidas de terceiros</b>	<b>129.788</b>	<b>112.240</b>

O valor incluído na rubrica "Empréstimos concedidos a empresas relacionadas" é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado.

Os valores incluídos em "Fornecedores c/c - saldos devedores" estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

A linha de "Outras dívidas de terceiros" inclui, essencialmente, adiantamentos ao pessoal, garantias e cauções prestadas, devedores de ativos fixos tangíveis e devedores relativos a contratos de sublocação.

## 4.4 Outros ativos correntes

### Políticas contabilísticas

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, têm como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc...) ou a comparticipação de campanhas promocionais de produtos de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos à rubrica de "Custo vendas", na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas. As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado, estando o seu reconhecimento dependente do cumprimento de obrigações de desempenho. Os contratos de receitas comerciais dão origem à emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em pagamentos futuros de faturas ou através da cobrança direta. Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito, atentos às condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em "Outros ativos correntes".

O detalhe dos "Outros ativos correntes" em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Receitas comerciais	37.188	40.740
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	24.145	26.721
Faturação a emitir	7.231	6.620
Subsídios exploração	2.205	1.741
Custos diferidos - rendas	1.210	1.302
Outros ativos correntes	14.483	13.461
<b>Outros ativos correntes</b>	<b>86.463</b>	<b>90.585</b>

A rubrica de "Receitas comerciais" diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento retalho, comparticipadas por parceiros da Sonae e reconhecida em "Custo das vendas".

## 4.5 Outros ativos não correntes

O detalhe dos "Outros ativos não correntes" em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é o seguinte:

	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso			
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 7)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 7)	Valor líquido
<b>Empréstimos concedidos a empresas relacionadas (Nota 8)</b>	<b>17.667</b>	-	<b>17.667</b>	<b>11.392</b>	-	<b>11.392</b>
<b>Clientes e outros devedores</b>						
Devedores por alienação de investimentos financeiros	4.000	-	4.000	4.000	-	4.000
Valores a receber relativos a sublocações	1.852	-	1.852	2.395	-	2.395
Cauções	2.413	-	2.413	4.253	-	4.253
Regime excecional de regularização de dívidas ao fisco	2.712	-	2.712	4.480	-	4.480
Depósitos judiciais	-	-	-	2.461	-	2.461
Dívida a receber relativa aos Fundos Armilar	-	-	-	2.553	-	2.553
Depósitos de lojistas	527	-	527	411	-	411
Outros	1.877	-	1.877	824	-	824
	<b>31.048</b>	-	<b>31.048</b>	<b>32.769</b>	-	<b>32.769</b>
<b>Derivados não correntes (Nota 5.2)</b>	<b>18.265</b>	-	<b>18.265</b>	<b>236</b>	-	<b>236</b>
<b>Total de instrumentos financeiros (Nota 5.3)</b>	<b>49.313</b>	-	<b>49.313</b>	<b>33.004</b>	-	<b>33.004</b>
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outros ativos não correntes</b>	<b>81</b>	-	<b>81</b>	<b>690</b>	-	<b>690</b>
<b>Outros ativos não correntes</b>	<b>49.395</b>	-	<b>49.395</b>	<b>33.695</b>	-	<b>33.695</b>

O valor incluído na rubrica "Empréstimos concedidos a empresas relacionadas" é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados (Nota 7).

## 4.6 Movimento das perdas por imparidade relativas a clientes e outras dívidas de terceiros

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

Perdas por imparidade	Clientes	Devedores diversos	Ativos não correntes
Saldo inicial 1 de janeiro de 2021	20.659	13.897	9.411
Aumentos	5.952	430	-
Diminuições	(8.463)	(4.130)	(9.411)
Transferência para Ativos Detidos para Venda	(359)	(4)	-
<b>Saldo inicial 1 de janeiro de 2022</b>	<b>17.790</b>	<b>10.193</b>	-
Aumentos	3.748	250	-
Diminuições	(5.917)	(679)	-
Outros	(229)	(71)	-
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>15.391</b>	<b>9.692</b>	-

## 4.7 Outros passivos não correntes

### Políticas contabilísticas

Nas situações de tratamento contabilístico de operações de “Sales and Leaseback” as situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

### Detalhe de outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Acionistas	1.103	660
Credores por aquisição de investimentos financeiros	1.944	5.491
Imposto sobre transações	448	2.239
Depósitos de rendas de lojas	2.594	2.297
Outras dívidas a terceiros não correntes	722	1.402
<b>Total de instrumentos financeiros (Nota 5.3)</b>	<b>6.810</b>	<b>12.090</b>
Diferimento do rédito associado à alienação das extensões de garantia no segmento da Worten	53.923	51.460
Comissões a receber	14.580	14.580
Encargos assumidos na alienação de imóveis	15.221	18.539
Outros acréscimos e diferimentos	403	252
<b>Outros passivos não correntes</b>	<b>90.936</b>	<b>96.921</b>

A rubrica de “Credores por aquisição de investimentos financeiros” em 2021, inclui 2,5 milhões de euros relativo ao valor em dívida da aquisição da Iservices.

O valor a pagar relativo a Imposto sobre transações corresponde ao valor a pagar pelo Gli Orsi às autoridades fiscais.

O valor incluído na rubrica “Encargos assumidos na alienação de imóveis” é relativo às despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, que no caso dos Sale & Leaseback estes valores foram pagos no momento da transação e o Grupo assumiu a responsabilidade futura.

Estima-se que os valores incluídos em “Outros dívidas a terceiros não correntes” correspondam aproximadamente ao seu justo valor.

## 4.8 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Fornecedores conta corrente</b>		
MC	811.011	730.562
Worten	458.874	441.166
Sierra	9.766	6.083
Zeitreef	45.645	45.770
Bright Pixel	342	9.248
Universo	4.054	5.013
Outros	4.473	3.900
	<b>1.334.165</b>	<b>1.241.742</b>
Fornecedores, faturas em receção e conferência	100.663	104.813
<b>Fornecedores</b>	<b>1.434.829</b>	<b>1.346.555</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de atualização destes montantes não é material.

A Sonae mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores dos Segmentos incluídos os negócios de retalho o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pela Sonae da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

## 4.9 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Gastos com o pessoal	179.071	166.892
Outros fornecimentos e serviços externos	62.578	59.035
Publicidade e propaganda	19.012	19.904
Diferimento do rédito de extensões de garantia	20.910	22.097
Receitas antecipadas de clientes	1.149	13.294
Gastos com compras	3.467	7.701
Rendas fixas debitadas antecipadamente	3.665	3.190
Encargos financeiros a liquidar	6.488	2.642
Rendas e alugueres	3.950	4.682
Passivo de locação	4.224	1.433
Imposto municipal sobre imóveis	1.826	1.910
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Notas 2.6 e 8)	-	-
Outros	23.913	24.389
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>330.253</b>	<b>327.170</b>

## 4.10 Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Fornecedores de ativos fixos	92.298	82.261
Outras dívidas	115.235	80.405
	<b>207.533</b>	<b>162.666</b>
Empresas participadas e participantes	199	-
<b>Outras dívidas a terceiros</b>	<b>207.732</b>	<b>162.666</b>

A rubrica “Outras dívidas” inclui:

- 54.861 milhares de euros (33.826 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta, cartões prenda e talões de desconto;

- 13.927 milhares de euros (9.473 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos e não incorpora juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.



## 4.11 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Valores devedores</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	18.480	33.806
Outros Impostos	3.744	5.371
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>22.224</b>	<b>39.177</b>
<b>Valores credores</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	84.779	72.552
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	7.533	6.575
Contribuições para a Segurança Social	18.841	18.475
Outros Impostos	3.123	3.244
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>114.276</b>	<b>100.847</b>

## 4.12 Imposto sobre o rendimento

### Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

A Sonae é a sociedade dominante do grupo abrangido pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades. Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas dentro do Grupo são parcialmente compensados pela entidade dominante do Grupo. Relativamente aos prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas não compensados no exercício, serão compensados à medida que o Grupo recupere, tendo em conta os lucros tributáveis futuros do Grupo, ficando o montante por compensar registado no Ativo não corrente numa conta a receber do Grupo. Cada empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 3.1.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Sonae trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo em "Imposto sobre o rendimento" a receber, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

#### 4.12.1 Impostos sobre o rendimento

O detalhe do Imposto sobre o rendimento na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Valores devedores</b>		
Imposto sobre o rendimento	43.302	30.841
Imposto sobre o rendimento com entidade participadas	1.555	612
Regime excepcional de regulariz.dívidas ao fisco	3.743	3.741
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>48.600</b>	<b>35.194</b>
<b>Valores credores</b>		
Imposto sobre o rendimento	18.603	18.692
Imposto sobre o rendimento com entidade participadas	2.230	2.212
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>20.832</b>	<b>20.904</b>

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são detalhados como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Imposto estimado para o exercício	23.583	16.251
Imposto diferido	(13.176)	10.748
	<b>10.408</b>	<b>26.998</b>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 pode ser analisada como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Resultado antes de impostos	355.741	309.017
<b>Taxa teórica de 21%</b>	<b>74.706</b>	<b>64.894</b>
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(8.527)	(9.676)
Diferença entre mais e menos valias fiscais, contabilísticas e outras	(21.968)	(19.952)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 13)	(27.187)	(14.756)
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	5.772	1.522
Prejuízos fiscais utilizados no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(4.670)	-
Prejuízos fiscais gerados no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(2.447)	3.254
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	5.817	5.817
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(7.044)	1.703
Efeito da constatação ou reversão de benefícios fiscais	(15.248)	(14.823)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(926)	(2.447)
Tributação autónoma	2.267	3.400
Derrama	7.500	7.957
Outros	2.364	104
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>10.408</b>	<b>26.998</b>

#### 4.12.2 Impostos diferidos

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2022 no segmento do Retalho um valor de 16,6 milhões de euros (8,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A., em Espanha, era em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como das restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 5 anos.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e das outras empresas em Espanha, incluídas no referido Grupo Fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 5 anos de 3,8% (2,7% em 2021).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 5 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos

últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 5 anos da projeção.

Considerando os impactos contabilísticos que resultam da aplicação da IFRS 16 – Locações, para um locatário, com o reconhecimento de um ativo sob direito de uso não tipificado na lei fiscal e o registo de um passivo de locação que apenas tem aceitação fiscal pelo pagamento das rendas, a gestão procedeu ao reconhecimento do respetivo imposto diferido ativo (sobre o passivo da locação) e o imposto diferido passivo (sobre o ativo sob direito de uso), na data de reconhecimento inicial e subsequente dos contratos de locação. Caso a Administração Fiscal venha a proceder à alteração à lei fiscal, os impostos diferidos reconhecidos poderão ter de ser revistos / alterados.

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	4.929	4.495	93.156	86.687
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	277	499	97.392	87.102
Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-	35.262	44.707
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	23.855	16.928	-	-
Imparidade de ativos	-	-	639	639
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	1.614	741	9.137	5.508
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	45.370	39.553
Prejuízos fiscais reportáveis	31.892	23.526	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	68	114
Benefícios fiscais	51.093	39.762	15.911	-
Direitos de uso	270.982	263.770	234.144	230.278
Outros	11.179	8.859	714	7.728
	<b>395.820</b>	<b>358.580</b>	<b>531.793</b>	<b>502.316</b>

Em 31 de dezembro de 2022 em ativos por impostos diferidos, na rubrica de “Outros” estão incluídos 1.683 milhares de euros relativos aos impostos diferidos relacionados com o justo valor do ativo financeiros (NOS) registados em outro rendimento integral (1.539 milhares de euros em 2021).

A rubrica de “Valorização de instrumentos financeiros derivados de cobertura” inclui 7.183 milhares de euros em passivos por impostos diferidos em 2022 relativo ao derivado de energia mencionado na Nota 5.2 (4.611 milhares de euros em 2021).

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Saldo inicial	358.580	358.073	502.316	479.103
<b>Efeito em resultados:</b>	-	-	-	-
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	435	414	(561)	(275)
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	(222)	(156)	10.290	4.353
Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-	(9.445)	16.925
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	6.927	(2.949)	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	-	-	-	21
Reavaliações de ativos fixos tangíveis reintegrável	-	-	-	(62)
Constituição / reversão de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	8.365	1.518	-	-
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	5.817	5.817
Mais / menos-valias reinvestidas	-	-	(46)	(23)
Benefícios fiscais	21.856	14.193	15.911	-
Direitos de uso	7.212	(13.625)	3.866	(15.345)
Outros	(4.884)	142	680	(1.127)
	<b>39.688</b>	<b>(463)</b>	<b>26.512</b>	<b>10.285</b>
<b>Efeito em outro rendimento integral:</b>				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	873	(101)	3.629	5.395
Conversão cambial	(17)	54	(342)	111
Variação de justo valor de ativos financeiros	-	1.539	-	7.030
Outros	-	218	-	263
	<b>856</b>	<b>1.710</b>	<b>3.287</b>	<b>12.799</b>
Aquisição de subsidiárias (Nota 4.1)	-	658	-	1.588
Alienações de subsidiárias (Nota 4.2)	(3.304)	(1.398)	(322)	(1.458)
<b>Saldo final</b>	<b>395.820</b>	<b>358.580</b>	<b>531.793</b>	<b>502.316</b>

Durante o exercício de 2020, o Grupo subscreveu unidades de participação no fundo de investimento privado Bright Tech Innovation I. Este Fundo, tem como finalidade investir em empresas dedicadas a investigação e desenvolvimento, que, designadamente, tenham subjacente à sua atividade uma base tecnológica ou um conceito de negócio inovador. No cumprimento do Código Fiscal do Investimento (CFI) e, tal como usual no âmbito de obtenção de SIFIDE, o Grupo apresentou em 2021, candidatura ao SIFIDE nos termos da alínea f), nº 1 do artigo 37º do CFI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo registou ativos por impostos diferidos relativos no valor de 12.318 milhares de euros relativos a este benefício. As despesas que, por insuficiência de coleta, não possam ser deduzidas no exercício 2022, poderão ser deduzidas até 2030.

Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%.

No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Supremo Tribunal espanhol decidiu a favor do Grupo a dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, referente ao ano de 2008. Durante o exercício de 2017 o Grupo procedeu ao reconhecimento de 17,5 milhões de euros em passivos por impostos diferidos relativos à dedução fiscal da amortização do goodwill dos exercícios de 2008, 2016 e 2017 e nos exercícios seguintes ao reconhecimento de 5,8 milhões de euros anualmente.

Tendo em consideração o processo fiscal pendente em tribunal em Espanha relativos aos exercícios de 2008 a 2011, bem como pelo facto de o Grupo ter sido impedido de deduzir para efeitos fiscais a amortização do goodwill, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido ao Grupo o direito à dedução para efeitos fiscais da amortização do goodwill no montante de 69,8 milhões de euros. De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

País	31 dez 2022			31 dez 2021 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
<b>Com limite de data de utilização</b>						
Gerados em 2014	Portugal	-	-	1.194	251	2028
Gerados em 2015	Portugal	-	-	175	37	2029
Gerados em 2016	Portugal	-	-	25.239	5.300	2030
Gerados em 2017	Portugal	-	-	-	-	2024
Gerados em 2018	Portugal	-	-	1.268	266	2025
Gerados em 2019	Portugal	-	-	1.148	241	2026
Gerados em 2020	Portugal	-	-	8.506	1.786	2032
Gerados em 2021	Portugal	-	-	7.453	1.565	2033
		-	-	<b>44.983</b>	<b>9.446</b>	
<b>Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima</b>						
Espanha	-	-	-	3.681	927	2021 a 2031
Países Baixos	-	-	-	897	214	2021 a 2026
Luxemburgo	-	-	-	297	67	2021 a 2038
		-	-	<b>4.875</b>	<b>1.208</b>	
<b>Sem limite de data de utilização</b>						
Espanha	72.152	18.038	-	51.337	12.834	
Itália	41	-	-	41	10	
Luxemburgo	-	-	-	125	28	
Portugal	65.997	13.853	-	-	-	
	<b>138.191</b>	<b>31.892</b>	-	<b>51.503</b>	<b>12.872</b>	
	<b>138.191</b>	<b>31.892</b>	-	<b>101.361</b>	<b>23.526</b>	

Em 31 de dezembro de 2022, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 569,4 milhões de euros (617,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

País	31 dez 2022			31 dez 2021 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
<b>Com limite de data de utilização</b>						
Gerados em 2014	Portugal	-	-	8.321	1.747	2028
Gerados em 2015	Portugal	-	-	1.288	271	2029
Gerados em 2016	Portugal	-	-	1.365	287	2030
Gerados em 2017	Portugal	-	-	2.176	457	2024
Gerados em 2018	Portugal	-	-	1.779	374	2025
Gerados em 2019	Portugal	-	-	3.347	703	2026
Gerados em 2020	Portugal	-	-	9.195	1.931	2032
Gerados em 2021	Portugal	-	-	5.923	1.244	2033
		-	-	<b>33.395</b>	<b>7.013</b>	
<b>Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima</b>						
Colômbia	403	-	-	-	-	
Espanha	-	-	-	5.611	1.449	
Grécia	2.063	-	2022 a 2027	1.883	414	2021 a 2026
Países Baixos	29.670	-	2022 a 2028	35.423	7.350	2021 a 2027
Luxemburgo	12.719	58.150	2022 a 2039	4.164	1.053	2021 a 2038
Marrocos	267	-	-	-	-	2020 a 2024
Roménia	47.937	-	2022 a 2029	44.897	7.183	2021 a 2028
	<b>93.059</b>	<b>58.150</b>		<b>91.977</b>	<b>17.450</b>	
<b>Sem limite de data de utilização</b>						
Alemanha	14.156	-	-	13.380	4.177	
Brasil	28.569	9.713	-	25.178	8.560	
Belgíca	-	-	-	3.339	835	
Espanha	378.698	89.033	-	412.696	103.174	
França	-	-	-	716	239	
Itália	6.063	-	-	5.581	1.340	
Luxemburgo	2.987	-	-	3.805	1.011	
Reino Unido	-	-	-	3.998	760	
Roménia	3.232	-	-	23.220	3.715	
Portugal	42.609	5.359	-	-	-	
	<b>476.315</b>	<b>104.105</b>		<b>491.914</b>	<b>123.810</b>	
	<b>569.374</b>	<b>162.255</b>		<b>617.286</b>	<b>148.274</b>	

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização do goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do

Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Idêntico procedimento foi adotado em 2014 relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2009.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha, aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização do goodwill e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios e relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. A Sucursal apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015. Durante 2018, decorrente da decisão desfavorável do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid, foi interposto recurso à Audiência Nacional em Espanha.

Em 2015 e em 2016, a decisão da Audiência Nacional em Espanha relativamente à redução dos prejuízos fiscais decorrentes da amortização fiscal do goodwill efetuada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar da Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011, reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do Goodwill para efeitos fiscais, no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões da Sucursal relativamente à dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, com referência ao exercício de 2008, tendo a Sucursal procedido à correção da declaração fiscal de 2016 e consequentemente, considerado tal amortização nas declarações fiscais dos exercícios seguintes. Em consequência, o Grupo procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008 e de 2016 a 2022.

Durante o exercício de 2022, a Audiência Nacional proferiu sentença parcialmente favorável à Sucursal relativa ao procedimento de inspeção dos exercícios de 2008 a 2011, reconhecendo o direito à dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, negando contudo, a dedução dos encargos financeiros relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. As autoridades tributárias Espanholas interpuseram recurso de cassação, que se encontra em fase de admissão, perante o Tribunal Supremo da decisão parcial favorável à Sucursal.

## 5. Instrumentos financeiros

### Políticas contabilísticas

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 5.3.

#### (a) Ativos financeiros

##### Políticas contabilísticas

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, o que deverá ser pouco frequente, tendo de ser significativo para a operação da Sociedade e demonstrável perante terceiros, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade); a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

São ainda classificados nesta rubrica os investimentos em associadas, detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, que o Grupo tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9. O Grupo faz esta opção separadamente para cada associada.

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira do Grupo na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Grupo se compromete a adquirir o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do exercício em que ocorrem na respetiva rubrica de “Ganhos e perdas em ativos registados ao justo valor através de resultados”, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram ou são transferidos os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A Sonae avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” (Nota 4.2) e aos Ativos de contratos com clientes (nota 4.4), o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Clientes”, “Outras Dívidas de Terceiros” e “Outros Ativos Correntes” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

### (b) Empréstimos concedidos

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade e encontram-se registados na categoria da IFRS 9 – Ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 5.3.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 4.

### (c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

### (d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

### (e) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae, após dedução dos passivos, e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

### (f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos bancários”, “Empréstimos obrigacionistas”, “Outros empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores”, “Outros passivos correntes” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2022, a Sonae apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### (g) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 6.7. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

### (h) Empréstimos convertíveis em ações

Nas situações em que a Sonae emite instrumentos compostos, nomeadamente obrigações convertíveis, as componentes de passivo financeiro e de capital próprio são reconhecidas nas demonstrações financeiras separadamente de acordo com a substância dos termos contratuais e as definições de instrumento de passivo e de instrumento de capital próprio. A opção de conversão que será liquidada através da extinção do passivo pela entrega de um número fixo de ações da Empresa é considerada um instrumento de capital próprio.

Na data de emissão, o justo valor da componente de passivo é estimado utilizando para o efeito a taxa de juro de mercado para um instrumento de dívida similar, mas não convertível. Este montante é reconhecido como um passivo a custo amortizado utilizando a taxa de juro efetiva até ao momento da sua conversão em ações ou na data de maturidade do empréstimo caso não seja convertido.

A opção de conversão é classificada como Capital Próprio e o seu valor é estimado por dedução ao valor do instrumento como um todo do montante alocado à componente de passivo, sendo este montante reconhecido diretamente em capital próprio. Este montante ficará em Capital Próprio até ao final do contrato sendo transferido para a rubrica de resultados transitados na situação em que o instrumento atinja a maturidade sem que seja exercida a opção de conversão.

Os custos de transação são alocados proporcionalmente à componente de passivo e de capital próprio, sendo tratados consistentemente com essa classificação.

### (i) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



## (j) Confirming

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de “Fornecedores” até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

## (k) Instrumentos financeiros derivados

A Sonae utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de “funding”, não sendo utilizados derivados com o objetivo de especulação.

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito;
- e

- o rácio de cobertura designado pela Sonae, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refinação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados na rubrica “Rendimentos e ganhos ou gastos e perdas financeiros”.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “forwards” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais o Grupo não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa associados ao preço de energia. Estas coberturas tendencialmente configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, podem não configurar relações perfeitas de cobertura pelo que não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações dos preços da energia.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através de resultados.

## (I) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

## 5.1 Gestão de Risco Financeiro

### 5.1.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada negócio é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae, mas sim quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio podendo, todavia, existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respetivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças, conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros da Sonae para efeitos de reporte, sendo também responsável por apoiar cada negócio na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efetuado quer ao nível do negócio, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

### 5.1.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

#### 5.1.2.1 Risco de Crédito associado a aplicações financeiras, derivados, empréstimos a entidades relacionadas e outras contas a receber

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Adicionalmente, no que toca aos montantes considerados na Nota 6.6, caixa e equivalentes de caixa, reforçar que as aplicações efetuadas são sempre por prazos curtos, coincidindo sempre que possível com pagamentos previstos e são definidos limites de exposição máximos a cada uma das contrapartes a fim de evitar concentração significativa de risco de contraparte;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);

- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;

- Pontualmente existem negócios que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;

- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respetivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respetivo(a) e à Comissão de Finanças.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo. O valor bruto contabilístico dos itens classificados como “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” incluído em outras dívidas de terceiros (Notas 4.3) reflete o risco de crédito máximo da Empresa relativamente nesta rubrica, totalizando 19,4 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022 (8,8 milhões de euros a 31 de dezembro de 2021).

### 5.1.2.2 Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional de cada negócio

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e consequentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada negócio determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

#### - MC, Worten e Zeitreel

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

#### - Sierra

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pelo negócio e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efetuado pela adequada avaliação de risco efetuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

#### - Bright Pixel

No negócio das Tecnologias a exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do negócio. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

#### - Universo

Desde o final de março de 2021, a carteira de crédito concedido Universo passou a ser vendida ao Banco CTT por intermédio de uma operação de titularização diária. Desta forma, as operações de crédito originadas pelo Universo são posteriormente alienadas e desreconhecidas da demonstração da posição financeira, sendo o respetivo Risco de Crédito assumido integralmente pelo Banco CTT, a partir da data de titularização.

Desta forma, a 31 de dezembro de 2022, as operações de crédito registadas na demonstração da posição financeira são originadas durante o exercício e ainda não vendidas, mas que pela estrutura da operação de titularização, foram vendidas nos 3 dias úteis seguintes ou é expectável que o venham a ser durante o ano de 2023.

Ainda assim, e para bem refletir a quantificação de Risco de Crédito, foram registados os montantes de imparidade em conformidade com a IFRS 9.

**- NOS – Associada**

A NOS está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com as operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é: i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimentos de cada cliente; ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; e iii) realizar análises de imparidade aos valores a receber numa base regular.

O impacto da imparidade de ativos financeiros na NOS apenas se reflete na apropriação da quota parte do resultado do exercício pela aplicação do método de equivalência patrimonial.

**- Sonae SGPS**

A Sonae SGPS não tem qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portefólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos no ponto 5.2.

Adicionalmente a Sonae SGPS poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portefólio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc.) com a supervisão da Comissão Executiva.

O grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” (Nota 4.2). De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Clientes” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso, como referido na nota 4.2. O montante relativo a clientes, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito dos ativos incluídos nessas rubricas.

**5.1.3 Risco de Liquidez**

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2022, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos) é de 1.363 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2021 era de 1.415 milhões de euros) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos (Sierra), que são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2022 a maturidade média da dívida da Sonae, é de aproximadamente 4,4 anos (2021: 4,4 anos) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos, que consolidam pelo método da equivalência patrimonial;
- Negociações de cláusulas contratuais (covenants) que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na Nota 6.4, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2023 é de 253 milhões de euros (318 milhões de euros com vencimento para 2022) e em 31 de dezembro de 2021 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 365 milhões de euros (226 milhões de euros em 2021) com compromisso inferior ou igual a um ano e 470 milhões de euros (350 milhões de euros em 2021) com compromisso superior a um ano. A maturidade dos instrumentos financeiros encontra-se detalhada na Nota 6.4 (Empréstimos) e Nota 3.10 (Passivos de Locação).

Adicionalmente, a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2022 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa de 794 milhões de euros (825 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) (Nota 6.6).

Face ao anteriormente exposto, apesar de o passivo corrente ser superior ao ativo corrente, situação natural pelo facto de o seu principal negócio ter necessidades de fundo de maneio negativo, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

## 5.1.4 Risco de taxa de juro

### 5.1.4.1 Políticas

Uma vez que cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada negócio, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;

- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 5.1.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevaletes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

#### - MC, Worten e Zeitreel

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo destas holdings é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

**- Sierra**

As receitas e “cash-flows” da Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash-flows” (“swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente “swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

**- Bright Pixel**

No negócio das Tecnologias a totalidade do endividamento encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do negócio, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

**- NOS – Associada**

Os empréstimos obtidos pela NOS, com exceção das obrigações, têm taxas de juro variáveis, o que expõe o Grupo ao risco dos fluxos de caixa das taxas de juro. A NOS adota uma política de cobertura de risco, através da contratação de “swaps” de taxa de juro para cobertura dos pagamentos futuros de juros de empréstimos obrigacionistas e outros empréstimos.

O impacto da imparidade de ativos financeiros na NOS apenas se reflete na apropriação da quota parte do resultado do exercício pela aplicação do método de equivalência patrimonial.

**- Sonae SGPS e outros**

A Sonae SGPS está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps e opções). Uma parte significativa da dívida da Sonae SGPS encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando cap's).

A Sonae SGPS minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis sem, contudo, ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae SGPS não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

**5.1.4.2 Análises de Sensibilidade**

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);

- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IFRS 9 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 100 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de dezembro de 2022 seria inferior em cerca de 11 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2021 seria inferior em cerca de 12,9 milhões euros).

## 5.1.5 Risco de taxa de câmbio

### 5.1.5.1 Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada negócio tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 5.1.4).

#### - MC, Worten e Zeitreel

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. Estas holdings estão maioritariamente expostas ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

Estas holdings pretendem limitar o risco de exposição a moedas estrangeiras associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição cambial pode ser obtida, entre outras formas, através da contratação de derivados financeiros que permitem replicar a cobertura natural através de movimentos financeiros, sempre em linha com a política de risco taxa de câmbio existente.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

#### - Sierra

A atividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

#### - Bright Pixel

O negócio das Tecnologias opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Reino Unido e no México estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, dos investimentos em ativos financeiros mensurados ao justo valor relativos a interesses de capital em empresas localizadas em países com moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

**- NOS – Associada**

O risco de taxa de câmbio está, essencialmente, relacionado com a exposição decorrente de pagamentos efetuados a fornecedores de equipamento terminal e produtores de conteúdos audiovisuais para os negócios da TV por subscrição e audiovisuais, respetivamente. As transações comerciais entre a NOS e estes fornecedores encontram-se denominadas, maioritariamente, em Dólares americanos.

Considerando o saldo de contas a pagar resultante de transações denominadas em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, a NOS contrata ou pode contratar instrumentos financeiros, nomeadamente forwards cambiais de curto-prazo de forma a cobrir o risco associado a estes saldos, sendo que o impacto apenas se reflete na apropriação da quota-parte do resultado do exercício apropriado pela aplicação do método de equivalência patrimonial.

**- Sonae SGPS**

A Sonae SGPS enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae SGPS cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio sujeitas, contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

**5.1.5.2 Exposição e Análise de Sensibilidade**

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os montantes de ativos e passivos financeiros (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Libra Inglesa	20.859	22.287	16	454
Dólar Americano	145.247	124.897	26.788	20.565
Outras moedas	842	1.735	-	7
	166.948	148.919	26.804	21.026

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das subsidiárias ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de transação das demonstrações financeiras.

A sensibilidade do Grupo a variações nas taxas de câmbio, se considerarmos uma variação de 5%, pode ser analisada como segue:

	Resultados	
	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Libra Inglesa	1.042	1.092
Dólar Americano	5.923	5.217
Outras moedas	42	86
	7.007	6.395

**5.1.6 Risco de preço**

**5.1.6.1 Preço da Energia**

A Sonae é um consumidor de eletricidade nos seus vários negócios e detém uma participada que compra energia elétrica em mercado organizado (OMIE) e vende a terceiros. Cada negócio tem diferente exposição e risco face ao preço da energia pelo que não está definida uma política uniforme para toda a Sonae.

A exposição da Sonae ao risco de preço de energia está presente ao nível do risco de transação, através de variações no preço de energia relativos aos fluxos de tesouraria futuros. Embora não haja uma política de gestão de risco de preço de energia transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco do preço da energia, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 5.1.4.

O impacto nas diferentes holdings nas demonstrações financeiras das variações no preço de energia é limitado, considerando o peso que os custos de energia têm no valor das vendas totais das holdings. Estas holdings estão maioritariamente expostas ao risco preço de energia, através do seu consumo nos vários negócios.



Estas holdings podem limitar o risco de exposição ao preço de energia associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição ao preço de energia pode ser efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras ou físicas, nos mercados energéticos a prazo. Os instrumentos financeiros negociados podem incluir acordos bilaterais e futuros para fixação de preços.

### 5.1.6.2 Valor dos Investimentos

A Sonae está exposta ao risco de preço decorrentes do valor dos ativos a justo valor através de resultados e de outro rendimento integral (apresentados nas Notas 4.4 e 6.6). Estes investimentos são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos. Para gerir o risco de preço destes investimentos em instrumentos de capital, o Grupo diversifica a sua carteira.

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes da variação do preço da ação da Sonae SGPS devido as responsabilidades relativas à política de remuneração descrita no relatório do governo da sociedade a colaboradores Sonae, conforme explicado na Nota 2.3.

### 5.1.7 Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

A Sonae apresentou em 2022 um gearing médio (contabilístico) de 0,4x (0,4x em 2021).

## 5.2 Instrumentos financeiros derivados

### Derivados de taxa de câmbio

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo nulo, e no ativo de 2.238 milhares de euros (11.318 milhares de euros no ativo, em 31 de dezembro de 2021).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos financeiros” ou “Gastos e Perdas financeiros” (Nota 6.7).

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de “cash flow” e na rubrica “Diferenças Cambiais Operacionais” se relativa a atividades operacionais, caso seja relativo a financiamento na rubrica de resultados financeiros, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de negociação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

### Derivados de taxa de juro

A Sonae utiliza “swaps”, “Caps” e “zero cost collars” de taxa de juro por forma minimizar o risco de taxa de juro. Os “swaps”, “caps” e os “zero cost collars” de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data de relato, determinado por avaliação efetuada pelas entidades bancárias com os quais esses derivados foram contratados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data de relato dos “cash-flows” futuros correspondentes à diferença entre a taxa de juro a pagar pelo Grupo à contraparte do derivado e a taxa de juro variável a receber pelo Grupo da contraparte do derivado sendo que esta taxa de juro variável corresponde à taxa de juro indexante contratada com a entidade que concedeu o financiamento. Adicionalmente, foram efetuados testes ao justo valor desses instrumentos financeiros derivados, no sentido de revalidar o justo valor determinado por aquelas entidades.

Os princípios de cobertura de risco utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura são os seguintes:

- “Matching” entre “cash-flows” pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos contratados e trocados com o banco;
- “Matching” entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;

- Num cenário de subida ou descida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está perfeitamente limitado e calculado.

O justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura eficazes foi registado por contrapartida da rubrica de reservas de cobertura do Grupo (4.257 milhares de euros e 236 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente).

### Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

O Grupo utiliza instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais o Grupo pretende cobrir o risco cambial.

Em 31 de dezembro de 2022 o justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de taxa de câmbio foi registado por 592 milhares de euros (7.107 milhares de euros em 2021).

### Derivados de preço de energia

No âmbito da sua atuação no mercado Ibérico de eletricidade, a Sonae compra energia elétrica em mercado organizado (OMIE), vende a terceiros e é um consumidor de eletricidade nos seus vários negócios.

A gestão do preço da eletricidade pode ser efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objetivo reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente da variação do preço da eletricidade dentro dos limites de negociação definidos pela política de risco das empresas envolvidas. Os instrumentos financeiros negociados podem incluir acordos bilaterais e futuros para fixação de preços.

O justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura eficazes foi registado por contrapartida da rubrica de reservas de cobertura do Grupo (31.762 milhares de euros e 20.495 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente).

### Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

Derivados operacionais	Ativos				Passivos	
	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso		31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Corrente
<b>Derivados de cobertura</b>						
Taxa de câmbio	1.645	-	4.211	-	3.807	-
Eletricidade	17.751	14.012	20.495	-	1.743	-
	<b>19.396</b>	<b>14.012</b>	<b>24.706</b>	<b>-</b>	<b>5.550</b>	<b>-</b>

Derivados financeiros	Ativos				Passivos	
	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso		31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Corrente
<b>Derivados de cobertura</b>						
Taxa de câmbio	592	-	7.107	-	-	-
Taxa de juro	4	4.254	-	236	-	-
	<b>595</b>	<b>4.254</b>	<b>7.107</b>	<b>236</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os instrumentos derivados acima descritos encontram-se valorizados ao justo valor classificados no nível 2 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

## 5.3 Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registados ao justo valor através de resultados	Derivados	Outros ativos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>							
<b>Ativos não correntes</b>							
Ativos financeiros ao justo valor	3.4	-	41.263	216.889	-	-	258.153
Outros investimentos	3.5	9.347	-	7.232	-	-	16.579
Outros ativos não correntes	4.5	31.048	-	-	18.265	81	49.395
		<b>40.395</b>	<b>41.263</b>	<b>224.121</b>	<b>18.265</b>	<b>81</b>	<b>324.126</b>
<b>Ativos correntes</b>							
Clientes	4.2	128.727	-	-	-	-	128.727
Outras dívidas de terceiros	4.3	110.394	-	-	19.396	-	129.790
Outros Investimentos	3.5	1	-	-	595	-	596
Outros ativos correntes	4.4	44.419	-	-	-	42.044	86.463
Caixa e equivalentes de caixa	6.6	793.812	-	-	-	-	793.812
		<b>1.077.353</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.991</b>	<b>42.044</b>	<b>1.139.388</b>
		<b>1.117.748</b>	<b>41.263</b>	<b>224.121</b>	<b>38.256</b>	<b>42.125</b>	<b>1.463.514</b>

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registados ao justo valor através de resultados	Derivados	Outros ativos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>							
<b>Ativos não correntes</b>							
Ativos financeiros ao justo valor	3.4	-	137.579	164.269	-	-	301.848
Outros investimentos	3.5	7.745	-	7.239	-	-	14.984
Outros ativos não correntes	4.5	32.769	-	-	236	690	33.695
		<b>40.514</b>	<b>137.579</b>	<b>171.508</b>	<b>236</b>	<b>690</b>	<b>350.527</b>
<b>Ativos correntes</b>							
Clientes	4.2	131.078	-	-	-	-	131.078
Outras dívidas de terceiros	4.3	87.534	-	-	24.706	-	112.240
Outros Investimentos	3.5	-	-	-	7.107	-	7.107
Outros ativos correntes	4.4	47.360	-	-	-	43.225	90.586
Caixa e equivalentes de caixa	6.6	825.063	-	-	-	-	825.063
		<b>1.091.035</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.813</b>	<b>43.225</b>	<b>1.166.073</b>
		<b>1.131.550</b>	<b>137.579</b>	<b>171.508</b>	<b>32.048</b>	<b>43.915</b>	<b>1.516.600</b>

Passivos financeiros	Notas	Passivos ao custo amortizado	Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados	Outros passivos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>							
<b>Passivos não correntes</b>							
Empréstimos bancários	6.4	776.384	-	-	-	-	776.384
Empréstimos obrigacionistas	6.4	331.372	-	-	-	-	331.372
Outros passivos não correntes	4.6	6.810	-	-	-	84.126	90.936
		<b>1.114.567</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>84.126</b>	<b>1.198.693</b>
<b>Passivos correntes</b>							
Empréstimos bancários	6.4	226.744	-	-	-	-	226.744
Empréstimos obrigacionistas	6.4	28.846	-	-	-	-	28.846
Fornecedores	4.7	1.434.829	-	-	-	-	1.434.829
Outras dívidas a terceiros	4.9	202.182	-	-	5.550	-	207.732
Outros passivos correntes	4.8	-	-	-	-	330.253	330.253
		<b>1.892.600</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.550</b>	<b>330.253</b>	<b>2.228.404</b>
		<b>3.007.167</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.550</b>	<b>414.379</b>	<b>3.427.096</b>

Passivos financeiros	Notas	Passivos ao custo amortizado	Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados	Outros passivos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>							
<b>Reexpresso</b>							
<b>Passivos não correntes</b>							
Empréstimos bancários	6.4	780.727	-	-	-	-	780.727
Empréstimos obrigacionistas	6.4	315.416	-	-	-	-	315.416
Outros empréstimos	6.4	1.218	-	-	-	-	1.218
Outros passivos não correntes	4.6	12.090	-	-	-	84.830	96.921
		<b>1.109.451</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>84.830</b>	<b>1.194.281</b>
<b>Passivos correntes</b>							
Empréstimos bancários	6.4	226.101	-	-	-	-	226.101
Empréstimos obrigacionistas	6.4	90.255	-	-	-	-	90.255
Outros empréstimos	6.4	814	-	-	-	-	814
Fornecedores	4.7	1.346.555	-	-	-	-	1.346.555
Outras dívidas a terceiros	4.9	162.666	-	-	-	-	162.666
Outros passivos correntes	4.8	-	-	-	-	327.170	327.170
		<b>1.826.391</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>327.170</b>	<b>2.153.561</b>
		<b>2.935.842</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>412.001</b>	<b>3.347.842</b>

### Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

De acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor correspondem aos seguintes níveis da hierarquia do justo valor (ver Nota 3.4):

	31 dez 2022			31 dez 2021 Reexpresso		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Ativos financeiros ao justo valor (Nota 3.4)	29.559	-	228.594	129.580	-	172.268
Derivados (Nota 5.2)	-	38.256	-	-	32.048	-
	<b>29.559</b>	<b>38.256</b>	<b>228.594</b>	<b>129.580</b>	<b>32.048</b>	<b>172.268</b>

## 6. Estrutura de capital

### 6.1 Capital Social

#### Políticas contabilísticas

#### Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Reservas e resultados transitados”.

#### Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 5.2)), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

#### Reservas de conversão cambial

A rubrica de reservas de conversão cambial corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades controladas com moeda funcional distinta do Euro.

#### Reservas de justo valor

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da mensuração ao justo valor de ativos financeiros ao justo valor através da demonstração do outro rendimento integral conforme referido na Nota 3.4.

#### Reservas para planos de incentivo de médio prazo, incluído em “outras reservas”

De acordo com a IFRS 2 – ‘Pagamentos com base em ações’, a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de “Reservas para planos de incentivo de médio prazo”, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

#### Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

#### Reservas e resultados transitados

##### Reservas relativas às ações próprias

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial, do justo valor através do outro rendimento integral ou resultados, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos ou liquidados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sonae detinha 79.734.759 ações próprias (85.146.422 ações a 31 de dezembro de 2021) representativas de 3,99% (4,26% a 31 de dezembro de 2021) do seu capital social, a um preço de 0,8955 euros.

De acordo com a legislação a empresa deve manter como indisponível uma reserva no valor 71.402 milhares de euros (76.249 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021) relativo às ações próprias enquanto as detiver.

### Principais variações no período

Em 16 de março de 2022 a Sonae adquiriu 10% do capital social da Sierra à Grosvenor, pelo preço de 83,5 milhões de euros, o que representa um desconto implícito de cerca de 10% sobre o NAV da Sierra no final de 2021, na sequência do exercício pela Grosvenor do direito de put option. Na sequência desta transação, a Sonae passa a deter 90% do capital social e direitos de voto da Sierra.

O principal impacto desta operação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é a transferência de Reservas de “Interesses que não controlam” para “Capital Próprio do Grupo”, uma vez que a Sonae já detinha uma participação de controlo de 80% na Sierra (impacto de 5,9 M€ no capital próprio global).

### Estrutura de Capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e suas subsidiárias	54,66

## 6.2 Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o detalhe dos “Interesses que não controlam” é o seguinte:

31 dez 2022					
	Capital próprio <sup>(1)</sup>	Resultado líquido <sup>(1)</sup>	Valor contabilístico dos interesses que não controlam	Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam	Dividendos distribuídos atribuível aos interesses que não controlam
MC	973.222	168.154	250.899	44.703	(60.946)
Worten	2.639	334	1.055	134	-
Sierra	869.042	31.367	140.434	6.196	(4.570)
Zeitreeel	20.364	(16.948)	(574)	(49)	-
Bright Pixel	1.311.666	146.632	129.998	14.190	(5.952)
Outros	13.817	(2.658)	2.035	(73)	-
<b>Total</b>	<b>3.190.749</b>	<b>326.881</b>	<b>523.848</b>	<b>65.101</b>	<b>(71.468)</b>

1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo;

31 dez 2021 Reexpresso					
	Capital próprio <sup>(1)</sup>	Resultado líquido <sup>(1)</sup>	Valor contabilístico dos interesses que não controlam	Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam	Dividendos distribuídos atribuível aos interesses que não controlam
MC	1.040.430	216.175	265.712	42.796	-
Worten	2.305	1.009	922	403	-
Sierra	839.753	20.664	220.767	9.173	(427)
Zeitreeel	35.350	(9.160)	(1.816)	(1.135)	-
Bright Pixel	1.207.697	120.168	118.529	11.869	(2.976)
Outros	15.684	160	1.434	(153)	-
<b>Total</b>	<b>3.141.219</b>	<b>349.015</b>	<b>605.549</b>	<b>62.953</b>	<b>(3.403)</b>

1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido nos Interesses que não controlam foi o seguinte:

	31 dez 2022						
	MC	Worten	Sierra	Zeitree	Bright Pixel	Outros	Total
<b>Saldo inicial em 1 de janeiro de 2022 (Reexpresso)</b>	<b>265.712</b>	<b>922</b>	<b>220.767</b>	<b>(1.816)</b>	<b>118.529</b>	<b>1.434</b>	<b>605.549</b>
Dividendos distribuídos	(60.946)	-	(4.570)	-	(5.952)	-	(71.468)
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	12	-	-	-	-	-	12
Variação de percentagem em subsidiárias	-	-	(77.483)	-	3.448	(263)	(74.298)
Variação resultante da conversão cambial	(92)	-	(574)	-	1	(35)	(700)
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	(215)	-	2.705	-	188	-	2.679
Variação das reservas de cobertura	1.713	-	472	-	-	-	2.185
Outras variações	11	-	(493)	1.292	(408)	972	1.374
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	44.703	134	6.196	(49)	14.190	(73)	65.101
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>250.899</b>	<b>1.055</b>	<b>140.434</b>	<b>(574)</b>	<b>129.998</b>	<b>2.035</b>	<b>523.848</b>

	31 dez 2021 Reexpresso						
	MC	Worten	Sierra	Zeitree	Bright Pixel	Outros	Total
<b>Saldo inicial em 1 de janeiro</b>	<b>50.117</b>	<b>518</b>	<b>286.811</b>	<b>(774)</b>	<b>111.101</b>	<b>(709)</b>	<b>447.063</b>
Dividendos distribuídos	-	-	(427)	-	(2.976)	-	(3.403)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	(120)	-	-	-	-	-	(120)
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	228	-	1	-	-	-	229
Variação de percentagem em filiais	193.137	-	(75.389)	-	(253)	-	117.495
Variação resultante da conversão cambial	2.212	-	(94)	-	(39)	32	2.110
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-	421	-	266	(107)	579
Entradas de capital	-	-	-	-	-	621	621
Diminuição de capital	(26.327)	-	-	-	(1.196)	-	(27.523)
Variação das reservas de cobertura	3.502	-	249	-	-	-	3.751
Outras variações	167	-	23	93	(241)	378	419
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	42.796	403	9.173	(1.135)	11.869	(153)	62.953
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>265.712</b>	<b>922</b>	<b>220.767</b>	<b>(1.816)</b>	<b>118.529</b>	<b>61</b>	<b>604.176</b>
Efeito da reexpressão	-	-	-	-	-	1.373	1.373
<b>Saldo final em 31 de dezembro (Reexpresso)</b>	<b>265.712</b>	<b>922</b>	<b>220.767</b>	<b>(1.816)</b>	<b>118.529</b>	<b>1.434</b>	<b>605.549</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses que não controlam é como segue:

	31 dez 2022						
	MC	Worten	Sierra	Zeitree	Bright Pixel	Outros	Total
Total do ativo não corrente	3.475.602	22.169	1.070.527	50.058	981.335	19.520	5.619.211
Total do ativo corrente	834.084	12.322	181.992	58.520	384.690	9.378	1.480.986
Total do passivo não corrente	1.944.442	17.282	190.658	43.198	41.282	10.744	2.247.606
Total do passivo corrente	1.392.023	14.570	192.819	45.015	13.078	4.338	1.661.842
<b>Capital próprio</b>	<b>973.222</b>	<b>2.639</b>	<b>869.042</b>	<b>20.364</b>	<b>1.311.666</b>	<b>13.817</b>	<b>3.190.749</b>

	31 dez 2021 Reexpresso						
	MC	Worten	Sierra	Zeitree	Bright Pixel	Outros	Total
Total do ativo não corrente	3.399.888	18.323	954.630	138.173	988.781	14.644	5.514.439
Total do ativo corrente	765.188	12.833	274.634	45.556	318.898	10.198	1.427.307
Total do passivo não corrente	1.849.740	16.892	287.578	49.475	54.526	4.984	2.263.196
Total do passivo corrente	1.275.886	11.960	101.932	98.904	45.456	4.173	1.538.311
Ativos e passivos detidos para venda	980	-	-	-	-	-	980
<b>Capital próprio</b>	<b>1.040.430</b>	<b>2.305</b>	<b>839.753</b>	<b>35.350</b>	<b>1.207.697</b>	<b>15.684</b>	<b>3.141.219</b>

	31 dez 2022						
	MC	Worten	Sierra	Zeitree	Bright Pixel	Outros	Total
Volume de negócios	5.925.209	73.968	115.129	126.982	15.953	22.724	6.279.964
Variação de justo valor em PI	-	-	(3.534)	-	-	-	(3.534)
Outros rendimentos operacionais	120.512	315	5.504	3.003	3.378	-	132.712
Gastos operacionais	(5.780.834)	(73.126)	(108.238)	(151.625)	(29.765)	(25.387)	(6.168.975)
Resultados financeiros	(72.952)	(768)	(9.226)	(2.311)	3.949	(145)	(81.452)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	1.898	-	32.891	-	60.318	-	95.107
Resultados relativos a investimentos	457	-	5.996	13	34.973	-	41.439
Imposto sobre o rendimento	(26.137)	(55)	(7.154)	6.990	(3.496)	150	(29.701)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>168.154</b>	<b>334</b>	<b>31.367</b>	<b>(16.948)</b>	<b>85.311</b>	<b>(2.658)</b>	<b>265.560</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>61.322</b>	<b>-</b>	<b>61.322</b>

	31 dez 2021 Reexpresso						Total
	MC	Worten	Sierra	ZeitreeI	Bright Pixel	Outros	
Volume de negócios	5.310.441	60.730	97.245	113.735	74.532	7.003	5.663.685
Variação de justo valor em PI	-	-	(2.468)	-	-	-	(2.468)
Outros rendimentos operacionais	101.463	468	3.946	3.280	4.806	870	114.833
Gastos operacionais	(5.169.749)	(59.524)	(92.918)	(123.536)	(90.220)	(7.541)	(5.543.488)
Resultados financeiros	(76.867)	(757)	(7.502)	(1.890)	778	(51)	(86.290)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	1.208	-	24.220	-	62.349	-	87.777
Resultados relativos a investimentos	(890)	-	99	-	85.238	-	84.447
Imposto sobre o rendimento	627	92	(1.958)	(749)	(22.744)	(121)	(24.853)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>166.233</b>	<b>1.009</b>	<b>20.664</b>	<b>(9.160)</b>	<b>114.738</b>	<b>160</b>	<b>293.643</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>49.942</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.430</b>	<b>-</b>	<b>55.372</b>

## 6.3 Resultados por ação

### Políticas contabilísticas

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos acionistas da Sonae SGPS, SA pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo e pela Sonae SGPS, SA, respetivamente.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso	
	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas
<b>Resultados</b>				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	285.537	56.017	233.268	34.209
<b>Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>285.537</b>	<b>56.017</b>	<b>233.268</b>	<b>34.209</b>
<b>Número de ações</b>				
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.918.582.232	1.918.582.232	1.908.434.638	1.908.434.638
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido	21.614.929	21.614.929	15.994.340	15.994.340
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(5.877.648)	(5.877.648)	(5.176.121)	(5.176.121)
<b>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>1.934.319.513</b>	<b>1.934.319.513</b>	<b>1.919.252.857</b>	<b>1.919.252.857</b>
<b>Resultado por ação</b>				
Básico	<b>0,148827</b>	<b>0,029197</b>	<b>0,122230</b>	<b>0,017925</b>
Diluído	<b>0,147616</b>	<b>0,028959</b>	<b>0,121541</b>	<b>0,017824</b>

O número médio de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 considera 79.734.758 ações como ações próprias (85.146.422 ações em 31 de dezembro de 2021) (Nota 6.1).



## 6.4 Empréstimos

### Políticas contabilísticas

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

### Empréstimos bancários

	31 dez 2022		31 de Dezembro de 2021 Reexpresso	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	224.142	777.352	224.136	781.547
Descobertos bancários (Nota 6.6)	2.974	-	2.373	-
Custos de montagem de financiamentos	(372)	(968)	(408)	(820)
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>226.744</b>	<b>776.384</b>	<b>226.101</b>	<b>780.727</b>

	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Empréstimos bancários</b>				
Sonae, SGPS, SA - papel comercial	45.000	-	147.600	270.000
Sonae, SGPS, SA - papel comercial ESG-Linked	-	300.000	-	-
Sonae SGPS, SA 2016/2029	-	30.000	30.000	-
Sonae SGPS, SA 2020/2025	-	25.000	-	25.000
MCRETAIL, SGPS,SA - papel comercial	-	103.132	-	105.950
MCRETAIL, SGPS,SA - papel comercial ESG-Linked	-	100.000	-	-
Filial da MC Green Loan / 2014/2023	50.000	-	-	50.000
MC Green Loan / 2018/2031	6.111	48.889	-	55.000
Filial da MC Green Loan / 2020/2025	-	55.000	-	55.000
Filial da MC/ 2021/2028	3.333	16.667	-	20.000
Filial da Sonae SGPS / 2019/2026	-	50.000	-	50.000
Sonae Sierra SGPS, SA - papel comercial	-	-	25.000	-
Sonae Sierra / 2018/2022	-	-	10.000	-
Filial da Sonae Sierra / 2021/2024	-	11.000	-	-
Filial da Sonae Sierra / 2016/2026	-	36.300	-	36.300
Filial da Sonae Sierra / 2015/2023	107.900	-	5.200	107.900
Outros	11.797	1.365	6.336	6.397
	<b>224.142</b>	<b>777.352</b>	<b>224.136</b>	<b>781.547</b>

### Empréstimos obrigacionistas e outros empréstimos

	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Empréstimos por obrigações</b>				
Obrigações Sonae SGPS /2022/2027	-	25.000	-	-
Obrigações ESG Sonae SGPS /2020/2025	4.000	8.000	8.000	12.000
Obrigações MC/ Dezembro 2019/2024	-	30.000	-	30.000
Obrigações MC/ Abril 2020/2027	-	95.000	-	95.000
Obrigações MC/ Julho 2020/2025	-	-	50.000	-
Obrigações MC/ Julho 2020/2025	-	-	22.500	-
Obrigações MC ESG / dezembro 2021/2024	-	40.000	-	40.000
Obrigações MC ESG / novembro 2021/2026	-	60.000	-	60.000
Obrigações Sonae Sierra 2022/2029	-	50.000	10.000	30.000
Obrigações Sonae Sierra 2022/2027	-	25.000	-	25.000
Obrigações Sonae Sierra 2018/2023	25.000	-	-	25.000
Custos de montagem de financiamentos	(154)	(1.628)	(245)	(1.584)
<b>Empréstimos por obrigações</b>	<b>28.846</b>	<b>331.372</b>	<b>90.255</b>	<b>315.416</b>
Outros empréstimos	-	-	601	1.218
Instrumentos derivados (Nota 5.2)	-	-	-	-
Credores por locações financeiras	-	-	213	-
<b>Outros empréstimos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>814</b>	<b>1.218</b>

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2022 dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários era em média cerca de 2,24% (1,01% em 31 de dezembro de 2021). A maior parte dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários indexados a taxas variáveis têm como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor, determinado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 5.2) e em 2022 os derivados de cobertura operacionais foram reclassificados para as rubricas de “Outros investimentos” ou “Outras dividas de terceiros” dependendo, se são ativos correntes ou não correntes.

O valor nominal dos fluxos contratuais dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 <sup>a)</sup>	256.116	33.461	317.823	15.617
N+2	180.854	26.007	332.023	11.212
N+3	100.365	24.477	268.244	6.789
N+4	344.887	21.773	125.365	4.906
N+5	338.135	13.478	279.887	2.935
Após N+5	146.111	8.803	94.246	1.509
	<b>1.366.468</b>	<b>127.998</b>	<b>1.417.588</b>	<b>42.968</b>

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial quando classificados como corrente.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2022 existem operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2022, a Sonae dispunha, conforme detalhado na nota de caixa e equivalentes, do valor de 793 milhões de euros (825 milhões de euros em 2021) e ainda linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31 dez 2022		31 dez 2021 Reexpresso	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
<b>Montantes de linhas disponíveis</b>				
MC	161.000	275.000	96.000	190.000
Sierra	54.969	-	54.969	-
Sonae & Outros	149.000	195.000	75.150	160.240
	<b>364.969</b>	<b>470.000</b>	<b>226.119</b>	<b>350.240</b>
<b>Montantes de linhas contratadas</b>				
MC	161.000	375.000	96.000	290.000
Sierra	54.969	-	54.969	-
Sonae & Outros	194.000	367.500	171.400	315.900
	<b>409.969</b>	<b>742.500</b>	<b>322.369</b>	<b>605.900</b>

Considerando as linhas já contratadas no início de 2022, para além do detalhado na nota de Caixa e equivalentes, a Sonae dispunha de linhas de crédito disponíveis adicionais no montante de 50 milhões de euros, com compromisso superior a um ano, totalizando 400 milhões de euros.

## 6.5 Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2022 é como se segue:

	Passivos de locação (Nota 3.10)	Empréstimos obtidos (Nota 6.5)	Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.2)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>1 181 192</b>	<b>1 414 530</b>	<b>7 348</b>
Fluxos de caixa:			
Recebimentos de dívida financeira	-	4 063 679	-
Pagamentos de dívida financeira	(194 046)	(4 102 187)	-
Descobertos bancários	-	601	-
Atualização de dívida financeira	74 270	-	-
Rendas não pagas	(2 453)	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	-	(2 494)
Variações de perímetro	(3 115)	-	-
Aumentos de contratos de locação	158 800	-	-
Gastos de montagem dos financiamentos	-	1 019	-
Saídas do perímetro	-	(3 058)	-
Diferenças de câmbio	-	(6 981)	-
Outros	(8 084)	(4 256)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 206 565</b>	<b>1 363 347</b>	<b>4 849</b>

## 6.6 Caixa e equivalentes de caixa

### Políticas contabilísticas

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses da sua data de emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Numerário	15.159	12.301
Depósitos bancários	670.766	801.255
Depósitos bancários - cauções de lojistas	2.873	2.623
Aplicações de tesouraria	105.014	8.885
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira</b>	<b>793.812</b>	<b>825.063</b>
Descobertos bancários (Nota 6.4)	(2.974)	(2.373)
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>790.838</b>	<b>822.690</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor incluído em “Depósitos bancários - cauções de lojistas”, correspondem às garantias prestadas pelos lojistas no segmento Sierra. Estes montantes recebidos dos lojistas estão classificados nas rubricas de “Outros passivos não correntes” (Nota 4.6) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 4.9).

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de “Empréstimos bancários”.

## 6.7 Resultados financeiros

### Políticas contabilísticas

Os gastos e rendimentos relacionados com a atividade de financiamento, tais como os juros suportados, diferenças de câmbio associadas a empréstimos, entre outros, são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Gastos e perdas</b>		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(13.533)	(13.140)
relativos a obrigações não convertíveis	(5.782)	(8.039)
relativos a locação operacional	(74.270)	(73.915)
outros	(736)	(1.547)
	<b>(94.321)</b>	<b>(96.641)</b>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(105.183)	(36.258)
Justo valor de derivados financeiros	-	-
Encargos de emissão de dívida	(5.393)	(8.708)
Outros	(2.568)	(3.518)
	<b>(207.465)</b>	<b>(145.125)</b>
<b>Rendimentos e ganhos</b>		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	362	11
outros	4.726	3.072
	<b>5.088</b>	<b>3.083</b>
Diferenças de câmbio favoráveis	102.804	29.499
Ganhos com instrumento financeiro derivado	2.313	-
Justo valor de derivados financeiros	592	7.107
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1.615	651
	<b>112.412</b>	<b>40.340</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(95.052)</b>	<b>(104.785)</b>

## 7. Provisões, compromissos e contingências

### 7.1 Provisões

#### Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

#### Julgamentos e estimativas

As responsabilidades contingentes estimadas em cada período de relato são divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

	Provisões não correntes	Provisões correntes
<b>Saldo em 01 Jan 2021</b>	<b>47.088</b>	<b>16.344</b>
Aumentos	3.281	3.308
Diminuições	(28.670)	(15.482)
Variações de perímetro	(167)	-
<b>Saldo em 31 dez 2021 Reexpresso</b>	<b>21.475</b>	<b>4.170</b>
Aumentos	4.118	2.715
Diminuições	(3.853)	(2.504)
Variações de perímetro	(122)	127
<b>Saldo em 31 dez 2022</b>	<b>21.621</b>	<b>4.508</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o valor líquido de “Aumentos” e “Diminuições” de provisões pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Provisões na demonstração dos resultados	3.148	5.285
Provisões para a reorganização Worten Espanha registada como redução aos respetivos ativos	-	(7.752)
Reclassificação da provisão dos fundos Armilar para redução do valor do investimento	-	(28.781)
Utilizações diretas de outras provisões correntes - outros riscos e encargos - não corrente	(2.278)	-
Provisões reestruturação (utilizações /reversões)	-	(9.723)
Outros	(394)	3.408
	<b>476</b>	<b>(37.563)</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe das Provisões Correntes e Não Correntes para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
Provisão técnicas de resseguros (a)	350	381
Responsabilidades futuras relativas a filiais da operação Retailho no Brasil alienadas (b)	7.557	6.753
Processos judiciais em curso	3.684	3.457
Provisões para reestruturação resultantes do efeito pandémico	-	5.063
Indemnizações	614	858
Provisão de marca própria e garantias de clientes	2.238	2.252
Contingência no Brasil referente a retenção de imposto nos dividendos	4.708	4.708
Outras responsabilidades	6.976	2.175
	<b>26.128</b>	<b>25.647</b>

a) Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro" relacionam-se com uma subsidiária da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida, o valor da provisão é relativo a provisões para sinistros declarados. A parcela a recuperar das resseguradoras encontra-se registada na rubrica do ativo “Provisões técnicas de resseguro cedido” e “Outras dívidas de terceiros”;

b) As rubricas “Provisões não correntes” incluem 7.557 milhares de euros (6.753 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da subsidiária Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.

## 7.2 Compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira

No âmbito da reestruturação do portefólio da Sierra BV, a detenção dos ativos secundários foram transferidos para a Sierra Retail Ventures BV (“SRV”) (cujos acionistas são os mesmos que detinham a Sierra BV antes da reestruturação). Os compromissos assumidos em 2003 com a alienação de 49,9% das ações da Sierra BV a um grupo de Investidores, foram transferidos para a SRV. De acordo com esses compromissos, a Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas ações no caso de ocorrer uma alienação para terceiros de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV (agora SRV), desde que verificadas determinadas circunstâncias.

Essa alienação pode tomar a forma de venda do ativo ou venda das ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo.

A revisão de preço será feita pela Sierra aos investidores no Fundo ou à Sierra BV no caso de, na venda relevante, terem sido efetuados descontos relacionados com impostos diferidos sobre mais-valias.

A revisão de preço será afetada pela percentagem de capital na sociedade detentora do ativo, pela percentagem de detenção dos Investidores na SRV (e, no caso de venda de ações, ajustado por um desconto de 50%) e está limitada a:

- no caso de venda de ativos, ao valor máximo de 16,5 milhões de euros;
- no caso de venda das ações da sociedade que direta ou indiretamente detém o ativo, ao valor máximo de 8,2 milhões de euros;
- no caso de venda de ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo, a revisão de preço somada com o preço de venda, não poderá ser superior à respetiva proporção do NAV (“Net Asset Value”).

Estes compromissos são válidos durante o período em que se mantenham os atuais acordos com os restantes acionistas da Sierra BV.

A Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do ativo ou das ações em causa antes daquele ou destas serem adquiridos por terceiros.

Os acordos celebrados entre os acionistas da Sierra BV, aquando da sua constituição em 2003, foram transferidos para a SRV, aplicando-se “mutatis mutandis” à SRV; nestes acordos foi acordado que a estrutura deveria existir por um período inicial de 10 anos, que foi posteriormente prorrogado por várias vezes. Assim, em 21 de setembro de 2022 os acionistas da SRV BV aprovaram uma extensão do fundo até 10 de outubro de 2023 com o objetivo de acordar e avançar com a implementação duma estratégia de saída dos ativos “non-core”.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas do SPF, aquando da sua constituição em 2008, foi acordado que o SPF existiria por um período de 10 anos (que terminou em 2018), sendo que a partir de 2014, os acionistas tinham a opção de redimir as suas ações, desde que cumpridas algumas condições. O Grupo não tem, contudo, conhecimento de qualquer intenção nesse sentido por parte dos acionistas do SPF. Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi acordado

entre os acionistas a extensão do fundo até 2020. Em 18 de setembro de 2020 foi acordado entre os acionistas a extensão do fundo até 31 de dezembro de 2021. Em 29 de junho de 2022 foi acordado entre os accionistas a extensão do fundo até 2023.

Em 6 de junho de 2021 foi acordado entre os acionistas a extensão do fundo até 31 de dezembro de 2022. Em 29 de junho de 2022 foi acordado entre os acionistas a extensão do fundo até 31 de dezembro de 2023.

É entendimento do Grupo que a venda direta de um ativo em Portugal não é atrativa por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efetuar através da alienação de ações da sociedade que detém o ativo.

## 7.3 Provisões, passivos contingentes e outros compromissos relativamente das associadas

### Grupo NOS

#### a) Provisões do Grupo NOS

Os processos abaixo descritos encontram-se provisionados nas contas consolidadas da NOS, atendendo ao grau de risco identificado.

#### 1. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU), está prevista nos artigos 17.º a 22.º, da Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto. Desde 1995 até junho de 2014, a MEO, SA (antiga PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo para tanto sido designada administrativamente pelo governo (isto é, foi escolhida pelo Estado Português para prestador desse serviço sem que o Estado para o efeito tivesse recorrido a procedimento concursal). Tal configura uma ilegalidade, aliás, reconhecida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou por esse facto o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros. De acordo com o artigo 18.º da referida Lei n.º 35/2012, de 23/8, os custos líquidos incorridos pelo operador responsável pelo serviço universal aprovados pela ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS está, com efeito, abrangida por esta contribuição extraordinária, sendo que a MEO tem vindo a solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação dos vários períodos em que esteve responsável pelo serviço. Com

efeito, o fundo de compensação pode, de acordo com a lei, ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, incluindo, como acontece nesse caso, os relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pela ANACOM, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior.

Assim:

- Em 2013, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2007-2009, num montante de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão que foi objeto de impugnação pela NOS; Em janeiro de 2015, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores referentes àquele período, no montante de 18,6 milhões de euros, as quais foram, por sua vez, objeto de impugnação judicial e em relação às quais foram apresentadas fianças pela NOS SGPS (Nota 46), de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram aceites pela ANACOM.

- Em 2014, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos aos exercícios de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47,1 milhões de euros, decisão que também foi impugnada pela NOS. Em fevereiro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores referentes àquele período, no montante de 13 milhões de euros, as quais também foram objeto de impugnação e em relação às quais foram novamente apresentadas fianças pela NOS SGPS, de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

- Em 2015, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos aos exercícios de 2012 e 2013, num montante total de cerca de 26 milhões de euros e 20 milhões de euros, respetivamente, decisão que, à semelhança das anteriores, foi impugnada pela NOS. Em dezembro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores, referentes àquele período, no montante de 13,6 milhões de euros, as quais foram objeto de impugnação pela NOS e em relação às quais já foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

- Em 2016, a ANACOM procedeu à aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos da prestação do serviço universal relativos ao período de janeiro a junho de 2014, assegurado pela MEO, no montante total de 7,7 milhões de euros, que a NOS impugnou nos termos habituais.

- Em 2017, foi notificada à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores a decisão da ANACOM sobre as entidades obrigadas a contribuir para o fundo de compensação e à fixação dos valores das contribuições referentes aos CLSU a compensar relativos aos meses do ano de 2014 em que a MEO ainda se manteve como prestadora do Serviço Universal, o qual prevê para o conjunto dessas empresas uma contribuição no montante de cerca de 2,4 milhões de euros. Em dezembro de 2017, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores, referentes àquele período, no montante de aproximadamente 2,4 milhões de euros, as quais foram objeto

de impugnação pela NOS e em relação às quais já foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que estas contribuições extraordinárias para o Serviço Universal que lhe são exigidas, e que respeitam ao período anterior à designação do prestador de serviço universal por concurso, violam de forma flagrante a Diretiva do Serviço Universal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no ordenamento jurídico português. Por estas razões, a NOS impugnou judicialmente quer a aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos do serviço universal relativo ao período de pré-concurso, quer as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias que lhe venham a ser exigidas. Em setembro de 2021, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa julgou a ação referente à impugnação administrativa dos resultados da auditoria aos CLSU 2007-2009 improcedente, da qual a NOS recorreu em outubro de 2021. É convicção do Conselho de Administração de que terão sucesso, quer as impugnações, quer o recurso efetuados;

Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo NOS

## 2. Processos com entidades reguladoras e Autoridade da Concorrência (AdC)

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos da ANACOM de liquidação da Taxa Anual de Atividade (correspondente aos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021) enquanto Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas, sendo, além disso, peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Para o ano de 2020 e 2021, também a NOS Wholesale impugnou judicialmente a liquidação da Taxa de Atividade.

Os valores das liquidações são respetivamente os seguintes:

- NOS SA: 2009: 1.861 milhares de euros, 2010: 3.808 milhares de euros, 2011: 6.049 milhares de euros, 2012: 6.283 milhares de euros, 2013: 7.270 milhares de euros, 2014: 7.426 milhares de euros, 2015: 7.253 milhares de euros, 2016: 8.242 milhares de euros, 2017: 9.099 milhares de euros, 2018: 10.303 milhares de euros, 2019: 10.169 milhares de euros, 2020: 10.184 milhares de euros e 2021: 9.653 milhares de euros.
- NOS Açores: 2009: 29 milhares de euros; 2010: 60 milhares de euros, 2011: 95 milhares de euros, 2012: 95 milhares de euros, 2013: 104 milhares de euros, 2014: 107 milhares de euros, 2015: 98 milhares de euros, 2016: 105 milhares de euros, 2017: 104 milhares de euros, 2018: 111 milhares de euros, 2019: 107 milhares de euros, 2020: 120 milhares de euros e 2021: 123 milhares de euros.
- NOS Madeira: 2009: 40 milhares de euros, 2010: 83 milhares de euros, 2011: 130 milhares de euros, 2012: 132 milhares de euros, 2013: 149 milhares de euros, 2014: 165 milhares de euros, 2015: 161 milhares de euros, 2016: 177 milhares de euros, 2017: 187 milhares de euros, 2018: 205 milhares de euros,

2019: 195 milhares de euros, 2020: 202 milhares de euros e 2021: 223 milhares de euros.

- NOS Wholesale: 2020: 36 milhares de euros e 2021: 110 milhares de euros.

A taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pela ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores. As empresas NOS SA, NOS Açores, NOS Madeira e NOS Wholesale, nas impugnações que promovem, invocam, nomeadamente, i) vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade relacionados com a inclusão, na contabilização dos custos da ANACOM, das provisões constituídas pelo regulador, por efeito de processos judiciais intentados contra esta (incluindo estas mesmas impugnações da taxa de atividade) e ii) que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, inequivocamente sujeita à regulação da ANACOM, podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes dos conteúdos televisivos. Foram proferidas nove sentenças sobre a matéria, das quais a ANACOM recorreu para o Tribunal Central Administrativo. Até à data, não foi proferido Acórdão pelo TCA em nenhum destes processos.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão.

Durante o primeiro trimestre de 2017, a NOS foi notificada, pela ANACOM, da instauração de processo de contraordenação relacionado com comunicações de atualização de preços, no final de 2016, início de 2017. No final do último trimestre de 2020, a ANACOM notificou a NOS da acusação, imputando-lhe a prática de 4 contraordenações muito graves e 1 contraordenação grave relacionadas respetivamente com (i) a não comunicação aos clientes do direito de rescisão de contrato sem encargos, com (ii e iii) a suposta não comunicação da atualização de preços de forma e com (iv) a antecedência adequada e, ainda, (v) na falta de prestação de informações solicitadas pela ANACOM, não concretizando porém a ANACOM qualquer valor de coima, exceto relativamente à contraordenação grave. Nesse caso, confere à NOS a possibilidade de esta liquidar a coima pelo mínimo, no montante de 13 milhares de euros, o que a NOS efetuou. A NOS apresentou Defesa Escrita no dia 29 de janeiro de 2021. A NOS foi notificada, em novembro de 2022, da decisão da ANACOM que condenou a NOS no pagamento de uma coima de 5,2 milhões de euros. A NOS impugnou judicialmente a decisão, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.

No dia 17 de julho de 2020, a NOS foi notificada pela AdC de uma nota de ilicitude (acusação) relativa a marketing digital no motor de busca da google, que acusa os operadores MEO, NOS, NOWO e Vodafone de concertação, para o período compreendido entre 2010 a 2018, não identificando uma coima concreta. Não é possível, à data, estimar o montante de uma eventual coima. A NOS apresentou a sua defesa escrita junto da AdC e recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), onde impugnou a nulidade da obtenção de prova. Em julho 2022, o TRL confirmou o entendimento da NOS, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos. É convicção do Conselho de Administração, tendo em conta os elementos que conhece, que conseguirá demonstrar os vários argumentos a favor da sua defesa.

No dia 15 de dezembro de 2021, a NOS foi notificada pela AdC de nota de ilicitude (acusação) relativa a práticas relacionadas com o serviço de publicidade em gravações automáticas, em que acusa a NOS, outros operadores e uma consultora, de concertação de comportamento no mercado de publicidade nas gravações televisivas. A NOS apresentou a sua defesa escrita, não sendo possível, à data, estimar sobre se existirá uma decisão de absolvição ou de condenação e, no caso desta última, o montante de uma eventual coima. Aguardam-se ulteriores desenvolvimentos sobre a decisão da AdC. É convicção do Conselho de Administração, tendo em conta os elementos que conhece, que conseguirá demonstrar os vários argumentos a favor da sua defesa.

### 3. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2022, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2020. Na sequência das sucessivas inspeções, a NOS SGPS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, bem como as empresas que não integraram o Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária em sede do IRC, do IVA e do Imposto de Selo e dos pagamentos adicionais correspondentes. O valor total das notificações por liquidar, acrescido de juros e encargos, ascende a 36 milhões de euros. As referidas notas de liquidação, foram contestadas encontrando-se os respetivos processos judiciais em curso.

Baseado nos pareceres obtidos juntos dos mandatários dos processos e de consultores fiscais, o Conselho de administração mantém a convicção de um desfecho favorável, razão pela qual mantém os referidos processos em tribunal. Não obstante, em respeito pelo princípio da prudência, periodicamente é efetuada uma avaliação do nível de exposição do grupo a estes processos, em face da evolução da jurisprudência, e consequentemente ajustadas as provisões constituídas para o efeito. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

### 4. Ações da MEO contra a NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a MEO

Em 2011, a MEO intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA contestou, tendo o Tribunal ordenado inicialmente a realização de uma perícia, entretanto, julgada sem efeito. A audiência de discussão e julgamento teve lugar no final de abril e início de maio de 2016, tendo sido proferida sentença em setembro do mesmo ano, que julgou parcialmente procedente a ação, com fundamento não na demonstração da existência de portabilidades indevidas, que o Tribunal determinou restringir-se àquelas que não correspondem à vontade do titular. Nesse sentido, condenou a NOS ao pagamento à MEO de aproximadamente 5,3 milhões de

euros, decisão da qual a NOS recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa. A MEO, por sua vez, conformou-se com a sentença proferida e não recorreu da parte da sentença que absolveu a NOS. O Tribunal da Relação de Lisboa, no primeiro trimestre de 2018, veio confirmar a decisão proferida pelo Tribunal de primeira instância, exceto quanto a juros, em que deu razão ao alegado pela NOS, no sentido de que os juros deviam contabilizar-se a partir da citação para a ação e não da data do vencimento das faturas. A NOS interpôs, junto do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), recurso excecional de revista, que veio a considerar os factos dados como provados pelos tribunais inferiores insuficientes para resolver a questão de mérito. Em consequência, o STJ determinou que o tribunal recorrido procedesse à ampliação da matéria de facto. O processo baixou ao Tribunal de 1.ª Instância para a ampliação da matéria de facto. Em novembro de 2019, o Tribunal de 1.ª instância concedeu às partes a possibilidade de requererem a produção de prova suplementar à matéria da ampliação, tendo a NOS solicitado a realização de uma perícia e a repetição da prova testemunhal. Já em fevereiro de 2020, o Tribunal considerou que a ampliação da matéria de facto acarreta a necessidade de obter novos elementos probatórios, que impõem a análise da informação constante relativa a todas as portabilidades que servem de base ao processo, determinando a realização de prova pericial para o efeito. A designação do perito veio a ocorrer em outubro de 2021, desconhecendo-se qual a data prevista para conclusão da diligência.

Em 2011, a NOS SA intentou, por seu lado, contra a MEO, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da MEO, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela MEO no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou a realização de prova pericial de índole técnica e económico-financeira, tendo os relatórios periciais sido concluídos em fevereiro de 2016 e junho de 2018, respetivamente. A MEO arguiu a nulidade do relatório pericial económico-financeiro, o qual foi indeferido. Realizado o julgamento, em maio de 2022, o tribunal veio dar parcialmente razão à NOS, condenando a MEO no pagamento de 7,9 milhões de euros, decisão impugnada pela MEO e pela NOS através da apresentação de recursos em outubro de 2022.

É entendimento do Conselho de Administração, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos formais e substantivos, boas probabilidades de a NOS SA poder obter vencimento na ação, até pelo facto de a MEO já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pela ANACOM.

## 5. Ação intentada pela DECO

Em março de 2018, a NOS foi notificada de ação judicial intentada pela DECO contra a NOS, MEO e NOWO, na qual é solicitada a declaração de nulidade da obrigação de pagamento dos aumentos de preços impostos aos clientes, no final de 2016. Em abril e maio de 2018, as operadoras, incluindo a NOS, apresentaram contestação. Foi fixado à ação o valor de € 60.000. Realizadas as sessões de discussão e julgamento, em 2022, as partes encontram-se, agora, a aguardar decisão do tribunal. É convicção do Conselho de

Administração que os argumentos utilizados pela autora não são procedentes, razão por que se acredita que do desfecho do processo não deverão resultar impactos significativos para as demonstrações financeiras do Grupo.

## 6. Ação intentada pela Citizens Voice

Em novembro 2022, a NOS foi citada de uma ação judicial apresentada pela Citizens Voice – Consumer Advocacy Association (“Citizens Voice”), onde são requeridos um conjunto de pedidos relacionados com a ativação automática de volumes pré-definidos de dados móveis, uma vez esgotado o volume de dados incluído na mensalidade contratada pelos clientes. A Citizens Voice pede mais concretamente (i) a declaração judicial da ilegalidade desta prática por entender que viola um conjunto de regras nacionais e europeias, (ii) o reconhecimento do direito dos clientes a recusarem a contratação destes serviços, (iii) a devolução de quantias pagas a este título ao longo dos últimos anos pelos clientes da NOS, bem como (iv) o pagamento de uma compensação no valor de 100 euros a cada cliente por alegados danos morais decorrentes da referida prática. Em dezembro de 2022 a NOS apresentou a sua contestação invocando a ilegitimidade da Citizens Voice para apresentar a ação, designadamente pela existência de um interesse lucrativo, e quanto ao mais defendendo a licitude da prática e a total transparência e clareza da mesma para os respetivos clientes. Aguarda-se neste momento os ulteriores termos do processo, sendo convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados pela autora não são procedentes, razão por que se acredita que do desfecho do processo não deverão resultar impactos significativos para as demonstrações financeiras do Grupo.



## 7. Tarifas de Interligação

Em 31 de dezembro de 2022, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 43.475.093 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001. Na parte desta disputa com a MEO que estava em juízo, o resultado foi totalmente favorável à NOS SA, tendo já transitado em julgado. Em março de 2021, a MEO instaurou nova ação contra a NOS, na qual reclama a fixação do preço dos serviços de interligação entre a TMN e a Optimus relativo a 2001 em 55\$00 (€ 0,2743) por minuto. Após a NOS ter apresentado contestação impugnando o petiçãoado pela MEO, foi realizada da audiência prévia e, por decisão judicial, a NOS foi absolvida da instância, tendo a MEO interposto recurso de tal decisão. Aguardam-se ulteriores desenvolvimentos do processo, sendo entendimento do Conselho de Administração, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos substantivos, boas probabilidades de a NOS SA poder obter vencimento na ação.

## 7.4 Ativos e passivos contingentes

### Políticas contabilísticas

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31 dez 2022	31 dez 2021 Reexpresso
<b>Garantias e fianças prestadas:</b>		
por processos fiscais em curso	965 918	1 087 587
por processos judiciais em curso	36 464	243
por processos autárquicos em curso	6 154	7 915
contratuais por bom cumprimento	39 848	21 989
outras garantias	4 902	8 242

## a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA relativos ao período de 2004 a 2013 para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 342,1 milhões de euros (411,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021). Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

- Processos referentes a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas da Sonae SGPS, S.A., para os quais foram prestadas garantias, fianças ou seguros caução no valor de 184,3 milhões de euros (198,8 milhões de euros em 2021) a favor da Administração Tributária relativos aos exercícios de 2007 a 2015 e 2017. Nestas garantias ou fianças o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa Sonae MC SGPS, S.A. relativa a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;

- Processo referente a imposto de renda relativo a uma subsidiária no Brasil das unidades de retalho no montante de 11,6 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 18 milhões de euros (101,4 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

## b) Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao ao Fisco e Segurança Social (DL 67/2016 de 3/11, DL 151-A/2013 de 31/10 e DL 248-A/2002 de 14/11), O Grupo efetuou pagamentos de impostos no montante de cerca de 20,4 milhões de euros que permanecem haver do Estado, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor

máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém em curso os respetivos procedimentos judiciais, tendo exetativa que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto. O valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento foi reconhecido como ativo.

### c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela subsidiária venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos 18,3 milhões de euros (16,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2022 a 17 milhões de euros (15,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, existem outros processos fiscais com prognóstico de perda possível no valor global de 85,3 milhões de euros (76,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga subsidiária.

No decurso do ano de 2022, a WMS deu entrada em Portugal de ação declarativa sob a forma de processo comum contra a MCRetail, com vista à declaração de direito a uso de carta de conforto prestada por esta última em 2005 no contexto da venda da operação de retalho no Brasil. Tendo por base a apreciação dos seus advogados, a competente contestação foi apresentada.

- Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a MCRetail SGPS, SA (ex - Sonae MC SGPS, SA), a Modelo Continente SGPS (Ex Sonae MC) e a Modelo Continente Hipermercados, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como “Plano EDP Continente”. De referir que o Plano EDP/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões de euros à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões de euros à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão da AdC. Em 30 de Setembro de 2020, foi proferida sentença que confirmou o entendimento da AdC quanto à ilicitude do comportamento em causa, embora reduzindo os montantes da coima para, respetivamente, 2,52 milhões de euros e 6,12 milhões de euros. As sociedades

interpuseram recurso desta sentença para o Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), onde se encontra pendente. A 5 de Abril de 2021 este Tribunal suspendeu a instância e formulou uma dezena de questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça da União (TJUE). As sociedades já apresentaram as suas observações escritas ao TJUE e já foi realizada a audiência oral e a leitura das conclusões gerais do Advogado-Geral. Aguarda-se decisão final (acórdão) do TJUE. O Conselho de Administração, com base no parecer dos seus advogados, mantém a expectativa de que deste processo não advirão responsabilidades para as referidas sociedades.

No contexto das decisões condenatórias da AdC e das consequentes impugnações junto do Tribunal da Concorrência, têm vindo a prestar garantias a favor da MCH, em montante definido pelo Tribunal. No decurso de 2022 foram prestadas garantias para 4 dos processos abertos pela AdC e, no decurso de 2023, foram prestadas garantias para 3 outros desses processos.

- Investigação em curso pela Autoridade da Concorrência

Em 2017, a Modelo Continente Hipermercados, S.A. foi sujeita a diligências de busca e apreensão de documentos pela Autoridade da Concorrência (AdC), como parte de uma investigação publicamente relatada pela AdC como envolvendo 21 entidades no setor de retalho de bens de grande consumo (por exemplo, hipermercados, supermercados, hard-discounts e seus fornecedores).

No contexto de uma investigação a AdC instaurou vários processos de contraordenação. Até 31 de dezembro de 2022 foram emitidas 10 Notas de Ilícitude em 10 desses processos. No decurso do ano de 2020, a AdC proferiu decisões de condenação em dois desses processos tendo fixado à MCH uma “coima de concurso” no valor de 121,9 milhões de euros. No decurso do ano de 2021, a AdC proferiu decisões de condenação em três outros desses processos tendo fixado à MCH uma coima no total desses três de 38,95 milhões de euros. No decurso do ano de 2022, a AdC proferiu decisões de condenação em quatro outros desses processos tendo fixado à MCH uma coima no total desses quatro de 83,7 milhões de euros. As decisões condenatórias podem, foram e serão impugnadas junto do Tribunal de Concorrência, nos devidos prazos legais.

Tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores económicos, o Conselho de Administração discorda do entendimento e da decisão da Autoridade da Concorrência, que considera totalmente infundada, pelo que os competentes recursos serão apresentados, não tendo, por este motivo, constituído qualquer provisão.

### d) Passivos contingentes relacionados com subsidiárias da Sierra

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais passivos contingentes da Sierra respeitavam às seguintes situações:

- Em 2020, a Sierra acordou com o banco que concedeu o empréstimo à Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, S.A. (“Mercado Urbano”) o cumprimento das obrigações decorrentes desse empréstimo na proporção da sua participação de 20%.

- Em 2020, o Grupo acordou com o banco, na proporção da sua participação de 20%, o cumprimento de certas obrigações do Mercado Urbano decorrentes do contrato entre o Mercado Urbano e o banco que emitiu uma garantia bancária de 685 milhares de euros em benefício da Câmara Municipal do Porto (“CMP”) com o objetivo de garantir as

obrigações assumidas perante a CMP ao abrigo do contrato do direito de superfície em vigor entre o Mercado Urbano e a CMP relativo ao direito de superfície do Mercado do Bom Sucesso.

- Em 2020, o Grupo acordou com o banco que concedeu o empréstimo à Fideicomiso Jardín Plaza Cucuta, para a construção do centro comercial Jardín Plaza Cúcuta, o cumprimento das obrigações decorrentes desse empréstimo na proporção da sua participação de 25%.

- No que respeita à liquidação de imposto no montante de 3,7 milhões de euros apurado na sequência da inspeção tributária ao exercício de 2005, a Empresa, ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas, pagou o referido imposto na totalidade. O valor pago encontra-se registado na rubrica de “Outras dívidas a receber” em consequência das correções apuradas terem sido contestadas pela Empresa em tribunal, sendo convicção do Conselho de Administração da Empresa que a decisão do tribunal será favorável.

- Os passivos contingentes relativos aos empreendimentos conjuntos estão divulgados na Nota 3.2.1.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae.

## 8. Partes relacionadas

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, podem ser detalhados como segue:

	Empresa-Mãe		Empreendimentos conjuntos	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Vendas e prestação de serviços	312	302	17.669	14.006
Outros rendimentos	13	-	624	1.583
Custo das vendas	-	-	(355.001)	(290.114)
Fornecimentos e serviços externos	(480)	-	(6.116)	(18.493)
Outros gastos	(3)	(1)	(2)	(1)
Dividendos recebidos	-	-	-	10.564
Rendimentos e ganhos financeiros	-	-	515	576
Gastos e perdas financeiras	(114)	-	(113)	(131)

	Empresas associadas		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Vendas e prestação de serviços	119.417	94.193	10.241	60.002
Outros rendimentos	1.958	1.344	5.048	4.940
Custo das vendas	(1.163)	-	(1.848)	(1.306)
Fornecimentos e serviços externos	(19.551)	(4.676)	(9.674)	(9.532)
Outros gastos	(54)	(3)	(25)	(29)
Dividendos recebidos	11.988	-	-	-
Rendimentos e ganhos financeiros	431	419	156	44
Gastos e perdas financeiras	(6.273)	(6.515)	(3)	(1)

	Empresa-Mãe		Empreendimentos conjuntos	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Outros ativos não correntes	-	-	8.900	1.628
Clientes	38	31	1.019	2.929
Outras dívidas de terceiros	9	8	5.678	6.187
Fornecedores	-	-	(83.542)	(69.606)
Outras dívidas a terceiros	(553)	-	(365)	(3.890)
Aquisição de ativos fixos tangíveis	-	-	118	2.199
Alienação de ativos fixos tangíveis	-	-	-	(5)
Aquisição de ativos intangíveis	-	-	1	1.021

	Empresas associadas		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Outros ativos não correntes	8.759	9.889	4	1.178
Clientes	20.559	6.595	2.818	17.264
Outras dívidas de terceiros	16.116	4.551	2.054	1.280
Fornecedores	(4.536)	(1.794)	(896)	(988)
Outras dívidas a terceiros	(8.408)	(2.870)	(871)	(2.197)
Aquisição de ativos fixos tangíveis	2.698	347	92	1
Alienação de ativos fixos tangíveis	(3)	-	(1)	(22)
Aquisição de ativos intangíveis	812	-	61	-

Nas partes relacionadas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Sierra SGPS, SA, NOS SGPS, SA, Sonae Indústria, SGPS, SA, Sonae Capital, SGPS, SA e SC Industrials, SA, assim como outros acionistas de empresas subsidiárias ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras subsidiárias da empresa-mãe Efanor Investimentos, SGPS, SE.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, tem a seguinte composição:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica	Conselho de Administração	Direção Estratégica
Benefícios a curto prazo	2.522	8.796	2.432	9.417
Benefícios com base em ações	837	3.487	835	3.410
	<b>3.358</b>	<b>12.283</b>	<b>3.267</b>	<b>12.827</b>

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae).

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

As remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, pelo Grupo em 31 de dezembro de 2022 ascenderam a 739 milhares de euros ( 801 milhares de euros em 2021).

O detalhe dos serviços prestados durante o exercício de 2022 é o seguinte:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
Auditoria e Revisão legal de contas	592	80,0%	656	81,8%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	87	11,8%	68	8,5%
Consultoria fiscal	16	2,1%	57	7,1%
Outros serviços	45	6,1%	21	2,6%
	<b>739</b>	<b>100,0%</b>	<b>801</b>	<b>100,0%</b>

## Anexo I – Empresas do Perímetro de Consolidação

### Empresas Subsidiárias incluídas na consolidação

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2022		31 dez 2021	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Sonae - SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
<b>MC</b>					
Arenal Perfumerias S.L.U.	a) Lugo (Espanha)	100,00%	45,01%	100,00%	45,01%
Asprela - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Azulino Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
BB Food Service, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Bom Momento - Restauração, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Brio - Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Closer Look Design, Lda.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	a) Castelo de Paiva (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Continente Hipermercados, S.A.	a) Oeiras (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Elergone Energias, Lda.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2022		31 dez 2021	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Farmácia Seleção, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a) Maia (Portugal)	95,31%	71,49%	95,31%	71,49%
Go Well - Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, S.A.	a) Lisboa (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
H&W - Mediadora de Seguros, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Marcas MC, zRT	a) Budapeste (Hungria)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
MCCARE - Serviços de Saúde, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Modelo Continente International Trade, S.A.	a) Madrid (Espanha)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Mundo Note Papelaria, Livraria e Serviços, S.A.	a); 1) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	-	-
ODACREMSO - Retalho, S.A.	a); 1) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	-	-
Pharmaconcept - Atividades em Saúde, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Ponto de Chegada - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Portimão Ativo – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Predilugar - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
SCBRASIL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Gondomar (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
So Fish - Atividades Aquícolas e Pesca, Unipessoal Lda.	a); 1)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	-	-
Soflorin, B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
MC Shared Services, S.A.	a); 2)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
MCRETAIL, SGPS, S.A.	a); 3)	Matosinhos (Portugal)	75,01%	75,01%	75,01%	75,01%
IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	a); 4)	Porto (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Sondis Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Sonvecap, B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Tomenider S.L.	a)	Lugo (Espanha)	60,00%	45,01%	60,00%	45,01%
Valor N, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Zu, Produtos e Serviços para Animais, S.A.	a); 1)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	-	-
<b>Worten</b>						
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iservices, Lda.	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Satfiel - Serviços de assistência técnica a eletrodomésticos, Lda.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WAD LAB, S.A.	a); 5)	Matosinhos (Portugal)	-	-	100,00%	100,00%
Worten Canárias, S.L.	a)	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Worten - Equipamento para o Lar, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten España Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten International Trade, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Malta Holding Limited	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Safe, S.A.	a); 1)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-
Zaask - Plataforma Digital, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Sierra</b>						
ARP Alverca Retail Park, S.A.	a); 6)	Maia (Portugal)	-	-	100,00%	80,00%
Axnae Spain Holdings, S.L.	a)	Madrid (Spain)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
BrightCity, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	45,09%	100,00%	40,08%
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	a)	Milão (Itália)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Iberian Holdings Spain, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	45,09%	100,00%	40,08%
Ioannina Development of Shopping Centres, S.A.	a)	Atenas (Grécia)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
La Galleria Srl	a)	Milão (Itália)	80,00%	72,00%	80,00%	64,00%
Living Markets I, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Microcom Doi, Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
North Tower B.V.	a); 7)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	-	-

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Parklake Business Centre Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Parklake Shopping, S.A.	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Parque D. Pedro 1, SARL	a)	Luxemburgo	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a); 6)	Maia (Portugal)	-	-	100,00%	80,00%
Plenerg Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Project São João de Deus, S.A.	a); 1)	Porto (Portugal)	100,00%	90,00%	-	-
Project Sierra 10 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Project Sierra 11 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Project Sierra 12 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Project Sierra 13 B.V.	a); 1)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	-	-
Sierra Colombia Holding, S.L.	a); 8)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Project Sierra Four, Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Project Sierra Germany 4 (four) - Shopping Centre, GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
River Plaza B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierragest - Gestão de Fundos, SGOIC, S.A.	a); 9)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Brazil 1, Sarl	a)	Luxemburgo	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Colombia Investments, S.A.S.	a)	Bogotá (Colômbia)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Developments Holding B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Developments, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Germany GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra GP Limited	a)	Guernsey (Reino Unido)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Sierra Iberian Assets Holding, S.A.U.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra IG, SGOIC, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Investments Holdings B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Investments SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Italy Agency Srl	a)	Milão (Itália)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Italy Srl	a)	Milão (Itália)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Management, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Maroc, SARL	a)	Casablanca (Marrocos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Maroc Services, SARL	a)	Casablanca (Marrocos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Project Sierra 14 B.V.	a); 10)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Portugal, S.A.	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Real Estate Greece B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Retail Ventures B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	45,09%	100,00%	40,08%
Sierra Romania Shopping Centers Services, SRL	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Services Holland B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Serviços de Mediação Imobiliária, S.A.	a); 1)	Porto (Portugal)	100,00%	90,00%	-	-
Sierra Solingen Holding GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Spain, Shopping Centers Services, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sierra Zenata Project B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Sonae Sierra Brazil Holdings, SARL	a)	Luxemburgo	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%



FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	a); 11)	Maia (Portugal)	90,00%	90,00%	80,00%	80,00%
SPF - Sierra Portugal, SARL	a)	Luxemburgo	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
Torre Norte, S.A.	a); 7)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	-	-
Weierstadt Shopping B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	90,00%	100,00%	80,00%
<b>Zeitree</b>						
Comercial Losan, S.L.U.	a)	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion Division, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion International Trade, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Irmãos Vila Nova, S.A.	a)	V. N. Famalicão (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, S.A.	a)	V. N. Famalicão (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IVN - Serviços Partilhados, S.A.	a)	V. N. Famalicão (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IVN Asia Limited	a)	Hong Kong (China)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Losan Colombia, S.A.S.	a)	Bogotá (Colômbia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Losan Overseas Textile, S.L.	a)	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Losan Logística, S.A.	a); 12)	Maia (Portugal)	-	-	100,00%	100,00%
Losan Rusia	a)	Moscovo (Rússia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa Canarias, S.L.	a)	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Salsa Canarias	a); 13)	Tenerife (Espanha)	-	-	60,00%	60,00%
Salsa DE GmbH	a); 13)	Dusseldorf (Alemanha)	-	-	100,00%	100,00%
Salsa Distribution USA LLC	a)	Nova Iorque (EUA)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Salsa France, S.A.R.L.	a)	Paris (França)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Salsa Jeans Ireland Limited	a); 1)	Irlanda	100,00%	100,00%	-	-
Salsa Luxembourg, Sàrl	a)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SLS Salsa - Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.	a)	V. N. Famalicão (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SLS Salsa España - Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.	a)	Pontevedra (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Usebti Textile México S.A. de C.V.	a)	Cidade do México (México)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy - Comercio Y Distribución, S.A.	a); 14)	Madrid (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
<b>Bright Pixel</b>						
Bright Development Studio, S.A.	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	90,17%	100,00%	89,97%
Bright Ventures Capital SCR, S.A.	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	90,17%	100,00%	89,97%
Fundo Bright Tech Innovation I	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Excellium Group, S.A.	a); 6)	Contem (Luxemburgo)	-	-	59,20%	53,26%
Excellium Services, S.A.	a); 6)	Contem (Luxemburgo)	-	-	100,00%	53,26%
Excellium Services Belgium, S.A.	a); 6)	Wavre (Bélgica)	-	-	100,00%	53,26%
Fundo Bright Vector I	a)	Lisboa (Portugal)	50,13%	45,20%	50,13%	45,10%
Inovretail, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	90,17%	100,00%	89,97%
Inovretail España, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,17%	100,00%	89,97%
Maxive-Cyber Security, SGPS, S.A.	a); 6)	Maia (Portugal)	-	-	100,00%	89,97%
Praesidium Services Limited	a)	Berkshire (Reino Unido)	100,00%	90,17%	100,00%	89,97%
S21Sec Portugal - Cybersecurity Services, S.A.	a); 6)	Maia (Portugal)	-	-	100,00%	72,78%
Grupo S21Sec Gestion, SAU	a); 6)	Navarra (Espanha)	-	-	80,90%	72,78%
S21 Sec Information Security Labs, S.L.U.	a); 6)	Navarra (Espanha)	-	-	100,00%	72,78%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Sonaecon - Serviços Partilhados, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,17%	100,00%	89,97%
Sonaecon, SGPS, S.A.	a); 15)	Maia (Portugal)	90,35%	90,17%	90,15%	89,97%
Sonae Investment Management -Software and Technology, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,17%	100,00%	89,97%
<b>Universo</b>						
Universo, GC, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Universo IME, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Universo Sonae, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Outros</b>						
Arat Inmuebles, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Claybell Limited	a)	Norfolk (Reino Unido)	96,91%	96,91%	95,40%	95,40%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gosh! Food Limited	a)	Norfolk (Reino Unido)	100,00%	95,40%	100,00%	95,40%
Gosh! Food Ireland Limited	a)	Irlanda	100,00%	95,40%	100,00%	95,40%
Halfdozen Real Estate, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Libra Serviços, Lda.	a); 13)	Funchal (Portugal)	-	-	100,00%	100,00%
MKTPLACE - Comércio Eletrónico, S.A.	a); 7)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-
PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
Público - Comunicação Social, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Corporate, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Holdings, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Investments, B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Sonae RE, S.A.	a)	Luxemburgo	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%
Sontel, B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sparkfood, S.A.	a); 16)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WAD LAB, S.A.	a); 5)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-

\* A percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s), que detém a participação em causa, detém diretamente no capital social da referida empresa.

a) Controlo detido por maioria dos votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;

- 1) Subsidiária(s) constituída(s) no exercício;
- 2) Anteriormente denominada por Sonae MC – Serviços Partilhados, S.A.;
- 3) Anteriormente denominada por Sonae MC, SGPS, S.A.;
- 4) Anteriormente denominada por Sonaerp – Retail Properties, S.A.;
- 5) Subsidiária vendida pela Worten – Equipamento para o Lar, S.A. à Sparkfood, S.A.;
- 6) Subsidiária(s) vendida(s) no exercício;
- 7) Durante o exercício de 2022, o Grupo adquiriu os restantes 50% das entidades controladas conjuntamente passando o método de consolidação a método integral;
- 8) Anteriormente denominada por Project Sierra Cúcuta, B.V.;
- 9) Anteriormente denominada por SFS – Gestão e Fundos, SGOIC, S.A.;
- 10) Anteriormente denominada por Sierra Parma Project, B.V.;
- 11) Em março de 2022, o Grupo adquiriu uma participação adicional de 10% na subsidiária Sonae Sierra, SGPS, S.A.;
- 12) Subsidiária fusionada na Comercial Losan, S.L.U. com efeitos a 1 de janeiro de 2022;
- 13) Subsidiária(s) liquidada(s) no exercício;
- 14) Subsidiária fusionada na Zippy – Comércio e Distribuição, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2022;
- 15) Em dezembro de 2022, o Grupo adquiriu ações representativas de aproximadamente 0,20% do capital social da Sonaecon, SGPS, S.A.;
- 16) Anteriormente denominada por Sonae Food4future, S.A..

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

**Empreendimentos conjuntos e associadas incluídos na consolidação**

Os empreendimentos conjuntos e as associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2022		31 dez 2021	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
<b>MC</b>					
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	Santarém (Portugal)	50,00%	37,51%	50,00%	37,51%
Maremor Beauty & Fragrances, S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	22,50%	50,00%	22,50%
<b>Sierra</b>					
Aegean Park Constructions Real Estate and Development, S.A.	Atenas (Grécia)	100,00%	45,00%	100,00%	40,00%
Arrábidasshopping, SICAFI, S.A.	1) Maia (Portugal)	100,00%	45,09%	100,00%	20,04%
Gaiashopping, SICAFI, S.A.	2) Maia (Portugal)	100,00%	45,09%	100,00%	20,04%
Gaiashopping II - Centro Comercial, S.A.	3) Maia (Portugal)	-	-	100,00%	20,04%
Larissa Development of Shopping Centres, S.A.	Atenas (Grécia)	100,00%	45,00%	100,00%	40,00%
LMIT - Innovation & Technology, Lda.	Lisboa (Portugal)	100,00%	45,00%	100,00%	40,00%
LMGE - Gestão de Edifícios Lda.	Lisboa (Portugal)	100,00%	45,00%	100,00%	40,00%
LMSA - Engenharia de Edifícios, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	45,00%	100,00%	40,00%
Madeirashopping - Centro Comercial, S.A.	Funchal (Portugal)	50,00%	22,55%	50,00%	20,04%
Nova Centralidade - Sociedade de Desenvolvimento Imobiliário, S.A.	4); 5) Porto (Portugal)	-	-	-	-
North Tower B.V.	6) Amesterdão (Países Baixos)	-	-	50,00%	20,04%
Pantheon Plaza B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	50,00%	45,00%	50,00%	40,00%
Park Avenue Development of Shopping Centers, S.A.	Atenas (Grécia)	50,00%	45,00%	50,00%	40,00%
Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A.	Ponta Delgada (Portugal)	50,00%	22,55%	50,00%	20,04%
Proyecto Cúcuta S.A.S.	Santiago de Cali (Colômbia)	50,00%	45,00%	50,00%	40,00%
Quinta da Foz - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	4) Porto (Portugal)	49,76%	44,78%	-	-

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2022		31 dez 2021	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
SC Aegean, B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	50,00%	45,00%	50,00%	40,00%
Sierra Balmain Asset Management Spółka Z ograniczoną odpowiedzialnością	Varsóvia (Polónia)	50,00%	45,00%	50,00%	40,00%
Sierra Balmain Property Management Spółka z ograniczoną odpowiedzialnością	Varsóvia (Polónia)	100,00%	45,00%	100,00%	40,00%
Sierra Central, S.A.S.	Santiago de Cali (Colômbia)	50,00%	45,00%	50,00%	40,00%
LMSI - Engineering S.A.	7) Lisboa (Portugal)	50,00%	45,00%	50,00%	40,00%
Torre Norte, S.A.	6) Maia (Portugal)	-	-	50,00%	20,04%
Via Catarina - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	22,55%	50,00%	20,04%
Visionarea, Promoção Imobiliária, S.A.	4) Maia (Portugal)	50,00%	45,00%	-	-
<b>Universo</b>					
838 Soluções, Ltda	8) São Paulo (Brasil)	-	-	51,00%	25,50%
Accive Insurance - Corretor de Seguros, S.A.	8) Porto (Portugal)	-	-	80,00%	40,00%
Bens Consultoria Ltda	8) Rio de Janeiro (Brasil)	-	-	100,00%	50,00%
Brokerslink Management AG	8) Zug (Suíça)	-	-	20,00%	10,00%
BUZZEE Insure, Lda.	8) Porto (Portugal)	-	-	70,00%	35,00%
Duobens - Corretora de Seguros Ltda	8) Rio de Janeiro (Brasil)	-	-	100,00%	50,00%
Filhet Allard EspanhaCorreduria de Seguros S.L.	8) Madrid (Espanha)	-	-	35,00%	17,50%
Gracinda e Graça - Mediação de Seguros, Lda.	8) Ourém (Portugal)	-	-	100,00%	50,00%
RCG - Risk, Consulting Group Ltda	8) Santa Catarina (Brasil)	-	-	100,00%	50,00%
RCG - Risk, Consulting Group, S.A.	8) Maia (Portugal)	-	-	100,00%	50,00%
HighDome PCC Limited	8) La Valeta (Malta)	-	-	100,00%	50,00%
Iberosegur - Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda.	8) Porto (Portugal)	-	-	60,00%	30,00%
MDS Insurance - Corretora de seguros e resseguros, S.A.	8) Lisboa (Portugal)	-	-	50,00%	25,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Larim Corretora de Resseguros Ltda	8)	Rio de Janeiro (Brasil)	-	-	99,99%	50,00%
Lazam/mds Correctora Ltda	8)	São Paulo (Brasil)	-	-	100,00%	50,00%
MDS África, SGPS, S.A.	8)	Porto (Portugal)	-	-	100,00%	50,00%
MDS - Corretor de Seguros, S.A.	8)	Porto (Portugal)	-	-	100,00%	50,00%
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	8)	Porto (Portugal)	-	-	50,00%	25,00%
MDS Link Solutions, Lda.	8)	Porto (Portugal)	-	-	50,02%	25,01%
MDS Malta Holding Limited	8)	La Valeta (Malta)	-	-	100,00%	50,00%
MDS MG Corretora e Administradora de Seguros, Ltda	8)	Minas Gerais (Brasil)	-	-	100,00%	25,00%
MDS Partners Corretor de Seguros, S.A.	8)	Porto (Portugal)	-	-	100,00%	50,00%
MDS RE - Mediador de resseguros, SGPS, S.A.	8)	Porto (Portugal)	-	-	100,00%	25,00%
MDS, SGPS, S.A.	8)	Maia (Portugal)	-	-	50,00%	25,00%
Media Mais - Mediação de Seguros, Lda.	8)	Marinha Grande (Portugal)	-	-	50,00%	32,50%
Moneris Correctores de Seguros Limitada	8)	Maputo (Moçambique)	-	-	50,00%	25,00%
Moneris. Seguros - Mediação de Seguros, Lda.	8)	Oeiras (Portugal)	-	-	60,00%	30,00%
Process Assessoria e Corretora Seg., Ltda	8)	São Paulo (Brasil)	-	-	100,00%	50,00%
QH - Consultoria e Corretagem de Seguros, Ltda	8)	São Paulo (Brasil)	-	-	100,00%	50,00%
Reinsurance Solutions, Soc. Corretora de Resseguros, S.A.	8)	Luanda (Angola)	-	-	66,66%	33,33%
Segurtime - Mediação de Seguros, Lda.	8)	Porto Mós (Portugal)	-	-	100,00%	50,00%
Win Broker, S.A.	8)	Porto (Portugal)	-	-	60,00%	30,00%
<b>NOS</b>						
Big Picture 2 Films, S.A.	11)	Oeiras (Portugal)	-	-	20,00%	6,17%
Big Picture Films, S.L.	11)	Madrid (Espanha)	-	-	100,00%	6,17%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Dreamia Holding B.V.	9)	Amesterdão (Países Baixos)	-	-	50,00%	15,42%
Dreamia Serviços de Televisão, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	15,42%
Dreamia Servicios de Televisión, S.L.	11)	Madrid (Espanha)	-	-	50,00%	15,42%
Dualgrid - Gestão de Redes Partilhas, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	50,00%	30,84%
Empracine - Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
FINSTAR - Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.	11)	Luanda (Angola)	-	-	30,00%	9,25%
Fundo de Capital de Risco NOS 5G	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
Lusomundo - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	99,87%	30,80%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	99,87%	30,80%
Lusomundo Moçambique, Lda.	11)	Maputo (Moçambique)	-	-	100,00%	30,84%
MSTAR, S.A.	11)	Maputo (Moçambique)	-	-	30,00%	9,25%
NOS Açores Comunicações, S.A.	11)	Ponta Delgada (Portugal)	-	-	83,82%	25,85%
NOS Audio - Sales & Distribution, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Audiovisuais SGPS, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Comunicações, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Corporate Center, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Inovação, S.A.	11)	Matosinhos (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Internacional, SGPS, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Lusomundo Cinemas, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Mediação de Seguros, S.A.	11)	Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Madeira Comunicações, S.A.	11)	Funchal (Portugal)	-	-	77,95%	24,04%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2022		31 dez 2021	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
NOS Property, S.A.	11) Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS SGPS, S.A.	11) Lisboa (Portugal)	-	-	59,53%	30,84%
NOS Sistemas España, S.L.	11) Madrid (Espanha)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Sistemas, S.A.	11) Maia (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Technology – Conceção Construção e Gestão de Redes de Comunicação, S.A.	11) Matosinhos (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
NOS Wholesale, S.A.	11) Lisboa (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	11) Maia (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	11) Maia (Portugal)	-	-	100,00%	30,84%
Sport TV Portugal, S.A.	11) Lisboa (Portugal)	-	-	25,00%	7,71%
Teliz Holding, B.V.	11) Amstelveen (Países Baixos)	-	-	100,00%	30,84%
Upstar Comunicações, S.A.	11) Vendas Novas (Portugal)	-	-	30,00%	9,25%
ZAP Media, S.A.	11) Luanda (Angola)	-	-	100,00%	9,25%
ZOPT, SGPS, S.A.	10) Porto (Portugal)	-	-	50,00%	44,99%
<b>Outros</b>					
MKTPLACE – Comércio Eletrónico, S.A.	6) Porto (Portugal)	-	-	50,00%	50,00%
Unipress - Centro Gráfico, Lda.	Vila Nova de Gaia (Portugal)	50,00%	45,09%	50,00%	44,99%
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Porto (Portugal)	50,00%	45,09%	50,00%	44,99%

\*a percentagem de capital detido “Total” representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido “Direto” corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

- 1) Anteriormente denominada por Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.;
- 2) Anteriormente denominada por Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.;
- 3) Empreendimento conjunto fundido na Gaiashopping – SICAFI, S.A.;
- 4) Empreendimento(s) conjunto(s) adquirido(s) no exercício;
- 5) Empreendimento conjunto fundido na Quinta da Foz – Empreendimentos Imobiliários, S.A. no exercício;
- 6) Durante o exercício de 2022, o Grupo adquiriu os restantes 50% das entidades controladas conjuntamente passando o método de consolidação a método integral;
- 7) Anteriormente denominada por Sierra LM, SGPS, S.A.;
- 8) Empreendimento(s) conjunto(s) vendido(s) no exercício;
- 9) Empreendimento conjunto fusionado na Dreamia Servicios de Televisión, S.L.;
- 10) No exercício de 2022, a Sonaecom procedeu à resolução do contrato da sociedade que regulava as relações entre os acionistas da ZOPT, SGPS, S.A.. Foi decidido proceder à amortização da participação da Sonaecom naquela sociedade em contrapartida da entrega de ações representativas de 26,075% do capital social da NOS, SGPS, S.A..
- 11) Em resultado do descrito no ponto anterior, o Grupo passou a exercer influência significativa sobre a NOS, e de acordo com a IAS 28, os investimentos sobre esta empresa foram transferidos de empreendimentos conjuntos para associadas.;

### Empresas associadas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2022		31 dez 2021	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
<b>MC</b>					
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	Lisboa (Portugal)	25,00%	18,75%	25,00%	18,75%
Inscó - Insular de Hipermercados, S.A.	1) Ponta Delgada (Portugal)	10,00%	7,50%	-	-
Sportessence - Sport Retail, S.A.	1) Ponta Delgada (Portugal)	10,00%	7,50%	-	-
<b>Sierra</b>					
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	20,00%	18,00%	20,00%	16,00%
Aliansce Sonae Shopping Centers, S.A.	2) Brasil	8,84%	7,96%	7,03%	5,62%
Area Sur Shopping, S.L.	Madrid (Espanha)	15,00%	13,50%	15,00%	12,00%
Arrábidashopping, SICAFI, S.A.	3) Maia (Portugal)	50,00%	11,44%	50,00%	9,00%
Atrium BIRE, SIGI, S.A.	4) Maia (Portugal)	3,75%	3,38%	-	-
Candotal Spain S.L.U.	Madrid (Espanha)	100,00%	9,00%	100,00%	8,00%
Cascaishopping, Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	22,59%	100,00%	20,08%
Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	11,30%	100,00%	10,05%
Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	11,30%	100,00%	10,05%
Doc Malaga Holdings S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	11,30%	50,00%	20,08%
DOC Malaga Siteco Phase 2, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	11,30%	100,00%	10,05%
DOC Malaga Siteco, S.L.U.	Madrid (Espanha)	100,00%	11,30%	100,00%	10,05%
Douro Riverside Hotel, S.A.	4) Maia (Portugal)	37,50%	33,75%	-	-
Estação Viana - Centro Comercial, S.A.	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	9,00%	100,00%	8,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center	Rio de Janeiro (Brasil)	58,07%	11,16%	58,07%	8,90%
Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro	Rio de Janeiro (Brasil)	100,00%	33,66%	100,00%	28,94%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2022		31 dez 2021	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Gaiashopping, SICAFI, S.A.	5) Maia (Portugal)	50,00%	33,98%	50,00%	9,00%
Gaiashopping II - Centro Comercial, S.A.	6) Maia (Portugal)	-	-	100,00%	9,00%
Guimarãeshopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	18,00%	100,00%	16,00%
Iberia Shopping Centre Venture Cooperatief UA	Amesterdão (Países Baixos)	10,00%	9,00%	10,00%	8,00%
Iberian Assets, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	11,16%	100,00%	9,92%
Imosal Imobiliária do Saldanha, SICAFI, S.A.	4) Maia (Portugal)	100,00%	3,38%	-	-
Investabroad 5, S.A.	4) Maia (Portugal)	100,00%	4,62%	-	-
Land Retail B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	22,59%	100,00%	20,08%
Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	10,00%	9,00%	10,00%	8,00%
Luz del Tajo - Centro Comercial, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	9,00%	100,00%	8,00%
Maiashopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	18,00%	100,00%	16,00%
Mercado Urbano - Gestão Imobiliária, S.A.	Porto (Portugal)	20,00%	18,00%	20,00%	16,00%
Norte Shopping Retail and Leisure Centre B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	50,00%	11,30%	50,00%	10,05%
Norteshopping- Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	11,30%	100,00%	10,05%
Olimpo Asset 1, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,38%	100,00%	3,01%
Olimpo Asset 2, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,38%	100,00%	3,01%
Olimpo Asset 3, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,38%	100,00%	3,01%
Olimpo Asset 4, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,38%	100,00%	3,01%
Olimpo Asset 5, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,38%	100,00%	3,01%
Olimpo Asset 6, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,38%	100,00%	3,01%
Olimpo Asset 7, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,38%	100,00%	3,01%
Olimpo Asset 8, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,38%	100,00%	3,01%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2022		31 dez 2021	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Olimpo Real Estate SIGI, S.A.	Maia (Portugal)	5,13%	4,62%	5,13%	3,01%
Olimpo Real Estate Socimi, S.A.	Madrid (Espanha)	3,75%	3,38%	3,75%	3,01%
Olimpo SIGI España, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	4,62%	100,00%	3,01%
Plaza Mayor, B.V.	7) Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	22,59%	100,00%	20,08%
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	22,59%	100,00%	20,08%
Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	Lisboa (Portugal)	5,00%	4,50%	5,00%	3,50%
Shopping Centre Colombo Holding B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	50,00%	11,30%	50,00%	10,05%
Shopping Centre Colombo Holding B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	25,10%	22,59%	25,10%	20,08%
Sierra Spain Malaga Holdings, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	22,59%	100,00%	20,08%
Signal Alpha Republica I, S.A.	Lisboa (Portugal)	5,00%	1,13%	5,00%	1,00%
Signal Alpha Republica II, Lda.	Lisboa (Portugal)	5,00%	1,13%	5,00%	1,00%
SPF - Sierra Portugal Feeder 1, S.C.A.	Luxemburgo	7,45%	6,71%	7,45%	5,97%
SPF - Sierra Portugal Feeder 2, S.C.A.	Luxemburgo	100,00%	6,71%	100,00%	5,97%
SPF - Sierra Portugal Real Estate, SARL	Luxemburgo	61,67%	22,88%	61,67%	20,33%
Trivium Real Estate Socimi, S.A.	Madrid (Espanha)	12,40%	11,16%	12,40%	9,92%
VdG Holding B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	50,00%	11,30%	50,00%	10,05%
Zenata Commercial Project, S.A.	Mohammedia (Marrocos)	11,00%	9,90%	11,00%	8,30%
<b>Bright Pixel</b>					
Alfaros SARL	8) Tunisia	-	-	40,00%	21,30%
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II	Lisboa (Portugal)	47,78%	43,08%	44,33%	39,88%
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III	Lisboa (Portugal)	45,52%	41,05%	42,80%	38,51%
Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Venture Partners Inovação e Internacionalização	Lisboa (Portugal)	38,25%	34,49%	38,25%	34,41%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2022		31 dez 2021	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Probelly	1) Lisboa (Portugal)	-	-	17,07%	15,36%
Suricate Solutions	8) Luxemburgo	-	-	20,00%	10,65%
<b>NOS</b>					
Big Picture 2 Films, S.A.	9) Oeiras (Portugal)	20,00%	6,75%	-	-
Big Picture Films, S.L.	9) Madrid (Espanha)	100,00%	6,75%	-	-
Dreamia Serviços de Televisão, S.A.	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	16,88%	-	-
Dreamia Servicios de Televisión, S.L.	9) Madrid (Espanha)	50,00%	16,88%	-	-
Dualgrid - Gestão de Redes Partilhas, S.A.	9) Lisboa (Portugal)	50,00%	16,88%	-	-
Empracine – Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
FINSTAR – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.	9) Luanda (Angola)	30,00%	10,13%	-	-
Fundo de Capital de Risco NOS 5G	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A.	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
Lusomundo Moçambique, Lda.	9) Maputo (Moçambique)	100,00%	33,76%	-	-
MSTAR, S.A.	9) Maputo (Moçambique)	30,00%	10,13%	-	-
NOS Açores Comunicações, S.A.	9) Ponta Delgada (Portugal)	83,82%	28,30%	-	-
NOS Audio - Sales & Distribution, S.A.	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Audiovisuais SGPS, S.A.	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Comunicações, S.A.	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Corporate Center, S.A.	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Inovação, S.A.	9) Matosinhos (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Internacional, SGPS, S.A.	9) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2022		31 dez 2021		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	9)	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Lusomundo Cinemas, S.A.	9)	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Mediação de Seguros, S.A.	9)	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Madeira Comunicações, S.A.	9)	Funchal (Portugal)	77,95%	26,32%	-	-
NOS Property, S.A.	9)	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS SGPS, S.A.	9); 10)	Lisboa (Portugal)	37,45%	33,76%	-	-
NOS Sistemas España, S.L.	9)	Madrid (Espanha)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Sistemas, S.A.	9)	Maia (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Technology – Conceção Construção e Gestão de Redes de Comunicação, S.A.	9)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
NOS Wholesale, S.A.	9)	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	9)	Maia (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	9)	Maia (Portugal)	100,00%	33,76%	-	-
Sport TV Portugal, S.A.	9)	Lisboa (Portugal)	25,00%	8,44%	-	-
Teliz Holding, B.V.	9)	Amstelveen (Países Baixos)	100,00%	33,76%	-	-
Upstar Comunicações, S.A.	9)	Vendas Novas (Portugal)	30,00%	10,13%	-	-
ZAP Media, S.A.	9)	Luanda (Angola)	100,00%	10,13%	-	-
<b>ISRG - Iberian Sports Retail Group, S.L.</b>		Alicante (Espanha)	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%
<b>Outros</b>						
Mondarella GmbH	4)	Berlim (Alemanha)	40,00%	40,00%	-	-

\*a percentagem de capital detido “Total” representa a percentagem total de interesses detida pelo Grupo; a percentagem de capital detido “Direto” corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa, no capital social da referida empresa.

- 1) Alteração do método de consolidação da(s) empresa(s) associada(s).
- 2) Em outubro de 2022, foram adquiridas ações representativas de aproximadamente 0,5374% do capital social da Aliansce Sonae Shopping Centers, S.A.;
- 3) Anteriormente denominada Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.;
- 4) Associada(s) adquirida(s) no exercício;
- 5) Anteriormente denominada Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.;
- 6) Associada fusionada no exercício na Gaiashopping – SICAFI, S.A.;
- 7) Anteriormente denominada por Plaza Mayor Parque de Ócio, B.V.;
- 8) Associada(s) vendida(s) no exercício;
- 9) Investimentos transferidos de empreendimentos conjuntos para associadas;
- 10) Durante os meses de outubro e novembro de 2022, o Grupo adquiriu ações representativas de aproximadamente 0,59% do capital social da NOS, SGPS, S.A..

Os empreendimentos conjuntos e associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.



# Demonstrações Financeiras Separadas



**DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Prestações de serviços	6.1	6.685	6.629
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	2.4	(25.298)	314.746
Outros rendimentos		1.758	1.582
Fornecimentos e serviços externos	6.2	(9.342)	(15.976)
Gastos com o pessoal	6.3	(9.940)	(8.349)
Outros gastos		(1.169)	(1.007)
Amortizações e depreciações		(251)	(243)
Perdas por imparidade		(24)	-
<b>Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos</b>		<b>(37.581)</b>	<b>297.382</b>
Dividendos recebidos		174.517	70.692
Rendimentos e ganhos financeiros	5.9	5.345	2.338
Gastos e perdas financeiras	5.9	(13.627)	(14.765)
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		<b>128.654</b>	<b>355.647</b>
Imposto sobre o rendimento	3.8	3.562	6.993
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>132.216</b>	<b>362.640</b>
<b>Resultados por ação:</b>			
Básico	5.5	0,06891	0,18333
Diluído	5.5	0,06881	0,18314

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

**DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA  
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Resultado líquido do exercício		132.216	362.640
Variação no valor dos ativos financeiros a justo valor líquido de imposto	2.2.1	(5.799)	22.515
<b>Items de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados</b>		<b>(5.799)</b>	<b>22.515</b>
<b>Total de outros rendimentos integrais do exercício</b>		<b>(5.799)</b>	<b>22.515</b>
<b>Total rendimento integral do exercício</b>		<b>126.417</b>	<b>385.155</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

**DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Ativo</b>			
<b>Ativos não correntes:</b>			
Ativos fixos tangíveis		307	203
Ativos intangíveis		29	2
Direitos de uso		429	547
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	2.1	4.748.955	4.482.354
Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados	4.3	11.218	3.000
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.2	-	129.580
Outros investimentos		50	50
Ativos por impostos diferidos	3.8.2	15.670	10.058
Outros ativos não correntes	3.4 e 4.3	23	33.712
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>4.776.681</b>	<b>4.659.506</b>
<b>Ativos correntes:</b>			
Clientes	3.1 e 4.3	1.723	1.437
Outras dívidas de terceiros	3.2 e 4.3	445.775	174.470
Imposto sobre o rendimento		15.476	8.110
Outros ativos correntes	3.3 e 4.3	4.090	2.699
Caixa e equivalentes de caixa	4.3 e 5.8	3.690	26.240
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>470.754</b>	<b>212.956</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.247.435</b>	<b>4.872.462</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

**DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	5.1	2.000.000	2.000.000
Ações próprias	5.2	(71.402)	(76.249)
Reservas legais	5.3	299.348	281.216
Outras reservas	5.4	1.563.815	1.321.694
Resultados transitados		100.985	101.167
Resultado líquido do exercício		132.216	362.640
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>4.024.962</b>	<b>3.990.468</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Empréstimos obrigacionistas	4.3 e 5.6	32.830	11.930
Empréstimos bancários	4.3 e 5.6	354.891	294.824
Passivo de locação		277	347
Passivos por impostos diferidos	3.8.2	97	123
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>388.095</b>	<b>307.224</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos obrigacionistas	4.3 e 5.6	4.000	8.000
Empréstimos bancários	4.3 e 5.6	45.000	177.600
Passivo de locação		154	202
Fornecedores	4.3	1.446	1.466
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	3.5 e 4.3	734.611	340.790
Outras dívidas a terceiros	3.6 e 4.3	38.755	40.514
Estado e outros entes públicos		269	505
Outros passivos correntes	3.7 e 4.3	10.143	5.693
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>834.378</b>	<b>574.770</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.222.473</b>	<b>881.994</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>5.247.435</b>	<b>4.872.462</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

**DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas e Resultados Transitados							Resultado Líquido do Exercício	Total
				Reservas de Justo Valor	Reserva para Planos Pagamento Baseados em Ações	Reserva Indisponível Relativa a Ações Próprias	Reservas Livres	Resultados Transitados	Total de Reservas e Resultados Transitados			
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>	<b>2.000.000</b>	-	<b>277.452</b>	<b>(27.816)</b>	<b>1.404</b>	-	<b>1.350.712</b>	<b>101.426</b>	<b>1.425.726</b>	<b>75.265</b>	<b>3.778.443</b>	
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	22.515	-	-	-	-	22.515	362.640	385.155	
Aplicação do resultado líquido de 2020:												
Transferência para reserva legal	-	-	3.764	-	-	-	-	-	-	(3.764)	-	
Distribuição de reservas livres	-	-	-	-	-	-	(25.698)	-	(25.698)	-	(25.698)	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.502)	(71.502)	
Aquisição de ações próprias	-	(76.249)	-	-	-	76.249	(76.249)	-	-	-	(76.249)	
Outras alterações:												
Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo	-	-	-	-	-	-	-	(259)	(259)	-	(259)	
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	-	-	-	-	63	-	515	-	578	-	578	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(76.249)</b>	<b>281.216</b>	<b>(5.301)</b>	<b>1.467</b>	<b>76.249</b>	<b>1.249.280</b>	<b>101.167</b>	<b>1.422.862</b>	<b>362.639</b>	<b>3.990.468</b>	
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(5.799)	-	-	-	-	(5.799)	132.216	126.417	
Aplicação do resultado líquido de 2021:												
Transferência para reservas livres	-	-	-	-	-	-	242.308	-	242.308	(242.308)	-	
Transferência para reserva legal	-	-	18.132	-	-	-	-	-	-	(18.132)	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(102.200)	(102.200)	
Alienação de ações próprias	5.2	-	3.612	-	-	(4.665)	8.739	-	4.074	-	7.686	
Outras alterações:												
Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo	6.4	-	-	-	-	-	-	(182)	(182)	-	(182)	
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	6.4	-	1.235	-	-	946	(182)	773	1.537	-	2.772	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(71.402)</b>	<b>299.348</b>	<b>(11.100)</b>	<b>2.413</b>	<b>71.402</b>	<b>1.501.100</b>	<b>100.985</b>	<b>1.664.800</b>	<b>132.216</b>	<b>4.024.962</b>	

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		6.444	9.486
Pagamentos a fornecedores		(9.893)	(16.415)
Pagamentos ao pessoal		(8.233)	(8.063)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>(11.682)</b>	<b>(14.992)</b>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		5.509	7.820
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		2.256	1.081
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>(3.917)</b>	<b>(6.091)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos concedidos		5.561.258	3.601.889
Investimentos financeiros	2.3	8.190	530.188
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	2
Juros e rendimentos similares		4.509	1.811
Dividendos		174.517	70.692
		<b>5.748.474</b>	<b>4.204.582</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos concedidos		(5.815.460)	(3.609.643)
Investimentos financeiros	2.3	(186.209)	(107.449)
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(277)	(65)
Outros		-	(6)
		<b>(6.001.946)</b>	<b>(3.717.163)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(253.472)</b>	<b>487.419</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	5.7	6.570.202	5.290.986
Alienação de ações próprias	8	4.203	-
		<b>6.574.405</b>	<b>5.290.986</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	5.7	(6.231.981)	(5.551.452)
Juros e gastos similares		(9.274)	(11.238)
Dividendos		(98.103)	(97.178)
Aquisições de ações próprias		-	(76.249)
Contratos de locação		(208)	(236)
		<b>(6.339.566)</b>	<b>(5.736.353)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>234.839</b>	<b>(445.367)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>(22.550)</b>	<b>35.961</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5.8	26.240	(9.721)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	5.8	3.690	26.240

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## SONAE, SGPS, S.A.

### Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Montantes expressos em milhares de euros)

## 1. Nota Introdutória

A SONAE, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Sonae”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

A Sonae é controlada pela Efanor Investimentos SGPS, S.E. que detém, direta e indiretamente, 54,66% do seu capital social. A totalidade das ações representativas do capital social da Sonae está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

### 1.1 Factos relevantes ocorridos no exercício

#### Reforço da posição na Sierra

Em 16 de março de 2022 a Sonae adquiriu 10% do capital social da Sierra à Grosvenor, pelo preço de 83,5 milhões de euros, o que representa um desconto implícito de cerca de 10% sobre o NAV da Sierra no final de 2021, na sequência do exercício pela Grosvenor do direito de put option. Na sequência desta transação, a Sonae passa a deter 90% do capital social e direitos de voto da Sierra.

#### Resolução da parceria na ZOPT e participação na NOS

No terceiro trimestre de 2022, a Sonaecom procedeu à resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited. Em reunião da Assembleia Geral da ZOPT realizada a 28 de setembro, deliberou-se proceder à amortização da participação da Sonaecom naquela sociedade, e à restituição das prestações acessórias por si efetuadas, por contrapartida da entrega da proporção detida nos ativos líquidos da sociedade, correspondente a ações representativas de 26,07% do capital social da NOS que não se encontram oneradas, e de outros meios monetários líquidos. Por força da referida deliberação, a Sonaecom deixou de ser acionista da ZOPT.

Decorridos os formalismos legais, associados à tutela dos credores da ZOPT e à apreciação da operação pela Autoridade da Concorrência - a ZOPT procedeu à entrega à Sonaecom (em dezembro de 2022) das ações representativas de 26,07% do capital social da NOS, as quais passaram a ser diretamente detidas pela Sonaecom. Consequentemente, a 31 de dezembro de 2022, à Sonae era imputada uma participação na NOS de 37,37% do capital social e do direitos de voto nessa sociedade, por efeito da participação direta no capital e direitos de voto na NOS de que a Sonae é titular e da

imputação indireta dos votos relativos à referida percentagem de 26,07% que são diretamente detidos pela sua subsidiária Sonaecom.

Tendo em consideração a percentagem de detenção, direta e indiretamente imputável à Sonae, foi analisado à luz do descrito na IFRS 10, se a Sonae poderia exercer o controlo sobre a NOS. Desta análise, concluiu-se que a Sonae não controla a referida sociedade, na medida em que não detém a maioria do capital social e dos direitos de voto da NOS e, que não é claro que i) seja possível à Sonae tomar decisões por si só e ii) que seja improvável a existência de uma maioria contrária às suas intenções. Face ao exposto, e tendo a Sonae a possibilidade de participar nos processos de decisão da NOS, estamos perante uma situação de influência significativa, sendo o respetivo investimento classificado como “ Investimentos em associadas”.

#### Oferta Pública de Aquisição de ações da Sonaecom – SGPS, S.A.

A 21 de dezembro de 2022, a Sonae SGPS, S.A. lançou uma oferta pública geral e voluntária de aquisição de ações representativas do capital social da Sonaecom – SGPS, S.A.. A contrapartida oferecida, a pagar em numerário, é de 2,50 euros por cada Ação, deduzida de qualquer montante (líquido) que venha a ser atribuído a cada Ação, a título de dividendos, de adiantamento sobre o lucro do exercício, de distribuição de reservas ou qualquer outro.

Os principais impactos e iniciativas por negócio encontram-se detalhados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU).

A Empresa igualmente apresenta, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

## 1.2 Eventos subsequentes

#### Política contabilística

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## Sonaecom

A 14 de março de 2023, o Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) deliberou registar a oferta pública geral e voluntária de aquisição de 35.228.749 ações da Sonaecom SGPS, S.A., anunciada ao mercado a 21 de dezembro de 2022, e aprovar o respetivo prospeto.

A CMVM informou ainda que:

- a. Sendo intenção da Sonae recorrer ao mecanismo de aquisição potestativa previsto no artigo 194.º do Código dos Valores Mobiliários ("Cód. VM") caso os requisitos para o efeito se verifiquem, aplica-se o seguinte entendimento:
  - iii. caso a Sonae atinga 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Sonaecom, a Sonae poderá, após a oferta, recorrer ao mecanismo de aquisição potestativa ao preço da oferta (€ 2,50), desde que até à data dessa aquisição não adquira ações da Sonaecom a preço superior;
  - iv. o cálculo do limiar de 90% dos direitos de voto representativos do capital social supra referido deve atender à totalidade das ações da Sonaecom, incluindo as 5.571.014 ações próprias. O limiar será atingido caso a Sonae adquira, pelo menos, 4.094.746 ações correspondentes a 1,315% do capital social.

A Sonae renunciou à condição de eficácia da oferta, o que significa que adquirirá todas as ações relativamente às quais os seus titulares transmitam ordem de venda, mesmo que não atinja os 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social.

## Sierra

A 15 de março de 2023 a Sonae adquiriu 10% do capital social da Sierra à Grosvenor, pelo preço de 88,6 milhões de euros, o que representa um desconto implícito de cerca de 10% sobre o NAV da Sierra no final de 2022, na sequência do exercício pela Grosvenor do direito de put option. Na sequência da execução da referida transação, a Sonae passa a deter 100% do capital social e dos direitos de voto na Sierra.

## Joint-venture Universo e Bankinter

A 31 de março de 2023 no seguimento do comunicado divulgado no passado dia 20 de Dezembro de 2022, a Sonae acordou com o Bankinter Consumer Finance ("Bankinter") a sua entrada no capital do Universo, IME, SA ("Universo") – entidade gestora do portfólio de produtos e serviços financeiros com marca Universo, resultando na criação de uma joint-venture na área de crédito ao consumo em Portugal.

Esta transação permitirá à Sonae estabelecer uma parceria 50/50 com um operador bancário de referência como o Bankinter, o qual aportará a sua vasta experiência no setor financeiro, para a criação de um operador líder em crédito ao consumo em Portugal.

Esta parceria enquadra-se na estratégia de gestão ativa de portfólio da Sonae, que procura otimizar as estruturas acionistas das empresas do seu portfólio e encontrar os melhores parceiros para complementar as suas competências e apoiar os planos de crescimento das suas participadas. A transação tem subjacente um valor de capitais próprios do Universo de cerca de 45 milhões de euros e envolve a venda de 50% do seu

capital social por um valor estimado de 19 milhões de euros na data de conclusão da transação. Além deste montante, o acordo prevê ainda o pagamento de até 5 milhões de euros adicionais, contingente e diferido por 5 anos após a conclusão da transação.

## 1.3 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRS IC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia e estejam efetivas a 1 de janeiro de 2022.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto quanto à mensuração dos "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral" que são mensurados ao justo valor."

### Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas:

- Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2022:

Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2022		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 16 - Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis.	01 jan 2022
IAS 37 - Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso.	01 jan 2022
IFRS 3 - Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.	01 jan 2022
Ciclo de melhorias 2018-2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.	01 jan 2022

A Sonae efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação das referidas normas não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.



- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, já endossadas pela UE		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 - Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas".	01 jan 2023
IAS 8 - Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas.	01 jan 2023
IFRS 17 - Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	01 jan 2023
IFRS 17 - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	01 jan 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais.	01 jan 2023

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, ainda não endossadas pela UE		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	01 jan 2024
IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	01 jan 2024

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## 1.4 Especialização dos exercícios

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os rendimentos e gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os rendimentos e gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

## 1.5 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras separadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Determinação do valor recuperável de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 2.1);
- Registo de provisões e análise de passivos contingentes;
- Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 3.8.2);
- Determinação do justo valor de ativos financeiros através de rendimento integral e resultados (Nota 2.2);
- Classificação de investimentos em participações financeiras.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

## 2. Investimentos

### Políticas contabilísticas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Sonae tem controlo. A Sonae controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Sonae, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Sonae.

Os Empreendimentos Conjuntos correspondem a acordos conjuntos através dos quais os empreendedores que exercem controlo conjunto sobre o acordo com o objetivo de partilhar o retorno obtido da atividade do Empreendimento Conjunto.

As associadas são investimentos em que a Empresa exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;

- transações materiais entre o investidor e a investida;
- intercambio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos.

A Empresa realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Para além do reconhecimento da imparidade nestes investimentos, a Sonae reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

As perdas de imparidade são calculadas por comparação entre o valor recuperável do investimento, correspondente ao maior entre o justo valor menos custos de vender e o valor de uso, e o valor contabilístico das participações financeiros.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de subsidiárias ou empreendimentos conjuntos cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor das referidas participações é estimado por referência ao valor de mercado dos ativos imobiliários por aquelas detidos.

É entendimento do Conselho de Administração que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise uma vez que considera a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu, e a diminuição resulta objetivamente de determinado evento ocorrido após o reconhecimento inicial da imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido, caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

## 2.1 Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (líquido de imparidades) era o seguinte:

31 dez 2022							
Empresas	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	(Imparidade) / reversão reconhecida no exercício	Saldo final
Mktplace Comércio Eletrónico, S.A.	50,00%	-	-	-	-	-	-
MCRETAIL, SGPS, S.A. a)	10,04%	180.684	-	-	-	-	180.684
NOS SGPS, S.A. b)	11,30%	-	9.644	-	185.674	-	195.318
Sonae Corporate, S.A.	100,00%	6.063	-	(6.063)	-	-	-
Sonae Holdings, S.A.	100,00%	1.900.907	10.000	-	-	-	1.910.907
Sonae Investments, BV	100,00%	978.869	-	-	-	-	978.869
Sonae RE, S.A.	99,92%	1.646	-	-	-	-	1.646
Sonae Sierra SGPS, S.A.	90,00%	740.019	83.471	-	-	38.509	861.999
Sonaeacom, SGPS, S.A. d)	26,225%	111.099	1.566	-	-	-	112.665
Sontel, B.V. e)	35,87%	422.614	-	-	-	(10.200)	412.414
Universo Sonae, S.A. f)	100,00%	4.050	-	-	-	-	4.050
Universo, GC, S.A. g)	100,00%	52.203	-	-	-	-	52.203
Universo, IME, S.A.	100,00%	84.200	10.000	-	-	(56.000)	38.200
		<b>4.482.354</b>	<b>114.681</b>	<b>(6.063)</b>	<b>185.674</b>	<b>(27.691)</b>	<b>4.748.955</b>

- a) Restantes 64,97% detidos através da Sonae Holdings e Sonae Investments B.V.. Anteriormente denominada por Sonae MC, SGPS, S.A.;
- b) Restantes 26,07% detidos através da Sonaeacom, SGPS, S.A.;
- c) Anteriormente denominada por SFS - Gestão de Fundos, SGFI, S.A.;
- d) Restantes 62,33% detidos através da Sontel BV;
- e) Restantes 64,13% detidos através da Sonae Investments B.V.;
- f) Anteriormente denominada por Sonae FS, S.A.;
- g) Anteriormente denominada por SFS, Gestão e Consultoria, S.A.

31 dez 2021							
Empresas	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferência	(Imparidade) / reversão reconhecida no exercício	Saldo final
Mktplace Comércio Eletrónico, S.A.	50,00%	7.694	1.790	-	-	(9.484)	-
SFS - Gestão de Fundos, SGFI, S.A.	80,00%	973	-	(973)	-	-	-
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	100,00%	52.203	-	-	-	-	52.203
Sonae Corporate, S.A.	100,00%	6.063	-	-	-	-	6.063
Sonae FS, S.A.	100,00%	4.050	-	-	-	-	4.050
Sonae Holdings, S.A.	100,00%	1.739.055	-	-	-	161.852	1.900.907
Sonae Investments, BV	100,00%	978.869	-	-	-	-	978.869
Sonae MC, SGPS, S.A. a)	10,04%	630.474	-	(449.790)	-	-	180.684
Sonae RE, S.A.	99,920%	1.740	-	-	-	(94)	1.646
Sonae Sierra SGPS, S.A.	80,00%	619.766	82.159	-	-	38.094	740.019
Sonaeacom, SGPS, S.A. c)	26,02%	111.099	-	-	-	-	111.099
Sontel, B.V. b)	35,87%	378.172	-	-	-	44.442	422.614
Universo, IME, S.A.	100,00%	60.700	23.500	-	-	-	84.200
		<b>4.590.858</b>	<b>107.449</b>	<b>(450.763)</b>		<b>234.810</b>	<b>4.482.354</b>

- a) Restantes 64,97% detidos através da Sonae Holdings e Sonae Investments BV;
- b) Restantes 64,13% detidos através da Sonae Investments BV;
- c) Restantes 62,33% detidos através da Sontel BV..

O aumento no investimento na Sierra em 2022 resulta da aquisição adicional de 10% do capital social desta subsidiária, como mencionado na Nota 1.

Na sequência da resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaeacom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited, o grupo passou a exercer influência significativa sobre a NOS, e de acordo com a IAS 28, os investimentos sobre esta empresa foram transferidos para Investimentos em associadas (186 milhões de euros).

A diminuição ocorrida no investimento da Sonae MC, SGPS, S.A. em 2021 corresponde ao acordo para venda de 24,99% do capital da Sonae MC, SGPS à Camoens Investments S, á r. l, uma entidade detida indiretamente por fundos geridos pela CVC Advisers Company (Luxembourg) S, á r. l pelo montante de 528 milhões de euros.

A imparidade registada na Mktplace em 2021 resulta do acordo realizado entre uma subsidiária da Sonae e os CTT para a aquisição dos 50% pertencentes aos CTT, a empresa foi valorizada considerando o valor expectável de venda. A referida transação concretizou-se no exercício de 2022.

Os principais indicadores financeiros das empresas subsidiárias podem ser resumidos como segue:

Empresas	31 dez 2022			
	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado líquido do exercício
Mktplace Comércio Eletrónico, SA	1.487	5.401	(3.914)	(8.459)
MCRETAIL, SGPS, S.A. a)	4.316.067	3.448.919	867.148	182.934
NOS SGPS, S.A. a)	3.463.324	2.410.981	1.052.343	224.444
Sonae Corporate, S.A.	8.337	144	8.194	83
Sonae Holdings, S.A.	2.327.945	262.564	2.065.381	124.661
Sonae Investments, B.V.	1.279.478	66.281	1.213.197	33.253
Sonae RE, S.A.	1.362	16	1.346	(297)
Sonae Sierra SGPS, S.A. a)	1.260.255	390.410	869.844	58.644
Sonaeecom, SGPS, S.A. a)	1.372.636	64.660	1.307.976	142.138
Sontel, B.V.	1.448.439	236.868	1.211.571	40.441
Universo Sonae, S.A.	4.298	2	4.296	34
Universo, GC, S.A.	177.283	65.081	112.202	74.332
Universo, IME, S.A.	54.750	28.650	26.100	(8.994)

a) Demonstrações financeiras consolidadas.

Empresas	31 dez 2021			
	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado líquido do exercício
Mktplace Comércio Eletrónico, SA	8.158	2.403	5.754	(4.096)
SFS, Gestão e Consultoria, SA	90.472	52.502	37.971	1.044
Sonae Holdings, SA	2.320.702	286.686	2.034.016	293.015
Sonae Investments, BV b)	1.249.291	100.439	1.148.852	46.428
Sonae Sierra SGPS, SA a)	1.236.008	396.451	839.557	21.396
Sonae MC, SGPS, SA a)	4.161.286	3.239.475	921.811	228.013
Sontel, BV b)	1.324.668	235.977	1.088.691	29.656
Sonaeecom, SGPS, SA a)	1.316.873	110.122	1.206.752	119.779
Sonae Corporate, SA	13.667	189	13.478	108
Sonae FS, SA	4.263	1	4.262	(8)
Sonae RE, SA	2.455	808	1.647	(94)
SFS - Gestão de Fundos, SGFI, SA	1.817	389	1.428	177
Universo, IME, SA	55.679	29.143	26.536	(18.961)

a) Demonstrações financeiras consolidadas;

b) Contas provisórias de 2021.

Os testes de imparidade aos investimentos financeiros são efetuados nos termos da política contabilística referida na Nota 2 e com base na avaliação dos ativos das subsidiárias efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados.

Os principais pressupostos utilizados para a avaliação das participações financeiras detidas, correspondem genericamente aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill e de avaliação de ativos imobiliários que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As perdas de imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	-	38.509
Sontel, B.V.	24.511	14.311
Mktplace Comércio Eletrónico, S.A.	9.483	9.483
Sonae RE, S.A.	2.426	2.426
Universo, IME, S.A.	56.000	-
	<b>92.420</b>	<b>64.729</b>

## 2.2 Ativos financeiros ao justo valor

### Políticas contabilísticas

Para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

### 2.2.1 Justo valor através de outro rendimento integral

Na sequência da resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaeecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited, o grupo passou a exercer influência significativa sobre a NOS, e de acordo com a IAS 28, os investimentos sobre esta empresa foram transferidos para Investimentos em associadas como descrito na Nota 1.1.

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Investimentos Financeiros a Justo Valor através de Outro Rendimento Integral é relativa à aquisição de 38.000.000 de ações representativas de 7,38% do capital social e direitos de voto da NOS pelo valor de 136 milhões euros. A 31 de dezembro de 2021 referida participação foi valorizada com base na cotação à data (3,41€ e 2,858€ respetivamente), tendo o diferencial de valor sido registado em “Outro rendimento integral líquido imposto diferido” (5.799 milhares de

euros). Este investimento encontrava-se valorizado ao justo valor classificado no nível 1 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

### 2.2.2 Justo valor através de resultados

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Investimentos Financeiros a Justo Valor através de Resultados inclui o investimento de 3.000.000 euros representativo de 10% do capital no fundo de investimentos Bright Tech Innovation I, constituído em junho de 2020. Este investimento encontrava-se valorizado ao justo valor classificado no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

## 2.3 Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 podem ser analisados como segue:

Recebimentos / Pagamentos	31 dez 2022		
	Aumentos / (diminuições) do exercício	Valor recebido	Valor pago
Sonae Sierra SGPS, S.A.	83.471		(83.471)
NOS, SGPS, S.A.	73.220		(73.220)
Universo, IME, S.A.	10.000		(10.000)
Sonae Holdings, S.A.	10.000		(10.000)
Sonae Corporate, S.A.	(6.063)	8.190	-
Outros	9.518		(9.518)
	<b>180.146</b>	<b>8.190</b>	<b>(186.209)</b>

Recebimentos / Pagamentos	31 dez 2021		
	Aumentos / (diminuições) do exercício	Valor recebido	Valor pago
Sonae MC, SGPS, S.A.	(449.790)	528.000	-
Sonae Sierra SGPS, S.A.	82.159	-	(82.159)
SFS - Financial Services, IME, S.A.	23.500	-	(23.500)
Outros	817	2.188	(1.790)
	<b>(343.314)</b>	<b>530.188</b>	<b>(107.449)</b>

## 2.4 Ganhos ou perdas relativas a investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe dos ganhos ou perdas relativas a investimentos era o seguinte.

	31 dez 2022	31 dez 2021
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos	2.127	79.935
Ganhos/(perdas) em investimentos registados ao justo valor através de resultados	266	-
Perdas de imparidade (Nota 2.1)	(66.200)	(9.577)
Reversão perdas de imparidade (Nota 2.1)	38.509	244.388
	<b>(25.298)</b>	<b>314.746</b>

A rubrica “Ganhos / (perdas) na alienação de investimentos financeiros”, a 31 de dezembro de 2021, inclui 78,2 milhões de euros relativos à mais valia na alienação de 24,99% do capital social da MCRETAIL, SGPS, S.A. (anteriormente denominada Sonae MC, SGPS, S.A.).

## 3. Fundo de maneo

### 3.1 Clientes

O saldo de clientes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 respeita exclusivamente à prestação de serviços técnicos de administração e gestão a sociedades nas quais a Empresa tem participação no capital (Nota 8).

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade.

### 3.2 Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o detalhe das Outras dívidas de terceiros, é o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Empresas do grupo</b>		
Sonae Holdings, S.A.	260.929	28.272
Fashion Division, S.A.	138.815	97.053
Universo, IME, S.A.	11.989	7.810
Sparkfood, S.A. (ex - Sonae Food4Futures, S.A.)	9.937	194
Iservices, Lda.	340	-
Halfdozen Real Estate, S.A.	305	368
Wad Lab, S.A.	107	103
Worten - Equipamento para o Lar, S.A.	-	1.590
Sonae Corporate, S.A.	-	130
<b>Empréstimos (Nota 8)</b>	<b>422.422</b>	<b>135.520</b>
<b>Impostos - RETGS</b>	<b>22.556</b>	<b>37.710</b>
<b>Outros devedores:</b>	<b>301</b>	<b>320</b>
Sierra Investments SGPS, S.A.	-	510
Outros	497	410
	<b>445.776</b>	<b>174.470</b>

O montante registado na rubrica Impostos – RETGS corresponde ao imposto a receber apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, líquido de pagamentos por conta, das quais a Empresa é a sociedade dominante.

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

### 3.3 Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o valor da rubrica de outros ativos correntes corresponde, fundamentalmente, a acréscimos de rendimentos relativos à especialização de juros de empréstimos concedidos e de comissões de fianças prestadas a participadas.

### 3.4 Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o detalhe dos “Outros ativos não correntes” é o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Empréstimos concedidos a empresas do grupo:</b>		
Sonae Investments, B.V. (Nota 8)	-	32.700
<b>Outros devedores:</b>		
MDS, SGPS, S.A. (Nota 8)	-	1.000
Fundo de Compensação do Trabalho	23	12
	<b>23</b>	<b>33.712</b>

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo em 31 de dezembro de 2022 vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, têm uma natureza de longo prazo, e o seu justo valor é similar ao seu valor contabilístico.

Não existiam ativos não correntes vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea j) da Nota 4.2.

### 3.5 Empréstimos obtidos de empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe de empréstimos obtidos de empresas do grupo era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Sontel, B.V.	452.790	104.487
Universo, GC, S.A. (ex - SFS, Gestão e Consultoria, S.A.)	149.407	43.073
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	83.937	134.003
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	37.128	36.285
Sonae Corporate, S.A.	5.206	13.055
Universo Sonae, S.A. (ex-Sonae FS, S.A.)	4.187	4.128
Arat Inmuebles, SAU	1.600	3.806
Sonae RE, S.A.	356	1.436
Zaask - Plataforma Digital, S.A.	-	517
	<b>734.611</b>	<b>340.790</b>

Os empréstimos obtidos de empresas do grupo vencem juros a taxas indexadas à Euribor.

### 3.6 Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe de outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Empresas do grupo		
Impostos - RETGS	38.234	40.220
Acionistas	122	117
Outros	399	177
	<b>38.755</b>	<b>40.514</b>

O montante registado na rubrica impostos – RETGS corresponde ao imposto a pagar apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, líquido de pagamentos por conta, de pagamentos adicionais por conta, de pagamentos especiais por conta e de retenções na fonte, do qual a Empresa é a sociedade dominante.

### 3.7 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Credores por acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	5.106	1.784
Remunerações a liquidar	2.155	2.209
Fornecimentos e serviços externos	1.913	1.284
Outros	969	416
	<b>10.143</b>	<b>5.693</b>

### 3.8 Imposto sobre o rendimento

#### Política contabilística

A partir do exercício de 2014 a Sonae constitui-se como sociedade dominante de um grupo de sociedades tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento a pagar nas suas contas individuais, por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Com exceção do exercício de 2017, em que apenas a sociedade dominante relevou contabilisticamente o montante correspondente aos prejuízos gerados pelo grupo, as sociedades que contribuem com prejuízos fiscais registam o montante de imposto a recuperar correspondente nas contas individuais igualmente por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando se verifique que o grupo possui expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como rendimento ou gasto do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O montante de imposto reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Empresa sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre o rendimento, ou outro tipo de impostos, com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento da Empresa, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Empresa trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão devolvidos à Empresa (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pela Empresa, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos

correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento da Empresa seja que os mesmos irão ser devolvidos acrescidos dos respetivos juros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Imposto sobre o rendimento ativo refere-se à estimativa de imposto do exercício deduzida dos pagamentos por conta, pagamentos adicionais por conta, pagamentos especiais por conta e retenções na fonte em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A rubrica Imposto de exercícios anteriores refere-se a imposto a recuperar relativo a exercícios anteriores, o qual não foi ainda reembolsado pela autoridade tributária.

### 3.8.1 Imposto reconhecido no exercício

O montante do imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Imposto estimado para o exercício	3.356	7.008
Imposto diferido	206	(15)
	<b>3.562</b>	<b>6.993</b>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como se segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Resultado antes de impostos	128.654	355.647
<b>Taxa teórica de 21%</b>	<b>27.017</b>	<b>74.686</b>
Resultados não tributados		
Dividendos não sujeitos a tributação	(36.649)	(14.845)
(Mais)/Menos valias não tributadas	(447)	(16.786)
(Reversão) /Perdas de imparidade	5.815	(49.310)
Benefícios Fiscais - Sífide	308	72
Excesso/insuficiência de estimativa de imposto	665	(904)
Tributação autónoma	35	67
Outros	(306)	27
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>(3.562)</b>	<b>(6.993)</b>

### 3.8.2 Ativos e passivos por impostos diferidos

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Prejuízos fiscais reportáveis	9.772	-	5.691	-
Imparidades/provisões não aceites fiscalmente	3.225	-	1.539	-
Benefícios fiscais	2.095	-	2.403	-
Direitos de uso	97	97	124	123
Outros	481	-	301	-
	<b>15.670</b>	<b>97</b>	<b>10.058</b>	<b>123</b>

O montante incluído em Benefícios fiscais encontra-se dependente da manutenção das unidades de participação no fundo tecnológico pelo período de 3 anos (4 anos em 2021).

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi como segue:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
<b>Saldo inicial</b>	<b>10.058</b>	<b>123</b>	<b>6.670</b>	<b>123</b>
<b>Efeito em resultados:</b>				
Benefícios Fiscais - Sífide	(308)	-	(72)	-
Pagamento baseado em ações	181	-	(15)	-
Contratos de locação	(27)	(26)	-	-
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	2	-	-	-
	<b>(152)</b>	<b>(26)</b>	<b>(87)</b>	<b>-</b>
<b>Efeito em outro rendimento integral:</b>				
Imposto diferido sobre o justo valor de investimentos financeiros	1.683	-	1.539	-
	<b>1.683</b>	<b>-</b>	<b>1.539</b>	<b>-</b>
<b>Outros efeitos</b>				
Registo/(reversão) de prejuízos fiscais decorrentes aplicação RETGS	4.081	-	1.936	-
	<b>4.081</b>	<b>-</b>	<b>1.936</b>	<b>-</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>15.670</b>	<b>97</b>	<b>10.058</b>	<b>123</b>



De acordo com a legislação fiscal portuguesa os prejuízos fiscais do Grupo Fiscal para os quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos reportáveis são como segue:

	País	31 dez 2022		31 dez 2021	
		Prejuízo fiscal	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2016	Portugal	18.122		24.949	2030
Gerados em 2018	Portugal	999		1.001	2025
Gerados em 2019	Portugal	1.143		1.148	2026
Gerados em 2021	Portugal	15.941		-	
Gerados em 2022	Portugal	10.328		-	
		<b>46.533</b>		<b>27.098</b>	

## 4. Instrumentos Financeiros

### 4.1 Gestão de Risco Financeiro

#### 4.1.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade da Empresa.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

#### 4.1.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma holding, não tendo qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias. Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o

período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Adicionalmente a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfólio (venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direção Financeira e de Tesouraria, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa seleção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de rating.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Holding.

### 4.1.3 Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2022, o total da dívida bruta era de 437 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2021 era de 492,6 milhões de euros (Nota 5.6), excluindo a dívida obtida junto de empresas do grupo.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de dezembro de 2022 a maturidade média da dívida da Sonae, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas do longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, era de aproximadamente 4,4 anos (em 31 de dezembro de 2021 era de 3,3 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os

seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A Sonae tem 461,5 milhões de euros de linhas de crédito contratadas (352 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021). A 31 de dezembro de 2022, o montante de empréstimos com vencimento em 2023 é de 49,0 milhões de euros (185,6 milhões de euros com vencimento em 2022 a 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente tendo em consideração os montantes utilizados em 31 de dezembro de 2022 encontram-se disponíveis 244,0 milhões de euros (a 31 de dezembro de 2021 tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 117 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos dos seus investimentos, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes. A maturidade dos instrumentos financeiros encontra-se detalhada na Nota 5.6. Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2022 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa e investimentos correntes conforme descrito na nota 5.8.

A Sonae considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos e investimentos de curto prazo.

### 4.1.4 Risco de taxa de juro

#### 4.1.4.1 Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A maior parte da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos indexados a taxas variáveis às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios, os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base:

o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto;

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;

- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 4.1.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- A determinação do justo valor das operações de cobertura teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de “Black-Scholes” e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado, construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes;

- Todas as transações deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

#### 4.1.4.2 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os ganhos e perdas em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas

de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);

- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 100 pontos base superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae (contas separadas) em 31 de dezembro de 2022 seria inferior em cerca de 6,8 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2021 seria inferior em cerca de 6,1 milhões de euros).

#### 4.1.5 Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de transação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

#### 4.1.6 Risco de preço e mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a Empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 2.

#### 4.1.7 Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades de gestão de portfólio, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

### 4.2 Instrumentos Financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.3.

#### (a) Ativos financeiros

##### Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

##### Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, o que deverá ser pouco frequente, tendo de ser significativo para a operação da Sociedade e demonstrável perante terceiros, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

##### Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

### Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

As perdas de imparidade calculadas para Ativos financeiros ao custo amortizado são registadas na demonstração dos resultados na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade” quando estimadas. Quando seja estimado que as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores já não existem ou diminuíram, a reversão de imparidade é registada na rubrica “Provisões e perdas de imparidade”.

### Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

### (b) Empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na nota 4.2 a).

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

### (c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses, desde a sua data de emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica do passivo corrente Empréstimos.

### (d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

### (e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2022, a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### (f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de “Gastos e perdas financeiras” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 1.4. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sob a forma de papel comercial são classificados como não correntes, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

### (g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial. As dívidas são classificadas como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de Fornecedores serão classificadas como passivos não correntes.

### (h) Instrumentos financeiros derivados

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- i) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- ii) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e

iii) o rácio de cobertura designado pela Sonae, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

A eficácia da cobertura é avaliada com base nos critérios críticos (montante, taxa de juro, datas de liquidação de juros, divisa e data de vencimento) do item coberto e do instrumento de cobertura que tendem a ser semelhantes. Isso resulta em uma taxa de hedge próxima a 100%. Mudanças nos critérios críticos do hedge e do item coberto serão continuamente monitoradas. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Em situações específicas, a Empresa pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a Empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração dos resultados.

### (i) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

### (j) Imparidade de ativos financeiros

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

### 4.3 Classes de instrumentos financeiros

As categorias dos instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 4.2, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram classificadas como segue:

31 dez 2022	Notas	Ativos / passivos a custo amortizado	Ativos / passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos / passivos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos / passivos não financeiros	Total
Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados		-	-	11.218	-	11.218
Outros ativos não correntes	3.4	-	-	-	23	23
<b>Ativos não correntes</b>		-	-	<b>11.218</b>	<b>23</b>	<b>11.241</b>
Clientes	3.1	1.723	-	-	-	1.723
Outras dívidas de terceiros	3.2	445.775	-	-	-	445.775
Outros ativos correntes	3.3	3.483	-	-	607	4.090
Caixa e equivalentes de caixa		3.690	-	-	-	3.690
<b>Ativos correntes</b>		<b>454.671</b>	-	-	<b>607</b>	<b>455.278</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>454.671</b>	-	<b>11.218</b>	<b>630</b>	<b>466.519</b>
Empréstimos obrigacionistas	5.6	32.830	-	-	-	32.830
Empréstimos bancários	5.6	354.891	-	-	-	354.891
<b>Passivos não correntes</b>		<b>387.721</b>	-	-	-	<b>387.721</b>
Empréstimos obrigacionistas	5.6	4.000	-	-	-	4.000
Empréstimos bancários	5.6	45.000	-	-	-	45.000
Fornecedores		1.446	-	-	-	1.446
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	3.5	734.611	-	-	-	734.611
Outras dívidas a terceiros	3.6	38.755	-	-	-	38.755
Outros passivos correntes	3.7	-	-	-	10.143	10.143
<b>Passivos correntes</b>		<b>823.812</b>	-	-	<b>10.143</b>	<b>833.955</b>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>1.211.533</b>	-	-	<b>10.143</b>	<b>1.221.676</b>

31 dez 2021	Notas	Ativos / passivos a custo amortizado	Ativos / passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos / passivos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos / passivos não financeiros	Total
Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados		-	-	3.000	-	3.000
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.2.1	-	129.580	-	-	129.580
Outros ativos não correntes	3.4	33.700	-	-	12	33.712
<b>Ativos não correntes</b>		<b>33.700</b>	<b>129.580</b>	<b>3.000</b>	<b>12</b>	<b>166.292</b>
Clientes	3.1	1.437	-	-	-	1.437
Outras dívidas de terceiros	3.2	174.470	-	-	-	174.470
Outros ativos correntes	3.3	1.963	-	-	736	2.699
Caixa e equivalentes de caixa		26.240	-	-	-	26.240
<b>Ativos correntes</b>		<b>204.110</b>	-	-	<b>736</b>	<b>204.846</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>237.810</b>	<b>129.580</b>	<b>3.000</b>	<b>748</b>	<b>371.138</b>
Empréstimos obrigacionistas	5.6	11.930	-	-	-	11.930
Empréstimos bancários	5.6	294.824	-	-	-	294.824
<b>Passivos não correntes</b>		<b>306.754</b>	-	-	-	<b>306.754</b>
Empréstimos obrigacionistas	5.6	8.000	-	-	-	8.000
Empréstimos bancários	5.6	177.600	-	-	-	177.600
Fornecedores		1.466	-	-	-	1.466
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	3.5	340.790	-	-	-	340.790
Outras dívidas a terceiros	3.6	40.514	-	-	-	40.514
Outros passivos correntes	3.7	-	-	-	5.693	5.693
<b>Passivos correntes</b>		<b>568.370</b>	-	-	<b>5.693</b>	<b>574.063</b>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>875.124</b>	-	-	<b>5.693</b>	<b>880.817</b>

## 5. Estrutura de capital

### 5.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o capital social está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e as suas subsidiárias detinham 54,66% das ações representativas do capital social da Sociedade.

### 5.2 Ações próprias

A Sonae SGPS, S.A. e o Banco BPI, SA acordaram na aquisição, em transação realizada fora do mercado regulamentado, do portfólio de ações Sonae detidos pelo BPI, totalizando 85.146.422 ações, pelo preço unitário de 0,8955€, nos termos autorizados pela deliberação da Assembleia Geral de Acionistas tomada na reunião realizada no dia 30 de abril de 2021.

Após esta operação a Sonae SGPS, S.A. passou a deter 85.146.422 ações próprias, correspondentes de 4,26% do respetivo capital social.

No decorrer do exercício de 2022, foram alienadas 5.411.664 ações próprias terminando o ano de 2022 com 79.734.758 ações próprias.

### 5.3 Reservas legais

A legislação comercial portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “reserva legal” até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### 5.4 Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Reservas livres	1.501.099	1.249.279
Reservas indisponíveis relativas a ações próprias	71.402	76.249
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	2.413	1.467
Justo valor das ações NOS (Nota 2.2.1)	(11.099)	(5.301)
	<b>1.563.815</b>	<b>1.321.694</b>

Os movimentos ocorridos em 2022 e em 2021 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes do justo valor através do outro rendimento integral ou resultados, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos ou liquidados, 11.100 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 (27.816 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sonae detinha 79.734.758 ações próprias (85.146.422 ações a 31 de dezembro de 2021) representativas de 3,99% (4,26% a 31 de dezembro de 2021) do seu capital social, a um preço de 0,8955 euros.

De acordo com a legislação a empresa deve manter como indisponível uma reserva no valor 71.402 milhares de euros (76.249 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021) relativo às ações próprias enquanto as detiver.

As reservas de responsabilidade por pagamentos baseados em ações refletem o justo valor à data da atribuição dos planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de ações.

### 5.5 Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	132.216	362.640
<b>Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>132.216</b>	<b>362.640</b>
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.918.582.232	1.978.071.880
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido	2.710.081	2.505.033
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	84.559	(447.771)
<b>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>1.921.376.873</b>	<b>1.980.129.142</b>
<b>Resultado por ação</b>		
Básico	0,06891	0,18333
Diluído	0,06881	0,18314



## 5.6 Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Empréstimos bancários</b>				
Sonae SGPS - papel comercial	45.000	-	147.600	270.000
Sonae, SGPS, SA - papel comercial ESG-Linked	-	300.000	-	-
Sonae SGPS, SA 2016/2029	-	30.000	30.000	-
Sonae SGPS, SA 2020/2025	-	25.000	-	25.000
	<b>45.000</b>	<b>355.000</b>	<b>177.600</b>	<b>295.000</b>
Custos de montagem de financiamentos	-	(109)	-	(176)
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>45.000</b>	<b>354.891</b>	<b>177.600</b>	<b>294.824</b>

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Empréstimos por obrigações</b>				
Obrigações ESG Sonae SGPS, 2020/2025	4.000	8.000	8.000	12.000
Obrigações Sonae SGPS /2022/2027	-	25.000	-	-
Custos de montagem de financiamentos	-	(170)	-	(70)
<b>Empréstimos por obrigações</b>	<b>4.000</b>	<b>32.830</b>	<b>8.000</b>	<b>11.930</b>

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. A maioria dos empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

## Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe da maturidade dos empréstimos contraídos era o seguinte:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	49.000	8.462	185.600	4.304
N+2	16.500	6.999	99.000	2.274
N+3	16.500	8.757	101.500	1.826
N+4	120.000	8.335	31.500	1.085
N+5	150.000	6.953	75.000	307
Após N+5	85.000	5.993	-	-
	<b>437.000</b>	<b>45.498</b>	<b>492.600</b>	<b>9.796</b>

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento em 31 de dezembro de 2022.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis e que, à data do presente reporte, se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, para além dos montantes referidos na rubrica caixa e equivalentes de caixa (Nota 4.3), a Sonae mantinha 244 milhões de euros disponíveis para fazer face às suas necessidades de tesouraria, conforme se segue:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montante de linhas contratadas	194.000	267.500	157.000	195.000
Montante de linhas disponíveis	149.000	95.000	62.000	55.000
	<b>343.000</b>	<b>362.500</b>	<b>219.000</b>	<b>250.000</b>

A taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2022 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários utilizados era, em média, 2% (0,79% em 31 de dezembro de 2021).

## 5.7 Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como se segue:

	Empréstimos obtidos	Empresas do grupo
<b>Saldo 1 de janeiro de 2021</b>	<b>822.865</b>	<b>270.992</b>
Pagamentos de empréstimos obrigacionistas	(260.000)	-
Recebimentos de empréstimos bancários	2.154.948	-
Pagamentos de empréstimos bancários	(2.225.213)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	3.136.038
Pagamentos de empréstimos de partes relacionadas	-	(3.066.239)
<b>Saldo 1 janeiro de 2022</b>	<b>492.600</b>	<b>340.791</b>
Recebimentos de empréstimos obrigacionistas	25.000	-
Pagamentos de empréstimos obrigacionistas	(8.000)	-
Recebimentos de empréstimos bancários	2.461.440	-
Pagamentos de empréstimos bancários	(2.534.040)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	4.083.762
Pagamentos de empréstimos de partes relacionadas	-	(3.689.941)
<b>Saldo 31 de dezembro de 2022</b>	<b>437.000</b>	<b>734.612</b>

## 5.8 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Numerário	5	3
Depósitos bancários	3.685	26.237
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira</b>	<b>3.690</b>	<b>26.240</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>3.690</b>	<b>26.240</b>

## 5.9 Ganhos ou perdas financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Juros suportados:</b>		
Relativos a outros empréstimos obtidos	(8.103)	(2.879)
Relativos a empréstimos bancários	(2.564)	(3.810)
Encargos com emissão de dívida	(2.239)	(5.085)
Relativos a obrigações não convertíveis	(327)	(2.371)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(151)	-
Juros de contratos de locação	(4)	(6)
Outros gastos e perdas financeiras	(239)	(614)
<b>Gastos e perdas financeiras</b>	<b>(13.627)</b>	<b>(14.765)</b>
<b>Rendimentos e ganhos</b>		
Juros obtidos (Nota 8)	5.344	2.338
Outros	1	-
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>	<b>5.345</b>	<b>2.338</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(8.282)</b>	<b>(12.427)</b>

## 6. Atividade operacional

### 6.1 Prestações de serviços

#### Política contabilística

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes de débitos de fees de gestão às empresas do grupo. O rédito é reconhecido líquido de imposto sobre o valor acrescentado.

Os serviços prestados no exercício de 2022 no montante de 6,7 milhões de euros (6,6 milhões de euros a 31 de dezembro de 2021) correspondem a serviços partilhados e fee's relativos a marcas prestados às empresas do grupo.

## 6.2 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Trabalhos especializados	7.427	14.480
Outros fornecimentos e serviços	1.915	1.496
	<b>9.342</b>	<b>15.976</b>

O valor registado em trabalhos especializados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, diz essencialmente respeito a serviços partilhados prestados por subsidiárias e a consultoria prestada por entidades externas. O decréscimo da rubrica refere-se a serviços de consultoria financeira prestados em 2021 por entidades externas no presente exercício, no valor de 6,5 milhões de euros, para apoiar o Grupo na tomada de decisão da venda de 24,99% da MCRETAIL, SGPS, S.A. (anteriormente denominada Sonae MC, SGPS, S.A.).

Os montantes registados em outros fornecimentos e serviços em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam essencialmente a gastos com fianças prestadas pela empresa mãe (Efanor Investimentos, SGPS, S.E.), seguros e deslocações e estadas.

## 6.3 Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe dos gastos com o pessoal era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Remunerações	7.997	6.252
Encargos sobre remunerações	1.058	1.063
Outros gastos com o pessoal	885	1.034
	<b>9.940</b>	<b>8.349</b>

## 6.4 Responsabilidade por pagamento baseado em ações

### Política contabilística

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano).

A liquidação dos planos é efetuada através da entrega de ações da Empresa, tendo esta a opção de liquidar os planos em dinheiro, e sendo o valor de cada plano determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecido

durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de gastos com o pessoal, linearmente ao longo do período de vencimento da responsabilidade.

A Sonae concedeu em 2022 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade e conforme política descrita anteriormente, prémios de desempenho diferido sob a forma de ações, a adquirir com desconto, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		31 dez 2022		31 dez 2021	
	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Nº de ações	Número de participantes	Nº de ações
Plano 2018	2019	2022			6	745.692
Plano 2019	2020	2023	6	954.227	6	954.227
Plano 2020	2021	2024	5	805.114	5	805.114
Plano 2021	2022	2025	6	950.740		

O justo valor das ações atribuídas decorrente dos planos em aberto pode ser resumido como segue:

	Data de atribuição	Data de vencimento	À data da atribuição 22	À data da atribuição 21	31 dez 2022	31 dez 2021
Plano 2018	2019	2022	-	467.549	-	747.929
Plano 2019	2020	2023	598.300	742.866	631.221	957.090
Plano 2020	2021	2024	626.781	629.599	807.529	807.529
Plano 2021	2022	2025	969.755	-	888.942	-

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Saldo a 31 de dezembro de 2021	2.505.033	2.113.898
Movimento do exercício:		
Atribuídas	950.740	854.208
Vencidas	(821.598)	(654.240)
Cancelados / Extintos / Ajustados	75.906	191.167
Saldo a 31 de dezembro de 2022	2.710.081	2.505.033

	31 dez 2022	31 dez 2021
Valor registrado em gastos com pessoal do exercício	1.786	668
Valor registrado em gastos com pessoal em exercícios anteriores	627	799
	2.413	1.467

## 7. Passivos contingentes

### Política contabilística

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
<b>Garantias prestadas:</b>		
por processos fiscais em curso	184.288	198.778
por processos judiciais em curso	71	71
Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a)	350.065	345.265

a) Fianças prestadas à Administração Tributária a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais. Os principais processos para os quais tais fianças foram prestadas encontram-se divulgados a nível das demonstrações financeiras consolidadas.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias prestadas a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas

coletivas referente aos exercícios de 2007 a 2017. Relativamente a estas garantias, o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi constituída provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

## 8. Entidades relacionadas

### Políticas contabilísticas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os rendimentos ou gastos decorrentes destas transações.

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:

	Empresa-Mãe		Empresas subsidiárias		Empresas associadas	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Vendas e prestação de serviços (Nota 6.1)	-	-	6.619	6.406	-	-
Outros rendimentos	1	2	1.699	1.515	1	3
Fornecimentos e serviços externos	(480)	(480)	(2.739)	(2.506)	(44)	-
Dividendos recebidos	-	-	162.529	60.128	11.988	-
Rendimentos e ganhos financeiros (Nota 5.9)	-	-	5.344	2.332	-	-
Gastos e perdas financeiras (Nota 5.9)	(114)	-	(7.989)	(2.879)	-	-
Aquisição de investimentos financeiros / aumentos de capital (Nota 2.1)	-	-	112.989	105.659	9.644	-
Alienação de investimentos financeiros (Nota 2.1)	-	-	(6.063)	(973)	-	-
Alienação de ações próprias (Nota 5.2)	-	-	(4.033)	-	-	-

	Empresas conjuntamente controladas		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Vendas e prestação de serviços (Nota 6.1)	9	82	50	100
Outros rendimentos	-	6	27	43
Fornecimentos e serviços externos	(141)	(223)	(50)	(13)
Dividendos recebidos	-	10.564	-	-
Aquisição de investimentos financeiros / aumentos de capital (Nota 2.1)	-	1.790	-	-

	Empresa-Mãe		Empreendimentos conjuntos		Empresas associadas	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Contas a receber (Notas 3.1, 3.2 e 3.3)	2	2	27.600	41.498	-	353
Contas a pagar (Notas 3.6, 3.7 e 3.8)	553	461	43.035	41.724	383	727
Empréstimos concedidos (Nota 3.1)	-	-	422.422	168.220	-	-
Empréstimos obtidos (Nota 3.4 e 3.5)	-	-	734.611	340.790	-	-

	Empresas conjuntamente controladas		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2022	31 dez 2021	31 dez 2022	31 dez 2021
Contas a receber (Notas 3.1, 3.2 e 3.3)	2	1.061	96	153
Contas a pagar (Notas 3.6, 3.7 e 3.8)	-	61	28	4

Consideram-se “outras partes relacionadas” todas as subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas da Efanor Investimentos, SGPS, S.E., nomeadamente: as empresas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. (o qual inclui, entre outras, as sociedades pertencentes aos subgrupos dominados pela MC, SGPS, S.A., Sonae Holdings, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e pela Sonaecom, SGPS, S.A.); as empresas do grupo Sonae Indústria, Sonae Capital e SC Industrials. Os membros do Conselho de Administração são também considerados partes relacionadas.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração atribuída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 tem a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Benefícios a curto prazo	2.522	1.813
Benefícios com base em ações	837	588
	3.358	2.401

Em 2022 e 2021 não foram concedidos empréstimos a Administradores da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

Todas as transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

## 9. Dividendos

Relativamente ao exercício de 2022, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0537 euros por ação, o valor total de dividendos a pagar será de 107.400 milhares de euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

No exercício de 2021 foi deliberado a distribuição de dividendos no montante de 102.200 milhares de euros. Desse montante, 98.103 milhares de euros foram pagos aos acionistas e 4.097 milhares de euros, respeitantes à quota parte das ações próprias, contabilizados em “Reservas Livres”.

## 10. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de abril de 2023. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

## 11. Cumprimento de disposições legais

Decreto-Lei n.º 318/94 art.º 5.º n.º 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Arat Inmuebles, SAU

Fashion Division, S.A.

Halfdozen Real Estate, S.A.

Iservices, Lda.

Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.

Universo, IME, SA

Universo, GC, S.A.

Sonae Corporate, S.A.

Sparkfood, S.A.

Universo Sonae, S.A.

Sonae Holdings, S.A.

Sonae RE, S.A.

Sontel, B.V.

Wad Lab, SA

Worten - Equipamentos para o Lar, SA

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos a receber relativamente as estas operações são como segue:

	Saldo final
Sonae Holdings, SA	260.929
Fashion Division, SA	138.815
Universo, IME, SA	11.989
Sparkfood, S.A. (ex - Sonae Food4Futures, SA)	9.937
Iservices, Lda.	340
Halfdozen Real Estate, SA	305
Wad Lab, S.A.	107
	<b>422.422</b>

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos a pagar relativamente as estas operações são como segue:

	Saldo final
Sontel, B.V.	452.790
Universo, GC, S.A. (ex - SFS, Gestão e Consultoria, S.A.)	149.407
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	83.937
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	37.128
Sonae Corporate, S.A.	5.206
Universo Sonae, S.A. (ex-Sonae FS, S.A.)	4.187
Arat Inmuebles, SAU	1.600
Sonae RE, S.A.	356
	<b>734.611</b>

### Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2022 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram de 86.249 euros relativos a auditoria e 500 euros relativos a outros serviços.

Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

José Manuel Neves Adelino

Margaret Lorraine Trainer

Marcelo Faria de Lima

Carlos António Rocha Moreira da Silva

Maria Fuencisla Clemares Sempere

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

Certificações Legais  
das Contas e Relatórios  
de Auditoria



**Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria**

**Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 8.047.091 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.320.400 milhares de euros, incluindo o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe de 341.554 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
 Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal  
 Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 459, www.pwc.pt  
 Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMV/M sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros de PricewaterhouseCoopers International Limited, uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Praça do Município, Rua Sousa Leiteira, 1 - 2º, 1050-211 Lisboa, Portugal

**Matérias relevantes de auditoria**

**Síntese da abordagem de auditoria**

**Tratamento contabilístico de transações significativas e não usuais (NOS)**

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas pelo Grupo as seguintes transações significativas e não usuais relativamente ao interesse detido no empreendimento conjunto, ZOPT, SGPS, SA (ZOPT) e à participação direta na NOS, SGPS, SA (NOS):

i) No terceiro trimestre de 2022, a subsidiária Sonaeom, SGPS, SA procedeu à resolução do acordo parassocial com a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited, que estabelecia o controlo conjunto sobre a ZOPT, que por sua vez detinha 52,15% das ações representativas do capital social da NOS. Em setembro de 2022, com vista à partilha proporcional dos ativos da ZOPT, foi deliberada uma operação de amortização das ações e restituição das prestações acessórias detidas pela referida subsidiária na ZOPT, por contrapartida da transmissão de ações representativas de 26,07% do capital social da NOS e de outros meios monetários líquidos. Por este motivo, a Sonaeom, SGPS, SA deixou de deter controlo conjunto por via indireta e passou a exercer influência significativa diretamente sobre a NOS.

ii) Durante o exercício e até à data da operação referida na alínea anterior, a Sonae SGPS, SA reforçou a participação direta na NOS e passou a deter 10,78% das ações representativas do seu capital (31 de dezembro de 2021: 7,38%), classificada como Ativo Financeiro ao Justo Valor através de Rendimento Integral. Naquela data, esta participação direta foi revalorizada ao justo valor por outro rendimento integral.

O Grupo considera que não exerce controlo efetivo, mas apenas influência significativa sobre a NOS, quer na data da operação (através da detenção de 36,85% das ações

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) a obtenção e análise da documentação suporte da resolução do acordo parassocial que sustentava o controlo conjunto do grupo na ZOPT e da deliberação das operações de amortização das ações detidas na ZOPT e restituição das prestações acessórias; ii) a revisão da adequação do tratamento contabilístico associado à amortização das ações da ZOPT por contrapartida das ações da NOS anteriormente detidas por aquele empreendimento conjunto, tendo em consideração o caráter meramente instrumental deste último; iii) a revisão da adequação do tratamento contabilístico das diferenças cambiais acumuladas em Outro Rendimento Integral relativas à ZOPT, decorrentes das operações da NOS em países com moeda funcional diferente do Euro; iv) a verificação dos movimentos financeiros da operação; e v) teste à remensuração ao justo valor do interesse detido diretamente na NOS e classificado como Ativo Financeiro ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral até à data da operação (30 de setembro de 2022).

Considerando a percentagem global de 36,85% detida pelo Grupo após a referida operação (participação direta e indireta de 10,78% e 26,07%, respetivamente) e 37,37% a 31 de dezembro de 2022 (participação direta e indireta de 11,30% e 26,07%, respetivamente), a dispersão de capital e a inexistência de algum acionista com maioria dos direitos de voto na participada, analisámos eventuais indícios de poder e capacidade de exercer controlo sobre a NOS (controlo de facto). Os nossos procedimentos incluíram: i) o inquérito à Gestão sobre a existência de outros acordos estabelecidos com acionistas minoritários da NOS em vigor a esta data, ou direitos de voto potenciais decorrentes de outros acordos contratuais; ii) a revisão dos estatutos da NOS,

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria  
 31 de dezembro de 2022

Sonae, SGPS, S.A.  
 PWC 2 de 13



<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>representativas do seu capital social), quer em 31 de dezembro de 2022 (37,37%) pelo que classificou a globalidade da participação em Investimentos em Empreendimentos Conjuntos e Associadas, mensurada pelo método de equivalência patrimonial.</p> <p>O tratamento contabilístico da operação acima descrita foi considerado uma matéria relevante de auditoria, tendo em consideração a complexidade da mensuração da participação, a relevância dos impactos nas demonstrações financeiras consolidadas e os julgamentos por parte da gestão associados à avaliação do controlo sobre a NOS.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 1.2, 3.2.1, 3.2.3, 3.2.4 e 3.4.2 das demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>no tocante a maiorias exigidas nas decisões tomadas em assembleia geral; e iii) a análise do nível de presenças de acionistas com direitos de voto nas assembleias gerais da NOS desde 2013.</p> <p>Analísamos, ainda, as divulgações relativas a estas matérias nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<p><b>Mensuração do investimento na associada, NOS</b></p> <p>A rubrica de Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas inclui um interesse mensurado pelo método de equivalência patrimonial no valor de 854,2 milhões de euros na associada, NOS, SGPS, SA (NOS), que, por sua vez, é detentora de participações nas entidades Angolanas Finstar e ZAP Media (consolidado Finstar) e na Moçambicana, MSTAR, no valor de cerca de 100 milhões de euros. Relativamente à Finstar, as participações sociais representativas de 70% do seu capital, detidas pelo outro acionista, encontram-se arrestadas.</p> <p>Como preconizado na IAS 36, são efetuados testes de imparidade aos referidos investimentos sempre que existam indícios de imparidade. O valor recuperável determinado para efeitos de aferição da existência ou não de imparidade para o investimento na NOS, SGPS, SA é baseado nos planos de negócio aprovados pela Gestão da participada.</p>	<p>Sendo as demonstrações financeiras da associada auditadas por outro auditor: i) enviamos instruções de auditoria; ii) interagimos com o respetivo auditor; iii) avaliamos a estratégia e o plano de auditoria, assim como os procedimentos realizados para as rubricas significativas e as conclusões obtidas; iv) analisamos igualmente a correta aplicação do método de equivalência patrimonial; e v) obtivemos as referidas demonstrações financeiras e a certificação legal das contas.</p> <p>Relativamente ao valor recuperável da associada, NOS e aos factos que envolveram as participadas Finstar e ZAP Media, foram realizados os seguintes procedimentos de auditoria: i) a avaliação dos impactos do arresto da participação na Finstar na mensuração do interesse nas entidades angolanas incluído na quantia escriturada da NOS e da razoabilidade dos pressupostos inerentes à referida mensuração; e ii) a obtenção e revisão do teste de imparidade da referida associada.</p>
<p>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 31 de dezembro de 2022</p>	<p>Sonae, SGPS, S.A. PwC 3 de 13</p>

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>Dada a subjetividade inerente ao modelo de avaliação e incerteza de estimação associada aos pressupostos utilizados na determinação do valor recuperável da associada, consideramos a determinação da quantia recuperável do referido ativo uma matéria relevante de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 3.2.1, 3.2.2.2, 3.2.3.2 e 3.2.4 das demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria ao teste de imparidade da associada, envolvendo peritos internos, sempre que considerado relevante, incluíram, entre outros: i) a avaliação dos modelos utilizados para determinação do valor recuperável e conformidade com o normativo contabilístico aplicável; ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados nas previsões efetuadas, atendendo às condições de mercado, e à acuidade histórica na elaboração de previsões e orçamentos; iii) a reexecução dos cálculos do modelo; e iv) a realização de análises de sensibilidade aos pressupostos mais significativos do modelo.</p> <p>Analísamos, ainda, as divulgações relativas às associadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<p><b>Imparidade de goodwill, ativos fixos tangíveis, intangíveis e sob direitos de uso</b></p> <p>A demonstração consolidada da posição financeira inclui goodwill no valor de 663,5 milhões de euros, assim como ativos fixos tangíveis e intangíveis no valor de 1.705,7 milhões de euros e 491,8 milhões de euros, respetivamente, incluindo ativos intangíveis sem vida útil definida no valor de 188,3 milhões de euros, e ativos sob direitos de uso no valor de 1.027,8 milhões de euros.</p> <p>O goodwill e os ativos intangíveis sem vida útil definida (marcas) não são amortizados, sendo testados anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade. No caso dos ativos fixos tangíveis, restantes ativos intangíveis e ativos sob direitos de uso, são efetuados testes de imparidade sempre que existam indícios de imparidade, ou sempre que haja goodwill alocado.</p> <p>A determinação da quantia recuperável dos referidos ativos, efetuada através da metodologia dos fluxos de caixa descontados,</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, quando aplicável: i) a avaliação dos critérios para determinação das unidades geradoras de caixa dos modelos de avaliação utilizados nos testes de imparidade; ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto, taxas de crescimento e taxas de royalties, no tocante às marcas; iii) a reexecução dos cálculos dos modelos; iv) a análise de cenários e sensibilidade das variáveis mais relevantes; e v) a comparação da quantia recuperável obtida com a quantia escriturada dos referidos ativos, quando aplicável, assim como a apreciação da razoabilidade das perdas por imparidade registadas.</p> <p>Relativamente aos ativos imobiliários, os procedimentos de auditoria sobre esta matéria relevante incluíram, entre outros: i) a obtenção das avaliações externas; ii) avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na</p>
<p>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 31 de dezembro de 2022</p>	<p>Sonae, SGPS, S.A. PwC 4 de 13</p>

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta a materialidade das referidas rubricas, o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas das perdas por imparidade registadas no valor de 65,9 milhões de euros, o elevado grau de subjetividade e incerteza no apuramento do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados no plano estratégico dos referidos negócios. Para a maioria dos seus ativos imobiliários, o Grupo determina o respetivo justo valor através de avaliações de peritos externos, tendo a avaliação do justo valor destes ativos sido igualmente considerada uma matéria relevante de auditoria pelo facto de não existir um mercado ativo, e existir alguma incerteza na determinação do respetivo valor.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 3.1, 3.8, 3.9, 3.10 e 3.12 às demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>quantificação do justo valor dos referidos ativos imobiliários, nomeadamente rendas e <i>yield</i>s utilizados e comparação com o ano anterior, recorrendo, nomeadamente, aos nossos peritos internos; e iii) a verificação da adequabilidade do uso dos referidos critérios na determinação da quantia recuperável para fins das demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Analisámos, ainda, as divulgações relativas a estes testes de imparidade.</p>
<p><b>Mensuração de propriedades de investimento a justo valor</b></p> <p>O grupo detém propriedades de investimento, no valor de 342,6 milhões de euros, assim como um conjunto significativo de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas detidos através da subsidiária, Sonae Sierra, no valor de 109,5 milhões de euros e 584,4 milhões de euros, respetivamente, que detém direta ou indiretamente propriedades de investimento.</p> <p>As referidas propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor determinado por avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes. Por sua vez, o valor de realização dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas é calculado por referência ao preço estimado de venda tomando por base a valorização a justo valor das propriedades de investimento detidas direta ou indiretamente, igualmente determinado</p>	<p>As propriedades de investimento apresentadas na demonstração consolidada da posição financeira respeitam à subsidiária, Sonae Sierra, cujas demonstrações financeiras consolidadas são auditadas por outro auditor. Enviámos instruções de auditoria, interagimos com o respetivo auditor e revimos os papéis de trabalho dos auditores da Sonae Sierra, com enfoque nos procedimentos efetuados e conclusões relativamente à mensuração das propriedades de investimento a 31 de dezembro de 2022, nomeadamente quanto à avaliação da competência técnica dos avaliadores e requisitos de independência, tendo verificado a obtenção da confirmação escrita sobre este facto. Obtivemos ainda a certificação legal das contas e as respetivas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>por avaliações realizadas por entidades especializadas ou internamente pela Sonae Sierra no caso dos ativos localizados no Brasil, detidas pela associada Aliancee Sonae Shopping Centers, SA, cujo contributo nas demonstrações financeiras consolidadas asoende a 128,1 milhões de euros.</p> <p>A determinação do justo valor tem por base a aplicação de metodologias de avaliação de propriedades que utilizam pressupostos relevantes, entre os quais a taxa de desoconto e a projeção futura da operação dos centros comerciais.</p> <p>A mensuração das propriedades de investimento a justo valor foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o elevado grau de julgamento e a complexidade associada à referida mensuração, pela incerteza em relação à sua realização futura.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 3.2.1, 3.2.3 e 3.11 às demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Adicionalmente, para uma amostra de propriedades de investimento, efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria: i) a obtenção das avaliações efetuadas por parte das entidades contratadas pelo grupo para o efeito e avaliações efetuadas internamente pela Sierra, relativamente a algumas propriedades localizadas no Brasil; ii) a análise dos principais pressupostos incluídos nas referidas avaliações, nomeadamente taxas de desoconto, <i>exit cap rates</i>, taxa de crescimento da receita, variação do rácio de resultado operacional sobre receita e as <i>yield</i>s implícitas na avaliação, com recurso a peritos internos; e iii) a validação da aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente aos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas.</p> <p>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<p><b>Ativos financeiros ao justo valor</b></p> <p>O Grupo detém instrumentos de capital não negociados em mercado organizado mensurados ao justo valor e classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, os quais se encontram registados em Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, no valor de 218,9 milhões de euros, e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, no valor de 41,3 milhões de euros. A variação de justo valor destes instrumentos representou um ganho na demonstração consolidada dos resultados de 17,5 milhões de euros registados na rubrica de Ganhos/Perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados.</p> <p>O Grupo detém ainda investimentos nas associadas, Armilar II, Armilar III e Armilar I+I no valor de 81,4 milhões de euros, as quais, sendo</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) a revisão dos dados das cotações de compra e venda usadas na valorização, se aplicável; ii) a avaliação das metodologias, dados e pressupostos utilizados pela gestão na determinação do justo valor dos referidos ativos financeiros; iii) relativamente aos instrumentos de capital de entidades objeto de transações recentes, a análise da respetiva documentação suporte e conciliação com o justo valor apurado por referência a 31 de dezembro de 2022; e iv) nos casos em que não houve tais transações, indagação da gestão sobre a existência de alterações significativas, factos e circunstâncias ocorridas desde a aquisição, no sentido de identificar eventuais indícios de necessidade de alteração da valorização, assim como análise, numa base de amostragem, da última informação</p>

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>entidades de investimento, têm as suas participações financeiras também valorizadas a justo valor, sendo as referidas associadas mensuradas nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo pelo método de equivalência patrimonial.</p> <p>A determinação do justo valor dos instrumentos de capital envolve a aplicação de metodologias de avaliação que utilizam pressupostos relevantes, e requer a aplicação de julgamentos significativos pela gestão.</p> <p>A mensuração dos ativos financeiros a justo valor classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o referido grau de julgamento e incerteza associada à sua mensuração.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 3.2 e 3.4 às demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>financeira disponível para avaliar o desempenho dos investimentos desde a aquisição e validar a respetiva valorização.</p> <p>No que respeita às associadas, Armilar II, Armilar III e Armilar I+I, sendo as demonstrações financeiras das associadas auditadas por outro auditor, enviamos instruções de auditoria, interagimos com o respetivo auditor e avaliamos os procedimentos efetuados e conclusões obtidas, com enfoque na determinação do valor das respetivas participações financeiras. Revimos igualmente a aplicação do método de equivalência patrimonial e obtivemos as demonstrações financeiras, bem como as respetivas certificações legais das contas.</p> <p>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<p><b>Litígios e contingências</b></p> <p>Os passivos contingentes divulgados pelo Grupo com referência a 31 de dezembro de 2022, incluem, entre outros, posições fiscais incertas em Portugal a serem alvo de análise por parte dos tribunais competentes, para os quais, à referida data, tinham sido prestadas garantias ou fianças no valor de 1.053,3 milhões de euros, parte das quais relativas a processos em tribunal relativos a liquidações adicionais de Imposto sobre o Valor Acrescentado (342,1 milhões de euros) e Imposto sobre o rendimento (184,3 milhões de euros). Encontram-se ainda em curso vários processos de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência no valor de 244,6 milhões de euros, assim como um outro processo de contraordenação instaurado pela mesma entidade sem decisão de condenação proferida à data de encerramento das contas.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria relativamente à avaliação de contingências e litígios fiscais, realizados com o apoio dos nossos peritos fiscais internos, incluíram entre outros: i) a obtenção de uma relação de processos fiscais em curso e respetiva avaliação da probabilidade de desfecho, preparada pelo departamento fiscal corporativo do grupo, a qual inclui as subsidiárias significativas do grupo; ii) a obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação dos processos a cargo dos consultores jurídicos externos, quando aplicável, tendo reunido com o consultor jurídico encarregue dos processos de contraordenação instaurados pela Autoridade da Concorrência, iii) para uma amostra de processos fiscais em curso, análise da referida documentação e avaliação das reclamações e contestações efetuadas pelo grupo, nos casos aplicáveis; iv) discussão dos pressupostos e argumentos que sustentam a posição da gestão relativamente a uma amostra</p>
<p>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 31 de dezembro de 2022</p>	<p>Sonae, SGPS, S.A. PwC 7 de 13</p>

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>A classificação dos litígios e contingências enquanto passivo contingente (apenas divulgados nas notas) ou provisão (em que existe uma obrigação presente e seja provável a saída de recursos), bem como a sua mensuração, foram considerados uma matéria relevante na nossa auditoria, tendo em conta a materialidade dos montantes associados, o elevado grau de julgamento por parte da gestão, o facto de se tratarem de processos de complexa avaliação e pela imprevisibilidade dos desfechos dos referidos processos, os quais dependem de potenciais desenvolvimentos futuros.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas na Nota 7.4 às demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>de processos fiscais; e v) a avaliação dos pressupostos assumidos pelo grupo na classificação da contingência.</p> <p>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<p><b>Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores</b></p> <p>O Grupo efetua um conjunto significativo de acordos com fornecedores que originam receitas comerciais. Tais receitas prendem-se com descontos de quantidade obtidos em função das compras efetuadas ou relativos à prestação de serviços em loja, tais como produtos em folheto ou topos, assim como comparticipação em campanhas promocionais de produtos de parceiros, indiretamente associados a processos de compra. Aquelas receitas configuram uma dedução ao preço de compra, pelo que contabilisticamente são deduzidas ao Custo das Vendas ou ao valor dos Inventários.</p> <p>O reconhecimento da receita relativa à componente serviço acima identificada depende do cumprimento da obrigação de desempenho acordada com o fornecedor, que requer uma análise detalhada dos termos contratuais, estando suportado em sistemas de informação específicos com tipologias definidas de receitas comerciais.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) a análise do desenho, implementação e avaliação dos controlos considerados relevantes na área de receitas comerciais (aprovação dos acordos com os fornecedores, sistemas de informação que suportam as referidas operações e os seus cálculos, interfaces de dados); ii) procedimentos analíticos, nomeadamente quanto a rácios de receita sobre compras e comparações com o ano anterior; iii) para uma amostra de receitas comerciais, a análise do seu suporte documental no sentido de verificar que estas se encontravam devidamente contratualizadas e acordadas com os respetivos fornecedores e validação da adequação do tratamento contabilístico dos referidos contratos; iv) o teste à alocação dos descontos obtidos e da receita comercial aos inventários a 31 de dezembro de 2022; v) a validação da correta especialização no final do período, nomeadamente através da análise de registos subsequentes efetuados em 2023; e vi) a confirmação externa de uma amostra de saldos de fornecedores e análise da respetiva reconciliação, quando aplicável.</p>
<p>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 31 de dezembro de 2022</p>	<p>Sonae, SGPS, S.A. PwC 8 de 13</p>

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>As receitas obtidas junto de fornecedores foram consideradas uma matéria relevante de auditoria tendo em consideração a sua materialidade, o volume das transações efetuadas e o facto de a alocação aos inventários na componente, serviço envolver processos manuais mais suscetíveis à ocorrência de erros.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 4.1 e 4.4 das demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<p><b>Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas</b></p> <p>O órgão de gestão é responsável pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;</li> <li>b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;</li> <li>c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;</li> <li>d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e</li> <li>e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.</li> </ul> <p>O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.</p>	
<p>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 31 de dezembro de 2022</p>	<p>Sonae, SGPS, S.A. PwC 9 de 13</p>

<p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas</b></p> <p>A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;</li> <li>b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;</li> <li>c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;</li> <li>d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;</li> <li>e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;</li> <li>f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;</li> </ul>	
<p>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 31 de dezembro de 2022</p>	<p>Sonae, SGPS, S.A. PwC 10 de 13</p>

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser peronecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

#### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

##### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

##### **Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)**

As demonstrações financeiras consolidadas da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a) a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

##### **Sobre a demonstração não financeira consolidada**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

##### **Sobre o relatório de remunerações**

Dando cumprimento ao artigo 28.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

##### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sonae, SGPS, SA pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao termo do mandato compreendido entre 2015 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2019 para o mandato compreendido entre 2019 e 2022.

- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 4 de abril de 2023.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

4 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, ROC nº 1076  
Registado na CMVM com o nº 20160888



**Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria**

**Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 5.247.435 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.024.962 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 132.216 milhares de euros), a demonstração separada dos resultados, a demonstração separada do outro rendimento integral, a demonstração separada das alterações no capital próprio e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 – piso 1, 4100-467 Porto, Portugal

Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros de PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: PricewaterhouseCoopers, Rua Souza Mendes, 1 - 2º, 1000-010 Lisboa, Portugal

**Matérias relevantes de auditoria**

**Síntese da abordagem de auditoria**

**Tratamento contabilístico de transações significativas e não usuais (NOS)**

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas as seguintes transações significativas e não usuais relativamente ao interesse no empreendimento conjunto, ZOFT, SGPS, SA (ZOPT) detido através da subsidiária, Sonaeacom, SGPS, SA e à participação direta na NOS, SGPS, SA (NOS):

i) No terceiro trimestre de 2022, a subsidiária Sonaeacom, SGPS, SA procedeu à resolução do acordo parassocial com a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited, que estabelecia o controlo conjunto sobre a ZOFT, que por sua vez detinha 52,15% das ações representativas do capital social da NOS. Em setembro de 2022, com vista à partilha proporcional dos ativos da ZOFT, foi deliberada uma operação de amortização das ações e restituição das prestações acessórias detidas pela referida subsidiária na ZOFT, por contrapartida da transmissão de ações, representativas de 26,07% do capital social da NOS e de outros meios monetários líquidos. Por este motivo, a Sonaeacom, SGPS, SA deixou de deter controlo conjunto por via indireta e passou a exercer influência significativa diretamente sobre a NOS.

ii) Durante o exercício e até à data da operação referida na alínea anterior, a Sonae SGPS, SA reforçou a participação direta na NOS e passou a deter 10,78% das ações representativas do seu capital (a 31 de dezembro de 2021: 7,38%), classificada como Ativo Financeiro ao Justo Valor através de Rendimento Integral. Naquela data, esta participação direta foi revalorizada ao justo valor por outro rendimento integral.

A Entidade considera que não exerce controlo efetivo, mas apenas influência significativa sobre a NOS, quer na data da operação (através da detenção direta e indireta de 36,85% das ações representativas do seu capital social), quer em 31 de dezembro de

Os nossos procedimentos de auditoria inoluíram, entre outros: i) a obtenção e análise da documentação suporte da resolução do acordo parassocial que sustentava o controlo conjunto do grupo na ZOFT e da deliberação das operações de amortização das ações detidas na ZOFT e restituição das prestações acessórias; e (ii) teste à remensuração ao justo valor do interesse detido diretamente na NOS e classificado como Ativo Financeiro ao Justo Valor através de Rendimento Integral até à data da operação (30 de setembro de 2022).

Considerando a percentagem global de 36,85% detida pelo Grupo após a referida operação (participação direta e indireta de 10,78% e 26,07%, respetivamente) e 37,37% a 31 de dezembro de 2022 (participação direta e indireta de 11,30% e 26,07%, respetivamente), a dispersão de capital e a inexistência de algum acionista com maioria dos direitos de voto na participada, analisámos eventuais indícios de poder e capacidade de exercer controlo sobre a NOS (controlo de facto). Os nossos procedimentos inoluíram: i) o inquérito à Gestão sobre a existência de outros acordos estabelecidos com acionistas minoritários da NOS em vigor a esta data, ou direitos de voto potenciais decorrentes de outros acordos contratuais; ii) a revisão dos estatutos da NOS, no tocante a maiorias exigidas nas decisões tomadas em assembleia geral; e iii) a análise do nível de presenças de acionistas com direitos de voto nas assembleias gerais da NOS desde 2013.

Analisámos, ainda, as divulgações relativas a estas matérias nas demonstrações financeiras consolidadas.

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>2022 (37,37%, incluindo a participação direta de 11,30%) pelo que classificou a participação em Investimentos em Associadas, mensurada ao custo de aquisição (<i>deemed cost</i> a 30 de setembro de 2022, acrescido das aquisições posteriores).</p> <p>O tratamento contabilístico da operação acima descrita foi considerado uma matéria relevante de auditoria, tendo em consideração os julgamentos por parte da gestão associados à avaliação do controlo sobre a NOS.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 1.1, 2.1, 2.2.1 e 5.4 das demonstrações financeiras separadas.</p>	
<p><b>Mensuração de Investimentos Financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas</b></p>	
<p>A Sonae, SGPS, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 4.748,9 milhões de euros, mensuradas a custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais são analisadas a cada data de relato no sentido de serem detetados indicadores de eventuais perdas por imparidade. São efetuados testes de imparidade às participações financeiras sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o ativo possa não ser recuperado, sendo estes baseados em modelos de fluxos de caixa descontados e avaliação de ativos imobiliários nas participadas detentoras deste tipo de ativos.</p> <p>A determinação do valor recuperável dos referidos investimentos foi considerada uma matéria relevante de auditoria tendo em conta os respetivos montantes nas demonstrações financeiras separadas (perdas por imparidade e reversão de perdas por imparidade no valor de 66,2 milhões de euros e 38,5 milhões de euros,</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a apreciação da existência ou não de indícios de imparidade nas participações financeiras e, a existirem: (i) a avaliação dos métodos utilizados para a quantificação da quantia recuperável dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos, quando aplicável, (ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes nos projeções de fluxos de caixa, em particular, taxas de desconto e taxas de crescimento; (iii) a avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos ativos imobiliários, no caso das participadas com ativos imobiliários, nomeadamente rendas e <i>yields</i> utilizados e comparação face ao ano anterior; (iv) a avaliação do impacto de eventuais passivos contingentes na quantificação do valor recuperável; (v) a análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes; e (vi) a comparação da quantia recuperável obtida com a quantia escriturada do investimento, quando aplicável, assim como a</p>
<p>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 31 de dezembro de 2022</p>	<p>Sonae, SGPS, S.A. PwC 3 de 7</p>

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>respetivamente), e porque requer um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor, assente na definição pela gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas incertas com impacto nas projeções de fluxos de caixa, na avaliação dos impactos de eventuais responsabilidades decorrentes de passivos contingentes com elevado fator de imprevisibilidade, assim como em diferenciais de justo valor de imóveis de algumas participadas com ativos imobiliários.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.1 e 2.4 das demonstrações financeiras separadas.</p>	<p>apreciação da razoabilidade das perdas e reversões por imparidade registadas.</p> <p>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras separadas.</p>
<p><b>Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras</b></p>	
<p>O órgão de gestão é responsável pela:</p>	
<p>a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;</p> <p>b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;</p> <p>c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;</p> <p>d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e</p> <p>e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.</p> <p>O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.</p>	
<p>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 31 de dezembro de 2022</p>	<p>Sonae, SGPS, S.A. PwC 4 de 7</p>



**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conhecer procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório sobre remunerações foi apresentado.

**Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

**Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do nº 1 do referido artigo.

**Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)**

As demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

**Sobre o relatório de remunerações**

Dando cumprimento ao artigo 28.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao termo do mandato compreendido entre 2015 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2019 para o mandato compreendido entre 2019 e 2022.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 4 de abril de 2023.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

4 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, ROC nº 1076  
Registado na CMVM com o nº 20160688

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sonae, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

### 1 – Relatório

#### 1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

#### 1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência e de acordo com o estabelecido no seu Regulamento, as linhas estratégicas e a política de risco aprovada pela gestão da sociedade e das suas participadas, com observância do processo descrito na Recomendação III.6 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (doravante “Código do IPCG”) as quais não lhe mereceram reparo, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração, designadamente da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua atividade de fiscalização e procedeu às interações

necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no seu Regulamento Interno.

O Conselho Fiscal verificou a eficácia do sistema de controlo interno, incluindo as suas funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, em conformidade com o descrito no Código do IPCG nas suas Recomendações VI.2 a VI.5 e VI.7, em conformidade e no âmbito da sua competência, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades, incluindo através do Canal de Denúncia Interna criado pela Sociedade, e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, aprovou, com carácter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

O Conselho Fiscal, através dos elementos que lhe foram disponibilizados regularmente ao longo do ano, tomou conhecimento e apreciou as apresentações das contas trimestrais, bem como os respetivos comunicados de resultados, que mereceram a sua concordância. Relativamente às contas anuais, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira através da informação regularmente disponibilizada pela Administração e pelos serviços corporativos da sociedade, bem como através dos trabalhos de auditoria realizados pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, visando assegurar a integridade do processo. Este acompanhamento incluiu a aprovação do plano de auditoria às contas, a apreciação e discussão da metodologia e abordagem ao processo de auditoria, a análise e discussão das apresentações preliminares e finais dos resultados da auditoria, a monitorização da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, a apreciação do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e a análise do Relatório de Auditoria e Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não inclui quaisquer ênfases ou reservas.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae, SGPS, S.A. e, neste ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços individual e consolidado, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e os correspondentes anexos, relativos ao exercício de 2022, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, de acordo com o disposto no art.º 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e nas alíneas a) e c) do n.º 2 do art.º 78.º do Estatuto da Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro.

O Conselho Fiscal, em cumprimento do art.º 29º-S n.º 1 do Código dos Valores Mobiliários e em observância da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, procedeu à apreciação de tais transações. No decurso do exercício, as transações com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadraram-se na atividade corrente da sociedade, foram realizadas em condições de mercado, cumprindo os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido identificada a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código do IPCG I.2.2, I.2.3, I.2.4, I.3.1, I.3.2, I.4.1, I.4.2, I.5.1, III.6 (com incidência na política de risco em conformidade e no âmbito da sua competência), VI.2, VI.3, VI.4, VI.5, VI.7, VII.1.1, VII.2.1, VII.2.2, VII.2.3.

Sendo um órgão que, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 3º da Lei 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, é integrado maioritariamente por membros independentes, um dos quais a Presidente, à luz dos critérios legais e todos profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções,

o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do Revisor Oficial de Contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou vinte e quatro reuniões, com uma taxa de comparência de cem por cento, tendo sido exaradas atas de todas as reuniões realizadas. De acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae, bem como manteve as adequadas interações com o departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo analisado que o mesmo contém os elementos referidos no art.º 29º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

## 2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) Relatório de Gestão.
- b) As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

## 3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, n.º 1, alínea a) do Regulamento da CMVM n.º 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 29º-G do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o Relatório do Governo da Sociedade cumpre o disposto no art.º 29º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 4 de abril de 2023

### O CONSELHO FISCAL

Maria José Martins Lourenço da Fonseca

Daniel Bessa Fernandes Coelho

**Manuel Heleno Sismeiro**

4.Anexos

# Impulsionamos a Sustentabilidade





The background is a vibrant blue with a fine, grainy texture. On the left side, there is a large, dark blue circular shape that appears to be a stylized globe or a similar abstract form. The text 'GRI' is centered in the lower half of the image.

**GRI**

## Sobre o nosso reporte *Global Reporting Initiative* (GRI)

A informação publicada no anexo do GRI centra-se no período de atividade de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 da Sonae SGPS, S.A., que inclui informações sobre as **empresas consolidadas integralmente**: MC, Worten, Zeitreel, Universo, Sonaecom e Sierra, e as suas actividades concentraram-se principalmente em Portugal e Espanha.

Este anexo não considera as **empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial**: NOS, empresa na qual a Sonae detém, direta e indiretamente 37% e o *Iberian Sports Retail Group* (que engloba marcas como a Sportzone, Sprinter, JD, e Size? e Deporvillage) em que a Sonae detém 30%.

Este ano, o Relatório Integrado foi desenvolvido de acordo com a versão de 2021 das Diretrizes de Relatórios de Sustentabilidade do GRI (Normas GRI). O relatório destaca o nosso desempenho ao nível dos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de responder aos requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, publicada em 28 de julho (Portugal) e à Lei n.º 11/2018, publicada em 28 de dezembro (Espanha).

Este anexo complementa as informações relatadas nos capítulos “A nossa estratégia”, “O nosso impacto” e “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado que está estruturado com base nos cinco eixos de sustentabilidade identificados como prioritários. Para cada um dos eixos, é apresentado o desempenho do Grupo e algumas das iniciativas desenvolvidas para melhorar esse desempenho. Este anexo do GRI complementa o reporte feito no documento principal, em resposta aos respetivos indicadores dessa norma, considerando a materialidade dos temas dos indicadores aplicados no contexto dos nossos negócios.

As informações relatadas neste anexo do GRI, foram sujeitas à verificação por uma entidade externa - a KPMG, de acordo com o Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade divulgado no final deste documento.

### Tabela Conteúdo GRI

<b>Declaração de uso</b>	Sonae SGPS, S.A. reportada de acordo com as Normas GRI para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
<b>Versão utilizada</b>	GRI 1: Fundamentos 2021
<b>GRI Normas Setoriais Aplicáveis</b>	N.A. na data de publicação deste Relatório

### Empresas consolidadas integralmente – consideradas no GRI



#### Retalho alimentar | 75%

Continente nos diferentes formatos, Meu Super, Note!, Make Notes, Well's, Dr. Wells, ZU, Bagga, Go Natural, Arenal (Tomenider) e Sonae RP. Com operações em Portugal e Espanha.



#### Retalho de eletrónica | 100%

Worten e Worten mobile, iServices, Satfiel e Zaask. Com operações em Portugal e em Espanha (ilha das Canárias, um armazém e uma loja em Madrid).



#### Retalho de moda | 100%

MO, Zippy & Losan e Salsa. Com operações em diversos países.



#### Serviços Financeiros | 100%

Universo, Universo Flex, Cartão Dá e MoneyGram.



#### Bright Pixel e Media | 100%

Feedzai, Outsystems, Sensei, Inovretail, Probe.ly, Ometria, Público, entre outras.



#### Setor imobiliário | 90%

Centros comerciais e outros ativos geridos. Com operações em diversos países.

### Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial - não consideradas no GRI



#### Telecomunicações | 37%

Telco, Audiovisuais & Cinema



#### Retalho de desporto | 30%

SportZone, Sprinter, JD, Size? e Deporvillage

Nota: % em cada negócio corresponde à participação da Sonae em dezembro de 2022.

## Índice GRI e tabela de correspondências

A tabela abaixo apresenta o sumário de conteúdo do GRI, as respetivas referências adicionais neste Relatório Integrado e no *website* da Sonae, e a correspondência de cada norma GRI com as diretrizes ODS, UNGC e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). O presente relatório está em conformidade com os requisitos de reporte e não ocorreram omissões na divulgação de conteúdo. Para mais informações sobre cada norma GRI, consulte a próxima seção deste anexo “Detalhes GRI”.

GRI		Referências	ODS	UNGC	SASB
<b>Divulgações gerais</b>					
<b>A organização e suas práticas de reporte</b>					
2-1	Detalhes da organização	<a href="#">Onde estamos no mundo</a> ; <a href="#">Governo da Sociedade</a> ; <a href="#">Estrutura Acionista</a>	16	-	-
2-2	Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização	“Sobre o nosso reporte GRI” do Anexo GRI	16	-	-
2-3	Período de reporte, frequência e ponto de contato	<a href="#">Contactos</a>	-	-	-
2-4	Reformulações de informações	“Detalhes GRI” do Anexo GRI	-	-	-
2-5	Verificação externa	Anexo Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	16	10	-
<b>Atividades e trabalhadores</b>					
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócio	<a href="#">Onde estamos no mundo</a> ; <a href="#">O Grupo e os Negócios</a> ; <a href="#">Código de Ética e de Conduta</a> ; <a href="#">Código de Conduta para Fornecedores</a>	8	-	-
2-7	Informação sobre colaboradores	-	5, 8	6	Diversidade e Inclusão dos Colaboradores - CG-MR-330a.1 ( <i>Multiline and Retail and Distribution Specialists</i> )
2-8	Trabalhadores que não são colaboradores	-	8	6	-

GRI		Referências	ODS	UNGC	SASB
<b>Governo da sociedade</b>					
2-9	Estrutura de governo da sociedade e sua composição	Relatório de Governo da Sociedade; Capítulo “A nossa estratégia” do Relatório de Gestão Integrado	16	10	-
2-10	Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governo da sociedade	Relatório de Governo da Sociedade; <a href="#">Política de Seleção</a>	16	10	-
2-11	Presidente do mais alto órgão de governo da sociedade	Relatório de Governo da Sociedade; Capítulo “A nossa estratégia” do Relatório de Gestão Integrado	16	10	-
2-12	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governo na supervisão da gestão dos impactos	Relatório de Governo da Sociedade	16	-	-
2-13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	Relatório de Governo da Sociedade	16	-	-
2-14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governo no reporte de sustentabilidade	<a href="#">Regulamento Interno do Conselho de Administração</a>	16	-	-
2-15	Conflitos de interesse	Relatório de Governo da Sociedade; <a href="#">Regulamento Interno do Conselho de Administração</a>	16	10	-
2-16	Comunicação de preocupações críticas	Relatório de Governo da Sociedade; <a href="#">Código de Ética e de Conduta</a>	16	-	-
2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governo	Relatório de Governo da Sociedade	16	10	-
2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governo	Relatório de Governo da Sociedade	16	10	-
2-19	Políticas de remuneração	<a href="#">Política de Remuneração</a>	5, 8, 10	6	-
2-20	Processo para determinação da remuneração	<a href="#">Política de Remuneração</a>	5, 8, 10	6	-
2-21	Proporção da remuneração total anual	Relatório de Governo da Sociedade	5, 8, 10	6	-

GRI		Referências	ODS	UNGC	SASB
<b>Estratégia, políticas e práticas</b>					
2-22	Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	“Mensagem do Presidente do Conselho de Administração” e “Mensagem da Presidente da Comissão Executiva” do Relatório de Gestão Integrado	1-17	1-10	-
2-23	Compromissos de política	<a href="#">Política de Direitos Humanos</a>	1-17	1-10	-
2-24	Incorporação de compromissos de política	Capítulo “A nossa estratégia” do Relatório de Gestão Integrado	1-17	1-10	-
2-25	Processos para reparar impactos negativos	Relatório de Governo da Sociedade	-	-	-
2-26	Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	Relatório de Governo da Sociedade; <a href="#">Código de Ética e de Conduta</a>	-	-	-
2-27	Conformidade com leis e regulamentos	-	16	1-5	Práticas Laborais - FB-FR-310a.4 ( <i>Food Retailers &amp; Distributors</i> )
2-28	Participação em associações	Capítulo “Relacionamento com os nossos <i>stakeholders</i> ” do Relatório de Gestão Integrado; <a href="#">Organizações Parceiras</a>	8	-	-
<b>Envolvimento com os <i>stakeholders</i></b>					
2-29	Abordagem para o envolvimento de <i>stakeholders</i>	Capítulo “Relacionamento com os nossos <i>stakeholders</i> ” do Relatório de Gestão Integrado	1-17	-	-
2-30	Acordos de negociação coletiva	-	8	3	Práticas Laborais - FB-FR-310a.2 ( <i>Food Retailers &amp; Distributors</i> )

GRI	Referências	ODS	UNGC	SASB	
<b>Temas materiais</b>					
<b>Conteúdos sobre temas materiais</b>					
3-1	Processo de definição de temas materiais	Capítulos “A nossa estratégia” e “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado; <a href="#">Relatório de Sustentabilidade 2018</a>	1-17	-	-
3-2	Lista de temas materiais	Capítulos “A nossa estratégia” e “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado; <a href="#">Relatório de Sustentabilidade 2018</a>	3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15	6	-
3-3	Gestão dos temas materiais	Capítulos “A nossa estratégia”, “O nosso impacto” e “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado; Anexo TCFD; <a href="#">Relatório de Sustentabilidade 2018</a>	3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15	-	-

Eixo estratégico	Temas materiais	Gestão de temas materiais
1	<p>CO<sub>2</sub> e Alterações Climáticas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Consumo de Energia, Energias Renováveis e Eficiência Energética e Ecoeficiência</li> </ul>	<p>Como referido nos capítulos “A nossa estratégia”, “O nosso impacto” e o “O nosso desempenho” a Sonae entende a agenda da transição e da eficiência energética como essenciais na realização do seu caminho de redução das emissões de CO<sub>2e</sub> e do combate às alterações climáticas, rumo à descarbonização, através dos seguintes compromissos e metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Investir na redução das emissões de GEE (âmbito 1+2) em 54% até 2030 (vs. 2018);</li> <li>Atingir a neutralidade carbónica das nossas operações (âmbito 1+2) até 2040, dez anos antes da meta da EU;</li> <li>Compensar 100% das emissões de GEE da nossa frota de veículos leves, até que a frota seja totalmente elétrica, através da plantação de florestas, e dar continuidade à conversação e eletrificação da frota de função e serviço;</li> <li>Otimizar o consumo energético, promovendo a eficiência energética e ecoeficiência, através do desenvolvimento de <i>roadmaps</i> de ação nas nossas instalações e ativos, como por exemplo, substituição de iluminação LED, instalação de sistemas AVAC mais eficientes, otimização de ocupação de veículos e de rotas, implementação de planos de auditorias energéticas, entre outros;</li> <li>Descarbonização da matriz energética através do investimento na produção de energia de fonte renovável para autoconsumo e aquisição de energia de fontes renováveis da rede e de contratos verdes;</li> <li>Alargar o mapeamento das emissões de âmbito 3, para incluir mais categorias e empresas do portefólio;</li> <li>Implementar medidas de compensação, em situações onde não possível a redução das emissões.</li> </ul>

Eixo estratégico	Temas materiais	Gestão de temas materiais
<p>2 Natureza e Biodiversidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Proteção da Biodiversidade</li> <li>● Agricultura e Pesca Sustentável</li> </ul>	<p>Como referido nos capítulos “A nossa estratégia”, “O nosso impacto” e o “O nosso desempenho”, a Sonae reconhece a sua dependência do capital natural, e a forma como, direta ou indiretamente, tem o potencial de alterar ou contribuir para a destruição dos habitats naturais, pelo que a proteção da natureza e da biodiversidade são objetivos norteadores, que se materializam através dos seguintes compromissos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaborar na definição e aplicação de metodologias que permitam às empresas definir objetivos específicos, alinhados com as melhores práticas da ciência através da integração no <i>Corporate Engagement Program</i> do <i>Science Based Targets Network</i> (SBTN);</li> <li>• Subscrição do compromisso act4nature Portugal;</li> <li>• Assegurar a <a href="#">Zero Desflorestação</a> até 2030, compromisso assumido por todas as empresas do portefólio, para garantir a manutenção florestal, em resultado das atividades e operações sob controlo direto das empresas do portefólio Sonae e das suas cadeias de abastecimento;</li> <li>• Trabalhar com a cadeia de abastecimento, parceiros e fornecedores, para assegurar a rastreabilidade e a monitorização dos materiais utilizados, garantindo o <i>sourcing</i> sustentável das matérias-primas através da adoção de esquemas de certificação;</li> <li>• Assegurar “zero desflorestação” no desenvolvimento de novas infraestruturas;</li> <li>• Contribuir para a conservação e o restauro de ecossistemas florestais, nomeadamente, através do Projeto Floresta Sonae, que tem como objetivo reflorestar mais de 1.000 hectares até 2030;</li> <li>• Apoiar a transição para uma agricultura regenerativa que aumente a biodiversidade, enriqueça os solos, melhore a gestão da água os serviços dos ecossistemas, através por exemplo do Clube Produtores do Continente (CPC) da MC que assegura a promoção das melhores práticas produtivas junto dos seus membros.</li> </ul>
<p>3 Plásticos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Impacto dos Sacos de Plástico e Embalagens</li> <li>● Gestão de Resíduos</li> </ul>	<p>Como referido nos capítulos “A nossa estratégia”, “O nosso impacto” e o “O nosso desempenho”, o plástico e a gestão de resíduos são problemas sociais emergentes resultantes dos padrões e tendências de consumo, que temos presente nos nossos princípios de gestão tendo em vista a circularidade, através das seguintes metas e compromissos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir que todas as embalagens de plástico da nossa marca própria sejam 100% recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis até 2025;</li> <li>• Garantir a incorporação média de 30% de plástico reciclado em novas embalagens da nossa marca própria até 2025;</li> <li>• Eliminar a utilização de plásticos de utilização única e descartáveis;</li> <li>• Repensar e redesenhar processos, nomeadamente no que se refere ao impacto de sacos e embalagens de plástico;</li> <li>• Promover a adequada gestão de resíduos, através do encaminhamento para operadores licenciados;</li> <li>• Subscrição e compromisso do Pacto Português para os Plásticos em 2020.</li> </ul>

Eixo estratégico	Temas materiais	Gestão de temas materiais
<p>4</p> <p>Desigualdade e Desenvolvimento Inclusivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Desenvolvimento do Capital Humano</li> <li>● Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades</li> </ul>	<p>Como referido nos capítulos “A nossa estratégia”, “O nosso impacto” e o “O nosso desempenho” a Sonae é um dos maiores empregadores em Portugal, reconhece a influência positiva que pode gerar em contexto social, pelo que está comprometido em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Combater as desigualdades, construir um ambiente de trabalho mais inclusivo e justo em oportunidades;</li> <li>• Definir planos de requalificação profissional, através de projetos como o PRO_MOV que tem como objetivo, em parceria com diferentes entidades nacionais, requalificar 20 mil pessoas até 2025;</li> <li>• Garantir que 39% dos cargos de liderança sejam ocupados por mulheres até 2023 (atingido em 2022).</li> </ul>
<p>5</p> <p>Apoio à Comunidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Envolvimento da Comunidade</li> <li>● Combate ao Desperdício de Alimentos</li> </ul>	<p>Como referido nos capítulos “A nossa estratégia”, “O nosso impacto” e o “O nosso desempenho”, reconhecemos que temos uma presença relevante junto da sociedade e que podemos contribuir para a construção de comunidades mais fortes e mais sustentáveis, assim estamos empenhados e temos o compromisso de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a resiliência e autossuficiência das comunidades em que operamos, para eliminar pobreza em todas as suas formas;</li> <li>• Investir e promover o nosso envolvimento na comunidade, através da colaboração com diferentes organizações, de doações e de ações de voluntariado;</li> <li>• Implementar métodos analíticos na estratégia de venda e promover diferentes iniciativas para minimizar o desperdício alimentar.</li> </ul>
<p>6</p> <p>Investimento Responsável e Cadeia de Abastecimento Sustentável</p>		<p>Como referido no capítulo “A nossa estratégia” o Investimento Responsável e Cadeia de Abastecimento Sustentável são áreas transversais que estão integradas nas dimensões da nossa estratégia para a sustentabilidade. Estas duas áreas têm impacto sobre as nossas decisões de gestão que orientam a forma como investimos e como a Sonae, juntamente com os seus fornecedores e parceiros, concebe e desenvolve processos, produtos e serviços seguindo os princípios de eficiência e da circularidade. Além dos exemplos de iniciativas que as empresas Sonae desenvolvem com os seus fornecedores e parceiros, apresentados no capítulo “O nosso impacto”, destaca-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão aos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI) pela Sierra, que promove a incorporação dos princípios ESG no processo da tomada de decisões de investimento.</li> </ul>



GRI		Referências	ODS	UNGC	SASB
<b>Divulgações económicas</b>					
<b>Desempenho económico</b>					
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	-	2, 5, 7, 8, 9	-	-
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas	Anexo TCFD	13	7	Adaptação às alterações climáticas - IF-RE-450a.2 ( <i>Real Estate</i> )
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização	-	-	-	-
201-4	Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo	-	-	-	-
<b>Presença no mercado</b>					
202-2	Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local	-	8	6	-
<b>Impactos económicos indiretos</b>					
203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	-	2, 5, 7, 8, 9	-	-
203-2	Impactos económicos indiretos significativos	-	1, 2, 3, 8, 10, 17	-	-
<b>Práticas de compra</b>					
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	-	8, 12, 16, 17	-	-
<b>Combate à corrupção</b>					
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	<a href="#">Código de Ética e de Conduta</a> ; <a href="#">Governo da Sociedade</a>	16	10	-
205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	<a href="#">Código de Ética e de Conduta</a> ; <a href="#">Código de Conduta para Fornecedores</a> ; <a href="#">Governo da Sociedade</a>	4, 16	10	-
205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	<a href="#">Código de Ética e de Conduta</a> ; <a href="#">Governo da Sociedade</a>	16	10	-

GRI		Referências	ODS	UNGC	SASB
<b>Divulgações ambientais</b>					
<b>Materiais</b>					
301-1	Consumo de materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	-	-	7-8	-
301-2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	-	12	7-8	-
301-3	Produtos e suas embalagens recuperados	Capítulo “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado	-	7-8	-
<b>Energia</b>					
302-1	Consumo de energia dentro da organização	Capítulo “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado	7, 9, 12, 13	7-8	Gestão de Energia - IF-RE-130a.2 ( <i>Real Estate</i> ) Gestão do Combustível da Frota - FB-FR-110a.1 ( <i>Food Retailers &amp; Distributors</i> ) Gestão da Energia - FB-FR 130a.1 ( <i>Food Retailers &amp; Distributors</i> ) Gestão de Energia no Retalho e Distribuição - CG-MR-130a.1 ( <i>Multiline and Retail and Distribution Specialists</i> )
302-3	Intensidade energética	Capítulo “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado	7, 9, 12, 13	8	-
302-4	Redução do consumo de energia	Capítulo “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado	7, 9, 12, 13	8-9	-
302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	-	7, 9, 12, 13	8-9	-

GRI		Referências	ODS	UNGC	SASB
<b>Água e efluentes</b>					
303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado	-	6	7-8	-
303-2	Gestão de impactos relacionados à descarga de água	-	6	7-8	-
303-3	Captação de água	-	6	8	Gestão da Água - IF-RE-140a.2 ( <i>Real Estate</i> )
303-4	Descarga de água	-	6	8	-
303-5	Consumo de água	-	6	8	-
<b>Biodiversidade</b>					
304-1	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	Capítulos "A nossa estratégia", "O nosso impacto" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	6, 14, 15	8	-
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Capítulo "A nossa estratégia" do Relatório de Gestão Integrado	6, 14, 15	8	-
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	Capítulo "O nosso impacto" do Relatório de Gestão Integrado	6, 14, 15	8	-
<b>Emissões</b>					
305-1	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 1)	Capítulos "A nossa estratégia" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	3, 12, 13, 14, 15	7-8	Emissões para o Ar resultantes da Refrigeração - FB-FR-110b.1 ( <i>Food Retailers &amp; Distributors</i> )
305-2	Emissões indiretas de GEE (âmbito 2)	Capítulos "A nossa estratégia" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	3, 12, 13, 14, 15	7-8	-
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3)	Capítulos "A nossa estratégia" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	3, 12, 13, 14, 15	7-8	-
305-4	Intensidade de emissões de GEE	Capítulos "A nossa estratégia" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	3, 12, 13, 14, 15	8	-
305-5	Redução de emissões de GEE	Capítulos "A nossa estratégia", "O nosso impacto" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	3, 12, 13, 14, 15	8-9	-

GRI		Referências	ODS	UNGC	SASB
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono	-	3, 12, 13, 14, 15	7-8	Emissões para o Ar resultantes da Refrigeração - FB-FR 110b.1 ( <i>Food Retailers &amp; Distributors</i> )
305-7	Emissões de NO <sub>x</sub> , SO <sub>2</sub> e outras emissões atmosféricas significativas	-	3, 12, 13, 14, 15	7-8	-
<b>Resíduos</b>					
306-1	Produção de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	Capítulos "A nossa estratégia" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	6, 12	8	-
306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Capítulo "O nosso impacto" do Relatório de Gestão Integrado	6, 12	8	-
306-3	Resíduos produzidos	-	6, 12	8	-
306-4	Resíduos não encaminhados para deposição	-	6, 12	8	-
306-5	Resíduos encaminhados para deposição	-	6, 12	8	-
<b>Divulgações sociais</b>					
<b>Emprego</b>					
401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	Capítulos "A nossa estratégia" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	5, 8	6	Práticas Laborais - CG-MR-310a.2 ( <i>Multiline and Retail and Distribution Specialists</i> )
401-3	Licença parental	-	5, 8	6	-
<b>Saúde e segurança ocupacional</b>					
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	-	3, 8	-	-
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	-	3, 8	-	-
403-3	Serviços de saúde ocupacional	-	3, 8	-	-

GRI	Referências	ODS	UNGC	SASB	
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança ocupacional	-	3, 6	-	
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional	3, 4, 8	6	-	
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	3, 8	6	-	
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	3, 8	6	-	
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	3, 8	6	-	
403-9	Acidentes de trabalho	3, 8	-	-	
<b>Formação e educação</b>				-	
404-1	Média de horas de formação por ano e por participante	Capítulos "A nossa estratégia" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	4, 5, 8	6	-
404-2	Programas de melhoria de competências dos participantes e programas de apoio à transição de carreira	-	8	6	-
404-3	Porcentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	-	5, 8	-	-
<b>Diversidade e igualdade de oportunidades</b>				-	
405-1	Diversidade em órgãos de governo e dos colaboradores	Capítulos "A nossa estratégia" e "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado	5, 8	6	-
405-2	Rácio entre o salário base e a remuneração da mulher e do homem	-	5, 8, 10	6	Práticas Laborais - CG-MR-310a.1 (Multiline and Retail and Distribution Specialists)
<b>Não discriminação</b>				-	
406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	-	5, 8, 16	6	-
<b>Liberdade sindical e negociação coletiva</b>				-	
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	-	8, 16	3	-

GRI		Referências	ODS	UNGC	SASB
<b>Trabalho infantil</b>					
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	-	8, 16	5	-
<b>Trabalho forçado ou análogo ao escravo</b>					
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	-	8, 16	4	-
<b>Práticas de segurança</b>					
410-1	Pessoal de segurança formados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	-	4	-	-
<b>Comunidades locais</b>					
413-1	Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	Capítulos “A nossa estratégia”, “O nosso impacto” e “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado	11	-	-
<b>Avaliação social e ambiental de fornecedores</b>					
414-1 e 308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais e ambientais	-	1-6, 8, 12	1-2	Impactos Ambientais na Cadeia de Fornecimento - CG-AA-430b.1 ( <i>Apparel, Accessories &amp; Footwear</i> )
<b>Saúde e segurança do consumidor</b>					
416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	-	16	-	Gestão de Produtos Químicos nos Produtos - CG-AA-250a.2 ( <i>Apparel, accessories &amp; footwear</i> )
<b>Marketing e rotulagem</b>					
417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	-	12, 16	-	Saúde e Nutrição do Produto - FB-FR-260a.2 ( <i>Food Retailers &amp; distributors</i> )

## Detalhes GRI

### GRI 2 – Divulgações Gerais

#### 1. A organização e as suas práticas de reporte

##### 2-1 Detalhes da organização

Nome da organização: Sonae SGPS, S.A. (Sonae)

Sede: Lugar do Espido, Via Norte Maia – Portugal

As operações mais significativas encontram-se em Portugal. Mais informações sobre as nossas operações disponíveis no nosso *website*: [Onde estamos no mundo](#).

A Sonae é uma sociedade anónima e sociedade aberta. Mais Informações sobre a estrutura acionista e forma jurídica disponíveis: [Governo da Sociedade](#) e [Estrutura Acionista](#).

##### 2-2 Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização

Consulte informação da secção “Sobre o nosso reporte GRI” do Anexo GRI.

##### 2-3 Período de reporte, frequência e ponto de contacto

O presente reporte GRI incide no período de atividade entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022, e foi publicado a 4 de abril de 2023. A frequência de reporte é anual.

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação publicada no Anexo GRI, por favor consulte o *website* ou entre em contato através:

- do formulário de contacto no *website*: [Contactos](#) ou
- pelo número de telefone: +351 220 104 000.

##### 2-4 Reformulações de informações

As alterações e reformulações estão identificadas nas notas correspondentes a cada indicador.

##### 2-5 Verificação externa

A informação não financeira que integra o Relatório de Gestão Integrado de 2022 foi submetida a verificação por uma entidade externa – a KPMG.

#### 2. Atividades e trabalhadores

##### 2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócio

Consulte o link para informações sobre as atividades, marcas e mercados no nosso *website*: [O Grupo e os Negócios](#) e [Onde estamos no mundo](#).

Em conjunto com os nossos fornecedores e parceiros, pretendemos progredir nos princípios do desenvolvimento sustentável. Estas relações são baseadas nos princípios do nosso Código de Ética e de Conduta ([Código de Ética e de Conduta](#)) e do Código de Conduta para Fornecedores ([Código de Conduta para Fornecedores](#)), que resumem as preocupações ambientais, sociais e éticas que pretendemos assegurar ao longo de toda a cadeia de valor. Adicionalmente, cada uma das nossas unidades de negócio tem um conjunto de procedimentos específicos no contexto do seu sector, que orientam as suas ações com os seus fornecedores e parceiros comerciais, a fim de promover uma relação de longo prazo, baseada em critérios ambientais, sociais e de governo. Na Sonae consideramos a sustentabilidade da Cadeia de Abastecimento uma dimensão chave para o nosso desempenho, atendendo a que impacta e influencia todos os nossos eixos estratégicos de ação que definimos, de acordo com a nossa materialidade (ver GRI 3 – Temas Materiais).

Para mais informação, consultar os seguintes indicadores GRI: “204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais”; “304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade”; “407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco”; “408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil”; “409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo” e “414-1 e 308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais e ambientais”.

No que diz respeito a alterações significativas na organização, verifique o capítulo “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

2-7 Informação sobre colaboradores

N.º de colaboradores por tipo de contrato

2022	Centro Corporativo (CC), MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sierra*			Sonae		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Permanentes	11.461	23.377	34.838	145	160	305	298	374	672	11.904	23.911	35.815
Temporários	4.593	7.761	12.354	5	10	15	15	23	38	4.613	7.794	12.407
<b>Total</b>	<b>16.054</b>	<b>31.138</b>	<b>47.192</b>	<b>150</b>	<b>170</b>	<b>320</b>	<b>313</b>	<b>397</b>	<b>710</b>	<b>16.517</b>	<b>31.705</b>	<b>48.222</b>
Tempo integral	12.752	22.635	35.387	150	169	319	313	376	689	13.215	23.180	36.395
Tempo parcial	3.302	8.503	11.805	-	1	1	-	21	21	3.302	8.525	11.827
<b>Total</b>	<b>16.054</b>	<b>31.138</b>	<b>47.192</b>	<b>150</b>	<b>170</b>	<b>320</b>	<b>313</b>	<b>397</b>	<b>710</b>	<b>16.517</b>	<b>31.705</b>	<b>48.222</b>

\*Na Sierra, são considerados os colaboradores diretos. Critério de reporte atualizado com a exclusão dos trabalhadores da Polónia e Luís Malheiro, por estarem fora do Payroll da Sierra.

Nota: H - Homens, M - Mulheres, T - Total.

N.º de colaboradores por tipo de contrato e país

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo				Sonaecom (Bright Pixel e Media)				Sierra				Sonae			
	Portugal	Espanha	RdM	Total	Portugal	Espanha	RdM	Total	Portugal	Espanha	RdM	Total	Portugal	Espanha	RdM	Total
Permanentes	33.144	1.636	58	<b>34.838</b>	304	1	-	<b>305</b>	452	74	146	<b>672</b>	33.900	1.711	204	<b>35.815</b>
Temporários	11.907	443	4	<b>12.354</b>	15	-	-	<b>15</b>	26	6	6	<b>38</b>	11.948	449	10	<b>12.407</b>
<b>Total</b>	<b>45.051</b>	<b>2.079</b>	<b>62</b>	<b>47.192</b>	<b>319</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>320</b>	<b>478</b>	<b>80</b>	<b>152</b>	<b>710</b>	<b>45.848</b>	<b>2.160</b>	<b>214</b>	<b>48.222</b>
Tempo integral	34.506	842	39	<b>35.387</b>	318	1	-	<b>319</b>	475	70	144	<b>689</b>	35.299	913	183	<b>36.395</b>
Tempo parcial	10.545	1.237	23	<b>11.805</b>	1	-	-	<b>1</b>	3	10	8	<b>21</b>	10.549	1.247	31	<b>11.827</b>
<b>Total</b>	<b>45.051</b>	<b>2.079</b>	<b>62</b>	<b>47.192</b>	<b>319</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>320</b>	<b>478</b>	<b>80</b>	<b>152</b>	<b>710</b>	<b>45.848</b>	<b>2.160</b>	<b>214</b>	<b>48.222</b>

Nota: RdM - Resto do Mundo.

N.º de colaboradores incluindo órgãos de governo por categoria funcional e género

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sierra			Sonae			
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
Órgãos de governo		17	5	<b>22</b>	1	1	<b>2</b>	5	3	<b>8</b>	23	9	<b>32</b>
Executivos		58	16	<b>74</b>	-	1	<b>1</b>	16	5	<b>21</b>	74	22	<b>96</b>
Gestores de topo e quadros intermédios		655	448	<b>1.103</b>	20	10	<b>30</b>	145	96	<b>241</b>	820	554	<b>1.374</b>
Coordenadores e Supervisores		1.207	2.012	<b>3.219</b>	130	159	<b>289</b>	73	71	<b>144</b>	1.410	2.242	<b>3.652</b>
Técnicos e Especialistas		1.314	2.458	<b>3.772</b>	-	-	<b>-</b>	79	225	<b>304</b>	1.393	2.683	<b>4.076</b>
Operacionais		12.821	26.203	<b>39.024</b>	-	-	<b>-</b>	-	-	<b>-</b>	12.821	26.203	<b>39.024</b>
<b>Total</b>		<b>16.072</b>	<b>31.142</b>	<b>47.214</b>	<b>161</b>	<b>171</b>	<b>322</b>	<b>318</b>	<b>400</b>	<b>718</b>	<b>16.541</b>	<b>31.713</b>	<b>48.254</b>

Nota: São incluídos no reporte do indicador os colaboradores de órgãos de governo



## N.º de colaboradores incluindo órgãos de governo por faixa etária e género

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sonae*		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
< 30 anos	7.379	11.587	<b>18.966</b>	28	33	<b>61</b>	7.407	11.620	<b>19.027</b>
Entre 30 e 50 anos	6.999	14.835	<b>21.834</b>	85	95	<b>180</b>	7.084	14.930	<b>22.014</b>
≥ 50 anos	1.694	4.720	<b>6.414</b>	38	43	<b>81</b>	1.732	4.763	<b>6.495</b>
<b>Total</b>	<b>16.072</b>	<b>31.142</b>	<b>47.214</b>	<b>161</b>	<b>171</b>	<b>322</b>	<b>16.223</b>	<b>31.313</b>	<b>47.536</b>

Nota: São incluídos no reporte do indicador os colaboradores de órgãos de governo.

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra reporta o indicador com diferentes faixas etárias. Ver tabela seguinte.

## N.º de colaboradores incluindo órgãos de governo por faixa etária e género

2022	Sierra		
	H	M	T
< 35 anos	66	80	<b>146</b>
Dos 35 aos 44 anos	67	122	<b>189</b>
Dos 45 aos 54 anos	128	149	<b>277</b>
Dos 55 aos 64 anos	54	48	<b>102</b>
> 64 anos	3	1	<b>4</b>
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>400</b>	<b>718</b>

Nota: São incluídos no reporte do indicador os colaboradores de órgãos de governo.

## N.º de colaboradores incluindo órgãos de governo por categoria funcional, faixa etária e género

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sonae*		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
<b>Órgãos de governo</b>	17	5	22	1	1	2	18	6	24
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre 30 e 50 anos	7	2	<b>9</b>	1	1	<b>2</b>	8	3	<b>11</b>
≥ 50 anos	10	3	<b>13</b>	-	-	-	10	3	<b>13</b>
<b>Executivos</b>	58	16	74	-	1	1	58	17	75
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre 30 e 50 anos	32	9	<b>41</b>	-	1	<b>1</b>	32	10	<b>42</b>
≥ 50 anos	26	7	<b>33</b>	-	-	-	26	7	<b>33</b>
<b>Gestores de topo e quadros intermédios</b>	655	448	1.103	20	10	30	675	458	1.133
< 30 anos	11	7	<b>18</b>	1	-	<b>1</b>	12	7	<b>19</b>
Entre 30 e 50 anos	464	329	<b>793</b>	14	8	<b>22</b>	478	337	<b>815</b>
≥ 50 anos	180	112	<b>292</b>	5	2	<b>7</b>	185	114	<b>299</b>
<b>Coordenadores e Supervisores</b>	1.207	2.012	3.219	130	159	289	1.337	2.171	3.508
< 30 anos	128	220	<b>348</b>	27	33	<b>60</b>	155	253	<b>408</b>
Entre 30 e 50 anos	895	1.492	<b>2.387</b>	70	85	<b>155</b>	965	1.577	<b>2.542</b>
≥ 50 anos	184	300	<b>484</b>	33	41	<b>74</b>	217	341	<b>558</b>
<b>Técnicos e Especialistas</b>	1.314	2.458	3.772	-	-	-	1.314	2.458	3.772
< 30 anos	445	807	<b>1.252</b>	-	-	-	445	807	<b>1.252</b>
Entre 30 e 50 anos	746	1.391	<b>2.137</b>	-	-	-	746	1.391	<b>2.137</b>
≥ 50 anos	123	260	<b>383</b>	-	-	-	123	260	<b>383</b>
<b>Operacionais</b>	12.821	26.203	39.024	-	-	-	12.821	26.203	39.024
< 30 anos	6.795	10.553	<b>17.348</b>	-	-	-	6.795	10.553	<b>17.348</b>
Entre 30 e 50 anos	4.855	11.612	<b>16.467</b>	-	-	-	4.855	11.612	<b>16.467</b>
≥ 50 anos	1.171	4.038	<b>5.209</b>	-	-	-	1.171	4.038	<b>5.209</b>

Nota: São incluídos no reporte do indicador os colaboradores de órgãos de governo.

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra reporta o indicador com diferentes faixas etárias. Ver tabela seguinte.

**N.º de colaboradores incluindo órgãos de governo por categoria funcional, faixa etária e género**

2022	Sierra		
	H	M	T
<b>Órgãos de governo</b>	5	3	8
< 35 anos	0	0	0
Dos 35 aos 44 anos	0	0	0
Dos 45 aos 54 anos	5	3	8
Dos 55 aos 64 anos	0	0	0
> 64 anos	0	0	0
<b>Executivos</b>	16	5	21
< 35 anos	0	0	0
Dos 35 aos 44 anos	1	0	1
Dos 45 aos 54 anos	9	2	11
Dos 55 aos 64 anos	5	3	8
> 64 anos	1	0	1
<b>Gestores de topo e quadros intermédios</b>	145	96	241
< 35 anos	10	2	12
Dos 35 aos 44 anos	30	34	64
Dos 45 aos 54 anos	71	46	117
Dos 55 aos 64 anos	33	14	47
> 64 anos	1	0	1
<b>Coordenadores e Supervisores</b>	73	71	144
< 35 anos	20	10	30
Dos 35 aos 44 anos	20	32	52
Dos 45 aos 54 anos	24	22	46
Dos 55 aos 64 anos	8	7	15
> 64 anos	1	0	1
<b>Técnicos e Especialistas</b>	79	225	304
< 35 anos	36	68	104
Dos 35 aos 44 anos	16	56	72
Dos 45 aos 54 anos	19	76	95
Dos 55 aos 64 anos	8	24	32
> 64 anos	0	1	1
<b>Operacionais</b>	0	0	0
< 35 anos	0	0	0
Dos 35 aos 44 anos	0	0	0
Dos 45 aos 54 anos	0	0	0
Dos 55 aos 64 anos	0	0	0
> 64 anos	0	0	0

Nota: São incluídos no reporte do indicador os colaboradores de órgãos de governo.

## 2-8 Trabalhadores que não são colaboradores

Em 2022, foram registados um total de 1.309 trabalhadores que não são colaboradores da Sonae mas cujo trabalho é gerido pela organização, nomeadamente empreiteiros, estagiários, prestadores de serviços de manutenção e segurança.

## 3. Governo da Sociedade

### 2-9 Estrutura do governo da sociedade e sua composição

Todos os indicadores de Governo da Sociedade são apresentados no Relatório de Governo da Sociedade de 2022, nomeadamente nas secções 15, 17, 18, 21, 26 e 27 (do capítulo "II. Administração e supervisão" da secção "B. Órgãos Sociais e Comissões") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade", e do "Anexo I - Conselho de Administração".

Além disso, consultar "Empresa mãe com estilo de gestão eficaz e modelo de governo societário comprovado" do capítulo "A nossa estratégia" do Relatório de Gestão Integrado de 2022.

### 2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governo da sociedade

A Empresa tem uma Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização disponível no nosso [Política de Seleção](#).

Para mais informações ver a secção 15 (do capítulo "II. Administração e supervisão" da secção "B. Órgãos e Comissões") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade" do Relatório de Governo de Sociedade de 2022.

### 2-11 Presidência do mais alto órgão de governo da sociedade

O Presidente do Conselho de Administração é Duarte Paulo Teixeira de Azevedo e é Diretor não executivo.

Para mais informações, consulte a secção 15 (do capítulo "II. Administração e supervisão" da secção "B. Órgãos Sociais e Comissões") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo Corporativo" do Relatório de Governo de Sociedade de 2022.

Além disso, consulte a secção "Empresa mãe com estilo de gestão eficaz e modelo de governo societário comprovado" do capítulo "A nossa estratégia" do Relatório de Gestão Integrado.

### 2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governo na supervisão da gestão dos impactos

A Comissão Executiva, através do apoio da Área de Sustentabilidade, assegura a definição, implementação e monitorização da estratégia de sustentabilidade da Sonae, que utiliza o Grupo Consultivo de Sustentabilidade (GCS) como veículo para reforçar o compromisso crescente com o desenvolvimento sustentável, gerir o impacto e supervisionar o progresso e desempenho de cada empresa Sonae em relação à sua sustentabilidade.

A nossa CEO e o nosso Presidente do Conselho de Administração supervisionam e participam em todas as reuniões da GCS. O GCS estabelece grupos trabalho específicos relacionados com os pilares estratégicos da sustentabilidade. Adicionalmente, o projeto de implementação do TCFD está a ser conduzido em parceria com o Grupo Consultivo de Gestão do Risco, que é supervisionado pelo CFO, e mantém a supervisão dos exercícios de avaliação do risco climático que estão atualmente a ser desenvolvidos por cada uma das empresas do Grupo.

Para mais informações ver a secção 21 (do capítulo "II. Administração e supervisão" da secção "B. Órgãos Sociais e Comissões") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade" do Relatório de Governo de Sociedade de 2022.

### 2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos

A estrutura do Centro Corporativo é composta por várias áreas, nomeadamente a Sustentabilidade que tem a responsabilidade de acompanhar os progressos da estratégia de sustentabilidade, e também a coordenação do Grupo Consultivo de Sustentabilidade (GCS).

Para mais informações, consulte a secção 21 (do capítulo "II. Administração e supervisão" da secção "B. Órgãos Sociais e Comissões") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade" do Relatório de Governo de Sociedade de 2022.

### 2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governo no reporte de sustentabilidade

O compromisso do Conselho de Administração da Sonae, através da identificação e melhoria de processos críticos em termos de preparação e comunicação de informação não financeira, assegura um ambiente de controlo interno eficaz para proporcionar informação de sustentabilidade com transparência, materialidade e fiabilidade.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de rever e aprovar o relatório anual que inclui informação não financeira do relatório de sustentabilidade. Por favor consultar o Artigo 3 no Regulamento Interno do Conselho de Administração, disponível no [website](#) da empresa: [Regulamento Interno do Conselho de Administração](#).

### 2-15 Conflitos de interesse

A política de prevenção de conflitos de interesse, aprovada pela empresa, e o Regulamento do Conselho de Administração estabelecem os mecanismos internos relativos a potenciais conflitos de interesses envolvendo membros do Conselho de Administração, incluindo as comissões internas e os colaboradores. A política estabelece a obrigação de comunicar imediatamente ao respetivo órgão qualquer situação, real ou potencial de conflito de interesses.

O Regulamento do Conselho de Administração, disponível no nosso [website](#) ([Regulamento Interno do Conselho de Administração](#)), exige a comunicação imediata ao órgão da existência de qualquer facto que possa constituir ou dar origem a um conflito de interesses, bem como de quaisquer circunstâncias que afetem a sua independência e isenção.

Para mais informações, consulte a secção 15 (do capítulo "II. Administração e supervisão" da secção "B. Órgãos Sociais e Comissões") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade" do Relatório de Governo de Sociedade de 2022.

### 2-16 Comunicação de preocupações críticas

Como parte dos nossos valores e princípios, a nossa cultura empresarial assenta em princípios de consciencialização e respeito absoluto pelas regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesse e em deveres de diligência e confidencialidade no tratamento de questões críticas.

Adicionalmente, dispomos de um Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações que nos permite identificar várias áreas e oportunidades de desenvolvimento e implementar melhorias e mudanças, resultantes do *feedback* dos nossos principais *stakeholders*, tanto a nível do produto como a nível da operação. O modelo de Governo da Sociedade da Sonae proporciona três canais para os colaboradores tomem conhecimento e comuniquem: i) uma qualquer possível irregularidade, que informa imediatamente o Provedor através do seguinte e-mail: [provedoria@sonae.pt](mailto:provedoria@sonae.pt) ou formulário no *website* da Sonae; ii) uma qualquer eventual violação do Código de Ética e de Conduta, que informa imediatamente o Comissão de Ética através do seguinte e-mail: [comissaodeetica@sonae.pt](mailto:comissaodeetica@sonae.pt); e iii) o Canal de Denúncias no âmbito da política de prevenção da corrupção.

Além disso, a Provedoria Sonae fornece o seu canal de contacto a todos os Clientes, Colaboradores e Fornecedores, recolhendo elogios, sugestões, pedidos de informação, reclamações e/ou queixas.

Para mais informações, consulte a secção 49 (do capítulo "II. Comunicação de Irregularidades" da secção "C. Organização Interna") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade" do Relatório de Governo de Sociedade de 2022.

### 2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governo

Para garantir que o mais alto órgão de governo da Sonae está bem equipado para gerir o desenvolvimento sustentável, são tomadas as seguintes medidas:

- Assegurar a diversidade de perfis e conhecimentos na equipa: a escolha dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva está relacionada com as suas competências e áreas de conhecimento, diversas e complementares entre si, nos vários aspetos e temas da empresa;
- Formação e Educação Regular e Contínua: em 2022, desenvolvemos um programa de formação inclusivo, capaz de chegar a todos, traduzindo questões complexas em mensagens claras e reforçando a importância da sustentabilidade e a urgência de uma ação concertada; conhecer as áreas de atuação das Empresas Sonae e compreender os seus desafios; e compreender como as nossas empresas impactam e são impactadas pelo tema, bem como os seus riscos e oportunidades;

- Colaboração: o mais alto órgão de governo colabora com outras organizações, especialistas e partes interessadas no desenvolvimento sustentável para partilhar experiências, conhecimentos e competências. Para mais informações sobre nossas Organizações parceiras, consultar GRI "2-28 Participação em associações". Este tipo de colaboração proporciona-nos uma compreensão mais aprofundada das complexidades do desenvolvimento sustentável, das questões emergentes e da forma de mitigar os riscos;
- Acompanhar o progresso regularmente: para promover os esforços de desenvolvimento sustentável, o mais alto órgão de governo estabelece um mecanismo para acompanhar seu progresso. Acompanhar o progresso com indicadores de desempenho claros ajuda a Sonae a compreender até onde chegou e o que precisa de ser melhorado. Para isto, temos um Grupo de Consultivo de Sustentabilidade.

Ao adotar estas medidas, a Sonae aumenta a capacidade de governo e desenvolve o conhecimento, as competências e a experiência do seu mais alto órgão de governo, o que, em última análise, melhora o desempenho e o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.

### 2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governo

A avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração é conduzida de acordo com os princípios, avaliações e regras estabelecidas na Política de Remuneração apresentada pela Comissão de Remuneração e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas. Esta avaliação é baseada em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de desempenho objetivos estabelecidos para cada período e alinhados com a estratégia global de crescimento e desempenho positivo do negócio, numa perspetiva de médio e longo prazo.

Para mais informações sobre a avaliação de desempenho dos Diretores Executivos, consultar a secção 25 (do capítulo "II. Administração e supervisão" da secção "B. Órgãos e Comissões") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade" do Relatório de Governo da Sociedade de 2022.

Além disso, para mais pormenores sobre as avaliações e respetiva frequência de avaliações consultar a secção V.1.1 ("V. Avaliação de desempenho, remunerações e nomeações" do capítulo "2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado") do "Parte II: Avaliação do Governo Societário" do Relatório de Governo da Sociedade de 2022 .

Quaisquer alterações à composição do mais alto órgão de governo e práticas organizacionais devem ser acedidas de acordo com o quadro legal aplicável.

### 2-19 Políticas de remuneração

A Comissão de Remuneração é responsável pela aprovação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, membros de outros órgãos sociais e pessoas com responsabilidades de gestão, em nome dos acionistas, nos termos especificados na

Política de Remuneração e Compensação aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral de Acionistas.

A Comissão de Remuneração do Conselho de Administração, composto por Diretores Não-Executivos, tal como descrito na secção 29 (do capítulo "II. Administração e supervisão" da seção "B. Órgãos Sociais e Comissões") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade" do Relatório de Governo de Sociedade de 2022, apoia o Comissão de Remuneração dos Acionistas no desempenho das suas funções.

Para mais informações sobre a estrutura da nossa política de remuneração e a determinação da remuneração, ver:

- a nossa Política de Remuneração, aprovada na Assembleia Geral de Acionistas em 2021, e o seu anexo disponível no nosso [website](#) ([Política de Remuneração](#)); e
- as secções 69 a 88 (do capítulo "III. Estrutura das Remunerações" da secção "D. Remunerações") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade") do Relatório de Governo da Sociedade de 2022.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada a 28 de abril de 2022, foi aprovada uma alteração à política de remuneração ([Política de Remuneração](#)).

## 2-20 Processo para determinação da remuneração

Consultar GRI "2-19 Políticas de remuneração".

## 2-21 Proporção da remuneração total anual

Em 2022, os rácios entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago e a mediana da remuneração média anual de todos os colaboradores, exceto o mais bem pago, foi de 45,7 na MC, 42,3 na Worten, 20,3 no Centro Corporativo e 13,8 na Sonaecom. Adicionalmente, o rácio entre o aumento percentual da remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização e o aumento percentual médio da remuneração total de todos os empregados foi de 2,5 na MC, 0,6 na Worten, 1,9 no Centro Corporativo e 1,8 na Sonaecom.

Para mais informações ver a secção "D. Remunerações" da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade" do Relatório de Governo da Sociedade de 2022.

## 4. Estratégia, políticas e práticas

### 2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável

Consultar "Mensagem do Presidente do Conselho de Administração" e "Mensagem da Presidente da Comissão Executiva" do Relatório de Gestão Integrado de 2022.

### 2-23 Compromissos de política

Garantir que toda a nossa atividade se rege pela aplicação fiel dos princípios de ética e confiança definidos é uma preocupação transversal a todo o Grupo. Com esse objetivo

desenvolvemos o Código de Ética e de Conduta Sonae que define o padrão ético pelo qual nos pautamos. De forma a assegurar a sua implementação, cumprimento e acompanhamento foi nomeada, pelo Conselho de Administração, uma Comissão de Ética. Mais informação sobre os valores, códigos e princípios da Sonae estão disponíveis no nosso [website](#).

A Política de Direitos Humanos foi estabelecida e adotada, disponível no [website](#) da Sonae ([Política de Direitos Humanos](#)) reforçando o nosso compromisso com os Princípios Orientadores das Nações Unidas relativos às Empresas e Direitos Humanos. Esta política define expressamente que o respeito pelos direitos humanos é parte integrante do compromisso com a sustentabilidade e um princípio orientador e transversal em todas as suas atividades comerciais em qualquer setor ou geografia, incluindo as atividades exercidas através das empresas, controlada direta ou indiretamente.

Complementarmente, estamos empenhados em sensibilizar todas as *stakeholders* para a necessidade essencial de assegurar o respeito pelos nossos valores e critérios de direitos humanos, tanto nas nossas operações diretas como nas nossas empresas, quer na nossa cadeia de abastecimento, em conformidade com o Código de Ética e de Conduta e o Código de Conduta para Fornecedores em vigor.

A Sonae subscreeve as seguintes políticas e compromissos: Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas; Princípios do Pacto Global das Nações Unidas; *Paris Pledge for Action*; *Women Initiative do European Roundtable of Industrials* (ERT); Carta de Princípio do BCSD Portugal; *CEO Guide For Human Rights*, do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD); Pacto Português para o Plástico; Código de Ética e de Conduta para Colaboradores Sonae; Código de Conduta para Fornecedores Sonae; Política de Ambiente; Política de Sustentabilidade do Pescado; Carta de Princípios das Empresas Sonae para CO<sub>2</sub> & Alterações Climáticas; Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico; Plano para a Igualdade de Género; *Business for Nature's Call to Action*; *act4nature* Portugal, promovido pelo BCSD Portugal; *Science Based Targets Network* (SBTN) *Corporate Engagement Program*, e *Future of Work Leadership Statement* desenvolvido pelo WBCSD.

### 2-24 Incorporação de compromissos de política

Os nossos compromissos políticos baseiam-se nos nossos valores e objetivos empresariais e refletem-se no nosso Código de Ética e de Conduta, que orienta a nossa forma de agir e contribui ativamente para relações comerciais positivas e para a definição da nossa estratégia de negócio. Por conseguinte, temos fortes ações de comunicação empresarial dos nossos valores e missão, em todas as nossas empresas. Os nossos líderes são formados de acordo com esses valores, e a avaliação do desempenho de todos os colaboradores está, também, ancorada nos mesmos.

No âmbito da formação, o Código de Ética e de Conduta é disponibilizado a todos os colaboradores, o qual inclui um conjunto de princípios que regem a atividade das empresas do Grupo, e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a serem observadas pelos membros dos órgãos sociais e por todos os colaboradores, nas suas relações com clientes, fornecedores e outras partes interessadas. O cumprimento do Código de Ética e de Conduta da Sonae por parte dos colaboradores é obrigatório. Todos os colaboradores têm de declarar a sua aceitação expressa através de uma declaração individualizada.

Adicionalmente, as relações empresariais que temos com os nossos parceiros baseiam-se no nosso Código de Ética e Código de Conduta para Fornecedores.

Para mais informações sobre como integramos estes compromissos na nossa estratégia, responsabilidade e implementação empresarial, ver o capítulo "A nossa estratégia" do Relatório de Gestão Integrado.

### 2-25 Processos para reparar impactos negativos

Consulte o capítulo " III. Comunicação de Irregularidades" (seção "C. Organização Interna") da "Parte I Estrutura dos Acionistas, Organização e Governo da Sociedade " do Relatório de Governo de Sociedade de 2022.

### 2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações

Consultar GRI "2-16 Comunicação de preocupações críticas".

### 2-27 Conformidade com leis e regulamentos

A Sonae considera que uma multa é significativa quando o valor monetário total é igual ou superior a 12.000 euros, o que corresponde à coima mínima de um contraordenação social, económica ou ambiental grave (Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto).

#### Não-conformidades com as leis e regulamentos na área social, económica e ambiental

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Multas significativas: valor monetário (€)	43.095	93.871	-	-	-	-	43.095	93.871
Sanções não monetárias (nº)	3	2	-	-	-	-	3	2

### 2-28 Participação em associações

A Sonae interage com mais de 45 organizações nacionais e internacionais, nomeadamente contribuindo e coordenando com várias associações industriais em áreas de relevância para os seus interesses.

Mais informações sobre as nossas Organizações Parceiras:

- no nosso *website*: [Organizações Parceiras](#); e
- no capítulo "Relacionamento com os nossos *stakeholders*" do Relatório de Gestão Integrado.

## 5. Envolvimento com os *stakeholders*

### 2-29 Abordagem para envolvimento de *stakeholders*

A gestão das nossas atividades tem por base as premissas do desenvolvimento sustentável, cujo contributo ultrapassa o valor económico gerado pelos nossos negócios, e que advém diretamente de um conjunto de valores e princípios que orientam a nossa forma de estar. Esta visão só é possível através do estabelecimento de relações duradouras com os nossos principais *stakeholders*. Para tal, temos implementadas ferramentas e processos nas nossas empresas que nos permitem identificar e compreender as necessidades e preocupações, atuais e futuras, dos nossos *stakeholders*, como por exemplo: "As nossas Pessoas" (Colaboradores), "As nossas Comunidades" (Comunidade local, Clientes e Visitantes), "As nossas Empresas" (Negócios), "Os nossos investidores" (Investidores), "Os nossos parceiros" (Fornecedores e Lojistas) e "Organizações e Entidades públicas" (Entidades Reguladoras e Governamentais).

Consultar o capítulo "Relacionamento com os nossos *stakeholders*" do Relatório de Gestão Integrado para mais detalhes sobre a nossa abordagem de envolvimento com os *stakeholders*.

### 2-30 Acordos de negociação coletiva

Na MC, Worten e Zeitreel, 95% dos colaboradores são abrangidos por acordos de negociação coletiva.



## GRI 3 – Temas materiais

### 1. Conteúdos sobre temas materiais

#### 3-1 Processo de definição de temas materiais

A aplicação do princípio de materialidade para identificação e análise dos impactos positivos e negativos da nossa atividade decorreu em 2018. No entanto, continuamos a investir e guiar o nosso posicionamento e ação nesses eixos estratégicos, avaliando anualmente sua adequação. Para mais informações sobre a definição inicial dos temas materiais, consulte o [Relatório de Sustentabilidade 2018](#).

Foi um processo de auscultação robusto, que envolveu a inclusão da visão de diferentes *stakeholders* (colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, entidades reguladoras e setoriais, investidores, meios de comunicação e comunidade) e que refletiu sobre o nosso desempenho, estrutura e posicionamento, bem como sobre as melhores práticas e tendências de mercado e do quadro regulatório em vigor e previsto.

Como resultado desse processo, foram identificados os seguintes **temas materiais**:

- Investimento Responsável;
- Cadeia de Fornecimento Sustentável;
- Desenvolvimento do Capital Humano;
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades;
- Envolvimento da Comunidade;
- Consumo de Energia, Energias Renováveis e Eficiência Energética e Ecoeficiência;
- Proteção da Biodiversidade;
- Impacto dos Sacos de Plástico e Embalagens;
- Gestão de Resíduos;
- Combate ao Desperdício de Alimentos; e
- Agricultura e Pesca Sustentável.

Tendo em conta as questões materiais identificadas, os resultados do ciclo estratégico anterior, as áreas destacadas a nível setorial, os compromissos assumidos pela Sonae e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e com uma lente de revisão da Gestão de Topo do Grupo, definimos cinco eixos de ação, que têm vindo a nortear o nosso posicionamento rumo a um futuro sustentável:

				
CO <sub>2</sub> e alterações climáticas	Natureza e biodiversidade	Plástico	Desigualdade e desenvolvimento inclusivo	Apoio à Comunidade

Adicionalmente, cooperar e interagir de perto com cada um dos nossos *stakeholders* faz parte do dia a dia da Sonae. Para tal, criámos e mantemos uma base diversificada de canais de comunicação específicos para cada grupo de *stakeholders* (ver indicador GRI “2-29 Abordagem para envolvimento de *stakeholders*”), complementado com a interação

com os principais responsáveis por esses canais e que acompanham os temas relacionados, o que nos permite aferir continuamente as necessidades e expectativas dos nossos *stakeholders* e, assim, perceber se a análise realizada se mantém atualizada e relevante.

Apesar de reconhecermos que os nossos eixos continuaram a fazer progressos a nível de resultados, na segunda metade de 2022, a Sonae iniciou um processo de atualização da sua estratégia de sustentabilidade, considerando a Sonae como um gestor de portefólio ativo. Foi realizado um extenso estudo tendo em conta o contexto e a informação das empresas que compõem o portefólio da Sonae, bem como um *benchmark* de referências e tendências de mercado e uma avaliação da agenda regulamentar atual e esperada. Esta informação foi sistematizada e serviu de base para o processo participativo que permitiu ouvir, debater e integrar os diferentes pontos de vista dos principais *stakeholders*, tais como: colaboradores, entidades financeiras e investidores, organizações setoriais, peritos externos, entre outros.

O resultado destas etapas gerou uma matriz de dupla materialidade que foi construída de acordo com a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), aprovada pela Comissão Europeia, a qual prevê que as empresas reportem sobre a sua estratégia de sustentabilidade e progresso de uma forma consistente e comparável, e também de acordo com a Taxonomia Europeia e as normas do *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TCFD), *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e GRI.

O processo de atualização da estratégia está a ser concluído e pretende-se que seja anunciado no final do primeiro semestre de 2023, representando os eixos estratégicos e os compromissos que orientarão as nossas empresas para um novo ciclo entre 2023 e 2026.

#### 3-2 Lista de temas materiais

O presente anexo GRI incide sobre a atividade do(a):

- Centro Corporativo;
- MC: diferentes formatos do Continente, Meu Super, Note!, Make Notes, Well's, Dr. Wells, ZU, Bagga, Go Natural, Arenal e Sonae RP;
- Zeitreel: MO, Zippy& Losan e Salsa;
- Worten: incluindo as empresas recentemente adquiridas iServices e Zaask e cobre as suas operações em Portugal e Espanha (Ilhas Canárias, Armazém e loja em Madrid);
- Universo;
- Sonaecom: que inclui Bright Pixel e a área de Media; e
- Sierra.

Este relatório não consolida os dados não financeiros da NOS, empresa da qual a Sonae detém, direta e indiretamente, 37%, nem da *Iberian Sports Retail Group*, na qual a Sonae detém 30%.

Para mais detalhes, consulte "Sobre o nosso relatório GRI" deste anexo.

O anexo também reflete nossa abordagem e resultados em relação aos tópicos materiais identificados na nossa avaliação de materialidade: Investimento Responsável, Cadeia de Suprimentos Sustentável, Desenvolvimento de Capital Humano, Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades, Envolvimento da Comunidade, Consumo de Energia,

Energias Renováveis e Eficiência Energética, Ecoeficiência, Proteção da Biodiversidade, Impacto dos Sacos de Plástico e Embalagens, Gestão de Resíduos, Combate aos Desperdício Alimentar e Agricultura e Pesca Sustentável.

Como nota adicional sobre este anexo, deve ser mencionado que o âmbito do indicador "Cargos de Liderança ocupados por mulheres" no capítulo "O nosso desempenho" é diferente do reportado no indicador GRI "405-1 Diversidade em órgãos de governo e dos colaboradores". Apenas abrange a Sonae e as suas participadas que possuem metas de igualdade de género definidos e que se regem pela segmentação de funções definida para o Grupo, excluindo Arenal.

### 3-3 Gestão de temas materiais

Tendo como base orientadora os temas materiais identificados no âmbito de um processo estruturado de materialidade, e tendo em vista uma gestão mais efetiva dos nossos impactos das dimensões da sustentabilidade, a Sonae definiu cinco eixos estratégicos de ação, diretamente relacionados com os temas materiais e que nos permitem endereçá-los eficazmente rumo a um futuro sustentável: CO<sub>2</sub> e alterações climáticas; natureza e biodiversidade; plástico; desigualdades e desenvolvimento inclusivo; e apoio comunidade.

Para cada um desses eixos, a Sonae definiu uma estratégia baseada em compromissos e métricas, revistos anualmente para ser avaliado o seu grau de concretização e implementação de potenciais melhorias necessárias, apresentados no capítulo "A nossa estratégia" do Relatório de Gestão Integrado, e reconhece que os impactos associados servem de base à estruturação de uma abordagem para gerir e reduzir os seus efeitos através de um conjunto de iniciativas descritas no capítulo "O nosso impacto". Inerente a essa abordagem, a Sonae mantém processos de acompanhamento e monitorização que permitem avaliar o seu progresso e desempenho face aos compromissos estabelecidos, apresentando resultados que demonstram a nossa motivação para fazer sempre melhor, conforme apresentado no capítulo "O nosso desempenho" do Relatório Integrado de Gestão. Complementarmente aos conteúdos apresentados no Relatório Integrado, no anexo GRI identificamos os indicadores que estão associados a temas materiais e relacionados com os nossos eixos de atuação estratégica de sustentabilidade.

## GRI 200 - Divulgações económicas

### 201: Desempenho económico

#### 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

O valor económico direto gerado e distribuído engloba as seguintes partes: Valor económico gerado (rendimentos), valor económico distribuído (gastos operacionais, salários e benefícios dos colaboradores, pagamentos a investidores, pagamentos ao Estado, donativos e outros investimentos na comunidade) e valor económico acumulado.

Para mais informações consulte a Demonstração dos Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

#### 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas

A Sonae tem vindo a evoluir os seus processos para avaliar os riscos e oportunidades relacionados com o clima e avaliar os impactos financeiros diretos. Mais uma vez, submetemos as nossas práticas de gestão e desempenho, em termos climáticos ao escrutínio do *Carbon Disclosure Project* (CDP) e mantivemos o nosso reconhecimento como empresa líder neste domínio, com a pontuação de A.

Reconhecendo a importância de estar alinhado com as recomendações globais do TCFD, estrutura desenvolvida pelo *Financial Stability Board*, após o nosso primeiro exercício, em 2021, durante 2022 melhorámos os nossos processos internamente, desenvolvendo um procedimento corporativo para gerir os riscos e oportunidades relacionados com o clima nas nossas empresas, com o objetivo de gerir o risco crítico "Incapacidade na mitigação e adaptação às alterações climáticas" por todas as empresas da Sonae. Este ano, o nosso relatório sobre o TCFD inclui uma evolução relativa à estimativa do impacto financeiro. Para mais informações, por favor consulte a secção TCFD.

#### 201-3 Planos de benefícios oferecidos pela organização

A Sonae não dispõe de fundo de pensões.

#### 201-4 Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo

Em 2022, o Grupo recebeu um total de €96,5m. De notar que o Governo não faz parte da estrutura acionista da empresa.

Nota: O valor relatado não consolida as informações da Sierra, uma vez que, à data do fecho do relatório, ainda não foi possível estabelecer e indicar o valor do incentivo alocado em 2022. O montante indicado refere-se aos montantes recebidos no contexto dos créditos fiscais.



**202: Presença no mercado**

**202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local**

96% dos gestores de topo da Sonae, MC, Worten, Zeitreel, Universo e Sonaecom são contratados na comunidade local.

Nota: A Sierra não divulga este indicador.

**203: Impactos económicos indiretos [aspecto material]**

**203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços**

Consultar GRI "413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento".

**203-2 Impactos económicos indiretos significativos**

Consultar GRI "413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento".

**204: Práticas de compra [aspecto material]**

**204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais**

	2021	2022
% de custos com fornecedores estrangeiros	17	18
% de custos com fornecedores nacionais	83	82

Nota: Informação de base de 2021 foi revista e o valor corrigido.

**205: Combate à corrupção**

**205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção**

A Sonae implementa no seu processo de gestão de risco o *Enterprise-Wide Risk Management (EWRM) Framework*, que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos negócios, tanto ao nível estratégico, como ao nível operacional.

Após a aprovação da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, foi estabelecido, através do Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 09 de dezembro (doravante DL 109-E/2021), o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e o Regime Geral para a Prevenção da Corrupção ("RGPC"). Em conformidade com este diploma e orientada por elevados padrões de responsabilidade profissional e ética, regida pelos princípios de integridade, transparência, honestidade, lealdade, rigor e boa-fé, a Sonae elaborou, em 2022, o presente Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (adiante

designado por PPR), que abrange toda a sua organização. Para mais informações, ver o Documento "[Plano de Prevenção da Corrupção \(PPR\)](#)" disponível no nosso [website](#).

O projeto de mapeamento e avaliação dos riscos de corrupção está a ser implementado nas empresas da Sonae e está em curso para transpor os 17 processos, estando a sua conclusão prevista para março de 2023, através da publicação do PPR.

O modelo de Governo da Sociedade da Sonae gere o risco de corrupção através de três níveis, cabendo às unidades de negócio o primeiro nível de defesa, sendo estas responsáveis pela identificação e avaliação dos riscos e a implementação de controlos para a sua mitigação.

Para a operacionalização do segundo nível de defesa, a Sonae disponibiliza 2 canais para que os colaboradores tomem conhecimento e comuniquem: i) uma qualquer possível irregularidade, que informa imediatamente a Provedoria através do seguinte e-mail: [provedoria@sonae.pt](mailto:provedoria@sonae.pt) ou formulário no *website* da Sonae, e ii) uma qualquer possível violação ao Código de Ética e de Conduta, que informa imediatamente a Comissão de Ética através do seguinte e-mail: [comissaodeetica@sonae.pt](mailto:comissaodeetica@sonae.pt).

No âmbito da formação, é disponibilizado aos colaboradores o Código de Ética e de Conduta que integra um conjunto de princípios que regem a atividade das empresas do Grupo, e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais e por todos os colaboradores, na sua relação com clientes, fornecedores e restantes *stakeholders*.

O cumprimento do Código de Ética e de Conduta da Sonae por parte dos colaboradores da Sonae é obrigatório. Todos os colaboradores têm de declarar a sua aceitação expressa através de uma declaração individualizada.

O Provedor da Sonae disponibiliza, ainda, um canal de contacto privilegiado aos seus Clientes, Colaboradores e Fornecedores, acolhendo elogios, sugestões, pedidos de informação, reclamações e denúncias sobre práticas de corrupção.

Adicionalmente, o Código de Conduta da Sierra estabelece que é proibido dar ou aceitar qualquer recompensa (ou "benefício") com o objetivo de influenciar o comportamento de alguém para obter uma vantagem negocial. Asseguramos o cumprimento desta obrigação, incorporando o risco de corrupção no Plano Anual de Auditoria Interna de atividades. Durante 2022, as Atividades de Auditoria Interna cobriram 29% dos processos empresariais principais identificados como tendo risco de corrupção. Não foram identificados casos que pudessem constituir uma situação de corrupção e não foram formalmente comunicados quaisquer incidentes de corrupção. O "*The Anti-Corruption Guidelines*" tem permitido a sensibilização para a anticorrupção através da formação de colaboradores, realizada no âmbito do programa BEST - *Behavior with Ethics Sierra Training*.

De salientar que o Universo, IME, S.A. é uma entidade regulada pelo Banco de Portugal e tem requisitos de reporte anual no âmbito de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Controlo Interno.

## 205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

O Código de Ética e de Conduta da Sonae, que inclui as políticas de anticorrupção, é comunicado na formação inicial aos colaboradores. Adicionalmente, a Sonae dispõe de um Código de Ética e de Conduta de Fornecedores, que é um anexo aos contratos gerais de fornecimento. Os códigos estão disponíveis no *website*: [Código de Ética e de Conduta](#) e [Código de Conduta para Fornecedores](#).

Em 2022, cinco órgãos de Governo da Sociedade das várias empresas e 14.011 colaboradores receberam formação em anticorrupção.

Na Sierra "The Anti-Corruption Guidelines" têm permitido a sensibilização para a anticorrupção através da formação de colaboradores, realizada no âmbito do programa *BEST - Behavior with Ethics Sierra Training*.

## 205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

Em 2022, não foram registados casos de corrupção.



## GRI 300 - Divulgações ambientais

### 301: Materiais [aspecto material]

#### 301-1 Consumo de materiais utilizados, discriminados por peso ou volume

A Sonae tem como objetivo a utilização sustentável, no que respeita ao consumo de materiais, em toda a sua cadeia de valor. As nossas empresas, ao definirem os seus produtos e embalagens de marca própria, ou ao desenharem as suas soluções e serviços, têm em conta princípios de *design* que visam a otimização e eficiência na utilização dos materiais, privilegiando a utilização dos materiais mais adequados, pensando na reciclabilidade, reutilização e/ou possibilidade de reparação do produto.

Adicionalmente, são também considerados critérios que facilitem os processos de utilização, valorização e eliminação adequada no final da sua utilização. Para isso, promovemos uma série de iniciativas com fornecedores para selecionar os materiais com uma menor pegada ecológica, reduzir o uso desnecessário de materiais, promover a sua reintegração na cadeia de valor no final do seu ciclo de vida (pela sua reutilização ou reciclagem), assegurar a origem das matérias-primas, entre outras. Algumas dessas práticas estão apresentadas no capítulo "O nosso impacto" do Relatório de Gestão Integrado.

Os materiais divulgados no indicador "GRI 301-3 Produtos recuperados e seus materiais de embalagem" são os mais relevantes em peso e volume, dentre as atividades de nossas empresas.

#### 301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados

Consultar o indicador "GRI 301-3 Produtos recuperados e seus materiais de embalagem".

## 301-3 Produtos e suas embalagens recuperados

### Materiais utilizados para produzir e embalar os produtos

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sonae <sup>*</sup>		
	Materiais utilizados	Materiais reciclados utilizados	Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens	Materiais utilizados	Materiais reciclados utilizados	Materiais utilizados	Materiais reciclados utilizados	Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens
<b>Toneladas</b>								
Plástico <sup>(1)</sup>	30.260	6.869	2.932	-	-	30.260	6.869	2.932
Papel e cartão <sup>(2)</sup>	13.072	2.566	39.935	1.250	-	14.322	2.566	39.935
Vestuário recuperado <sup>(3)</sup>	-	-	629	-	-	-	-	629
Algodão <sup>(4)</sup>	4.501	29	-	-	-	4.501	29	-
Vidro	12.588	-	-	-	-	12.588	-	-
Metal	14.407	-	-	-	-	14.407	-	-
Madeira	252	-	645	-	-	252	-	645
<b>Total</b>	<b>76.080</b>	<b>9.464</b>	<b>44.141</b>	<b>1.250</b>	<b>-</b>	<b>76.330</b>	<b>9.464</b>	<b>44.141</b>
<b>Número</b>								
Plástico: Embalagens SDR <sup>(5)</sup>	-	-	2.307.636	-	-	-	-	2.307.636
EEE: equipamentos <sup>(6)</sup>	-	-	58.132	-	-	-	-	58.132
Vestuário: peças <sup>(7)</sup>	-	-	873	-	-	-	-	873
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.366.641</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.366.641</b>

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

Notas:

Em 2022, ocorreu uma mudança de âmbito no mapeamento dos materiais com base no volume de compras.

(1) Plástico presente em embalagens e produtos cuja colocação no mercado é da responsabilidade das empresas do Grupo.

(2) Na Sonaecom o papel reportado é proveniente do Público.

(3) Este indicador é referente à reutilização de fardas na MC.

(4) Este indicador é aplicável à Zeitreel.

(5) Embalagens de plástico, metal e vidro proveniente do Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) da MC.

(6) Este indicador é referente ao número de equipamentos provenientes da UTRAD (Unidade de Tratamento de Itens Depreciados), que aceita equipamentos elétricos e eletrónicos, com pequenos defeitos e avarias, que posteriormente são recuperados/reparados e são revendidos em loja a preços mais acessíveis.

(7) Este indicador é referente ao número de peças de vestuário recuperadas no âmbito do projeto Infinity da Salsa.

## 302: Energia [aspecto material]

### 302-1 Consumo de energia dentro da organização

#### Consumo de energia por fonte (GJ)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Combustíveis fósseis – Frota	454.889	561.195	9.598	7.205	8.655	10.905	473.142	579.305
Combustíveis fósseis – Instalações	38.277	31.126	-	-	126.522	35.634	164.799	66.760
Aquecimento e arrefecimento	66.708	52.394	-	-	71.917	91.862	138.625	144.256
Electricidade	1.754.303	1.803.833	3.222	3.471	304.426	306.331	2.061.951	2.113.635
Electricidade produzida e vendida por cogeração local – subtraída ao consumo total	-	-	-	-	29.631	1.909	29.631	1.909
<b>Total</b>	<b>2.314.177</b>	<b>2.448.548</b>	<b>12.820</b>	<b>10.676</b>	<b>481.888</b>	<b>442.823</b>	<b>2.808.885</b>	<b>2.902.047</b>

Nota: Valores históricos atualizados decorrente do ajuste na metodologia de cálculo.

## Produção de energia renovável (GJ)

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Produzida e consumida	87.216	102.899	-	-	-	-	87.216	102.899
Produzida e vendida	27.175	27.179	-	-	-	-	27.175	27.179
<b>Total</b>	<b>114.391</b>	<b>130.078</b>	-	-	-	-	<b>114.391</b>	<b>130.078</b>

## Compra de energia renovável (GJ)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	Sonaecom (Bright Pixel e Media)	Sierra	Sonae
Comprada por contratos (PPA e GO)	465.960	-	210.341	676.301

PPA: Power Purchase Agreement

GO: Garantias de Origem

## 302-3 Intensidade energética

### Rácio de intensidade energética

	Rácio de intensidade energética		Notas metodológicas
	2021	2022	de acordo com natureza da atividade dos negócios
CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	2,21	2,28	Consumo total de energia (GJ) / Área de vendas (m <sup>2</sup> )
Sonaecom (Bright Pixel e Media)	76	80	Consumo total de energia (GJ) / Capital investido no portefólio ativo da Bright Pixel (€m)
Sierra: Centros Comerciais	450	408	Consumo total de energia (kWh)* / áreas comuns** (m <sup>2</sup> ) *Considerando consumo de gás natural, gás de petróleo liquefeito, electricidade, e água refrigerada e quente nos centros comerciais detidos sob gestão e em operação. Inclui a energia comprada por conta dos lojistas e exclui o consumo de energia fora dos centros comerciais. **Áreas de corredores e casas de banho dos centros comerciais detidos sob gestão e em operação.

Nota: Atualização das métricas específicas relevantes para os negócios.

## 302-4 Redução do consumo de energia

2022 foi um ano desafiante no que respeita às fontes e preços de energia, reforçando a importância dos planos de redução de energia das empresas Sonae. As nossas empresas estão focadas na eficiência dos processos de consumo de energia e monitorização, investimento em equipamentos mais eficientes e aceleração da produção de energia

renovável, nomeadamente a substituição da iluminação em lojas, escritórios e parques por iluminação LED e a otimização dos sistemas AVAC, e na implementação de projetos que contribuam para o consumo de energia proveniente de fontes renováveis. A título de exemplo, a Worten, no âmbito de um incentivo europeu, está a desenvolver o projeto SATO, que envolve o desenvolvimento de software de /A para avaliar e otimizar o consumo de energia das lojas Worten e, possivelmente, monitorizar e analisar eletrodomésticos, antecipando as necessidades dos consumidores. Adicionalmente, e como parte dos planos das nossas empresas, demos continuidade ao plano de substituir, na frota ligeira dos colaboradores, os veículos de combustível fóssil por veículos elétricos ou híbridos.

Para responder ao exigente contexto energético, a MC criou o Fórum Energia, com o objetivo de acelerar a cultura da ecoeficiência, investir na adoção de novas medidas estruturais, expandir a capacidade de produção de energias renováveis e acompanhar de perto as suas operações. No que diz respeito à implantação de centros de autoconsumo, em 2022, estiveram em funcionamento 242 centrais instaladas, representando um crescimento de 28 novas centrais face a 2021, e um parque fotovoltaico com uma capacidade instalada de cerca de 37 MWp. Juntamente com os contratos estabelecidos, em 2022, a MC garantiu que, aproximadamente, 31% do consumo de electricidade é proveniente de fontes renováveis, o que se traduz numa redução das emissões evitadas de 36.525 toneladas de CO<sub>2e</sub>.

A Sierra lançou a campanha "Energia Positiva", que visa reforçar a redução do consumo de energia, através de medidas como a otimização do consumo de energia do ar condicionado, a redução da iluminação nos centros após o horário de funcionamento, ou durante períodos de tráfego reduzido, bem como a redução da iluminação decorativa. Desde 2019, a Sierra registou uma redução de 22% do consumo nos ativos geridos em Portugal.

## 302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços

Na área do retalho, a nossa preocupação estende-se também aos nossos produtos e como podemos promover um consumo mais sustentável por parte dos nossos clientes. Durante o ano de 2022, a Worten continuou a desenvolver várias campanhas para promover a aquisição de equipamentos mais eficientes e promover a partilha de informação sobre o novo rótulo de eficiência energética aos seus clientes e consumidores em Portugal e Espanha, através da iniciativa "Eficiência Energética", que visa sensibilizar para as vantagens da compra de eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes do ponto de vista energético. Para mais informações consulte a campanha "Eficiência Energética" disponível no [website da Worten](#).

## 303: Água e efluentes

### 303-1 Interações com a água como um recurso partilhado

A maioria da água consumida nas operações da Sonae é proveniente da rede pública de abastecimento e está relacionada com o consumo humano. No entanto, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental dos seus negócios, as empresas do Grupo estão empenhadas em reduzir a sua pegada hídrica, aumentando a eficiência das suas operações, inovando e tirando partido da tecnologia, para repensar a forma como a água é utilizada e gerida nas suas infraestruturas.

Reconhecemos que a nossa operação com maior consumo de água é a lavandaria da Salsa, onde dispomos de processos industriais para dar aos nossos produtos o seu aspeto final. Por isso, a Salsa deu continuidade à implementação do Projeto "Betterwash", que visa reduzir o consumo de água do processo de lavagem da ganga. Este objetivo será garantido pela melhoria da eficiência dos processos de lavagem, nomeadamente, através de técnicas como a tecnologia de *e-flow* (pulverização) e máquinas de ozono para substituir os processos de lavagem tradicionais, com redução do consumo de água e até eliminação da sua necessidade em alguns processos. Para garantir a validação do processo, recorreremos à experiência de uma organização externa, a *Control Union*, para certificar o processo e calcular a poupança de água. Até 2023, a Salsa Jeans precisará, em média, de 58% menos de água no processo de lavagem, resultando numa poupança de 82 milhões de litros de água (quando comparado a 2021).

Na Sierra, controlamos e gerimos o consumo de água nos centros comerciais sob a nossa gestão, e estamos empenhados em reduzir o consumo de água, aumentar a eficiência das nossas operações e usar a inovação e a tecnologia para repensar como a água é utilizada e gerida. Ao melhorar a eficiência do consumo de água, integrando sistemas de reutilização e recolha de água da chuva, somos capazes de reduzir a exposição ao risco de escassez e de minimizar a nossa pegada hídrica. Em 2014, a Sierra desenvolveu o *Dive*, uma ferramenta que permite avaliar o consumo real de água de um edifício em relação a uma simulação teórica ideal, identificando medidas de melhoria técnica e de gestão. Este modelo foi construído para considerar as diferentes configurações climáticas e geográficas, sistemas e acessórios de consumo de água, padrões de ocupação e comportamento do visitante que um edifício pode ter, etc. Também identifica os sistemas operacionais e rotinas menos eficientes, bem como os benefícios ambientais e financeiros das medidas de melhoria implementadas.

Adicionalmente, no Campus da Sonae existem dois edifícios certificados pelo sistema LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) – os edifícios Sonae Business Center e Sonae Tech Hub. Estes edifícios incorporam mecanismos de última geração, em termos de eficiência hídrica, que permitem uma redução acentuada do consumo de água, em comparação com um edifício de referência, como a recolha de águas pluviais para reutilização no interior dos edifícios ou o pré-tratamento da água da chuva que é descarregada na rede, evitando a contaminação dos cursos de água. Através destes sistemas de eficiência hídrica, verificou-se um consumo total de água potável inferior a cerca de 50%, no Tech Hub, e a 40% no edifício do Business Center, em comparação com um edifício de referência.

### 303-2 Gestão de impactos relacionados à descarga de água

As águas residuais, provenientes da atividade do Grupo, são encaminhadas para a rede de saneamento público, onde são sujeitas a tratamento adequado em instalações próprias para esse efeito (Estações de Tratamento de Águas Residuais - ETAR). A monitorização e controlo dos parâmetros de qualidade das águas residuais são garantidos pelas entidades responsáveis, de modo a cumprir os requisitos legais estabelecidos. Com exceção de alguns entrepostos, designadamente os localizados na zona da Azambuja, o Centro de Processamento de Carnes (CPC) e a Lavandaria Salsa, cujos efluentes são sujeitos a pré-tratamento em ETARs próprias das instalações, sendo posteriormente rejeitados para o Meio Natural. Também algumas lojas (8) estão dotadas de ETAR por forma a dar cumprimento aos valores limites de emissão impostos pelos respetivos Serviços Municipalizados.

No que diz respeito à reciclagem/reutilização de efluentes, o CPC dispõe de um sistema de reciclagem de efluentes líquidos destinados ao consumo em situações menos exigentes do ponto de vista da qualidade da água, sobretudo para complementar o consumo de água das torres de arrefecimento. Para este efeito, o efluente, após ser tratado na ETAR, é então submetido a um novo tratamento, com o objetivo de melhorar a qualidade da água a reutilizar nas já referidas torres de arrefecimento.

Na Sierra, incorporamos soluções que reduzem a poluição das fontes de água locais. Os nossos ativos podem ter até cinco sistemas diferentes de recolha de efluentes, que possibilitam o reaproveitamento e/ou o tratamento de recursos de acordo com suas características. Apesar de cumprirmos a legislação em todos os locais, nos ativos onde o Multisite SHEMS da Sierra está a ser implementado, temos procedimentos mais rigorosos e as descargas de águas residuais são regularmente analisadas por laboratórios certificados externamente, para controlar os níveis de contaminação das nossas descargas, água para esgoto municipal, etc. Caso não exista legislação aplicável, ou se a licença do local não exigir o cumprimento de quaisquer valores limiares, o ativo cumpre as condições definidas no nosso Procedimento Técnico que estabelece as regras de gestão e monitorização das águas residuais, que são descarregadas para a rede de águas residuais ou diretamente para as massas de água.

A Zeitrel iniciou o projeto de investimento para o Projeto de Reutilização de Águas Residuais na lavandaria Salsa, que visa instalar um sistema que permita a reutilização de água nos processos de lavandaria. A fase de implementação do projeto será concluída em 2023, com o objetivo de reutilizar 20% das águas residuais, atingindo uma meta de reutilização de 30% em 2026 (conclusão de um processo mais amplo de substituição de equipamentos).

Como acima referido, os edifícios Sonae Business Center e Sonae Tech Hub estão equipados com sistemas de eficiência hídrica, para a reutilização e pré-tratamento de águas pluviais no interior dos seus edifícios, evitando a contaminação dos cursos de água, e os sistemas de descarga sanitária são assegurados por água reciclada de lavatórios e chuveiros. Em 2022, o sistema de reutilização de água da chuva e os sistemas de recirculação de água do Tech Hub permitiram que 30% do consumo total de água do edifício fosse atendido pelo sistema de recolha e recuperação de água da chuva. No Business Center, 100% das descargas sanitárias foram asseguradas por água reciclada de lavatórios e chuveiros.

De acordo com as melhores práticas de engenharia, quando as informações dos medidores não estavam disponíveis, assumimos que 80% da água consumida acaba por ser rejeitada como efluente líquido e os 20% restantes são utilizados.

### 303-3 Captação de água

#### Por fonte (m³)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	Sonaecom (Bright Pixel e Media)	Sierra	Sonae
Água de terceiros	826.729	1.822	686.350	1.514.901
Água subterrânea	298.599	-	128.156	426.755
Água à superfície e água da chuva	214.491	-	11.380	225.871
Águas cinzentas	-	-	11.517	11.517
Fontes de água diversas	-	-	6.382	6.382
<b>Total</b>	<b>1.339.819</b>	<b>1.822</b>	<b>843.785</b>	<b>2.185.426</b>

### 303-4 Descarga de água

#### Por fonte (m³)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	Sonaecom (Bright Pixel e Media)	Sierra	Sonae
Água de terceiros	1.004.542	1.458	549.080	1.555.079
Água subterrânea	11.104	-	102.525	113.629
Água à superfície e água da chuva	2.146	-	9.104	11.250
Águas cinzentas	-	-	9.214	9.214
Fontes de água diversas	-	-	5.106	5.106
<b>Total</b>	<b>1.017.792</b>	<b>1.458</b>	<b>675.028</b>	<b>1.694.278</b>

Nota: Quando os dados não estão diretamente disponíveis, a Sonae assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.

### 303-5 Consumo de água

#### Por fonte (m³)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	Sonaecom (Bright Pixel e Media)	Sierra	Sonae
<b>Consumo de água total</b>	<b>322.027</b>	<b>364</b>	<b>168.757</b>	<b>491.148</b>
Consumo de água em áreas de stress hídrico	33.878	-	46.113	79.991

Nota: A estimativa do consumo de água, resultou da diferença entre o volume de água captado pelo volume de efluente descarregado.

### 304: Biodiversidade [aspecto material]

#### 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental

A Sonae não possui quaisquer instalações em áreas classificadas como habitats ricos em biodiversidade, nas suas operações diretas. De facto, as lojas dos nossos negócios de retalho estão localizadas em áreas urbanas e parques de retalho. Várias destas instalações são geridas pela Sierra. A Sierra realiza as avaliações para projetos em desenvolvimento, quando essa questão é mais crítica, e a maioria de seus ativos em operação está em áreas urbanas, onde esses impactos são menos relevantes. No entanto, a Sierra realiza Estudos de Impacto Ambiental ou Avaliações Ambientais Preliminares em todos os novos projetos de desenvolvimento e em grandes expansões.

Complementarmente, a Sonae reforça a sua preocupação com a biodiversidade comprometendo-se em 2022 a promover a conservação das florestas naturais através do nosso Compromisso Zero Deflorestação, uma vez que as florestas desempenham um papel vital na preservação da biodiversidade. As empresas Sonae que se comprometem com este compromisso incluem a MC, Zeitreel, Worten e Sierra. Este compromisso aplica-se às atividades e operações sob controlo direto das empresas Sonae e às suas cadeias de abastecimento.

A Sonae tem vários outros compromissos e iniciativas para contribuir positivamente para a recuperação e proteção da biodiversidade, como a Floresta Sonae e o Projeto Águia Caçadeira da MC.

#### 304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade

Desde 2019, a promoção da preservação da natureza e da biodiversidade, é um dos principais eixos estratégicos de sustentabilidade da Sonae, tendo as empresas Sonae assumido o objetivo de contribuir para o Objetivo Global "Nature Positive" até 2030. As nossas empresas reconhecem sua dependência dos recursos naturais e sua influência no equilíbrio natural, por isso é crucial evoluir e reduzir a sobreexploração e a poluição dos ecossistemas naturais e integrar essa agenda na estratégia corporativa.

Assim, no final de 2020, as empresas do Grupo integraram o *Corporate Engagement Program do Science Based Targets Network* (SBTN), com o objetivo de participar ativamente na cocriação da ferramenta e metodologia, o que permitirá ao setor empresarial definir objetivos para a Natureza, incluindo a água, a terra, a biodiversidade e os oceanos, objetivos alinhados com a Ciência, reconhecendo os limites do planeta Terra. A sua implementação ajudará as empresas a avaliar os seus impactos na natureza, a definir áreas de ação prioritárias e a realizar ações baseadas em conhecimento científico.

Nos últimos dois anos, a Sonae colaborou com o Programa no desenvolvimento da metodologia e modelos através da revisão técnica dos diversos documentos produzidos e partilhados pelo SBTN. Paralelamente, foi realizado um trabalho prospetivo com as empresas Sonae para identificar um conjunto de ações que pudessem ser adotadas a curto-médio prazo e que tivessem um impacto positivo na natureza e na biodiversidade e formalizou os compromissos do Grupo com a *act4nature* Portugal. Trata-se de uma iniciativa promovida pelo BCSD Portugal no âmbito do *act4nature* (lançado em França, em 2018) e que visa mobilizar as empresas para proteger, promover e restaurar a

biodiversidade. Adicionalmente, as empresas assumiram um compromisso público com a preservação florestal, definindo objetivos de deflorestação que visa evitar a destruição de florestas associada à produção de matérias-primas críticas – gado, madeira, óleo de palma e soja e no desenvolvimento de novas infraestruturas; além disso, o objetivo era contribuir positivamente para a conservação e recuperação das florestas.

### 304-3 Habitats protegidos ou restaurados

Tendo em conta a importância da preservação e recuperação da floresta, no combate às alterações climáticas, as empresas Sonae continuaram a investir no desenvolvimento do Projeto Floresta Sonae. No período de 10 anos, iremos reflorestar 1.000 hectares. Entre 2019 e 2022, as empresas Sonae reflorestaram mais de 190ha de área. Em 2022, a nossa atividade financiou a reflorestação de cerca de 60 hectares, correspondendo a cerca de 89 mil árvores e à compensação de 7,8 mil tCO<sub>2</sub> relacionada à emissão de gases de efeito estufa pela frota de veículos dos colaboradores e de serviço no ano de 2021. Adicionalmente, o Projeto Águia Caçadeira da MC, iniciado em março de 2021, permitiu verificar o nível crítico de ameaça das espécies e promover o Plano Nacional de Emergência para a Águia-Caçadeira. Com início em 2022, foi iniciada uma segunda etapa com a duração de dois anos, cofinanciada pelo CIBIO/Biopolis e pelo Clube de Produtores do Continente (CPC) e com a colaboração dos parceiros ANPOC e Palombar. Este projeto foi oficializado com um Acordo de Cooperação no dia 17 de maio de 2022, no Dia do Agricultor, em Elvas.

## 305: Emissões [aspecto material]

### 305-1 Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 1)

#### Emissões Âmbito 1 (t CO<sub>2</sub>e)

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Emissões GEE CO <sub>2</sub>	32.953	40.161	704	525	7.086	2.513	40.743	43.199
Emissões GEE CH <sub>4</sub>	14	19	0,59	0,44	9	3	23	23
Emissões GEE N <sub>2</sub> O	341	396	8	6	10	9	359	410
Emissões F-Gases	18.416	23.136	-	-	406	426	18.822	23.562
<b>Emissões Totais Âmbito 1</b>	<b>51.723</b>	<b>63.712</b>	<b>713</b>	<b>532</b>	<b>7.511</b>	<b>2.951</b>	<b>59.947</b>	<b>67.195</b>

Nota: Valores históricos atualizados decorrente do ajuste na metodologia de cálculo (revisão dos fatores de emissão e inclusão de emissões de gases destruidores da camada de ozônio).

### 305-2 Emissões indiretas de GEE (âmbito 2)

#### Emissões Âmbito 2 (t CO<sub>2</sub>e) - Emissões associadas ao consumo de eletricidade

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Market based	119.395	94.917	184	263	4.681	3.201	124.260	98.381
Energia térmica	4.334	3.471	-	-	1.914	2.551	6.248	6.022
<b>Emissões Totais GEE Âmbito 2*</b>	<b>123.729</b>	<b>98.388</b>	<b>184</b>	<b>263</b>	<b>6.595</b>	<b>5.752</b>	<b>130.508</b>	<b>104.403</b>
Location based	120.902	129.045	115	266	14.924	19.659	135.941	148.970

\*Incluídas emissões associadas ao consumo de eletricidade e de energia térmica (referente ao consumo de água refrigerada e água aquecida).

Nota: Valores históricos atualizados decorrente do ajuste na metodologia de cálculo (revisão dos fatores de emissão).



305-3 Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3)

Emissões Âmbito 3 por Categoria (t CO<sub>2e</sub>)

	MC e Zeitreeel		Sierra		Sonae	
	2021	2022*	2021	2022	2021	2022*
C1: Bens e serviços comprados <sup>(1), (2)</sup>	3.487.326	3.977.727	-	-	3.487.326	3.977.727
C2: Bens de capital <sup>(1)</sup>	-	91.369	-	-	-	91.369
C3: Actividades relacionadas com o combustível e energia (não incluídas nos Âmbitos 1 e 2) <sup>(1)</sup>	23.836	25.116	-	489	23.836	25.605
C4: Transporte e distribuição <sup>(1)</sup>	38.070	34.390	-	-	38.070	34.390
C5: Resíduos gerados <sup>(1), (2)</sup>	10.196	10.233	1.351	1.892	11.547	12.125
C6: Viagens de negócio <sup>(1)</sup>	829	1.335	459	1.177	1.288	2.512
C7: Mobilidade (deslocações de colaboradores) <sup>(1)</sup>	59.948	57.337	380	543	60.328	57.880
C8: Ativos alugados (montante)	-	-	-	-	-	-
C9: Transporte e distribuição <sup>(1)</sup>	142.332	149.909	382.288	488.514	524.620	638.423
C10: Transformação de produtos vendidos	-	-	-	-	-	-
C11: Uso de produtos vendidos <sup>(1), (2)</sup>	24.879	167.870	-	-	24.879	167.870
C12: Tratamento e fim de vida dos produtos vendidos <sup>(1), (2)</sup>	4.851	102.644	-	-	4.851	102.644
C13: Ativos alugados (jusante)	-	-	57.833	88.339	57.833	88.339
C14: Franchises <sup>(1)</sup>	17.086	25.965	-	-	17.086	25.965
C15: Investimentos	-	-	-	-	-	-
<b>Emissões Totais Âmbito 3</b>	<b>3.809.353</b>	<b>4.643.895</b>	<b>442.311</b>	<b>580.954</b>	<b>4.251.664</b>	<b>5.224.849</b>

\*Em 2022, a Sonae aumentou o âmbito de reporte das suas emissões de GEE de âmbito 3, incluindo mais categorias e estendendo o mapeamento às empresas mais representativas para estas emissões (MC, Zeitreeel e Sierra).

(1) Categorias incluídas e consideradas como relevantes para a MC.

(3) Categorias incluídas e consideradas como relevantes para a Zeitreeel.

Emissões totais por âmbito (t CO<sub>2e</sub>)

	CC, MC, Worten, Zeitreeel e Universo		Sonae com (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Âmbito 1	51.723	63.712	713	532	7.511	2.951	59.947	67.195
Âmbito 2	123.729	98.388	184	263	6.595	5.752	130.508	104.403
Âmbito 3*	3.809.353	4.643.895	-	-	442.311	580.954	4.251.664	5.224.849
<b>Total de emissões</b>	<b>3.984.805</b>	<b>4.805.995</b>	<b>897</b>	<b>795</b>	<b>456.417</b>	<b>589.657</b>	<b>4.442.119</b>	<b>5.396.447</b>

\*Inclui as empresas mais representativas para as emissões GEE de âmbito 3 (MC, Zeitreeel e Sierra).

Nota: O cálculo das emissões de GEE (âmbito 1, 2, 3) é baseado na metodologia estabelecida no GHG International Protocol.

As informações sobre os fatores de conversão e emissão encontram-se ao final da tabela GRI, na seção de notas metodológicas. Para mais informações sobre os fatores de emissão de 2021 e 2022 da Sierra, consulte o Relatório de Sustentabilidade da Sierra para os respetivos anos.



305-4 Intensidade de emissões de GEE

**Intensidade de emissões**

	Rácio de intensidade de emissões de GEE		Notas metodológicas
	2021	2022	de acordo com natureza da atividade dos nossos negócios
CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	0,17	0,15	Emissões GEE âmbito 1 e 2 (market based) (t CO <sub>2e</sub> ) / Área de vendas (m <sup>2</sup> )
Sonaecom (Bright Pixel e Media)	5,35	5,98	Emissões GEE âmbito 1 e 2 (market based) (t CO <sub>2e</sub> ) / Capital investido no portefólio ativo da Bright Pixel (€m)
Sierra excluindo emissões dos lojistas	0,043	0,038	Emissões GEE âmbito 1, 2 e 3* (t CO <sub>2e</sub> ) / área excluindo os lojistas** (m <sup>2</sup> ) *Emissões de âmbito 1 excluindo as emissões de gás natural consumido por cogeração mas incluindo as emissões de água quente/refrigerada produzida por cogeração e consumida localmente, emissões de âmbito 2 de acordo com a metodologia GHG e emissões de âmbito 3 relativas a resíduos de centros comerciais detidos sob gestão e em operação e de escritórios corporativos **áreas de corredores e casas de banho dos centros comerciais detidos sob gestão e em operação mais a área dos escritórios corporativos que monitorizam a energia e os resíduos
Sierra Incluindo emissões dos lojistas	0,250	0,358	Emissões GEE âmbito 1, 2 e 3* (t CO <sub>2e</sub> ) / área excluindo os lojistas** (m <sup>2</sup> ) *Numerador do rácio de intensidade de emissões de GEE da Sierra incluindo emissões dos lojistas, conforme descrito acima, adicionado das emissões da eletricidade consumida pelos lojistas. **Denominador do rácio de intensidade de emissões de GEE da Sierra incluindo emissões dos lojistas, conforme descrito acima.

Nota: Atualização das métricas específicas relevantes para os negócios.

**305-5 Redução de emissões de GEE**

Para contribuir para a redução das nossas emissões de gases com efeito de estufa, associadas às nossas empresas, cuja meta definida é de reduzir 54% as emissões até 2030 face a 2018, cada empresa Sonae desenvolveu os seus próprios mapas de redução, adaptados ao seu contexto de negócio, com base nas melhores práticas e no melhor conhecimento tecnológico e científico. Mudar para equipamentos de refrigeração que usam refrigerantes de baixo impacto, investir na produção local de energia renovável e no fornecimento de energia renovável, eletrificar a nossa frota e avançar os nossos esforços para promover a ecoeficiência de nossas operações são algumas das medidas planeadas para atingir nossas metas, como informado também no indicador GRI “302-4 Redução do consumo energético”.

**305-6 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono**

**Substâncias destruidoras da camada de ozono (kg)**

	2021	2022
R407C	167	160
R410A	125	251
R417A	-	-
R438A	-	9

Nota: As substâncias destruidoras da camada de ozono R417A e R438A foram reportadas pela primeira vez em 2022, não existindo valores de 2021.

**305-7 Óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), óxidos de enxofre (SO<sub>2</sub>) e outras emissões significativas**

**Emissões de Óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), de óxidos de enxofre (SO<sub>2</sub>), de metano (CH<sub>4</sub>) e de F-gases (t)**

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sonae <sup>*</sup>	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
NO <sub>x</sub>	344	393	6,48	5,40	351	399
SO <sub>2</sub>	90	116	1,68	1,26	91	117
CH <sub>4</sub>	14	19	0,59	0,44	14	19
F-gases	18.416	23.136	-	-	18.416	23.136

\* Excluindo a Sierra, uma vez que a Sierra não comunica este indicador.

Nota: Valores históricos atualizados resultantes do ajuste na metodologia de cálculo (revisão dos fatores de emissão e inclusão de emissões de gases destruidores da camada de ozono).

**306: Resíduos**

**306-1 Produção de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos**

A Sonae, reconhecendo os impactos potenciais decorrentes da geração de resíduos das suas atividades e operações, como a poluição e depreciação dos ecossistemas e espécies, tem implementadas iniciativas focadas na gestão dos resíduos produzidos

pelas suas operações, bem como redução e/ou reutilização de resíduos, que incluem: criação de áreas específicas nas lojas e entrepostos para a gestão de resíduos; separação, armazenamento temporário e envio dos diferentes tipos de resíduos para operadores licenciados; separação da parcela orgânica dos resíduos e envio para valorização orgânica; redução do material de embalagem de produtos de marca própria; reutilização de embalagens de transporte; e formação e sensibilização de colaboradores.

Os esforços para promover a prevenção, gestão e a eliminação eficazes dos resíduos assumiram uma importância acrescida nos últimos anos, dada a crescente consciencialização social e a agenda legislativa para combater os resíduos, tanto a nível regional como nacional. Sempre que possível, evita-se a colocação em aterros, pois não é apenas um uso ineficiente dos recursos: pode gerar emissões prejudiciais de gases de efeito estufa, como metano e dióxido de carbono, além de poluentes que podem contaminar o solo e as águas subterrâneas. Consequentemente, a eliminação de resíduos em aterros está a tornar-se mais regulamentada e mais dispendiosa, na maioria dos locais onde operamos. Por outro lado, uma boa gestão de resíduos pode reduzir os impactos ambientais e ser mais rentável para as empresas, uma vez que evita o imposto sobre os aterros e os custos de eliminação de resíduos. Uma abordagem de circuito fechado para a gestão de resíduos também pode reduzir custos e impactos ambientais associados ao consumo de matérias-primas. Estamos empenhados em reduzir a quantidade de resíduos gerados pelas nossas atividades e em alcançar elevados níveis de reciclagem de resíduos.

Adicionalmente, para sensibilizar os nossos clientes para a correta eliminação dos resíduos, nos parques de estacionamento de alguns dos nossos espaços comerciais, onde disponibilizamos contentores para depositar e separar os resíduos elétricos, eletrónicos e óleos alimentares, por exemplo.

**306-2 Gestão de impactos significativos relacionados com resíduos**

Reforçamos os princípios de prevenção, eficiência e circularidade na forma como gerimos a nossa atividade, ao concebermos e desenvolvermos os nossos serviços e produtos, evitando sempre que possível os plásticos de utilização única, privilegiando a reutilização e reparação dos materiais, e, quando tal não for possível, encaminhando os resíduos para reciclagem. As empresas do Grupo estão empenhadas em integrar estes princípios na sua atividade, desde a conceção dos nossos produtos e serviços, até ao funcionamento dos nossos armazéns, lojas, centros comerciais e edifícios.

Na Sierra, por exemplo, está a ser implementada a estrutura *Circulytics* que visa apoiar na integração ainda maior de soluções de economia circular nas nossas empresas. A *Circulytics* é uma ferramenta de avaliação desenvolvida pela *Ellen MacArthur Foundation* que está a apoiar mais de 1.250 empresas em todo o mundo a melhorarem os níveis de circularidade. Mais especificamente, pretende-se usar esta ferramenta para: medir o nosso desempenho de circularidade; apoiar a tomada de decisão; identificação de pontos fortes e a melhorar; e identificação de oportunidades. Com base na ferramenta de avaliação, em 2022, foi desenvolvido um plano de ação para medir o nosso desempenho em circularidade, caracterizar os nossos resíduos gerados, apoiar a tomada de decisão, identificar pontos fortes e melhorar e identificar oportunidades nos nossos centros.

Conscientes do impacto da indústria da moda no meio-ambiente, a Zeitreel lançou coleções mais sustentáveis, com o objetivo de incorporar cada vez mais materiais sustentáveis e reduzir a produção de resíduos têxteis. Estas coleções incluem fibras de

algodão reciclado, que provêm de resíduos e vestuários que já não seriam utilizados, evitando que sejam colocadas em aterros. Em 2022, para além da crescente incorporação de matérias-primas sustentáveis na Zeitreel, nomeadamente materiais reciclados, a Salsa lançou o programa *Infinity*, com o objetivo de oferecer serviços de reparação de peças de ganga de forma a prolongar a vida útil das peças Salsa, aumentando, assim, o número de utilizações por peça e procurando minimizar o desperdício. Para peças que não possam ser reparadas, há a intenção de produzir algumas cápsulas de *upcycling* e, como último recurso, enviar as peças para reciclagem têxtil. No mesmo caminho, a MC inova também com o projeto [RE]Style, onde os clientes podem encontrar artigos de vestuário em segunda mão nas lojas Continente, promovendo uma redução dos recursos utilizados.

Na Worten, existem dois programas principais que promovem a circularidade dos Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (EEEs) e a gestão de resíduos, a UTRAD (Unidade de Tratamento e Recuperação de Itens Depreciados) da Worten, o TSC (Centro de Serviços Técnicos). Na UTRAD existe uma equipa técnica especializada para permitir uma maior taxa de recuperação, uma vez que apenas os itens não recuperáveis são enviados para reciclagem. Esta unidade recebe artigos de lojas, reparadores, armazéns e dos clientes, e os artigos recuperados são então integrados no fluxo de vendas da loja de *outlet* Worten. A TSC recebe artigos de clientes para reparação no âmbito dos serviços Worten *Resolve* que prolongam a vida útil dos produtos através da reparação. A TSC também recebe itens (smartphones, *smartwatches* e tablets) vendidos por clientes, que são requalificados e colocados à venda novamente no âmbito do programa Reuse.

Adicionalmente, no armazém logístico, TSC e lojas são adotadas medidas para reduzir o consumo de embalagens ao longo dos vários circuitos logísticos como por exemplo: a definição de *KPI's* no armazém para reduzir o consumo, utilização de caixas rígidas reutilizáveis para o circuito logístico entre o armazém e a Worten *Mobile* (projeto piloto) e a reutilização de embalagens nas lojas para envio de equipamentos para o TSC. O TSC implementou um sistema de envelopes reutilizáveis para o tratamento de equipamentos reconicionados no programa de reutilização.

A gestão dos impactos dos resíduos gerados pela nossa atividade envolve também a cooperação e a participação em projetos que incentivem a sua recolha e encaminhamento adequado. O projeto-piloto do Sistema de Depósito e Reembolso (SDR), disponível em 21 das nossas lojas, visa recolher embalagens de plástico, vidro e latas de bebidas através de um sistema de incentivo ao consumidor, garantindo o seu encaminhamento para reciclagem e a produção reciclada de alta qualidade. A participação da MC neste projeto está a ajudar-nos a ter mais e melhor qualidade de material reciclado disponível, de forma a serem incorporados 30% de materiais reciclados em novas embalagens. Desde a implementação em 2020, o projeto-piloto garantiu a recolha de 14,7 milhões de embalagens.

### 306-3 Resíduos produzidos

#### Resíduos produzidos (t)

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Resíduos perigosos	2.538	2.233	-	-	28	14	2.566	2.247
Resíduos não perigosos	78.342	78.228	-	-	16.707	21.971	95.049	100.199
<b>Total</b>	<b>80.880</b>	<b>80.461</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.735</b>	<b>21.985</b>	<b>97.615</b>	<b>102.446</b>

Nota: Informação de 2021 revista e atualizada, para garantir a assertividade dos valores apresentados.

### 306-4 Resíduos não encaminhados para deposição

#### Resíduos não encaminhados para deposição (t)

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
<b>Resíduos perigosos</b>								
Reciclados	2.508	2.205	-	-	26	11	2.534	2.216
Preparados para reutilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Incinerados (com recuperação de energia)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações de recuperação*	9	-	-	-	-	-	9	-
<b>Total de resíduos perigosos não encaminhados para deposição</b>	<b>2.518</b>	<b>2.205</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26</b>	<b>11</b>	<b>2.544</b>	<b>2.216</b>
<b>Resíduos não perigosos</b>								
Reciclados	50.114	49.618	-	-	8.330	11.061	58.444	60.680
Preparados para reutilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Incinerados (com recuperação de energia)	6.257	7.847	-	-	1.705	2.382	7.962	10.229
Outras operações de recuperação*	9.816	9.336	-	-	4.353	5.234	14.169	14.570
<b>Total de resíduos não perigosos não encaminhados para deposição</b>	<b>66.187</b>	<b>66.802</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.388</b>	<b>18.677</b>	<b>80.675</b>	<b>85.479</b>

\*Compostagem e digestão anaeróbia.

## 306-5 Resíduos encaminhados para deposição

### Resíduos encaminhados para deposição (t)

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
<b>Resíduos perigosos</b>								
Incinerados (sem recuperação de energia)	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcionados para aterro	-	3	-	-	-	-	-	3
Outras operações de eliminação*	21	25	-	-	2	2	23	28
<b>Deposição total de resíduos perigosos</b>	<b>21</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>23</b>	<b>30</b>
<b>Resíduos não perigosos</b>								
Incinerados (sem recuperação de energia)	-	-	-	-	9	-	9	-
Direcionados para aterro	12.028	10.887	-	-	2.303	3.293	14.331	14.181
Outras operações de eliminação*	127	539	-	-	7	1	134	540
<b>Deposição total de resíduos não perigosos</b>	<b>12.155</b>	<b>11.426</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.319</b>	<b>3.294</b>	<b>14.475</b>	<b>14.721</b>

\*Inclui opção de armazenagem.



GRI 400 – Divulgação sociais

401: Emprego [aspecto material]

401-1 Novas contratações e rotatividade dos colaboradores

Entradas e saídas (número)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Homens	9.812	9.227	27	100	73	42	9.912	9.369
Mulheres	18.064	17.132	25	39	77	50	18.166	17.221
<b>Total</b>	<b>27.876</b>	<b>26.359</b>	<b>52</b>	<b>139</b>	<b>150</b>	<b>92</b>	<b>28.078</b>	<b>26.590</b>
<30 anos	21.388	19.341	25	57	-	-	-	-
30-50 anos	5.516	5.729	25	73	-	-	-	-
>50 anos	972	1.289	2	9	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27.876</b>	<b>26.359</b>	<b>52</b>	<b>139</b>	-	-	-	-
< 35 anos	-	-	-	-	79	36	-	-
Dos 35 aos 44	-	-	-	-	34	33	-	-
Dos 45 aos 54	-	-	-	-	28	14	-	-
Dos 55 aos 64	-	-	-	-	7	7	-	-
> 64 anos	-	-	-	-	2	2	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>150</b>	<b>92</b>	-	-
Portugal	26.439	25.078	51	51	102	51	26.592	25.180
Espanha	1.382	1.225	1	53	11	7	1.394	1.285
Resto do mundo	55	56	-	35	37	34	92	125
<b>Total</b>	<b>27.876</b>	<b>26.359</b>	<b>52</b>	<b>139</b>	<b>150</b>	<b>92</b>	<b>28.078</b>	<b>26.590</b>

Entradas e saídas (%)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Homens	20,8%	19,6%	8,4%	31,3%	10,3%	5,9%	20,6%	19,4%
Mulheres	38,3%	36,3%	7,8%	12,2%	10,8%	7,0%	37,7%	35,7%
<b>Total</b>	<b>59,1%</b>	<b>55,9%</b>	<b>16,3%</b>	<b>43,4%</b>	<b>21,1%</b>	<b>18,0%</b>	<b>58,2%</b>	<b>55,1%</b>
<30 anos	45,3%	41,0%	7,8%	17,8%	-	-	-	-
30-50 anos	11,7%	12,1%	7,8%	22,8%	-	-	-	-
>50 anos	2,1%	2,7%	0,6%	2,8%	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>59,1%</b>	<b>55,9%</b>	<b>16,3%</b>	<b>43,4%</b>	-	-	-	-
< 35 anos	-	-	-	-	11,1%	5,1%	-	-
Dos 35 aos 44	-	-	-	-	4,8%	4,6%	-	-
Dos 45 aos 54	-	-	-	-	3,9%	2,0%	-	-
Dos 55 aos 64	-	-	-	-	1,0%	1,0%	-	-
> 64 anos	-	-	-	-	0,3%	0,3%	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>21,1%</b>	<b>18,0%</b>	-	-
Portugal	56,0%	53,1%	15,9%	15,9%	14,4%	7,2%	55,1%	52,2%
Espanha	2,9%	2,6%	0,3%	16,6%	1,5%	1,0%	2,9%	2,7%
Resto do mundo	0,1%	0,1%	0,0%	10,9%	5,2%	4,8%	0,2%	0,3%
<b>Total</b>	<b>59,1%</b>	<b>55,9%</b>	<b>16,3%</b>	<b>43,4%</b>	<b>21,1%</b>	<b>18,0%</b>	<b>58,2%</b>	<b>55,1%</b>

Taxa de entradas e saídas

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Total Colaboradores	45.062	47.192	870	320	902	710	46.834	48.222
Entradas	24.115	27.876	180	52	131	150	24.426	28.078
<b>Taxa de entradas (%)</b>	<b>53%</b>	<b>59%</b>	<b>21%</b>	<b>16%</b>	<b>15%</b>	<b>21%</b>	<b>52%</b>	<b>58%</b>
Saídas	21.913	26.359	147	139	114	92	22.174	26.590
<b>Taxa de saídas (%)</b>	<b>48%</b>	<b>56%</b>	<b>17%</b>	<b>43%</b>	<b>13%</b>	<b>13%</b>	<b>47%</b>	<b>55%</b>

Saídas voluntárias ou involuntárias (número)

2022	CC, MC, Worten, Zeittree e Universo												Sonae* (Bright Pixel e Media)					
	Saídas Voluntárias						Saídas Involuntárias						Saídas Voluntárias			Saídas Involuntárias		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
<b>Executivos</b>																		
<b>Total</b>	1	-	1	4	1	5	2	1	3	-	-	-	3	1	4	4	1	5
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre 30 e 50 anos	-	-	-	-	-	-	2	1	3	-	-	-	2	1	3	-	-	-
≥ 50 anos	1	-	1	4	1	5	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4	1	5
<b>Gestores de topo e quadros intermédios</b>																		
<b>Total</b>	41	26	67	23	16	39	12	3	15	3	-	3	53	29	82	26	16	42
< 30 anos	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-
Entre 30 e 50 anos	35	25	60	9	13	22	11	3	14	2	-	2	46	28	74	11	13	24
≥ 50 anos	4	1	5	14	3	17	1	-	1	1	-	1	5	1	6	15	3	18
<b>Coordenadores e Supervisores</b>																		
<b>Total</b>	16	29	45	12	24	36	71	31	102	12	4	16	87	60	147	24	28	52
< 30 anos	2	6	8	1	1	2	38	10	48	8	1	9	40	16	56	9	2	11
Entre 30 e 50 anos	14	22	36	7	16	23	31	17	48	4	2	6	45	39	84	11	18	29
≥ 50 anos	-	1	1	4	7	11	2	4	6	-	1	1	2	5	7	4	8	12
<b>Técnicos e Especialistas</b>																		
<b>Total</b>	288	481	769	57	161	218	-	-	-	-	-	-	288	481	769	57	161	218
< 30 anos	132	229	361	19	45	64	-	-	-	-	-	-	132	229	361	19	45	64
Entre 30 e 50 anos	152	243	395	25	93	118	-	-	-	-	-	-	152	243	395	25	93	118
≥ 50 anos	4	9	13	13	23	36	-	-	-	-	-	-	4	9	13	13	23	36
<b>Operacionais</b>																		
<b>Total</b>	4.020	6.984	11.004	5.312	8.863	14.175	-	-	-	-	-	-	4.020	6.984	11.004	5.312	8.863	14.175
< 30 anos	2.994	4.752	7.746	4.433	6.727	11.160	-	-	-	-	-	-	2.994	4.752	7.746	4.433	6.727	11.160
Entre 30 e 50 anos	975	2.028	3.003	778	1.782	2.560	-	-	-	-	-	-	975	2.028	3.003	778	1.782	2.560
≥ 50 anos	51	204	255	101	354	455	-	-	-	-	-	-	51	204	255	101	354	455

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

**Mobilidade interna e promoções**

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sonae*		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Nº de mobilidade	1.764	2.979	<b>4.743</b>	-	5	<b>5</b>	1.764	2.984	<b>4.748</b>
<b>Mobilidade interna (%)</b>	11%	10%	10%	0%	3%	2%	11%	10%	10%
Nº de promoções	1.509	2.434	<b>3.943</b>	33	31	<b>64</b>	1.542	2.465	<b>4.007</b>
<b>Promoções (%)</b>	9%	8%	8%	22%	18%	20%	10%	8%	8%

\*Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

**401-3 Licença parental**

**Licença parental**

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sonae*		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Total de colaboradores que usufruíram a licença parental (n.º)	606	1.662	<b>2.268</b>	5	4	<b>9</b>	611	1.666	<b>2.277</b>
Total de colaboradores com direito a licença parental (n.º)	16.055	31.137	<b>47.192</b>	150	170	<b>320</b>	16.205	31.307	<b>47.612</b>
<b>Taxa de usufruto (%)</b>	4%	5%	5%	3%	2%	3%	4%	5%	5%
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental (n.º)	589	1.582	<b>2.171</b>	5	3	<b>8</b>	594	1.585	<b>2.179</b>
<b>Taxa de retorno (%)</b>	97%	95%	96%	100%	75%	89%	97%	95%	96%
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado (n.º)	394	1.110	<b>1.504</b>	7	5	<b>12</b>	401	1.115	<b>1.616</b>
<b>Taxa de retenção (%)</b>	76%	77%	77%	35%	26%	31%	74%	77%	76%

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

Notas: São contabilizados os colaboradores que tendo usufruído de licença em 2021, continuam na empresa 12 meses após retorno.

**403: Saúde e segurança ocupacional**

**403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional**

A Sonae não possui um sistema transversal formal de gestão de segurança e saúde ocupacional, embora promova práticas de baixo risco e um ambiente de trabalho saudável e seguro. Apenas a Sierra aplica um sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional (consultar indicador GRI “403-8 Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão da segurança e saúde no ocupacional”).

Contudo, a Worten manteve até junho de 2022 a Certificação *V-Safe* por iniciativa voluntária (2º ano de certificação para fazer face à pandemia da Covid-19). Tratou-se de um sistema de gestão com um referencial orientador da empresa certificadora TUV Ibéria. A implementação foi baseada nos requisitos legais em vigor e foram criados diversos documentos para esta certificação, seguindo a conformidade legal.

### 403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Na Sonae, apesar de não termos um sistema transversal de saúde e segurança, possuímos procedimentos de identificação de perigos e avaliação de riscos nas operações das nossas empresas (como lojas, armazéns e escritórios), com base num plano anual de atividades conduzido pelas equipas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), certificadas para o efeito. Estes procedimentos são atualizados periodicamente e analisados quando ocorrem novos incidentes ou são introduzidos novos procedimentos, nova regulamentação ou novos equipamentos que possam afetar o nível de risco. Os técnicos de SST que acompanham as unidades procedem à sua atualização e monitorização constante. O procedimento de investigação de incidentes é baseado na metodologia dos 3C's (análise do caso, identificação das causas e implementação de contramedidas), que é então traduzido num plano de ação. Anualmente, na revisão estratégica do sistema, é tida em conta os resultados destas avaliações.

Por exemplo, a MC desenvolveu um modelo que abrange 3 dimensões - Segurança, Ergonomia e Eficiência Operacional. O projeto assenta assim em duas fases principais: fase 1, de diagnóstico e caracterização das atividades executadas nas lojas, com um mapeamento total das tarefas e uma avaliação rigorosa, abrangente, sólida e cientificamente fundamentada de cada uma dessas tarefas em cada um dos três eixos, no qual conseguimos avaliar cada uma delas no tempo e na sua envolvimento. Consequentemente, a fase 2 de implementação de um conjunto significativo de soluções de melhoria, assentes em quatro programas transformacionais: o P1 – *quickwins* transversais; o P2 – desenvolvimento de projetos de melhoria; o P3 – soluções robóticas colaborativas; o P4 – desenho integral dos postos de trabalho mais exigentes.

Acreditamos que a sensibilização e a comunicação dos riscos e das medidas que os colaboradores devem adotar, de modo a eliminar ou reduzir os riscos a níveis controláveis, é uma etapa decisiva para a melhoria das condições existentes e, consequentemente, para melhorar o ambiente de trabalho.

Desta forma, para além da formação em SST, a informação é partilhada com os colaboradores e disponibilizada no local de trabalho, através de ferramentas de comunicação como "MyWorten" ou "Alertas de Segurança" na Zeitreel, onde, por exemplo, na primeira semana de cada mês, são publicados todos os acidentes ocorridos no mês anterior, incluindo causas e ações tomadas. Também é assegurada uma consulta anual aos trabalhadores sobre questões de SST, por via de um questionário em que os trabalhadores podem comentar sobre todos os tópicos relacionados com SST. As respostas são analisadas como forma de avaliar a sua perceção das condições de trabalho. Os trabalhadores podem ainda reportar incidentes por meio de auditorias de lojas, plataformas ("Sonae Circle" no Centro Corporativo e MC e "W-Talk" na Worten) e aplicações internas, ou através de contacto direto com os técnicos de SST

### 403-3 Serviços de saúde ocupacional

A Sonae disponibiliza funções de serviços de saúde ocupacional que contribuem para a identificação e eliminação de perigos e minimização de riscos, nomeadamente os serviços de saúde ocupacional. Esses serviços, previstos na lei, incluem: um exame de admissão no momento do ingresso na empresa; exames periódicos e a cada 2 anos para todos os colaboradores entre os 18 e 50 anos; e exames anuais para colaboradores com menos de 18 anos ou mais de 50; são também realizados exames ocasionais a pedido do colaborador ou da empresa, sendo a obrigação de todos os colaboradores que estiverem ausentes por mais de 30 dias, após retorno, a eventual realização de exames.

A realização das consultas de medicina do trabalho a todos os colaboradores, assim como as visitas aos locais de trabalho com os médicos do trabalho, complementam a par das demais atividades de SST, as ações para a identificação e eliminação da perigosidade e minimização de riscos, nomeadamente pelas orientações descritas nas fichas de aptidão médicas onde se inclui a identificação de restrições médicas.

Outros serviços incluem acompanhamentos de iniciativas de remodelação e inaugurações de lojas, formações, procedimentos e normas de segurança, plano de auditorias anuais para todos os estabelecimentos, acompanhamento de processos de reclamações (causa e participação) e estudos ergonómicos.

Além disso, são realizadas campanhas de sensibilização, tais como dádiva de sangue e alimentação saudável, entre outras.

A organização dos serviços de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional é assegurada por serviços mistos (internos e externos), para dar suporte a todas as unidades das várias áreas. Todos os serviços são fornecidos por técnicos qualificados de SST.

### 403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança ocupacional

Na Sonae, é assegurada uma consulta anual aos colaboradores sobre questões de SST, através de um questionário, no qual os colaboradores comentam sobre todas as questões relacionadas com SST. O questionário é adaptado e atualizado periodicamente e as respostas dos colaboradores são analisadas, como forma de avaliar a sua perceção sobre as condições de trabalho.

Além disso, é realizada uma pesquisa sobre a satisfação das vítimas de acidentes sobre a atividade de saúde realizada pela companhia de seguros.

Durante o processo de integração de novos colaboradores, é comunicado um conjunto de informações relacionadas à saúde e segurança, sensibilizando para este tema.

Os colaboradores podem também reportar incidentes através de auditorias de lojas, plataformas ("Sonae Circle" no Centro Corporativo e MC e "W-Talk" na Worten) e aplicações internas, ou através do contacto direto com técnicos de SST.



**403-5 Formação de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional**

Durante o processo de admissão, os trabalhadores realizam formação *online* obrigatória sobre riscos no local de trabalho e organização e resposta a emergências. As equipas de emergência são treinadas pessoalmente por técnicos de SST. Outras formações que complementam as necessidades de prevenção e segurança incluem todos os locais de trabalho e funções, tais como a prevenção Covid-19, primeiros socorros, formação prática em incêndios (ocasionais) e movimentação manual de carga, entre outras formações. A maioria das empresas Sonae possui um portal interno onde os colaboradores podem encontrar diversas informações relacionadas com a Segurança e Saúde no Trabalho, tais como Acidentes de Trabalho, Riscos no Trabalho, Equipamentos de Proteção Individual, Plano de Emergência, entre outros. Algumas auditorias de monitorização de SST, realizadas nas lojas, são de carácter pedagógico.

**403-6 Promoção da saúde do trabalhador**

No que diz respeito à facilitação do acesso dos trabalhadores aos serviços médicos e de saúde não ocupacionais, a Sonae tem à disposição de todos os colaboradores diversas iniciativas como medicina curativa, alimentação e nutrição, massagem, yoga e outras iniciativas do género. São ainda promovidos programas e campanhas de comunicação dedicados à saúde, tais como: combate à obesidade, tabagismo, coração, vacinação da gripe, Covid-19, entre outros. O Campus da Sonae é um exemplo que oferece uma grande variedade de serviços concebidos para melhorar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, nomeadamente, horta comunitária, centros desportivos, escolas, áreas de alimentação, cabeleireiros, lavandarias, pontos de entrega e recolha de encomendas e soluções sustentáveis de mobilidade, tais como *shuttles*, bicicletas e pontos de carregamento para veículos elétricos.

**403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios**

Os impactos na saúde e segurança atribuíveis às relações comerciais não são considerados relevantes.

**403-8 Colaboradores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional**

**Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional**

2022	Sierra			Total
	Trab. Diretos	Supervisionados	Independentes	
Força de trabalho total: trabalhadores diretos, supervisionados e contratados independentes (n°)	710	19	8	<b>729</b>
Trabalhadores verificados externamente para estar operando em conformidade com OHSAS 18001 / ISO 45001	706	19	8	<b>725</b>
Percentagem trabalhadores verificados externamente para estar operando em conformidade com OHSAS 18001 / ISO 45001 (%)	99%	100%	100%	99%
Número total de trabalhadores internamente verificados para estarem operando em conformidade com o sistema de gestão de segurança e saúde (SST)	706	19	8	<b>725</b>
Percentagem de trabalhadores internamente verificados como operando em conformidade com o sistema de gestão de segurança e saúde (SST) (%)	99%	100%	100%	99%

## 403-9 Acidentes de trabalho

### Acidentes de trabalho: Colaboradores

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	Sonaeom (Bright Pixel e Media)	Sonae*
Horas trabalháveis	82.703.383	595.056	83.298.439
Acidentes de trabalho	1.106	-	1.106
Fatalidades	-	-	-
<b>Índice de acidentes de trabalho</b> (por milhão de horas trabalháveis)	<b>13</b>	-	<b>13</b>
Nº de dias de perdidos por acidentes de trabalho	14.403	-	14.403
<b>Índice de dias perdidos</b> (por 200.000 horas trabalháveis)	<b>35</b>	-	<b>35</b>
Nº de acidentes de trabalho que impliquem dias perdidos	508	-	508
<b>Índice de frequência de acidentes que impliquem dias perdidos</b> (por milhão de horas trabalháveis)	<b>6</b>	-	<b>6</b>

\*Sierra não reporta este indicador.

### Acidentes de trabalho: Trabalhadores que não são colaboradores, mas cujo trabalho e / ou local de trabalho é controlado pela organização

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	Sonaeom (Bright Pixel e Media)	Sonae*
Horas trabalháveis	397.849	-	397.849
Acidentes de trabalho	102	-	102
Fatalidades	-	-	-
<b>Índice de acidentes de trabalho</b> (por milhão de horas trabalháveis)	<b>256</b>	-	<b>256</b>

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

## 404: Formação e educação [aspeto material]

### 404-1 Média de horas de formação por ano e por participante

#### Horas de formação

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaeom (Bright Pixel e Media)		Sierra		Sonae	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Horas totais de formação (h)	1.184.119	1.017.243	15.395	11.225	14.900	9.113	1.214.414	1.037.581
Total participantes (nº)	56.357	72.821	514	371	902	710	57.773	73.902
<b>Média de horas de formação (h/participante)</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>21</b>	<b>14</b>

**Horas de formação por categoria funcional e género**

2022	CC, MC, Worten, Zeitreef e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sierra	Sonae
	H	M	T	H	M	T	T	T
Executivos	1.444	259	<b>1.703</b>	-	80	<b>80</b>	<b>107</b>	<b>1.890</b>
Gestores de topo e quadros intermédios	18.245	14.632	<b>32.877</b>	1.911	1.093	<b>3.004</b>	<b>4.298</b>	<b>40.179</b>
Coordenadores e Supervisores	42.525	50.819	<b>93.344</b>	4.056	4.085	<b>8.141</b>	<b>1.989</b>	<b>103.424</b>
Técnicos e Especialistas	29.088	56.429	<b>85.517</b>	-	-	-	<b>2.769</b>	<b>88.286</b>
Operacionais	341.101	462.701	<b>803.802</b>	-	-	-	-	<b>803.802</b>
<b>Total horas de formação (h)</b>	<b>432.403</b>	<b>584.840</b>	<b>1.017.243</b>	<b>5.967</b>	<b>5.258</b>	<b>11.225</b>	<b>9.113</b>	<b>1.037.581</b>
Executivos	62	18	<b>80</b>	-	2	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>103</b>
Gestores de topo e quadros intermédios	683	560	<b>1.243</b>	65	22	<b>87</b>	<b>241</b>	<b>1.571</b>
Coordenadores e Supervisores	1.135	1.550	<b>2.685</b>	179	103	<b>282</b>	<b>144</b>	<b>3.111</b>
Técnicos e Especialistas	1.386	2.873	<b>4.259</b>	-	-	-	<b>304</b>	<b>4.563</b>
Operacionais	21.573	42.981	<b>64.554</b>	-	-	-	-	<b>64.554</b>
<b>Total participantes (nº)</b>	<b>24.839</b>	<b>47.982</b>	<b>72.821</b>	<b>244</b>	<b>127</b>	<b>371</b>	<b>710</b>	<b>73.902</b>
Executivos	23	14	<b>19</b>	-	40	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>18</b>
Gestores de topo e quadros intermédios	27	26	<b>26</b>	29	50	<b>40</b>	<b>18</b>	<b>26</b>
Coordenadores e Supervisores	37	33	<b>35</b>	23	40	<b>31</b>	<b>13</b>	<b>33</b>
Técnicos e Especialistas	21	20	<b>20</b>	-	-	-	<b>9</b>	<b>19</b>
Operacionais	16	11	<b>13</b>	-	-	-	-	<b>12</b>
<b>Média de horas de formação (h/participante)</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>24</b>	<b>41</b>	<b>30</b>	<b>13</b>	<b>14</b>

Nota: Inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2022.

404-2 Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição de carreira

Ações e horas por programa de formação

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sonae*	
	Total de Ações (nº)	Total de Horas (h)	Total de Ações (nº)	Total de Horas (h)	Total de Ações (nº)	Total de Horas (h)
Conferências & Seminários	58	1.494	-	-	58	1.494
Escolas/Academias	351	8.292	8	26	359	8.318
Gestão	1.475	3.319	-	-	1.475	3.319
Gestão & Liderança	7.168	33.899	3	266	7.171	34.165
Melhoria contínua	1.639	6.827	5	7	1.644	6.834
Saúde e Segurança no Trabalho	12.332	39.817	3	5	12.335	39.822
Sustentabilidade	3.303	3.540	-	-	3.303	3.540
Técnica	5.472	259.335	152	8.964	5.624	268.299
Transversal	10.498	60.118	33	245	10.531	60.363
Políticas e práticas de direitos humanos <sup>(1)</sup>	28.893	72.765	-	-	28.893	72.765
Outros	58.396	600.611	17	1.715	58.413	602.326
<b>Total</b>	<b>129.585</b>	<b>1.090.017</b>	<b>221</b>	<b>11.228</b>	<b>129.806</b>	<b>1.101.245</b>

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

Nota: Inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2022.

(1) Incluída informação reportada no âmbito do indicador GRI 412 relativo avaliação de direitos humanos

404-3 Percentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira

No decorrer de 2022, 76,7% dos colaboradores do Centro Corporativo, MC, Worten, Zeitreel e Universo receberam avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira. Na Sonaecom (Bright Pixel) e na Sierra, 58,4% e 100% dos colaboradores receberam avaliações e análises de desempenho e desenvolvimento de carreira, respetivamente.

405: Diversidade e igualdade de oportunidades [aspeto material]

405-1 Diversidade em órgãos de governo e dos colaboradores

O âmbito do indicador “Cargos de Liderança ocupados por mulheres” no capítulo “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado é diferente do apresentado neste indicador. O indicador das “mulheres em cargos de liderança” incluem a categoria funcional de “Executivos” e “Gestores de topo e quadros intermédios”. Apenas abrange o centro corporativo e as suas participadas que possuem metas de igualdade de género definidos e que se regem pela segmentação de funções definida para o Grupo, excluindo Arenal.

## Percentagem de colaboradores por categoria funcional, faixa etária e género (%)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sierra			Sonae		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
	Orgãos de governo	77%	23%	100%	50%	50%	100%	63%	38%	100%	72%	28%
Executivos	78%	22%	100%	0%	100%	100%	76%	24%	100%	77%	23%	100%
Gestores de topo e quadros intermédios	59%	41%	100%	67%	33%	100%	60%	40%	100%	60%	40%	100%
Coordenadores e Supervisores	37%	63%	100%	45%	55%	100%	51%	49%	100%	39%	61%	100%
Técnicos e Especialistas	35%	65%	100%	0%	0%	0%	26%	74%	100%	34%	66%	100%
Operacionais	33%	67%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	33%	67%	100%
<b>Total</b>	<b>34%</b>	<b>66%</b>	<b>100%</b>	<b>47%</b>	<b>53%</b>	<b>100%</b>	<b>44%</b>	<b>56%</b>	<b>100%</b>	<b>34%</b>	<b>66%</b>	<b>100%</b>

## Percentagem de colaboradores por faixa etária e género (%)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sonae*		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
< 30 anos	39%	61%	100%	46%	54%	100%	39%	61%	100%
Entre 30 e 50 anos	32%	68%	100%	47%	53%	100%	32%	68%	100%
≥ 50 anos	26%	74%	100%	47%	53%	100%	27%	73%	100%
<b>Total</b>	<b>34%</b>	<b>66%</b>	<b>100%</b>	<b>47%</b>	<b>53%</b>	<b>100%</b>	<b>34%</b>	<b>66%</b>	<b>100%</b>

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra reporta o indicador com diferentes faixas etárias. Ver tabela seguinte.

## Colaboradores portadores de deficiência (número)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	Sonaecom (Bright Pixel e Media)	Sierra	Sonae
Colaboradores portadores de deficiência	300	7	16	323

## Percentagem de colaboradores por categoria funcional, idade e género (%)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sonae*		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
	<b>Orgãos de governo</b>								
< 30 anos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Dos 30 aos 50 anos	32%	9%	41%	50%	50%	100%	33%	13%	46%
≥ 50 anos	45%	14%	59%	0%	0%	0%	42%	13%	54%
<b>Executivos</b>									
< 30 anos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Dos 30 aos 50 anos	43%	12%	55%	0%	100%	100%	43%	13%	56%
≥ 50 anos	35%	9%	45%	0%	0%	0%	35%	9%	44%
<b>Gestores de topo e quadros intermédios</b>									
< 30 anos	1%	1%	2%	3%	0%	3%	1%	1%	2%
Dos 30 aos 50 anos	42%	30%	72%	47%	27%	73%	42%	30%	72%
≥ 50 anos	16%	10%	26%	17%	7%	23%	16%	10%	26%
<b>Coordenadores e Supervisores</b>									
< 30 anos	4%	7%	11%	9%	11%	21%	4%	7%	12%
Dos 30 aos 50 anos	28%	46%	74%	24%	29%	54%	28%	45%	72%
≥ 50 anos	6%	9%	15%	11%	14%	26%	6%	10%	16%
<b>Técnicos e Especialistas</b>									
< 30 anos	12%	21%	33%	0%	0%	0%	12%	21%	33%
Dos 30 aos 50 anos	20%	37%	57%	0%	0%	0%	20%	37%	57%
≥ 50 anos	3%	7%	10%	0%	0%	0%	3%	7%	10%
<b>Operacionais</b>									
< 30 anos	17%	27%	44%	0%	0%	0%	17%	27%	44%
Dos 30 aos 50 anos	12%	30%	42%	0%	0%	0%	12%	30%	42%
≥ 50 anos	3%	10%	13%	0%	0%	0%	3%	10%	13%

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra reporta o indicador com diferentes faixas etárias. Ver tabela seguinte.

2022	Sierra		
	H	M	T
<b>Orgãos de governo</b>			
< 35 anos	0%	0%	<b>0%</b>
Dos 35 aos 44 anos	0%	0%	<b>0%</b>
Dos 45 aos 54 anos	63%	38%	<b>100%</b>
Dos 55 aos 64 anos	0%	0%	<b>0%</b>
> 64 anos	0%	0%	<b>0%</b>
<b>Executivos</b>			
< 35 anos	0%	0%	<b>0%</b>
Dos 35 aos 44 anos	5%	0%	<b>5%</b>
Dos 45 aos 54 anos	43%	10%	<b>52%</b>
Dos 55 aos 64 anos	24%	14%	<b>38%</b>
> 64 anos	5%	0%	<b>5%</b>
<b>Gestores de topo e quadros intermédios</b>			
< 35 anos	4%	1%	<b>5%</b>
Dos 35 aos 44 anos	12%	14%	<b>27%</b>
Dos 45 aos 54 anos	29%	19%	<b>49%</b>
Dos 55 aos 64 anos	14%	6%	<b>20%</b>
> 64 anos	0%	0%	<b>0%</b>
<b>Coordenadores e Supervisores</b>			
< 35 anos	14%	7%	<b>21%</b>
Dos 35 aos 44 anos	14%	22%	<b>38%</b>
Dos 45 aos 54 anos	17%	15%	<b>32%</b>
Dos 55 aos 64 anos	6%	5%	<b>10%</b>
> 64 anos	1%	0%	<b>1%</b>
<b>Técnicos e Especialistas</b>			
< 35 anos	12%	22%	<b>34%</b>
Dos 35 aos 44 anos	5%	18%	<b>24%</b>
Dos 45 aos 54 anos	6%	25%	<b>31%</b>
Dos 55 aos 64 anos	3%	8%	<b>11%</b>
> 64 anos	0%	0%	<b>0%</b>
<b>Operacionais</b>			
< 35 anos	0%	0%	<b>0%</b>
Dos 35 aos 44 anos	0%	0%	<b>0%</b>
Dos 45 aos 54 anos	0%	0%	<b>0%</b>
Dos 55 aos 64 anos	0%	0%	<b>0%</b>
> 64 anos	0%	0%	<b>0%</b>

405-2 Rácio entre o salário base e a remuneração da mulher e do homem

Rácio do salário base médio por categoria funcional (Mulher/Homem)

	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sonae*	
Executivos	0,84	0,89	1,47	-	0,82	0,90
Gestores de topo e quadros intermédios	0,91	0,89	2,08	1,35	1,03	0,90
Coordenadores e Supervisores	0,92	0,91	0,89	0,76	1,15	0,93
Técnicos e Especialistas	0,90	0,92	-	-	0,90	0,92
Operacionais	1,01	0,99	-	-	1,01	0,99

\*Sierra não reporta este indicador.

Rácio de remuneração média por categoria funcional (Mulher/Homem)

	Centro Corporativo (CC), MC, Worten, Zeitreel e Universo		Sonaecom (Bright Pixel e Media)		Sonae*	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
	Executivos	0,91	0,78	1,33	-	0,86
Gestores de topo e quadros intermédios	1,14	0,92	1,95	1,43	1,29	0,93
Coordenadores e Supervisores	0,91	0,91	0,90	0,77	1,14	0,93
Técnicos e Especialistas	0,89	0,95	-	-	0,88	0,95
Operacionais	1,02	1,00	-	-	1,02	1,00

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

Notas: o salário base mensal (convertido para full-time equivalente) inclui todas as remunerações de carácter fixo a 31 de dezembro de 2022. Base de 12 meses. A remuneração total incluiu (convertida para full-time equivalente) o Salário base mensal; Prémio de desempenho; abono para falhas e subsídio de turno a 31 de dezembro 2022; Componentes de carácter variável calculadas com base nos últimos 12 meses (janeiro a dezembro de 2022).

Remuneração média por categoria funcional e faixa etária (€)

2022	CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo			Sonaecom (Bright Pixel e Media)			Sonae*			
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
Executivos										
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos 30 aos 50 anos	13.541	13.485	<b>13.485</b>	-	8.571	<b>8.571</b>	13.541	12.994	<b>12.994</b>	
≥ 50 anos	21.929	14.871	<b>14.871</b>	-	-	-	21.929	14.871	<b>14.871</b>	
<b>Total</b>	<b>17.301</b>	<b>14.091</b>	<b>14.103</b>	-	<b>8.571</b>	<b>8.571</b>	<b>17.301</b>	<b>13.767</b>	<b>13.820</b>	
Gestores de topo e quadros intermédios										
< 30 anos	4.110	3.639	<b>3.639</b>	3.000	-	-	4.018	3.639	<b>3.639</b>	
Dos 30 aos 50 anos	5.457	5.138	<b>5.138</b>	4.393	2.703	<b>2.703</b>	5.426	5.080	<b>5.080</b>	
≥ 50 anos	6.310	5.555	<b>5.555</b>	3.526	5.126	<b>5.126</b>	6.235	5.547	<b>5.547</b>	
<b>Total</b>	<b>5.669</b>	<b>5.219</b>	<b>5.224</b>	<b>4.107</b>	<b>3.188</b>	<b>3.178</b>	<b>5.623</b>	<b>5.174</b>	<b>5.179</b>	
Coordenadores e Supervisores										
< 30 anos	1.768	1.528	<b>1.528</b>	1.403	1.113	<b>1.113</b>	1.705	1.474	<b>1.474</b>	
Dos 30 aos 50 anos	2.023	1.813	<b>1.813</b>	2.121	1.950	<b>1.950</b>	2.030	1.820	<b>1.820</b>	
≥ 50 anos	2.318	1.951	<b>1.951</b>	2.774	2.356	<b>2.356</b>	2.388	2.000	<b>2.000</b>	
<b>Total</b>	<b>2.041</b>	<b>1.802</b>	<b>1.803</b>	<b>2.138</b>	<b>1.881</b>	<b>1.880</b>	<b>2.050</b>	<b>1.808</b>	<b>1.808</b>	
Técnicos e Especialistas										
< 30 anos	1.833	1.809	<b>1.809</b>	-	-	-	1.833	1.809	<b>1.809</b>	
Dos 30 aos 50 anos	2.186	1.918	<b>1.918</b>	-	-	-	2.186	1.918	<b>1.918</b>	
≥ 50 anos	2.610	1.853	<b>1.853</b>	-	-	-	2.610	1.853	<b>1.853</b>	
<b>Total</b>	<b>2.106</b>	<b>1.875</b>	<b>1.875</b>	-	-	-	<b>2.106</b>	<b>1.875</b>	<b>1.875</b>	
Operacionais										
< 30 anos	869	888	<b>888</b>	-	-	-	869	888	<b>888</b>	
Dos 30 aos 50 anos	929	913	<b>913</b>	-	-	-	929	913	<b>913</b>	
≥ 50 anos	997	916	<b>916</b>	-	-	-	997	916	<b>916</b>	
<b>Total</b>	<b>903</b>	<b>903</b>	<b>902</b>	-	-	-	<b>903</b>	<b>903</b>	<b>902</b>	

\* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

## 406: Não discriminação

### 406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas

Em 2022, foram identificados 55 casos de discriminação. Os processos de análise e inquérito realizados levaram ao arquivo e resolução de todos os casos.

## 407: Liberdade sindical e negociação coletiva

### 407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco

Na Sonae não existem operações com risco no âmbito do exercício da liberdade de associação e realização de acordos de negociação coletiva.

No caso específico da MC e Worten, de acordo com os relatórios de auditorias efetuados, todos os fornecedores têm o critério "Liberdade de associação: podem ser membros de instituições/associações que representam os seus direitos" conforme.

Anualmente, a Zeitreel partilha com os seus fornecedores um manual (*Vendor's Manual*), que contém o Código de Ética e de Conduta da Zeitreel atualizado, que deve ser seguido e cumprido. O mesmo solicita o cumprimento da liberdade de associação e de negociação coletiva. Adicionalmente, para 2022, foi partilhada uma orientação com todos os fornecedores que visa apoiar os fornecedores na implementação das melhores práticas sociais e ambientais, que inclui a liberdade de associação e de negociação coletiva.

Na Sonaecom, quer pelas geografias em que está presente quer pela complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades desempenhadas pelos colaboradores e parceiros, a Sonaecom tem riscos residuais em termos de limitação à liberdade de associação e negociação coletiva.

Nota: A Sierra não divulga este indicador.

## 408: Trabalho infantil

### 408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil

Na Sonae, por regra, não são admitidos menores de idade. Só excepcionalmente se admitem menores, entre os 16 e 18 anos, e sempre em cumprimento da lei. Não existem operações com risco de incidentes de trabalho infantil.

Na MC e Worten, caso se verifique que um fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho infantil, o fornecedor é colocado em *stand-by* e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada. Com base nos relatórios de auditoria de 2022, todos os fornecedores estão em conformidade com o critério "Existem provas de trabalho infantil na empresa?".

Anualmente, a Zeitreel partilha com os seus fornecedores um manual (*Vendor's Manual*), que contém o Código de Ética e de Conduta da Zeitreel atualizado, que deve ser seguido e cumprido. O mesmo solicita o cumprimento da legislação relativa ao trabalho infantil. Adicionalmente, para 2022, foi partilhada uma orientação com todos os fornecedores que visa apoiar os fornecedores na implementação das melhores práticas sociais e ambientais, que inclui as melhores práticas para a abolição efetiva do trabalho infantil.

Na Sonaecom, tanto em termos das geografias em que está presente como devido à complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades realizadas pelos empregados e parceiros, existem riscos residuais em termos de trabalho infantil.

Nota: A Sierra não divulga este indicador.

## 409: Trabalho forçado ou análogo ao escravo

### 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo

Na Sonae, não existe qualquer trabalho forçado.

Na MC e Worten, caso se verifique que um fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou obrigatório, o fornecedor é colocado em *stand-by* e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada. Com base nos relatórios de auditoria de 2022, todos os fornecedores estão em conformidade com o critério "Existem provas de que os trabalhadores estão sujeitos a abuso físico, ameaças psicológicas ou intimidação verbal?". Em caso de não cumprimento mais elevado, todo o grupo de requisitos éticos é considerado como zero.

Anualmente, a Zeitreel partilha com os seus fornecedores um manual (*Vendor's Manual*), que contém o Código de Ética e de Conduta da Zeitreel atualizado, que deve ser seguido e cumprido. O mesmo solicita o cumprimento da legislação relativa à prevenção de todas as formas de trabalho forçado ou análogo à escravatura. Adicionalmente, para 2022, foi partilhada uma orientação com todos os fornecedores que visa apoiar os fornecedores na implementação das melhores práticas sociais e ambientais, que inclui as melhores práticas para a abolição efetiva de todas as formas de trabalho forçado ou análogo à escravatura.

Na Sonaecom, tanto em termos das geografias em que está presente como devido à complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades realizadas pelos empregados e parceiros, existem riscos residuais em termos de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Nota: A Sierra não divulga este indicador.

## 410: Práticas de segurança

### 410-1 Pessoal de segurança formados em políticas ou procedimentos de direitos humanos

Para as empresas de retalho, tanto em Espanha como em Portugal, todos os vigilantes que prestam serviço através de empresas de segurança têm de ter um cartão profissional, cuja obtenção e renovação requer a realização de uma formação que inclui matérias de direitos constitucionais/fundamentais, ética e deontologia. Em 2022, 1.242 trabalhadores de segurança foram formados em políticas e procedimentos de direitos humanos.



### 413: Comunidades locais [aspecto material]

#### 413-1 Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local

Desde o momento da instalação de uma nova unidade, a Sonae assegura as condições necessárias para causar o mínimo de impacto negativo nas comunidades. Durante a operação desenvolve inúmeras atividades de apoio à comunidade local, indo ao encontro das diferentes necessidades destas. As atividades são muitas vezes realizadas em parceria com entidades locais.

Mais detalhes sobre a nossa abordagem de gestão do apoio à comunidade, os principais projetos desenvolvidos pelas nossas empresas e os principais resultados obtidos, podem ser consultados no Relatório de Gestão Integrado, nos capítulos “O nosso impacto” e “O nosso desempenho”.

### 414 e 308: Avaliação social e ambiental de fornecedores [aspecto material]

#### 414-1 e 308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais e ambientais – práticas de trabalho, direitos humanos, com impacto na sociedade e no ambiente

2022	MC		Zeitreef		Worten		Sonae	
	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos
Nacional	641	23	2	-	5	-	648	23
Estrangeiro	672	26	120	4	92	-	884	30
<b>Total de fornecedores qualificados (nº)</b>	<b>1.313</b>	<b>49</b>	<b>122</b>	<b>4</b>	<b>97</b>	<b>-</b>	<b>1.532</b>	<b>53</b>
Nacional	710	43	81	6	5	-	796	49
Estrangeiro	1.375	124	262	26	104	12	1.741	162
<b>Total de fornecedores (nº)</b>	<b>2.085</b>	<b>167</b>	<b>343</b>	<b>32</b>	<b>109</b>	<b>12</b>	<b>2.537</b>	<b>211</b>
Nacional (%)	90%	53%	2%	0%	100%	0%	81%	47%
Estrangeiro (%)	49%	21%	46%	15%	88%	0%	51%	19%
<b>Percentagem de fornecedores qualificados (%)</b>	<b>63%</b>	<b>29%</b>	<b>36%</b>	<b>13%</b>	<b>89%</b>	<b>0%</b>	<b>60%</b>	<b>25%</b>
Nacional	148	4	-	-	-	-	148	4
Estrangeiro	221	2	162	6	24	-	407	8
<b>Total de auditorias a fornecedores (nº)</b>	<b>369</b>	<b>6</b>	<b>162</b>	<b>6</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>555</b>	<b>12</b>

### 416: Saúde e segurança do consumidor

#### 416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços

Na Sonae, é uma prioridade garantir a qualidade e segurança dos produtos das nossas marcas próprias, pelo que controlamos, monitorizamos e desenvolvemos constantemente o processo de desenvolvimento. Assim, focamos a nossa atuação em quatro áreas: (i) certificação do desenvolvimento de nossos produtos de marca própria, (ii) monitorização da qualidade e segurança, (iii) rotulagem e (iv) gestão do *feedback* do cliente.

Em 2022, dando continuidade aos esforços de anos anteriores, assegurámos o processo de certificação do desenvolvimento das marcas próprias da MC e Worten, de acordo com a norma internacional de gestão da qualidade NP EN ISO 9001:2015.

Contamos com uma equipa de profissionais internos e externos qualificados que se dedicam à realização de verificações periódicas dos produtos, incluindo inspeções, testes laboratoriais e auditorias, de forma a garantir o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança baseados nos planos anuais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, todos os produtos colocados no mercado são produtos seguros.

No indicador GRI “2-29 Abordagem para envolvimento de *stakeholders*” reportamos o modo como gerimos e integramos o *feedback* dos nossos clientes.

### 417: Marketing e rotulagem

#### 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

Temos o compromisso de garantir o fornecimento de uma ampla gama de produtos responsáveis, de forma a corresponder às expectativas dos consumidores e promover a adoção de um estilo de vida sustentável. Ao mesmo tempo, considerando a necessidade de acesso imediato à informação, inerente ao perfil do consumidor atual, preocupamo-nos garantir que fornecemos a informação necessária sobre os nossos produtos, para que o consumidor possa fazer uma escolha informada e adequada ao seu estilo de vida.

Além disso, todos os produtos da nossa própria marca e os nossos produtos de moda apresentam um rótulo específico à luz da legislação em vigor.

## Notas Metodológicas

### Fatores de emissão:

Energia	Unidades	2021	2022	Source (2021 and 2022)
Gás Natural		56,4	56,4	2021: APA (2021) <i>Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2018</i> (página 117)
Gás Propano		63,1	63,1	
Gasóleo	kg CO <sub>2</sub> /GJ	74,1	74,1	2022: APA (2022) <i>Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 2022</i> (página 121)
Gasolina		69,3	69,3	<a href="https://unfccc.int/documents/519827">https://unfccc.int/documents/519827</a>
F-Gases: R-22		-	1.810	
F-Gases: R-407C		-	1.774	
F-Gases: R-410 <sup>a</sup>	kg CO <sub>2</sub> /GJ	-	2.088	2022: APA (2022) Gases Fluorados – Conversor de unidades <a href="https://formularios.apambiente.pt/convertor/">https://formularios.apambiente.pt/convertor/</a>
F-Gases: R-438 <sup>a</sup>		-	2.265	
F-Gases: R-417C		-	2.346	
Eletricidade – Market Based (MC e Sonae RP)	kg CO <sub>2</sub> /GJ	71,4	57,3	2021 e 2022: O cálculo dos valores anuais baseia-se nos valores mensais, que por sua vez resultam da ponderação dos fatores de emissão comunicados pelos vários fornecedores, tendo em conta as diversas fontes de energia (Cálculo ERSE para a Base Mix a partir do Sistema Continente, RAA e RAM e Cálculo Elergone para o PPA e Garantias de Origem)
Eletricidade – Market Based (Zeitreeel)	kg CO <sub>2</sub> /GJ	70,7	61,33	
Eletricidade – Market Based (Worten)	kg CO <sub>2</sub> /GJ	73,6	23,96	
Eletricidade – Market Based (Sonaecom)	kg CO <sub>2</sub> /GJ	57,0	75,8	2021 e 2022: EDP fator de emissão <a href="https://www.edp.pt/origem-energia/">https://www.edp.pt/origem-energia/</a>
Eletricidade – Market Based – Arenal	kg CO <sub>2</sub> /GJ	55,6	55,7	2021 e 2022: Acordo sobre a rotulagem da eletricidade relacionada à energia produzida em 2019, emitido pela CMNC.
Eletricidade – Market Based Espanha	kg CO <sub>2</sub> /GJ	110,8	67,6	2021 e 2022: foi assumido fator de emissão Endesa: 243,40 gCO <sub>2</sub> /kWh <a href="https://www.endesa.pt/negocios/quem-somos/Origem-de-Energia">https://www.endesa.pt/negocios/quem-somos/Origem-de-Energia</a>

Energia	Unidades	2021	2022	Source (2021 and 2022)
Eletricidade – Location Based Portugal	kg CO <sub>2</sub> /GJ	35,8	76,6	2021: APREN <a href="https://www.apren.pt/contents/publicationsreportcarditems/boletim-renovaveis-dezembro-2021.pdf">https://www.apren.pt/contents/publicationsreportcarditems/boletim-renovaveis-dezembro-2021.pdf</a> 2022: ERSE Rotulagem <a href="https://www.erse.pt/eletricidade/rotulagem/rotulagem/">https://www.erse.pt/eletricidade/rotulagem/rotulagem/</a>
Eletricidade – Location Based Espanha	kg CO <sub>2</sub> /GJ	31,7	44,4	2021 e 2022: REE fator de emissão <a href="https://www.ree.es/es/datos/generacion/no-renovables-detalle-emisiones-CO2">https://www.ree.es/es/datos/generacion/no-renovables-detalle-emisiones-CO2</a>

### Óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), óxidos de enxofre (SO<sub>2</sub>) e outras emissões atmosféricas significativas (305-7)

Os valores da tabela GRI associados ao indicador GRI “305-7 Óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), óxidos de enxofre (SO<sub>2</sub>) e outras emissões atmosféricas significativas” foram calculados com os seguintes fatores de emissão:

Energy	Unit	NO <sub>x</sub>	SO <sub>2</sub>	Source
Gasóleo	kg/GJ	0,8	0,21	IPCC 2006
Gasolina	kg/GJ	0,6	0,075	IPCC 2006

# Demonstração não financeira

## Demonstração não financeira

O relatório de atividade responde aos requisitos legais impostos pelo Decreto-Lei nº 89/2017, publicado em 28 de julho (Portugal) e à Lei nº 11/2018, publicada em 28 de dezembro (Espanha), como seguidamente se evidencia.

### Tabela de correspondência com o Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho

Art.º 3º (remetido para Artº 66º-B and 508º-G do CSC):

A demonstração não financeira deve conter as informações necessárias para uma compreensão do desenvolvimento, desempenho, posição e impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
Breve descrição do modelo de negócio da empresa	GRI 2-1 a 2-6	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo “O nosso modelo de negócio” - Capítulo “A nossa estratégia” Anexo GRI   Detalhes GRI
Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devidamente aplicados	GRI 2-27, 3-1, 3-2, 3-3, 205, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 413, 414, 416, 417	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo “A nossa gestão de risco” Relatório de Governo da Sociedade: - Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade Anexo GRI   Detalhes GRI
Os resultados dessas políticas	GRI 2-27, 3-1, 3-2, 3-3, 205, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 413, 414, 416, 417	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo “O nosso impacto” - Capítulo “O nosso desempenho” Anexo GRI   Detalhes GRI

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa	GRI 3-1, 3-2, 3-3	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo “A nossa gestão de risco” Relatório de Governo da Sociedade: - Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade Anexo GRI   Detalhes GRI Anexo TCFD
Indicadores-chave de desempenho relevante para a sua atividade específica	GRI 2-27, 3-1, 3-2, 3-3, 205, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 413, 414, 416, 417	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo “O nosso desempenho” Anexo GRI   Detalhes GRI
Descrição da política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, género, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência	GRI 2-9, 2-10, 3-1, 3-2, 3-3, 401, 405	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo “O nosso modelo de negócio” - Capítulo “A nossa estratégia” Relatório de Governo da Sociedade: - Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade Anexo GRI   Detalhes GRI

Tabela de correspondência com a Lei Espanhola 11/2018 de 28 de dezembro

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Global</b>		
<p>A demonstração de informação não financeira consolidada deverá incluir as informações necessárias para compreender:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento;</li> <li>Resultados e a situação do grupo; e</li> <li>Impacto da sua atividade.</li> </ul>		
<p>Em relação a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Questões ambientais;</li> <li>Questões sociais;</li> <li>Respeito pelos direitos humanos;</li> <li>Respeito pela luta contra a corrupção e o suborno.</li> </ul>	GRI 2-27, 3-1, 3-2, 3-3, 205, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 413, 414, 416, 417	<p>Relatório de Gestão Integrado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capítulo "A nossa estratégia"</li> <li>- Capítulo "A nossa gestão de risco"</li> <li>- Capítulo "O nosso desempenho"</li> </ul> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI</p>
<p>Assim como em relação aos colaboradores, incluindo medidas que, caso aplicáveis, tenham sido adotadas para cumprir o princípio da igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens, não discriminação e inclusão de pessoas com deficiência e acessibilidade universal.</p>		
<b>Modelo de negócio</b>		
<p>Breve descrição do modelo de negócio do grupo, que deve incluir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>O ambiente de negócios;</li> <li>A organização e a estrutura;</li> <li>Os mercados em que opera;</li> <li>Os objetivos e estratégias;</li> <li>Os principais fatores e tendências que podem afetar o seu desenvolvimento futuro.</li> </ol>	GRI 2-1, 2-6, 2-7, 2-22	<p>Relatório de Gestão Integrado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capítulo "O nosso modelo de negócio"</li> </ul> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI</p>

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Políticas</b>		
<p>Uma descrição das políticas que o grupo aplica a estas questões, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Procedimentos de <i>due diligence</i> aplicados à identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos;</li> <li>Procedimentos de verificação e controlo, incluindo as medidas que tenham sido adotadas.</li> </ol>	GRI 2-27, 3-1, 3-2, 3-3, 201-2, 205-1, 205-2, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 414-1 e 308-1, 416-1, 417-1	<p>Relatório de Gestão Integrado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capítulo "A nossa gestão de risco"</li> </ul> <p>Relatório de Governo da Sociedade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade</li> </ul> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI</p>
<b>Resultados das políticas e indicadores de desempenho chave</b>		
<p>Os resultados dessas políticas, incluindo indicadores-chave de desempenho de resultados não financeiros relevantes que o permitam:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>A monitorização e a avaliação dos progressos; e</li> <li>Que favorecem a comparabilidade entre setores, de acordo com os padrões de referência nacionais ou internacionais utilizados para cada área.</li> </ol>	GRI 2-27, 3-1, 3-2, 3-3, 201-2, 205-1, 205-2, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 414-1 and 308-1, 416-1, 417-1	<p>Relatório de Gestão Integrado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capítulo "O nosso desempenho"</li> </ul> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI</p>
	<a href="#">Política de Ambiente</a>	

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<p><b>Riscos</b></p> <p>Os principais riscos relacionados com estas questões no que respeita às atividades do grupo, incluindo, quando relevante, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos sobre as mesmas, e:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Como o grupo gere estes riscos;</li> <li>• Explicar os procedimentos utilizados para detetar e avaliar os riscos, de acordo com as estruturas de referência nacionais, europeias ou internacionais para cada área;</li> <li>• Incluir informações sobre os impactos detetados, detalhando os principais riscos a curto, médio e longo prazo.</li> </ul>	<p>GRI 201-2, 205-1, 407-1, 408-1, 409-1, 413-1</p>	<p>Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo "A nossa gestão de risco"</p> <p>Relatório de Governo da Sociedade: - Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade</p> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI Anexo TCFD</p>

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<p><b>Indicadores-chave de desempenho</b></p> <p>Indicadores-chave de desempenho não financeiro que são relevantes para a atividade empresarial e que satisfazem os critérios de comparabilidade, materialidade, relevância e fiabilidade.</p> <p>A fim de permitir a comparação de informação, tanto ao longo do tempo como entre entidades, serão utilizados indicadores-chave não financeiros normalizados que possam ser aplicados de modo geral e que estejam em conformidade com as diretrizes da comissão europeia sobre este assunto e com as normas da iniciativa global de elaboração de relatórios, mencionando no relatório o âmbito nacional ou internacional utilizado para cada área.</p> <p>Os principais indicadores de resultados não financeiros devem ser aplicados a cada um dos temas de informação não financeira.</p> <p>Estes indicadores devem ser úteis, tendo em consideração as circunstâncias, e coerentes com os parâmetros utilizados na sua avaliação interna e procedimentos de gestão de risco.</p> <p>Em qualquer caso, a informação apresentada deve ser precisa, comparável e verificável.</p>	<p>GRI 3-1, 3-2, 3-3</p>	<p>Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo "O nosso desempenho"</p> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI</p>

**Questões ambientais**

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<p><b>Meio ambiente global</b></p> <p>1.) Informação detalhada sobre os efeitos atuais e possíveis das atividades da empresa sobre o ambiente e, quando aplicável, procedimentos de saúde e segurança, avaliação ambiental ou certificação;</p> <p>2.) Recursos dedicados à prevenção de riscos ambientais;</p> <p>3.) A aplicação do princípio da precaução, a quantidade de provisões e garantias para os riscos ambientais.</p>	<p>GRI 2-11, 3-1, 3-2, 3-3, 201-2, 308-1</p> <p><a href="#">Política de Ambiente</a></p> <p>As empresas Sonae possuem uma apólice de responsabilidade ambiental, e sistemas de gestão ambiental implementados.</p>	<p>Relatório de Gestão Integrado:</p> <p>- Capítulo “A nossa gestão de risco”</p> <p>- Capítulo “O nosso desempenho”</p> <p>Relatório de Governo da Sociedade:</p> <p>- Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade</p> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI</p> <p>Anexo TCFD</p>
<p><b>Contaminação</b></p> <p>1.) Medidas para prevenir, reduzir ou reparar os danos causados pelas emissões de carbono, que afetam gravemente o ambiente;</p> <p>2.) Tendo em consideração qualquer forma de poluição atmosférica, que seja específica da atividade, incluindo a poluição sonora e luminosa.</p>	<p>GRI 3-1, 3-2, 3-3, 305-5, 305-6, 305-7</p> <p>A atividade da Sonae, pela sua natureza, não tem impactos significativos ao nível de ruído e poluição luminosa.</p>	<p>Relatório de Gestão Integrado:</p> <p>- Capítulo “A nossa gestão de risco”</p> <p>- Capítulo “O nosso desempenho”</p> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI</p>
<p><b>Economia circular e gestão e prevenção de resíduos</b></p> <p>1.) Economia circular;</p> <p>2.) Resíduos: prevenção, reciclagem, reutilização, outras formas de recuperação e eliminação de resíduos; ações para combater os resíduos alimentares.</p>	<p>GRI 3-1, 3-2, 3-3, 301-2, 301-3, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 306-5</p>	<p>Relatório de Gestão Integrado:</p> <p>- Capítulo “A nossa gestão de risco”</p> <p>- Capítulo “O nosso desempenho”</p> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI</p>

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<p><b>Uso sustentável dos recursos [questão material]</b></p> <p>1.) Consumo de água e abastecimento de água de acordo com as restrições locais;</p> <p>1.) Consumo de matérias-primas e as medidas adotadas para melhorar a eficiência de utilização;</p> <p>3.) Consumo de energia, direto e indireto, medidas adotadas para melhorar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis.</p>	<p>GRI 3-1, 3-2, 3-3, 301-1, 301-2, 301-3, 302-1, 302-2, 302-3, 302-4, 302-5, 303-1, 303-2, 303-3, 303-4, 303-5</p>	<p>Relatório de Gestão Integrado:</p> <p>- Capítulo “A nossa gestão de risco”</p> <p>- Capítulo “O nosso desempenho”</p> <p>Anexo GRI   Detalhes GRI</p>

Investimos significativamente na melhoria contínua da gestão ambiental da Sonae, procurando minimizar o impacto das nossas atividades no ambiente. Para tal, estamos determinados a assegurar a utilização eficiente dos nossos recursos, otimizando o consumo de água e energia e minimizando as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), sem negligenciar a gestão eficaz dos resíduos gerados.

A Sonae investe significativamente na melhoria contínua da gestão ambiental das suas empresas, nomeadamente através de um programa de Certificação Ambiental, segundo a norma internacional NP EN ISO 14001:2015. A implementação deste programa permite minimizar o nosso impacto ambiental, melhorar as infraestruturas e fortalecer o cumprimento das obrigações legais do ponto de vista ambiental.

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Alterações climáticas [questão material]</b>		
2.) O elemento importante das emissões de gases de efeito estufa libertados como resultado das atividades da empresa, incluindo o uso dos bens e serviços que produz;	GRI 3-1, 3-2, 3-3, 201-2, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo "A nossa gestão de risco"
2.) As medidas adotadas para adaptação às consequências das alterações climáticas;	<a href="#">Política de Ambiente</a>	- Capítulo "O nosso desempenho"
3.) As metas de redução estabelecidas voluntariamente a médio e longo prazos para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa e as medidas implementadas para atingir esse fim.	<a href="#">Política de Sustentabilidade do Pescado</a>	Anexo GRI   Detalhes GRI Anexo TCFD

O combate às alterações climáticas é um tema central na agenda de desenvolvimento sustentável do Grupo. Acreditamos que as empresas podem e devem desempenhar um papel importante a este respeito.

Em 2019, a Sonae e as suas empresas avançaram com a definição das suas metas de redução das emissões de GEE, dos âmbitos de emissões diretas e indiretas. Como resultado, a Sonae e as suas empresas comprometeram-se a reduzir as suas emissões de âmbito 1+2 em 54% em 2030, em comparação com 2018.

Em termos de ação, mantivemos os esforços de promoção da eficiência e flexibilidade do consumo energético, investindo na instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes, criando condições para uma melhor monitorização e gestão dos consumos, e desenvolvendo procedimentos que permitam potenciar os investimentos realizados. Complementarmente procedemos à descarbonização da nossa matriz energética, através da produção de eletricidade efetivamente produzida a partir de fontes renováveis.

Por fim, o Grupo desenvolveu esforços no sentido de integrar as diretrizes definidas pelo *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TCFD), tendo em 2021 lançado um projeto para garantir a sua transposição. Este projeto centrou-se na identificação e avaliação de riscos e oportunidades climáticas materiais e seus potenciais impactos financeiros por todas as empresas Sonae, com o apoio de especialistas terceiros.

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Proteção da Biodiversidade [questão material]</b>		
1.) Medidas tomadas para preservar e restaurar a biodiversidade;	GRI 3-1, 3-2, 3-3, 304-1, 304-2, 304-3	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo "A nossa gestão de risco"
2.) Impactos causados pelas atividades ou operações em áreas protegidas.		- Capítulo "O nosso desempenho"
		Anexo GRI   Detalhes GRI

A dependência das nossas empresas do capital natural, e a forma como direta ou indiretamente têm o potencial de alterar ou contribuir para a destruição dos habitats naturais, leva-nos a considerar questões relacionadas com a proteção da Natureza e da biodiversidade como estratégicas para o Grupo. Entre outras iniciativas, criou um grupo de trabalho dedicado a acompanhar e promover o desenvolvimento deste tema com representantes das várias empresas da Sonae.

A Sonae não possui quaisquer instalações em áreas classificadas como habitats ricos em biodiversidade. Em 2022, não foram realizadas quaisquer operações que conduzissem a alterações nos habitats circundantes que resultassem na sua restauração.



**Questões sociais e relativas aos trabalhadores**

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Emprego [questão material]</b>		
1.) Número total e distribuição dos empregados por sexo, idade, país e categoria profissional;		
2.) Número total e distribuição das modalidades de contrato de trabalho;		
3.) Média anual de contratos indefinidos, contratos temporários e contratos a tempo parcial, por sexo, idade e categoria profissional;		
4.) Número de despedimentos por sexo, idade e categoria profissional;	GRI 2-7, 2-8, 2-12, 2-19, 2-21, 3-1, 3-2, 3-3, 401-1 (tabela: saídas), 405-1, 405-2 (tabela: média remuneração)	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo "A nossa gestão de risco" - Capítulo "O nosso desempenho"
5.) A remuneração média e a sua evolução desagregada por sexo, idade e categoria profissional ou igual valor;		Relatório de Governo da Sociedade: - Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade
6.) Diferença salarial, a remuneração de cargos iguais ou médios na empresa;		Anexo GRI   Detalhes GRI
7.) A remuneração média dos gestores e executivos, incluindo a remuneração variável, subsídios, remuneração, pagamento a sistemas de previsão de poupanças a longo prazo e qualquer outra situação desagregada por género;		
8.) A implementação de políticas de desconexão laboral;		
9.) Colaboradores com deficiência		

Aquando da desvinculação de colaboradores, é assegurado o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis a estas situações.

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Organização do trabalho</b>		
1.) Organização de horários de trabalho;	GRI 3-1, 3-2, 3-3, 401-3, 403-2	Anexo GRI   Detalhes GRI
2.) Número de horas de ausência;		
3.) Medidas para facilitar a licença parental e encorajar a responsabilidade conjunta de ambos os pais.		

A Sonae tem desenvolvido iniciativas de trabalho flexível, potenciando o investimento interno em formação, desenvolvimento tecnológico e conhecimento em inovação. Entre as vantagens proporcionadas pela Sonae encontram-se dias extras de férias, flexibilidade de horário, licença sem vencimento e redução da jornada de trabalho ou trabalho remoto. Estas iniciativas são o resultado de uma análise realizada a nível internacional, identificando as melhores práticas nos negócios para maximizar a produtividade e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal das nossas pessoas.

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Saúde e segurança</b>		
1.) Condições de saúde e segurança no trabalho;	GRI 3-1, 3-2, 3-3, 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9	Anexo GRI   Detalhes GRI
2.) Acidentes de trabalho, a sua frequência e gravidade;		
3.) Doenças profissionais, desagregadas por género.		

Os impactos na saúde e segurança atribuíveis às relações comerciais não são considerados relevantes no contexto das operações e atividades das empresas Sonae.

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Relações sociais</b>		
1.) Organização do diálogo social, incluindo procedimentos para informar e consultar os colaboradores e negociar com os mesmos;	GRI 2-30, 3-1, 3-2, 3-3, 403-1, 407-1	Anexo GRI   Detalhes GRI
2.) Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva, por país;		
3.) O equilíbrio dos acordos coletivos de trabalho, especialmente no domínio da saúde e segurança no trabalho.		

Pode ser encontrada mais informação no [Código de Conduta da Sonae para os Fornecedores da Sonae](#).

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Formação [questão material]</b>		
1.) As políticas implementadas no domínio da formação;	GRI 3-1, 3-2, 3-3, 404-1, 404-2	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo "A nossa gestão de risco" - Capítulo "O nosso desempenho" Anexo GRI   Detalhes GRI
2.) O número total de horas de formação por categoria profissional.		
Acessibilidade universal para pessoas portadoras de deficiências	Tabela colaboradores portadores de deficiência	Anexo GRI   Detalhes GRI

Na Sonae, trabalhamos continuamente para proporcionar um ambiente de trabalho inclusivo e não discriminatório, e o desenvolvimento inclusivo é um dos nossos eixos estratégicos. As nossas instalações são desenvolvidas para assegurar a acessibilidade universal.

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Igualdade [Questão material]</b>		
1.) Medidas tomadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres;	GRI 3-1, 3-2, 3-3, 405-1, 405-2, 406-1	Relatório de Gestão Integrado: - Capítulo "A nossa gestão de risco" - Capítulo "O nosso desempenho" Anexo GRI   Detalhes GRI
2.) Planos de Igualdade (capítulo iii da lei orgânica 3/2007, de 22 de Março, para a igualdade efetiva entre mulheres e homens), medidas adotadas para promover o emprego, protocolos contra o assédio sexual e de género, integração e acessibilidade universal para as pessoas com deficiência;		
3.) A política contra todos os tipos de discriminação e, quando apropriado, a gestão da diversidade.		

Mais informações podem ser encontradas no [Plano da Sonae para a Igualdade de Género](#).

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Direitos Humanos</b>		
1.) Aplicação dos procedimentos de due diligence no domínio dos direitos humanos;		
2.) Prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, quando apropriado, medidas para mitigar, gerir e reparar possíveis abusos cometidos;		
3.) Relatórios sobre casos de violações dos direitos humanos;	GRI 2-23, 2-26, 3-1, 3-2, 3-3, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1	Anexo GRI   Detalhes GRI
4.) Promoção e aplicação das disposições das convenções fundamentais da organização internacional do trabalho relativas ao respeito da liberdade de associação e do direito à negociação coletiva;		
5.) A eliminação do emprego e da discriminação profissional;		
6.) A eliminação do trabalho forçado ou obrigatório;		
7.) A abolição efetiva do trabalho infantil.		

Pode ser encontrada mais informação no [Código de Ética e de Conduta dos Colaboradores da Sonae](#) e na [Política de Direitos Humanos da Sonae](#).

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Corrupção e suborno</b>		
1.) Medidas tomadas para prevenir a corrupção e o suborno;	GRI 2-23, 2-26, 2-27, 205-1, 205-2, 205-3, 413-1	Anexo GRI   Detalhes GRI
2.) Medidas tomadas para combater o branqueamento de capitais;		
3.) Contribuições para fundações e entidades sem fins lucrativos.		

Pode ser encontrada mais informação no [Código de Ética e de Conduta dos Colaboradores da Sonae](#) e na [Política de Direitos Humanos da Sonae](#).

## Questões de sociedade

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Compromissos da empresa com o desenvolvimento sustentável*</b>	GRI 2-26, 2-28, 2-29, 3-1, 3-2, 3-3, 203-1, 203-2, 413-1	Anexo GRI   Detalhes GRI

\*O impacto da atividade da empresa no empregos e no desenvolvimento local; Na população e no território; As relações mantidas com os representantes das comunidades locais e as modalidades de diálogo com eles; e Associação e ações de patrocínio.

Pode ser encontrada mais informação no [Código de Ética e de Conduta dos Colaboradores da Sonae](#) e na [Política de Direitos Humanos da Sonae](#). [Código de Conduta da Sonae para os Fornecedores](#): A Sonae subscreeve a Declaração Universal dos Direitos Humanos e reconhece os direitos dos Povos Indígenas. Princípios que são incorporados nos processos de qualificação e avaliação de fornecedores e parceiros.

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>O compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável</b>		
1.) O impacto da atividade da sociedade no emprego e desenvolvimento local;		
2.) O impacto da atividade da sociedade sobre as populações locais e no território;	GRI 2-7, 3-1, 3-2, 3-3, 308-1, 414-1	Anexo GRI   Detalhes GRI
3.) As relações mantidas com os interpretes das comunidades locais e as modalidades de diálogo com eles;		
4.) As ações de associação ou patrocínio.		

Pode ser encontrada mais informação no [Código de Ética e de Conduta dos Colaboradores da Sonae](#) e na [Política de Direitos Humanos da Sonae](#).

Informação	Correspondência GRI	Correspondência Relatório Integrado
<b>Consumidores</b>		
1.) Medidas para a saúde e segurança dos consumidores;	GRI 2-29, 3-1, 3-2, 3-3, 416-1, 417-1	Anexo GRI   Detalhes GRI
2.) Sistemas de queixas, queixas recebidas e sua resolução.		
<b>Informação fiscal</b>		
1.) Benefícios obtidos por país;	GRI 3-1, 3-2, 3-3, 201-1, 201-4	Anexo GRI   Detalhes GRI
2.) Impostos sobre as prestações pagas.		

Os montantes recebidos pela Sonae em Portugal são divulgados no indicador GRI “201-4 Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo”.



The background is a vibrant blue with a fine, grainy texture. On the left side, there is a large, dark blue circular shape that appears to be a stylized globe or a similar abstract form. The text 'TCFD' is centered in the lower half of the image.

TCFD

## Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)



### Riscos relacionados com as alterações climáticas e nossa abordagem

O Acordo de Paris estabelecido em 2015 na COP21 (Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas), que tem como objetivo garantir a transição efetiva para um futuro de baixas emissões e de resiliência climática, é ainda mais relevante tendo em consideração os desafios das alterações climáticas que o mundo enfrenta atualmente. Este importante tema vem sendo especialmente reforçado nas sucessivas Conferências das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.

Os ecossistemas de que a humanidade depende encontram-se gravemente ameaçados e os negócios da Sonae são afetados em diferentes níveis de riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas. Acreditamos que as organizações e o setor privado devem desempenhar um papel de liderança e impulsionar a mudança para um novo paradigma, uma vez que:

- estão na linha de frente do problema; e
- a sua viabilidade depende da capacidade de mitigação e adaptação aos riscos climáticos.

Conscientes deste enorme desafio e das suas consequências, a “incapacidade de mitigar e e adaptar às alterações climáticas” foi identificado como um risco crítico para a Sonae desde 2020, através do nosso processo de gestão de riscos **Enterprise-Wide Risk Management (EWRM)**, conforme definido no capítulo “A nossa gestão de risco” do Relatório de Gestão Integrado.

A avaliação e gestão de riscos é uma parte crucial da atividade da gestão da Sonae e está formalmente integrada no seu ciclo de planeamento estratégico. A Gestão de Risco está também profundamente enraizada na cultura da Sonae e é uma das suas principais práticas de Governo da Sociedade.

Relativamente aos riscos e oportunidades climáticas, a Sonae apoia os objetivos do **Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)** e adotou essa metodologia, uma vez que:

- naturalmente acreditarmos que as empresas devem divulgar os riscos e oportunidades que enfrentam;
- facilita a transparência sobre os riscos climáticos encontrados no relacionamento com os diferentes *stakeholders*, como investidores, credores, seguradoras, clientes, colaboradores, fornecedores e entre outros; e
- facilita uma compreensão sistemática e metódica do impacto das alterações climáticas nas suas empresas.

Assim, através da liderança do Grupo Consultivo de Gestão de Risco, em coordenação do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, e na sequência do primeiro ano de implementação

do TCFD em 2021, foi estabelecido um processo interno corporativo para gerir a “incapacidade de mitigar e adaptar às alterações climáticas”, como um risco crítico, identificado pelo EWRM.

Este processo permite afinar continuamente a forma como as empresas do Grupo analisam e gerem os riscos e as oportunidades climáticas materialmente relevantes, contribuindo para a identificação e a quantificação dos seus potenciais impactos financeiros em cada uma das empresas. As conclusões obtidas até ao momento são apresentadas no decorrer deste anexo.

Neste anexo, apresentamos os riscos e as oportunidades decorrentes das alterações climáticas, o potencial impacto nos negócios e as ações que estão a ser tomadas para mitigar estes mesmos riscos e beneficiar das oportunidades.

### Nossa Estrutura do TCFD (Conforme recomendado pelo TCFD)

1. Modelo de Governo
2. Estratégia
3. Gestão de risco
4. Métricas e objetivos

Para divulgações adicionais sobre dados relacionados com alterações climáticas, ver a secção final deste anexo, “Divulgações adicionais sobre alterações climáticas”.

#### 1. Modelo de Governo

Há três órgãos ao nível do Conselho de Administração que supervisionam a forma como os riscos e as oportunidades estão a ser geridas na Sonae.

##### Conselho de Administração

- Supervisiona todos os riscos

O Conselho de Administração supervisiona todos os riscos que a Sonae enfrenta, incluindo os riscos e as oportunidades relacionadas com as alterações climáticas.

O Conselho de Administração é apoiado por:

##### Comissão de Auditoria e Finanças

- Supervisiona o processo EWRM da Sonae, que inclui questões ligadas ao ambiente

##### Comissão de Remuneração

- Supervisiona as métricas e metas climáticas associadas à remuneração variável dos colaboradores

Mais especificamente, como já mencionado, o processo do TCFD é liderado pelo Grupo Consultivo de Gestão de Risco, com a coordenação do Grupo Consultivo de Sustentabilidade.

● **Grupo Consultivo de Gestão do Risco:**

Presidido pelo CFO, João Dolores, o qual mantém a supervisão dos exercícios de avaliação de risco climático que estão atualmente a ser realizados por cada uma das empresas do Grupo.

● **Grupo Consultivo de Sustentabilidade:**

O Presidente do Conselho de Administração, Paulo Azevedo, e a CEO, Cláudia Azevedo, são membros e supervisionam o Grupo Consultivo de Sustentabilidade.

Trata-se de um grupo de trabalho ao nível da gestão que lidera grupos de trabalho específicos relacionados com os pilares estratégicos da sustentabilidade, um dos quais se centra no tema “CO<sub>2</sub> e alterações climáticas”.

Este grupo de trabalho é constituído por, pelo menos, um representante de cada uma das empresas do Grupo, assegurando que as ações definidas e realizadas são partilhadas para o cumprimento das metas climáticas definidas para a redução das emissões carbónicas.

Em duas das quatro reuniões do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, realizadas anualmente, o grupo de trabalho “CO<sub>2</sub> e alterações climáticas” apresenta os progressos no alcance das nossas metas. O CEO e o Presidente do Conselho de Administração estão presentes em todas as reuniões do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, mantendo assim o acompanhamento do progresso de cada uma das empresas do nosso portfólio em relação às suas metas climáticas.

Adicionalmente, os indicadores e metas também são partilhados com a Comissão de Remuneração para que, conforme mencionado anteriormente, possam influenciar a remuneração dos executivos e demais colaboradores, considerando o sucesso da gestão dos riscos climáticos.

Ver a secção “Empresa-mãe com estilo de gestão eficaz e modelo de governo societário comprovado” do capítulo “A nossa estratégia” do Relatório de Gestão Integrado para mais informação sobre estes órgãos.

Cabe ainda destacar que a Sonae investe constantemente na formação de todos os seus colaboradores e executivos, em particular nos temas relacionados com a gestão da sustentabilidade nas suas empresas. Em 2022, um **novo programa de formação** foi desenvolvido e lançado: “Sustentabilidade, o Futuro nas nossas mãos”, composto por 6 séries, sendo uma delas intitulada “CO<sub>2</sub> e Alterações Climáticas”, a qual contém 4 episódios diferentes sobre: (i) a importância e urgência do tema, (ii) como a Sonae aborda e gere este tema, (iii) um *quiz* lançado aos colaboradores para avaliar grau de conhecimento e ação, e, por fim, (iv) um *booklet* com o sumário dos conhecimentos e dicas de autodesenvolvimento.

**2. Estratégia**

A “incapacidade de mitigar e adaptar às alterações climáticas” é um risco crítico para os nossos negócios, de acordo com o processo EWRM em vigor, cujo potencial impacto poderá ser diferente tendo em consideração os **horizontes temporais**:

- Curto prazo: 1 a 3 anos,
- Médio prazo: 3 a 5 anos, ou
- Longo prazo: mais de 5 anos.

Através da supervisão do Grupo Consultivo de Gestão de Risco, foi realizada uma avaliação dos potenciais impactos financeiros resultantes das alterações climáticas em cada uma das empresas do Grupo para caracterizar os riscos específicos que enfrentam.

Os riscos relevantes para cada empresa foram identificados através da colaboração de peritos em risco climático, internos e externos. A classificação dos riscos e oportunidades foi feita de acordo com as categorias previstas no TCFD. A relevância baseou-se também numa avaliação da “probabilidade de ocorrência” e da “magnitude do impacto” de cada risco, sendo a primeira a probabilidade de o risco se materializar e a segunda a quantificação do dano que o risco pode causar.

Em resumo, os potenciais riscos que enfrentamos estão relacionados com os riscos físicos decorrentes dos efeitos das alterações climáticas nos nossos negócios, incluindo condições climáticas extremas e o aumento das temperaturas médias, bem como potenciais riscos de transição associados à mudança para uma economia de baixo carbono, incertezas de mercado, regulamentação sobre produtos e serviços existentes e mudanças das preferências dos consumidores.

Nas tabelas abaixo, apresentamos os riscos relacionados com o clima que podem afetar os nossos negócios, a identificação e a avaliação dos riscos e das oportunidades, bem como a mensuração dos respetivos impactos financeiros expectáveis, que foi realizada tendo em consideração os horizontes temporais 2030 e 2050, e para os cenários de aumentos de temperatura terrestre de 1,5°C (*Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) *Representative Concentration Pathway* (RCP) 2,6) e 4°C (IPCC RCP 8,5) conforme as recomendações do TCFD e o procedimento interno estabelecido.

Estes cenários, mencionados acima, permitem a compreensão dos impactos climáticos para os nossos negócios em duas realidades distintas:

- A primeira, consiste numa redução ambiciosa de emissões de GEE (em que os riscos climáticos de transição se materializam); e
- A segunda, consiste num futuro sem mudanças nas políticas para reduzir as emissões – *business as usual* – e caracterizado por emissões crescentes de GEE que levam a elevadas concentrações atmosféricas de GEE (em que os riscos climáticos físicos se materializam de forma proeminente).

Risco	Impacto nas nossas atividades	Ações de gestão	Horizonte temporal
<b>Categoria de risco climático: Riscos Físicos</b>			
Crônico: Aumento da temperatura média	Para o setor de retalho alimentar e de moda o aumento das temperaturas médias pode comprometer a capacidade de produção e provocar aumento de custos (por exemplo: aumento no preço das matérias-primas), dificuldades logísticas, interrupções na cadeia de abastecimento ou reduzir a produtividade agrícola (por exemplo: maior custo de água, algodão e alimentos).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativas, incluindo projetos de inovação, I&amp;D e modelos de negócio; para utilizar fibras e materiais de origem sustentável promovendo novos materiais, aumento de durabilidade e a economia circular.</li> <li>• Implementação de uma ferramenta de cálculo da pegada para avaliar a pegada hídrica de produtos alimentares ao longo da cadeia de abastecimento e desenvolver medidas de eficiência para uma melhor gestão da água.</li> <li>• Ações diretas com os produtores agrícolas visando a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e soluções baseadas na natureza</li> </ul>	<p>Longo prazo</p> <p>Médio-longo prazo</p>
	Para o setor imobiliário, a escassez de água, associada ao aumento das temperaturas, pode levar ao aumento dos custos devido ao aumento do preço da água nas operações.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo técnico de resiliência dos ativos e das unidades de AVAC definiu um conjunto de medidas para adaptar aos novos padrões de temperatura.</li> </ul>	<p>Curto prazo</p>
Agudo: Aumento da gravidade de eventos climáticos extremos como, por exemplo, ciclones e inundações	Para todos os setores, condições meteorológicas extremas podem levar a uma perda de rendimento de vendas devido à interrupção dos negócios causada por um encerramento de prédios/lojas. Essas ocorrências podem gerar custos de reparação dos prédios/lojas, custos operacionais resultantes de impactos na saúde e segurança da força de trabalho e aumento dos custos com seguros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobertura de seguro para colaboradores.</li> <li>• Difusão geográfica do nosso capital humano e acordos de trabalho flexíveis.</li> <li>• Avaliação contínua do potencial impacto operacional de eventos climáticos extremos no processo de Gestão de Riscos.</li> <li>• Análise contínua e aprimorada de risco de eventos climáticos extremos na avaliação das atuais localizações e de planos de expansão.</li> <li>• Inclusão de uma resposta de emergência (formações, simulações e sistema de alerta antecipado) para eventos extremos nos planos de continuidade de negócios.</li> <li>• Estudo técnico de resiliência para identificação de medidas de mitigação e definição de continuidade dos negócios para adaptação a situações de eventos climáticos extremos nos ativos impactados.</li> </ul>	<p>Curto-longo prazo</p>
	Para os setores de retalho alimentar e de moda, o clima extremo pode levar à redução do rendimento de matérias-primas e disponibilidade de produtos alterando os custos de produção. Os fornecedores também podem precisar de mudar de localização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de um plano de contingência para regiões de alto risco, em caso de interrupções na produção, incluindo fornecedores alternativos em regiões de baixo risco.</li> </ul>	<p>Curto-médio prazo</p>
<b>Categoria de risco climático: Riscos de Transição</b>			
Político e Legal: Aumento no preço do carbono	Para todos os setores em que operamos, o cumprimento de nova legislação de preços de carbono e a possível implementação de um imposto global de carbono resultaria num aumento dos custos operacionais, principalmente se as emissões das operações não puderem ser neutralizadas ou reduzidas.	<p>Estabelecemos uma meta de redução de carbono ao nível do Grupo (redução de 54% até 2030) e uma meta de neutralidade de carbono a ser alcançada até 2040 (âmbito 1 e 2). Foram definidos roteiros específicos para cada uma das empresas do Grupo que resultarão na poupança de energia e redução nas emissões de CO<sub>2</sub>. Os roteiros contemplam um conjunto diversificado de ações, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de um programa de otimização energética que inclui a instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes (por exemplo, iluminação LED).</li> <li>• Auditorias para identificar e implementar melhorias para eficiência energética nas nossas lojas, prédios e centros logísticos.</li> <li>• Produção autónoma de energia solar fotovoltaica e fornecimento de eletricidade por meio de fontes renováveis.</li> <li>• Eletrificação da frota de veículos de serviço.</li> <li>• Desenvolvimento de uma plataforma inteligente de gestão de energia usando IA para automatizar o consumo de eletricidade.</li> </ul>	<p>Curto-médio prazo</p>



Risco	Impacto nas nossas atividades	Ações de gestão	Horizonte temporal
<b>Categoria de risco climático: Riscos de Transição</b>			
Político e Legal: Regulação sobre produtos e serviços existentes	Para o setor imobiliário, a renovação de edifícios para aumentar a eficiência energética e reduzir as emissões, exigidas pela onda de renovação da UE, pode levar a um aumento do custo de capital.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de auditorias energéticas para identificar melhorias na eficiência energética dos nossos edifícios.</li> </ul>	Curto prazo
	A eventual introdução do <i>Carbon Border Adjustment Mechanism</i> (CBAM) pode ter impacto no setor de retalho de eletrónica, assim como um aumento dos custos de aquisição de produtos e materiais importados de fora da UE.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Envolvimento com a cadeia de fornecedores de forma a sensibilizar sobre impactos da legislação emergente, assim como implementação de iniciativas para melhorar o desempenho da cadeia de valor; análise de materiais/produtos alternativos; incentivos às melhores práticas de sustentabilidade; estabelecimento de política de <i>procurement</i> para compras fora da UE; entre outras.</li> </ul>	Médio prazo
	Aumento dos custos de substituição/aquisição/adaptação de equipamentos para eliminação do uso de gases refrigerantes do tipo F-Gases de elevado PAG (Potencial de Aquecimento Global).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de uma estratégia específica e de um plano de ação para eliminação dos gases refrigerantes com alto PAG que inclua: o serviço e manutenção dos equipamentos que possuam gases refrigerantes e programa de substituição de equipamentos.</li> </ul>	Médio prazo
Tecnologia: Custos de transição para tecnologias de emissões mais baixas	Para o setor de retalho alimentar, custos de desenvolvimento e adaptação a novas práticas e processos para implementação de soluções tecnológicas que permitam a redução/captação de emissões de CO <sub>2</sub> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produção autónoma de energia solar fotovoltaica e fornecimento de eletricidade por meio de fontes renováveis.</li> <li>Avaliação de soluções e eventuais remodelações/alterações para aumento da eficiência energética.</li> </ul>	Médio prazo
Reputação: Mudanças nas preferências do consumidor e maior preocupação dos <i>stakeholders</i>	Para o setor de retalho alimentar e de produtos eletrónicos a inadequação da nossa oferta às preferências dos consumidores mais conscientes sobre questões ambientais, pode levar à perda de rendimento caso os nossos produtos ou práticas não forem favoráveis ao clima ou de baixo carbono	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adaptação dos produtos às novas exigências dos consumidores em matéria de sustentabilidade. Por exemplo, oferta de produtos eletrónicos certificados pela eficiência energética e ações de proximidade com os produtores agrícolas nacionais.</li> <li>Dar formação aos colaboradores das lojas de retalho para comunicar eficazmente as iniciativas climáticas implementadas (por exemplo, objetivos de redução de carbono e produtos com maior eficiência energética).</li> <li>Comunicação do nosso compromisso de neutralidade carbónica junto aos diferentes <i>stakeholders</i> e desenvolvimento de programas de apoio ao cliente para sensibilizar e apoiar na tomada de decisão mais consciente quanto à redução dos consumos energéticos e da sua pegada de carbono.</li> </ul>	Médio prazo
Mercado: Outros (Adaptação à mobilidade Elétrica)	Para o sector imobiliário, à medida que a procura de estações de carregamento de veículos elétricos nos edifícios e centros comerciais aumenta, iremos investir na implementação de instalações EV. A não adaptação pode levar a uma perda de visitantes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de um estudo de viabilidade para a expansão dos locais de estacionamento de VE e pontos de carregamento nas nossas instalações.</li> </ul>	Curto prazo

A materialidade dos riscos climáticos para a Sonae foi avaliada considerando também a influência dos resultados financeiros das empresas do Grupo e os seus respetivos riscos. Neste sentido, os riscos foram ponderados conforme o peso de cada negócio no resultado consolidado do Grupo (Valor líquido do portefólio | NAV - Net Asset Value). Ressalvamos que os riscos são tratados individualmente por cada empresa, todavia a Holding direciona a atenção de forma particular aos riscos de maior materialidade, sendo este um processo contínuo de aprofundamento do exercício, que para 2022 se destacam os seguintes: i) Risco Físico - Agudo: Aumento da severidade dos eventos climáticos extremos (ex. ciclones, cheias, tempestades), ii) Risco de Transição - Político e/ou Legal: Aumento no preço do Carbono. Na próxima tabela, informamos sobre o impacto potencial financeiro desses riscos materiais associados ao cenário climático mais desafiante de aumento de temperatura em 1,5°C (IPCC RCP 2.6) e para o horizonte temporal mais impactante e relevante de 2030.

Categoria de risco climático	Risco	Impacto Potencial	
		Min	Max
<b>Físico - Agudo</b>	Aumento da gravidade de eventos climáticos extremos como, por exemplo, ciclones e inundações		
<b>Transição - Político e Legal</b>	Aumento no preço do carbono		

Valores (Euros)

< 10m	
10m - 30m	
30m - 90m	
> 90m	

Para avaliar as oportunidades associadas aos potenciais riscos climáticos, as empresas consideraram diversos fatores, incluindo as tendências regulatórias, tecnológicas e de mercado relacionadas às alterações climáticas. Além disso, as empresas avaliaram as suas próprias capacidades e recursos para adaptar e beneficiar das oportunidades decorrentes das alterações climáticas, conforme recomendado pelo TCFD. As principais oportunidades resultantes desta avaliação estão relacionadas com: i) eficiência no uso de recursos, ii) fontes de energia, e iii) produtos e serviços. Consultar a tabela abaixo para detalhes das oportunidades, bem como os seus respetivos benefícios potenciais.

Valores (Euros)

- < 10m
- 10m - 30m
- 30m - 90m
- > 90m



Categoria da oportunidade	Oportunidade	Impacto nas nossas atividades	Ações de gestão	Horizonte temporal	Benefício potencial da oportunidade
Eficiência no uso de recursos	Uso de processos de produção e distribuição mais eficientes nas nossas operações diretas e cadeia de abastecimento	Para o setor de retalho de moda e alimentar, o uso mais eficiente da água, eletricidade e produtos químicos nas nossas operações diretas pode resultar em reduções de custos significativas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução do consumo de água do processo de lavandaria de <i>jeans</i> por meio do uso aprimorado de produtos químicos verdes e atualizações de equipamentos (e.g., processo <i>e-Flow</i>, tecnologia a laser e máquinas de ozono).</li> <li>Custos de energia e água evitados pela implementação de medidas de eficiência, nomeadamente programas de otimização energética.</li> </ul>	Curto-médio prazo	
		Adicionalmente, o fornecimento local de matérias-primas e produtos na nossa cadeia de abastecimento pode levar a prazos de entrega menores e à capacidade de ser mais ágil para responder a oportunidades de vendas, bem como mitigar o impacto direto de uma interrupção na cadeia de abastecimento. Também poderia reduzir nossa pegada global de carbono.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimento de contratos com fornecedores de proximidade.</li> </ul>	Médio prazo	
	Maior eficiência dos nossos edifícios	Para o setor imobiliário, a melhoria da eficiência energética de nossos edifícios e centros comerciais pode resultar em custos operacionais reduzidos e, portanto, na redução dos encargos comuns para os lojistas. Edifícios com maior eficiência energética nas nossas lojas de retalho alimentar, de eletrónica e de moda também podem levar a custos operacionais reduzidos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de auditorias energéticas especializadas para explorar potenciais melhorias na eficiência energética e melhorar a classificação do Certificado de Desempenho Energético</li> </ul>	Médio prazo	
Fonte de Energia	Uso de fontes de energia de baixa emissão	Para os setores de retalho alimentar e de imobiliário há a oportunidade de utilizar fontes de energia de menor emissão para os edifícios, reduzindo custos operacionais e exposição a aumentos de preços de combustíveis fósseis e eletricidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Execução das ações para alcançar as metas de redução e a neutralidade carbónica. Isto inclui o investimento na produção autónoma de energia renovável e a compra de energia renovável através de contratos de aquisição de energia.</li> </ul>	Médio prazo	
Produtos e Serviços	Desenvolvimento de novos produtos ou serviços através de I&D e inovação	Para o setor de retalho da moda, o impacto do aumento dos preços de matérias-primas tradicionais, como o algodão, poderia ser mitigado pelo uso de materiais de produção alternativos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do uso de fibras recicladas e matérias-primas mais sustentáveis.</li> <li>Seleção de fornecedores que desenvolvem processos de produção de matérias-primas inovadoras.</li> </ul>	Curto-prazo	
	Capacidade de diversificar as atividades de negócios	Para o setor de retalho de eletrónica há oportunidades de diversificação da atividade regular da empresa em novos serviços.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prestação de serviços de consultoria energética à habitação particular, combinado com soluções de eficiência energética e equipamentos</li> <li>Rendimentos de recolha de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) reinvestidas no modelo de negócio que permita aumentar a taxa de recolha/ reciclagem e valorizar diversos materiais, como: alumínio, ferro, entre outros.</li> <li>Desenvolvimento de serviços de reparação/manutenção de eletrónica especializados, através de um modelo de negócio específico.</li> </ul>	Curto-prazo	
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de rendimentos decorrente de expansão/novas linhas de produtos de natureza sustentável/ecológica (ex. mobilidade elétrica)</li> <li>Aumento de rendimentos decorrentes de expansão/novas linhas/venda de produtos de baixo carbono /mais eficientes.</li> </ul>	Médio prazo	
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento dos rendimentos devido ao aumento da procura de produtos e serviços mais eficientes e associado a serviços de recolha e tratamento de REEE.</li> </ul>	Médio prazo	
	Desenvolvimento e/ou expansão de bens e serviços de baixa emissão	Para o setor de retalho de eletrónica há oportunidades desenvolvimento e/ou expansão de bens e serviços de baixa emissão		Curto-prazo	
Mudança nas preferências do consumidor	Para o setor de retalho de eletrónica há oportunidades decorrentes das mudanças das preferência dos consumidores		Médio prazo		

A avaliação das oportunidades pela metodologia do TCFD permite às empresas identificar novos serviços ou produtos, opções de eficiência, bem como tomar decisões informadas sobre onde investir os seus recursos, conduzindo a benefícios financeiros significativos, enquanto gera impactos positivos ambientais e sociais.

Na sequência dos anos anteriores, o desempenho em termos de emissões de GEE é um dos indicadores que influencia o nosso planeamento financeiro, especificamente no que diz respeito ao acesso a capital, para financiamento de investimentos que tenham como objetivo reduzir as nossas emissões de carbono; desde 2020 incluímos o desempenho em indicadores de ESG nos critérios de financiamento de médio e longo prazo, como consequência desta política, atualmente, 68% do total dos financiamentos da Sonae são sustentáveis, *green* ou indexados a indicadores ESG. Também na gestão do nosso portefólio, à medida que procuramos a sua expansão, exploramos diferentes formas de integrar questões climáticas nas nossas estratégias de gestão e aquisição de portefólio, incluindo financiamento, *due diligence* e monitorização de métricas chave. Por fim, importa ainda destacar a existência de uma política interna - *Position Paper on Climate Change* - sobre a abordagem adotada na resposta às alterações climáticas e que serve de orientação para as nossas ações.

Para mais informação e estudos de casos específicos sobre iniciativas de redução de carbono e eficiência energética nas empresas do Grupo, consultar o capítulo “O nosso impacto” do Relatório de Gestão Integrado.

#### 4. Gestão de risco

O processo EWRM, é um processo anual alinhado com o ciclo de planeamento estratégico que considera um conjunto alargado de domínios de riscos internos (ex. financeiros, operacionais, estratégicos, tecnológicos, reputacionais e de recursos humanos) e de riscos externos, onde incluímos os riscos associados às alterações climáticas. A identificação, avaliação e gestão dos riscos associados às alterações climáticas seguem o processo estabelecido no âmbito do EWRM, que poderá ser consultado no capítulo “A nossa gestão de risco”, do Relatório de Gestão Integrado. Como referido, o ciclo de revisão deste ano confirmou que a “incapacidade de mitigar e

adaptar às alterações climáticas” é um risco crítico para os nossos negócios, em linha com os anos anteriores.

No âmbito do processo EWRM, e por se tratar de um risco crítico, o risco de “incapacidade de mitigar e adaptar às alterações climáticas” é gerido ao nível da Comissão Executiva da Sonae e sobre responsabilidade direta de João Dolores (CFO e membro da Comissão Executiva da Sonae) e de João Günther Amaral (*Chief Development Officer* - CDO, e adjunto (*deputy*) da Comissão Executiva da Sonae). São enquadráveis nessas responsabilidades o acompanhamento do risco ao longo do ano com o intuito de identificar mudanças no seu perfil e a avaliação dos progressos nas ações de gestão e mitigação.

Tendo em consideração a importância das alterações climáticas enquanto risco para a nossa atividade, tal como explicado na subsecção anterior “2. Estratégia”, o procedimento interno para a realização da avaliação do risco associado às alterações climáticas é seguido por todas as empresas do Grupo. Esta metodologia visa compreender os sub-riscos específicos de “incapacidade de mitigar e adaptar às alterações climáticas” a que cada uma das empresas Sonae está exposta. Neste processo, os riscos relevantes para cada empresa foram identificados com base numa lista predefinida de categorias de riscos associados às alterações climáticas, alinhada com as categorias constantes do TCFD. A análise de cenários climáticos foi realizada por cada uma das empresas para melhor compreender o potencial impacto financeiro destes riscos e oportunidades. Para apoiar esta análise, a Sonae recorreu às principais referências mundiais, das quais se destaca o *World Resource Institute* (WRI), o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), *International Energy Agency* (IEA), *Carbon Risk Real Estate Monitor* (CRREM), entre outros. Consulte a subsecção “2. Estratégia” deste relatório, sobre os resultados alcançados: os riscos climáticos identificados, as ações que estão a ser implementadas para gerir a ocorrência desses riscos nos próximos anos, bem como os potenciais impactos financeiros para os riscos mais materiais tendo em conta a relevância do portefólio da Sonae.

### 5. Métricas e Objetivos

Assumimos o compromisso de alcançar a neutralidade carbônica das nossas operações até 2040, antecipando em 10 anos a meta estabelecida pela União Europeia. Este compromisso reflete o nosso compromisso para com a nossa estratégia de sustentabilidade e incorpora a prossecução de objetivos ambiciosos na implementação da nossa estratégia de negócio. Adicionalmente, no âmbito dos nossos objetivos para reduzir o nosso impacto no planeta, comprometemo-nos com metas de médio prazo de redução de emissões alinhadas com a *Science Based Target Initiative* (SBTi), considerando o cenário *Well Below 2 Degrees Celsius*. O nosso objetivo é o de reduzir as nossas emissões (âmbito 1+2) em 54% até 2030, com referência aos valores de 2018, e assegurar a neutralidade carbônica das operações como já referido. Em 2022, as empresas do nosso portefólio evoluíram no processo de cálculo das emissões de GEE de âmbito 3 e estão a desenvolver estratégias para reduzir e estabelecer objetivos para as emissões referentes a esse âmbito.

As tabelas abaixo apresentam a evolução das emissões de âmbito 1, 2 e 3 de 2021 e 2022, anos comparáveis em toneladas de CO<sub>2e</sub>.

	Sonae	
	2021	2022
Âmbito 1*	59.947	67.195
Âmbito 2**	130.508	104.403
<b>Âmbitos 1+2</b>	<b>190.455</b>	<b>171.598</b>
Âmbito 3***	4.251.664	5.224.849
<b>Total</b>	<b>4.442.119</b>	<b>5.396.447</b>

Notas: Toda a informação apresentada foi sujeita a verificação por entidade externa - KPMG. Consulte o Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade neste Relatório.

\*Escopo 1: os fatores de emissão de GEE utilizados derivam de dados publicados recentemente, disponibilizados pelo Relatório do Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa. O valor de 2021 foi atualizado, decorrente do ajuste na metodologia de cálculo (revisão dos fatores de emissão e inclusão das emissões de gases destruidores da camada de ozônio).

\*\*Escopo 2: foi utilizada a metodologia baseada no mercado com fatores de emissão de produtores de GEE específicos que correspondem às informações mais recentes disponibilizadas por cada fornecedor.

\*\*\*Escopo 3: Inclui as empresas mais representativas para as emissões de GEE do escopo 3 (MC, Zeitreel e Sierra) e as categorias mais relevantes para as empresas (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13 e 14)

	Rácio de intensidade de emissões de GEE		Notas metodológicas
	2021	2022	
CC, MC, Worten, Zeitreel e Universo	0,17	0,15	Emissões GEE âmbito 1 e 2 (market based) (t CO <sub>2e</sub> ) / Área de vendas (m <sup>2</sup> )
Sonaecom (Bright Pixel e Media)	5,35	5,98	Emissões GEE âmbito 1 e 2 (market based) (t CO <sub>2e</sub> ) / Capital investido no portefólio ativo da Bright Pixel (€m)
Sierra excluindo emissões dos lojistas	0,043	0,038	Emissões GEE âmbito 1, 2 e 3* (t CO <sub>2e</sub> ) / área excluindo os lojistas** (m <sup>2</sup> ) *Emissões de âmbito 1 excluindo as emissões de gás natural consumido por cogeração mas incluindo as emissões de água quente/refrigerada produzida por cogeração e consumida localmente, emissões de âmbito 2 de acordo com a metodologia GHG e emissões de âmbito 3 relativas a resíduos de centros comerciais detidos sob gestão e em operação e de escritórios corporativos **Áreas de corredores e casas de banho dos centros comerciais detidos sob gestão e em operação mais a área dos escritórios corporativos que monitorizam a energia e os resíduos
Sierra Incluindo emissões dos lojistas	0,250	0,358	Emissões GEE âmbito 1, 2 e 3* (t CO <sub>2e</sub> ) / área excluindo os lojistas** (m <sup>2</sup> ) *Numerador do rácio de intensidade de emissões de GEE da Sierra excluindo emissões dos lojistas, conforme descrito acima, adicionado das emissões da eletricidade consumida pelos lojistas **Denominador do rácio de intensidade de emissões de GEE da Sierra excluindo emissões dos lojistas, conforme descrito acima

Nota: Atualização das métricas específicas relevantes para os negócios.

Em 2022, as nossas empresas emitiram 5.396.447 tCO<sub>2e</sub>, representando um aumento de 21,5% face ao ano anterior. As emissões de âmbito 1 representam 1,2% da nossa pegada de carbono, as emissões de âmbito 2 representam 1,9% e, por fim, as emissões de âmbito 3 representam 96,8%. Em 2022, as empresas dedicaram esforços no mapeamento das emissões de âmbito 3 e como resultado do exercício, a Sonae aumentou o âmbito de reporte das suas emissões de GEE de âmbito 3, incluindo mais categorias e as empresas mais representativas para estas emissões.

Apesar do impacto da limitação das operações e do teletrabalho ainda serem notórios, em 2022 as nossas lojas e centros comerciais reabriram integralmente e os colaboradores voltaram aos escritórios, com um maior impacto no consumo de eletricidade e combustíveis fósseis. Não obstante, verificou-se uma redução nas emissões de âmbito 2 devido aos investimentos em eficiência energética, energia renovável e contratos verdes. Considerando a meta definida para 2030 de reduzir em 54% as nossas emissões de âmbito 1+2, registámos uma redução de 24% em 2022 face a 2018.

Mais informações sobre a evolução no desempenho podem ser consultadas no capítulo “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado. Os resultados das nossas emissões têm como referência o mais recente *Greenhouse Gas Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard* (GHG Protocol). Por favor, consulte o Anexo GRI para uma descrição mais detalhada das emissões por empresa e atividade.

Relativamente ao nosso consumo e produção de energia, em 2022, as nossas empresas consumiram 2.902.047 GJ de energia, representando um aumento de 3% face ao ano anterior. Este valor inclui o consumo de energia renovável, proveniente de contratos verdes e de energia renovável produzida e autoconsumida, que representou 37% da eletricidade total consumida. Adicionalmente a produção de energia renovável pelas nossas empresas aumentou para um total de 14% face ao ano anterior. Por favor, consulte o Anexo GRI para uma análise mais detalhada das métricas de energia, bem como o capítulo “O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

Para dar continuidade ao cumprimento dos nossos objetivos, cada empresa reforçou o seu plano de ação, adaptado ao seu contexto de negócio, com base nas melhores práticas conhecidas e no conhecimento tecnológico e científico predominante. A título de exemplo, entre as diversas iniciativas de eficiência energética e otimização, podemos destacar a mudança para equipamentos de refrigeração que utilizam gases refrigerantes de baixo impacto, alterações de procedimentos de operação em loja, ou iniciativas de investimento na produção de energia renovável local e no fornecimento de energia renovável. A remuneração associada ao cumprimento das metas de redução das emissões de GEE é também uma parte fundamental da nossa estrutura de remuneração e reforça a importância da gestão dos impactos das alterações climáticas.

### Divulgações adicionais sobre alterações climáticas

O Relatório de Gestão Integrado contém divulgações adicionais, complementares a este capítulo, relacionadas com as alterações climáticas nas seguintes secções:

- Empresa-mãe com estilo de gestão eficaz e modelo de governo societário comprovado;
- A nossa estratégia;
- A nossa gestão de risco; e
- O nosso desempenho.

Saiba mais acerca das nossas ações em relação às alterações climáticas e CO<sub>2</sub> no nosso site:

<https://www.sonae.pt/en/sustainability/>

Adicionalmente, o nosso processo de registo no âmbito do CDP de 2022 inclui informação desenvolvida sobre os riscos climáticos, oportunidades, impactos e ações de mitigação relacionados com a nossa atividade:

<https://www.cdp.net/en>

# Relatório de Taxonomia da UE

## Relatório de Taxonomia da UE

O Regulamento da UE 2020/852 de 18 de junho, comumente designado como a “Taxonomia Europeia”, surge para estabelecer um sistema de classificação comum para as atividades sustentáveis. Como pilar fundamental do plano de ação sobre finanças sustentáveis, a Taxonomia pretende facultar aos investidores, e aos decisores políticos, definições adequadas para que as atividades económicas possam ser consideradas ambientalmente sustentáveis, de acordo com os seguintes seis objetivos:

- Mitigação das alterações climáticas;
- Adaptação às alterações climáticas;
- Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;
- Transição para uma economia circular;
- Prevenção e controlo da poluição; e
- Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

Os primeiros requisitos para a elaboração do relatório - sobre a elegibilidade das atividades que contribuem para os objetivos de adaptação e mitigação das alterações climáticas - começaram a ser aplicados no ano fiscal de 2021. Em conformidade com as obrigações regulamentares mencionadas, a Sonae SGPS (doravante “Sonae”, “Grupo Sonae” ou “Grupo”) divulgou a sua proporção de volume de negócios, despesas de capital (CapEx<sup>13</sup>) e operacionais (OpEx) quanto à elegibilidade das suas atividades para o ano fiscal de 2021.

Em relação aos requisitos obrigatórios de relato para o exercício económico de 2022, além da elegibilidade já reportada, é necessária uma análise ainda mais extensa com vista a divulgar o alinhamento do Grupo Sonae em relação à Taxonomia Europeia, com referência aos objetivos climáticos formalmente adotados. As atividades económicas consideram-se alinhadas se estiverem em conformidade com os critérios da Taxonomia definidos para a atividade específica. Estes critérios consistem em avaliar se uma atividade simultaneamente: i) contribui significativamente, pelo menos, para um dos objetivos ambientais; ii) não causa danos significativos a nenhum outro objetivo ambiental (princípio de não prejudicar significativamente [NPS]), e iii) observa e cumpre com as salvaguardas mínimas para a segurança no trabalho e direitos humanos.

Durante 2022, a Sonae, com apoio técnico externo, desenvolveu um *Guideline* Corporativo para a Taxonomia Europeia, que tem por objetivo servir como instrumento de guia e referência para todas as empresas do Grupo Sonae incluídas no perímetro de consolidação, de forma a garantir uma abordagem consistente no grupo na interpretação, avaliação e preparação da informação a ser divulgada no âmbito da Taxonomia, para o corrente e futuros exercícios económicos. Esta orientação foi construída sob a melhor interpretação do Regulamento da Taxonomia e dos respetivos

Atos Delegados, bem como das orientações da Comissão Europeia atualmente disponíveis, e será revista periodicamente com base na evolução do Regulamento.

### Relatório de Taxonomia de 2022 da Sonae: Estrutura

1. Âmbito e Princípios Contabilísticos	2. Avaliação da Elegibilidade e Alinhamento do Grupo ao abrigo da Taxonomia Europeia	3. Indicadores-Chave de Desempenho para a Taxonomia Europeia
--	--	--

Para o exercício económico de 2022, os principais resultados obtidos do Reporte da Taxonomia Europeia são os seguintes:

- A Sonae obteve resultados de elegibilidade para a Taxonomia no total de €63,3m em volume de negócios, €114,3m em despesas de capital e €7,0m em despesas operacionais elegíveis, que correspondem respetivamente a 0,8%, 23,2% e 4,5% dos valores consolidados;
- Dos valores supramencionados, a proporção de alinhamento com a Taxonomia obtida corresponde a 0,1% do volume de negócios, 4,5% das despesas de capital e 1,8% das despesas operacionais;
- Os resultados obtidos nos Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) evidenciam que os elementos relacionados com atividades imobiliárias (construção, renovação e a propriedade de edifícios) são os mais representativos dos KPIs. Em geral, estima-se que 80% do volume de negócios elegível e 76% das despesas de capital elegíveis estão associados a atividades imobiliárias;
- Outras medidas individuais executadas pelo Grupo, de suporte às operações empresariais e melhoria do impacto ambiental, representam, em geral, 41% das despesas de capital elegíveis e 66% das despesas operacionais elegíveis.

Durante 2023, está prevista a expansão da Taxonomia da UE para os restantes quatro objetivos ambientais, prevendo-se um impacto significativo na elegibilidade da Taxonomia da Sonae, nomeadamente nas suas principais atividades geradoras de volume de negócios. O Grupo apoia os objetivos estabelecidos pela Taxonomia Europeia e o crescimento contínuo da regulamentação.

## 1. Âmbito e Princípios Contabilísticos

Nos termos do artigo 29a.º da Diretiva Contabilística (2013/34/UE), a demonstração dos requisitos de divulgação do artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia deve ser apresentada de forma consolidada.

Por conseguinte, o exercício aplica os mesmos princípios de consolidação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas pela União Europeia e atualmente em vigor. O âmbito do relatório centra-se no perímetro de consolidação da Sonae, que envolve as sub-holdings, empresas individuais e fundos de investimento imobiliário

<sup>13</sup> Capex para efeito de taxonomia: investimentos contabilizados nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis

(IAS 16), Ativos Intangíveis (IAS 38), Propriedades de Investimento (IAS 40) e Locações (IFRS 16).

fechados. As empresas em que o Grupo detém um controlo conjunto ou uma influência significativa estão excluídas. As principais políticas contabilísticas adotadas pela Sonae na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os KPIs da Taxonomia foram preparados com base no Anexo I do Ato Delegado de Divulgação que suplementa o Regulamento (UE) 2020/852, publicado a 6 de julho de 2021. A informação financeira é retirada das demonstrações financeiras do ano findo em 31 de dezembro de 2022, e o volume de negócios, as despesas de capital (CapEx) e as operacionais (OpEx) podem ser conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

O método para calcular a proporção de atividades ambientalmente sustentáveis divide-se em duas etapas. Na primeira etapa, é avaliado se uma atividade corresponde à lista de atividades elegíveis para a Taxonomia disponível e, numa segunda etapa, é analisado o alinhamento de cada atividade elegível identificada.

Foram aplicadas duas abordagens para determinar a elegibilidade com a Taxonomia Europeia, no que respeita às despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx), em conformidade com o regulamento:

1. Através de **atividades geradoras de volume de negócios**, em que o valor apurado é a proporção das despesas de capital e despesas operacionais associadas a tais atividades (por exemplo, rendimentos provenientes de serviços e rendas); e
2. Através da **aquisição de bens e serviços de atividades económicas elegíveis, que não geram rendimento, mas dão suporte às principais operações do Grupo** (por exemplo, a instalação de equipamento de eficiência energética em edifícios).

Posteriormente, foi aplicada uma abordagem *bottom-up* na qual o volume de negócios, as despesas de capital e operacionais que sejam cumulativamente elegíveis e subsequentemente alinhadas, foram adicionadas aos numeradores dos KPIs da Taxonomia de elegibilidade e alinhamento.

Devido às características do Grupo e à prática de transações entre empresas do Grupo, a dupla contagem é um aspeto que requer especial atenção. Neste sentido, de modo a evitar a dupla contagem, foram excluídas todas as vendas intra grupo, entre as subsidiárias da Sonae. Adicionalmente, e atendendo a que cada empresa do Grupo tem a sua própria estrutura de custos, os respetivos centros de lucro e de custos foram sinalizados para uma segunda validação e consolidação dentro do departamento de consolidação do Grupo. Para uma melhor identificação e separação dos elementos por tipologia de despesa, em particular para as despesas de capital (CapEx), foram recolhidas e validadas as respetivas ordens de compra.

## 2. Avaliação da Elegibilidade e Alinhamento do Grupo ao abrigo da Taxonomia Europeia

Na sequência do desenvolvimento do *Guideline* Corporativo para a Taxonomia, a Sonae identificou um grupo de pontos focais em cada unidade de negócio, responsáveis internamente pela execução do exercício de elegibilidade e alinhamento da Taxonomia.

Individualmente por unidade de negócio, em primeiro lugar, foi determinado se a empresa apresenta ou não atividades descritas nos Anexos I e II do Ato Delegado do Clima, atendendo a que apenas essas atividades podem ser consideradas como elegíveis para efeitos da Taxonomia. De seguida, a avaliação do alinhamento seguiu uma análise extensiva dos critérios técnicos de contribuição substancial específicos e de critérios “não prejudicar significativamente” para cada atividade elegível identificada. Foram avaliadas as salvaguardas mínimas a nível do Grupo, tendo também em consideração as atividades elegíveis em análise.

### Atividades Económicas Elegíveis

O perímetro de consolidação do Grupo Sonae gere um portefólio diversificado, que abrange os setores de retalho, serviços financeiros, tecnologia e imobiliário. Por um lado, e dado o atual estado de desenvolvimento do Regulamento da Taxonomia, que está direcionado para indústrias mais intensivas em emissões de carbono, consequentemente não abrange todos os setores da economia. Assim, a maioria das atividades principais da Sonae não estão previstas no Ato Delegado do Clima, não sendo, portanto, elegíveis para efeitos de Taxonomia, o que se traduz, em geral, numa baixa percentagem de atividades geradoras de receitas elegíveis. Por outro lado, observa-se uma maior presença de atividades elegíveis ao analisar atividades secundárias de suporte à atividade principal, bem como investimentos em medidas implementadas para conduzir à redução das emissões GEE nas operações individuais principais.

O reporte da Taxonomia é considerado um processo em evolução. Assim, no reporte deste ano, novas atividades elegíveis foram identificadas e avaliadas no Grupo, tais como os investimentos relacionados com renovações e construções executadas nas operações dos negócios de retalho.



Na tabela seguinte, as atividades elegíveis do Grupo Sonae são identificadas de acordo com a Taxonomia Europeia para o ano de 2022:

Atividade económica elegível de acordo com a Taxonomia Europeia	Descrição da Atividade
<b>5.5</b> Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem	Subcontratação de serviços de gestão de resíduos para recolha, transporte, preparação e triagem de resíduos não perigosos; Investimento em compactadores de resíduos que apoiam na armazenagem de resíduos
<b>6.5</b> Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Contratos de <i>renting</i> e <i>leasing</i> de veículos elétricos e híbridos <i>plug-in</i> para a frota corporativa.
<b>7.1</b> Construção de edifícios novos	Dois projetos de construção imobiliária: projeto residencial e torre de escritórios.
<b>7.2</b> Renovação de edifícios existentes	Grandes projetos de renovação em edifícios comerciais.
<b>7.3</b> Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	Instalação, reparação e manutenção de equipamentos de eficiência energética, incluindo jardins verticais, materiais de isolamento, LEDs e sistemas de ar condicionado (AVAC).
<b>7.4</b> Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios	Prestação de serviços de instalação, reparação e manutenção de estações de carregamento de veículos elétricos. Serviços contratados para instalação, reparação e manutenção de estações de carregamento de veículos elétricos.
<b>7.5</b> Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	Serviços contratados para instalação e reparação de sistemas de monitorização de energia elétrica, sistemas de gestão de edifícios e adaptação de sistemas de controlo de iluminação
<b>7.6</b> Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	Prestação de serviços de instalação, reparação e manutenção de sistemas fotovoltaicos e solares térmicos; Serviços contratados para instalação de unidades de produção para autoconsumo e manutenção fotovoltaica.

Atividade económica elegível de acordo com a Taxonomia Europeia	Descrição da Atividade
<b>7.7</b> Aquisição e propriedade de edifícios	Operação e gestão de edifícios comerciais; Contratação de construção de novos edifícios que serão propriedade do Grupo.
<b>8.1</b> Tratamento de dados, alojamento de informação e atividades conexas	Contrato de alojamento para armazenamento de dados e sistemas num Centro de Dados. Aquisição de equipamento associado e manutenção.
<b>8.2</b> Soluções baseadas em dados para a redução das emissões de GEE	Implementação de soluções tecnológicas para o cálculo da pegada de carbono.
<b>9.1</b> Atividades de engenharia e consultoria técnica associada no domínio da adaptação às alterações climáticas (Anexo II do Ato Delegado do Clima)	Prestação de serviços para a avaliação de risco climático.
<b>9.3</b> Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	Prestação de serviços: auditorias energéticas, certificações, consultoria técnica e <i>benchmark, design</i> de edifícios e gestão de energia.

Para além das atividades elegíveis identificadas, a atual abrangência da Taxonomia deixa espaço para outras atividades relevantes no âmbito da contribuição para as alterações climáticas. A título de exemplo, e com foco no negócio de retalho alimentar do Grupo, a MC tem vindo a manter esforços para promover a redução das emissões PAG (potencial de aquecimento global) associadas à cadeia de frio, nomeadamente através da implementação de centrais de frio com melhor desempenho, instalação de dispositivos de automação e regulação e substituição de gases fluorados por gases com um PAG mais baixo nas centrais de frio (como o CO<sub>2</sub> e o isopropano, com um PAG de 1 e 3, respetivamente). Embora a Taxonomia, atualmente, não identifique estas medidas como elegíveis, as mesmas são relevantes para a redução da pegada de carbono da empresa e, assim, contribuirão para o objetivo de mitigação das alterações climáticas. Com a otimização da cadeia de frio é estimada uma redução de 20% no consumo de energia por loja, assim como uma redução relevante na pegada de carbono, uma vez que o novo equipamento tem gases com um menor PAG. No exercício económico de 2022, foi efetuado um investimento total de €19,0m na redução do impacto ambiental da cadeia de frio, o que representa 4% das despesas de capital consolidadas (para efeito de taxonomia).

O alinhamento foi avaliado tendo em consideração os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, sendo analisados os critérios específicos de contribuição substancial, bem como de “não prejudicar significativamente”, de modo a determinar o alinhamento para cada atividade. Neste enquadramento, foram previstas avaliações menos exigentes para o primeiro ano de aplicação do alinhamento em 2022, pelo que é reconhecido um certo grau de flexibilidade. A avaliação do alinhamento foi executada em cada *sub-holding* do Grupo, de acordo com as diretrizes do *Guideline* Corporativo, implementadas para garantir coerência na interpretação e nas metodologias ao longo do perímetro. Foram utilizadas duas abordagens para determinar se cada atividade elegível cumpria os critérios técnicos: (1) **avaliação individual por ativo, projeto ou contrato de serviço**; ou (2) **a nível agregado**, em que a avaliação se aplica a todas as atividades incorporadas que se enquadram nos mesmos critérios. Segue-se uma descrição da metodologia de avaliação de cada atividade elegível no Grupo Sonae.

## 5.5 Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem

### Contribuição Substancial

Mitigação das Alterações Climáticas	Esta atividade contempla a subcontratação de serviços de gestão de resíduos para a recolha, transporte, preparação e triagem de resíduos não perigosos, assim como o investimento em compactadores de resíduos que apoiam no armazenamento de resíduos. As categorias consideradas são: resíduos de cartão, papel e plástico. Os critérios de contribuição substancial para a mitigação das alterações climáticas são considerados como estar em conformidade. Foi obtida junto dos operadores de gestão de resíduos uma declaração que atesta que todos os resíduos não perigosos, recolhidos e transportados separadamente e separados na origem, têm como destino a preparação para operações de reutilização ou reciclagem.
-------------------------------------	--

### Não prejudicar significativamente

Adaptação às Alterações Climáticas	Para avaliar os critérios de adaptação NPS, cada operador de gestão de resíduos deve demonstrar que avalia os riscos climáticos físicos significativos que possam ter impacto nas suas instalações, suportado por um plano de adaptação coerente. Quando esta informação foi obtida, a atividade foi considerada em conformidade com o critério.
Economia Circular	Os critérios da economia circular foram considerados como tendo sido cumpridos. Foi obtida uma declaração junto dos operadores de gestão de resíduos que demonstra que as categorias de resíduos recolhidas separadamente não são misturadas em instalações de armazenamento e instalações de transporte de resíduos, com outros resíduos ou materiais com propriedades diferentes.

## 6.5 Transportes em motocicletas, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros

### Contribuição Substancial

Mitigação das Alterações Climáticas	Esta atividade consiste no aluguer e <i>leasing</i> de viaturas elétricas e híbridas <i>plug-ins</i> para a frota de veículos (categoria M1). Uma medida individual implementada com vista à redução de gases com efeito de estufa no Grupo, sendo considerados apenas elegíveis os veículos híbridos e <i>plug-ins</i> e elétricos. Na Sonae, as emissões específicas de CO <sub>2</sub> são recolhidas para processos de quantificação da pegada de carbono. Por este motivo, foi feita uma avaliação de cada veículo para identificar os veículos com emissões específicas de CO <sub>2</sub> inferiores a 50gCO <sub>2</sub> /km (veículos ligeiros com emissões baixas e nulas). Apenas aqueles que cumprem este critério passam para os critérios NPS.
-------------------------------------	---

6.5 Transportes em motocicletas, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros

**Não prejudicar significativamente**

Adaptação às Alterações Climáticas	Não são identificados riscos físicos relevantes associados ao clima para a atividade em questão.
Economia Circular	<p>Em matéria de critérios de economia circular, ambos foram considerados em conformidade.</p> <p>(1) a legislação nacional exige que os veículos comercializados sejam reutilizáveis e/ou recicláveis a um nível mínimo de 85% em massa e reutilizáveis e/ou recuperáveis a um nível mínimo de 95% em massa. Assim, a Sonae assume que estes regulamentos são cumpridos, devido ao princípio de legalidade.</p> <p>(2) A Sonae considera que os critérios relacionados com as medidas em vigor para gestão de resíduos, tanto na fase de utilização (manutenção), como no fim de vida da frota, não são aplicáveis. No Grupo, os veículos ou são alugados ou são adquiridos em <i>leasing</i>, sendo os veículos devolvidos à locadora, razão pela qual o Grupo não é responsável pelo fim de vida dos veículos. Neste contexto, os fornecedores foram contactados, e a informação obtida foi a de que, no final do contrato, os veículos são colocados no mercado de segunda mão para reutilização.</p>
Poluição	<p>Quanto aos critérios de poluição, cada um dos quatro critérios foi avaliado, sendo que apenas alguns veículos apresentaram conformidade na totalidade dos critérios, e, portanto, foram considerados alinhados. Em caso de informação não disponível, os critérios foram considerados como em “não conformidade”.</p> <p>(1) na Sonae, todos os veículos estão em conformidade com os requisitos da fase aplicável mais recente da norma Euro 6 de emissões de veículos ligeiros;</p> <p>(2) a Sonae considera que, se for cumprida a norma Euro 6, o critério específico NPS de conformidade com a Diretiva 2009/33/CE é também cumprido;</p> <p>(3) os pneus cumprem os requisitos relativos ao ruído exterior de rolamento na classe mais elevada (A) e o Coeficiente de Resistência do Rolamento nas duas classes mais elevadas (A e B) - este foi, sem dúvida, o critério mais difícil de avaliar, uma vez que este nível de detalhe de informação não estava a ser recolhida pelos fornecedores. Apenas alguns veículos foram considerados como cumpridores destes critérios, sendo que a grande maioria não está em conformidade devido à ausência de informação;</p> <p>(4) os critérios de conformidade com o Regulamento (UE) n.º 540/2014 também foram considerados como cumpridos, assumindo o princípio de legalidade.</p>

7.1 Construção de edifícios novos

**Contribuição Substancial**

<p>Mitigação das Alterações Climáticas</p>	<p>A atividade inclui dois projetos de construção imobiliária: um projeto residencial e uma torre de escritórios. A avaliação dos critérios NPS foi feita ao nível de cada projeto. Sempre que a fase de construção não permitiu obter as evidências para um critério específico, foi utilizada a data de apresentação da candidatura completa para decidir quais os critérios técnicos que seriam aplicáveis nesse momento.</p> <p>(1) O Certificado de Desempenho Energético (CE) dos edifícios foi utilizado para avaliar o valor máximo do Indicador de Eficiência Energética (IEE) e a procura de energia primária. A Portaria n.º 42/2019 (lei portuguesa) define os limites para que os edifícios de comércio e serviços possam ser considerados como edifícios de energia quase nula (nZEB). Para estarem em conformidade, os indicadores devem demonstrar estar 10% abaixo dos limites estabelecidos a nível nacional. Um dos projetos não tem uma CE preliminar, pelo que foram utilizados os critérios de licenciamento que seguem as Diretrizes de BREAAAM, e que estão de acordo com os critérios de Taxonomia;</p> <p>(2) Para avaliar se os edifícios resultantes da construção são submetidos a testes de estanquicidade e integridade térmica, foi avaliado se cada projeto prevê a realização de atividades de comissionamento, incluindo a realização de testes e inspeções pós-construção para assegurar estas características;</p> <p>(3) Finalmente, foi avaliado se foi desenvolvida uma Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) para o projeto, incluindo o Potencial de Aquecimento Global (PAG) do edifício resultante da construção. Um dos projetos demonstrou o cálculo, para cada fase do ciclo de vida, em conformidade com a EN 15978, enquanto o outro, na sua fase de licenciamento, contempla a nomeação de um especialista para a sua realização.</p>
--	--

**Não prejudicar significativamente**

<p>Adaptação às Alterações Climáticas</p>	<p>Nenhum dos projetos demonstrou desempenhar - ou ter planeado-, uma avaliação robusta dos riscos climáticos e de vulnerabilidade, que permitam a identificação de riscos climáticos físicos significativos para o edifício, e que constituam a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação.</p>
<p>Recursos Hídricos e Marinheiros</p>	<p>Dado que o projeto de licenciamento é um projeto de construção residencial, estes critérios não se aplicam. Para o segundo projeto, de forma a avaliar a conformidade da utilização hídrica específica dos aparelhos hídricos, foram recolhidos os valores de referência dos aparelhos, uma vez que o projeto segue as diretrizes LEED em relação à água. Embora os caudais mostrassem estar alinhados, não foi possível avaliar os critérios do Apêndice E, uma vez que o LEED exige os caudais em diferentes pressões.</p>
<p>Economia Circular</p>	<p>Os critérios da economia circular não foram considerados como cumpridos para ambos os projetos.</p> <p>(1) O primeiro critério exige a prova de, pelo menos, 70% (por peso) dos resíduos não perigosos de construção e demolição sejam preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos e o Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE. Embora cada projeto siga diretrizes diferentes (BREAAAM e LEED), ambos os modelos apresentam objetivos de acordo com a ambição da Taxonomia. O primeiro projeto ainda não iniciou os trabalhos de construção;</p> <p>(2) Uma análise do potencial do projeto para ser adaptável e fácil de desmontar e da adaptabilidade não foi considerada para o projeto, pelo que foi considerado como não cumprido.</p>

7.1 Construção de edifícios novos

**Não prejudicar significativamente**

<p>Poluição</p>	<p>As orientações do projeto e a política de <i>procurement</i> foram analisadas, focando nos requisitos dos materiais e componentes, para compreender se os componentes e materiais de construção utilizados na construção estão em conformidade com os critérios estabelecidos no Anexo C e se os componentes e materiais de construção que podem entrar em contacto com os ocupantes são materiais com baixas emissões, de acordo com as condições especificadas no Anexo XVII do Regulamento (CE) N° 1907/2006 (REACH). Se não se verificar evidência suficiente, considera-se que não estão em conformidade.</p> <p>Para avaliar se foram tomadas medidas para reduzir o ruído, poeira e emissões poluentes durante as obras de construção ou manutenção, ambas as diretrizes do projeto (BREAAAM e LEED) contemplam práticas de construção responsáveis, que incluem a implementação de melhores políticas e procedimentos de prevenção da poluição no local da construção, incluindo medidas centradas no ruído, nas vibrações e na qualidade do ar.</p>
<p>Biodiversidade e Ecossistemas</p>	<p>Uma vez que ambos os projetos estão a ser construídos numa parcela urbana com um edifício abandonado existente, não estando, portanto, a ser construídos numa terra arável, campo verde ou floresta, os critérios de Biodiversidade e Ecossistemas foram considerados como cumpridos.</p>

7.2 Renovação de edifícios existentes

**Contribuição Substancial**

<p>Mitigação das Alterações Climáticas</p>	<p>A atividade contempla grandes projetos de renovação de edifícios comerciais. A consideração de "grandes obras de renovação" segue a definição presente na Diretiva do Desempenho Energético dos Edifícios, e respetivas transposições nacionais, no caso de Portugal, Decreto Lei 118/2013. A avaliação dos critérios NPS foi feita ao nível de projeto. Considerando o número de renovações realizadas e o curto período para avaliar cada uma de acordo com os critérios de Taxonomia, foi selecionada uma pequena amostra para compreender como avaliar os critérios, obter as evidências e identificar lacunas na informação existente. Portanto, nenhum projeto de renovação é avaliado como estando alinhado. Para compreender se a renovação do edifício cumpre os requisitos aplicáveis na legislação nacional relativa a grandes renovações, foi recolhida a documentação do projeto, nomeadamente os documentos descritivos, para avaliar a conformidade com os requisitos mínimos.</p>
--	--

**Não prejudicar significativamente**

<p>Adaptação às Alterações Climáticas</p>	<p>Nenhum dos projetos demonstrou desempenhar - ou ter planeado-, uma avaliação robusta dos riscos climáticos e da vulnerabilidade que permitam a identificação de riscos climáticos físicos significativos para o edifício, e que constituam a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação.</p>
---	---

7.2 Renovação de edifícios existentes

**Não prejudicar significativamente**

<p>Recursos Hídricos e Marinhos</p>	<p>Para avaliar a conformidade da utilização hídrica específica dos aparelhos hídricos, quando instalados, foram analisadas as fichas técnicas dos aparelhos obtidas junto dos fornecedores, bem como os documentos descritivos do projeto de execução. Enquanto alguns aparelhos pareciam estar em conformidade, outros não estavam, e a informação não era suficiente por cada aparelho. Não foi possível avaliar os critérios do Apêndice E.</p>
<p>Economia Circular</p>	<p>Para efeitos dos critérios de economia circular, foi recolhido dos subcontratantes o plano de gestão ambiental, que inclui o plano de construção e demolição de resíduos e, quando disponível, os registos da declaração de transporte de resíduos.</p> <p>(1) O primeiro critério exige prova, de, pelo menos, 70% (por peso) dos resíduos não perigosos de construção e demolição a serem preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos e o Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE. Dependendo da informação disponível, para uns foi possível verificar este limite, mas em alguns casos a percentagem exata que foi reutilizada ou recuperada para outras atividades não é conhecida.</p> <p>(2) Uma análise do potencial do projeto para ser adaptável e fácil de desmontar e da adaptabilidade não foi considerada para nenhuma das amostras de projeto selecionadas, pelo que foi considerado como não cumprido.</p>
<p>Poluição</p>	<p>Para compreender se os componentes e materiais de construção utilizados na construção estão em conformidade com os critérios estabelecidos no Anexo C, e se os componentes e materiais de construção que podem entrar em contacto com os ocupantes são materiais com baixas emissões, de acordo com as condições especificadas no Anexo XVII do Regulamento (CE) N° 1907/2006 (REACH), os documentos de execução do projeto foram analisados centrando-se nos requisitos dos materiais e componentes. Se não verificadas provas suficientes, foi considerado como estar em não conformidade.</p> <p>Para avaliar se foram tomadas medidas para reduzir o ruído, poeira e emissões poluentes durante as obras de construção ou manutenção, os documentos de execução do projeto foram analisados para contemplar práticas de construção responsáveis.</p>

7.3 Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética

**Contribuição Substancial**

<p>Mitigação das Alterações Climáticas</p>	<p>A atividade consiste na instalação, manutenção e reparação de equipamento de eficiência energética, nomeadamente de substituição de iluminação LED, de instalação e manutenção de sistemas AVAC e instalação de jardins verticais, o que confirma os critérios de contribuição substancial para o objetivo das alterações climáticas, correspondendo às alíneas a), d) e e) da atividade 7.3 de acordo com a Taxonomia.</p> <p>Estes projetos são considerados como estar em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos, para componentes e sistemas individuais, nas medidas nacionais aplicáveis que implementam a Diretiva 2010/31/UE, o Decreto-Lei 118/2013, ou o posterior Decreto-Lei n.º 101-D /2020. Uma avaliação genérica foi aplicada, tendo sido contactados, por cada empresa do Grupo, os principais fornecedores de cada tipo de solução, de forma a obter evidência do cumprimento. Para estes dispositivos, o Regulamento (UE) 2017/1369 não era aplicável, à exceção de alguns equipamentos AVAC, apenas no que respeita a despesas de manutenção, ou seja, excluindo a aquisição. Nos casos em que a informação não foi obtida, considerou-se os investimentos como não alinhados.</p>
--	---

7.3 Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética

**Não prejudicar significativamente**

<p>Adaptação às Mudanças Climáticas</p>	<p>Tendo em consideração o carácter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do critério NPS para o objetivo da adaptação não foi objeto de uma avaliação extensiva do risco e vulnerabilidade, no entanto, foi suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos climáticos físicos que são materiais para a atividade; (2) a compreensão de quais as medidas necessárias para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.</p> <p>(1) Uma vez que estes produtos são instalados na envolvente dos edifícios, os principais riscos que podem ter impacto nesta atividade são as inundações e os incêndios, podendo afetar o edifício em que o equipamento está instalado, nomeadamente o quadro e as ligações elétricas. No caso de iluminação LED localizada fora dos edifícios, outros riscos climáticos como tempestades e ventos extremamente fortes, podem danificar os dispositivos. Também, no caso do AVAC, o aumento do fenómeno das tempestades de poeira do Saara, que atingem o Mediterrâneo, provocam impactos nos sistemas de filtragem.</p> <p>(2) O <i>design</i> e a execução do projeto seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os requisitos e as condições ambientais do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante a operação, no caso do AVAC, a manutenção é realizada trimestralmente, de acordo com um plano de manutenção preventiva, que inclui inspeções e a limpeza das componentes do sistema (por exemplo, a limpeza de filtros), a verificação do estado e funcionamento das componentes e ações corretivas (por exemplo, controlo da corrosão do equipamento). Do mesmo modo, também a iluminação LED conta com uma manutenção preventiva, com foco nos quadros elétricos e nas conexões.</p> <p>(3) O equipamento elétrico é selecionado para que não cause, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, inclusive aos que são resultantes de manobras de intervenção. Adicionalmente, uma vez que estes são equipamentos não essenciais do ponto de vista operacional, qualquer avaria não afetaria a atividade principal.</p>
<p>Poluição</p>	<p>A conformidade, relativamente ao uso e à presença de substâncias químicas determinadas no Apêndice C, foi avaliada para instalações AVAC e LED. A informação foi obtida via solicitação de fichas técnicas e documentos descritivos dos projetos aos principais fornecedores de cada empresa do Grupo. Para determinar a conformidade foram utilizadas duas abordagens: (1) se os documentos técnicos demonstram estar em conformidade com os regulamentos especificados, como o Regulamento REACH e a Diretiva RoHS; ou (2) se a composição do equipamento não evidencia nenhuma das substâncias descritas nos regulamentos do Apêndice C (por exemplo, o mercúrio). Nos casos em que a informação não foi obtida, considerou-se como não alinhado.</p> <p>No segmento de retalho alimentar, foram identificados casos específicos em que o reator da <i>hotte</i> de frangos é um sistema equipado com lâmpadas de mercúrio de baixa pressão que geram ozono. A justificação para o uso destas lâmpadas prende-se com o facto de que o uso de mercúrio é essencial para evitar reações químicas altamente oxidativas. Por esta razão, considera-se que está em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/852 relativo ao mercúrio, artigo 5.º, em que os produtos essenciais para fins de proteção civil estão isentos.</p>

7.4 Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios

**Contribuição Substancial**

<p>Mitigação das Alterações Climáticas</p>	<p>Esta atividade inclui a instalação, manutenção e reparação de estações de carregamento para veículos elétricos em edifícios e parques de estacionamento anexos aos edifícios, ambos numa perspetiva de prestação de serviços como na implementação para uso próprio, o que corresponde diretamente com o critério de contribuição substancial para o objetivo das alterações climáticas da atividade 7.4 de acordo com a Taxonomia.</p>
--	--

7.4 Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios

**Não prejudicar significativamente**

<p>Adaptação às Alterações Climáticas</p>	<p>Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do critério NPS para o objetivo de adaptação não foi objeto de uma avaliação extensiva do risco e vulnerabilidade climática, no entanto, foi suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos climáticos físicos que são materiais para a atividade; (2) o entendimento de quais são as medidas tomadas para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.</p> <p>(1) Os principais riscos que podem impactar esta atividade são: inundações, incêndios, tornados, ciclones, furacões, tufões, aumento dos níveis do mar e deslizamentos de terra, na medida em que podem influenciar a localização das estações de carregamento ou a rede elétrica que fornece as estações de carregamento;</p> <p>(2) O <i>design</i> e a execução do projeto seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os pedidos e as condições ambientais do local em que será instalado, e a que possa estar sujeito. São anualmente efetuadas, durante a operação, manutenções preventivas para manter a operação eficiente dos sistemas, o que inclui testes de segurança dos equipamentos (diferenciais e cortes de emergência), verificação da tensão e medições diversas;</p> <p>(3) O equipamento elétrico é selecionado para que não cause, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento, quer na rede elétrica, inclusive aos que são resultantes de manobras de intervenção. Adicionalmente, uma vez que estes são equipamentos não essenciais do ponto de vista operacional, qualquer avaria não afetaria a atividade principal.</p>
---	--

7.5 Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios

**Contribuição Substancial**

<p>Mitigação das Alterações Climáticas</p>	<p>Esta atividade inclui a instalação, manutenção e reparação dos instrumentos e dispositivos de medição, regulação e controlo do desempenho energético dos edifícios, ambos numa perspetiva da prestação de serviços como na implementação para uso próprio, nomeadamente sistemas de gestão de energia e sistemas de controlo de iluminação, o que diretamente confirma o critério de contribuição substancial para o objetivo das alterações climáticas, correspondente à alínea b) da atividade 7.5 de acordo com a Taxonomia.</p>
--	--

**Não prejudicar significativamente**

<p>Adaptação às Alterações Climáticas</p>	<p>Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do critério NPS para o objetivo de adaptação não foi objeto de uma avaliação extensiva do risco e vulnerabilidade climática, no entanto, foi suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos climáticos físicos que são materiais para a atividade; (2) o entendimento de quais são as medidas tomadas para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não acresce ao risco de impacto adverso sobre as pessoas, a natureza ou os ativos.</p> <p>(1) Uma vez que estes produtos são instalados na envolvente dos edifícios, os principais riscos que podem ter impacto nesta atividade são as inundações e os incêndios, podendo afetar o edifício em que o equipamento está instalado, nomeadamente o quadro e as ligações elétricas.</p> <p>(2) O <i>design</i> e a execução do projeto seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os pedidos e as condições ambientais particulares do local em que será instalado ou a que possa estar sujeito. São periodicamente efetuadas ações de manutenção preventiva, com foco nos quadros elétricos e nas conexões.</p> <p>(3) O equipamento elétrico é selecionado para que não cause, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, inclusive aos que são resultantes de manobras de intervenção. Adicionalmente, uma vez que estes são equipamentos não essenciais do ponto de vista operacional, qualquer avaria não afetaria a atividade principal.</p>
---	---



7.6 Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis

**Contribuição Substancial**

Mitigação das Alterações Climáticas Esta atividade inclui a instalação, manutenção e reparação de centrais fotovoltaicas e solares, ambos numa perspetiva de prestação de serviços como na implementação para uso próprio, o que corresponde diretamente ao critério de contribuição substancial para o objetivo das alterações climáticas, alíneas a) e b) da atividade 7.6 de acordo com a Taxonomia.

**Não prejudicar significativamente**

Adaptação às Alterações Climáticas Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do critério NPS para o objetivo de adaptação não foi objeto de uma avaliação extensiva do risco e vulnerabilidade, no entanto, foi suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos climáticos físicos que são materiais para a atividade; (2) o entendimento de quais são as medidas tomadas para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não acresce ao risco de impacto adverso sobre as pessoas, a natureza ou os ativos.

(1) Estas instalações são colocadas no exterior dos edifícios, estando assim particularmente sensíveis aos fenómenos climáticos, tanto do ponto de vista do desempenho como da estrutura. No que diz respeito ao desempenho, o sistema pode ser afetado por condições meteorológicas como a ausência ou diminuição da radiação solar, ou aumento da temperatura exterior (por exemplo, ondas de calor). Do ponto de vista estrutural, o sistema é sensível a situações extremas de vento (por exemplo, tornados, ciclones, furacões e tufões), e pode também ser afetado, tendo em conta a sua localização, por inundações, incêndios, aumento dos níveis do mar ou deslizamentos de terra;

(2) Para o dimensionamento do sistema, é realizada uma projeção da estrutura a instalar através de um *software* que avalia a localização do sistema e outras variáveis (como a altura do edifício, e a proximidade da orla marítima). O *design* e a execução do projeto seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os pedidos e as condições ambientais particulares do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante a operação dos sistemas, são anualmente efetuadas manutenções preventivas para manter a sua operação eficiente, que inclui medidas como verificação e controlo das ligações elétricas e da estrutura mecânica, bem como a limpeza da superfície dos módulos fotovoltaicos;

(3) Quando aplicável, é realizada uma análise da capacidade de sobrecarga da cobertura para garantir a estabilidade estrutural do edifício. O equipamento elétrico é selecionado para que não cause, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, inclusive aos que são resultantes de manobras de intervenção.

7.7 Aquisição e propriedade de edifícios

**Contribuição Substancial**

Mitigação das Alterações Climáticas A atividade inclui a operação e a gestão de edifícios comerciais, bem como a encomenda de construção de novos edifícios que serão propriedade do Grupo. A avaliação da contribuição substancial para a mitigação das alterações climáticas foi efetuada para cada ativo individual (edifício).

Para edifícios construídos antes de 31 de dezembro de 2020, e na ausência de uma referência nacional disponível referente à procura energética no setor imobiliário, foi utilizado o critério do Certificado de Desempenho Energético (CE) classe A. No que respeita aos edifícios construídos após 31 de dezembro de 2020 e a construções contratualizadas: foram recolhidos os certificados energéticos dos edifícios, de forma a aferir o valor máximo do Indicador de Eficiência Energética (IEE) e a procura de energia primária. A Portaria n°42/2019 define os limites para que os edifícios de comércio e serviços possam ser considerados como edifícios de energia quase nula (nZEB). Para estarem em conformidade, os indicadores devem demonstrar estar 10% abaixo dos limites estabelecidos a nível nacional.

Finalmente, para compreender se os edifícios são operados de forma eficiente através da monitorização e avaliação do desempenho energético, foi avaliado se o edifício teria um sistema de gestão e controlo de edifícios ou, então, um contrato de desempenho energético.

7.7 Aquisição e propriedade de edifícios

**Não prejudicar significativamente**

<p>Adaptação às Alterações Climáticas</p>	<p>A avaliação do critério NPS para a adaptação às alterações climáticas foi também realizada ao nível de cada ativo. Este é um domínio subdesenvolvido no Grupo Sonae, em que a grande maioria dos ativos não possui uma avaliação robusta de risco e vulnerabilidade climática, nem apresenta um plano de adaptação coerente.</p> <p>Os ativos considerados em conformidade com este critério são todos os que apresentem uma avaliação robusta do risco climático que permita a identificação dos riscos climáticos físicos significativos para o edifício, que sirva como base para a identificação de medidas de adaptação adequadas, incorporadas num plano de adaptação. Embora não tenha sido obtida uma avaliação da vulnerabilidade, considerou-se que a ambição subjacente a este critério é cumprida.</p>
---	---

8.1 Tratamento de dados, alojamento de informação e atividades conexas

**Contribuição Substancial**

<p>Mitigação das Alterações Climáticas</p>	<p>Esta atividade contempla um contrato de alojamento para o armazenamento de dados e sistemas num centro de dados, incluindo a aquisição de equipamento associado, bem como a sua manutenção. Todos os sistemas que são alojados no centro de dados estão sob a responsabilidade da MC ou de prestadores de serviços contratados. O proprietário do centro de dados é responsável pela sua gestão.</p> <p>Para avaliar os critérios de contribuição substancial para a mitigação das alterações climáticas, foi solicitado ao operador do centro de dados a indicação da conformidade com as "práticas esperadas" na versão mais recente do Código de Conduta Europeu sobre a Eficiência Energética nos centros de dados, suportada por evidências de verificação. Como não foi possível obter esta informação do operador, considerou-se que os critérios não estão em conformidade.</p>
--	--

**Não prejudicar significativamente**

<p>Adaptação às Alterações Climáticas</p>	<p>Para avaliar a conformidade com critério NPS de adaptação, o operador do centro de dados deve demonstrar que tem uma prática de avaliação dos riscos climáticos físicos significativos que possam ter impacto no centro de dados, suportada por um plano de adaptação coerente. Se a prática for verificada, considera-se em conformidade com o critério.</p>
<p>Recursos Hídricos e Marinheiros</p>	<p>Para avaliar a conformidade com o critério NPS de recursos hídricos e marinhos, o operador deve demonstrar a existência de um plano de gestão do uso e proteção dos recursos hídricos, se o risco de degradação ambiental relacionado com a preservação da qualidade da água e a prevenção do <i>stress</i> hídrico for identificado. Se a prática for verificada, considera-se em conformidade com o critério.</p>
<p>Economia Circular</p>	<p>No que concerne os critérios de economia circular, todos os critérios foram considerados em conformidade.</p> <p>(1) As fichas técnicas e as declarações ecológicas dos servidores foram solicitadas aos fornecedores, de forma a avaliar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Diretiva 2009/125/CE para servidores e produtos de armazenamento de dados (Regulamento (UE) 2019/424).</p> <p>(2) As fichas técnicas e as declarações ecológicas dos servidores foram solicitadas aos fornecedores, de forma a avaliar se o equipamento contém, ou não, as substâncias restritas listadas no Anexo II da Diretiva 2011/65/EU.</p> <p>(3) No fim da vida útil dos equipamentos, os mesmos são revendidos para reaproveitamento.</p>

8.2 Soluções baseadas em dados para a redução das emissões de GEE

**Contribuição Substancial**

<p>Mitigação das Alterações Climáticas</p>	<p>Esta atividade inclui a implementação e a manutenção de uma solução tecnológica para o cálculo da pegada de carbono. A solução foi analisada individualmente e os quatro critérios de contribuição substancial para a mitigação das alterações climáticas são considerados cumpridos.</p> <p>(1) A solução inclui o fornecimento de dados e análises que permitam a redução das emissões GEE: a ferramenta permite cálculo automático do inventário de emissões de GEE (âmbito 1, 2 e 3), com a inserção de dados de atividade, tendo em vista a quantificação de emissões e posterior definição de planos de ação para redução de emissões. A solução possui também um portal de acesso aos fornecedores, possibilitando-lhes a consulta da sua pegada para cada tipo de produto que fornecem, bem como identificar oportunidades de melhoria.</p> <p>(2) A solução demonstra poupanças substanciais do ciclo de vida das emissões GEE em comparação com as alternativas no mercado: A ferramenta foi projetada e parametrizada para usar dados concretos (fatores de emissão e conversão) aplicados à atividade dos fornecedores e ao contexto específico do negócio, permitindo uma análise mais confiável e resultados mais consistentes do que outras tecnologias presentes no mercado.</p> <p>(3) A metodologia da ferramenta tem como base o <i>GHG Protocol Product Life Cycle - Product Life Cycle Accounting</i> e o <i>Reporting Standard PAS 2050:2011 - Specification for the Assessment of Life Cycle GHG Emissions of Goods and Services (Defra - Carbon Trust UK)</i>.</p> <p>(4) A quantificação das emissões de GEE é verificada anualmente.</p>
--	---

**Não prejudicar significativamente**

<p>Adaptação às Alterações Climáticas</p>	<p>Os servidores desta solução estão localizados num centro de dados, sob gestão do Operador do centro de dados. Para avaliar a conformidade com o critério NPS de adaptação, o operador do centro de dados deve demonstrar que tem uma prática em avaliação dos riscos climáticos físicos significativos que possam ter impacto na sua operação, suportado por um plano de adaptação coerente. Esta informação foi obtida, assim a atividade foi considerada em conformidade com o critério.</p>
<p>Economia Circular</p>	<p>No que concerne os critérios de economia circular, todos os critérios foram considerados cumpridos.</p> <p>(1) As fichas técnicas e as declarações ecológicas dos servidores foram solicitadas aos fornecedores, de forma a avaliar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Diretiva 2009/125/CE para servidores e produtos de armazenamento de dados (Regulamento (UE) 2019/424).</p> <p>(2) As fichas técnicas e as declarações ecológicas dos servidores foram solicitadas aos fornecedores, de forma a avaliar se o equipamento contém, ou não, as substâncias restritas listadas no Anexo II da Diretiva 2011/65/EU.</p> <p>(3) No fim da vida útil dos equipamentos, os mesmos são revendidos para reaproveitamento.</p>

9.1 Atividades de engenharia e consultoria técnica associada no domínio da adaptação às alterações climáticas

**Contribuição Substancial**

Adaptação às Alterações Climáticas	<p>A atividade corresponde à prestação de serviços de avaliação de riscos climáticos a edifícios. A metodologia inerente consiste na avaliação da materialidade dos riscos climáticos da atividade económica, pelo que se considera estarem em correspondência com os critérios de contribuição substancial, alíneas a) e b) da atividade 9.1. Não foram desenvolvidas atividades arquitetónicas.</p> <p>Para a avaliação são considerados os riscos físicos e de transição. A exposição a riscos físicos é compilada através do acesso a incluem múltiplas bases de dados de exposição a riscos naturais, bases de dados locais e de <i>benchmark</i>, e quantificada recorrendo a projeções com cenários climáticos (RCP 2.6, 4.5, 8.5) em diferentes horizontes temporais (presente, longo prazo (2050), entre outros). O horizonte temporal de 2050 (longo prazo) é tipicamente o escolhido como a principal linha temporal para o exercício, tendo em conta o setor imobiliário.</p> <p>Toda a informação obtida é agrupada por classes de seriedade para a avaliação do impacto. A avaliação global do risco obtem-se através da multiplicação normalizada entre os riscos e os impactos, gerando resultados numa escala de 0 a 5 e de valores mínimos/máximos de impacto financeiro. Adicionalmente, as estratégias de gestão de risco são apresentadas para cada tipo de risco significativo, bem como a estimativa de custos.</p>
------------------------------------	--

**Não prejudicar significativamente**

Mitigação das Alterações Climáticas	<p>Uma vez que os serviços foram prestados a Centros Comerciais, a atividade não inclui a extração nem o transporte de combustíveis fósseis.</p>
-------------------------------------	--

9.3 Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios

**Contribuição substancial**

Adaptação às Alterações Climáticas	<p>Esta atividade inclui auditorias energéticas, certificações, consultoria técnica e de <i>benchmark, design</i> de edifícios e gestão de energia, na perspetiva da prestação de serviços o que corresponde diretamente ao critério de contribuição substancial para o objetivo das alterações climáticas, as alíneas a), b) e c) da atividade 9.3 de acordo com a Taxonomia.</p>
------------------------------------	--

**Não prejudicar significativamente**

Mitigação das Alterações Climáticas	<p>Tendo em conta a tipologia de atividades, considerou-se que os serviços prestados não têm no seu desempenho exposição a riscos climáticos físicos, nem prejudicam os esforços de adaptação, ao nível da resiliência, para os riscos climáticos físicos. Efetivamente, esta atividade contribui para reduzir os riscos de transição dos ativos.</p>
-------------------------------------	---

### Salvaguardas Mínimas

A Taxonomia Europeia estipula que uma atividade económica, para além de contribuir substancialmente e “não prejudicar significativamente” os objetivos ambientais, só pode ser considerada ambientalmente sustentável se for executada em conformidade com as salvaguardas mínimas, de acordo com as orientações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) para Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as Normas Laborais Fundamentais da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Neste contexto, existe ainda um grau de incerteza relativamente à avaliação da conformidade com as salvaguardas mínimas. À data de hoje (janeiro de 2023), a única orientação oficial sobre a sua interpretação é o Relatório Final das Salvaguardas Mínimas da Plataforma da UE para o Financiamento Sustentável, publicado em outubro de 2022. Porém, o relatório não é juridicamente vinculativo e não representa uma posição oficial da Comissão Europeia.

Para a avaliação das salvaguardas mínimas no exercício de 2022, a Sonae segue as orientações disponíveis apresentadas na Plataforma da UE para o Financiamento Sustentável. A Plataforma recomenda que a conformidade seja avaliada ao nível do Grupo com base em dois critérios: (1) a presença de processos adequados de **due diligence em matéria de direitos humanos**, e (2) a existência de **processos e controlos em vigor** que abordem os direitos humanos, corrupção, tributação e concorrência justa, bem como a inexistência de violações nestas áreas por parte da *holding*, das suas subsidiárias ou da sua gestão de topo.

A análise das Salvaguardas Mínimas foi executada ao nível do Grupo, tendo também em conta as atividades elegíveis em análise. Salienta-se que os principais procedimentos nas operações do Grupo relativos à conformidade com as salvaguardas mínimas são desenvolvidos no contexto dos principais negócios das suas subsidiárias, que na sua maioria não estão, atualmente, abrangidas no âmbito da Taxonomia. Por conseguinte, reconhecendo que as políticas e procedimentos do Grupo são centrais para as atividades elegíveis identificadas, a nossa análise procura avaliar qual é a prática atual das subsidiárias do Grupo em matéria de *due diligence de* direitos humanos, anticorrupção, tributação e concorrência justa.

O âmbito das atividades elegíveis identificadas compreende apenas uma pequena parte do que é a prestação de serviços e investimentos do Grupo, sendo uma parte significativa da elegibilidade proveniente de investimentos em atividades de suporte, como a implementação de medidas de eficiência, uma frota corporativa, obras de construção, entre outras. A maioria destas operações está centralizada em Portugal, e poucas atividades têm lugar em países europeus, o que apresenta, portanto, um baixo risco de inconformidade com os requisitos mínimos de salvaguardas.

Segue-se uma descrição da avaliação das salvaguardas mínimas no Grupo Sonae, que inclui a localização da respetiva referência no âmbito do Relatório Integrado.

### Avaliação das Salvaguardas Mínimas: *Due Diligence* dos Direitos Humanos

Critério 1: existem processos adequados de *due diligence* em matéria de direitos humanos

<i>Due diligence</i> dos Direitos Humanos	Referências
<p><b>1.</b> Incorporação de <i>due diligence</i> no governo societário da organização e na política</p>	<p>A Sonae assumiu o compromisso formal de respeito e promoção dos direitos humanos através da nossa Política de Direitos Humanos, publicamente disponível, que tem em consideração os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos de 2011, entre outras importantes regulamentações nacionais e internacionais. A Sonae considera que o respeito pelos direitos humanos é um requisito mínimo para a conformidade de todas as suas operações e das suas subsidiárias, e espera que os seus colaboradores, fornecedores, parceiros e outros <i>stakeholders</i> relevantes preservem os mesmos valores nas suas atividades.</p> <p>Política dos Direitos Humanos 2022</p>
<p><b>2.</b> Identificação e avaliação dos impactos adversos, incluindo através do envolvimento dos <i>stakeholders</i></p>	<p>A Sonae adotou e tem em vigor o modelo <i>Enterprise Wide Risk Management Framework</i>, o qual envolve a gestão coordenada do risco e a cooperação entre as nossas diferentes unidades de negócio. No que respeita às nossas relações com os fornecedores, os nossos procedimentos de avaliação em termos de certificação, auditoria e avaliação são mais desafiantes, dependendo do país e das certificações do fornecedor. As nossas empresas têm um índice de Risco Global do País que avalia o risco apresentado por um país, considerando os riscos legais e regulamentares, o mercado de trabalho, o trabalho infantil, o ambiente e a corrupção.</p> <p>GRI 414-1 GRI 308-1 GRI 416-1</p> <p>EWRM Framework</p>
<p><b>3.</b> Ações para enfrentar os impactos adversos</p>	<p>Uma vez que, as atividades económicas em análise para a Taxonomia estão localizadas principalmente em Portugal, com apenas algumas que ocorrem em outros países europeus, considera-se que as atividades elegíveis no âmbito da avaliação da Taxonomia apresentam um baixo risco no que concerne aos direitos humanos.</p> <p>A Sonae estabeleceu um Código de Ética e Conduta para Fornecedores, que é anexo aos contratos gerais de fornecimento. O código determina, claramente, que todos os fornecedores devem aderir aos seus requisitos, que compreendem critérios relacionados com o trabalho infantil, o trabalho forçado, o tráfico humano, as horas de trabalho e a remuneração, bem como a discriminação. Adicionalmente, o Grupo também aplica um conjunto de critérios de qualificação para avaliar novos fornecedores, que incluem critérios ESG, como os Direitos Humanos, sendo que um dos critérios fundamentais para avaliar um fornecedor está no seu risco geográfico ao que diz respeito um conjunto de riscos, incluindo a exposição ao risco dos Direitos Humanos.</p> <p>Código de Ética e Conduta dos Fornecedores GRI 308-1 GRI 407-1 GRI 408-1 GRI 409-1 GRI 414-1 GRI 416-1</p>

Critério 1: existem processos adequados *de due diligence* em matéria de direitos humanos

<b>Due diligence dos Direitos Humanos</b>		<b>Referências</b>
<b>4.</b> Rastreamento da efetividade da implementação	O Grupo efetua programas de auditoria que incorporam critérios ESG. Caso se verifique que dado fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho infantil ou de incidentes de trabalho forçado ou obrigatório, este é colocado em espera e somente reentrará quando uma instituição acreditada realizar uma auditoria SA8000.	GRI 308-1 GRI 408-1 GRI 409-1 GRI 414-1
<b>5.</b> Comunicação	O Grupo divulga vários elementos em matéria de direitos humanos na cadeia de fornecimento no relatório não financeiro, tais como: a corrupção; a liberdade de associação e negociação coletiva; as operações com risco de trabalho infantil ou trabalho forçado; o pessoal de segurança formado em políticas ou procedimentos de direitos humanos; as operações sujeitas a avaliações de direitos humanos; a formação em políticas e procedimentos de direitos humanos; os acordos e contratos de investimento que incluem cláusulas de direitos humanos; e o número de fornecedores controlados e avaliados com base em critérios sociais e ambientais.	GRI 205 GRI 407-1 GRI 408-1 GRI 409-1 GRI 410-1 GRI 412-1 GRI 412-2 GRI 412-3 GRI 414-1 GRI 308-1 GRI 416-1
<b>6.</b> Resolução, que inclui o estabelecimento de um mecanismo de queixa	Os valores e princípios da Sonae assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesse e deveres de <i>due diligence</i> e confidencialidade nas relações com terceiros. A Empresa tem disponíveis contactos permanentes para a comunicação de irregularidades ao Conselho Fiscal, à Comissão de Ética e ao Provedor de Justiça.	GRI 205-1

## Avaliação das Salvaguardas Mínimas: Direitos Humanos, Anticorrupção, Tributação e Concorrência Justa

Critério 2: Existem processos e controlos em vigor que contemplam os direitos humanos, a corrupção, a tributação e a concorrência justa, e a não transgressão ou ocorrência de violações destas áreas

<b>Direitos Humanos</b>	<b>Referências</b>
A empresa é considerada responsável pela violação dos direitos humanos e das leis laborais	Não há provas de qualquer transgressão na Sonae em assuntos relacionados com os direitos humanos e leis laborais. Em 2022, nenhuma operação foi sujeita a uma reavaliação dos direitos humanos e/ou avaliação de impacto foi registada a este respeito.

Critério 2: Existem processos e controlos em vigor que contemplam os direitos humanos, a corrupção, a tributação e a concorrência justa, e a não transgressão ou ocorrência de violações destas áreas

<b>Anticorrupção</b>		<b>Referências</b>
A empresa desenvolveu e adotou controlos internos adequados, programas de ética e conformidade, ou medidas para prevenir e detetar subornos	O modelo de governo societário do Grupo Sonae gere o risco de corrupção através de três níveis: (1) identificação, avaliação e mitigação, realizada internamente em cada unidade de negócio; (2) disponibilização de canais formais para comunicar qualquer infração relativa à corrupção; e (3) formação dos funcionários, incluindo a gestão de topo.	GRI 205-1 GRI 205-2 GRI 205-3 Código de Ética e Conduta  Política de Prevenção da Corrupção Regulamento sobre as Comunicações de Infrações
Condenação por corrupção ou suborno da empresa ou da gestão de topo, incluindo a gestão de topo das suas subsidiárias	Não existem provas, nem a Sonae tem processos judiciais pendentes sobre corrupção ou suborno.	
<b>Tributação</b>		<b>Referências</b>
A empresa considera a tributação fiscal e estar em conformidade com a mesma como elementos importantes de supervisão e existem estratégias e processos adequados de gestão do risco tributário	O Grupo Sonae identifica riscos legais, fiscais e regulamentares como parte dos principais riscos do seu controlo interno de gestão, tendo em vigor processos adequados para garantir a proteção dos interesses da empresa e dos negócios no que diz respeito ao cumprimento dos seus deveres legais, bem como à aplicação de boas práticas.	Controlo Interno e Gestão de Riscos
A empresa foi condenada por fraude fiscal	Não existem provas, nem a Sonae tem processos judiciais pendentes envolvendo questões de fraude fiscal.	

**Critério 2:** Existem processos e controlos em vigor que contemplam os direitos humanos, a corrupção, a tributação e a concorrência justa, e a não transgressão ou ocorrência de violações destas áreas

Concorrência Leal	Referências	
A empresa promove a consciencialização dos colaboradores para a importância da conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis, oferecendo formação à gestão de topo em matéria de concorrência	GRI 205-2	
A empresa ou a sua gestão de topo, incluindo a gestão de topo das suas subsidiárias, transgrediram as leis da concorrência	Não há provas de condenação de transgressão das leis da concorrência na Sonae. No decurso de 2022, a AdC emitiu pareceres de condenação em dois casos relacionados com questões de concorrência. Com base na avaliação dos seus advogados e consultores económicos, o Conselho de Administração discorda da compreensão e decisão da Autoridade da Concorrência, sendo as decisões condenatórias contestadas ao Tribunal da Concorrência.	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Sonae reconhece a importância de ter uma posição mais ativa na salvaguarda dos direitos humanos e admite a necessidade de melhorar a prática de *due diligence* dos direitos humanos. Embora o Grupo considere que as suas operações não estão sujeitas a ocorrências de não cumprimento com as salvaguardas mínimas, o nosso processo de revisão de sustentabilidade para o próximo ciclo pretende integrar um compromisso específico a este respeito. Estamos plenamente conscientes dos desafios futuros e estamos, atualmente, a elaborar um plano para desenvolver uma abordagem, em colaboração com os nossos parceiros de negócio, para endereçar a avaliação de *due diligence* com vista a integrar estes princípios na nossa gestão de processos ao longo dos próximos 18 meses.

## 3. Indicadores-Chave de Desempenho para a Taxonomia Europeia

Os três KPIs são calculados em conformidade com as normas IFRS, e de acordo com as nossas demonstrações financeiras consolidadas para o ano fiscal de 2022.

O volume de negócios, as despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx) foram calculadas em conformidade com os critérios especificados no Anexo I do Regulamento Delegado de Divulgação, para instituições não financeiras, e foram determinados com base nos cálculos seguintes.

### Volume de negócios

O volume de negócios líquido de €7.726,0m representa o denominador deste KPI, que pode ser obtido na demonstração de resultados consolidada.

O KPI do volume de negócios é relevante apenas para os serviços imobiliários e outros serviços de energia e técnicos, bem como para as vendas de resíduos não perigosos, que correspondem às atividades económicas 5.5, 7.4, 7.6, 7.7, 9.1 e 9.3. O volume de negócios da Taxonomia da Sonae consiste, em geral, numa parcela pequena comparativamente ao rendimento total do Grupo, uma vez que as atividades principais do grupo não estão compreendidas no âmbito da Taxonomia.

### Volume de Negócios

Indicador	Descrição
Numerador	Total de volume de negócios líquido resultante de produtos e serviços associados a atividades elegíveis de Taxonomia (alinhados e não alinhados): <ul style="list-style-type: none"> <li>Rendimentos de serviços (atividades 7.4, 7.6, 9.1 e 9.3)</li> <li>Rendimentos da venda de cartão, papel e resíduos de plástico (atividade 5.5)</li> <li>Rendimentos de locações, de rendas fixas e de contratos de arrendamento de imóveis e outros rendimentos operacionais (atividade 7.7)</li> </ul>
Denominador	Total de volume de negócios líquido calculado de acordo com a "IAS 1.82 a) Volume de negócios líquido", que compreende vendas e prestação de serviços do Grupo

### Despesas de Capital (CapEx)

O total investimento consolidado para efeito de taxonomia ascendeu a €492,2m durante o exercício económico de 2022 (denominador). Com referência às atividades económicas mais relevantes, o CapEx divulgado é principalmente relacionado com atividades imobiliárias e de promoção imobiliária (7.1, 7.2 e 7.7). As despesas de capital adicionais derivam de medidas de suporte relacionadas com a aquisição e instalação de equipamento técnico e trabalhos de renovação, tanto para suporte às atividades dos negócios, como para a promoção da eficiência das operações.

#### Despesas de Capital (CapEx)

Indicador	Descrição
Numerador	Total de despesas de capital como a soma de:
	1. Despesas de capital relacionadas com ativos ou processos que estão associados a atividades económicas elegíveis de Taxonomia <ul style="list-style-type: none"> <li>CapEx operacional imobiliário e de trabalhos de construção e renovação (atividades 7.1, 7.2, 7.7)</li> <li>Custos gerais (por exemplo, terrenos) e custos financeiros relacionados com desenvolvimentos de construção (7.1)</li> </ul>
	2. Despesas de capital relacionadas com a aquisição de produtos ou serviços que sejam atividades elegíveis de Taxonomia <ul style="list-style-type: none"> <li>Aquisição, instalação e manutenção de equipamento técnico (atividades 5.5, 8.1, 8.2)</li> <li>CapEx associado a trabalhos de renovação (atividade 7.2)</li> </ul>
	3. Despesas de capital relacionadas com a implementação de medidas que permitem a operação das atividades principais com uma baixa pegada de carbono ou com emissões reduzidas GEE <ul style="list-style-type: none"> <li>Aquisição e instalação de sistemas e equipamentos técnicos (atividades 7.3, 7.4, 7.5, 7.6)</li> <li>Contratos de locação operacional para a frota de veículos (atividade 6.5)</li> </ul>

### Despesas de Capital (CapEx)

Indicador	Descrição
Denominador	Total de despesas de capital como a soma de:
	1. Adições a ativos tangíveis e intangíveis, durante o exercício económico, consideradas antes da depreciação, amortização e quaisquer novas medições
	2. Propriedade de investimento (IAS 40)
	3. Locações que conduzem ao reconhecimento de um direito de uso sobre o bem (IFRS 16,53 h))
4. Reavaliações e imparidades, adições resultantes de combinações de negócios e que excluem a variação do justo valor	

### Despesas Operacionais (OpEx)

O total das despesas operacionais consolidadas para efeito de taxonomia ascendeu a €156,0m durante o exercício económico de 2022 (denominador). As despesas operacionais derivam, principalmente, de atividades de suporte ao negócio, relacionadas com contratos de gestão de resíduos (atividade 5.5), bem como medidas de manutenção e reparação a equipamentos e sistemas técnicos (atividades 7.3, 7.6).

A determinação do montante das despesas operacionais representou um grande desafio. Para o cálculo do denominador das despesas operacionais, algumas linhas operacionais, como a de Subcontratos, Trabalhos Especializados e Outros, foram analisadas detalhadamente, de forma a se conseguir determinar as despesas específicas que poderiam ser incluídas no denominador. Para as algumas linhas, como Trabalhos Especializados e Outros, a Sonae aplicou uma estimativa de base pro-rata tendo em conta o histórico de detalhe da conta.



## Despesas Operacionais (OpEx).

Indicador	Descrição
Numerador	Total das despesas operacionais como a soma de:
	<ol style="list-style-type: none"> <li>Despesas operacionais derivadas de ativos ou processos que estão associados a atividades económicas elegíveis de Taxonomia                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Custos operacionais de imobiliário, relacionados com manutenção e reparação (atividade 7.7)</li> <li>Trabalhos especializados, incluindo subcontratos e/ou registo em sistemas informáticos (atividades 7.6, 9.1, e 9.3)</li> </ul> </li> <li>Despesas operacionais relacionadas com a compra de produtos ou serviços que sejam atividades elegíveis da Taxonomia                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Subcontratação de serviços de gestão de resíduos e contrato de alojamento e colocação de sistemas num centro de dados (atividades 5.5, 8.1)</li> </ul> </li> <li>Despesas operacionais relacionadas com a implementação de medidas que permitem a operação das atividades principais com uma baixa pegada de carbono ou com emissões reduzidas GEE                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços de manutenção e reparação de sistemas e equipamentos técnicos (atividades 7.3, 7.6)</li> <li>Manutenção da frota de veículos (6.5)</li> </ul> </li> </ol>
	<p>Total das despesas operacionais como a soma dos gastos não capitalizados diretos, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Medidas de renovação de edifícios</li> <li>Arrendamento a curto prazo</li> <li>Manutenção e reparação</li> <li>Subcontratos e trabalhos especializados</li> <li>Qualquer outra despesa direta relacionada com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, executada pela Empresa ou por terceiros.</li> </ol> <p>Na Sonae, as despesas relacionadas com a supervisão e segurança, limpeza, higiene e conforto, e gestão de resíduos foram consideradas.</p>
Denominador	









**SASB**

## Sustainability Accounting Standards Board (SASB)

### SASB Tabela 1 - Food Retailers & Distributors

Âmbito de reporte: MC

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Gestão do Combustível da Frota	Consumo de combustível da frota, percentagem de renovável	FB-FR-110a.1	Em 2022, a MC teve um consumo de combustíveis da frota de 523.558 GJ.
Emissões para o Ar resultantes da Refrigeração	Emissões de âmbito 1 de gases refrigerantes	FB-FR-110b.1	Em 2022, a MC registou um total de 22.307 tCO <sub>2e</sub> de emissões de âmbito 1 de gases refrigerantes.
	Percentagem de gases refrigerantes consumidos com zero potencial de destruição da camada de ozono	FB-FR-110b.2	100% dos gases refrigerantes consumidos possuem zero potencial de destruição da camada de ozono
	Taxa média de emissões de gases refrigerantes	FB-FR-110b.3	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
Gestão da Energia	(1) Consumo de energia operacional, (2) percentagem de eletricidade na rede, (3) percentagem de fonte renovável	FB-FR-130a.1	Em 2022, a MC teve um consumo de eletricidade de 1.630.972 GJ, sendo que 70% provém da rede elétrica e os restantes 30% são provenientes do PPA ( <i>Power Purchase Agreement</i> ) e de energia renovável produzida.
Gestão do Desperdício Alimentar	(1) Quantidade de resíduos alimentares gerados, (2) percentagem reencaminhada para valorização	FB-FR-150a.1	Em 2022, a MC evitou €54m de desperdício alimentar. No que respeita aos resíduos orgânicos, 34% foram valorizados através de processos de compostagem e digestão anaeróbia.
Segurança da Informação	1) Número de violação de dados, (2) percentagem de violação de dados que envolve informações de identificação pessoal, (3) número de clientes afetados	FB-FR-230a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
	Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar riscos relacionados com a segurança de informação	FB-FR-230a.2	<p>O processo de gestão de risco da MC segue a metodologia internacional <i>Enterprise Risk Management – Integrated Framework</i> (COSO), que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos Negócios, tanto ao nível estratégico como ao nível operacional.</p> <p>O cyber-risco mantém-se como um risco crítico, tendo sido realizadas várias iniciativas com vista à redução da sua severidade. Para suporte ao processo de identificação, avaliação e mitigação deste risco, a MC adotou a <i>framework</i> internacional <i>NIST Cybersecurity Framework</i> (CSF).</p> <p>Os ataques cibernéticos têm como definição a ocorrência de uma violação na privacidade e/ou segurança de dados dos Colaboradores, Fornecedores ou Clientes, bem como outras informações comerciais, devido a um nível inadequado de proteção dos sistemas de informação e/ou comportamento de risco dos Colaboradores, que pode sujeitar a Empresa a multas e afetar sua reputação e continuidade.</p> <p>Para mais informação, consultar o Relatório Anual 2022 da MC, capítulo "Princípios e Práticas Governativas", subcapítulo "Princípios de gestão de risco e controlo interno".</p>

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Segurança Alimentar	Taxa de violação da segurança alimentar de alto risco	FB-FR-250a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
	1) Número de produtos removidos, (2) número de unidades removidas, (3) percentagem de unidades removidas que são produtos de marca própria	FB-FR-250a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
Saúde e Nutrição do Produto	Receita dos produtos rotulados e/ou comercializados para promover a saúde e nutrição	FB-FR-260a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
	Discussão dos processos para identificação e/ou gestão dos produtos e ingredientes relacionados com preocupações nutricionais e relacionadas com a saúde dos consumidores	FB-FR-260a.2	<p>O programa da MC de revisão da composição nutricional dos produtos da marca própria do Continente assegura que os nossos clientes continuam a usufruir dos seus produtos favoritos sabendo que são mais saudáveis.</p> <p>Em 2022, continuámos a reduzir os níveis de sal, gordura e açúcar e eliminar as gorduras hidrogenadas e o óleo de palma. Concomitantemente, procurámos introduzir produtos com mais proteínas, fibras, frutas e vegetais bem como produtos integrais e naturalmente saudáveis.</p> <p>Tendo como base de atuação o princípio da precaução, estabelecemos rigorosos critérios nutricionais que todos os nossos produtos de marca própria devem cumprir e asseguramos a constante atualização dos mesmos, fruto de novas descobertas científicas, nova legislação e/ou recomendações, novas tecnologias de processamento e ingredientes.</p>
Rotulagem do Produto e Marketing	Número de incidentes de não conformidade com a rotulagem industrial ou regulamentar e/ou códigos de marketing	FB-FR-270a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
	Total de perdas monetárias relacionadas com processos judiciais associados ao marketing e/ou práticas de rotulagem	FB-FR-270a.2	A MC considera uma coima significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a €12.000, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação ambiental grave (de acordo com a Lei nº114/2015, de 28 de agosto). Em 2022, a MC não sofreu nenhuma não conformidade com leis e regulamentos com rotulagem ou do setor e/ou códigos de marketing com valor monetário total superior ou igual a €12.000.
	Receita dos produtos rotulados que (1) contêm organismos geneticamente modificados (OGM) e (2) não contêm OGM	FB-FR-270a.3	De acordo com a nossa política interna, a MC não compra produtos contendo organismos geneticamente modificados.

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Práticas Laborais	(1) Salário médio por hora e (2) percentagem de colaboradores(as) de loja e de centro de distribuição que auferem o salário mínimo, por região	FB-FR-310a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
	Percentagem de força de trabalho ativa coberta por acordos de negociação coletiva	FB-FR-310a.2	Em 2022, 95,8% do total de colaboradores da MC estão abrangidos por acordos de negociação coletiva através do contrato de trabalho.
	(1) Número interrupções no trabalho e (2) total de dias perdidos	FB-FR-310a.3	Em 2022, não houve paralisações de trabalho envolvendo 1.000 ou mais trabalhadores, com duração de um turno completo ou mais, pelo que houve zero dias perdidos, como resultado das paralisações.
	Total de perdas monetárias relativas a processos judiciais relacionados com violações a (1) leis laborais e (2) discriminação dos colaboradores(as)	FB-FR-310a.4	A MC considera que uma coima significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a €12.000, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação ambiental grave (Lei nº114/2015, de 28 de agosto). Em 2022, a MC não sofreu nenhuma não conformidade com leis e regulamentos com violações da lei do trabalho e discriminação no emprego com valor monetário total superior ou igual a €12.000.
Gestão de Impactos Ambientais e Sociais na Cadeia de Fornecedores	Receita dos produtos certificados, externamente, de acordo com requisitos ambientais e/ou sociais de sustentabilidade	FB-FR-430a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
	Percentagem de receitas com (1) ovos produzidos em ambientes sem gaiolas e (2) carne suína produzida sem o uso de recintos para gestação	FB-FR-430a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
	Discussão da estratégia de gestão dos riscos ambientais e sociais na cadeia de fornecedores, incluindo o bem-estar animal	FB-FR-430a.3	A MC pretende pautar a sua atuação, em todos os negócios, para além do restrito cumprimento da legislação em vigor. Reconhecendo os desafios e os riscos associados à sua cadeia de fornecimento, no seguimento da Política de Relacionamento com fornecedores, estabeleceu um Código de Conduta para informar os seus Fornecedores e respetiva cadeia de subcontratação de requisitos mínimos a assegurar durante todo o período de colaboração com a MC, em todos os negócios, tanto local como globalmente.  Para mais informação, consultar o Relatório Anual 2022 da MC, o reporte aos indicadores GRI "304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade", "408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil" e "409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo".



Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Gestão de Impactos Ambientais e Sociais na Cadeia de Fornecedores	Discussão das estratégias para reduzir o impacto ambiental das embalagens	FB-FR-430a.4	<p>A MC visa uma utilização sustentável do consumo de materiais associados à sua cadeia de valor e operação. Atendendo às especificidades do retalho, o <i>packaging</i> assume uma dimensão particularmente material a este nível.</p> <p>O <i>packaging</i> desempenha um papel central no desenvolvimento dos nossos produtos, com impactos relevantes na garantia da qualidade e validade do produto, assegurando as condições para um correto armazenamento e transporte até às nossas lojas e, das nossas lojas até à casa dos nossos clientes, para que os produtos possam ser consumidos de forma segura.</p> <p>Não obstante da importância do <i>packaging</i>, e conscientes do impacto subjacente às suas utilizações de uso único, definimos uma abordagem que tem como objetivo potenciar a aplicação dos princípios de <i>eco-design</i> na conceção de todas as embalagens, privilegiando a utilização dos materiais mais adequados, reduzindo a utilização de recursos em toda a cadeia de valor, minimizando a possibilidade de libertação de partes de embalagem para o meio ambiente, facilitando os processos de uso e descarte adequado por parte do consumidor e procurando que todas as embalagens sejam recicláveis e efetivamente recicladas, numa abordagem <i>design4recycling</i>.</p> <p>Até 2025 temos a ambição de assegurar que todas as nossas embalagens de plástico das marcas próprias e exclusivas da MC sejam recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis e que incorporem 30% de matéria-prima reciclada.</p> <p>Para mais informação, consultar o Relatório Anual 2022 da MC, capítulo "Desenvolvimento Sustentável".</p>
Métricas de Atividade	Número de (1) locais de retalho e (2) centros de distribuição	FB-FR-000.A	Consultar o Relatório Anual 2022 da MC.
	Área total dos (1) locais de retalho e (2) centros de distribuição	FB-FR-000.B	Consultar o Relatório Anual 2022 da MC.
	Número de veículos na frota comercial	FB-FR-000.C	Informação não consolidada para o reporte de 2022.
	Toneladas milhas percorridas	FB-FR-000.D	Informação não consolidada para o reporte de 2022.

SASB Tabela 2 - Multiline and Retail and Distribution Specialists

Âmbito de reporte: Worten

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Gestão de Energia no Retalho e Distribuição	(1) Energia total consumida, (2) percentagem de eletricidade da rede de distribuição, (3) percentagem de eletricidade de fonte renovável	CG-MR-130a.1	Em 2022, a Worten tinha um consumo de energia de 106.413 GJ, onde aproximadamente 63% da eletricidade consumida era assegurada através de contratos de garantia de origem de energia renovável.
Segurança de Informação	Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar riscos relacionados com a segurança de informação	CG-MR-230a.1	<p>O processo de gestão de risco de Segurança de Informação é descrito no âmbito Corporativo Normativo de Segurança da Informação pelo "SGSI_PRO_05 - Procedimento de Gestão de Risco", que foi criado sob a visão do processo de gestão de risco corporativo da holding (Procedimento de Gestão de Risco). O processo considera:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.) Identificação de Risco: Identificação de ativos de informação relevantes para o SGSI, a incluir na análise de risco.</li> <li>2.) Análise de risco: A análise de risco fornece informações para avaliação de risco e para decisões sobre se os riscos precisam ser abordados.</li> <li>3.) Avaliação de Risco: A avaliação de risco envolve a comparação do nível de risco determinado durante o processo de análise com os critérios de risco estabelecidos quando o contexto foi definido. Com base nessa comparação, a necessidade de tratamento será determinada.</li> <li>4.) Tratamento de Risco: O tratamento de risco envolve a seleção de uma ou mais opções de tratamento para evitar, mitigar, transferir ou aceitar os riscos e a implementação dessas opções, definindo um Plano de Tratamento de Risco (PTR). Uma vez que essas opções são implementadas, os tratamentos fornecem novos controles ou modificam os controles existentes.</li> <li>5.) Monitorização e Revisão dos Riscos: Devem ser realizadas ações de monitorização e revisão para assegurar a aplicação efetiva das opções de tratamento/controlo identificadas e para detetar quaisquer alterações que possam alterar o nível de risco. Esta atividade é baseada em todas as informações de risco obtidas em atividades anteriores.</li> </ol>
	1) Número de violação de dados, (2) percentagem de violação de dados que envolve informações de identificação pessoal, (3) número de clientes afetados	CG-MR-230a.2	Em 2022, foram registadas 5 violações de dados, onde 4 resultaram em violações de dados pessoais, com informação identificável de titulares de dados. Relativamente aos casos, 3 destes foram referentes a erro humano na aplicação do procedimento definido.

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Práticas Laborais	(1) Salário médio por hora e (2) percentagem de colaboradores(as) de loja que auferem o salário mínimo, por região	CG-MR-310a.1	<p>Em 2022, o valor estimado de remuneração média foi aproximadamente €8/hora. O valor foi apurado tendo em conta o valor total médio mensal de remuneração, considerando 22 dias úteis de trabalho por mês e 8 horas de trabalhado por dia.</p> <p>A Worten só responde parcialmente a este indicador, uma vez que ainda não dispõem de informação sobre os colaboradores de loja que ganham o salário mínimo, por região.</p>
	(1) Taxa de rotatividade voluntária e (2) involuntária para colaboradores(as) de loja	CG-MR-310a.2	<p>Em 2022, a taxa de rotatividade voluntária dos colaboradores da Worten foi de 42% e a taxa de rotatividade involuntária foi de 58%, ainda impactado pela revisão do portfólio da Worten Espanha que ocorreu em 2021, que resultou no encerramento das lojas em Espanha Continental (com exceção da loja de Madrid).</p>
	Total de perdas monetárias relativas a processos judiciais relacionados com violações ao direito do trabalho	CG-MR-310a.3	<p>Em 2022, não foram registadas perdas monetárias relativas a processos judiciais relacionados com violações ao direito do trabalho em Portugal e Espanha.</p>
Diversidade e Inclusão dos Colaboradores	Percentagem de colaboradores(as) por género e grupo étnico/racial nas categorias profissionais de (1) gestão, e (2) todos os outros colaboradores(as)	CG-MR-330a.1	<p>A 31 de dezembro de 2022, a Worten tinha 71% homens e 29% Cargos de liderança ocupados por mulheres (Executivos e Gestores de topo e quadros intermédios) e 59% homens e 41% mulheres nos restantes cargos.</p> <p>A origem racial ou étnica é considerada pela legislação europeia vigente em matéria de proteção de dados pessoais [Regulamento Geral sobre Proteção de Dados Pessoais ("RGPD")] uma categoria especial de dados, cujo tratamento é proibido, salvo nos casos especificamente previstos do artigo 9.º do RGPD. Nesta medida, e atendendo a que o tratamento destes dados por parte da Worten não é enquadrável em nenhum dos casos legalmente admissíveis, esta não dispõe de informação sobre o grupo étnico/racial dos seus colaboradores(as), pelo que só está em condições de responder parcialmente a este indicador.</p>
	Total de perdas monetárias relativas a processos judiciais relacionados com discriminação no trabalho	CG-MR-330a.2	<p>Em 2022, não foram registadas perdas monetárias relacionadas com multas / procedimentos legais alvo da discriminação de colaboradores.</p>
Aquisição de Produtos, e Embalagens e Marketing dos Produtos	Receita dos produtos certificados, externamente, de acordo com requisitos ambientais e/ou sociais de sustentabilidade	CG-MR-410a.1	<p>Em 2022, a Worten não dispõe de produtos certificados com estas tipologias de certificações.</p>
	Discussão dos processos de análise e gestão de riscos e/ou perigos relacionados com produtos químicos nos produtos	CG-MR-410a.2	<p>Todos os artigos de marca própria, no âmbito do processo de validação, são avaliados de acordo com os requisitos estabelecidos pela regulamentação europeia, nomeadamente através do REACH (<i>Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals</i>), salvaguardando a saúde humana e do ambiente, nomeadamente no que toca às substâncias restritas. Em 2022 foram analisados 1.258 SKUs em Portugal e Espanha (vendidos em ambos os países).</p>

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Aquisição de Produtos, e Embalagens e Marketing dos Produtos	Discussão de estratégias para reduzir o impacto ambiental das embalagens de produtos	CG-MR-410a.3	<p>Em 2022, o processo de desenvolvimento de produtos de marca própria teve como objetivo a redução de plástico presente nas embalagens, bem como a promoção junto dos fornecedores para que os materiais derivados da madeira usados nos produtos de marca própria sejam de origem sustentável. Esta estratégia tem-se concretizado através da conversão e/ou desenvolvimento de uma oferta que incorpore estes requisitos de forma consistente.</p> <p>Uma das medidas implementadas junto dos fornecedores de Marca Própria foi a identificação do tipo, reciclabilidade e quantidade de materiais presentes nas embalagens e produtos, o levantamento de SKU's ativos e a definição de prioridade - RECYCON™ LEVEL SKU - da Base de Dados de Produtos de Marca Própria e Materiais de Embalagem. Destaca-se também o desenvolvimento de novos conceitos e soluções de embalagem de acordo com a prioridade definida.</p>
Métricas de Atividade	Número de (1) locais de retalho e (2) centros de distribuição	CG-MR-000.A	Em 2022, a nossa atividade tinha 217 lojas e 2 centros de distribuição.
	Área total dos (1) locais de retalho e (2) centros de distribuição	CG-MR-000.B	Em 2022, a área total das lojas Worten era de 135.342 m <sup>2</sup> , e 50.000m <sup>2</sup> nos centros de distribuição (considerando apenas a atividade em Portugal).

\*Nota: Grupo Worten operações da Worten em Portugal, Espanha Continental e Canárias, iServices, Zaask e Satfield.

SASB Tabela 3 - Apparel, Accessories & Footwear

Âmbito de reporte: Zeitreel

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Gestão de Produtos Químicos nos Produtos	Descrição dos processos para manter a conformidade com os regulamentos estabelecidos para substâncias restritas	CG-AA-250a.1	<p>A Zeitreel desenvolve a sua atividade de acordo com os requisitos estabelecidos pela regulamentação europeia, nomeadamente através do REACH (<i>Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals</i>) para gestão e utilização de produtos químicos nos produtos que desenvolve, salvaguardando a saúde humana e ambiental, nomeadamente no que toca às substâncias restritas. O cumprimento dos requisitos estabelecidos no REACH, está refletido no caderno de encargos dos fornecedores da Zeitreel. Adicionalmente os fornecedores estão abrangidos por um protocolo estabelecido com a <i>Bureau Veritas</i>, entidade que, de acordo com a nossa seleção, realiza testes químicos em alguns modelos de todos os fornecedores.</p> <p>Adicionalmente, durante o ano de 2022, foi partilhado com todos os fornecedores da Zeitreel um guia social e ambiental onde, entre outros, se descrevem boas práticas que os fornecedores devem seguir para que as suas produções não contenham substâncias restritas.</p>
	Descrição dos processos para avaliar e gerir os riscos e/ou perigos associados aos produtos químicos nos produtos.	CG-AA-250a.2	<p>A Zeitreel não tem unidades de produção (exceto a lavandaria da Salsa), a gestão e análise de riscos relacionados com a utilização de produtos químicos nos nossos produtos é garantida de duas formas: a Zeitreel garante o cumprimento dos requisitos de utilização de produtos químicos estabelecidos, através da exigência do cumprimento por parte dos seus fornecedores do caderno de encargo; e na lavandaria da Salsa, está implementada uma política de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) que define medidas de proteção (EPI's) para os seus colaboradores mais expostos ao risco.</p> <p>A Zeitreel tem ainda implementadas ações de redução de consumo de produtos químicos. Destaca-se, no âmbito do <i>Become</i>, o projeto implementado na lavandaria da Salsa onde um dos objetivos é redução das lavagens, que resultam na redução de consumo de água e da utilização de produtos químicos.</p>
Impactos Ambientais na Cadeia de Fornecimento	Percentagem de (1) fornecedores <i>Tier 1</i> e (2) fornecedores além do <i>Tier 1</i> que se encontram em conformidade com as licenças de descargas de águas residuais e/ou com acordo contratual	CG-AA-430a.1	<p>Em 2022, 100% dos fornecedores <i>Tier 1</i> da Zeitreel estão em conformidade com os requisitos legais relacionados com as licenças de descargas de águas residuais. A Zeitreel dispõe de um documento interno - <i>Vendor Manual</i> - que abrange todos os fornecedores da empresa, incluindo fornecedores Tier 1, no qual define os requisitos de qualidade e de relação de negócio de modo a garantir o cumprimento dos valores e padrões éticos da Zeitreel. No <i>Vendor Manual</i> é referido que os fornecedores devem cumprir com a legislação em vigor no seu país relativamente ao tratamento de águas residuais.</p> <p>São realizadas auditorias internas de modo a verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no <i>Vendor Manual</i>, nomeadamente no que respeita às licenças de descargas de águas residuais.</p> <p>A Zeitreel ainda não dispõe desta informação relativa aos fornecedores além de <i>Tier 1</i>.</p>

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Ambientais na Cadeia de Fornecimento	Percentagem de (1) fornecedores <i>Tier 1</i> e (2) fornecedores além do <i>Tier 1</i> que completaram a avaliação do <i>Higg Facility Environmental Module (Higg FEM) da Sustainable Apparel Coalition</i> ou outra avaliação de indicadores ambientais equivalente.	CG-AA-430a.2	Em 2022, 4% dos fornecedores da Zeitreel completaram o módulo de avaliação <i>Higg FEM</i> , nomeadamente 1 fornecedor <i>Tier 1</i> e a lavandaria da Salsa. Adicionalmente, 4 fornecedores da Zeitreel cumprem os requisitos estabelecidos da ISO 14001 Gestão de Sistemas Ambientais. A Zeitreel ainda não dispõe desta informação relativa aos fornecedores além de <i>Tier 1</i> .
	Percentagem de (1) fornecedores <i>Tier 1</i> e (2) fornecedores além do <i>Tier 1</i> que foram auditados de acordo com o código de conduta de trabalho, (3) percentagem do total de auditorias conduzidas por um auditor externo.	CG-AA-430b.1	Todos os fornecedores da Zeitreel estão abrangidos pelo Código de Ética e Conduta sendo este comunicado através do <i>Vendor's Manual</i> . Desde 2019, o controlo do seu cumprimento é verificado através de auditorias internas realizadas por equipas especializadas da Zeitreel, formadas pela <i>Bureau Veritas</i> . Em 2022, 55% das instalações de fornecedores <i>Tier 1</i> foram auditadas perante um código de conduta. O número de auditorias realizadas teve um aumento positivo comparando com 2021, devido à retoma dos planos de auditoria pós contexto de pandemia. Na Zeitreel foram realizadas 6 auditorias externas. A Zeitreel ainda não dispõe desta informação relativa aos fornecedores além de <i>Tier 1</i> .
Condições de Trabalho na Cadeia de Fornecimento	Taxa de não conformidade prioritária e taxa do número de ações corretivas decorrentes das auditorias ao código de conduta de trabalho dos fornecedores.	CG-AA-430b.2	As auditorias internas a fornecedores são conduzidas no âmbito do cumprimento do Código de Ética, onde os pontos críticos não permitem que haja não conformidades sob pena de a auditoria falhar. No caso de se identificar uma não conformidade, as ações corretivas são comunicadas de imediato e reportadas no relatório da auditoria. As ações corretivas são aplicadas de acordo com a não conformidades identificadas. Em 2022, não foram registadas não conformidades do código de ética e conduta dos fornecedores.
	Descrição dos (1) riscos laborais e (2) riscos ambientais, de saúde e de segurança mais relevantes na cadeia de fornecedores	CG-AA-430b.3	O risco de incumprimento das regras de segurança ambiental e laboral está identificado no processo <i>Enterprise-Wide Risk Management (EWRM)</i> da Zeitreel como risco prioritário. Consciente da caracterização da sua Cadeia de Fornecimento, a Zeitreel identifica com maiores riscos a eventual utilização de mão de obra infantil, o desrespeito pelas cargas horárias máximas semanais, o não cumprimento de salários mínimos e das condições mínimas de higiene e segurança no trabalho. No que diz respeito aos riscos ambientais, os maiores riscos associados à cadeia de produção da Zeitreel são: o não tratamento de águas residuais e a utilização de substâncias perigosas para além dos limites definidos no REACH. Como ação de mitigação dos riscos mencionados acima, a Zeitreel fez uma rigorosa revisão do seu <i>Vendor's Manual</i> e da sua grelha de auditoria, bem como mantém um plano de auditorias a produto e fornecedores.

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Aquisição de Matérias-primas	Descrição dos riscos ambientais e sociais associados à aquisição de matérias-primas prioritárias	CG-AA-440a.1	<p>Os principais riscos ambientais e sociais, relacionados com a aquisição de matéria-prima, são a desflorestação de florestas tropicais associados à produção de matérias-primas de base celulósica, à produção de pele de origem bovina e produção de papel/madeira.</p> <p>A produção de outras matérias-primas comporta riscos associados à emissão de gases com efeito de estufa, degradação de solos por utilização em massa e uso de produtos químicos.</p> <p>Adicionalmente, a produção agrícola destas matérias-primas está também relacionada com riscos sociais, como eventual utilização de mão de obra infantil, o desrespeito pelas cargas horárias máximas semanais, o não cumprimento de salários mínimos e das condições mínimas de higiene e segurança no trabalho, entre outros.</p> <p>A Zeitreel tem implementadas medidas que visam minimizar os riscos ambientais e sociais, associados ao <i>sourcing</i> de matérias-primas prioritárias, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Etiquetas cartão FSC;</li> <li>- Uso de fibras da marca <i>Lenzing</i> (TENCEL e ECOVERO), que provêm de florestas sustentáveis;</li> <li>- Uso de fibras biológicas (exemplo o Algodão) e fibras recicladas (Poliéster, Algodão, Poliamida, etc);</li> <li>- Recurso a certificações que garantem aspetos ambientais e/ou sociais: <i>GOTS - Global Organic Textile Standard</i>   <i>GRS - Global Recycle Standard</i>   <i>OCS - Organic - Content Standard</i>   <i>RCS - Recycled Claim Standard</i>   <i>BCI - Better Cotton Production Principles and Criteria</i>   <i>CMA - Cotton made in Africa (CmiA)</i>, etc.</li> </ul>
	Percentagem de matérias-primas certificadas por terceiros de acordo com uma norma de sustentabilidade ambiental e/ou social	CG-AA-440a.2	Em 2022, 6% da matéria-prima adquirida foi certificada por terceiros de acordo com uma norma de sustentabilidade ambiental e/ou social.
Métricas de Atividade	Número de (1) fornecedores <i>Tier 1</i> e (2) fornecedores além do <i>Tier 1</i> .	CG-AA-000.A	Em 2022, a cadeia de fornecimento da Zeitreel era caracterizada por 343 fornecedores <i>Tier 1</i> . A Zeitreel ainda não dispõe desta informação relativa aos fornecedores além de <i>Tier 1</i> .

**SASB Tabela 4 - Real Estate**

Âmbito de reporte: Sierra

Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Gestão de Energia	Percentagem de cobertura do reporte do consumo de energia em relação à área total bruta, por subsetor imobiliário	IF-RE-130a.1	Em 2022, o reporte relativo ao consumo de energia abrangeu 100% do portfólio de atividade da Sierra.
	(1) Energia total consumida por área do portfólio com cobertura de reporte, (2) percentagem de eletricidade da rede e (3) percentagem de fonte renovável, por subsetor imobiliário	IF-RE-130a.2	Em 2022, a Sierra teve um consumo total de energia de 442.823 GJ, onde aproximadamente 69% da eletricidade consumida provém da rede elétrica e 47,5% do total de energia foi de fontes renováveis.
	Variação, em termos homólogos, da percentagem no consumo de energia para a área de portfólio com cobertura de reporte, por subsetor imobiliário	IF-RE-130a.3	Comparativamente ao ano passado, em 2022 o consumo total de energia da Sierra diminuiu 8%.
	Percentagem do portfólio elegível com (1) classificação energética e (2) certificação ENERGY STAR, por subsetor imobiliário	IF-RE-130a.4*	Em 2022, 98% do portfólio da Sierra possuía certificação energética. A Sierra ainda não dispõe de certificação ENERGY STAR.
	Descrição de como a gestão do consumo de energia nos edifícios é integrada na análise de investimento imobiliário e estratégia operacional	IF-RE-130a.5	A gestão de propriedades do portfólio da Sierra está certificada de acordo com os requisitos da norma ISO 14001 Gestão de Sistemas Ambientais. As questões relacionadas com a energia estão, portanto, integradas num ciclo de gestão PDCA ( <i>Plan - Do - Check - Act</i> ). Para além das auditorias exigidas por lei, que variam de país para país, e <i>Energy Performance Certificates</i> (EPC's), e rotinas de controlo operacional para garantir que os equipamentos estão a funcionar corretamente e durante o tempo previsto, a Sierra define todos os anos, por unidade, as melhorias e investimentos necessários, estabelecendo metas anuais que visam essas melhorias. Além disso, são feitas avaliações para objetivos de longo prazo de eficiência energética e neutralidade carbónica, de modo a definir estratégias de ativos a longo prazo. Os riscos climáticos e as medidas para minimizá-los também são incluídos nessas estratégias de longo prazo.
Gestão da Água	Percentagem de cobertura de reporte da captação de água por (1) área total do piso e (2) área de piso nas regiões com stresse hídrico alto ou extremamente alto, por subsetor imobiliário	IF-RE-140a.1*	Em 2022, o valor reportado de água captada, incluindo em zonas de stress hídrico, representou 100% da área de portfólio da Sierra. 27% da água captada da Sierra ocorre em zonas de identificadas com stress hídrico. Com base na ferramenta de referência <i>Aqueduct</i> , da <i>World Resource Institute</i> (WRI), a Sierra procedeu à avaliação do risco hídrico das suas operações, mapeando as seguintes bacias de acordo com stress hídrico: Andaluzia (Área Sur e Plaza Mayor; avaliação: extremamente alto), Castilla-La Mancha (Luz del Tajo; avaliação: alto), Tessália (Fashion City Outlet; avaliação: extremamente alto), Portimão (Portimão Retail Center; avaliação: extremamente alto), Funchal (MadeiraShopping; avaliação: alto), Bucareste (ParkLake; avaliação: alto) e Castelo Branco (SerraShopping; extremamente alto).
	(1) Total de água captada para a área de portfólio e (2) percentagem nas regiões com stresse hídrico alto ou extremamente alto, por subsetor imobiliário	IF-RE-140a.2*	Em 2022, a Sierra registou um total de água captada de 843.785 m <sup>3</sup> , dos quais 27% da água captada ocorre em zonas de identificadas com stress hídrico. Com base na ferramenta de referência <i>Aqueduct</i> , da <i>World Resource Institute</i> (WRI), a Sierra procedeu à avaliação do risco hídrico das suas operações, mapeando as seguintes bacias de acordo com stress hídrico: Andaluzia (Área Sur e Plaza Mayor; avaliação: extremamente alto), Castilla-La Mancha (Luz del Tajo; avaliação: alto), Tessália (Fashion City Outlet; avaliação: extremamente alto), Portimão (Portimão Retail Center; avaliação: extremamente alto), Funchal (MadeiraShopping; avaliação: alto), Bucareste (ParkLake; avaliação: alto) e Castelo Branco (SerraShopping; extremamente alto).



Tópico	Métrica	Código SASB	Reporte 2022
Gestão da Água	Variação, em termos homólogos, da percentagem na água captada para a área de portefólio coberta pelo reportem, por subsector imobiliário	IF-RE-140a.3	Em 2022, não existiram variações significativas relativamente ao ano anterior.
	Descrição dos riscos de gestão da água e discussão das estratégias e práticas para mitigar esses riscos	IF-RE-140a.4	As gestões das propriedades de portefólio da Sierra estão certificadas de acordo com os requisitos da norma ISO 14001 Gestão de Sistemas Ambientais. Os impactos ambientais da utilização de água estão identificados e os procedimentos para a sua gestão eficiente - como por exemplo objetivos, metas e investimentos para melhoria do desempenho e metodologias de controlo operacional - são implementados em todos os ativos.
Gestão de Impactos de Sustentabilidade relacionados com os Lojistas	1) Percentagem de novos arrendamentos que contêm uma cláusula de recuperação de custos para melhorias de capital relacionadas com a eficiência de recursos e (2) área de piso alugada, por subsector imobiliário	IF-RE-410a.1	A Sierra não dispõe desta informação para 2022.
	Percentagem de lojistas que são monitorizados, separadamente, relativamente ao (1) consumo de eletricidade da rede e à (2) água captada, por subsector imobiliário	IF-RE-410a.2	Em 2022, 100% dos lojistas monitorizaram o seu consumo de eletricidade da rede e consumo de água.
	Discussão da abordagem para medição, incentivo e melhoria dos impactos dos lojistas	IF-RE-410a.3	Todos os lojistas da Sierra são envolvidos na sua estratégia de sustentabilidade, através de diversos canais de comunicação e atividades, como reuniões, formações e inquéritos. O Sistema de Gestão de Segurança, Saúde e Ambiente da Sierra possui procedimentos específicos de gestão dos lojistas, tais como regras de funcionamento do centro comercial ou especificações a incluir nas adequações que melhoram o desempenho dos lojistas. Também são realizadas inspeções de Segurança, Saúde e Ambiente e Observações de Segurança de modo a apoiar os seus lojistas a lidar com possíveis falhas, promovendo a sustentabilidade e melhorando os seus procedimentos e uso de recursos mais eficiente.
Adaptação às Alterações Climáticas	Área das propriedades localizadas em zonas de inundação que apresentam esta característica há 100 anos, por subsector imobiliário	IF-RE-450a.1	A Sierra ainda não dispõe de informação relativa às áreas da sua atividade que se encontram localizadas em zonas de inundação que apresentam esta característica há 100 anos.
	Descrição de análise de riscos relacionado com as alterações climáticas, grau de exposição sistemática do portefólio e estratégias para mitigar riscos	IF-RE-450a.2	O reporte de 2022 encontra-se disponível na secção TCFD e no anexo GRI, nomeadamente no indicador GRI "201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas", do Relatório Integrado 2022.
Métricas de Atividade*	Número de ativos, por subsector imobiliário	IF-RE-000.A	24
	Área locável, por subsector imobiliário	IF-RE-000.B	1.079.542 m <sup>2</sup>
	Percentagem de ativos do portefólio que são geridos indiretamente, por subsector imobiliário	IF-RE-000.C	0%
	Taxa média de ocupação, por subsector imobiliário	IF-RE-000.D	98%

\*Âmbito de reporte: Centros comerciais/retalho que consolidam nas contas da empresa, detidos e geridos diretamente (exclui geridos pela JV do Brasil e Colombia). Exclui ativos *standalone* dos fundos ORES e SIGI.

**Relatório  
Independente  
de Garantia de  
Fiabilidade**



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
 Edifício Burgo – Avenida da Boavista, 1837, 16º Andar  
 4100-133 Porto – Portugal  
 +351 22 010 23 00 – [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

**RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE**

Ao Conselho de Administração da  
 Sonae SGPS, S.A.

**Introdução**

Fomos contratados pelo Conselho de Administração da **Sonae SGPS, S.A.** (“Sonae”) para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no capítulo “A Nossa Estratégia”, no subcapítulo “O Nosso Impacto Ambiental e Social” do capítulo “O Nosso Impacto”, no subcapítulo “O Nosso Desempenho Ambiental e Social” do capítulo “O Nosso Desempenho” e no “Suplemento GRI” do Relatório Anual da Sonae (“Relatório”) para o ano findo em 31 de dezembro de 2022, identificada na “Tabela GRI” incluída no “Suplemento GRI” (“Informação de Sustentabilidade”), preparada em conformidade com as Normas para reporte de sustentabilidade do *Global Reporting Initiative* (“GRI Standards”).

**Responsabilidade do Órgão de Gestão**

O Órgão de Gestão da Sonae é responsável:

- Pela preparação da Informação de Sustentabilidade incluída no Relatório em conformidade com os *GRI Standards* e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
- Pelo desenho, implementação e manutenção de um sistema de informação e de controlo interno apropriado que permita uma preparação da Informação de Sustentabilidade que esteja isenta de distorções materialmente relevantes, nomeadamente resultantes de fraude ou erro
- Pela prevenção e deteção de situações de fraude, de erros e pela identificação e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à atividade da Entidade; e,
- Por assegurar que o Órgão de Gestão e o pessoal envolvido na preparação da Informação de Sustentabilidade possuem as competências adequadas.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membros independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., Capital Social: 3.976.000 Euros – Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 076 – Inscrição na D.R.O.C. Nº 188 – Inscrição na C.M.V.M. Nº 20161489 – Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº PT 502 161 076



**A Nossa Responsabilidade**

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efetuado.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - ISAE 3000 (Revista) emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) da *International Federation of Accountants* (IFAC) e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a Informação de Sustentabilidade incluída no Relatório para o ano findo em 31 de dezembro de 2022 não esteja preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os *GRI Standards*. Para tanto o referido trabalho incluiu, entre outros procedimentos, o seguinte:

- Indagações aos responsáveis sobre a estratégia de sustentabilidade para compreender os processos implementados pela Sonae para determinar os aspetos materialmente relevantes para as principais partes interessadas (“*stakeholders*”) da Sonae;
- Indagações aos colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade a incluir no Relatório;
- Comparação da informação apresentada no Relatório, com as respetivas fontes de informação, para concluir se todos os dados relevantes com origem nas referidas fontes foram incluídos no Relatório; e,
- Leitura da informação apresentada no Relatório, de forma a concluir sobre a sua adequabilidade com o nosso conhecimento geral, e experiência, com a performance de sustentabilidade da Sonae.

Os procedimentos selecionados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos dos *GRI Standards* e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a expressão da nossa conclusão.

**Qualidade e Independência**

Aplicámos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência), (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.



### Conclusão

A nossa conclusão foi formada na base das matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base nos procedimentos efetuados e prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a Informação de Sustentabilidade incluída no Relatório para o ano findo em 31 de dezembro de 2022 não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os *GRI Standards*.

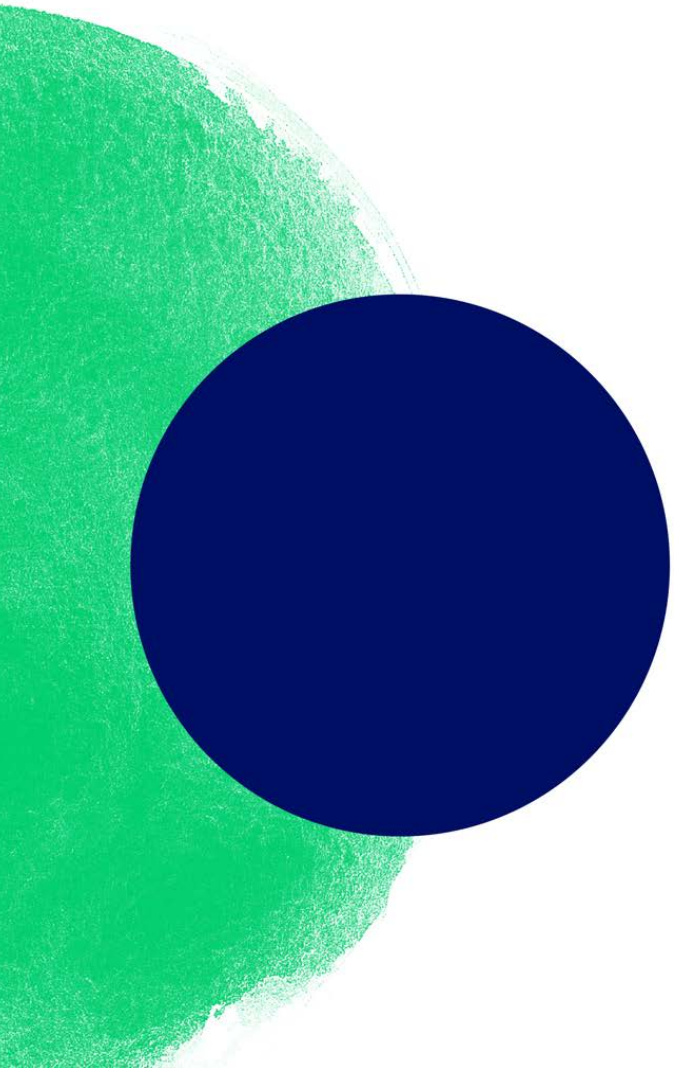
### Restrição no Uso

Este relatório independente de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente no âmbito da divulgação da Informação de Sustentabilidade contida no Relatório da Sonae, pelo que não deverá ser utilizado para nenhuma outra finalidade ou qualquer outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiros entidades para além da Sonae, pelo nosso trabalho, por este relatório de garantia de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Porto, 4 de abril de 2023

---

**KPMG & Associados**  
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
 (n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)  
 representada por  
 Pedro Manuel Bouça de Moraes Alves da Costa  
 (ROC n.º 1466 e registado na CMVM com o n.º 20161076)



**Contactos para os  
Media e Investidores**

Ricardo Figueiredo da Rocha

Diretor de Relação com Investidores

[rjfrocha@sonae.pt](mailto:rjfrocha@sonae.pt)

+351 22 010 4794

Maria João Oliveira

Comunicação Externa

[majoliveira@sonae.pt](mailto:majoliveira@sonae.pt)

+351 22 010 4000

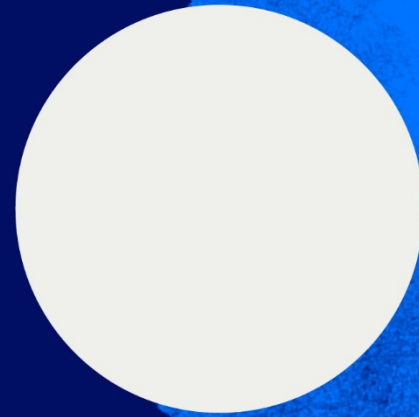
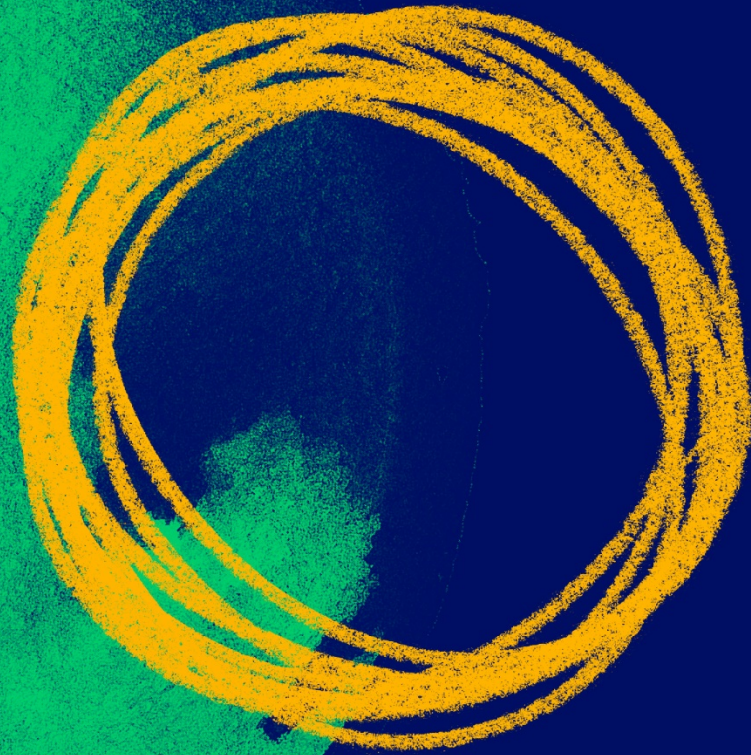
**Sonae**

Lugar do Espido Via Norte

4471-909 Maia, Portugal

+351 22 948 7522

[www.sonae.pt](http://www.sonae.pt)



**Sonda**  
Shaping tomorrow, today